

Trabalho, Técnicas e Mundo

PERSPECTIVAS E DEBATES

Organização Fernando Bessa Ribeiro / Manuel Carlos Silva
Ana Paula Marques

Trabalho, Técnicas e Mundo:

Perspectivas e debates

Trabalho, Técnicas e Mundo

PERSPECTIVAS E DEBATES

Fernando Bessa Ribeiro

Manuel Carlos Silva

Ana Paula Marques

organização

UMUS



Universidade do Minho
Centro de Investigação em Ciências Sociais

TRABALHO, TÉCNICAS E MUNDO: PERSPECTIVAS E DEBATES

Organização: Fernando Bessa Ribeiro, Manuel Carlos Silva e Ana Paula Marques

Director de colecção: Manuel Carlos Silva

© Edições Húmus, Lda., 2012
Apartado 7081
4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão
Telef. 252 301 382 Fax: 252 317 555
humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão
1.ª edição: Dezembro de 2012
Depósito legal: 338251
ISBN: 978-898-8549-45-7

Colecção: Debater o Social – 25

Índice

<i>Agradecimentos</i>	11
<i>Apresentação</i>	13
Fernando Bessa Ribeiro, Manuel Carlos Silva e Ana Paula Marques	
PARTE 1	
TRABALHO NO CAPITALISMO TARDIO: COMPETIÇÃO, FLEXIBILIZAÇÃO E DEGRADAÇÃO HUMANA	
<i>Metamorfosis del trabajo en las sociedades actuales</i>	27
Carlos Prieto	
<i>Trabalho, emprego e organizações na era da globalização: controvérsias</i>	39
Ilona Kovács	
<i>Restituir a multidimensionalidade do mercado de trabalho: o “olhar” sociológico</i>	61
Ana Paula Marques	
<i>Classe operária e “padrão de reprodução” do capital no Nordeste do Brasil: ética revolucionária e alianças políticas</i>	83
Luísa de Moura e Silva	
<i>Agências reguladoras: processo histórico, formação e debates</i>	103
Camila Philippi e Ricardo G. Müller	
<i>Do esgotamento revolucionário à (neo)dependência capitalista: O movimento sindical face às privatizações em Moçambique</i>	115
Fernando Bessa Ribeiro	

*Trabalho, profissões e género:
Alguns mobilidade em contexto de reprodução social* 135
Manuel Carlos Silva

*Efeitos do trabalho sobre a saúde e o bem-estar:
Compreender as diferenças para intervir nas iniquidades* 157
Maria de Oliveira Carvalho Rito

*A articulação entre a Escola de Enfermagem
e o contexto de trabalho hospitalar:
uma análise a partir da supervisão de estágios* 173
Ana Paula Macedo

O tempo da(na) investigação em tempos de crise 193
Elisa Maria Quartiero, Emilia Araújo e Lucídio Bianchetti

**PARTE 2
TRABALHO, TÉCNICAS, SABERES
E MODOS DE APRENDIZAGEM**

A revolução das redes e o homo connexus 217
Hermínio Martins

*Aproximar a mundos concretos:
um pensar da técnica e suas existências* 243
Susana Nascimento

*Conhecimentos, teorias e epistemologias:
Apropriações e reapropriações em todos os sentidos* 261
Bruno Martinelli

*Valorização e reconhecimento de saberes em África:
Proposições para uma exploração crítica
dos processos voluntaristas* 271
Pascale Moity-Maizi

*O trabalho dos aprendizes no sector informal urbano em África:
Senegal, Costa do Marfim, Togo* 293
Fabio Viti

<i>Progresso técnico, indústria de base e trabalho</i> Nilson Araújo de Souza	309
<i>As técnicas do trabalho doméstico: oportunidades e constrangimentos para as atividades de género</i> Maria Johanna C. Schouten	331
<i>As readequações do trabalho, a técnica e suas componentes: exemplos de uma empresa localizada em Portugal</i> Anna Sophia Piacenza Moraes e Eliza Helena Echternacht	345
<i>Notas biográficas dos autores</i>	353

Agradecimentos

A edição deste livro é consequência do contributo de colegas, técnicos e instituições que, com o seu trabalho e o apoio financeiro, a tornaram possível. Começamos por agradecer aos autores que, respondendo ao convite por nós formulado, nos fizeram chegar os textos que agora se publicam. Se alguns têm por base as comunicações apresentadas no colóquio *O trabalho, as técnicas e o mundo* realizado na Universidade do Minho, em Outubro de 2010, outros foram propositadamente elaborados para este livro. O trabalho competente da Ângela Matos, do secretariado do Centro de Investigação em Ciências Sociais, foi inestimável na organização e preparação dos textos para a edição. Como é seu timbre, o nosso editor, Rui Magalhães, recebeu com solicitude mais esta proposta para a colecção *Debater o Social*, mobilizando todos os seus meios e competências para a edição do livro.

Do lado dos apoios institucionais, essenciais para o suporte financeiro necessário à concretização física do livro, cumpre-nos relevar os contributos da Fundação para a Ciência e Tecnologia do Ministério da Educação e Ciência e da Agência Nacional de Investigação do governo da República Francesa, através do projecto *Systèmes de Savoirs e d'Apprentissage en Afrique* do Centre d'Etudes des Mondes Africains da Universidade de Provença.

Os organizadores
Fernando Bessa Ribeiro
Manuel Carlos Silva
Ana Paula Marques

Apresentação

Fernando Bessa Ribeiro, Manuel Carlos Silva e Ana Paula Marques

Este livro é consequência do colóquio “O trabalho, as técnicas e o mundo” organizado em Outubro de 2010 pelo Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, com o apoio do Centre d’Etudes des Mondes Africains da Universidade de Provença (França). A participação desta unidade de investigação francesa decorre do envolvimento de Fernando Bessa Ribeiro no projecto Sysav. Proposto e coordenado durante os primeiros anos por Bruno Martinelli e posteriormente por Pascale Moity-Maizi até à sua finalização, em Dezembro de 2011, foi um projecto de investigação que tinha como problemática estruturadora das investigações os sistemas de aprendizagem em diferentes países africanos, abordando contextos de trabalho diversos, do artesanal ao industrial, através dos quais se procurou compreender, entre outros aspectos, as técnicas envolvidas nos modos de aprendizagem observados e os impactos produzidos pelos processos de modernização e de circulação de saberes, alguns de amplitude global.

Realizado o colóquio acima mencionado, e atendendo à relevância de muitas das comunicações, os organizadores decidiram preparar uma publicação que, contudo, não corresponde exactamente às apresentadas. De facto, aos textos que serviram de base a estas juntam-se outros solicitados pelos organizadores a colegas, a maior parte dos quais inscritos no colóquio mas que, por razões pessoais ou financeiras, acabaram por não participar ou fizeram-no sem comunicação.

Como se escreveu no texto de divulgação do colóquio, o título do livro remete-nos para dois tópicos da maior relevância nas ciências sociais: o trabalho e as técnicas. Procurando sempre a comparação entre diferentes contextos sociais e geográficos, a discussão destes tópicos é feita tomando em consideração diversas escalas de análise, desde os estudos focados em investigações de âmbito micro até às discussões de âmbito global relacionadas com as mudanças nestes campos, algumas de teor marcadamente sistémico.

As correntes críticas de filiação marxista têm dado uma especial importância a estes tópicos, sublinhando nomeadamente a centralidade do trabalho e a dimensão social da técnica. Para além do significado etimológico de castigo (*tripaliare*=trabalhar=torturar), o conceito de trabalho assumiu diversos significados nas diferentes formações sociais e nas diversas escolas de pensamento económico. Enquanto os fisiocratas destacavam o valor da propriedade e do trabalho na terra como forças criadoras de riqueza, os liberais relevavam, além da terra, outros factores de produção nomeadamente o capital e o trabalho, designadamente no novo contexto industrial. Se os socialistas utópicos elaboraram uma reflexão crítica sobre a propriedade privada e o sistema capitalista, foi, porém, Marx (1974) quem levou a cabo uma primeira dissecação sistemática e crítica do modo de produção capitalista, no qual o trabalho, para além de fonte de valores de uso, cria, no âmbito do modo de produção capitalista, valores de troca. Marx (1974) traz para primeiro plano a tese de que o trabalho constitui o factor exclusivo da criação de riqueza através da transformação da natureza, sendo o capital o produto da acumulação de mais-valias não pagas ao trabalhador, processo este gerador de relações conflituais antagónicas. Daqui decorre, como justamente apontaram Marx e Engels (1978), que a acumulação capitalista não é possível sem trabalho, sobretudo o realizado sob a forma assalariada. O conjunto das forças produtivas e das relações de produção constitui o modo de produção, cuja infraestrutura assente na economia estaria na base da superestrutura corporizada no Estado, no Direito, na Arte, na Literatura, na Moral, na Religião, entre outras componentes. E, no quadro da infraestrutura económica, a técnica, outro conceito central trabalhado e desenvolvido neste livro, constituiria o factor estruturante para explicar os diversos fenómenos de carácter social, político e simbólico nas sociedades de ontem e de hoje.

Já numa perspectiva estruturo-funcional de inspiração parsoniana (Parsons 1988), o trabalho e as diversas actividades profissionais seriam resultantes de atribuições do sistema social, o qual ordenaria, em termos funcionais e hierárquicos, os diversos estatutos e papéis profissionais. Apesar de as diferentes perspectivas teóricas produzirem leituras divergentes, é notório que o trabalho, ao mesmo tempo que detém componentes estruturais em termos de produção e reprodução social nomeadamente de sustento de vida, comporta outros aspectos tais como satisfação psicológica ou utilidade social e é indutor de diversos significados socialmente construídos e atribuídos pelos respectivos actores sociais. Mais, o trabalho, não existindo fora da vida humana (Meillassoux 1997), não é mais do que o nome para as actividades que acompanham a vida, é a própria vida humana em si.

Apresentação

Já numa outra perspectiva teórica, Durkheim (1977) sugere que os diferentes instrumentos usados pelos seres humanos são produto de actividades colectivas, constituindo sempre uma marca distintiva de uma determinada civilização, ideia que convoca a nossa atenção para a existência de relações entre aqueles e a natureza da sociedade que os utiliza. Algo que viria a ser aprofundadamente exposto por Leroi-Gourhan (1964), quando sublinha que a sociedade molda o seu comportamento com os instrumentos que o mundo material lhe oferece, ou seja, as instituições sociais são inseparáveis do dispositivo tecno-económico.

Num pólo relativamente oposto ao estruturalismo ora marxista ora normativo-valorativo diversos autores de orientação accionalista e formista (cf. respectivamente Weber 1978, Simmel 1977), assumiram perspectivas pluri-dimensionais sobre os fenómenos sociais, nomeadamente sobre o trabalho e a técnica, criticando, por um lado, a linearidade economicista e monocausal da abordagem materialista e, por outro, valorizando o político ou o religioso no quadro da acção social, sem evacuar contudo o económico mas analisando as respectivas correlações. E, neste sentido, estes autores, não obstante terem sofrido décadas depois apropriações enviesadas por Parsons (1988), de modo algum convergem com este na medida em que para este último as ideias constituiriam a base explicativa do mundo material e económico e, mais, seria o factor estruturante da própria técnica.

Conquanto as posições teóricas possam divergir, é manifesto que existem relações estreitas entre as técnicas e os modos de vida e de pensamento que definem e organizam as sociedades. Temos novos enfoques e investigação em temas, escalas de observação e problemáticas extremamente diversas – dando origem à progressiva instituição do campo heterogéneo dos estudos sociais e culturais das ciências e das técnicas – que suscitam um amplo campo de debate entre opções analíticas diferentes, opostas ou mesmo contraditórias.

Na esteira do argumento desenvolvido por Martinelli (1987) e Geslin (1999: 7-9), a escolha técnica tem uma dimensão social à qual não pode escapar e que importa examinar para melhor a compreender. Apoiando-se nos contributos decisivos dos teóricos da Escola de Francoforte (cf. Habermas 1994), Leite (2005: 46) salienta que os interesses e objectivos sociais, em especial os dos grupos dominantes, estão já inseridos nas escolhas técnicas, pelo que nelas se projecta o que uma dada sociedade, num contexto histórico concreto, pretende fazer com os indivíduos e os objectos materiais. Estes, bem como outros teóricos neomarxistas e sem descurar os (inter)accionalistas e transaccionalistas (Weber 1978, Simmel 1977, Barth 1966, entre outros) introduzem assim abordagens multidimensionais sobre

o trabalho e o social, aprofundando a problematização da relação das técnicas com o económico, o político, o cultural e o religioso. Desta forma é incontornável que a mudança técnica não pode ser desligada das mudanças sociais e das estruturas no interior das quais fazem sentir os seus efeitos nem a sua crítica pode ser separada da crítica ao modo como cada sociedade se organiza. Neste quadro, e como argumenta Harvey (1999: 100), as técnicas podem ser entendidas como a forma material do processo de trabalho através da qual as forças produtivas e as relações de produção se exprimem. Longe de serem socialmente neutras (Martinelli 1987: 321-322), ambas têm um enorme impacto na organização do trabalho e estão indissolivelmente ligadas às lutas sociais e às relações de força que opõem os trabalhadores ao capital e aos conflitos que ocorrem nos espaços de produção (Burawoy, 1979). Mais, as opções técnicas são também inseparáveis das políticas de produção, do modo como se organiza o trabalho no espaço de produção e do papel nele desempenhado pelos trabalhadores. Quer dizer, as escolhas técnicas não podem ser desconectadas das mudanças sociais e das estruturas no interior das quais fazem sentir os seus efeitos nem a sua crítica pode ser separada da crítica das formas organizacionais engendradas nos espaços de produção.

Problematizar a técnica à luz destas diversas perspectivas sociológicas e antropológicas tem o mérito de levar em linha de conta as condições materiais objectivas da sua emergência e desenvolvimento, permitindo considerar os contextos sociais em que elas ocorrem e incorporar as dimensões subjectivas imbricadas no desenrolar das próprias acções enquanto portadoras e modeladoras das técnicas. Trata-se de saber, por um lado, em que medida há acções sociais que não são determinadas pelas técnicas e, por outro lado, até que ponto determinados saberes e procedimentos imateriais, rituais e actos linguísticos performativos, não sendo estritamente técnicos, devem ou não ser incorporados no pensamento tecnológico. Porém, se o alegadamente imaterial se dilui e/ou funde com o material, não se tornaria redundante e inútil a questão epistemológico-teórica de saber qual o lugar da técnica como factor relevante dos fenómenos sociais e sua articulação com outros factores e níveis de análise? Em todo o caso, quais as influências dos modelos, das mensagens e das imagens processadas nos microprocessadores e na internet na nossa vida quotidiana?

Considerando os três pilares da ciência – a matéria, a vida e o conhecimento – os quais deram lugar a três revoluções tecnocientíficas – a quântica pela descoberta do átomo, a biomolecular pela do gene e a informática pela do computador –, é hoje uma evidência que, independentemente dos diversos olhares sobre o trabalho e sobre as técnicas, estas vieram revolucionar os

modos de trabalhar e de viver, reintegrar os processos manuais e mentais na automatização e diminuir a penosidade de certas tarefas na cadeia produtiva – sem que se possa falar de uma redução geral da monotonia ou do carácter alienante do trabalho. Daqui resultam alterações profundas nos processos produtivos e nos usos da força de trabalho, com a destruição, a criação e a reconfiguração de tarefas, posições e identidades laborais.

As estruturas e dinâmicas da globalização e sua intensidade não seriam compreensíveis sem o papel primacial da tecnologia e das mais diversas técnicas.^[1] É de salientar que hoje não são só os marxistas que sublinham a capacidade estruturante da técnica na sociedade mas são os próprios (neo) liberais a realçar, mas já com uma considerável dose ideológica, as miríficas capacidades redentoras das tecnologias. Se os neoliberais elogiam acriticamente as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e os processos de automatização, são alguns críticos, designadamente marxistas, que, alertando para riscos e até, por vezes, para questões éticas, problematizam as TIC e não deixam de sublinhar a destruição das velhas qualificações e identidades e os efeitos degradantes, provocando frustrações e insatisfações. Não há, portanto, efeitos homogeneizantes das novas tecnologias, uma vez que a automatização segmenta e dualiza sectores laborais e trabalhadores. As novas tecnologias, presentes na produção e circulação de bens e serviços, a par dos seus efeitos positivos de compressão do espaço-tempo, circulam como mercadorias e, como tal, reproduzem, nos seus fluxos, assimetrias que afectam países e classes sociais mais desprovidas de recursos. Porém, como potenciais “máquinas” de produção da mudança, com implicações nos diversos campos societais, entre outros ao nível dos modos de produção e de organização do trabalho, as técnicas podem desencadear formas de resistência por parte dos grupos sociais atingidos, podendo a sua apropriação constituir também um potente instrumento de contestação das desigualdades e de afirmação da cidadania.

Técnicas implicam saberes. Umas e outros circulam. Antecipando de certa forma a ideia de globalização, a migração das técnicas e dos saberes que as produzem e as utilizam à escala do mundo tem, pelo menos, a idade do sistema mundial moderno [cf. Wallerstein 1990 (1974), Braudel

¹ A tecnologia não é somente, como escreve Cresswell (2000: 698-689), o estudo das actividades humanas relativas à obtenção e transformação dos materiais naturais, mesmo que ele englobe as matérias-primas, as ferramentas, os gestos, os saberes, as cadeias operatórias e as relações sociais que lhe estão associadas. A tecnologia faz parte do conflito que opõe o trabalho ao capital, funcionando como um recurso que este utiliza sempre que a subida dos salários ameaça a acumulação (Harvey 1999: 117-124). Como salienta Harvey, o contributo de Marx [1974 (1867)] é, nesta discussão, crucial, ao tornar evidente que a tecnologia pode funcionar como um instrumento para a redução da capacidade de intervenção dos operários no espaço de produção, incluindo a capacidade de colocar em prática greves e outras formas de luta organizada.

1992 (1979) e Wolf (1982)]. Ainda que difícil de medir, sem o contributo do desenvolvimento técnico as actuais dinâmicas da globalização, nomeadamente a nível comunicacional, seriam bem diferentes e certamente menos intensas. Imprescindíveis à circulação de mercadorias, serviços e pessoas, as técnicas são também fundamentais para a produção daquilo que Appadurai (1990) designa por “imaginação global”: formas subjectivas de imaginação do eu e do mundo, estimuladas pelos constantes fluxos de imagens, modelos e narrações que têm no micro-processador, no transístor e na internet os seus principais recursos técnicos.

O nosso mundo é também feito de outras diferenças e desigualdades que, conquanto relacionadas com os campos da economia e do social, possuem especificidades e até uma certa autonomia. Face à comumente designada “civilização tecnológica”, é relevante reflectir sobre as assimetrias na produção, distribuição e uso das técnicas. Assim, é necessário conhecer os lugares onde as inovações técnicas (e os saberes que as produzem) ocorrem e analisar os processos de circulação à escala global, com especial atenção para os modos de negociação das inovações com as técnicas pré-existentes nos diferentes contextos geográficos. “Máquinas” de produção da mudança, concorrendo para “a magna aceleração do nosso tempo” (Martins 2003: 20), com implicações nos diversos campos societais, mormente ao nível dos modos de produção e de organização do trabalho, as técnicas podem desencadear formas de resistência por parte das populações e grupos sociais por elas atingidos, ao mesmo tempo que suscitam questões éticas e políticas que interpelam o modo como cada sociedade encontra resposta para a vida em comum e para aspectos como a noção de humano, as relações com a vida e a morte e os riscos suscitados pelo desenvolvimento e a utilização das técnicas.

A organização do livro não corresponde ao alinhamento do colóquio. Enquanto este foi constituído por quatro painéis, antecidos e encerrados por duas conferências, o livro organiza-se em duas grandes partes, a saber: (i) trabalho no capitalismo tardio – competição, flexibilização e degradação humana; (ii) trabalho, técnicas, saberes e modos de aprendizagem. Deste modo, o leitor pode encontrar uma certa coerência temática que, tomando sempre como referência o trabalho, o discute considerando, por um lado, a sua relação com as transformações políticas e sociais ocorridas em distintas geografias e contextos e, por outro lado, o modo como a técnica, os saberes e aprendizagens se produzem em contexto de trabalho e o modificam. São dezoito os textos reunidos neste livro, dez dos quais na primeira parte.

O livro abre com um texto de Carlos Prieto sobre as transformações do trabalho nas sociedades contemporâneas. Constatando a “desordem” actualmente existente em torno do conceito e do valor do trabalho, Prieto dis-

cute as transformações ocorridas nas últimas décadas defendendo que hoje predomina o modelo posfordista, isto é, o do emprego flexível severamente subordinado aos interesses das empresas. De seguida, temos o texto de Ilona Kovács, em torno da discussão do trabalho, emprego e organizações na contemporaneidade – designada por era da globalização. Tomando como referência as transformações ocorridas no campo da produção, do trabalho e do emprego, no qual a enorme diversidade de formas de emprego é dominada pela flexibilidade contratual e do tempo laboral, da diversidade de estatutos e remunerações, a autora empreende uma análise teórica escrutinando as diversas posições em confronto. Prosseguindo com a discussão em torno do campo laboral, Ana Paula Marques considera que uma das dimensões cruciais para se compreender a complexidade das sociedades contemporâneas, na sua relação entre trabalho e capital, reside na discussão em torno dos múltiplos (des)entendimentos do mercado de trabalho. Será em função das mudanças tecnológicas e dos padrões económicos que o mercado de trabalho tem vindo a ser restituído na sua multidimensionalidade sob um “olhar” sociológico, particularmente mais incisivo a partir dos anos oitenta do século XX. Assim, ao longo do texto a autora apresenta, primeiro, os pressupostos de base da abordagem neoclássica do mercado de trabalho; segundo, discute o alcance das teorias “corretoras” que foram emergindo no quadro de uma crescente perceção das insuficiências daquela abordagem; e, terceiro, realça a importância de uma leitura do mercado de trabalho a partir das suas estruturas, estrangimentos e desiguais lógicas de ação dos agentes sociais. Só na ancoragem de uma reflexão teórica do mercado de trabalho a partir de contributos sociológicos, por um lado, e, por outro, contextualizando-o em termos históricos e sociais será possível compreender as transformações de práticas, vivências e perceções sobre o trabalho, o emprego e o desemprego na (re)produção da sociedade. Procedendo a uma reflexão histórica sobre o processo de formação da classe operária no Nordeste brasileiro, Luísa de Moura e Silva focaliza a sua atenção no seu papel enquanto motor de desenvolvimento, consciência crítica e alianças políticas. Trata-se de uma análise escorada nas teses propostas pelas teorias da dependência e do centro-periferia, sublinhando a autora a importância do contexto regional e suas contradições com outras escalas geográficas, nomeadamente a nacional. Ainda no Brasil, Camila Philipi e Ricardo Müller reflectem sobre as transformações políticas ocorridas no país nas últimas décadas e suas relações com a reforma do Estado a nível federal e a constituição de agências reguladoras. Do ponto de vista teórico, trata-se de um texto que se socorre dos contributos, entre outros, de Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Francisco de Oliveira e José Luiz Fiori. Mudando de continente, Fernando Bessa Ribeiro

analisa a posição do movimento sindical moçambicano face às privatizações ocorridas neste país da África austral a partir da década de 1990. No seu entender, a compreensão da incapacidade deste em se opor de forma eficaz a este processo tem de considerar o trajecto do sindicalismo em Moçambique desde as suas origens, pós-Segunda Guerra Mundial, e o do país, nomeadamente pós-independência, marcado pela guerra civil e a derrota do projecto revolucionário. Já Manuel Carlos Silva, começando por reflectir sobre o trabalho como conceito basilar, as suas dimensões estruturais e os seus diversos significados nos diferentes tipos de sociedades e, em particular, no modo de produção capitalista, não só convoca diversos teóricos em torno da velha questão central da reprodução *versus* mobilidade social, como traz, com base nalguns resultados de uma investigação empírica sobre desigualdades de género no trabalho, alguns resultados que evidenciam processos de reprodução social e alguma mobilidade social intergeracional entre profissões passadas dos pais e das mães e as dos filhos/as inquiridos/as. Por sua vez, Maria de Oliveira Carvalho Rito analisa os efeitos do trabalho na saúde dos indivíduos, tendo por base um estudo que envolveu quase meio milhar de residentes no concelho de Braga. Os resultados mostram que a saúde dos indivíduos não é indiferente à sua posição social, neste caso existe uma relação directa favorável entre situação profissional e saúde e bem-estar. Ainda no campo da saúde, o texto de Ana Paula Macedo debruça-se sobre dois contextos organizacionais, escolar e hospital, para reflectir sobre alguns aspectos organizacionais em contexto de supervisão de estágios. Explorando os dados de uma investigação de natureza qualitativa, procurou analisar a supervisão de estágios na articulação interorganizacional entre a Escola de Enfermagem e o Hospital, por um lado, e compreender, por outro, as lógicas de supervisão de estágios de Enfermagem, implícitas e explícitas, entre as duas organizações. Não deixando ambas de estarem marcadas pelas lógicas mercantis produzidas pelas teorias da gestão, sublinha que a instituição escolar está, até ao momento, menos afectada pela racionalização de mercado. No seu entender, tal proporciona alguma margem de manobra para fazer da formação e da investigação espaços de estudo e reflexão sobre os efeitos destas lógicas no trabalho. Por fim, a encerrar a primeira parte do livro, temos um artigo de Elisa Maria Quartiero, Emília Araújo e Lucídio Bianchetti sobre a experiência do tempo no campo académico. Constatando que este está também atingido pela crescente intensificação dos ritmos de trabalho, condicionado por sistemas de controlo e avaliação de desempenho, o texto estrutura-se em torno de três aspectos: metodologia utilizada, enquadramento teórico e análise sobre as transformações nos tempos de investigação. Como justamente sublinham na conclusão, aquilo que era até

há poucos anos específico do campo empresarial – a aceleração do tempo de trabalho – invadiu também as universidades, dando origem ao que alguns autores designam por capitalismo académico.

Hermínio Martins abre a segunda parte do livro, com um texto sobre a revolução das redes e produção do que designa por *homo conexus*. A partir de uma análise minuciosa da expansão e vulgarização da internet e das tecnologias digitais de informação e comunicação, o autor constata que estas afectam todos os aspectos da vida social dos indivíduos – cada vez mais marcada pela multiplicidade de relações sociais e vinculações a diferentes grupos e interesses –, bem como os campos que compõem a sociedade humana, isto é, são “fenómenos humanos totais”. Prosseguindo com a reflexão em torno da relação entre artefactos, técnica e seres humanos, Susana Nascimento procede a uma análise das diversas dimensões da técnica, para demandar um melhor e aprofundado conhecimento, mormente por parte da sociologia, da antropologia e da filosofia, essencial para uma compreensão mais densa das suas articulações com o social e o humano. Já o texto de Bruno Martinelli assume um outro enfoque, centrado nas apropriações e usos de saberes em África. No seu entender, a proliferação e a circulação de saberes – que para alguns dão origem à sociedade do conhecimento – não impede o protagonismo crescente dos saberes locais, incluindo no que se relaciona directamente com a sua aplicação. Daí que o seu texto se debruce sobre o papel dos diferentes contextos africanos na produção de saberes, considerando que a sua análise implica a mobilização de perspectivas teóricas e temáticas envolvendo os mais distintos campos sociais e económicos. Por seu lado, Pascale Moity-Maizi procura construir um outro olhar sobre os processos de valorização dos saberes locais em África. O seu esforço analítico tem como principal objectivo contribuir para a definição de uma proposta teórica e metodológica, articulando os contributos da tecnologia cultural, da sociologia da ciência e das técnicas e da antropologia do desenvolvimento, capaz de produzir uma crítica mais aprofundada sobre estes processos, por um lado, e a renovação da análise por outro. Ainda em África, agora focado no Senegal, Costa do Marfim e Togo, Fabio Viti reflecte sobre o trabalho dos aprendizes em contexto informal. No seu entender, a aprendizagem é inseparável do trabalho gratuito, sem direitos, conquanto constitua uma contribuição produtiva, ainda que limitada e imperfeita. Este funciona, assim, como a contrapartida fundada na “dívida” resultante da aprendizagem realizada. Situação que não deixa aos aprendizes outra solução que não seja o de procurar formas expeditas de obtenção de pequenos ganhos através das prestações de serviços e ganhos fora do controlo dos artesãos de quem dependem. Por seu lado, Nilson Araújo de Souza, mobilizando um vasto

acervo teórico, nomeadamente de origem latino-americano, interpela as relações entre progresso técnico, indústria de base e trabalho em diferentes configurações societais, capitalista (com destaque para a latino-americano) e socialista. Centrando a sua atenção no papel da indústria básica no desenvolvimento, combina esta discussão com as possibilidades de emergência de uma nova revolução tecno-científica, em seu entender só possível com o fim dos monopólios e o controlo do conhecimento por parte do Estado. Já Johanna Schouten analisa o trabalho realizado no espaço doméstico, sublinhando que exige competências, acção física e mental, artefactos e o respeito por normas específicas da cultura. Argumentando que o trabalho neste contexto tem conhecido transformações relevantes, nomeadamente em termos das técnicas e artefactos, tal não se traduziu numa alteração significativa dos papéis sociais desempenhados pelos homens e pelas mulheres, continuando a caber a estas o grosso das tarefas. A encerrar o livro, Anna Sophia Piacenza Moraes e Eliza Helena Echternacht reflectem sobre as máquinas, ferramentas, postos de trabalho e técnicas, considerando que estas estão presentes na arquitectura e características das máquinas e outros artefactos utilizados pelos indivíduos, não deixando de influenciar a própria acção corporal e as condições em se trabalha.

Por fim, uma breve referência para os procedimentos linguísticos adoptados. Como o leitor observará, os organizadores decidiram respeitar as diferentes formas de escrever o português em Portugal e no Brasil, seguindo o novo acordo ortográfico. Não cabe aqui a crítica em relação ao debate em curso e às posições nele assumidas pelos diversos países de língua oficial portuguesa, mas tão-somente reconhecer que, não obstante as manifestas vantagens que o acordo pode trazer para a afirmação da nossa língua no mundo, estes diferentes usos da língua são expressão concreta da diversidade dos nossos países neste domínio concreto da cultura que de modo algum embaraça a comunicação e o debate entre os cidadãos que pensam, falam e escrevem em português, nomeadamente a nível científico e académico. No mesmo sentido, e seguindo uma opção já tomada em outra publicação [Silva e Ribeiro (orgs.) 2010] manteve-se o texto de Prieto na sua língua, o castelhano, não só porque a mesma é acessível ao leitor medianamente competente em português, como também queremos aqui assumir a nossa oposição ao que Halimi (2013: 1) designa justamente por “língua única” – elemento essencial para a uniformização do mundo, isto é, a americanização do mundo –, através da valorização da intercompreensão linguística entre os falantes de duas línguas latinas tão próximas e com as quais pensam, sonham e lutam centenas de milhões de pessoas em todos os continentes.

Referências bibliográficas

- APPADURAI, Arjun (1990), “Disjuncture and difference in the global culture economy”, in Mike Featherstone (edited by), *Global culture: nationalism, globalization and modernity*. Londres, Sage, 295-310.
- BARTH, Frederic (1966), *Models of Social Organization*, Londres: Royal Anthropological Institute.
- BRAUDEL, Fernand [1992 (1979)], *Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII): o tempo do mundo*. Lisboa, Teorema.
- BURAWOY, Michael (1979), *Manufacturing consent: changes in the labour process under monopoly capitalism*, Chicago: The University of Chicago Press.
- CRESSWELL, Robert (1991) “Technologie” in Pierre Bonte e Michel Izard (dir.), *Dictionnaire de l’ethnologie et de l’anthropologie*. Paris, Presses Universitaires de France: 698-701.
- DURKHEIM, Émile [1977 (1893)], *A divisão do trabalho social*. Lisboa, Presença.
- GESLIN, Philippe (1999), *L’apprentissage des mondes: une anthropologie appliquée aux transferts de technologie*. Paris: Éditions Octarès et Fondation de la Maison des sciences de l’homme.
- HABERMAS, Jürgen (1994), *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70.
- HALIMI, Serge (2013), “Contra a língua única”, *Le Monde Diplomatique (edição portuguesa)*, II Série, n.º 80, 1.
- HARVEY, David (1999), (1999), *The limits to capital*. Londres, Verso.
- LEROI-GOURHAN, André (1964), *Le geste et la parole: technique et langage*. Paris, Albin Michel, vol. I.
- MARTINELLI, Bruno (1987), “La fin et les moyens: l’ethnologie et l’intervention technologique”, *L’Uomo*, XI (2), 319-341.
- MARTINS, Hermínio (2003), “Aceleração, progresso e *experimentum humanum*” in Hermínio Martins e José Luís Garcia (coordenação), *Dilemas da civilização tecnológica*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 19-89.
- MARX, Karl [1974 (1867)], *O Capital*. Lisboa, Delfos, vol. I.
- MARX, Karl e Friedrich Engels (1978), *Sobre o colonialismo*. Lisboa, Estampa, vol. II.
- MEILLASSOUX, Claude (1997), *L’économie de la vie*. Lausanne, Page2.
- PARSONS, Talcott [1988(1951)], *El sistema social*, Madrid: Alianza Editorial.
- SILVA, Manuel Carlos e Fernando Bessa Ribeiro (organizadores) (2010), *Mulheres da vida, mulheres com vida: Prostituição, Estado e Políticas*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- SIMMEL, Georg (1977), *Sociologia. Estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Revista de Occidente/Alianza Editorial.
- WALLERSTEIN, Immanuel [1990 (1974)], *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo no século XVI*. Porto, Edições Afrontamento.

WEBER, Max [1978 (1920)], *Economy and Society*, editado por G. Roth e C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press.

WOLF, Eric R. (1982), *Europe and the people without history*. Berkeley, University of California Press.

PARTE 1

Trabalho no capitalismo tardio:

Competição, flexibilização e degradação humana

Metamorfosis del trabajo en las sociedades actuales^[1]

Carlos Prieto

El párrafo con el que se inicia la voz “Trabajo” del *Diccionario de relaciones interculturales. Diversidad y Globalización* resume bien el sentido de las ideas que se van a exponer y defender en este artículo: “Durante largas décadas del siglo XX, cualquiera que fuera el discurso sobre el trabajo y por diferentes que fueran los planteamientos teóricos de fondo, había al menos dos puntos en los que todo el mundo – científicos sociales o gente del común – estaba de acuerdo. El primero era su definición. Por trabajo se entendía toda actividad productiva remunerada monetariamente y se sobrentendía, además, que en forma salarial. El segundo era su valor. El trabajo (asalariado, se suponía) era considerado como la actividad fundamental en torno a la cual las sociedades se jugaban su cohesión interna y aquella que otorgaba a los individuos un lugar (legítimo) en la sociedad. Para unos científicos sociales - antes que nada los economistas –, el trabajo sigue teniendo el mismo significado que el precedente: una actividad productiva remunerada. Para otros, hay actividades no remuneradas - y no de menor importancia, como las labores domésticas - que deben ser consideradas también trabajo (productivo); no hay acuerdo, pues en su definición. El desacuerdo acerca de su significado se acentúa cuando de lo que se trata de establecer es su valor. En este sentido, hay sociólogos muy reconocidos que sostienen que el trabajo ha perdido la centralidad social que un día tuvo (Offe, 1994; Bauman, 2000). Otros, sin embargo, defienden que poco o nada de esencial ha cambiado en las sociedades actuales como para desplazar al trabajo a un segundo plano (todos o casi todos los sociólogos del

¹ Este texto tiene como antecedentes tres publicaciones mías sobre el mismo tema y que indico a continuación: “Teoría social del trabajo”, publicado en Giner S (edit), 2011, *Teoría sociológica moderna*, Barcelona. Editorial Ariel; la voz “Trabajo” incluida en Barañano A., García J. L., Cátedra M. y Devillard M. J. (2007), *Diccionario de relaciones interculturales*, Madrid, Editorial Complutense; y Prieto (coord.), 2009, *La calidad del empleo en España: una aproximación teórica y empírica*, Madrid, Ediciones del Ministerio de Trabajo e Inmigración.

trabajo franceses y españoles lo piensan así); para ellos el trabajo no sólo cuenta, sino que, además, es lo que más cuenta. No es nada extraño en este contexto que haya autores que se refieran a la situación como de “desorden semántico” (Santos, 1995)”.

Algo – o mucho – ha debido de cambiar el significado y valor del trabajo en las últimas décadas como para que se dé hoy este “desorden”. Trataré de este cambio mostrando en qué ha consistido en los países europeos tomando como punto de partida los años ochenta del siglo pasado. Inevitablemente no podré menos de tener presente, ante todo, los cambios que han tenido lugar en España desde la Transición política de la segunda mitad de los años 70, pero toda la literatura económica y sociológica europea se orienta en el mismo sentido. Ofreceré el contraste entre el significado y valor del trabajo en los Años de los Constituciones (en torno al año 80) y en los Años de la Globalización (de los años 90 a la actualidad). Desde ahora adelanto que esta transformación tiene rasgos comunes en casi todos los países de economía avanzada – y, en particular, los de la Unión Europea, pero que, a la vez, tiene rasgos específicos.

El concepto en torno al cual voy a construir mi argumentación es el de “norma social de empleo”. “Se entiende por *norma social de empleo* el conjunto de principios, criterios sociales y reglas que en un momento histórico dado definen el ser y deber ser del trabajo asalariado referido tanto al trabajo como actividad como a las clases de sujetos que la realizan o han de realizarlo (trabajadores) en el marco de la asimétrica relación salarial” (Prieto, 2009). Toda norma de empleo se apoya en y tiende a producir una determinada configuración de las relaciones de poder en el ámbito de la relación salarial y una determinada organización de la producción de bienes y servicios. A la vez, como todas las normas sociales, la norma social de empleo es disputada y cambiante. Esa disputabilidad incluye la posibilidad de que en un momento dado puedan darse varias normas en competencia, aunque sólo una de ellas sea la hegemónica.

En nuestro caso, pensamos que el mejor modo de aproximarse a la descripción del contenido de las dimensiones que forman parte de la norma social de empleo en España es plantearlo como el resultado de una tensión entre dos normas sociales de empleo distintas. La primera de esas dos normas es la que suele recibir la denominación de fordista o *salarial* y su momento de mayor aceptación e implantación en las sociedades europeas fue el de los años sesenta y setenta y ha tenido y tiene como sustrato social más importante movimientos sindicales con importantes recursos de poder. La segunda, que suele designarse como posfordista o de empleo *flexible/empresarial*, inicia su recorrido a comienzos de los 80, su momento de

mayor implantación tendrá lugar en los años noventa y dos mil (los años de la Globalización) y tiene como sustrato social más importante el mundo de la empresas.

La norma social es un referente: la realidad del empleo puede hallarse distante del referente, pero esta realidad es vista y juzgada a partir de éste.

Años de los “Estados Nacionales”: la hegemonía de la norma salarial de empleo

Si hay un punto en el que coinciden todos los expertos, tanto en España como en Europa, cuando se compara la “situación del empleo” de los años de la política de inspiración keynesiana (años sesenta y setenta) con la que se da en la actualidad, es el claro contraste entre el “desempleo de masa” actual con el “pleno empleo” anterior. No hace falta decir que el empleo de este pleno empleo es el empleo de trabajo realizado en, por y para el mercado y su referente natural es el trabajo asalariado.

El reto del pleno empleo aparece como un elemento sustantivo del referencial social y político de la norma salarial del empleo (los años de la Constitución para el caso español). Que el objetivo del “pleno empleo” forme parte de la concepción de lo que es/ha de ser el trabajo y el empleo en los años de la Constitución lo constatamos en la Ley Básica de Empleo de 1980 y hasta en el propio texto de la Constitución. Tanto la una como la otra lo proclaman explícitamente como un objetivo central de las políticas públicas. El significado real de este objetivo político en los años de la Constitución no es nada obvio. Para captar todo su significado y relevancia, es preciso tener en cuenta al menos los dos puntos siguientes: a) que apostar por el pleno empleo en 1980 cuando la tasa de paro se había situado ya en un 8,7%, era aceptar un envite político muy fuerte y eso aunque no fuera entendido más que como ausencia de desempleo; y b) que poco a poco el objetivo del pleno empleo irá desapareciendo del horizonte político español (lo mismo que en Europa). “En este contexto de inteligibilidad sólo parece que haya una razón final que explique el mantenimiento del pleno empleo – según era entendido en aquel momento – como objetivo político: una elevada tasa de paro era considerada como un verdadero peligro para el mantenimiento y la reproducción pacífica de una sociedad democrática mínimamente cohesionada, el modelo de sociedad por el que, en grado diverso, habían apostado las más importantes fuerzas sociales y políticas del momento” (Prieto, 2002: 93). En el orden social de la sociedad española de 1980 el trabajo – no hacía falta decir que asalariado, se sobreentendía – jugaba un papel clave en la conformación de la identidad

ciudadana. El trabajo, al igual que en todas las sociedades salariales, es considerado como “el elemento central de esta ciudadanía” (Alonso, 1999: 216^[2]). De ahí que se exija a todos los ciudadanos el deber de trabajar^[3], se les reconozca el derecho a hacerlo y se proclame que el Estado haya de poner los medios necesarios para que sea así. Es, por lo tanto, la centralidad social y política del trabajo y del empleo la que está detrás del pleno empleo como objetivo estratégico.

Pero es también esa centralidad la que está detrás del contenido de otras dimensiones de la norma salarial del empleo de este período que son aquellas que definen más estrictamente su “decencia” (en el sentido que terminará por dar a este término la OIT). En una sociedad constituida como “un Estado social y democrático de Derecho” (Art. 1 de la Constitución) no basta con que todos los ciudadanos-trabajadores tengan empleo (o se vean protegidos y ayudados cuando carezcan de él); es preciso, además, que ese empleo sea un “buen empleo”, un empleo decente. Y por “buen empleo” se entenderá, sobre todo, un empleo que proporcione a los trabajadores asalariados seguridad, suficiencia de recursos (sólo hay empleos a jornada completa), la certeza de una mejora permanente en sus condiciones de trabajo y de vida y el reconocimiento de una representación colectiva en las relaciones sociolaborales (la necesidad de compaginar vida laboral y familiar todavía no se plantea dado que la tasa de actividad de las mujeres es muy baja). De ahí que “por norma un verdadero trabajo y un empleo auténticos no podían ser a tiempo parcial y/o de duración determinada. Se consideraba que estos tipos de empleo implicaban en sí mismos un juicio moral que degradaba tanto al trabajo como al trabajador. El empleo “temporal” no ofrecía más que inseguridad económica, el empleo a tiempo parcial insuficiencia, y el empleo temporal y a tiempo parcial inseguridad e insuficiencia. Ahora bien, ni la insuficiencia ni la inseguridad debidas al empleo podían ser propiedades sobre las que construir un orden de relación salarial aceptable democráticamente” (Miguélez y Prieto, 2008). De ahí que las situaciones de “pobreza y de exclusión social no fueran pensables más que fuera del espacio social del empleo” (Prieto, 2002: 96). Los empleos temporales y a tiempo parcial estaban tan fuera de la norma que las estadísticas de la Encuesta de Población Activa (la “encuesta de empleo” para Eurostat) elaboradas por el Instituto Nacional de Estadística no ofrecía ninguna información acerca de ellas.

² “El trabajo – escribe Alonso – se constituía en el elemento central de esta ciudadanía social y, por lo tanto, como forma de reconocimiento social servía de primer regulador de los derechos y deberes de los individuos dentro de la sociedad de bienestar” (Alonso, 1999: 216).

³ La Constitución española de 1978 sólo requiere de todos los ciudadanos españoles el cumplimiento expreso de dos deberes. Uno de esos dos únicos deberes es el “deber de trabajar” (Art. 35) (el otro es el de “servir – militarmente – a España”).

De este modo los dos rasgos generales que caracterizan/deben caracterizar el empleo son inseparables: “Ni pleno empleo sin buen empleo (trabajo decente) ni buen empleo (trabajo decente) sin pleno empleo” (Prieto, 2002: 93)⁴. La norma salarial del empleo se apoyaba y era expresión de unos recursos de poder sindical importantes (movilizaciones sociales de la Transición) y una organización de la producción que tenía como referente un modelo de empresa industrial, grande, concentrada e integrada (sin recurrir a la externalización ni subcontratación de actividades).

Los años de la globalización: la hegemonía de la norma flexible/empresarial del empleo

Los componentes de la norma salarial de empleo española fueron incorporados puntualmente a la misma en el período que transcurre entre la segunda mitad de los setenta y primera de los ochenta (a pesar de la evolución del paro), pero hundieron sus raíces en unas relaciones sociales de clase casi seculares. La norma salarial de empleo española - y, a la vez, europea - es la vía que siguieron las sociedades europeas para lograr que la clase obrera terminara por aceptar - o al menos dejar de ponerlo en cuestión radicalmente - el orden de la economía capitalista en contextos políticos democráticos. Esta dinámica secular va a romperse en los años ochenta para dar lugar a un nuevo orden social, económico y de empleo - a una nueva *doxa* - que va a recibir la denominación de neoliberal⁵.

La razón principal para poner en marcha ese nuevo orden serán las elevadas tasas de paro (20% en 1984; 24% en 1994 y 26% en 2012). Y la consigna va a ser la flexibilización laboral. Por “*flexibilización laboral*” (Boyer, 1986; el llamado Informe Dahrendorf de 1986 para la OCDE) se entenderá toda modificación de las normas sociolaborales que, desde el ámbito jurídico, amplíe el poder y la capacidad de las empresas para realizar ajustes rápidos del empleo y de las condiciones de trabajo como respuesta a las continuas fluctuaciones del entorno económico.

La flexibilización del empleo se producirá en España básicamente en cuatro reformas del Estatuto de los Trabajadores de 1980. La primera en 1984 y la última - gran reforma - en febrero de 2012. *Grosso modo* todas ellas han ido en la misma dirección: los contratos temporales y a tiempo par-

⁴ Se trata de una concepción del pleno empleo que tiene antecedentes en Keynes y Beveridge. Para este último, “pleno empleo (...) significa que el número de puestos de trabajo vacantes sea superior al de hombres desempleados, y no ligeramente inferior. Significa que los puestos de trabajo se remuneren con un salario justo y sus características y localización sean tales que quepa esperar razonablemente que los desempleados los cubran.” (Beveridge, 1988:38).

⁵ Para una visión global y de síntesis consúltese el Cuadro que aparece en el anexo.

cial se han normalizado, la protección social del empleo limitada, el poder empresarial y la capacidad empresarial de gestionar sus “recursos humanos” se han visto sustancialmente incrementadas, las prestaciones sociales – incluida la protección social de desempleo – reducidas, los recursos de poder de las organizaciones sindicales limitadas,,... El resultado de ello será una configuración social del empleo no sólo segmentada sino también – y quizás esto sea más importante – frágil. Desde que a comienzos de los 90 la temporalidad contractual se instala en el corazón de la relación salarial española lo que podríamos entender como el índice de fragilidad sociolaboral de empleo (paro + temporalidad sobre totalidad de asalariados) nunca ha bajado del 40%.

Si se tienen en consideración *todas* las propiedades señaladas de la norma de empleo flexibilizado se concluirá que, al igual que sucedía en el caso de la norma salarial de empleo, constituyen un todo coherente. En él se tiende a asignar al trabajo (asalariado) y al trabajador un lugar, políticamente definido, en el ordenamiento social muy distinto del que se les asignaba en el caso de la norma salarial del empleo. En esta última, trabajo y trabajador ocupaban un lugar central en la estructuración del orden social y en la definición de las identidades individuales y colectivas: centralidad que era expresada/realizada por medio de un conjunto sistemático de normas cuyo objeto era el de asegurar a todo empleo el mínimo de condiciones materiales y morales para hacer digno su ejercicio y a todo trabajador el mínimo de recursos suficientes, obtenidos con su trabajo, para llevar, con todo derecho, una vida digna. Ese trabajo y ese trabajador se hallaban insertos en un orden económico capitalista, pero era un orden en el que el “capital”, en base a un pacto de intercambio político articulado en torno al poder político del Estado^[6], había llegado a aceptar aquella centralidad a cambio de poder mantener y reproducir pacíficamente la lógica y la práctica de la maximización del beneficio empresarial privado. Ahora cambian radicalmente el orden social del empleo.

En el nivel más aparente el empleo sigue ocupando un lugar prioritario. No hay medida de política social y económica que no lo señale. “El empleo se constituye en el motivo central de todas las reformas del mercado de trabajo. La creación de empleo es el argumento central en todos los cambios legislativos”, escribe Bilbao (1999: 313) tras una revisión minu-

⁶ “Los Estados-nación europeos desarrollaron una capacidad para gobernar ‘sus’ economías, aplicando el poder público para controlar las actividades económicas y los resultados del mercado en función del ‘interés público’” (Boyer y Drache, 1996: 300). “Los dos imperativos del Estado benefactor y que éste armonizó con relativo éxito (fueron): el imperativo de mantener y sustentar la acumulación privada; y el imperativo de cohesionar y desconflictivar la sociedad por medio de políticas públicas de consumo y legitimación social” (Alonso, 2000: 121).

ciosa de toda la legislación social y laboral de los años ochenta y noventa. Pero ese supremo objeto de deseo no parece poder ser alcanzado más que si se favorecen las condiciones de crecimiento económico, lo cual, en los momentos actuales de globalización económica, significa favorecer las condiciones de “mejora de la competitividad de las empresas españolas” (Preámbulo de la Ley 11/1994) y de la economía española en su conjunto. Ahora bien, es el objetivo del logro y el mantenimiento de la competitividad empresarial, mediación estrictamente necesaria según las convenciones político-económicas del momento para la creación del empleo, el que exige, precisamente... la flexibilización del empleo. La “seguridad de la economía (impone y justifica) la inseguridad del trabajo” (Bilbao, 1993). De este modo la política de creación de empleo lleva consigo su necesaria precarización. Se creará empleo, si se crea, pero será a costa del “buen empleo”. De paso, se habrá justificado – argumentado la justificación de – la propia precarización. Nadie la quiere, pero si se pretende alcanzar el bien principal – el aumento del empleo para reducir el paro – será necesario aceptarla como mal menor. Es más, como la flexibilización del empleo se considera como un requisito imprescindible para la necesaria competitividad empresarial, se terminará flexibilizando el empleo aunque no se cree empleo. Así es como el empleo pasa a ocupar un segundo plano en la política pública y en el nuevo orden social que se pretende construir, así es como es degradado. A partir del momento en que se admiten como “normales” cierto tipo de empleos cuyas características (temporalidad, parcialidad, salarios por debajo del SMI...) hacen que sean, casi siempre, escasamente apreciados por los trabajadores⁷, ya no podrá sostenerse que el empleo, es decir, cualquier empleo, sea/deba ser condición necesaria para la “inserción social” de las personas, para ser un ciudadano de pleno derecho. A diferencia de lo que sucedía en la norma anterior tener un empleo y ser pobre o un excluido social no son ahora dos condiciones sociales estrictamente incompatibles. La normalidad oficial permite que haya trabajadores ocupados que a pesar de tener un empleo – o mejor, por tener un determinado tipo de empleo – sean pobres. De una a otra norma el cambio es radical. En la formulación pública del ordenamiento social presente el empleo ha perdido la centralidad que tenía, ha descendido varios peldaños en la jerarquía de prioridades, ha sido, repetimos, de-gradado⁸.

A partir del año 2000 con el Consejo europeo de Lisboa volverá a hablarse de pleno empleo, pero, sino nos fijamos bien, este pleno empleo

⁷ Nada menos que alrededor del 80% de los trabajadores con contrato temporal habría preferido un contrato permanente (EPA, 2º trimestre 2010).

⁸ Puede encontrarse un desarrollo más detenido de esta idea en Prieto (2002: apartado 3).

poco o nada tiene que ver con el anterior. En el caso anterior el pleno empleo era un pleno empleo de buen empleo, ahora es un “pleno empleo de - casi - cualquier empleo”.

Se decía antes que la norma salarial del empleo se apoyaba y era expresión de unos recursos de poder sindical importantes (movilizaciones sociales de la Transición) y una organización de la producción que tenía como referente un modelo de empresa industrial, grande, concentrada e integrada (sin recurrir a la externalización ni subcontratación de actividades). También en este punto se ha dado un cambio profundo: por un lado, el sindicalismo ha perdido una buena parte de los recursos de poder precedentes y, por otro, el referente de la organización racional de la producción de bienes y servicios ya no es la empresa grande y concentrada sino la empresa en red y que recurre sistemáticamente a la subcontratación.

La presión y la presencia de la norma de empleo salarial no han desaparecido del todo - en medio de todo el mercado de trabajo -, pero no hay duda de que hoy en día la hegemonía institucional corresponde a una nueva norma social: la norma de empleo flexible/empresarial.

La emergencia de nuevas clases de sujetos del trabajo y su efecto en la diversificación de su significado y valor

Se ha presentado el tránsito de una norma social de empleo a otra sin hacer ninguna referencia a los sujetos del cambio. Como si quienes fueran los trabajadores fuera una cuestión irrelevante que pudiera afectar al sentido y valor del trabajo. Y no lo es.

Una norma social de empleo no sólo marca y define qué es y debe ser el trabajo (asalariado), marca y define también quién es o quiénes son/deben ser los sujetos del trabajo - los trabajadores - . Pues bien en este punto el sujeto del trabajo de referencia en la norma salarial de empleo era el trabajador (asalariado), un sujeto sin otros atributos de identidad que el propio trabajo, como individuo y como clase. Los posibles rasgos identitarios relacionados con la edad, con el género o con el consumo o no existen o bien ocupan una posición subordinada. Si se leen los textos de la época se observará que es así y que lo es con absoluta normalidad: la Constitución española de 1978 proclama que “todos los españoles tienen el deber de trabajar” (art. 35), pero al hacerlo no tiene en cuenta que en ese año sólo el 27% de las mujeres son activas lo que significa que no las tiene en cuenta al señalar el deber de trabajar de “todos los españoles”.

La masiva incorporación de las mujeres al empleo a partir de la segunda mitad de los ochenta va a suponer una verdadera revolución en relación

con el significado y el valor del trabajo y de la figura del trabajador: A) por un lado, las mujeres reafirman el valor del trabajo/empleo (el trabajo “cuenta” para ser mujer/ciudadana), pero por otro lo relativizan (hay otro “trabajo” que no es empleo y que, sin embargo, debe ser reconocido como una actividad esencial para las personas y para la sociedad: el trabajo de “cuidados”); B) La figura del trabajador deja de ser del género neutro y se “generiza”: no trabajan (ni cuidan) por igual los hombres y las mujeres y estas desigualdades de género sólo pueden entenderse si analizamos a un mismo tiempo su trabajo profesional y su trabajo doméstico y los ponemos en relación.

Esta relación de las mujeres actuales con el trabajo (profesional) que hacen de él una actividad fundamental y, a la vez, de importancia relativa, abre el camino a formas de verlo y analizarlo que, al introducir la consideración de la diversidad de las clases de sujetos del trabajo en el análisis, rompen con la visión tradicional de la sociología del trabajo. En nuestros países del Sur de Europa ha aparecido masivamente la figura del trabajador inmigrante: es dudoso que su relación con el trabajo sea la misma que la de los trabajadores y trabajadoras autóctonos. Pensemos también en la relación entre jóvenes, trabajo (asalariado) y consumo. También en este caso el “trabajo cuenta”, pero puede ser que cuente sólo o ante todo como medio para poder adquirir y consumir aquellos bienes que marcan y distinguen su juventud.

Ello no quiere decir que no existan clases de sujetos para las que su actividad de trabajo profesional sea la principal fuente de identidad social. Pero sería un caso entre otros. En suma el trabajo (profesional) “cuenta” (es necesario) para – casi – todo el mundo (todavía hay amas de casa y no necesariamente infelices), pero de ello no puede deducirse que sea necesariamente la única ni siquiera la principal fuente de identidad de las quienes trabajan. No sólo porque el trabajo realizado en y para el mercado tenga significados muy diversos ligados a la diversidad de las clases de sujetos que trabajan (varones/mujeres, adultos/jóvenes, nativos/inmigrantes,...). También porque, junto a ese trabajo, han emergido al espacio social otros “trabajos” que antes no eran reconocidos como tales, como, muy en particular, el “trabajo de cuidados” (Carrasco, Borderías y Torns, 2011). Puede decirse así que en el momento actual lo que se constata es una fragmentación social tal de su significado y su valoración que lo único evidente es, precisamente, su polisemia.

Quadro 1. Norma salarial y norma flexible/empresarial de empleo

NORMA SALARIAL	NORMA FLEXIBLE/EMPRESARIAL
<p>I. Orientación política general Pleno empleo de “buen empleo” <Baja tasa de desempleo></p>	<p>I. Orientación política general Máximo empleo (o “pleno empleo”) de cualquier empleo <Alta tasa de desempleo y precariedad></p>
<p>II. Condiciones de empleo Tiempo indefinido a jornada completa como norma única Temporalidad contractual socialmente inexistente Salarios: salario mínimo “decente” y tendencia al incremento constante y a la reducción de las diferencias retributivas</p>	<p>II. Condiciones de empleo Normalización de la contratación temporal y a tiempo parcial Elevada tasa de temporalidad contractual Salarios: combinación de incrementos escasos e inciertos, aumento de bajos salarios y de las diferencias salariales</p>
<p>III. Condiciones de trabajo Jornadas laborales: limitadas, generales, uniformes, regulares Ausencia de normas en favor de la conciliación Normas en favor de la protección de la estabilidad del trabajo y de la promoción laboral del trabajador Tendencia hacia la homogeneización de las condiciones de trabajo asalariado y de los trabajadores</p>	<p>III. Condiciones de trabajo Jornadas: de limitación difusa, diversas, particulares, variables Gran importancia de la normatividad laboral en favor de la conciliación y de la igualdad de género Dualización del empleo. Empleo estable y protegido versus empleo inestable con escasa protección. Aumento del poder discrecional de la empresa Fuerte y permanente segmentación de las condiciones de trabajo y de clases de trabajadores</p>
<p>IV. Protección social (Protección del trabajador asalariado ante la decadencia de su capacidad productiva) Seguridad social. Sistema de reparto Predominio del carácter contributivo de las prestaciones Solidaridad dentro de la clase asalariada Elevada tasa de reposición y amplios períodos de cobertura Escasa presencia de políticas activas</p>	<p>IV. Protección social (Protección del trabajador asalariado ante la decadencia de su capacidad productiva) Seguridad social. Sistema de reparto Combinación de contributividad, asistencialismo y capitalización individualizada Combinación de la solidaridad de clase y de derechos “universales” de ciudadanía Reducción de la tasa de reposición y reducción de los períodos de cobertura contributiva Gran importancia de las políticas activas (empleabilidad)</p>

NORMA SALARIAL	NORMA FLEXIBLE/EMPRESARIAL
<p>V. Presencia y reconocimiento de sindicalismo como actor socio-político Alto reconocimiento estatal (concertación social y legislación prosindical) y empresarial colectivo (negociación colectiva) Representatividad sindical efectiva: relativamente elevada Convenios colectivos: pactados y cumplidos</p>	<p>V. Presencia y reconocimiento de sindicalismo como actor socio-político Alto reconocimiento institucional: concertación y negociación colectiva Representatividad: reducida (especialmente en los centros de trabajo) Convenios colectivos: frecuentemente incumplidos</p>
<p>VI. Sujetos de referencia del empleo Varones Itinerarios largos, estables y seguros: estudio (pre-empleo)-actividad plena-jubilación Fuerte homogeneidad de la clase asalariada</p>	<p>VI. Sujetos de referencia del empleo Varones, mujeres, inmigrantes, redefinición de la juventud Itinerarios variables, dispersos e inciertos, individualizados Alta diversidad (individualización)</p>
<p>VII. Principio hegemónico de articulación Centralidad social y política del empleo (asalariado) Expectativas entre los trabajadores de una mejora permanente de sus condiciones de trabajo y de vida individuales, familiares y de “clase” Organización productiva de referencia: gran empresa industrial integrada. “Empresarización” de las finanzas</p>	<p>VII. Principio hegemónico de articulación Centralidad de la empresa (competitividad) Incertidumbre generalizada Organización productiva de referencia: empresas desconcentradas y coordinadas por subcontratación. “Financiarización” de las empresas</p>

Fuente: Prieto C., coord., (2009), *La calidad del empleo en España: una aproximación teórica y empírica*, Madrid, Ministerio de Trabajo e Inmigración

Bibliografía

- ALONSO, L. E. (1999), *Trabajo y ciudadanía*. Madrid, Trotta.
- ALONSO, L. E. (2000), *Trabajo y posmodernidad: el empleo débil*. Madrid, Fundamentos.
- BAUMAN, Z. (2000), *Trabajo, consumo y nuevos pobres*. Barcelona, Gedisa.
- BAUMAN, Z. (2001), *La sociedad individualizada*. Madrid, Cátedra.
- BILBAO, A.(1993), *Obreros y ciudadanos. La desestructuración de la clase obrera*. Madrid, Trotta.
- BILBAO, A. (1999), “La posición del trabajo y la reforma del mercado de trabajo”, in Miguélez y Prieto, eds., *Las relaciones de empleo en España*. Madrid, Siglo XXI.
- BOYER, R. (edit.) (1986), *La flexibilidad del trabajo en Europa*. Madrid, Ministerio de Trabajo y de la Seguridad Social.

- BOYER, R. y DRACHE, D. (edit.) (1995), *State Against Markets: the Limits of Globalisation*. New York: Routledge.
- CARRASCO, C.; BORDERÍAS, C. y TORNS, T. (2011), *El trabajo de cuidados. Historia, teoría y políticas*. Madrid, Libros de la Catarata.
- DAHRENDORF, R. (1986), *La flexibilidad en el mercado de trabajo*. Informe para la OCDE, Madrid, Ministerio de Trabajo y de la Seguridad Social.
- GORZ, A. (1988), *Métamorphoses du travail. Quête du sens. Critique de la raison économique*. París, Galilée.
- OFFE, C. (1984), *La sociedad del trabajo. Problemas estructurales y perspectivas de futuro*. Madrid: Alianza Editorial.
- MIGUELEZ F y PRIETO, Carlos (2008): «L'autre côté de la croissance de l'emploi en Espagne: une précarité qui se perpétue», *Travail et Emploi*, nº 115.
- PRIETO, Carlos (edit.) (1999a), *La crisis del empleo en Europa*. Valencia, Germania, 2 vols.
- PRIETO, Carlos (1999b), "Globalización económica, relación de empleo y cohesión social", *Papers*, nº 58.
- PRIETO, Carlos (2000), "Trabajo y orden social: entre la nada y la sociedad de empleo", *Política y Sociedad*, nº 34.
- PRIETO, Carlos (2002), "La degradación del empleo o la norma social del empleo flexibilizado", *Sistema*, nº 168-169, julio 2000.
- PRIETO, Carlos (2007), "Trabajo", incluida en A. Barañano, J. L. García, M. Cátedra y M. J. Devillard, *Diccionario de relaciones interculturales*. Madrid: Editorial Complutense.
- PRIETO, Carlos, coord., (2009), *La calidad del empleo en España: una aproximación teórica y empírica*. Madrid, Ministerio de Trabajo y de la Inmigración.
- PRIETO, Carlos (2011), "Teoría social del trabajo", en Giner, edit., *Teoría sociológica moderna*. Barcelona: Editorial Ariel.
- SANTOS ORTEGA, J. A. (1995), *Sociología del trabajo*. Valencia: Tirant lo Blanch Libros.

Trabalho, emprego e organizações na era da globalização: controvérsias

Ilona Kovács

Assistimos a uma série de grandes transformações na organização económica e social que põem cada vez mais em causa os conceitos e as representações de trabalho, emprego e empresa que foram construídos desde o início do século XX. Entre essas transformações têm particular relevo a crescente importância da produção de bens e serviços intensiva em conhecimento, a difusão de uma nova organização da produção fragmentada, geograficamente dispersa e integrada por tecnologias de informação e comunicação (TIC), a redução do emprego seguro e regular efectuado a tempo integral numa determinada empresa com base num vínculo contratual estável e num compromisso a longo prazo entre empregador e empregado a favor da difusão de uma grande variedade de formas de emprego, cujo denominador comum é a flexibilidade em termos contratuais, de tempo de trabalho, de espaço, de estatutos e remunerações. Há outras alterações substanciais, tais como o ciclo de vida laboral descontínua e carreira profissional acidentada. Há tendência para a diferenciação dos trabalhadores, individualização das relações de trabalho, dos percursos profissionais e das condições de vida em geral. Ao mesmo tempo, assistimos ao enfraquecimento da protecção social (saúde, reforma, desemprego) numa lógica de privatização e de individualização. A leitura destas tendências de mudança não é consensual, podem ser identificadas perspectivas contrastantes: a perspectiva dominante e as abordagens críticas.

O discurso dominante

A convergência e o reforço mútuo das ideias provenientes dos discursos do neo-liberalismo, do determinismo tecnicista da sociedade da informação (tecno-optimismo) e da racionalização flexível dos *gurus* de gestão fazem emergir uma poderosa ideologia com um grande sucesso mediático, político

e também académico. O sucesso político está patente na difusão generalizada das práticas inspiradas na ideologia dominante. Reformas e medidas para liberalizar os mercados, desregular a economia, privatizar os sectores estratégicos e rentáveis, desregular o mercado de trabalho, reduzir a protecção social e responsabilizar os indivíduos, são promovidas em todo o lado com vista à dinamização da actividade económica e à sua melhor integração na economia mundial. Conservadores americanos, sociais-democratas e socialistas europeus da “terceira via”^[1] estão de acordo que o dinamismo económico e a justiça social apenas podem ser garantidos pelas forças do mercado.

O sucesso académico do discurso dominante manifesta-se, designadamente, na produção científica. De acordo com as críticas formuladas por Juan José Castillo (1994), uma boa parte dos sociólogos do trabalho limita-se a repetir os discursos políticos e de gestão. A força sedutora do discurso dominante ainda é maior, se tomarmos em consideração a sua capacidade de recuperação do discurso crítico. É um bom exemplo para essa recuperação o facto de o livro *The Corrosion of Character* do sociólogo Richard Sennett ter sido nomeado pela revista *Business Week* em 1998 como um dos melhores livros publicados. A ênfase dada à ética de negócios, à responsabilidade social da empresa e à cidadania da empresa na retórica da gestão é outro exemplo de recuperação, o que todavia não consegue ocultar a realidade dos despedimentos^[2]. Multiplicam-se os estudos descritivos baseados em estatísticas oficiais e em inquéritos a comprovar o declínio do trabalho assalariado ou do emprego tradicional a favor de “novos modelos de trabalho” e de “novas formas de emprego” inseridas em novas formas organizacionais. Esta evolução é encarada como um avanço em direcção à sociedade da informação/conhecimento e à nova economia flexível cujas características não se compadecem com o trabalho assalariado realizado em organizações rígidas. Este tipo de estudos, raramente explicitando, têm por base o discurso dominante composto das ideias do neo-liberalismo, do tecno-determinismo das teorias da sociedade da informação e da racionalização flexível do discurso de gestão. Esta ideologia, dotada de uma força sedutora e de uma grande capacidade de recuperação do discurso crítico, constitui um dos poderosos meios de ocultação da realidade do mundo do trabalho.

¹ Na óptica liberal o *Welfare State* pela sua política redistributiva penaliza a iniciativa individual e constitui um factor de injustiça; por sua vez, o mercado, permitindo que todos os indivíduos entrem em competição, assegurando o seu bem-estar pela sua iniciativa e criatividade, constitui um factor de justiça. Ideias semelhantes são defendidas por Giddens (1998).

² Em Davos os patrões e gestores de topo de multinacionais rivalizaram nos seus discursos sobre a importância da responsabilidade social da empresa. Jurgen Schrampp da Daimler-Chrysler proferiu um discurso comovente que todavia não conseguiu ocultar o despedimento de 26000 trabalhadores no dia seguinte (Cf. Halimi, *Le Monde Diplomatique*, 2/04/2001).

A perspectiva neo-liberal

A perspectiva neo-liberal baseia-se na crença de que o poder do mercado, da empresa privada e do indivíduo como *homo economicus* cria a prosperidade. A globalização como universalização do mercado é apresentada como uma evolução natural e inevitável que trará bem-estar para a toda a humanidade. A abertura dos mercados e a intensificação da concorrência são consideradas como mecanismos poderosos de progresso económico ao serviço do objectivo supremo que é o aumento da competitividade. A missão dos governos é promover a adaptação das economias nacionais às exigências do mercado global e deixar ao mercado e ao sector privado a tarefa de orientar e guiar as sociedades. Deste modo, as políticas nacionais devem criar condições, por via da obediência à disciplina financeira, liberalização, privatização e desregulação, para a melhor integração dos mercados locais na economia global. Os direitos sociais, a protecção dos trabalhadores, a regulação social e os sindicatos são considerados como obstáculos arcaicos à competitividade e à nova ordem global.

Esta perspectiva anuncia o fim do trabalho assalariado e a difusão de um novo modelo de trabalho. A empresa tende a organizar-se não em torno do trabalho assalariado, mas em torno de trabalhadores autónomos. Estamos na era do pós-emprego, na qual os trabalhadores deixam de ser assalariados e passam a ser empreendedores que prestam serviços, gerem o seu trabalho para vários clientes; criam o seu próprio emprego e são responsáveis pelo desenvolvimento das suas competências e pela gestão da sua própria carreira e também da sua segurança (Gruber e Brouiller: 1998, Handy, 1984; Bridges: 1994).

Transparece neste discurso a primazia dada à economia, aos princípios do mercado e do lucro, à competição e ao individualismo. Esta perspectiva defende a individualização das relações de trabalho, a redução do trabalho à esfera do privado, ou seja, a eliminação dos direitos sociais associados ao trabalho assalariado. A vida social é regida pela competição, o que aliás está bem patente na própria linguagem com recurso a metáforas de guerra, tais como “conquistar mercados” ou “vencer os concorrentes”.

O tecno-optimismo futurista sobre a sociedade da informação/ conhecimento

O tecno-optimismo futurista considera as tecnologias da informação e comunicação como forças actuantes e autónomas do contexto sociocultural que levam a uma marcha inevitável “à sociedade cognitiva” centrada na produção imaterial baseada nos conhecimentos. Anunciam a generali-

zação do trabalho inteligente: o trabalho torna-se cada vez mais complexo, intensivo em conhecimento exigindo elevado nível de formação/qualificação, novas competências e a actualização constante dos conhecimentos. Ao mesmo tempo, as novas tecnologias impõem estruturas organizacionais flexíveis em redes que fazem apelo ao trabalho em equipa, ao espírito de iniciativa e à aprendizagem contínua. Neste ambiente criado pelas novas tecnologias aumentam as oportunidades para todos. A perspectiva do determinismo tecnológico optimista está bem patente na seguinte afirmação: “ (...) as tecnologias da informação transformaram a natureza do trabalho e a organização da produção. Essas transformações estão a alterar profundamente a sociedade europeia. A produção em massa perdeu terreno em proveito de uma produção mais diferenciada. A antiga tendência de desenvolvimento do trabalho assalariado permanente, isto é, a tempo inteiro e de duração indeterminada, parece inverter-se. As relações de produção e as condições de emprego mudam. A organização da empresa evolui no sentido de uma maior flexibilidade e descentralização. A procura da flexibilidade, a organização de redes de cooperação, o recurso acrescido à subcontratação, o desenvolvimento do trabalho em equipa são algumas das consequências da penetração das tecnologias de informação” (EC, 1995: 23). Este discurso tem subjacente a ideia de que o caminho do futuro já está traçado pela evolução tecnológica. Não há actores sociais, mas apenas sujeitos passivos que têm de se adaptar às inevitáveis mudanças geradas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

A fetichização das TIC, das empresas virtuais, das auto-estradas da informação oculta a distribuição desigual das actividades estratégicas e do trabalho inteligente entre países, empresas e dentro das empresas; as profundas desigualdades relativamente às oportunidades para a aprendizagem ao longo da vida; o taylorismo informático praticado em muitas empresas da nova economia com destaque para os *call centers*; os horários prolongados; o *stress* causado pela intensidade do trabalho, a angústia e o sofrimento provocados pela incerteza do trabalho de amanhã.

O discurso de gestão sobre o novo paradigma pós-burocrático

Segundo o discurso de gestão, as transformações actuais do trabalho são manifestações do novo paradigma pós-burocrático e pós-taylorista. O discurso e a prática da racionalização flexível (Abrahamson, 1997) têm tido grande sucesso desde a década de 90. O grande objectivo é conseguir a adaptação rápida requerida pelas flutuações do mercado através da racio-

nalização e optimização dos processos de trabalho e da flexibilização dos processos de gestão e da relação entre empregador e empregados. Foram propostos diversos métodos e técnicas de reorganização (*total quality management, just-in-time, downsizing, reengineering e outsourcing*) com a promessa de tornar as empresas mais competitivas no mercado global (Kovács, 2002). A empresa ideal é a empresa flexível e magra centrada nas actividades de alto valor acrescentado a cargo de um núcleo estável de gestores e trabalhadores altamente qualificados e polivalentes, que recorre a trabalhadores com contratos de duração temporária e à subcontratação que constituem a força de trabalho periférica ou casual (Atkinson, 1984, 1987; Sennett, 2005). Enquanto o núcleo estável permite a flexibilidade funcional, os trabalhadores periféricos asseguram a flexibilidade numérica.

Segundo a nova retórica da gestão, a empresa pós-burocrática é regulada pelo princípio do mercado e constitui um local de negócio. Neste sentido, factores como a identificação com a empresa e a lealdade tornam-se obsoletos. Segundo Hammer, um dos *gurus* mais conhecidos da reengenharia, a lealdade para com a empresa, enquanto artefacto cultural, é substituída pelo empenhamento no sucesso do negócio. A empresa oferece aos seus empregados a oportunidade para alcançar o êxito pessoal e, em troca, os empregados aplicam a sua iniciativa na criação de valor para os clientes (Hammer, 1998). Declara-se, ao mesmo tempo, como uma tendência inevitável e geral, a crescente redução do ciclo de vida não apenas dos produtos, mas também das organizações, das relações de trabalho, da carreira, etc. A fixação e a estabilidade, essenciais para a vida comunitária, são consideradas como inadequadas a um ambiente em mudança e, por conseguinte, têm uma conotação negativa: são sinónimos de atraso e de obstáculo.

A racionalização flexível exalta a subjectividade e a autonomia do indivíduo que são os princípios para a mobilização dos recursos humanos ao serviço das empresas. As práticas de gestão recorrem cada vez mais à responsabilização individual no trabalho, à individualização das remunerações, das carreiras, da formação, da informação/comunicação e da avaliação das potencialidades pessoais. Estas práticas são apresentadas pelos seus defensores como manifestações do desenvolvimento das relações de trabalho no sentido da sua personalização (Handy, 1984; Bridges 1995; Hammer 1998).

A racionalização flexível promete reduzir os custos inerentes ao factor trabalho e, ao mesmo tempo, obter flexibilidade funcional pela reorganização do trabalho centrada nos processos. Este discurso exerce uma poderosa influência nas práticas organizacionais e, por conseguinte, molda as condições sociais, económicas em que vivemos. Nem os fracassos frequentes afectam a adesão às modas de gestão. A exaltação da inovação e da flexi-

bilidade oculta um programa de acção que implica destruição e precarização de empregos, o excesso de trabalho dos sobreviventes das operações de *downsizing*, a degradação das condições de trabalho e a desintegração das colectividades de trabalho.

Em síntese, o discurso dominante sobre as transformações do trabalho, emprego e organizações é baseado no determinismo tecnológico, no mito do mercado e da flexibilidade. As TIC são as forças motrizes de uma nova era de crescimento, produtividade, competitividade e de inovação, desde que os governos promovam uma economia de mercado sem interferir nos processos. Há crescimento económico e oportunidades para todos, desde que haja flexibilidade do trabalho (mobilidade geográfica e profissional) e do mercado de trabalho, desde que haja privatização dos serviços públicos e redução dos serviços públicos ao mínimo que implica o desmantelamento das instituições do Estado-providência (Sahlman, 1999). A lógica deste discurso caracteriza-se pela inevitabilidade e homogeneidade das transformações em curso em direcção a uma nova ordem baseada num único modelo de sociedade, de empresa, de trabalho e de indivíduo. Este discurso amplamente difundido quer impor a ideia que as mudanças actuais no mundo do trabalho são impostas pela globalização e pelas TIC. Esta evolução é apresentada como inquestionável e inevitável. Não há alternativas, por conseguinte; o que é exigido das pessoas, das organizações e da sociedade em geral, é a sua melhor adaptação às mudanças fatais.

As abordagens críticas

Crítica da sociedade submetida à lógica do mercado e à globalização competitiva e procura da dignificação do trabalho

Enquanto o discurso dominante anuncia crescentes oportunidades para todos graças às TIC, ao mercado livre e à flexibilidade, as abordagens críticas denunciam a ideologia da competitividade, os interesses ligados à globalização dos mercados, a concentração do poder de decisão e de influência sobre o destino da humanidade em cadeias mundiais de empresas financeiras e industriais, o aumento de desigualdades sociais e económicas dentro e entre nações, a exclusão social dos não competitivos, a agressividade individual e colectiva e o agravamento dos problemas ecológicos. Os críticos alertam para o hiato entre o poderoso processo de globalização económica ao nível financeiro e empresarial e a natureza explosiva da maioria dos problemas sociais, económicos, ambientais e políticos em todos os países e regiões do mundo devido, sobretudo à ausência de formas de governação política, a nível global, socialmente responsáveis e democráticas. Chamam a atenção

para o risco da dualização e da expansão das desigualdades sociais, da erosão dos direitos sociais e da própria coesão social. Estamos perante uma evolução em direcção a uma sociedade submetida à lógica do mercado e aos imperativos da globalização competitiva com elevados custos sociais, ambientais e humanos (Grupo de Lisboa, 1994; Fligstein, 1994; Castel 1995; Castells 1998; Boltanski e Chiapello, 1999; Beck, 2000; Castillo 1994, 2005).

As formas de emprego e as condições de trabalho prevalentes nos países do terceiro mundo tendem a difundir-se também nos países industrialmente mais avançados em detrimento das formas de emprego e das condições de trabalho que foram consideradas como normais até aos anos 80; há tendência para a “informalização” e “desinstitucionalização” do emprego (Beck, 2000; Galini, 2002). Desemprego e subemprego coexistem com o aumento da duração e da intensidade do trabalho (Schor, 1991; Gorz, 1997; Castillo, 1998; Beck, 2000).

A globalização e as TIC engendram uma dinâmica desigualitária excessiva: quem está em vantagem em relação aos outros, aumenta ainda mais as suas vantagens e quem está em desvantagem, aumenta ainda mais as suas desvantagens, ou seja, os fortes tornam-se mais fortes e os fracos se tornam ainda mais fracos. E estes últimos não podem contar com a ajuda do Estado que se retira cada vez mais da protecção de várias esferas da vida social. O modo de funcionamento das sociedades submetido à lógica da competição global lança segmentos crescentes da população no desemprego, no emprego instável, na precariedade e na pobreza com o risco de estarem sujeitos a uma fragilização contínua.

A principal razão da difusão das formas precárias de emprego deve-se à pressão da concorrência intensificada em mercados globais sobre as empresas para reduzirem os custos e de se adaptarem às flutuações do mercado. A hegemonia e a liberalização dos mercados financeiros, a intensificação da circulação dos capitais financeiros graças às TIC ampliam os comportamentos especulativos. O valor das acções multiplica-se mesmo em empresas sem lucro, desde que transmitam a imagem de uma empresa dinâmica, tornando-se deste modo atractivas para os investidores. Os gestores encontram-se submetidos às pressões do “capital impaciente” (Harrison, 1994; Sennett, 2005). Há uma separação entre a economia real e a economia financeira. A economia real onde a riqueza é criada pelo trabalho, entra em contradição com a economia financeira que é orientada para obter lucro imediato. Quando as empresas anunciam despedimentos, a sua cotação na bolsa sobe. Empresas com bons resultados podem ser fechadas, se o retorno do investimento for menor em relação a outras empresas. Menor rentabilidade do que a dos concorrentes implica dificuldades na obtenção de financiamento e

o desaparecimento numa fusão imposta pela concorrente. Os esforços para aumentar a produtividade e melhorar a qualidade desaparecem na especulação financeira, desencorajando os investimentos a longo prazo na empresa. Nestas condições, os investimentos produtivos a longo prazo perdem a favor da rentabilidade dos capitais a curto prazo (Peyrelevade, 2008).

Por sua vez, a instabilidade do mercado requer flexibilidade por parte das empresas para se adaptarem às variações quantitativas e qualitativas do mercado. Neste contexto as empresas procuram encontrar soluções, antes de tudo, para aumentar a flexibilidade e reduzir os custos. É por essa razão que se centram na actividade principal de grande valor acrescentado (*core business*), externalizando e deslocalizando outras actividades. Essa é a razão para simplificar e descentralizar as estruturas empresariais. As estratégias de reestruturação inspiram-se largamente na *lean production* e na reengenharia, cujo lema é “produzir mais, melhor e mais rapidamente com menos”. A racionalização subjacente aos processos de reestruturação e modernização empresarial implica a redução e a flexibilização do emprego, o aumento da força de trabalho flexível, fluida ou periférica, bem como a deslocalização contínua de operações e de empresas para zonas com salários mais baixos (Kovács, 2002; Castillo, 2005).

O neo-liberalismo promove um programa de “desapossessão do Estado” (Petrella, 1999), de “destruição metódica do colectivo” (Bourdieu, 1998), de eliminação da regulação social construída para conciliar a economia do mercado e a coesão social. A subordinação da sociedade às leis do mercado e à lógica da globalização competitiva implica a redução da empresa a uma máquina de lucro, a crescente precarização do trabalho, a degradação da qualidade do emprego e do potencial integrador do trabalho. Este retrocesso social é facilitada pela existência de um grande desequilíbrio de poder na relação capital-trabalho. A defesa do factor de trabalho depende cada vez mais de negociações individuais. O poder concentrado dos actores económicos chave (grandes empresas transnacionais e suas alianças, instituições globais como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial ou a Organização Mundial do Comércio) não está ou está pouco contrabalançado do lado do trabalho.

A crítica da nova organização da produção e do modelo de trabalho

A reestruturação das empresas permitida pelas TIC e estimulada pela competição global leva à difusão de uma nova organização da produção baseada na descentralização, segmentação e dispersão geográfica das actividades produtivas e sua integração em rede pelas TIC. O discurso dominante apresenta

esta nova organização como uma revolução face ao modelo burocrático e sustenta que este novo modelo garante a melhor adaptação à instabilidade dos mercados e, ao mesmo tempo, é mais democrático. A “empresa flexível”³ constitui uma rede de cooperação que permite agregar competências e recursos existentes em diferentes empresas que se juntam para responder a uma oportunidade de negócio: cada nó da rede vai juntando valor ao longo da cadeia produtiva. Face a esta imagem idílica, as abordagens críticas mostram que esta organização em rede torna cada vez mais invisível o trabalho assalariado, oculta a natureza hierárquica das relações entre empresas, obscurece as desigualdades entre trabalhadores e explora e reforça deliberadamente a insegurança dos trabalhadores (Castillo, 1994, 2005; Harrison, 1994; Bourdieu, 1998).

Este modelo de empresa, de acordo com estratégias diferenciadas, permite combinar diferentes tipos de organização do trabalho e de emprego dentro de si própria com vista à obtenção tanto de flexibilidade funcional como flexibilidade quantitativa (Atkinson, 1987; Harrison, 1994; Castells, 1998; Kovács, 2002; Kalleberg, 2003). No entanto, a divisão de actividades pode ser desigual no seio da rede e podem surgir relações assimétricas entre os seus componentes. Isto acontece, quando as empresas centrais concentram apenas as actividades chave (actividade I&D, concepção dos produtos, planeamento, marketing e comercialização) e externalizam e deslocalizam as actividades complementares e rotineiras. As empresas de marca, por exemplo, limitam-se ao *design* e à coordenação das empresas subcontratadas em regiões com mão-de-obra barata e à comercialização dos produtos. Empresas que até então tinham as suas próprias unidades de produção, tendem a subcontratar esta actividade. A procura constante de locais mais vantajosos para vender e produzir produtos e serviços na lógica da redução dos custos tende a levar a uma fragmentação do processo produtivo e a uma divisão “taylorista” do trabalho entre empresas. As “empresas-cabeça” concentram as áreas e funções-chaves e o trabalho qualificado. Nestas empresas utilizam-se formas de organização do trabalho que exigem polivalência e implicam autonomia no trabalho. Estes trabalhadores são bem pagos, os empregadores estão interessados na sua fixação e têm condições adequadas para o desenvolvimento de novas competências (inclusive competências informacionais, empresariais e de gestão) e, devido ao seu elevado nível de educação, têm capacidade de reprogramar as suas qualificações (Castells, 1998). Por sua vez, nas “empresas-mão” dependentes das “empresas-cabeça” predomina

³ Utilizam-se também outros termos, como “empresa rede” ou “empresa virtual”, que designa uma rede temporária de empresas independentes, ligadas entre si por TIC com o objectivo de reduzir custos, partilhar mercados.

mina o trabalho de execução rotineiro e desqualificado, as más condições de trabalho, propícias aos acidentes de trabalho e os riscos laborais, limitando-se o espaço do trabalho qualificado para um núcleo reduzido que se dedica às funções de direcção e controlo (Castillo, 1994; 2005).

Nas redes de subcontratação o trabalho torna-se invisível. É difícil saber onde é que se produz, porque há deslocalizações constantemente. Quando há acidente, não aparece nas estatísticas da empresa subcontratante que frequentemente é detentora de sistema de gestão de qualidade total. Os trabalhadores das empresas subcontratadas muitas vezes realizam tarefas nas empresas subcontratantes para as quais não têm mínima formação. As redes volúveis dificultam a fiscalização do cumprimento das normas e do respeito das medidas de prevenção de acidentes. Além disso, a estratégia de desregulação, externalização e subcontratação reduz a capacidade de negociação dos trabalhadores. Eles estão pressionados para aceitarem salários mais baixos e piores condições de trabalho. O mesmo produto competitivo pode resultar de lógicas bem diferentes coexistentes na cadeia produtiva: por um lado, da “lógica da via alta” nas empresas centrais ou de marca implicando altas qualificações, altos salários, organização do trabalho que estimula a participação e respeita a vida e o ambiente e, por outro lado, da “lógica da via baixa” prevalecente em regiões onde se situam as empresas subcontratadas e sempre com o risco da deslocalização para outras regiões com salários ainda mais baixos, com menos exigências por parte dos trabalhadores e maior liberdade empresarial. E sob esta ameaça permanente vai se promovendo a via baixa de desenvolvimento económico e social baseada no emprego precário e em más condições de trabalho (Castillo, 2005). A externalização das actividades implica a difusão de formas de emprego flexíveis, frequentemente precárias e, por conseguinte, o forte crescimento do número dos trabalhadores genéricos que têm empregos com baixo nível de qualidade, podem ser contratados, despedidos, substituídos facilmente por máquinas ou por outras pessoas de outras regiões, de acordo com as necessidades de adaptação às flutuações do mercado. A externalização das funções visando a redução de custos numa lógica de flexibilização quantitativa tende a implicar desqualificação e baixo nível de qualidade de emprego. Esta tendência é verificada mesmo em relação actividades intensivas em conhecimento (Grugulis, Vincente, Hebson, 2002).

A descentralização da produção, a desagregação do trabalho e sua coordenação numa rede interactiva de comunicação em tempo real, a segmentação e a flexibilização do trabalho levam à crescente diversidade dos horários laborais e das condições de trabalho, à diferenciação e à individualização dos trabalhadores e das relações de emprego. A fragmentação e a atomização

impedem que se formem colectivos de trabalho estáveis capazes empreender acções colectivas. A tendência para o enfraquecimento da parceria social e para a individualização das relações laborais em articulação com a difusão das relações contratuais incertas e temporárias tende a levar ao enfraquecimento da noção do interesse colectivo e da empresa como uma unidade com sentido e significado para aqueles que nela trabalham. Os sindicatos se vêem confrontados com a necessidade de adopção de uma orientação estratégica que responda aos problemas colocados pela instabilidade e segmentação do mercado de trabalho e crescente diferenciação dos trabalhadores (Cerdeira, 2005).

Esta nova organização da produção constitui um grande desafio à investigação em ciências sociais. A investigação não pode ser circunscrita ao estabelecimento ou à empresa (Kalleberg, 2003) e a um determinado país ou região, mas tem de abranger toda a rede envolvida no processo produtivo espalhado em diversas partes do globo (Castillo, 2005).

Segundo as abordagens críticas estamos longe do pós-taylorismo generalizado. O taylorismo informático é largamente praticado, sobretudo, nos sectores de actividade, onde os resultados das operações ligadas ao computador podem ser registados continuamente. O registo automático dos resultados permite uma vigilância completa do comportamento e da *performance* dos trabalhadores (Bono, 2000; Buscatto, 2002; Kovács&Casaca, 2008). Na indústria são reintroduzidos os princípios tayloristas-fordistas. Até, num país, com fortes tradições de diálogo, negociação e co-gestão, como a Alemanha, as empresas seguem uma política de racionalização que não se inscreve nos princípios até há pouco tempo considerados como inovadores, tais como a auto-iniciativa, a participação, a responsabilidade, a melhoria das condições de trabalho e a negociação de objectivos. Um dos autores que mais popularizou a ideia do fim da divisão do trabalho (Kern e Schumann, 1988) na década de 1980, Michael Schumann, constata um retrocesso organizacional na indústria alemã. As práticas consideradas óptimas, mesmo surgidas em contextos socioculturais completamente diferentes dos da Alemanha (desde EUA ao México), com base nos indicadores custo-benefício, convertem-se no principal ponto de referência e servem como exemplos a seguir na organização do trabalho. Esta orientação para ganhos de eficiência a curto prazo entra em contradição com os princípios de inovação organizacional até então defendidos e pode levar a longo prazo ao enfraquecimento da capacidade para aumentar a produtividade e à limitação da inteligência produtiva, ou seja, da inovação (Schumann, 1999).

Crítica da precariedade e da insegurança

O aumento do desemprego e do emprego precário não é consequência apenas do insucesso económico e perda de quotas de mercado por parte das empresas. Frequentemente empresas privadas e públicas com bons resultados financeiros decidem reduzir o número de empregados. Este fenómeno indica que “a supressão de empregos se tornou num acto de gestão corrente” (Galambaud, 1994: 48). Embora uma parte substancial das formas flexíveis de emprego seja precária, não podemos porém, identificar flexibilidade e precariedade. A precariedade do trabalho significa um trabalho sem interesse, mal pago e pouco reconhecido e que provoca um sentimento de inutilidade. Por sua vez, a precariedade do emprego significa instabilidade, insegurança, sem poder de previsão do futuro profissional, forte vulnerabilidade económica e restrição dos direitos sociais (baseados no emprego estável), acesso reduzido ou inexistente à formação e ameaça do desemprego. Podem surgir assim situações em que se associam o emprego instável e o trabalho interessante, ou o emprego estável e o trabalho sem interesse e pouco reconhecido. Pode ainda existir uma situação precária total quando o trabalho sem interesse, mal pago e pouco reconhecido se cruza com o emprego instável com direitos sociais nenhuns ou reduzidos. Pode haver satisfação com o trabalho, apesar do emprego instável e, o emprego estável pode estar associado à uma insatisfação com o conteúdo e com as condições de trabalho, ou ainda pode existir a combinação do emprego instável com a insatisfação com o pobre conteúdo e más condições de trabalho (Paugam, 2000).

O aumento do desemprego e a difusão do emprego precário e a falta de perspectivas profissionais criam um ambiente de angústia, de insegurança e ansiedade. A vulnerabilidade é extremamente forte, uma vez que surgem simultaneamente, várias crises, a crise do Estado-Providência, a crise do trabalho e a crise do sujeito (Fitoussi, Rosenvallon, 1997). A globalização na lógica da concorrência selvagem mina as bases da segurança da nossa vida e sobrecarrega a vida dos indivíduos com um grau de incerteza e ansiedade sem precedentes (Bauman, 2001, 2003).

A precariedade afecta profundamente aqueles que se encontram nesta situação despojando-os da esperança do futuro. No entanto, a precariedade está em toda a parte, como afirma Bourdieu (1998): “a insegurança objectiva é a base de uma insegurança subjectiva generalizada que afecta hoje, no coração de uma economia altamente desenvolvida, o conjunto de trabalhadores, incluindo aqueles que não foram ainda directamente atingidos” (Bourdieu, 1998: 115). A precariedade não é consequência latente de uma fatalidade económica, mas resulta de opções políticas e estratégias de flexibilização precarizantes. Para Bourdieu trata-se de um novo modo de domi-

nação, baseada na manutenção de um estado generalizado e permanente de insegurança, visando coagir os trabalhadores à submissão e à aceitação da exploração. É a gestão racional da insegurança – a “flexploração” – que instaura a concorrência entre trabalhadores à escala mundial.

O capitalismo flexível bloqueia o caminho para uma carreira, transportando de um tipo de trabalho para outro e de um grupo para outro num movimento lateral. Segurança e lealdade deixam de existir. As decisões são tomadas em função do curto prazo e a habilidade de se adaptar rapidamente e encarar os desafios são as principais qualidades exigidas de um bom profissional. Os indivíduos mudam de emprego, de cargos, de lugar e de actividade, o que dificulta uma vida coerente e com sentido. As mudanças constantes e a diluição do poder levam à ansiedade e desorientam a maioria das pessoas, sendo apenas coerentes e confortáveis para as pessoas que estão no topo. A experiência, as competências perdem o seu valor a favor da capacidade de se vender e de se adaptar. É a corrosão do carácter pelo capitalismo flexível (Sennett, 1998).

As teorias do fim do trabalho

Nesta corrente crítica incluem-se a abordagem tecno-pessimista e as teorias sobre o fim da centralidade do trabalho na vida social e individual. O autor que talvez mais tenha popularizado a perspectiva tecno-pessimista é Jeremy Rifkin. Segundo este autor, as novas tecnologias e os novos métodos de gestão e de organização vão suprimir grande parte dos postos de trabalho. Na economia *high-tech*, o único sector em expansão é o do conhecimento. Porém, este sector garante postos de trabalho apenas para uma elite cosmopolita (manipuladores de símbolos e controladores da tecnologia e das forças produtivas) mas é incapaz de criar postos de trabalho para os milhões cujo posto de trabalho vai ser eliminado nos três sectores tradicionais. A sociedade corre o risco de desintegração. Sendo inúteis os investimentos na reconversão dos trabalhadores, a solução reside no desenvolvimento do terceiro sector ou economia social, cuja dinamização cabe ao Estado. O terceiro sector constitui um lugar privilegiado para o desenvolvimento de um novo tipo de sociedade assente numa cultura orientada para os serviços e laços comunitárias. Neste novo tipo de sociedade o político e o social não se subordinam à economia e o trabalho remunerado já não constitui o principal factor de integração (Rifkin, 1995).

Desde os anos 80 multiplicam-se as publicações sobre a crise da sociedade do trabalho e sobre o fim da centralidade do trabalho.^[4] Para aqueles

⁴ Todavia, já nos finais dos anos 60, projectava-se uma sociedade centrada não no trabalho, mas no lazer, como resultado da revolução científica-tecnológica. Mas podemos ir mais longe.

autores que defendem essa tese, o trabalho remunerado formal perdeu a sua qualidade subjectiva de centro organizador das actividades humanas, de auto-estima e das referências sociais. Trabalho e produção perdem a sua capacidade de estruturar e organizar a sociedade, surgem actividades alternativas de integração social ou de inclusão, novos cenários, novos actores e novas racionalidades inseridas num novo tipo de sociedade (Méda, 1995; Rifkin:1995; Gorz, 1997; Beck, 2000). Para Gorz este novo tipo de sociedade, a sociedade de tempos escolhidos e de multi-actividades baseia-se não no pleno emprego, mas na plena actividade. Nesta sociedade, a ética do trabalho, dá lugar à ética da vida, ao apoio mútuo, à partilha, às redes de ajuda e ao voluntariado. Os indivíduos expressariam o seu valor mediante o conjunto de actividades socialmente úteis e não através do emprego.

Relativamente a este debate, defendo uma perspectiva que considera a coexistência de tendências diversas e até contraditórias. Os desenvolvimentos recentes não são manifestações de uma única tendência marcante de uma nova era anunciada pelas perspectivas referidas, a saber: o fim do emprego e a generalização do trabalho independente, a difusão do trabalho inteligente organizado em rede ou, ainda, o fim do trabalho e a centralidade de outras actividades. Na minha óptica, há tendências contraditórias e uma crescente diversificação, heterogeneidade e até, invisibilidade do trabalho e do emprego no seio das redes complexas dentro e entre as empresas (Kovács, 2002). Admitindo que não há uma única tendência determinante de uma nova era, há uma necessidade de reflectir sobre o futuro em termos de alternativas.

Notas finais: a necessidade de reflectir sobre as alternativas

As transformações do emprego inserem-se na dinâmica actual da reestruturação económica ao serviço da competitividade. Não se trata de uma evolução fatal ditada por leis económicas ou pelas novas tecnologias. Há futuros alternativos. O futuro depende dos actores sociais, dos seus valores, da sua capacidade de negociação e do grau de democraticidade dos processos de transformação.

No quadro do pensamento determinista a evolução do trabalho e do emprego é ditada pelas TIC e/ou pelas leis do mercado. Não há lugar para a coexistência de tendências diferentes e contraditórias, para ambiguidades

Marx, partindo das possibilidades criadas pelo desenvolvimento das forças produtivas, sobretudo da técnica, refere uma sociedade centrada nas actividades livres, cuja riqueza se mede pelo tempo disponível (tempo de não-trabalho) para o livre desenvolvimento de cada indivíduo. O trabalho como actividade heterónoma pertence à esfera da necessidade e não a da liberdade (Cf., Marx, 2011).

e, por conseguinte, não há futuros alternativos, que apelam a reflexão e a participação dos actores sociais com vista a opções políticas. A reflexão limita-se sobre a melhor maneira de adaptação. As pessoas, as empresas, as instituições e as relações sociais têm de se adaptar às mudanças produzidas pelas tecnologias de informação e comunicação e/ou pela mercantilização planetária derivada das leis imutáveis da economia. Para o neo-liberalismo há apenas um único caminho inserido no aprofundamento da lógica do mercado. Por sua vez, as teorias sobre o fim da centralidade do trabalho apenas encaram a alternativa de uma sociedade centrada em actividades alternativas, com a excepção de Beck. Porém, temos de tomar ainda em atenção a alternativa da sociedade de trabalho renovada centrada na revalorização e na reorganização do trabalho. O esquema seguinte indica os cenários alternativos elaborados a partir das perspectivas analisadas e com base nas duas variáveis centrais, a centralidade do trabalho ou das actividades alternativas e a regulação pelo mercado ou regulação social. O cruzamento destas variáveis permite identificar quatro cenários:

Quadro 1 – Cenários para a evolução do trabalho

	Cenário 3: Sociedade de trabalho renovada	Cenário 4: Sociedade de actividades alternativas
+	Mercado de trabalho regulado Trabalho revalorizado pela articulação de objectivos económicos e sociais e pelas opções técnico-organizacionais antropocéntricas Redução do tempo de trabalho Identidade e integração pelo trabalho Diálogo, participação e negociação	Terceiro sector ou economia social Multi-actividades e tempos escolhidos Trabalho reduzido e flexível Actividades alternativas Rendimento decente, regular não dependente do emprego
Regulação social	Cenário 1: Sociedade de trabalho regida pelo mercado	Cenário 2: Sociedade de mercado
	Mercado de trabalho desregulado Trabalho: custo a ser reduzido Desemprego Precariedade do trabalho Dualização, diversificação, individualização do trabalho Debilidade dos sindicatos Espiral descendente de salários e das condições de vida	Trabalho: custo a ser reduzido Desemprego Criação de novos empregos pela mercantilização de todas as actividades (serviços de proximidade) sujeitos a precarização Debilidade dos sindicatos Espiral descendente dos salários e das condições de vida
-	Centralidade do trabalho	Centralidade de actividades

Fonte: Kovács, 2002.

Para a perspectiva neo-liberal há um único caminho inserido no reforço da regulação pelo mercado, novas oportunidades de trabalho/serviços são criadas pela mercantilização de todas as actividades úteis à comunidade (cuidados de saúde, apoio aos carenciados e aos idosos, cultura, educação, ensino, investigação, etc.). A libertação máxima dos mecanismos de mercado da regulação social com vista ao dinamismo económico significa desenvolver plenamente a sociedade mercado, ou seja, subordinar a sociedade às leis naturais do mercado e à lógica da globalização competitiva. Este tipo de evolução significaria a difusão ainda maior das múltiplas formas instáveis de emprego e a sua precarização, bem como a degradação da qualidade do emprego e do potencial integrador do trabalho. Significaria também a destruição da regulação social construída para conciliar a economia do mercado e a coesão social (Castel, 1995). Desemprego crescente, desestabilização e precarização do emprego, unidimensionalização do indivíduo são riscos inerentes a esta evolução.

Por sua vez, para os defensores do fim do trabalho e da tese do fim da centralidade do trabalho a alternativa é um novo tipo de sociedade, a “sociedade pós-mercado” desenvolvido a partir do terceiro sector (Rifkin, 1995), a sociedade de “tempos escolhidos” “sociedade de actividades” centrada não no trabalho mas em actividades alternativas (autónomas, voluntárias participação activa na sociedade civil e nos assuntos colectivos, na esfera política). A segurança de um rendimento estável e suficiente é a primeira condição deste novo tipo de sociedade. Trata-se de uma garantia universal e incondicional que não depende de um emprego e que permite viver condignamente e recusar ocupações e condições de trabalho degradantes (Gorz, 1997; Beck, 2000). Beck entre os diversos cenários possíveis para o futuro do trabalho preconiza a “sociedade pós-nacional, civil e política”, uma sociedade civil activa que é a antítese à sociedade de trabalho, é uma sociedade política e activa de indivíduos, capaz de erguer uma democracia civil na Europa simultaneamente local e transnacional. Enquanto na sociedade de trabalho a cidadania decorria do emprego e eram consideradas activas aquelas pessoas que participavam na esfera do trabalho remunerado, na sociedade alternativa a cidadania decorre da participação activa na esfera civil e política.

O postulado das teorias do fim da centralidade do trabalho segundo o qual o trabalho não tem função integradora e identitária, bem como a ênfase dada às actividades alternativas ao trabalho, desvia a atenção da importância da transformação do trabalho. Está suficientemente demonstrado que o trabalho pode ser organizado com propósitos sociais e psicológicos, tornando-se numa actividade com interesse e sentido intrínseco, permitindo autonomia, uso e desenvolvimento de conhecimentos e habilidades, partici-

pação na realização de objectivos colectivos, oportunidades para uma variedade de relações interpessoais e para obtenção de reconhecimento. Como estudos sociológicos têm vindo a demonstrar, mesmo o trabalho organizado com propósitos estritamente económicos permite satisfazer necessidades psicológicas e sociais importantes, ainda mais um trabalho organizado com outros objectivos. O desespero daqueles que ficam sem o seu emprego mostra claramente que o trabalho assalariado é muito mais do que uma actividade meramente instrumental. Estes trabalhadores perdem mais do que o seu salário, perdem sua dignidade, um espaço importante de afirmação pessoal e ficam privados de um conjunto de relações sociais.

Atribuir centralidade às actividades alternativas na vida social e na vida dos indivíduos indica que o trabalho deixa de constituir um espaço estratégico para a construção de um futuro melhor. Significa, como chama atenção Castel, abandonar a frente do trabalho e arriscar a renunciar a possibilidade de regular o mercado, esquecendo que a regulação do mercado foi construído a partir do trabalho (Castel, 1995).

O trabalho, a meu ver, continua a ser uma referência dominante, não apenas em termos económicos, mas também psicológicos, culturais e simbólicos. A maioria das pessoas continua a ser trabalhador assalariado e o tempo de trabalho é longo. Assiste efectivamente a uma intensificação do tempo dedicado ao trabalho remunerado e quanto mais se investe na vida profissional, mais valorizado se torna socialmente (Shor, 1991, Castillo, 1998). Não há menos assalariados, mas trabalhadores mais expostos à precariedade e ao desemprego. Um dos problemas essenciais nos nossos dias é que uma parte substancial dos empregos não vai ao encontro das expectativas das pessoas e não dá ou dá pouca garantia e estabilidade de rendimento propícia a uma integração durável numa comunidade de referência. Deste modo, apesar da centralidade do trabalho, este fica fragilizado como factor de integração social.

Na minha perspectiva é possível uma outra alternativa orientada para a renovação da sociedade de trabalho. Esta renovação inscreve-se num tipo de desenvolvimento económico e social orientado não apenas para objectivos quantitativos como o crescimento económico ou mais emprego, mas também para aspectos qualitativos, nomeadamente para transformar o trabalho numa actividade com interesse e significado capaz de proporcionar autonomia, satisfação e integração social. As tecnologias da informação e comunicação podem promover a melhoria simultânea da produtividade, do emprego e da qualidade de vida, desde que opções tecnológicas e organizacionais adequadas. As actividades e formas de participação social alternativas podem coexistir com o trabalho reorganizado e revalorizado (Kovács, 2002).

Esta alternativa implica, entre outros, um mercado de trabalho regulado; o estabelecimento de padrões e princípios à escala global; a moldagem do trabalho pela articulação de objectivos económicos e sociais (redução das desigualdades sociais, melhor qualidade de vida no trabalho e em geral, melhor conciliação do trabalho e vida pessoal), pelas opções técnico-organizacionais centradas nas pessoas e pela flexibilidade humanizada; bem como a redução do tempo de trabalho. Os processos de renovação da sociedade de trabalho implicam diálogo, participação e negociação a todos os níveis, constituindo os principais mecanismos de regulação social. A flexibilização orientada para o factor humano (sistemas sócio-técnicos e antropocêntricos, produção reflexiva) implica que a tecnologia seja especificamente adaptada às necessidades de uma organização descentralizada e com uma gestão participativa. A melhor concepção dos produtos e o aumento da flexibilidade funcional obtêm-se pela participação dos trabalhadores nas decisões e pela organização holista do trabalho que coloca a reflexão e a inteligência das pessoas no centro do processo produtivo. Esta flexibilização constitui a via alta da inovação organizacional (Oeij, Wieser, 2002) rompendo com a racionalização flexível orientada para a redução de custos (*lean production* e à reengenharia), que constitui a via baixa da inovação organizacional (Kovács, 2006).

A análise da situação e a identificação e discussão de alternativas são indispensáveis para que a evolução do trabalho não seja deixada ao “inevitável”. Mas para que isso não aconteça, é igualmente importante a vontade política de reduzir os riscos que ameaçam a coesão social e repensar as políticas.

Para que o trabalho possa ser renovado, não são suficientes os mecanismos de regulação social a nível nacional. Exige-se que haja mecanismos de implementação efectiva dos princípios do trabalho digno e mecanismos de defesa dos interesses do trabalho à escala global em articulação com estratégias e acções de outros movimentos sociais. Trata-se de uma outra lógica da globalização orientada para os objectivos do desenvolvimento sustentável, tais como a redução das desigualdades a nível global e nacional, a promoção da igualdade de género e a sustentabilidade ecológica.

Referências Bibliográficas

- ABRAHAMSON, Eric (1997), “The Emergence and Prevalence of Employee Management Rhetorics: The Effect of Long Waves, Labor Unions, and Turnover, 1875 to 1992”, *Academy of Management Journal*, 40 (3): 491-533.
- ATKINSON, John (1984), “Manpower strategies for flexible organizations”, *Personel Management*, 16(8): 28-31.
- ATKINSON, John (1987), “La flexibilité de l’emploi sur le marché internes et extrenes de travail”, in R. Dahrendorf, E. Kohler, F. Piotet (Org.) *Nouvelles formes de travail*

- et activité*. Dublin: Fondation Européenne pour l'Amélioration des Conditions de Vie et de Travail: 3-48.
- BAUMAN, Zygmund (2000), *Liquid modernity*. Cambridge, Polity Press.
- BECK, Ulrich (2000), *Brave new world of work*. Cambridge: Polity Press.
- BOLTANSKY, Luc e CHIAPELLO, Éve (1999), *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*. Paris: Éditions Gallimard.
- BONO, A. (2000), “Call centres, el trabajo del futuro?”, *Sociología del Trabajo*, 39: 3-31.
- BOURDIEU, Pierre (1998), *Contrafogos*. Oeiras: Celta.
- BRIDGES, William (1995), *Job Shift: How to Prosper in a Workplace Without Jobs*. Massachusetts: Addison-Wesley.
- BUSCATTO, Marie (2002), “Les Centres d’Appels, Usines Modernes?” *Sociologie du Travail*, 44: 99-117.
- CASTEL, Robert (1995), *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard.
- CASTELLS, Manuel (1998), *La era de la información economía, sociedad y cultura, La sociedad red. Vol. 1*. Madrid: Alianza.
- CASTILLO, Juan José (1994), *El trabajo del sociólogo*. Madrid: Editorial Complutense.
- CASTILLO, Juan José (1998), “Em busca do trabalho perdido (e de uma sociologia capaz de o encontrar...)”, in I. Kovács, J. J. Castillo (1998), *Novos modelos de produção: Trabalho e pessoas*. Oeiras: Celta Editora.
- CASTILLO, Juan José (1998), *A la búsqueda del trabajo perdido*. Madrid: Tecnos.
- CASTILLO, Juan José (2005), “Contra os estragos da subcontratação no trabalho: trabalho decente”, in I. Kovács (org.) *Flexibilidade de emprego: Riscos e Oportunidades*. Oeiras: Celta Editora.
- CASTILLO, Juan José (dir.) (2005), *El trabajo recobrado*. Buenos Aires: Myno y Dávila.
- CERDEIRA, M.C. (2005), “Estratégias sindicais e precariedade do emprego”, in I. Kovács: *Flexibilidade de Emprego. Riscos e Oportunidades*. Oeiras: Celta Editora.
- EUROPEAN COMMISSION (1995), *White Paper on teaching and learning. Towards the learning society*. Brussels.
- FITOUSSI, Jean P. e ROSENVALLON, Pierre (1997), *Nova Era das Desigualdades*. Oeiras: Celta.
- FLIGSTEIN, Neil (1997), “Rhétorique et réalités de la ‘mondialization’”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris: 36-47.
- GALAMBAUD, Bernard (1994), *Une nouvelle configuration humaine de l'entreprise*. Paris : ESF Éditeur.
- GALINI, L. (2002), “La informalización del trabajo en los países desarrollados. Cómo y por qué las condiciones de trabajo en el Norte se están aproximando, a la baja, a las del Sur”, *Sociología del Trabajo*, 45: 7-24.
- GIDDENS, Anthony (1998), *The Third Way*, Londres: Policy Press.
- GORZ, André (1997), *Misères Du Présent. Richesses Du Possible*. Paris: Édition Galilé.
- GRUGULIS, I.; VINCENTE, S.; HEBSON, G., (2002), “The future of Professional Work? The Rise of the Network Form and the Decline of Discretion”, *Working paper, 24, ESRC Future Program*, School of Management, University of Salford.

- GRUPO DE LISBOA (1994), *Limites à competição*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- HALIMI, Serge (2001) “Eternelle récupération de la contestation”, *Le Monde Diplomatique*, 2/04, 3.
- HAMMER, M. (1998), “A alma da nova organização”, in P. Drucker. *A Organização do Futuro*, Mem Martins: Europa-América.
- HANDY, C. (1984), *The Future of Work*. Oxford: Blackwell.
- HARRISON, B. (1994), *Lean and Mean*. Nova Iorque, Londres: The Guilford Press.
- KALLEBERG, Al (2003), “Flexible Firms and Labor Market Segmentation”, *Work and Occupations*, May: 154-174.
- KERN, Horst, e SCHUMANN, M. (1988), *El Fin de la Division del Trabajo?*. Madrid: Ministério de Trabajo y Seguridad Social.
- KOVÁCS, Ilona (1998), *Novos modelos de Produção. Trabalho e Pessoas*. Oeiras: Celta.
- KOVÁCS, Ilona (2002), *As Metamorfoses do Emprego – Ilusões e Problemas da Sociedade de Informação*. Oeiras: Celta Editora.
- KOVÁCS, Ilona (org.) (2005), *Flexibilidade de Emprego. Riscos e Oportunidades*. Oeiras: Celta Editora.
- KOVÁCS, Ilona (2006) “Novas formas de organização e autonomia no trabalho”, *Sociologia Problemas e Práticas*. Oeiras: Celta, 52: 41-65.
- KOVÁCS, Ilona & CASACA, Sara F. (2008), “Labour segmentation and employment diversity in the ICT service sector in Portugal”. *European Societies, The Official Journal of the ESA*, Routledge, (10), 3: 429- 451.
- LINHART, D.,(2002), “Los asalariados y a la mundialización. El caso Francés”, *Sociologia del Trabajo*, 45: 53-68.
- MARX, Karl [2011(1858)] *Grundrisse, Manuscritos económicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo.
- MEDA, Dominique (1995), *Le travail: une valeur en voie de disparition*, Paris: Aubier,
- OEIJ, R. A. P.; WIEZER, N. (2002), *New Work Organization, Working Conditions and Quality of Work: Towards the Flexible Firm?* Luxemburg: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, Office for Official Publications of the European Commission.
- PETRELLA, R.(1999), “La dépossession de l’Etat”, *Le Monde Diplomatique*, Agosto.
- PAUGAM, Serge (2000), *La salarié de la precarité. Les nouvelles formes de l’integration professionnelle*. Paris: PUF.
- PEYRELEVADE, Jean (2008), *O Capitalismo Total*. Lisboa: Século XXI.
- RIFKIN, Jeremy (1995), *The end of Work: The Decline of the Global Labor force and the New Post-Market Era*, Nova Iorque: Jeremy P. Tacher; G.P. Putnam’s Sons.
- SAHLMAN, A. William (1999),”The New Economy is Stronger Than You Think”, *Harvard Business Review*, November-December: 99-106.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, (1998), *Reinventar a Democracia: Entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo*. Lisboa, Gradiva.
- SCHOR, Juliet B. (1991), *The overworked American. The unexpected decline of leisure*, Basic Book.

- SCHUMANN, Michael (1999), “El desarrollo del trabajo industrial: nuevas contradicciones”, in J. J. Castillo (Ed.), *El Trabajo del Futuro*. Madrid: Editorial Complutens.
- SENNETT, Richard (2001), *A Corrosão do Carácter. As Consequências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo*. Lisboa: Terramar.
- SENNETT, Richard (2005), *The Culture of the New Capitalism*, New Haven: Yale University Press.

Restituir a multidimensionalidade do mercado de trabalho: o “olhar” sociológico

Ana Paula Marques

Introdução

Uma das dimensões cruciais para se compreender a complexidade das sociedades contemporâneas, na sua relação entre trabalho e capital, residem na discussão em torno dos múltiplos (des)entendimentos do mercado de trabalho. Tema transversal a várias abordagens disciplinares, o mercado de trabalho apresentou-se, sobretudo, central no pensamento da teoria económica neoclássica. Será em função das mudanças tecnológicas e dos padrões económicos que o mercado de trabalho tem vindo a ser restituído na sua multidimensionalidade sob um “olhar” sociológico, particularmente mais incisivo a partir dos anos oitenta do século XX. Com efeito, após os enfoques de cariz antropológico, histórico e sociológico, a temática do mercado de trabalho, complexa e variável social e culturalmente, deixa de ser arena exclusiva de economistas (Swedberg, 1996,1987). Com o contributo de algumas das principais teorias, tais como segmentação (Piore e Gordan, 1972; Doeringer e Piore, 1971), regulação (Boyer e Drache, 1997; Boyer, 1986; Aglietta e Bremder, 1994; Aglietta, 1982), estruturas sociais da economia (Bourdieu, 2000, 1979, 1978) e mercados transicionais (Schmid, 1998), a análise do mercado de trabalho deixa de ser feita exclusivamente em termos de relação custos e benefícios, baseada numa leitura individualista do social, para se abrir a outras dimensões, designadamente políticas, institucionalistas, sociais e simbólicas.

Na verdade, são vários os argumentos que nos atestam da relevância social do mercado de trabalho nas sociedades contemporâneas. A partir do fim dos “Trinta Anos Gloriosos”, as economias avançadas despertaram para o problema social crescente dos disfuncionamentos do mercado de trabalho ou do que alguns teóricos mais ortodoxos designavam de “rigidezes” do mercado de trabalho, pouco compatível com as exigências de flexibilização da economia e das relações de trabalho. As transformações das estruturas e modalidades

de funcionamento do mercado de trabalho incluem cada vez mais fenômenos relacionados com o desemprego estrutural e a heterogeneidade de estatutos laborais. Esta complexidade crescente traduz processos de diferenciação e protagonização social que obrigaram a outros olhares disciplinares oriundos, por exemplo, da sociologia do trabalho, da educação e das profissões (incluindo o das classes e estratificação social), para analisar: a) a segmentação e seletividade dos mercados de trabalho, no sentido da sua persistência (reprodução) e/ou de transformação, tendo em conta as desiguais situações, recursos e poder por parte dos agentes; b) e as lógicas de ação/ interação e orientações simbólico-ideológicas dos diversos grupos sociais em jogo no mercado de trabalho (*e.g.* mulheres, jovens à procura do primeiro emprego, quadros, trabalhadores desqualificados ou com baixas qualificações, trabalhadores mais idosos, imigrantes, desempregados de longa duração).

Restituir a multidimensionalidade do mercado de trabalho torna-se fundamental na compreensão e explicação do trabalho, emprego e desemprego, seus processos de recomposição e lógicas seletivas de funcionamento (Marques, 2009, 2007, 2001, 2000). Permite-nos, fundamentalmente, reequacionar as transformações dos processos de inserção profissional por parte dos jovens, identificando os principais fatores de segmentação e desregulação face a práticas de flexibilização e insegurança laboral (Marques e Alves, 2010; Marques, 2007).

Assim, o presente capítulo encontra-se estruturado em três partes principais. Na primeira, apresenta-se os pressupostos de base da abordagem neoclássica do mercado de trabalho. Na segunda parte, discute-se o alcance das teorias “corretoras” que foram emergindo no quadro de uma crescente percepção das insuficiências daquela abordagem, sendo que algumas delas procuram já abrir a discussão do mercado de trabalho a outros fatores que não exclusivamente económicos. Porém, será apenas com as teorias da segmentação e dos “mercados internos”, da “relação salarial”, dos “campos e lutas simbólicas” e, mais recentemente, dos “mercados transicionais” que se rompe com as conceções de mercado de trabalho unidimensional fundando na lógica de *homo economicus*. Assim, no terceiro ponto, será possível realçar a importância de uma leitura do mercado de trabalho a partir das suas estruturas, constrangimentos e desiguais lógicas de ação dos agentes sociais (trabalhadores, empresas, sindicato, associações profissionais, família e Estado, entre outros). Só na ancoragem de uma reflexão teórica do mercado de trabalho a partir daqueles contributos, por um lado, e, por outro, contextualizando-o em termos históricos e sociais, nos será possível compreender as transformações de práticas, vivências e percepções sobre o trabalho, o emprego e o desemprego na (re)produção da sociedade.

Prevalência de um mercado de trabalho unidimensional

Dissecar as principais representações tradicionais do mercado de trabalho permite-nos conhecer os traços e os pressupostos distintivos da abordagem neoclássica (surge nos finais do século XIX e permanece como *mainstream* na economia até aos anos sessenta e setenta do século XX)^[1] e identificar os seus principais limites. Para esta sistematização, atente-se aos contributos, por exemplo, dos seguintes autores: Gazier, Marsden, Silvestre (1998); Hoang-Ngoc (1996); Perrot (1995); Michon (1996); Trembley (1990); Gazier (1991); Gambier e Vernières (1985); Rodrigues (1991, 1988).

Tradicionalmente, o mercado de trabalho define-se como o lugar de confronto entre a oferta e a procura de trabalho. Este modelo teórico de referência dos economistas ortodoxos^[2] sustenta que os fenómenos a explicar são o resultado de um cálculo esperado da utilidade por parte dos agentes económicos supostos como perfeitamente racionais. Pressupõe-se que estes agentes têm capacidade de obter e tratar a informação disponível, de classificar as suas preferências e de prever as consequências das suas escolhas. Então, assume-se a autonomia, a racionalidade e o autointeresse dos agentes envolvidos que são capazes de estabelecer, antecipadamente, as suas preferências e maximizar o seu bem-estar. Esta representação do mercado de trabalho apresenta as seguintes características e pressupostos: *i*) é um mercado como qualquer outro: segue as mesmas regras de um modelo de equilíbrio concorrencial; *ii*) é atribuído ao ator social uma racionalidade económica; *iii*) há uma independência entre a oferta e a procura de trabalho, já que se presume, igualmente, que o mercado de trabalho é homogêneo e uno, sem obstáculos à circulação de informação e mobilidade dos trabalhadores; *iv*) parte-se do princípio da igualdade de oportunidades dos atores sociais envolvidos.

Aceitando o postulado de independência da oferta e procura de trabalho, o salário funciona, por isso, como variável de ajustamento desta concorrência alegadamente perfeita^[3]. Assumido como valor de troca correspondente ao preço do tempo destinado ao trabalho numa situação de equilíbrio, a taxa marginal de salário real iguala-se ao máximo de utilidade na opção entre tempos livres e trabalho. Desta forma, a existência de desem-

¹ Nos finais do século XVIII, será A. Smith a fazer as primeiras referências ao mercado de trabalho, inscrevendo o trabalho como um produto qualquer, sujeito às mesmas regras transicionais do mercado em geral.

² Utilizamos os termos ortodoxo ou neoclássico num sentido amplo para designar as teorias que partilham a hipótese de trabalho assente na racionalidade otimizadora do indivíduo.

³ A hipótese possível de um equilíbrio geral da economia não constitui a regra, mas antes a exceção. A livre concorrência e a ausência de regulamentações (poderes públicos e instituições de negociação coletiva) dos mercados não garantem espontaneamente a absorção do desemprego ou a promoção do pleno emprego (Hoang-Ngoc, 1996: 17-18).

prego resultará sempre de uma opção individual, assumindo um carácter voluntário e o trabalho é visto como um custo de produção e não como fonte adicional de bem-estar e muito menos como fator de identidade social ou orgulho individual na autorrealização.

Face a esta representação clássica do mercado de trabalho, a evidência de algum tipo de “imperfeição” ou de “rigidez” é explicável pela existência de instituições de negociação coletiva que fixam, de forma exógena, um salário superior ao salário de equilíbrio ou por uma legislação que impõe um salário mínimo, ou, ainda, pela atribuição de subsídios de desemprego.

A perspetiva marxista do funcionamento do mercado de trabalho coexiste com a neoclássica atrás exposta, embora tenha estado remetida para uma posição “residual”⁴. Não obstante, o seu contributo é relevante porque define o mercado de trabalho de modo completamente diferente (Marx, 1974a,1974b). A força de trabalho, apesar de ser assumida como uma mercadoria, é alvo de uma outra leitura das relações entre trabalho e capital, já que está na base da exploração dos trabalhadores por parte dos empregadores. A força de trabalho define-se pelas capacidades psíquicas e físicas que o trabalhador põe à disposição do empregador durante um período de tempo previsto pelo contrato de trabalho. O empregador terá todo o interesse em mobilizar esta força produtiva na satisfação das necessidades da empresa, bem como conferir-lhe a maior mobilidade possível para facilitar todas as adaptações necessárias à mudança do ritmo e da natureza da produção. O trabalhador, por oposição, aceitando um salário, preço da privação da sua liberdade por um certo período, tentará controlar a utilização que fazem da sua pessoa ao longo do processo produtivo. O salário corresponde, então, ao custo da capacidade de reprodução, satisfazendo necessidades elementares do trabalhador e da sua família.

Portanto, a organização do mercado de trabalho é estruturalmente constituída por uma desigualdade na distribuição dos recursos de poder entre trabalhadores e empregadores, sendo que o desemprego se apresenta indispensável como estratégia de redução dos salários reais e imposição de uma efetiva subordinação económica, política e ideológica. Igualmente, a mobilidade profissional faz-se sempre em contexto de dominação do capital sobre o trabalho, ou seja, esta é sempre forçada, já que o trabalhador se encontra numa situação de constrangimento ao ter de vender a sua força de trabalho

⁴ É importante reconhecer que a este nível não há propriamente uma teoria do mercado de trabalho. Há, sim, um interesse pelas questões relacionadas com o trabalho no quadro de um determinismo estrutural que resulta da oposição capital/trabalho nas relações sociais de produção. Em todo o caso, a maior contribuição desta proposta reside na ligação do mercado de trabalho ao funcionamento do capitalismo.

em troca de um salário para sobreviver. Compreende-se, por isso, que no processo contínuo de reprodução do capital, de ampliação de novas modalidades de extração da mais-valia (*e.g.* novas tecnologias, reestruturações organizacionais, práticas contratuais) o próprio mercado de trabalho seja alvo de constantes transformações nas suas estruturas e lógicas de funcionamento.

Evidenciando os limites de um mercado neoclássico

A abordagem neoclássica é alvo de uma atualização dos seus pressupostos a partir da integração de algumas teorias “corretoras”, tais como a teoria da procura de emprego e a teoria do capital humano⁵. Mais recentemente, a teoria das redes sociais no acesso ao mercado de trabalho (Granovetter, 1985, 1995) permite destacar a influência das ações sociais dos atores que participam na formação dos mercados⁶. Estas teorias visam, em especial, explicar algumas das descontinuidades identificadas no funcionamento do mercado (cf. Stigler, 1962; Becker, 1964, 1971; Collins, 1979; Swedberg, 1996).

São, principalmente, as dificuldades de validar empiricamente os seus pressupostos e a identificação de um conjunto de descontinuidades no mercado de trabalho que justificam alguns dos desenvolvimentos complementares àquela abordagem. Estas descontinuidades estão associadas ao aumento do desemprego, à crescente diferenciação interna dos trabalhadores pelo fator da qualificação e formação profissional e do poder contratual dos sindicatos, à existência de obstáculos à mobilidade profissional e à transparência da informação, entre outros aspetos (Marques, 2000, 2001, 2009). No entanto, estes contributos partilham ainda a perspetiva neoclássica, sobretudo, porque adotam o princípio da leitura individualista da realidade social e o “comportamento” do mercado de trabalho é analisado na base da racionalidade do ator social.

Desde logo, uma das inovações introduzidas dizem respeito à evidência da opacidade da informação (Stigler, 1962) e, daí, à incerteza que existe

⁵ Não é nosso objetivo expor de forma exaustiva as várias teorias, nem isso caberia no âmbito deste capítulo. Pretendemos ilustrar as principais teorias que romperam quer com a visão homogénea e compacta do mercado de trabalho, quer com a assunção de que o salário era a única variável de ajustamento entre oferta e procura dotados de comportamentos independentes.

⁶ Além destas, também se poderiam apontar as teorias do “filtro” ou dos “sinais” (Spence, 1973; Arrow, 1973), a teoria credencialista (Collins, 1979) e a teoria das “filas de espera” (Thurrow (1974)). Pretendemos ilustrar as principais teorias que romperam quer com a visão homogénea e compacta do mercado de trabalho, quer com a assunção de que o salário era a única variável de ajustamento entre oferta e procura dotados de comportamentos independentes.

sobre o conhecimento dos empregos disponíveis e dos salários praticados. Esta teoria permite explicar a utilização racional do tempo na procura do emprego, por parte do trabalhador e, por parte da empresa, que tenta remunerar a antiguidade do trabalhador pela dificuldade (e custos resultantes) em prever quando o posto de trabalho fica vazio. Poder-se-á, assim, admitir que, tendencialmente, o desemprego diminuiria, bem como os fenómenos de *turnover*, absentismo e insatisfação dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, o desemprego deixaria de ser analisado como voluntário para se aceitar as teses do “desemprego de procura” ou do “desemprego natural”. Esta tese fundamenta-se, todavia, em cálculos individuais como resultado da existência de constrangimentos no funcionamento do mercado, sendo alvo de limitações e críticas evidentes. Por um lado, é impossível afirmar que o indivíduo que disponibilize mais tempo para a procura de um emprego tenha, por isso, um melhor emprego; por outro, não se deve confundir o desemprego com a mudança de emprego, já que nem sempre à mudança de um emprego se segue um período de desemprego. A disponibilidade da informação sobre os empregos depende também da própria natureza dos mesmos. Isto é, admite-se que será mais fácil aceder à informação de empregos menos especializados que são, geralmente, definidos de forma genérica, do que os que exigem maior especificação de requisitos para a sua ocupação.

Já a teoria do capital humano, originalmente desenvolvida por Becker (1964), contribuiu para uma primeira abordagem da heterogeneidade de perfis de qualificação no mercado de trabalho. Ao defender que o investimento na educação é o modo mais rentável do desenvolvimento económico da sociedade⁷, a relação entre educação/formação e salário é considerada vantajosa tanto para os trabalhadores como para os empresários, que vêem neste *stock* de conhecimentos acumulados um verdadeiro capital, base de uma maior produtividade e fluxo de serviços produtivos futuros.

Estas exigências de capital humano são *a priori* satisfeitas através do sistema de educação. Por um lado, este concorre para a standardização das competências de base, isto é, do capital escolar que os indivíduos devem possuir. Esta standardização possibilitaria a igualdade de oportunidades de acesso aos diferentes empregos dos indivíduos com características comparáveis. Este pressuposto de igualdade de oportunidades é o mais discutível, bem como a presunção de equivalência dos atributos do capital humano (natu-

⁷ As hipóteses desenvolvidas, nas décadas sessenta e setenta, têm inspirado as investigações subsequentes sobre o investimento no sistema de ensino e sua relação com o mercado de trabalho (Diambomba, 1995). Nesse sentido, esta teoria analisa todas as formas de aquisição de conhecimentos ou aptidões que os indivíduos vão investindo – desde a escola até aos espaços de trabalho – para obterem salários mais elevados, partindo sempre da hipótese de que a idêntico nível de formação corresponderia idêntico nível de emprego.

reza e tipo de saberes). Por outro, o sistema de educação permite aumentar o potencial de mobilidade geográfico e/ou profissional dos indivíduos, sendo que desencadearia, por sua vez, uma maior procura de competências por parte dos empregadores. Nesta lógica, o que está fundamentalmente em causa é que os salários elevados são acompanhados pela produtividade equivalente. Para além do esforço de investimento educativo inicial, o trabalhador partirá para o mercado de trabalho com uma posição mais vantajosa, com contrapartidas em termos salariais mais elevadas e profissões com maior prestígio social.

Da teoria do capital humano percebe-se que considera o salário o único móbil do investimento em educação; no entanto, o esforço educativo faz-se numa lógica de custos/benefícios, sendo a sua principal inovação a conceção da força de trabalho como capital imaterial e inseparável do indivíduo. Mantendo o pressuposto da homogeneidade do mercado – ou seja, de que todos os trabalhadores têm as mesmas condições para investirem na educação e têm livre acesso a todas as formas de educação –, podemos explicar as disparidades salariais através da opção individual no investimento em educação e correspondente melhoria salarial, reconhecendo apenas a heterogeneidade da procura de trabalho por parte dos trabalhadores.

Desenvolvimentos empíricos posteriores não permitem corroborar a correspondência entre nível de educação e salário de forma sistemática. Certas qualidades e competências que os trabalhadores disponibilizam não são contempladas pelo contrato de trabalho, assim como a produção, ao ser um processo coletivo, torna difícil medir a intensidade e a qualidade do esforço individual (Blaug, 1987). Também esta teoria não se preocupa com a evidência da existência de origens sociais diferenciadas que, à partida, enviesam a igualdade de oportunidades e pressupõe a existência de laços estreitos entre os conhecimentos adquiridos e a qualificação obtida, bem como entre a qualificação e a produtividade. Os níveis salariais, por sua vez, resultam, igualmente, de convenções coletivas fruto de processos de negociação e de formas de luta entre associações representativas dos trabalhadores e empregadores, que nem sempre traduzem uma medida direta do nível educativo do trabalhador. Em última instância, é a própria conceção em termos de capital humano que está em jogo num mercado de trabalho concebido como neutro e atemporal, já que o “paradoxo” do capital humano resulta do seu cariz ambivalente: todo o capital é, simultaneamente, comensurável enquanto categoria intemporal (ou atemporal) e relacional porquanto inscrito no tempo, nas estruturas, nas regras, nos contextos e atores sociais (Silvestre, 1978).

As repercussões da teoria do capital humano são, no entanto, significativas do ponto de vista teórico, abrindo novas áreas de investigação que

contribuíram para corroborar a existência de desfasamentos de natureza estrutural entre os perfis dos postos de trabalho e as qualificações dos trabalhadores, como também tiveram importantes implicações nas conceções de políticas de emprego e formação desenvolvidas *a posteriori*.

Na verdade, pode admitir-se que alguns dos desvios assinalados nesta abordagem neoclássica foram parcialmente corrigidos. Mas a complexidade da realidade humana e organizacional pressupõe que se contemple outras lógicas que interferem na racionalidade das decisões dos atores envolvidos. As motivações de base salarial não são suficientes. Existem outras motivações não-económicas correspondendo a variáveis de carácter sociológico que devem ser tomadas em consideração.

Indiretamente, a teoria da discriminação, por exemplo, procura explicar as preferências sociais e culturais por parte dos empresários, traduzidas em diferenças salariais para trabalhadores com a mesma eficácia produtiva. A noção de “gosto pela discriminação” (Becker, 1971) permite analisar as variáveis raça, sexo, idade, religião, entre outras, como variáveis independentes representativas de práticas de discriminação registadas nas empresas. A correspondência de certos postos de trabalho com certas características “não-económicas” daqueles que os ocupam permite perceber que os mesmos são, geralmente, menos bem pagos porque são ocupados, nomeadamente por mulheres ou por negros.

Já a teoria das redes sociais no acesso ao mercado de trabalho (Granovetter, 1985, 1995) reconhece que há diversos elementos sociais e organizacionais que condicionam as relações entre a oferta e a procura. Estas não se inscrevem num “espaço” homogéneo ou abstrato de troca, mas em redes de relacionamento que definem desiguais oportunidades de acesso ao mercado de trabalho por parte dos trabalhadores. Com efeito, é possível identificar diferentes meios facilitadores de obtenção de um emprego que poderão passar por mobilizar contatos formais (*e.g.* agências de recrutamento, centros de emprego, concurso), contatos informais, onde se incluem os conhecimentos interpessoais (*e.g.* familiares, amigos, colegas), e contatos diretos com os empregadores (*e.g.* envio de candidaturas espontâneas). A maior eficácia destes contatos informais na obtenção de emprego – validada em vários estudos sobre a inserção profissional de graduados (Marques e Alves, 2010; Marques, 2006, Marques 2007) – resulta, por isso, da existência de laços de confiança por parte dos seus contatos pessoais e de estes deterem informação considerada fidedigna sobre as oportunidades de trabalho (Granovetter, 1995). Ou seja, mais importante do que uma decisão meramente racional na escolha de oportunidade de trabalho está a dimensão subjetiva de “quem indica” em termos de prestígio social e simbólico.

As “redes de relacionamento” permitem-nos abrir o olhar para a análise da ação e dos processos sociais e amplia a discussão sobre a formação de especificidades de alguns tipos de mercados de trabalho, designadamente pelo aprofundamento do conhecimento em torno das “carreiras profissionais”, dos “mercados protegidos” e dos limites das estruturas formais na alocação dos recursos humanos num determinado sector, região e contexto (trans)nacional. No entanto, esta abordagem fundamenta-se na ação individual, considerando parcialmente o papel dos grupos e das instituições na formação de mercados de trabalho, bem como não contempla as diferenças de género, étnica e etária na formação da força de trabalho.

Repensar o mercado de trabalho: principais contributos sociológicos

Propõe-se uma renovação das abordagens do mercado de trabalho que se apresenta multidimensional, onde intervêm outros fatores além dos de cariz económico, designadamente, sociais, políticos, culturais e simbólicos. Assim, está subjacente uma conceção do mercado de trabalho complexo e interdependente do funcionamento do conjunto da sociedade e da economia global. Tal pressupõe assumir que: *i*) o mercado de trabalho não é apenas um lugar de confronto da oferta e da procura de trabalho, pelo contrário, este constitui-se como um espaço/ tempo onde se cruzam, em (des)articulação lógicas, atores e estratégias diferenciadas; *ii*) e a quantidade e a qualidade do emprego (Célestin, 2002) implicam a análise do conjunto de medidas políticas, económicas, sociais e ideológicas, numa determinada sociedade e época histórica.

Teorias da segmentação: “mercados internos” e “mercados fechados”

Os conceitos “segmentos” e “mercado interno” foram decisivos na formulação das teorias da segmentação que constituíram a primeira e decisiva rutura na perspetiva concorrencial do mercado de trabalho. A ideia principal desenvolvida pelos autores Doeringer e Piore (1971) consiste em sustentarem uma oposição entre mercados “interno” (à empresa) e “externo” (periférico), sendo que ao nível do “mercado interno” se poderá associar um “mercado primário” ou um “mercado secundário”, pressupondo uma outra rutura fundamental entre eles, quer ao nível dos empregos, quer ao nível dos seus mecanismos de funcionamento. Assim, e muito esquematicamente, o mercado “primário” é destinada a uma mão-de-obra estável, central,

com segurança no emprego e com possibilidades de carreira. Um mercado “secundário” caracteriza-se, em oposição, pela existência de uma mão-de-obra periférica destinada a flutuar em função das exigências da conjuntura e, por isso, sujeita a elevadas taxas de rotação, más condições de trabalho e com perspectivas de carreira limitadas (sem níveis de proteção social e capacidade de negociação ou defesa sindical).

Ao mesmo tempo, a oposição entre mercados interno e externo permitiu dotar a empresa de um papel interveniente no processo de segmentação da força de trabalho em fileiras de inserção e de mobilidade profissionais. Concretamente, os trabalhadores encontram-se “segmentados”, isto é, estratificados a partir de vantagens diferenciadas. O nível dos salários, as garantias de carreira, as qualificações médias, as perspectivas de promoção e a qualidade das condições de trabalho constituem os fatores principais da estratificação dos postos de trabalho, enquanto o nível médio de formação, a antiguidade dos trabalhadores, a taxa de sindicalização e a maior ou menor estabilidade dos comportamentos e aspirações dos trabalhadores diferenciam os trabalhadores entre si (Gazier, 1991). Para Gambier e Vernières (1985), na base do desenvolvimento destes mercados internos encontram-se três fatores: *i*) estabilização progressiva da atividade económica, conduzindo à estabilização de certos grupos de trabalhadores; *ii*) fortalecimento da coesão social da empresa através de regulações diversas; *iii*) existência de qualificações específicas à empresa e que resultam de um investimento por parte da mesma, o que faz com que muitas destas qualificações não sejam transferíveis para outros contextos de trabalho.

Aquela conceptualização de “mercados internos” aproxima-se da lógica de mercados “balkanizados” (Tremblay, 1990) ou “fechados” (Paradeise, 1988; 1987) para grandes empresas e organizações burocráticas estatais. Delimitados ao que se passa nas empresas e respetivas lógicas de alocação da mão-de-obra, passa-se a analisar regras, convenções, carreiras e uma trajetória de qualificação dotada de especificidades decorrentes da organização interna deste mercado de trabalho. Igualmente, a partir dos contributos da sociologia das profissões (Svensson & Evetts, 2010), a proteção conferida pela detenção de credenciais de nível superior e o monopólio de mercado de trabalho assegurado pela existência de jurisdições histórica e socialmente delegadas pelo Estado a associações profissionais pressupõem níveis elevados de regulação social, estratégias de (neo)institucionalização e afirmação de valores sociais e ideológicos de bem público. Tal permite-nos compreender a formação de mercados profissionais, por exemplo, de advogados, médicos, engenheiros, arquitetos, economistas, com lógicas e dinâmicas bem distintas das de outros mercados de trabalho.

No essencial, a segmentação do mercado de trabalho prende-se com o estado das relações entre os empregadores e as diversas categorias de trabalhadores – seus serviços e qualificações –, mas também com as formas de coesão internas entre os trabalhadores e as configurações de conflitos e de alianças entre eles nas organizações e na sociedade (Estado, empresários, sindicatos, corporações profissionais, entre outros). Assim, desta abordagem podem ser identificadas pistas para o entendimento de algumas condições recorrentes nas trajetórias de inserção profissional marcadas por clivagens e desigualdades sociais alicerçadas em fatores diversos, como idade, género, origem de classe, formação académica, entre outros (Bihl e Pfefferkorn, 2008; Tremblay e Dagenais, 2003; Esping-Andersen e Regini, 2000; Silva, 1998).

Em termos teóricos, a teoria da segmentação contribuiu e ainda contribuiu para que se aproximem as preocupações de uma sociologia do trabalho com uma sociologia das desigualdades sociais. A noção de “segmento” representa um sistema de remunerações específico que reflete, por um lado, as relações de poder entre classes sociais, grupos socioprofissionais, trabalhadores e trabalhadoras, e, por outro, o lugar destes sectores de atividade económica na divisão capitalista do trabalho, tanto à escala local, nacional como internacional. A proposta implícita nesta noção de segmento inclui alguns pressupostos que passam por ultrapassar a simples descrição do estado do mercado de trabalho e por se fundamentar na noção de relações de poder entre empresas e economia, assim como entre os diferentes protagonistas presentes nas empresas. É imprescindível ter em conta um conjunto de condicionantes externos, quer se trate dos constrangimentos do mercado de trabalho, quer dos que resultam da lógica de desenvolvimento de um capital globalizado e cada vez mais concentrado.

Das estruturas sociais da economia e da “regulação”

Ao decompor a economia e o mercado de trabalho em segmentos, a abordagem atrás exposta permitiu-nos direcionar o nosso olhar sociológico para os diferentes sistemas de relações entre os protagonistas. São estes sistemas de relações que regem os mercados de trabalho abertos ou fechados, que determinam a remuneração, as condições de trabalho, que favorecem ou não a autonomia no trabalho, a aplicação das qualificações dos trabalhadores. Permitem compreender, também, de forma mais satisfatória por que é que certas categorias de trabalhadores têm o privilégio da estabilidade de emprego, enquanto outros, satisfazendo as exigências de flexibilidade das empresas, têm uma relação precária de emprego.

A profunda transformação do campo da estratificação social apela cada vez mais à introdução de relações de poder que se estabelecem entre os diferentes agentes, permitindo integrar a preocupação com as questões de distribuição (de educação, de rendimento, de prestígio, entre outras) com as preocupações de certos traços (padrões) de interação entre elementos da estrutura social (relações de classe, de género, de etnia, entre outras). Deste modo, um dos contributos mais relevantes para o desenvolvimento das *estruturas sociais da economia* é proposto por Bourdieu (2000) a partir das noções de “campo” e de “habitus”.

Assim, o autor demonstra que a segmentação do espaço social nos “campos” económico, escolar, familiar, político, entre outros – dotados de regras próprias de funcionamento e onde se trocam bens específicos, materiais ou simbólicos – não se confunde com o pensamento neoclássico dos mercados concorrenciais⁸. Em cada um dos campos pertinentes do social, a estrutura das trocas é fundamentalmente assimétrica. Não sendo iguais os “capitais” aí investidos, os benefícios obtidos dependem do “volume” e da “estrutura” desses capitais. Em contrapartida, a importância relativa das diferentes formas de capital para se definir as hierarquias sociais seria variável consoante o grupo social em causa: para os proprietários é, sobretudo, o capital económico, para os quadros, o capital escolar, e para os operários, o capital social (Bourdieu, 1979).

Para este autor é a posição nas relações de produção que comanda as práticas e que produz determinados “habitus”. Seguindo a sua argumentação de perto, a crítica ao pressuposto do cálculo económico patente nos atores sociais permite que se analise a razão imanente às práticas. Estas não encontram o seu princípio estruturador nas decisões de vontade e de consciência racional ou de determinações mecânicas originadas em poderes exteriores, mas sim de esquemas e disposições de percepção e de apreciação adquiridas ao longo de processos duradouros de socialização. Estas disposições permitem, mesmo fora de todo o cálculo consciente, gerar comportamentos e antecipações “razoáveis” (em vez de racionais), ainda que a sua conformidade com as estimativas do cálculo nos conduzisse a pensá-las como produtos de uma razão calculadora (Bourdieu, 2000).

Por sua vez, na medida em que as trocas realizadas no campo económico se fazem em relação ao Estado, este detém um papel importante enquanto

⁸ Para o autor, a perspetiva neoclássica é insuficiente para a compreensão das especificidades e particularidades próprias das ações económicas no mundo real, já que o mercado, os empregadores e os trabalhadores são frutos de uma construção social, de forma que é necessário recorrer à sociologia para compreender os próprios processos económicos. A presença de lógicas sociais e simbólicas, que justificam movimentos e comportamentos diferenciados dos atores sociais, denuncia claramente a influência das posições e trajetórias de classe de Bourdieu (1979).

dinamizador macroeconómico, mormente através de definição de políticas públicas, mas também enquanto regulador da manutenção da ordem e confiança. Bourdieu (2000) reforça sobretudo o papel de “árbitro” no jogo das relações entre as empresas e suas principais interações. Este poder estatal resulta da posse de diversos capitais historicamente adquiridos e socialmente legitimados (*e.g.* capital de força física, policial ou militar, capital económico, capital cultural e informacional e capital simbólico).

Neste quadro conceptual, é possível ampliar as análises de “rigidezes” do mercado de trabalho frequentemente debatidas, tais como a questão das diferenças de rendimentos em função do género e etnia, a relação entre a qualificação escolar e o emprego, as diferenças entre países das estruturas do mercado de trabalho em função do setor de atividade ou grupo profissional. Ainda mais relevante em termos analíticos é perceber que a mobilidade se enquadra numa dialética de classificação/ desclassificação/ reclassificação social e profissional (Bourdieu, 1979). Se há estratégias de reprodução dos indivíduos e dos grupos, há também estratégias de reconversão que se traduzem em geral por uma mudança de condições sociais e, portanto, da estrutura do património. Por conseguinte, as fronteiras no campo económico, tal como qualquer outro, são o limite de lutas dentro deste em função da possibilidade de entrada de novos agentes que modificariam as regras instituídas. Neste sentido, será possível compreender que a inserção profissional, além de se inscrever nas relações de poder desiguais inscritas nas configurações históricas, económicas, políticas e societárias, é também um processo de luta simbólica pela classificação social por parte dos indivíduos, de que resulta uma recomposição socioprofissional da população.

Numa outra perspetiva, a teoria da regulação (Boyer, 1986; Aglietta e Brender, 1984; Aglietta, 1982)⁹ introduz alguns contributos fundamentais que se referem à inevitável presença de formas institucionais reguladoras desse mercado. A influência do Estado, dos sindicatos e das diversas associações são tidas em consideração e explicam, da mesma forma, as dinâmicas de funcionamento das economias contemporâneas.

Antes de mais, esta teoria critica a simples ideia de segmentos do mercado de trabalho. Não se trata de simples justaposição ou de descontinuidades de segmentos, mas de um mercado de trabalho estratificado, dotado de uma certa unidade ou coerência. Na realidade, existem formas institucionais, próprias do sistema económico, necessárias para a reprodução do capital, que regulam as relações no mercado de trabalho. Resumidamente, estas

⁹ Sob forte inspiração marxista, esta teoria nasce com o objetivo de explicar o porquê das duas crises essenciais das sociedades capitalistas: a crise dos anos 30, relacionada com a realização de capital, e a crise dos anos 70-80 do século XX, relacionada com a valorização de capital.

formas institucionais são: i) formas de concorrência; ii) formas de restrição monetária; iii) formas de Estado; iv) configuração da relação salarial; v) adesão ao regime internacional (Boyer, 1986). Posteriormente, com a noção de relação salarial, central nesta teoria, rompe-se com a ideia de trabalho como mercadoria, para se falar do trabalho inserido nas relações sociais.

A relação salarial pode ser definida como o conjunto de condições jurídicas e institucionais que rege a utilização do trabalho assalariado, assim como a reprodução das condições de existência dos trabalhadores. Boyer (1986) reconhece a existência de diferentes modos de gestão de mão-de-obra segundo as modalidades da relação salarial que são os critérios de segmentação do mercado. Estes modos de gestão não resultam apenas de decisões empresariais, enquadradas numa lógica funcional de reprodução do capital, mas da interação complexa de um conjunto de fenómenos, nomeadamente do grau de inserção do consumo dos trabalhadores no capitalismo, assim como da influência de organizações sindicais, legais e institucionais.

Desta forma, o mercado é um espaço regulado por formas institucionais. Porém, sendo um espaço sempre aberto e incompleto, não é regulado exclusivamente pelo princípio da racionalidade económica. Como se encontra inserido numa formação capitalista, da submissão do trabalho ao capital, há o princípio do domínio da oferta sobre a procura de emprego, segundo um processo, em grande medida, complexo, instável e conflitual pelas forças sociais em presença. A teoria da regulação estabelece, por conseguinte, uma relação entre a estrutura de estratos manifestos e a estrutura coerente latente de reprodução do capital (Rodrigues, 1988).

Todavia, há outras relações que não contribuem para a imagem coerente do mercado de trabalho, tal como foi referido (e.g. relações de género e de etnia). Excessivamente centrada no conceito de “operário-massa”, como ator social principal, e na relação salarial, como relação social central, aquela teoria não contabiliza a diversidade de atores sociais ligados às atividades de serviços e aos empregos criados com as novas tecnologias de informação e comunicação. Igualmente, a centralidade da relação salarial ou da sociedade salarial tem contribuído para uma argumentação problemática – por vezes demasiado simplista – sobre o “fim” do trabalho e emprego. Mesmo assim, a teoria da regulação constitui um ponto de referência importante para posteriores teorizações sobre o mercado de trabalho (Boyer e Freyssinet, 2000; Boyer e Drake, 1997)¹⁰.

¹⁰ Veja-se no caso português o desenvolvimento da teoria do “sistema de emprego” definido como o “conjunto organizado das estruturas, dos agentes e dos mecanismos económicos e sociais que moldam a utilização e a circulação da mão-de-obra em interação com os processos de reprodução desta mão-de-obra” (1988: 56-57).

Hoje são muitas as modalidades flexíveis de emprego postas em prática e estas concorrem para um processo crescente de “desinstitucionalização” de direitos e garantias consagradas pelo Estado social, no período designado por fordismo ou pós II Guerra Mundial. Além disso, como resultado da contradição entre capital e trabalho, o mercado de trabalho tem apresentado movimentos de rejeição de mão-de-obra pelas empresas, produzindo desemprego estrutural, ao mesmo tempo que prevalecem lógicas de seleção de certas características de trabalhadores, contribuindo para a eficácia de processos de segmentação, intensificação da concorrência e luta pela classificação social entre os trabalhadores.

Em termos gerais, a nível das empresas, do Estado e dos parceiros de concertação social, as políticas de emprego, de formação e os dispositivos que organizam a “transição profissional” (Rose, 1984) inserem-se nos mecanismos de reprodução e composição dos fluxos de mobilidade para o emprego. No entanto, também, são produtoras de categorias socioprofissionais ao definirem claramente os grupos beneficiários desta ou daquela política, contribuindo para reforçar, modificar ou criar desigualdades sociais, como veremos mais à frente.

Flexibilização das relações de trabalho: a proposta dos mercados transicionais

A recessão e a incerteza visíveis nas últimas décadas conduziram à reestruturação do mercado de trabalho no sentido da flexibilidade (Rosenberg, 1989) próximo da ideia de “empresa flexível” (Pollert, 1989). Para já, importa perceber que esta representa em si um micro-modelo do trabalho dual: com poucos trabalhadores “centrais” estáveis e qualificados – flexibilidade “funcional” – e muitos “periféricos” que podem ser facilmente recrutados no mercado geral do trabalho, nomeadamente através de subcontratação – flexibilidade “numérica” – ao que também se associa uma “flexibilidade de salário” no sentido neoclássico (os salários e outros custos de mão-de-obra refletem o estado da oferta e da procura sobre o mercado de trabalho externo). Porém, se a nível político, o modelo de “empresa flexível” evita legitimar a precarização, a nível social as *formas flexíveis de emprego*, crescentemente usadas em contexto empresarial (Tremblay, 2008; Auer, 2006; Kovács, 2005, 2000; Rebelo, 2003; Felstead e Jewson, 1999; Vaz, 1997; Atkinson, 1987), tem contribuído para o aumento de emprego periférico, instável, ocasional, mal pago e pouco qualificado. Estas tendem a ser identificadas a recentes figuras contratuais, tais como: contratos de trabalho de duração determinada (a termo certo e incerto); contratos de trabalho tem-

porário; contratos de trabalho a tempo parcial (part-time); e trabalho independente ou autoemprego ou, ainda, empreendedorismo.

Perante um mercado de trabalho fragmentado, segmentado e tendencialmente dualizado, importa compreender a evolução das estruturas históricas e específicas dos mercados de trabalho nacionais e enquadrar as recentes políticas públicas.

Será neste contexto que a teoria dos mercados transicionais (Schmid, 1998) propõe-se avançar ainda mais na reflexão sobre as consequências das tendências de flexibilização e mobilidade dos indivíduos nos mercados atuais. Partindo dos contributos de Beck (1992) e Giddens (1992), esta teoria defende a centralidade dos processos de individualização na sociedade moderna, acompanhado por riscos e incertezas. Assim, os mercados de trabalho deixam de ser caminhos predeterminados, formatados e fixados *a priori*, dadas as turbulências que afetam as decisões dos responsáveis institucionais confrontados com as contingências externas (*e.g.* tecnologias, reestruturações empresariais, ciclos demográficos) e internas (*e.g.* trocas familiares, reorientações individuais). As saídas e as reentradas constantes, assentes numa mobilidade profissional elevada inter organizacional a nível (trans)nacional, constituem traços do normal funcionamento do mercado de trabalho.

Tendo em conta o carácter institucional do mercado de trabalho, os ajustes do mercado não são, todavia, passíveis de serem efetivados apenas a nível da flexibilidade salarial. Garantir um salário que seja instrumento de integração social e participação cidadã mantém-se crucial nesta teoria. Apresenta, todavia, como novidade, a necessidade de se criar outros mecanismos institucionais que regulem as situações intermédias entre o trabalho, a formação e a inatividade, assim como outras situações atípicas, como o trabalho parcial, as pré-reformas parciais com ocupação parcial em tempo de trabalho, entre outras. Esta proposta orienta-se para a finalidade de se criar uma nova forma de regulação dos mercados de trabalho transicionais, tendo em vista a racionalização e a dinamização das políticas de emprego, conjugando a ação de diversas organizações (desde formativas, empresas, estatais) e de redes locais e projetos comuns entre entidades públicas e privadas.

Pelo exposto, poderemos concluir que a teoria dos mercados transicionais de trabalho tem uma forte componente de índole normativa/política que pretende fornecer uma moldura de análise que permita desenvolver mais as políticas ativas de emprego, aumentar a sua eficácia e ajustar as melhores soluções individuais, cujo objetivo fundamental se alicerça na necessidade de flexibilização do mercado de trabalho, advindo, dessa forma, vantagens sociais de estabilidade laboral dos indivíduos. Em síntese, trata-se de estimu-

lar medidas e políticas públicas, que incentivam a responsabilidade social individual e empresarial, o exercício da cidadania e o diálogo social.

Da exposição importa reforçar duas ideias centrais. A primeira é que se incorpora a própria regulação dos mercados transicionais mais vocacionados para determinados grupos sociais nas estruturas e lógicas de funcionamento do mercado de trabalho no sentido de flexibilização das relações de trabalho. Investigações futuras poderão sustentar e consolidar um conjunto de tendências anunciadas que corroboram a existência de menores condições de qualidade e de vida no trabalho. A segunda diz respeito à crítica já avançada por autores sobre a “mercadorização” do trabalho. Com efeito, Polanyi (2012) alertava para os perigos que possam surgir quando uma sociedade se organiza tendo como seu alicerce a “ficção” de um grande mercado autorregulador que trata o trabalho como mercadoria.

Breves notas conclusivas

Decorrente dos processos de reestruturações produtivas (empresariais e sectoriais), generalizam-se os fenómenos de liberalização, privatização e desregulação dos mercados, incluindo o do mercado de trabalho. As consequências são visíveis nas transformações das estruturas e modalidades de funcionamento do mercado de trabalho, sendo paradigmático o aumento do desemprego estrutural e a heterogeneidade de estatutos sociais das relações laborais. Ora, a interrogação sobre o papel do mercado de trabalho surge com destaque, a partir da década de oitenta do século XX, na maior parte dos países desenvolvidos, tendo sido produzidas propostas de teorização provenientes de vários domínios do saber, em especial da Economia e da Sociologia, que colocaram no centro “diagnósticos” e “terapias” de cariz mais macro ou micro.

Mais do que demonstrar como os argumentos neoclássicos assentes numa visão estratégico-individual, quase psicologizante, são falaciosos, as recentes aberturas teóricas vão no sentido de repensar os próprios fundamentos das relações mercantis, desmontando os múltiplos mecanismos de estruturação e modalidades de funcionamento. Trata-se de conceber um “olhar” sociológico do mercado de trabalho como um tipo particular de relação social institucionalizada que envolve produção, consumo e troca.

Vimos que as teorias da segmentação, da regulação, das estruturas sociais da economia, dos mercados transicionais contribuíram para alterar o estatuto de um mercado de trabalho “subordinado” por uma lógica de ajustamento entre a oferta e a procura, consideradas independentes. Na verdade, outras lógicas e fatores se sobrepõem, com base em articulações ou

descontinuidades e em processos de (des/neo)institucionalização que atingem o mercado de trabalho.

Uma delas é o argumento de que o gênero, enquanto “construção” cognitiva, tanto para o homem como para a mulher, permite romper com a ideia instalada de divisão econômico-social e das (di)visões daí decorrentes. Outra será a que resulta do poder discriminatório dos saberes e das estratégias de demarcação de “mercados profissionais”. Ao se analisar os fatores político-institucionais, sócio-educacionais e simbólico-valorativos, que historicamente têm enquadrado a existência de profissões, com poder e reconhecimento social e estatutário desigual de outro tipo de mercados de trabalho, pode-se compreender atualmente as tendências de resistência/conflitos profissionais visíveis nas estratégias de monopolização do mercado. Outra, ainda, permite-nos destacar a origem e as formas de atuação do Estado na esfera do trabalho, não nos remetendo para um conforto de uma segurança ilusória produzida pela ideia de autorregulação do mercado. Pelo contrário, importa continuar a estudar as relações entre as configurações do Estado e suas ações governativas e as diversas formas de desigualdade social geradas pela “mão invisível”. Discutir as bases da divisão social, sexual e internacional do trabalho permite-nos desocultar os principais processos de constituição de conflitos, disputas, desigualdades e exclusões ao nível da economia e da sociedade em geral.

Não se pretendia, neste trabalho, apresentar uma síntese acabada sobre as principais concepções produzidas sobre o mercado de trabalho, mas tão só incentivar o debate para uma discussão aberta, crítica e interdisciplinar. A inscrição do mercado de trabalho nas configurações históricas e sociais em termos local, regional, nacional e, cada vez mais, internacional, permite-nos ultrapassar o caráter ideologizado do mercado de trabalho e a sua *tradução* em políticas públicas que afetam individual e coletivamente o presente e futuro das sociedades. Permite-nos, outrossim, *construir* o mercado de trabalho do ponto de vista de instrumento analítico de modo a simultaneamente conferir visibilidade ao conjunto de desigualdades sociais que se (re)produzem aí e a fundamentar medidas e ações de intervenção e transformação.

Referências bibliográficas

- AGLIETTA, M. (1982), *Régulation et crise du capitalisme*. Paris: Calmann-Lévy.
- AGLIETTA, M. e BRENDER, A. (1984), *Les métamorphoses de la société salariale*. Paris: Calmann-Levy.
- ARROW, K. (1973), “Higher Education as a Filter”. *Journal of Public Economy*. 2-3: 193-216.

- ATKINSON, J. (1987). “La flexibilité de l’emploi sur le marché internes et externes de travail. in R. Dahrendorf ; E. Kohler; F. Pioret. *Nouvelles Formes de travail et activité*. Dublin : Fondation Européenne pour l’Amélioration des Conditions de Vie et de Travail: 3-48.
- AUER, P. (2006), “Mobilidade protegida para o emprego e o trabalho digno: segurança no mercado de trabalho num mundo globalizado”. *Revista Sociedade e Trabalho*. n.º 27. Lisboa: MTSS: 45-56.
- BECK, U. (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: Sage Publications.
- BECKER, G. S. (1964), *Human Capital*. Nova Iorque: NBER.
- BECKER, G. S. (1971), *The Economics of Discrimination*. Chicago: University of Chicago Press.
- BIHR, A.; Pfefferkorn, R. (2008), *Le système des inégalités*. Paris: La Découverte.
- BLAUG, M. (1987), *The Economics of Education and the Education of an Economist*. Londres: Edward Elgar Publishing Limited.
- BOURDIEU, P. (2000), *Les structures sociales de l’économie*. Paris: Edições du Seuil.
- BOURDIEU, P. (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Editions de Minuit.
- BOURDIEU, P. (1978), “Classement, déclassement, reclassement”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. n.º 24: 527-557.
- BOYER, R. e DRACHE, D. (dir.) (1997), *Estados contra mercados: os limites da globalização*. Lisboa: Instituto Piaget.
- BOYER, R. e FREYSSINET, M. (2000), *Les Modeles Productifs*. Paris: Editions, de la Découverte.
- BOYER, R. (coord.) (1986), *La Flexibilité du travail en Europe*. Paris: La Découverte.
- COLLINS, R. (1979), *The credential Society*. Nova Iorque: Academic Press.
- DOERINGER, P. e PIORE, M. (1971), *Internal labour Markets and Manpower Analysis*. Lexington: D. C. Heath.
- ESPING-ANDERSEN, G. e REGINI, M. (eds) (2000), *Why Deregulate Labour Markets?*. Oxford: Oxford University Press.
- FELSTEAD, A.; JEWSON, N. (1999), *Global Trends in Flexible Work*. London: Macmillan Press Ltd.
- GAMBIER, D. e VERNÈRES, M. (1985), *Le Marché du Travail*. Paris: Económica.
- GAZIER, B. (1991), *Économie du travail et de l’emploi*. Paris: Précis Dalloz.
- GAZIER, B., MARSDEN, D. e SILVESTRE, J.-J. (1998), *Repenser l’économie du travail. De l’effet d’entreprise à l’effet sociétal*. Toulouse: Octares Editions.
- GIDDENS, A. (1992), *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora
- GRANOVETER (1995), *Getting a job: a study of contacts and careers*. Chicago: Chicago Press.
- GRANOVETER (1985), “Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, n.º 91: 481-510.
- HOANG-NGOC, L. (1996), *Salaires et emploi. Une critique de la pensée unique*. Paris: La Découverte & Syros.
- KOVÁCS, I. (org.) (2005), *Flexibilidade de Emprego: riscos e oportunidades*, Oeiras: Celta Editora.

- KOVÁCS, I. (2002), *As Metamorfoses do Emprego. Ilusões e Problemas da Sociedade da Informação*. Oeiras: Celta Editora.
- MARQUES, A. P. (2009), *Trajectórias Quebradas. A Vivência do Desemprego de Longa Duração*. Porto: Profedições/ CICS – Universidade do Minho.
- MARQUES, Ana P. (2007), *MeIntegra – Mercados e estratégias de inserção profissional. Licenciados versus empresas da Região Norte*. Relatório final. Coleção DS/CICS. Universidade do Minho. URL:<http://hdl.handle.net/1822/8633>.
- MARQUES, A. P. (2006), *Entre o diploma e o emprego. A inserção profissional de jovens engenheiros*. Porto: Afrontamento.
- MARQUES, A. P. (2001), “Dinâmicas da relação entre trabalho e emprego: o fetiche da ‘empregabilidade permanente’”, *Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*. Vol. 16 (1-2), Braga: Universidade do Minho: 167-185.
- MARQUES, A. P. (2000), “Repensar o mercado de trabalho: emprego vs desemprego”. *Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*, Vol. 13 (1): 133-155.
- MARQUES, A. P., ALVES, M. G. (Orgs.) (2010), *Inserção profissional de graduados em Portugal. (Re)configurações teóricas e empíricas*. V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- MARX, K. (1974a), *O Capital*, I e II. Lisboa, Delfos.
- MARX, K. (1974b), *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa.
- MICHON, F. (1996), “Os debates sobre emprego e desemprego em França”, *Cadernos de Ciências Sociais*. n.º 17: 5-47.
- PARADEISE, C. (1988), “Les professions comme marchés du travail fermés”, *Sociologie et Sociétés*. XX, (2): 9-21.
- PARADEISE, C. (1987), “Des savoirs aux compétences: qualification et régulation des marchés du travail”. *Sociologie du travail*, n.º 1: 35-46.
- PERROT, A. (1995), *Les nouvelles théories du marché du travail*. Paris: Éditions la Découverte.
- PIORE, M. J. e GORDON, D. (1972), *Theories of poverty and underemployment*. Lexington: D. C. Heath.
- POLANYI, K. (2012), *A grande transformação*. Lisboa: Almedina
- REBELO, G. (2003), *Emprego e contratação laboral em Portugal: uma análise sócio-económica e jurídica*. Lisboa: Editora RH.
- RODRIGUES, M. J. (1991), *Competitividade e Recursos Humanos. Sistema de emprego – Dilemas de Portugal na construção europeia*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- RODRIGUES, M. J. (1988), *O sistema de emprego em Portugal: crises e mutações*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- ROSE, J. (1984), *En quête d’emploi*. Paris: Economica.
- ROSENBERG, S. (1989), “De la segmentation à la flexibilité”, *Travail et Société*. vol. 14, n.º 4: 387-438.
- SCHMID, G. (1998), *Transitional Labour Market*. Wissenschaftszentrum Berlin: Discussion paper FS I: 98-206,.
- SILVA, M. C. (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVESTRE, J. J. (1978), *Les inégalités de salaires, marché du travail et croissance économique*. Paris: PUF.

- SPENCE, M (1973), “Job Market Signalling”. *Quarterly Journal of Economics*, 87-3: 355-374.
- STIGLER, G. J. (1962), “Information in the labour market”, *Journal of Political Economy*. October, 70, 5: 94-105.
- SVENSSON, L. G. & EVETTS, J, (eds.) (2010), *Sociology of Professions. Continental and Anglo-Saxon Traditions*. Daidalos.
- SWEDBERG, R. (1996), *Economic sociology*. Cheltenham: Edward Elgar.
- SWEDBERG, R. (1987), “Economic sociology: past and present”, *Current Sociology*, vol. 35, n.º 1-3, Sage Publications.
- THUROW, L. (1974), “Measuring the Economics Benefits of Education”, M. S. Gordon (ed.), *Higher Educations and the Labor Markets*. Nova Iorque, McGraw-Hill: 373-418.
- TREMBLAY, D-G (dir.) (2008), *Flexibilité, sécurité d'emploi et flexicurité*. Quebec: Presses l'Université du Quebec.
- TREMBLAY, D.-G. (1990), *Economie du travail. Les réalités et les approches théoriques*, Télé-université: Editions Saint-Martin, Montréal.
- TREMBLAY, D.-G.; Dagenais, L. F. (dir.) (2003), *Ruptures, segmentations et mutations du marché du travail*. Quebec: Presses l'Université du Quebec.
- VAZ, I. F. (1997), *As formas atípicas de emprego e a flexibilidade do mercado de trabalho*. Lisboa: Ministério para a Qualificação e o Emprego. Centro de Informação Científica e Técnica.

Classe operária e “padrão de reprodução” do capital no Nordeste do Brasil: ética revolucionária e alianças políticas

Luísa de Moura e Silva

Neste trabalho discutimos o contexto de formação da classe operária no Nordeste do Brasil e como ele definiu a trajetória política daquela classe no período que antecedeu o golpe de estado de 1964 no Brasil, quer em termos de possibilidades de seu desenvolvimento enquanto criadora de bens e riquezas e de sua consciência crítica desse papel transformador, quer em termos dos cenários concretos que se lhe apresentam como opções de alianças políticas, possíveis e concretamente realizadas num contexto histórico de subordinação econômica daquela região ao Centro-Sul e, portanto, do desenvolvimento diferenciado da força de trabalho regional.

Para entender a trajetória da classe trabalhadora naquela região, já nos marcos do projeto nacional-desenvolvimentista da industrialização do Nordeste proposto pela SUDENE^[1] para reduzir as diferenças de desenvolvimento entre as duas regiões e integrá-las, partimos de um princípio e duas perspectivas:

O princípio se refere à concepção de que existe uma relação simbiótica e parasitária de dependência entre países ou regiões desenvolvidas, ou que já estão em processo de industrialização e as não desenvolvidas ou em desenvolvimento centrado na produção primária, sobretudo de monoculturas (açúcar, café, bananas, etc.), para exportação. E que essa dependência, além de determinar estruturalmente e de se retroalimentar da super-exploração da força de trabalho, provoca, na classe trabalhadora, uma modificação de seu processo de tomada de consciência, uma vez que mantém ou recria processos atrasados de reprodução das forças produtivas.

Assim, a primeira perspectiva é a de que a relação entre a “luta de classes”, o “desenvolvimento x subdesenvolvimento” e a relação de “dependên-

¹ SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste foi o organismo estatal planejado e dirigido pelo economista Celso Furtado no período 1959-1964, para cumprir a orientação Cepalina de industrializar o Nordeste e assim reduzir as diferenças regionais de desenvolvimento.

cia” inter-regional que então se estabelece e a “classe trabalhadora”, técnica, social e politicamente delimitada, consciente de seu papel transformador da história, bem como suas formas de organização e alianças políticas, é determinada: pelas formas e níveis de acumulação e reprodução ampliada do capital (desenvolvimento das forças produtivas e divisão social do trabalho); pelas lutas das classes dominantes pela hegemonia do poder do Estado; e pelas possibilidades de sua consciência se fortalecer nos conflitos com as classes dominantes.

A segunda é a de que esses conflitos se dão num espaço territorial e histórico concreto, o da reprodução do capital e das relações de classe, em que as riquezas naturais e a divisão do trabalho definem um desenvolvimento desigual das forças produtivas e caracterizam estes espaços como *regiões* onde se estruturam relações particulares entre as classes e frações de classe. Este contexto pode ser apreendido teoricamente pelo conceito de *padrão de reprodução do capital*. Sob estas perspectivas analisamos, portanto, a classe trabalhadora do Nordeste do Brasil, onde a força de trabalho assume, ainda em meados do século XX, formas de *meação* e *parceria*, típicas do capitalismo atrasado, entre o escravismo e o trabalho assalariado. Este fato define o seu desenvolvimento como classe e a sua conformação nos marcos das transformações tecnológicas provocadas posteriormente pela hegemonia do capital monopólico na região. Sujeita à subordinação econômica regional e à trama diferenciada de relações sociais, a classe operária nordestina passa, em sua trajetória, pelo dilema político de ter que regionalizar suas lutas, apoiando as demandas desenvolvimentistas da burguesia local e, simultaneamente, assumir a luta pelas grandes demandas de caráter nacional.

Foi Ruy Mauro Marini ^[2], aprofundado por Nilson Araújo de Souza, que criou o conceito de Padrão de Reprodução do capital (Marini, 1977: 76; Souza, 1979.: 140-142) no contexto teórico metodológico da teoria marxista da dependência, para analisar as formações capitalistas dos países e regiões do capitalismo periférico, caso específico da América Latina, em período mais recente, o da internacionalização dos monopólios, que para ali transportam as contradições e crises cruciais do crescimento econômico diferenciado entre as regiões^[3]. No que se refere à sobredeterminação do padrão

² Ruy Mauro Marini foi um dos mais brilhantes intelectuais latino-americanos. Se destacou por sua importante obra que subverteu o pensamento colonizado dominante e por sua coerente militância política. Sua vida condensa um dos mais importantes períodos da história política da América Latina. Professor e intelectual rigoroso, integrado nas tarefas políticas na época de transformações revolucionárias e contra-revolucionárias da época em que viveu. Nasceu em 1932 no Brasil e aqui faleceu em 1997, após três exílios que o levaram ao México, ao Chile e novamente ao México. Ver o sítio <http://www.marini-escritos.unam.mx/>

³ Sobre o conceito de “padrão de reprodução” ver o sítio www.teoriadependencia.blogspot.com

de reprodução, a preocupação fundamental de Souza (1992: 140) em sua tese doutoral residiu em demonstrar, no caso brasileiro, a influência da luta de classes no aprofundamento da crise econômica, transformando-a em crise política, determinando seu rumo e, finalmente, mostrar a dialética da determinação infra-estrutura x superestrutura, dos elementos subjetivos do modo de produção capitalista na reprodução no seu conjunto, nos próprios níveis de acumulação, até mesmo na destruição do sistema.

Sob as determinações do *padrão de reprodução* ocorrem as fases de expansão e crise e os momentos intermediários do processo de produção capitalista e, sobretudo, o comportamento das classes sociais face ao poder do Estado. Em geral o desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho tende a alterar os padrões de reprodução do capital afetando não somente o aspecto técnico material do processo produtivo como também sua forma social, quer dizer, as condições sob as quais a própria luta de classes se dá.

Com relação aos países e regiões dependentes, as contradições geradas no interior dessas economias e das sociedades se ampliam e aprofundam à medida em que entram em choque padrões de reprodução em momentos de transição de um para o outro, o que geralmente ocorre quando um padrão de reprodução de países dominantes tenta se impor como hegemônico a nível de espaços nacionais e/ou regionais na periferia, determinando a constante redefinição da divisão internacional do trabalho, provocando desequilíbrios no desenvolvimento regional e a acentuação da dependência econômica. Estas contradições e hegemonias dos distintos padrões de reprodução afetam a composição da classe operária a vários níveis: 1. conformando um conjunto heterogêneo de grupos assalariados submetido à lógica da reprodução do capital e das contradições entre os padrões de reprodução e determinados pelas formas específicas, a escala nacional e/ou regional, que assumem as transformações na força de trabalho em decorrência do desenvolvimento de sua capacidade produtiva; 2. determinando a localização da força de trabalho em função de ramos ou setores da produção; incidindo sobre a distribuição regional da força de trabalho, isto é, determinando fenômenos como migrações, urbanização, serviços públicos, o que significa uma ampliação das respostas políticas que devem ser analisadas a partir da perspectiva da classe operária.

Afetam também a luta de classes da qual o proletariado é protagonista, e que materializa, em nível da super-estrutura, a lógica do padrão de reprodução. Como a luta de classes tem por objetivo a tomada do poder do Estado, ela é mediada por processos ideológicos inerentes à relação de dominação de classes na própria estrutura capitalista e pela atuação do Estado na sociedade, quer no que se refere aos processos econômicos, como aos processos políticos

e ainda aos processos ideológicos, razão por que é necessário incluir na conceituação do *padrão de reprodução* (Souza, 1979) a categoria “Estado capitalista dependente” em sua dinâmica própria e a luta pelo seu poder, bem como o estreitamento dos marcos da “democracia” burguesa periférica (Silva, 1989) e as alianças de classe possíveis no desencadear dessa luta (Silva, 2006).

Por último, como nosso objeto de estudo é uma classe operária regional, cabe destacar que a base do surgimento da “região” é o desenvolvimento desigual do capital. A reprodução do capital se dá através do desenvolvimento desigual de empresas, ramos, setores da produção, regiões ou países. Isto é um resultado da concorrência e da necessidade que tem o capital de aumentar a produtividade do trabalho para sua valorização constante. Nasce daí o processo de concentração e centralização do capital, que dá origem ao renascimento dos monopólios que haviam sido sepultados na origem do capitalismo e à exportação de capitais para as regiões periféricas. Em busca de maior valorização assedia as economias na fase em que estiverem de desenvolvimento de suas forças produtivas (geralmente em fases mais atrasadas do que a do capitalismo central), e as “ajusta” às suas necessidades de valorização, isto é, exige níveis de acumulação que assegurem as taxas de lucro no centro e na periferia, o que só é possível de ser conseguido com a super-exploração da força de trabalho dos países dependentes e do desenvolvimento de uma luta de classe com características próprias e só compreensíveis na perspectiva do desenvolvimento do capitalismo dependente.

Surgimento de uma classe operária no Nordeste do Brasil

Sob a égide da expansão da produção algodoeira e a transferência dos objetivos da produção do açúcar do mercado externo para o mercado interno, por volta de 1890, pôde desenvolver-se a indústria no Nordeste basicamente em dois ramos: a indústria açucareira e a indústria têxtil. Ainda que impulsionadas pelos mesmos capitais individuais, representam, por sua localização, formas distintas de sua reprodução. A instalação da indústria açucareira em zona rural, como a instalação da indústria têxtil nas zonas urbanas, trouxe conseqüências para o tipo de proletariado que se vinculou e se desenvolveu posteriormente nesses ramos e setores. Junte-se o fato de a oligarquia algodoeira ter vinculações econômicas e políticas com o Centro-Sul e a dependência que tinha a indústria têxtil destas vinculações; e, mais ainda, uma indústria açucareira que, para sobreviver, teve que se submeter às formas de reprodução vigentes no ciclo do algodão, e temos como conseqüência a geração, se não de duas classes operárias, pelo menos de duas frações muito distintas da classe operária, submetidas a distintas relações de produção,

dentro da região que aqui consideramos Nordeste: uma se desenvolveu na zona rural como trabalhadores das Usinas, mas submetidos à lógica das relações de produção capitalistas atrasadas vigentes no campo, e outra nas zonas urbanas, mesmo que sob a égide de uma industrialização incipiente.

Contexto da usina e a proletarização dos trabalhadores rurais

Lopes (1976), em seu estudo, analisa como a chegada da indústria no campo, uma região onde vigoravam relações de produção capitalistas não desenvolvidas, entra em contradição com elas e produz uma relação peculiar entre capital e trabalho com conseqüências definidas para a formação, desenvolvimento e conscientização do proletariado rural e da qual existem sobrevivências até a década de 1980. Afirmar Andrade (1981) que se a implantação e desenvolvimento da Usina explica a viabilização da expansão do capital no campo, ela é a principal responsável pelas transformações produzidas na estrutura fundiária do Nordeste, nas classes sociais (relações de produção) e na própria proletarização do trabalhador rural, pois ocorre num período muito favorável de elevação dos preços (década de 70 do século XIX) (Andrade, 1989: 17-27). Entretanto logo se instalou ali uma dupla contradição no processo de acumulação de capital: por um lado, os engenhos centrais e as usinas, recém implantados, pressionaram, até a sua destruição, as manufaturas de açúcar de então, os engenhos bangüês, transformando os senhores de engenho (classe de ascendência aristocrática) em meros fornecedores de cana para a indústria açucareira; por outro lado, os próprios usineiros se enfrentaram com os engenhos centrais que pertenciam a empresas francesas e inglesas, na disputa pelo espaço de acumulação. Este processo contou com a proteção do Estado. Andrade (op. cit.:18) cita legislação específica relacionada a investimentos estrangeiros e locais, na produção de açúcar:

(...) como o capital necessita de segurança, os políticos mais abertos ao capital e estrangeiro fizeram passar, em 1875, no gabinete Sinimbu, a lei da garantia de juros ⁴ através da qual o Governo Imperial garantia aos capitalistas que investissem no país não só a conservação do capital aplicado como a renda correspondente a até 7% anuais de juros. Alargavam-se, desse modo, as portas que já estavam abertas, desde 1809, ao capital estrangeiro. Os ingleses preferiram inicialmente a aplicação de capitais em estadas de ferro e em serviços urbanos, mas logo foram estimulados a aplicar também no setor agro-industrial, isto é, na implantação de modernas fábricas de açúcar, onde não ficaram por muito tempo por achar que o rendimento neste setor não compensava o capital empregado.

⁴ Barbosa Lima Sobrinho, *Dos Engenhos Centrais às Usinas de Açúcar em Pernambuco*: 9-103 apud Andrade, M. C. de op. cit. nota 173, 1989: 17.

A legislação obrigava ainda os engenhos centrais à separação das atividades agrícola e industrial, assim como regulamentava a utilização da mão-de-obra, que tinha que ser assalariada, enquanto à usina era permitido conjugar as duas atividades agrícola e industrial. Esta legislação soa como um favorecimento ao capital estrangeiro e uma tentativa de introduzir relações modernas na indústria brasileira. Se analisarmos, entretanto, sob o ponto de vista da reprodução do capital, esta legislação favoreceu francamente a acumulação na fração das usinas que, em Pernambuco, até meados do século XX, já tinham conseguido absorver os engenhos centrais, bem como acabaram com os bangüês e incorporaram todas as terras disponíveis. O que poderia ter sido o surgimento de uma fração operária regional (junte-se aqui os estados da Paraíba e Alagoas) acabou sendo um retrocesso no desenvolvimento das forças produtivas e imprimindo esta marca no caráter da força de trabalho ocupada na Usina.

A expansão da Usina é retomada depois do período de crise que vai até à guerra de 1914-18, precisamente quando a guerra tinha desorganizado a concorrente indústria do açúcar de beterraba na Europa. Mas a sua hegemonia só se dá, realmente, a partir dos anos 1930, apoiada na política do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA patrocinada pelo Estado: preços mínimos, financiamento da produção e regulação das relações entre usinas e engenhos fornecedores, o que, contraditoriamente, contribuiu para a queda dos níveis de acumulação na região, para a paralisação do desenvolvimento das forças produtivas em toda a agricultura nordestina e para a concentração de capitais cada vez mais no Centro-Sul (Oliveira, 1976: 59-62). Mesmo assim, segue o processo local de concentração do capital, tanto na própria produção do açúcar, quanto na produção da cana-de-açúcar, com significativas repercussões na concentração fundiária e nas relações de produção. Entretanto o bangüê resiste à sua transformação em mero “fornecedor de cana” (Andrade, 1981). Os principais conflitos de classe que caracterizam esse período continuam sendo entre os usineiros e os, agora, fornecedores de cana e sempre por terras para ampliar a sua produção e a integrar, sob a mesma propriedade, a produção agrícola e a industrial. A luta desses antigos senhores, agora submetidos à Usina, passou a ser pelo direito de possuir uma cota de fornecimento para a usina e dessa forma garantir o mercado para seu produto, o que conseguiram com a participação em mais de 50% no total da cana moída.

O conflito tendia à radicalização quando novamente o IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) interveio através do Estatuto da Lavoura Canavieira que assegurava um salário mínimo aos trabalhadores rurais. Mas, isolados do contexto urbano, estes e os operários das usinas ficaram praticamente esquecidos. A tendência foi que a usina ampliasse suas terras, liquidando

com os fornecedores, dominando totalmente a produção da própria cana e, nesse processo, acentuasse a proletarização do trabalhador rural, acabando com os sítios dos moradores, exigindo deles cinco dias de trabalho semanal e coibindo-os de fazerem culturas suplementares e ainda respondendo com a repressão e a violência física suas tentativas de reação.

De Trabalhador Rural a Operário da Usina

No Nordeste rural dos anos 1930 a proletarização do trabalhador rural se define por duas vias: ao escravo se sucede o *foreiro* e o camponês semi-proletarizado (sistema de cambão) no trabalho de plantação da cana. Esta primeira via se consuma através de um processo de resistência ao despojamento de suas terras feito pelos antigos donos dos engenhos que nelas encontram uma renda da terra mais alta que o foro, o que desencadeia um processo de tomada de consciência e de luta contra os proprietários que tentavam tirá-los dos seus “sítios”. Esta luta deu origem às “Ligas Camponesas”, cuja liderança é exercida pelo então deputado Francisco Julião, do Partido Socialista Brasileiro e que logo muda o seu caráter lutando pela Reforma Agrária. O exemplo dos camponeses “galileus” dinamiza e oficializa um processo de luta que vai desde a denúncia parlamentar até ao enfrentamento direto de camponeses com a polícia e com os “capangas” dos engenhos, e ganha força política, representando um novo elemento na correlação de forças no Nordeste dos anos 1960.

A segunda via da proletarização dos trabalhadores rurais desencadeada pela usina é a que ocorre por meio dos *moradores* (Palmeira, 1977). No seu caso, ainda que a expansão das plantações da cana também lhes tire a terra, a forma predominante pela qual se processa a sua gradual proletarização é aumentando a exigência de tempo de trabalho nos canaviais ou na usina: em lugar de dois ou três dias por semana, os trabalhadores se vêem obrigados a trabalhar os seis dias, o que os impede, na prática, de trabalhar no seu roçado. A insegurança destes trabalhadores é total. A legislação trabalhista, que desde 1943 lhes dava certos direitos como o salário mínimo e férias pagas, não é cumprida no campo e, além disso, não estavam organizados para a luta. Os sindicatos rurais somente começam a surgir no Nordeste na época das Ligas Camponesas, sob a tutela da Igreja e somente porque a situação de pauperização do trabalhador da cana é insustentável. Depois de uma dúvida inicial se devia ou não participar das Ligas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) também começou a formar sindicatos rurais.

A difícil situação na qual se encontravam os trabalhadores sem terra no Nordeste, e que tende a agravar-se, sobretudo a partir dos anos 1950, faz com

que unam as forças e que as formas embrionárias de organização se desenvolvam até ameaçar as condições de acumulação, em sua personificação, os donos das terras e das usinas. As reivindicações das Ligas Camponesas – reforma agrária com distribuição de terras aos trabalhadores – se tornam as consignas de toda a massa rural. Elas refletem o nível de atraso do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção imperantes no campo, pois a usina era combatida como latifundiária e não como capital explorador da força de trabalho: os trabalhadores lutavam para não perder a sua condição de pequenos proprietários, seu “direito” à auto-reprodução de sua força de trabalho, de produzir grande parte de sua subsistência, e não por adquirir os direitos concernentes à sua nova condição. Mas mesmo que a demanda por transformação agrária aparecesse como uma forma de luta atrasada para os trabalhadores – já que, supostamente, deveriam lutar por reivindicações trabalhistas, típicas da era capitalista –, foi o caminho aberto pelo desenvolvimento das forças produtivas regionais porque contribuiria significativamente para a expansão do mercado interno e, por conseguinte, estimulava o desenvolvimento industrial. Por outro lado, a expropriação das terras camponesas, que se realizava sob a égide da usina, era um caminho mais demorado de transitar para relações tipicamente capitalistas e o mais perverso, na medida em que despojava os trabalhadores da condição de reprodução física da própria força de trabalho. Esse processo, certamente, só haveria de intensificar, como intensificou, as lutas no campo.

O processo de proletarização do trabalhador rural no Nordeste não estava, portanto, totalmente concluído até os anos 1960. Assinala Andrade (op. cit.: 82) que, apenas entre meados de 1950 e começo dos anos 60 (governo de Miguel Arraes em Pernambuco e de promulgação do Estatuto da Terra), as modificações nas relações de trabalho no campo iniciadas em 1930, com a hegemonia política do padrão de reprodução do capital industrial do Centro-Sul, se fazem sentir na zona rural do Nordeste. Até então, o trabalho era pago à diária e a passagem para outra forma de remuneração, a “tarefa” e a “conta”, significava um rompimento, no sentido de regressão, nas relações tradicionais. O trabalho à diária é o mesmo que um “cativeiro” (Palmeira, 1977: 109) e, ainda que esteja mais perto do trabalho por tempo, os trabalhadores estão submetidos ao trabalho a retalho (por peça), que foi a forma como a Usina (capital industrial) resolveu no Nordeste agrário as contradições da acumulação conflitantes com o padrão de reprodução do algodão.

Quanto aos trabalhadores das usinas (Lopes, 1976), dadas as características da produção da cana de açúcar durante oito meses ao ano, são demitidos massivamente no período de entressafra, o que estimula um processo de

concorrência entre eles. Os próprios operários das usinas se distinguem entre eles como *operários fixos*, os que trabalham todo o ano ainda que mudando de *especialistas* na produção do açúcar em *ajudantes dos mecânicos* que consertam as máquinas, e os *serventes*, que regressam ao trabalho agrícola, que ficam simplesmente desempregados ou, ainda, vão para a cidade em busca de outras oportunidades de trabalho. Quer dizer, fica claro que a origem do operário do açúcar é sempre rural, o movimento em direção à Usina é sempre do trabalhador rural (“morador” ou camponês) ou assalariado rural em direção ao operário (salvo nos casos dos trabalhadores administrativos) e nunca de operário urbano a operário agrícola.

Entretanto as lutas dos trabalhadores das usinas aparecem na literatura acadêmica quase sempre vinculadas à dos trabalhadores urbanos, confundida com esta, sem identidade própria e diferenciada. Ainda que sem paralelo com a mobilização social dos camponeses, os operários do açúcar não ficaram inertes frente às formas tirânicas da exploração exercida pela Usina. Relatos⁵ de antigos trabalhadores e dirigentes sindicais fazem referências à repercussão que teve entre os operários do açúcar a mobilização operária do Recife em fins da década de 1910 e durante a de 1920. Das greves resultaram acordos coletivos de trabalho que aumentaram os salários dos operários do açúcar na década de 1920 e seu interesse na fundação dos sindicatos (Lopes, 1976: 4). Na década seguinte, sob a égide das conquistas trabalhistas da nova Constituição do Estado Novo e a extensão dos benefícios da nova legislação aos trabalhadores das usinas, foi fundado o atual Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar na cidade de Escada, Pernambuco, apoiado em seu reconhecimento pelo interventor federal em Pernambuco, Agamenon Magalhães. No entanto, desta vez, os usineiros também tinham interesse na sua criação, como afirma o líder sindical Diógenes Wanderley, fundador do Sindicato dos Trabalhadores das Usinas⁶:

(...) a Constituição também deu lugar à representação classista na Câmara Federal. Aí foi o motivo dos poderosos, dos grandes, dos políticos, dos parentes dos barões e dos coronéis formarem por eles próprios sindicatos sem a presença nem a assinatura de ninguém a não ser de três ou quatro (...) com o sentido de

⁵ Referimo-nos a DO Ó, M. *100 Anos de Suor e Sangue*, Petrópolis, Vozes, 1971; *Memória e História* N ° 2 Cristiano Cordeiro, Documentos e Ensaios. Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro; e Barros, Souza. *A Década de 20 em Pernambuco (uma interpretação)*. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1985

⁶ Entrevista concedida a Clemilda Maria de Souza, compondo material de pesquisa para sua tese de Mestrado Luta de Classe na Zona da Mata de Pernambuco. O ano de 1919 foi um ano de grandes agitação política em todo o Brasil: constantes greves, organização da 1ª. Conferência Comunista do Brasil, com a participação de delegados anarquistas de vários estados, inclusive de Pernambuco e Alagoas. Ver *Memória e História* 2, S. Paulo, L. Ed. De Ciências Humanas, 1982

eles serem candidatos e serem eleitos deputados”. Mas ficou no papel, porque a maioria deles não foram eleitos, mas os sindicatos foram reconhecidos por Agamenon (...). Ele estava nos apoiando, nos orientando, sem ser publicamente (...) o maior interesse dele era na aplicação das leis trabalhistas em Pernambuco porque ele conhecia a miséria das usinas e do campo(...) ele arranjava muito inimigo usineiro, mas ele dominava, usineiros eram inimigos, mas para tirar o seu proveito próprio eles eram covardes, se rebaixavam, o interesse dele não era político [votos], era de defender a situação do trabalhador que, na verdade, era uma situação de escravatura.

Continua Wanderley:

Na nossa época [as principais reivindicações que o sindicato encaminhou] era a aplicação das leis trabalhistas nas usinas, porque, não obstante haver o decreto assinado pelo Presidente, ninguém respeitava, o horário de trabalho na época era de 12 horas, na base do salário que o patrão quisesse pagar. Na época, ainda não havia o salário mínimo, uns pagavam mais 200 ou 300 reis, mas o resto era tudo uma bagaceira e esse dinheiro ficava todo no barracão, recebendo vales durante a semana e descontando no barracão que era o verdadeiro matadouro dos trabalhadores. Quando assinamos o nosso primeiro contrato coletivo de trabalho, (...) em 1941, a nossa primeira reivindicação foi uma diminuição de horário de trabalho – 8 horas de serviço –, que era o horário universal, cientificamente estudado. Naturalmente, não podíamos exigir tudo de uma só vez, (...) mas a gente conversando tomamos como base as 8 horas de trabalho, que era a reivindicação principal, e também aumento de salário.

Lopes (1976) interpreta esta orientação da atuação do sindicato nos conflitos de classe como sendo uma forma conciliadora com relação aos patrões e um atrelamento da atuação do sindicato à burocracia estatal. Supõe que teria contribuído para isso o pouco sucesso da atuação do Partido Comunista entre os operários da indústria do açúcar, e a aliança formada entre os operários da usina com os empregados administrativos sob a hegemonia destes⁷. Esta hegemonia teria servido de apoio à mediação estatal nos conflitos, atuação que caracteriza a política trabalhista no “Estado Novo”. No entanto, se analisamos o discurso daquele líder sindical, quando fala da forma como eles lutaram pelos aumentos de seus salários, estamos assistindo à manifestação mais pura da consciência do regionalismo por parte das lideranças sindicais no momento em que o Nordeste estava a caminho de se transformar na *questão regional*, desintegrado do movimento de expansão industrial do Centro-Sul:

⁷ Em algumas casos, o pessoal administrativo das usinas se filiava a sindicatos urbanos para receber a proteção da legislação trabalhista

Era época de pleitear salário e preço de açúcar também. O sindicato pleiteou salário. Fizemos ofício aos usineiros de pedido de aumento de 50%. Como sempre, eles não disseram que não davam, mas que só podiam dar se houvesse uma melhora no preço do açúcar por parte do governo. Infelizmente, eu só podia concordar porque via que era isso mesmo. Eles pleiteavam pra lá, mas nós não tínhamos ido ao Rio. Então, o Jânio Quadros mandou o Ministro de Indústria e Comércio baixar uma portaria aumentando apenas 103 Cr\$ o preço do saco, que não dava pra nada. Os usineiros nos procuraram e disseram que o aumento não dava nem para eles, como que podia pagar ao fornecedor e os salários? Disseram que eu devia ajudar e eu tomei a resolução de ajudar. Eu saí daqui [Pernambuco] e fizemos uma concentração de presidentes de sindicatos de açúcar no Rio de Janeiro, que todos estavam querendo aumentos. Reunimos lá, preparamos documentos e fomos pra Brasília, contatamos alguns deputados usineiros para nos dar orientação e fomos para o Planalto. Marcamos audiência com o presidente e ele recebeu perguntando se tínhamos ido pedir aumento de preço de açúcar. Disse que não... ‘andei por Pernambuco e pelo Nordeste e vi a miséria dos trabalhadores da cana, explorados’. Eu disse: certo, mas miséria há em toda a parte, mas nós viemos aqui pelos trabalhadores da indústria porque pela lei nós não temos interferência nos trabalhadores da parte agrícola, nós estamos aqui em defesa dos trabalhadores e aquela portaria que Vossa Excelência mandou baixar não dá... ‘eu não aumento porque vejo os balancetes das usinas de S. Paulo e vejo o lucro que têm esses usineiros’. V. Excia permita, mas não vamos comparar as usinas de S. Paulo, modernizadas, com as usinas arcaicas do Nordeste, nem a produtividade das terras férteis de S. Paulo com as terras cansadas do Nordeste. Esse aumento que V. Excia deu não dá pra nada. ‘E qual é a sua sugestão?’ V. Excia poderia mandar fazer os estudos e dar aumento na base de Cr\$ 400 por saca de açúcar. ‘E vocês?’ Nós queremos o aumento de salário e os nêgos não podem dar, tudo ‘chorando’ e alegando os baixos preços do açúcar, e é verdade isso mesmo... aí ele mandou um bilhete pro Ministro da Indústria e Comércio determinando o estudo. E nós aproveitamos para pedir outras coisas mais: pedimos representação dos trabalhadores no IAA como havia dos usineiros, fornecedores, etc., habitação para os trabalhadores das usinas nas cidades... Ele mandou a gente voltar à tarde para receber a resposta: tornou sem efeito a portaria anterior e, antes de renunciar, deu o aumento. As outras reivindicações ele deixou o estudo pronto, inclusive o dos sindicatos rurais [pelo] que eu me batia muito porque achava que a solução práquele pessoal era o seu sindicato.”

As conquistas trabalhistas entre os operários da produção do açúcar em Pernambuco e, quiçá, de todo o Nordeste, foram muito lentas. A maior conquista da categoria foi um hospital do sindicato em Recife, Pernambuco, que garantiu assistência médica de muito boa qualidade e que, naturalmente, fez aumentar a sindicalização. No pós-segunda guerra, a fração sindical vinculada ao getulismo, que dominou o sindicato, teria ampliado suas atribuições

assistencialistas e em todo esse período, centrado na década de 1950, são poucas as greves e as que existem são por motivo de não pagamento de salários e ainda assim em usinas isoladas. Somente na conjuntura 1962-1963, de ascensão das forças populares durante o governo de Miguel Arraes em Pernambuco, setores mais combativos do movimento sindical dominaram o sindicato. Nestes momentos, os sindicatos passaram a ter uma atuação mais agressiva, tendo participado da greve geral ocorrida em fins de 1963 (ano em que entra em vigor o Estatuto dos Trabalhadores Rurais), entre os trabalhadores da cana do açúcar. Nessa ocasião, é que se unem os operários aos trabalhadores da parte agrícola, ameaçando o poder da Usina, que não queria reconhecer os direitos destes trabalhadores. Em consequência do golpe de 1964, os sindicatos sofrem intervenções que só são levantadas em 1967. A repressão à “agitação social” se fez sentir também entre os trabalhadores agrícolas, que viram os seus líderes aprisionados e deportados (entre eles Gregório Bezerra e Francisco Julião em Pernambuco). A partir de então, sob o peso da repressão aberta do regime ditatorial e com os trabalhadores desmobilizados, as direções sindicais adotam uma postura conciliatória com a política governamental e com os proprietários, tentando atenuar os conflitos de classe. Mas, o que nos parece importante perceber é que estes operários inseridos no campo estão submetidos a uma ambigüidade estrutural: são específicas as formas concretas de sua exploração, distintas das dos operários urbanos e, ademais, determinadas pelas formas atrasadas de exploração do campo.

A classe operária urbana

Vamos encontrar as raízes da formação da classe operária urbana no Nordeste no processo de industrialização que se iniciou nesta região simultaneamente ao resto do país e num contexto de desenvolvimento espontâneo de diversas “ilhas econômicas” regionais. A penetração do capital na produção, sucedendo a uma sociedade mercantil, faz com que a classe operária regional, sobretudo de Pernambuco, se desenvolva no mesmo nível que no Sul do país (sobretudo em cidades/portos marítimos como Rio de Janeiro e Santos). A acumulação capitalista no Brasil se manifestou nos estados do Nordeste e definiu as articulações do movimento da classe operária surgida no seu bojo. Assim se desenvolveu no Nordeste o movimento sindical com importância idêntica ao do Sul: numa fase do movimento ainda não rigorosamente sindical (o período mutualista), já se instalava em Recife, em 1841, a “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco”; e, posteriormente, no chamado período de resistência, o movimento operário

no Nordeste sofre as influências do anarquismo, da social-democracia^[8] e da revolução russa.

Diz, ainda, Francisco (1982), em artigo sobre o surgimento do Partido Comunista em Pernambuco, que o movimento sindical, como tal, surgiu em Recife em 1906 em razão do regime de intensa exploração (verdadeira escravidão [sic]) sob o qual trabalhavam os trabalhadores urbanos de então. Assim descreve as condições de trabalho da época: “Os salários eram miseráveis, e o regime de trabalho nos campos era de sol a sol; nas fábricas, de 12 horas a mais. Os trabalhadores não possuíam nenhum órgão de defesa. Só na orla marítima e alguns setores de artesanato existiam as Uniões e Associações de caráter filantrópico”.

No entanto, as Uniões e Associações já não correspondiam aos objetivos do movimento dos trabalhadores nem ao nível de reivindicações agora proposto: aumento de salários, oito horas de trabalho, lei de férias, lei de aposentadoria e feriado para o 1º. de maio. Sob influência de emigrantes europeus e com a ajuda de uma delegação dos sindicatos do Rio de Janeiro, foram reformados os Estatutos das Uniões operárias e criada a Caixa de Resistência. Com rapidez, novas organizações se formaram nas principais cidades do interior do estado.

Neste momento, os usineiros e os latifundiários (burguesia e oligarquia agrárias) enfrentam os trabalhadores também na cidade, nos armazéns de açúcar, cujas reivindicações econômicas não atendidas pela Associação Comercial (órgão patronal) provocaram a primeira greve com manifestações em frente à residência do governador. A repressão dissolveu o movimento, mas, por certo, não o ânimo dos trabalhadores. Em 1908, seguindo o exemplo de seus colegas, os ferroviários enfrentam os prepostos do capital inglês e entram em greve por 3 dias, pela redução da jornada de trabalho, aposentadoria e outras melhorias nas condições de trabalho. Desta vez, à repressão se aliou a falta de organização da categoria, o que os obrigou a voltar ao trabalho sem verem atendidas as suas reivindicações. Neste mesmo ano, em Fortaleza, Ceará, é fundado o Clube Socialista Máximo Gorki (Dias, 1977: 53-54).

Em 1913 se realiza um Congresso Operário com a solidariedade da União dos Operários Estivadores, Sociedade União dos Cocheiros e Centro de Pintores, todos de Pernambuco (Rezende 1982: 23).

Em 1914, em decorrência dos resultados do Congresso, delegados foram enviados aos estados para organizar os trabalhadores em bases sindicalistas e em 1918, com o estímulo da vitória socialista na Rússia, houve uma reestruturação nos sindicatos e novos órgãos sindicais e associações de classe

⁸ O líder Augusto Pinto Machado se esforçou por formar sindicatos em regiões como Estado do Rio, Minas Gerais e Nordeste. (CF. Fausto, 1974: 53).

foram criados (Francisco, op. cit.: 18). Em Recife, foi criada a Federação dos Trabalhadores com o apoio decisivo da União dos Estivadores, cuja filiação foi seguida pela da Liga dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos. Eram os primeiros sinais de que os anarco-sindicalistas começavam a se organizar em Pernambuco, mas o fato da Federação dar uma melhor organização e combatividade à luta da classe operária foi uma mudança significativa nas formas de luta do movimento. Mesmo porque significavam o rompimento com a relação excessivamente amistosa que os dirigentes (socialistas) do antigo Centro Operário tinham com o governo.

É certo que no período da guerra as condições de vida e de trabalho da população, em particular dos trabalhadores, se deterioraram visivelmente: aumentos de preços dos gêneros de primeira necessidade, corte arbitrário de despesas pelas empresas a fim de diminuir os seus custos (multas aplicadas aos operários e redução de seus vencimentos, redução da semana de trabalho para 4 dias, afastamento coletivo não remunerado, demissões) provocaram o desemprego crescente, o que dificultava a unidade para a luta. Nesse período, fica bem nítida a diferença entre os tipos de propostas socialistas e anarquistas na condução da luta operária.

Ainda em 1917, em razão das dificuldades advindas da situação de guerra mundial, a economia pernambucana entra praticamente em colapso. A situação geral dos trabalhadores era aflitiva, pois o encarecimento dos produtos esmagava os seus baixos salários e, em contraposição a uma “ação filantrópica” que a Confederação Operária de Pernambuco (COP) teria comandado, a Federação levou à greve os trabalhadores têxteis, dos armazéns de açúcar, das serrarias, de ofícios vários. A greve, avaliada em perspectiva histórica, representou um “verdadeiro salto em termos de organização, embora não conseguisse o atendimento de suas exigências” (Rezende, op. cit., p. 31). Por outro lado, os patrões, por meio da imprensa (Jornal A Província. Recife, 14/08/1917), acusavam os operários de estar contribuindo para o agravamento da crise econômica, com a paralisação.

Mas, dos movimentos sociais dessa década, o mais importante de que participou a classe operária no Nordeste foi a articulação de um movimento insurrecional em 1919, que seria desencadeado ao mesmo tempo nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Nesse período (da grande crise pós guerra 14-18), acreditavam as lideranças que a classe operária tinha adquirido uma consciência de classe que a possibilitaria enfrentar com sucesso o capital e tomar posse do poder do Estado⁹. Entretanto, as categorias que estavam organizadas,

⁹ Em pouco tempo, já em 1918 a Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco já contava com cerca de 18 sindicatos na capital e 14 sindicatos de ofícios no interior do estado, estes

faziam as greves e comandavam o movimento não eram precisamente os operários da indústria, mas os marítimos, os doqueiros, os ferroviários, etc., quer dizer, os trabalhadores vinculados ao transporte e comunicação, cuja consciência era somente revolucionária e não precisamente socialista. Além disso, não possuíam uma vanguarda organizada, um partido que os levasse à vitória final. A ideologia que dominava o movimento operário de então era o anarquismo, que atuava a nível dos sindicatos (anarco-sindicalismo). A vanguarda operária organizada em partido só vem a existir nos anos 20, com a fundação do Partido Comunista (1922). Desta fundação, participa o ex-líder anarquista pernambucano Cristiano Cordeiro e a partir dessa época se intensifica a vinculação do movimento operário do Nordeste com o movimento nacional.

De fins da década de 1910 e a década de 1920 em Pernambuco a vida sindical e política do movimento operário no Nordeste urbano é marcada por grande agitação e suas reivindicações eram basicamente por aumentos salariais, a jornada de 8 horas e a regulamentação do trabalho de mulheres e crianças. A classe operária se organizava, fazia greves e se unia às classes médias para ter mais força em suas lutas. Aumentavam as associações de trabalhadores e este processo culminou, nos primeiros Congressos operários, na consigna de “sindicalização”. Avançava a consciência operária pelo trabalho realizado pelos sindicatos. Inevitavelmente, ocorre o primeiro grande enfrentamento de classe, em 1919, com a primeira greve geral da história do Nordeste. Essa greve foi liderada pelos empregados da *Tramways and Power Company Limited*, um *trust* norte-americano/canadense que monopolizava os serviços públicos de transporte, luz, força e telefones em Recife, e esses trabalhadores tiveram grande participação no movimento operário posterior, sobretudo na preparação e desencadeamento da revolução de 30 e de como, no Nordeste, se traduziu numa forma diferenciada da intervenção das forças políticas regionais.

As articulações envolviam intelectuais e pequena burguesia, unidos na Aliança Liberal, contra os grupos oligárquicos. Segundo Paulo Cavalcanti, o assassinato de João Pessoa, Governador do Estado da Paraíba e vinculado aos grupos oligárquicos, na cidade de Recife, foi o estopim da revolução de outubro de 1930, ainda que o próprio João Pessoa nunca tenha aprovado a idéia da tomada do poder pelas armas, nem a transformação da Aliança Liberal em “movimento subversivo” (Cavalcanti, 1978: 78). Em Pernambuco a revolução não foi um simples quartelaço como talvez pudesse ter sido noutros estados. Pelo contrário, por causa da atuação do Partido Comunista (sob

compostos por cerca de dois terços de operários assalariados agrícolas das usinas de açúcar, num total de 32 sindicatos, e mais de 20.000 trabalhadores sindicalizados.

a liderança de Cristiano Cordeiro), que, diferentemente do Centro-Sul, não ficou à margem dos fatos, o povo participou das ações de rua. Entretanto, e ainda que com tradição de oposição às classes dominantes na história política do Nordeste, o proletariado nessa região não tinha existência autônoma. Além disso, com a imposição do padrão de reprodução do algodão, depois de 30, e com a recriação de relações pre-capitalistas de exploração em alguns ramos da indústria (sobretudo a do açúcar), envolvendo parte da força de trabalho rural, esta adquire uma dimensão mais atrasada.

Mas, segundo Oliveira (1977: 93), estes fatos não foram suficientes para fazer desaparecer o perfil proletário da classe e, a partir dos anos 1950, o proletariado urbano nordestino começa a modificar sua correlação de forças com as outras classes, quer dominantes quer dominadas. Mesmo porque agora as suas lutas se travavam no terreno das contradições e transformações que o Brasil vivia a partir da retomada do projeto nacional-desenvolvimentista, o que suscitava novas alianças da classe tanto ao nível nacional quanto ao nível regional. Telles (1981: 43) nos informa das 173 greves realizadas no país em 1951, entre as quais destaca três movimentos grevistas em Pernambuco: a greve dos têxteis em Paulista, que, apesar de ter sido violentamente reprimida, após três dias de movimento, conseguiram 30% de aumento nos salários; a greve dos motoristas de Recife que cruzaram seus veículos nas entradas das pontes para impedir a ação dos fura-greves e que também foram reprimidos, conseguindo, no entanto, conquistar o aumento de salários pleiteado e a solidariedade de outros setores operários e dos estudantes de Direito; e a dos operários da fábrica de papel em Jaboatão, que durou 21 dias e contou com a solidariedade da classe operária do estado. Destaca ainda uma nova greve, em 1952, dos trabalhadores têxteis de Pernambuco e Paraíba, analisando assim as suas causas e o seu desenrolar:

Em Pernambuco, as condições de trabalho e de vida dos têxteis, em relação às existentes no Sul do país, eram, e continuam a ser, desfavoráveis. Algumas fábricas são verdadeiros feudos, situadas, algumas, no interior do estado, as cidades desenvolveram-se à volta delas. O juiz, o prefeito, o delegado, etc., estavam sob a influência dos donos das fábricas. A vontade dos patrões que, como regra geral, são também grandes proprietários de terra, de certa forma, ainda é lei. Em Paulista, onde está situada a fábrica dos Lundgren, a maior do estado, residiam cerca de 18 mil pessoas maiores de 5 anos, sendo que 12 mil trabalhavam na fábrica. Em Moreno, moravam cerca de 10 mil pessoas maiores de 5 anos e 3 mil trabalhavam na Cotonnière. Nessas e noutras fábricas, a legislação do trabalho praticamente não vigorava. Os operários viviam sob um regime de opressão econômica e também extra-econômica sem par na indústria brasileira. Desde 1950, os trabalhadores têxteis pernambucanos se esforçavam por melhorar os

Classe operária e “padrão de reprodução” do capital no Nordeste do Brasil

seus salários, pois não resistiam mais ao crescente custo de vida. A maioria dos operários ganhava o salário mínimo local.

Reunidos no sindicato para discutir a situação miserável em que viviam, as conquistas anteriores concedidas pela Justiça do Trabalho e o cumprimento da legislação vigente, os têxteis aprovaram uma carta de reivindicações junto com todos os têxteis do Norte e Nordeste. Iniciaram-se, então, paralisações parciais táticas nas fábricas, atingindo 25 mil operários. O Tribunal Regional do Trabalho abriu um dissídio e, pressionado a apreciar rapidamente o pedido de aumento de salários, concedeu o aumento de 30% só para os têxteis do Recife. Os patrões recusaram-se a pagar, tencionando recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho. O sindicato preparou a greve geral, que teve início no dia 13 de outubro pela manhã, fazendo comícios e assembleias nas portas de fábricas, abrangendo 18 mil trabalhadores de 14 fábricas da capital e do interior do estado os 12 mil têxteis da cidade de Paulista. Nos dias seguintes o movimento estendeu-se a todo o estado, congregando 37 mil operários de 22 fábricas. A greve atingiu também os operários das usinas elétricas, o que paralisou totalmente as atividades industriais e comerciais das cidades. A reação procurou por todos os meios esmagar a greve. A polícia passou a invadir as casas dos trabalhadores para obrigá-los, pela força, a voltarem ao trabalho. Na fábrica da Torre e na tecelagem de sedas Pernambucana cerca de 100 operários foram detidos. Todos os grevistas foram ameaçados de demissão. Isso não amedrontou os trabalhadores e a greve prosseguiu. Após uma semana de greve, em virtude de sua unidade, organização e disposição de luta, bem como devido à vibrante solidariedade da classe operária e do povo, os têxteis de Pernambuco alcançaram a vitória.

Classe operária no Nordeste: alianças possíveis e cenários anunciados

Estes dados nos permitem encontrar a chave das transformações por que passava o movimento operário em Pernambuco quando, com o retorno de Getúlio Vargas ao poder em 1951, voltava a ser impulsionado o projeto nacional-desenvolvimentista. Suas lutas no período se explicam, em grande parte porque as conquistas que esse projeto oferecia a nível nacional, como a legislação trabalhista e a duplicação do salário mínimo depois de vários anos sem reajuste, não chegavam a beneficiar a classe operária nordestina, nem a urbana e muito menos a rural, devido à forma de inserção do Nordeste no contexto nacional, enquanto região subordinada. Essa condição, que o levava a contribuir para a acumulação no Centro-Sul e a ter um baixo nível

de desenvolvimento das forças produtivas, conduzia o empresariado local economicamente débil a buscar preservar sua lucratividade pagando baixíssimos salários e deixando de cumprir a legislação trabalhista.

O aprendizado da classe operária em Pernambuco desde o começo do século trouxe lições que certamente foram aproveitadas no seu movimento e nas suas lutas. A classe operária regional foi percebendo as transformações nas próprias condições objetivas de existência e manuseando situações concretas que lhe foram sendo colocadas, promovendo a sua própria organização e forjando sua própria direção para participar da luta pelo poder do Estado local e nacional.

E, embora Oliveira (1978: 93-94) considere que, já no período de 1961 a 1964, o proletariado teria *comandado* pela primeira vez uma coligação de forças tendo como *partner* a oligarquia agrária algodoeira-pecuária, nossa análise conduz à conclusão que, neste período, mesmo o proletariado possuindo grande peso na composição de forças, a liderança do processo esteve por conta de setores da pequena burguesia democrática com tendências revolucionárias representadas pelo Dr. Miguel Arraes quando esteve à frente do governo de Pernambuco e encabeçou uma sorte regional de Frente Popular. No período anterior, sob o comando de Cid Sampaio e em que a aliança se estabelecera com o setor potencialmente mais avançado das classes dominantes, a burguesia industrial regional foi que esteve na direção do processo.

A partir do golpe de Estado de 1964 os cenários que se apresentam à classe operária regional estão construídos com base nos efeitos produzidos pela reestruturação interna da produção e conseqüente recomposição das classes, lutas entre elas, correlação de forças e hegemonia no Estado regional, bem como as relações entre classes dominantes hegemônicas nos dois níveis de Estado, nacional e regional, produzidos pela implantação gradativa do novo padrão de reprodução do capital. A SUDENE, ao perder sua autonomia para planejar o desenvolvimento regional, é transformada em mera correia transmissora da expansão direta ou em associação do capital monopólico que se desdobrava até do Nordeste desde a região Centro-Sul. Assim as forças dominantes regionais perdem, também para a fração monopólica praticamente todo o poder político.

Complementando sua ação econômica, a ditadura se encarregou de abater os movimentos dos trabalhadores rurais e urbanos, de camponeses, de operários, de moradores de bairros, de estudantes, sendo a forma de vencer as resistências políticas regionais. Esse processo ajudou a transformar, pela raiz, a estrutura das classes no Nordeste e abriu passagem ao padrão de reprodução subordinado ao capital monopolista estrangeiro via Centro-Sul e a novas formas de integração da luta operária às lutas nacionais (Silva, 2006, Op Cit).

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, M.C. (1985), *Classes sociais e agricultura no Nordeste*. Recife: Ed Massangana.
- ANDRADE, M.C. (1981), *Estado, capital e industrialização no Nordeste*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ANDRADE, M.C.(1989), *História das usinas de açúcar em Pernambuco*. Recife: Ed. Massangana.
- BEZERRA, G. (1979), *Memórias: (Segunda Parte: 1964-1969)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CALLADO, A. (1979), *Tempo de Arraes: a Revolução sem violência. Introdução de Miguel Arraes*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CAMILO, J. A (1978), *Lavoura canavieira em Pernambuco e a expansão do capitalismo britânico (1870-1890)*. Recife: Dissertação. (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco.
- CANO,W. (1977), *Raízes da concentração industrial em S. Paulo*. S. Paulo: Difel.
- CARONE, E. (1981), *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. S.Paulo: Difel.
- CAVALCANTI, P. (1978), *O caso eu conto como o caso foi (da Coluna Prestes à queda de Arraes)(Memórias políticas)*. S. Paulo: Alfa-Ômega, v. 1 e 2.
- DO Ó, M. (1971), *100 anos de suor e sangue. Homens e jornadas da luta operária no Nordeste*. Rio de Janeiro: Vozes.
- FAUSTO, B. (1974), *Trabalho urbano e conflito social*. S. Paulo: Difel.
- FURTADO, C. (1975), *Formação econômica do Brasil*. 13 ed. S. Paulo: Editora Nacional.
- GTDN (1959), *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*. Recife.
- IANNI, O'. (1977), *A classe operária vai ao campo*. 2 ed. S. Paulo: Brasiliense, CEBRAP.
- LINHARES, H. (1977), *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. 2 ed. S. Paulo: Alfa-Ômega.
- LOPES, J. S. L. (1988), *A Tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. S.Paulo: Marco Zero-UnB/CNPq.
- LOPES, J. S. L. (1976), *O vapor do Diabo. O trabalho dos operários do açúcar*. S. Paulo: Paz e Terra.
- LOPES, J. S. L., et al. (1979), *Mudança social no Nordeste: A reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MAIA, N.S.F. (1985), *Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco-1874/1904*. Recife: FASA.
- MARINI, R. M. (1974), *Dialéctica de la dependencia*. 2 ed. Mexico, Ediciones Era.
- MARINI, R. M. (1985), *O movimento operário no Brasil. Política e Administração*. Rio de Janeiro: v. 1, n. 1: 171-200, julho-setembro.
- MARX, K (1977), *Contribución a la crítica de la economía política: introducción a la crítica de la economía política*. México: Ed. de Cultura Popular.
- MEMÓRIA E HISTÓRIA (1982), *Cristiano Cordeiro, Documentos e Ensaios. Revista Do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro*. S. Paulo, v. 2.
- MOREIRA, R. (1977), *O Nordeste brasileiro, uma política regional de industrialização*.

- RJ: Paz e Terra.
- OLIVEIRA, F. (1977), *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal.
- OLIVEIRA, F. (1977), *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE. Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PALMEIRA, M. (1977), *Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na “plantation” tradicional*. Contraponto. Niterói: Inst. Noel Nutels, v. 2, n. 2, novembro.
- PALMEIRA, M. (1979), “Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agro-indústria pernambucana”, *Revista Cultura Política*. S.Paulo, v. 1, agosto.
- PCB (1980), *Vinte anos de política: 1958-1979*. S. Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas.
- PINHEIRO, P.S. (1975), *Política e trabalho no Brasil dos anos 20 a 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FRANCISCO, J. (1982), “O surgimento do Partido Comunista em Pernambuco e as Lutas da Classe Operária”, *Memória e História 2. Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro*. S. Paulo, Livraria Ed. de Ciências Humanas.
- RODRIGUES, J.A. (1968), *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. S.Paulo: Difel.
- RODRIGUES, L.M. (1969), *La clase obrera en Brasil*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- RODRIGUES, L.M. (1968), *Sindicalismo e sociedade*. S. Paulo: Difel.
- SADER, E. et. al. (1980), *Introdução a uma história do movimento operário brasileiro no século XX*. Belo Horizonte: Ed. Veja.
- SAMPAIO, Y. (Org.) (1987), *Nordeste Rural: a transição para o capitalismo*. Recife: Ed. da UFPe.
- SIGAUD, L. (1980), *Greve nos Engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SILVA, L.M.N.M. (2006), *Nordeste, desenvolvimento e responsabilidade social empresarial*, Rio de Janeiro: Clássica.
- SILVA, L.M.N.M. (1989), “Imperialismo dependência e Estado”. *Revista Científica e Cultural*. Campo Grande UFMS. Vol 4 no. Esp.: 40-46
- SILVA, S. (1976), *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. S. Paulo: Alfa-Ômega.
- SOARES, J.A. (1982), “A frente do Recife e o governo de Arraes: nacionalismo em crise – 1955/1964”. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SOUZA, C. M. (1980), *O Movimento sindical na zona da mata de Pernambuco*. Comunicação. S. Paulo: Encontro dos Movimentos Sociais no Campo.
- SOUZA, N. A. (1980), *Crisis y lucha de clase en Brasil – 1964/1978*. México: Tese de Doutoramento em Economia, Universidad Nacional Autonoma de Mexico/UNAM.
- SOUZA, N. A. (1992), *Teoria marxista das crises*. S. Paulo: Global/UFMS.
- TELLES, J. (1981), *O Movimento Sindical no Brasil*. S. Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas.
- WEFFORT, F. (s/d), *Sindicatos e Política*. S. Paulo: Universidade de S.Paulo, Tese (Livre-Docência).
- WANDERLEY, M.N.B.(1979), *Capital e Propriedade Fundiária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Agências reguladoras: processo histórico, formação e debates

Camila Philippi e Ricardo G. Müller

Utilizando sobretudo os argumentos e conceitos de Florestan Fernandes e Octavio Ianni sobre planejamento e modernização do Estado Brasileiro, além das discussões de Francisco de Oliveira e José Luiz Fiori sobre o processo de transformações na esfera política nas últimas décadas no Brasil, o trabalho pretende abordar a trajetória que engloba esse processo histórico, e a possível convergência de fatores e justificativas das ações e transformações econômicas no sentido de investigar as relações das políticas anteriores com o projeto de Reforma do Estado e a conseqüente formação das Agências.

Em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1981), Florestan Fernandes aponta os países representativos do modo de produção capitalista, e afirma que, ao estender o processo de consolidação, essas nações “sorvem a periferia em seu processo de evolução”, pois utilizam-se dos potenciais de países que não se encontram no mesmo patamar de desenvolvimento econômico e político, reconfigurando, a partir da crise do modelo colonial na América Latina, um processo “neocolonial”.

O processo de modernização e industrialização nos países da América Latina relaciona-se com as condições materiais e culturais existentes, questões políticas, sociais e econômicas, que podem se constituir como obstáculos reais a implantação do modelo que se pretende estabelecer de forma direta e continuada. Essa realidade estrutural, segundo Fernandes, não pode ser superada pela simples importação de idéias, instituições, técnicas, culturas, religiões ou valores sociais, ou seja, as premissas históricas e as bases sócio-econômicas não podem ser modificadas ou substituídas, resultando numa diferenciação dos níveis de desenvolvimento entre os países que participam da formação desse processo e aqueles que apenas o recebem, ou de alguma forma lhe são impostos, constituindo assim, uma dinâmica centro-periferia.

Essa dinâmica centro-periferia, que não confere autonomia às nações periféricas, constitui uma relação assimétrica entre o que Fernandes chama

de modernização originária e modernização secundária, que se articulam de forma que a primeira se beneficia da fragilidade da segunda.

A modernização originária compreende “o desenvolvimento econômico e o progresso dos núcleos civilizatórios centrais”, atendendo às próprias necessidades, realizando uma redefinição ativa das sociedades que sofrem essas mudanças, constituindo dessa forma a modernização secundária.

As influências externas que promovem a modernização secundária provocam uma “mudança desencadeada e controlada de fora” nas nações ditas emergentes, impõem e reforçam essa mesma dependência econômica, internalizando conceitos e valores da “metrópole”, não correspondentes com a realidade das “colônias”.

Dentro desse sistema, onde a “colônia” faz parte da “metrópole”, os “colonizadores” encarregam-se de “ordenar a colonização como processo social” por meio de mecanismos como filtros de inovações ou controle do desenvolvimento, mediando o crescimento, como explica Florestan Fernandes no artigo “Capitalismo dependente e imperialismo”, de 1974:

Pois, quando logravam as condições para o salto decisivo, as cadeias da situação colonial, neocolonial ou dependente redefiniram-se em um nível mais alto e inatingível de desenvolvimento. Só os Estados Unidos e o Japão escaparam desse destino, cortando a partir de dentro a submissão existente ou possível. Os laços invisíveis da modernização como capitulação fundam-se no consentimento recíproco dos que lucram e retiram poder nos dois pólos dessa relação podre, os privilegiados nativos e seus parceiros no exterior (Fernandes, 1974).

Nesse sentido, o autor fala de uma fusão entre os interesses dos grupos privados dos países “centrais” e “periféricos”, sendo provável que os países imperialistas contemporâneos (Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos, por exemplo) em cerca de um século tenham obtido até mais vantagens econômicas sobre os países da América Latina que os próprios espanhóis e portugueses no chamado “século de ouro” do período colonial.

O estado de euforia causado pelo “progresso importado”, pautou, de certa forma, o processo de modernização brasileiro, influenciando decisões e rumos tomados em relação à vida política e econômica do país.

A partir da análise do processo de modernização do estado brasileiro, Florestan aponta várias características desse projeto de modernização dependente em que o raio de mudança é circunscrito e limitado segundo critérios externos, controlados.

A atrofia da soberania nacional, segundo Florestan, é causada em parte por uma relação de comando externa que pode ser verificada “nas matrizes das corporações gigantes, nas organizações financeiras, culturais e políticas

das nações hegemônicas e nas mãos de suas elites políticas, dirigentes dos estados capitalistas”.

O elemento conservador, que se opõe ao elemento revolucionário (agente que busca o rompimento com a ordem social em favor da autonomia necessária para a formação da sociedade nacional) suprime iniciativas revolucionárias e/ou democráticas, aborta os potenciais de mudança e aplica um controle intolerante (direto ou indireto), permitindo apenas a “reprodução da ordem social vigente, dissociando-se a mudança de rupturas com a ordem tradição cultural e com as estruturas de poder existentes” (idem, 1974).

A primeira etapa visível desse processo, configurada pelos governos instalados a partir do Estado Novo, forneceu condições favoráveis a essas mudanças por meio de transformações na economia, como a criação das empresas estatais (também após esse período que vai até 1945), e provisão de infra-estrutura para que empresas pudessem se instalar e condições para formar um razoável mercado consumidor.

As questões referentes à concentração de renda, desigualdade política e social, no entanto, não pareciam sofrer visíveis alterações.

Sobre a relação entre as políticas econômicas brasileiras, vinculadas ao fortalecimento do capital privado, Ianni (1971), defende que:

Em outros termos, o intenso programa de industrialização realizado durante o Governo Kubitschek não provocou apenas a consolidação e a expansão do setor privado, com base nos estímulos diretos e indiretos proporcionados pelo poder público. A política econômica planejada então adotada produziu um amplo e profundo surto de internacionalização da economia brasileira.(...) Isto significa que os governantes optaram por uma estratégia política de desenvolvimento econômico que trazia consigo, como componente essencial, a reelaboração da dependência estrutural que sempre caracterizou a economia brasileira. E significava ainda, que a intervenção estatal na Economia deixara de inspirar-se na idéia da emancipação ou da autonomia.(...) Isto é, a reprodução capitalista acelerou-se de conformidade com as tendências do setor privado, nacional e estrangeiro (Ianni, 1971, 177).

O fortalecimento da economia tornou-se prioridade no período da ditadura civil-militar, promovendo uma política concentradora e fortemente submetida às oscilações e acelerações impostas pelo capitalismo internacional. As mudanças no cenário político e social, portanto, não alteravam o desenvolvimento do processo modernizador, aliado ao “milagre econômico” e ao crescimento industrial estatal e privado, que apresentou entre os anos de 1968 e 1973, média de crescimento de 11,4% do Produto Interno Bruto (PIB).

A rápida expansão comercial e o crescimento (sincronizado) das economias industriais e alta liquidez, que “aquecia” o consumo interno dos bens de consumo durável, favoreceram a ampliação da capacidade produtiva no país.

As altas taxas de importações apontavam, no entanto, para um evidente desequilíbrio da balança comercial, que ainda necessitava comprar no exterior, cerca de 80% dos insumos básicos para a produção (inclusive petróleo e derivados), além de produtos já industrializados.

A crise internacional do petróleo, marcada pelo primeiro “choque do petróleo” em 1974, trazia consequências diretas para a economia brasileira, através da elevação do preço dos bens de consumo durável.

O então Presidente da República, Ernesto Geisel implementa, no final de 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento, o II PND, que institui mudanças no planejamento econômico, visando diminuir os impactos da crise mundial que refletia no Brasil.

O II PND apresenta-se então, como alternativa de reorganizar e trabalhar especificamente em relação aos pontos considerados responsáveis pelo atraso da economia brasileira e seu consequente desequilíbrio: o setor de insumos, o setor energético e o de bens de capital.

Para vários especialistas no período, como Jorge Chami Batista e Carlos Lessa, o plano comprovou, em grande medida, a vulnerabilidade e dependência da economia brasileira em relação à economia mundial. A reestruturação econômica prevista no plano, que sofreu desacelerações na prática em certos períodos (bastante visíveis no ano de 1976), em muitos aspectos, foi incompleta ou insuficiente, não constituindo um novo padrão de crescimento ao Brasil.

Durante a implementação do plano, houve a chamada “estatização da dívida externa”, fruto de uma tentativa de aquecimento da economia por meio de subsídios às empresas privadas via apoio do BNDE, restando às empresas estatais a busca por financiamentos externos.

Além disso, segundo Adriana Fiorotti Campos, “o uso intensivo dos mecanismos de defesa contra o risco cambial colocados pelo Banco Central à disposição do setor privado”, juntamente com a transformação do Banco Central em tomador de empréstimos em bancos internacionais, agravou a crise ali instalada, limitando na década de 1980, a obtenção de recursos para a resolução de posteriores problemas financeiros estatais.

A reestruturação econômica no período, que acarretou entre outros problemas a chamada “estatização da dívida externa”, comprovou a dependência e a vulnerabilidade da economia brasileira, afetada por crises internacionais relacionadas aos bens de consumo duráveis e do petróleo.

A alegação de ineficiência das empresas estatais, já durante a década de 1980, é reforçada pela criação de um órgão que regulava várias empresas estatais, de diversos setores, avaliando seu desempenho e influências na crise que se instalava no país naquele período:

em outubro de 1979 foi criada, no Brasil, a Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST), submetendo as empresas estatais a uma instância de controle unificado e centralizado. O objetivo desta secretaria era tornar mais transparente a atuação das estatais para que se pudesse analisar se estas eram ou não responsáveis pelo crescente déficit público. O problema maior da SEST foi que esta não separou as diferentes instâncias públicas: por exemplo, uma grande empresa estatal como a Petrobrás encontrava-se lado a lado em análise com as Universidades Federais (Campos, 1996: 270).

Como tentativa de contornar essa dificuldade, no início da década de 1990, o governo Collor instituiu o Programa Nacional de Desestatização, visando gerar capital para solucionar outras questões pertinentes, dando início ao processo de privatização, que caracterizou a Reforma Gerencial do Estado.

Uma das contradições da modernização, segundo Florestan Fernandes (1974: 154), é a idéia de privatização como “símbolo mágico, a senha que abre as vias de acesso garantido ao primeiro mundo”. Essa idealização a respeito das privatizações pode ser relacionada com o que o autor chama de modernização secundária, que permeia o projeto político brasileiro desde a criação das empresas estatais, passando por seu processo de aceleração de produtividade (conjuntamente com o fortalecimento de setores da iniciativa privada) e a privatização dessas mesmas empresas.

Este é um processo, vertical ou externo, em que o projeto lançado por países desenvolvidos são reproduzidos em países que não compartilham das mesmas condições, para o qual Florestan Fernandes (1974) atenta:

Pode-se importar idéias, valores e ideologias, técnicas e instituições sociais, modelos de estratificação da sociedade, religiões, etc. É impossível, contudo, importar as premissas históricas e as bases sócio-econômicas de seu funcionamento, transformação e transfiguração orgânica, o que alarga continuamente a demora cultural e produz processos mais ou menos intensos de desorganização social. O que quer dizer que, enquanto se mantiver a demora cultural, a modernização secundária não proporciona condições de competição recíproca real entre os centros e a periferia de uma mesma civilização.

A modernização secundária seria então, uma espécie de conseqüência da modernização originária, definida como processo de desenvolvimento que

beneficia nações que participam e promovem o progresso tecnológico, cultural, político e econômico, absorvendo, ao seu redor, aquelas nações que não se encontram nas mesmas condições.

O processo de privatização no Brasil segue o mesmo modelo de modernização e adequação ao mercado a qualquer custo, contando com mecanismos políticos, muitas vezes subtis (e altamente questionáveis) para legitimar seu discurso.

Utilizando-se do discurso da necessidade de serviços públicos com melhores preços e qualidade, diversos setores foram privatizados na década de 90, a partir da implantação do Plano Nacional de Desestatização, na chamada reforma da Gestão Pública, dirigida pelo Ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, no extinto Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), que existiu entre os anos de 1995 e 1999, quando teve suas atividades englobadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) por proposta do próprio MARE, defendida por Bresser-Pereira, ao argumentar que o Ministério responsável pelo orçamento público teria “poder suficiente para implementar a reforma”.

Dentro da proposta de Reforma Gerencial do Estado, Bresser-Pereira afirma a inviabilidade de um modelo de Estado Mínimo, onde bastariam atividades básicas como as forças armadas e a polícia. A defesa de um Estado Regulador, segundo o autor, seria também de “forte sabor neoliberal”, ao sugerir que a reforma viria apenas a privatizar os serviços monopolistas ou “quase-monopolistas” e a partir daí, instituir agências reguladoras dos preços das empresas privatizadas ou daquelas já existente que virão a prestar os serviços.

Para os defensores da Reforma do Estado, o modelo burocrático de gestão do Estado Brasileiro vigente foi o responsável pelo agravamento da crise fiscal entre as décadas de 1980 e início de 1990, os altos índices de inflação e as privatizações. Essa atribuição se explicaria pelo fato da manutenção de uma postura de “Estado-Empresário” assimétrica à realidade econômica brasileira, que evidenciou as distorções e ineficiências resultando nos altos índices de inflação e nos processos de privatização.

Com base na análise da experiência e da literatura sobre Reforma do Estado de países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, organização internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados da economia do mercado, sobretudo da Inglaterra), Bresser-Pereira defende um modelo de Reforma Gerencial do Estado Brasileiro.

Os Estados modernos contam com três setores: o setor das atividades exclusivas de Estado, dentro do qual está o núcleo estratégico e as agên-

cias executivas ou reguladoras; os serviços sociais e científicos, que não são exclusivos mas que, dadas as externalidades e os direitos humanos envolvidos, demandam do ponto de vista técnico e ético que contem com forte financiamento do Estado; e, finalmente, o setor de produção de bens e serviços para o mercado.

Para isso, formula, no primeiro semestre de 1995, o *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, que visava a “transformação” de uma Administração Burocrática, através de uma Reforma gerencial, onde o Brasil se constituiria como o primeiro país em desenvolvimento a participar desse movimento. A avaliação que Bresser –Pereira faz, após os primeiros anos da implementação da reforma (publicado em artigo em 2000), é bastante positiva:

No final de quatro anos estavam estabelecidos os princípios orientadores e as principais instituições que possibilitarão a implantação da Reforma Gerencial na administração pública brasileira. Abria-se, assim, a perspectiva de que o Estado utilize com mais eficiência os recursos tributários de que dispõe, além de, reconstruído no plano fiscal e institucional, disponha de maior capacidade de garantir a segurança e de promover o desenvolvimento e a justiça social.

Segundo Campos (2005), as privatizações das empresas pertencentes à União iniciam-se basicamente na década de 1970, durante o II PND, com a venda de subsidiárias ou empresas de pequeno ou médio porte, como a Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (COPERBO) e a Nitriflex S.A., sob o argumento de expansão do setor industrial brasileiro com a mudança de gestão.

É a partir da década de 1990, com o governo Collor, que o projeto de privatizações toma proporções maiores, inicialmente com a proposta de venda de empresas incorporadas a União e subsidiárias; e tendo logo após, como marco, a Lei n.º 8.031 de 12 de abril de 1990, que institui o Plano nacional de Desestatização, que dá início ao período mais intenso de privatizações, reforçado pela criação do Conselho Nacional de Desestatização em 1997, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, que altera disposições do plano inicial.

Do início do Plano Nacional de Desestatização até o fim do ano de 2002, 68 empresas e participações acionárias estatais federais foram privatizadas, sendo grande parte proveniente dos setores da siderurgia, química, petroquímica, fertilizantes e energia elétrica, além da concessão de trechos rodoviários e ferroviários.

Como medida de redução dos impactos acarretados pelas privatizações, o Estado Brasileiro institui órgãos que passam a atuar em relação a esses

setores privatizados, por meio de fiscalização e normatização de suas atividades, as Agências Reguladoras. Estas instituições caracterizam-se pelo aspecto técnico, que as diferencia dos ministérios a elas relacionados. Por se tratar da produção de bens ou serviços públicos, as agências devem regular a prestação desses bens ou serviços pela iniciativa privada, justificando sua atuação como normatizadora (possuem autonomia para sancionar legislação referente à sua área), fiscalizadora das atividades desenvolvidas pelas empresas privadas que atuam em cada setor, e contratante (ao promover e celebrar contratos entre a União com os concessionários do setor).

Com a finalidade de fiscalizar e normatizar essa nova relação, são propostas, a partir de 1995, sob forma de emenda da Constituição Federal de 1988, e efetivamente implementadas no fim da década de 90, as Agências Reguladoras, órgãos não subordinados a ministérios, pertencentes a Administração Indireta, que atuam como mediadores entre o Estado, as empresas privadas que prestam os serviços e a sociedade civil.

O Plano Diretor considera que a Constituição Federal de 1988 representa um retrocesso no caminho da moderna Administração Gerencial. Segundo seus autores, a Constituição remete ainda ao retrógrado modelo de Administração burocrática, responsável pelo engessamento do Estado nas últimas décadas, onde ainda assume a prestação de serviços que podem, conforme eles, ser mais bem prestados pelo setor público não-estatal ou pelo setor privado.

Uma das críticas feitas pelos proponentes do Projeto de Reforma do Estado diz respeito à instituição da obrigatoriedade do regime único para os servidores civis da União como uma medida autoritária e burocrática, assim como o fato de as fundações e autarquias públicas passarem a ser submetidas aos fundamentos do direito administrativo, como já acontecia com os órgãos da Administração direta.

O Plano Diretor define, no contexto “capitalista contemporâneo”, a existência, além das propriedade estatal e da propriedade privada, uma terceira forma, “intermediária”, de propriedade: aquela pública não estatal. Esta categoria refere-se às chamadas instituições sociais, que compreendem fundações, institutos, e as organizações não-governamentais em geral (ONG’s).

Essas instituições são defendidas pelos proponentes do plano, por meio da justificativa de possuírem relativa autonomia administrativa (sendo de direito privado), e proporcionarem participação e controle social. Elas supririam com maior autonomia e eficiência serviços de interesse público que o Estado não vem prestando com a qualidade almejada.

A transformação das autarquias em “agências autônomas” por sua vez, voltadas para a “modernização” da gestão dos serviços públicos no país

e obtenção de resultados viriam a “definir e supervisionar os contratos de gestão” celebrados entre o Estado e a iniciativa privada.

Com ênfase na qualidade, eficiência (busca por resultados quantitativos favoráveis com o menor uso de recursos possível), e mudanças na legislação considerada engessada e engessadora, o projeto baseia-se na busca por indicadores de desempenho quantitativos que venham a justificar as modificações implementadas.

Para as “agências autônomas”, que passarão a atuar na regulação dos serviços não mais prestados pelo Estado o plano estabelece os seguintes procedimentos:

Objetivos para a Produção para o Mercado:

- (i) Dar continuidade ao processo de privatização através do Conselho de Desestatização.
- (ii) Reorganizar e fortalecer os órgãos de regulação dos monopólios naturais que forem privatizados.
- (iii) Implantar contratos de gestão nas empresas que não puderem ser privatizadas. (Plano Diretor da Reforma do Estado, 1995)

Para Misse (2006), a utilização do termo agências apenas visa aproximá-las ao perfil das *agencies*, instituídas nos Estados Unidos na década de 1930 com a finalidade de defender a sociedade dos desdobramentos do modelo liberal clássico, em crise naquele período.

Além disso, o autor alega que, para tal tipo de atribuição é previsto constitucionalmente o termo “órgão regulador” (Emenda Constitucional n.º 8 de 15.08.1995, e n.º 9 de 09.11.1995), existindo ainda na legislação brasileira as denominações “ente administrativo” ou “autarquia em regime especial”. Misse destaca que a influência norte-americana na formação das agências (a atuação setorial também se aproxima desse modelo) converge da herança européia do direito e da formação das instituições brasileiras.

A incorporação do termo e do modelo regulador norte-americano nos países desenvolvidos passa então a se constituir como forma de aproximação de políticas econômicas em âmbito mundial. Misse afirma:

A utilização do termo ‘agência’ pelo governo que adota as reformas necessárias para receber, em contrapartida, financiamento do mercado financeiro internacional serve de símbolo de ‘segurança’ para os investidores, acostumados a ver a política econômica dos países, especialmente os ‘emergentes’, associada aos governos e necessitando de garantias para que possam investir em tais mercados ‘inseguros’.

O Estado incorporaria o termo agência como um sinal, um símbolo de garantia contra os governos, pois a alienação da regulação econômica de sua administração direta o tornaria mais estável, ou seja, mais propenso a receber investimentos e a ter crédito e menos tendente a riscos, por não deixar ocorrer mudanças na política que pudessem gerar insegurança para esse capital. Isso significa que a lei, ao criar as Agências Reguladoras, tirou do Poder Executivo todas as atribuições que o poder concedente exercia em contratos ou atos de delegação, para colocá-las nas mãos das agências, gerando a aparência de estabilidade econômica do Estado, em face dos governos. (Misse, 2006). Segundo Madeira (2003), as Agências Reguladoras constituem-se como elementos imprescindíveis à governabilidade do Estado pautado pelo modelo gerencial de gestão, no sentido de oferecer eficiência à Administração, despolitizando decisões de caráter técnico, em busca de resultados quantitativos concretos e favoráveis.

O questionamento que se faz a essas agências é o de saber em que medida elas possuem caráter e posicionamento político. Por se tratarem de órgãos da Administração Indireta e estarem inseridas no quadro estatal (o diretor, cargo máximo da agência é indicado diretamente pelo Presidente da República), possuem vinculação política e governamental (partidária) dentro do contexto da reforma do Estado proposta e instaurada nas últimas duas décadas.

Por outro lado, devido à sua relativa independência, como o fato de legislarem livremente (dentro dos limites constitucionais), sobre seu setor e a não subordinação de suas atividades a ministérios, as agências reguladoras possuem relações diretas com a iniciativa privada atuante, com poucos critérios estabelecidos ou divulgados, o que levanta questões sobre a legitimidade (e real caráter) de seu papel.

As contradições e más-definições que se apresentam nas trajetórias das Agências Reguladoras abarcam questões diversas como a própria heterogeneidade entre os setores “terceirizados”, a participação e o interesse do Estado na promoção de políticas econômicas para cada setor, a amplitude do controle exercido pelas Agências, a publicização (transparência) dos critérios de formação e atuação das agências, entraves burocráticos e autonomia.

Atualmente no Brasil, existem dez Agências Reguladoras nacionais, de caráter setorial, dotadas da mesma autonomia e responsáveis pelas mesmas funções: a de legislar (normatizar), de contratar as empresas que prestarão os serviços por meio de processos licitatórios, e de fiscalizar a prestação desses serviços.

A atuação de cada uma delas, no entanto, devido ao contexto e peculiaridades de cada setor, desenvolvem atividades bastante diversas. Tem-se hoje

no país agências que atuam desde a regulação do serviço de tratamento e distribuição de água, até a regulação dos preços e concessões de exploração de petróleo.

Os usuários dos serviços “regulados” pelas Agências, que dentro do conceito de Administração Gerencial são denominados “cidadãos-clientes”, possuem limitado poder de escolha, ou definição de políticas relacionadas. Seu espaço pode ser observado apenas nos serviços de ouvidoria ou similares, fala-se em controle social, mas pouco se pode observar concretamente. As dificuldades enfrentadas e percebidas dentro da atuação das próprias agências em relação ao seu espaço e aos seus objetivos têm reflexos diretos na assimilação e compreensão por parte de seus usuários.

Também a definição cidadão-cliente exclui do conceito de cidadania aqueles que não podem consumir os serviços (pagos) oferecidos pelo Estado. Dessa forma verifica-se uma transformação no que antes era considerado um direito, e passa a ser de certa forma um produto.

Outro aspecto que se pretende investigar nesse trabalho é em relação à formação das Agências Reguladoras, como mecanismo/tentativa de despoliticização dentro do projeto implementado da Reforma do Estado.

Em relação aos vínculos existentes entre as Agências e o Estado, surge o questionamento sobre a sua manutenção apenas como forma de legitimar as novas relações entre Estado e iniciativa privada.

Esses e outros questionamentos (como a legitimidade da justificativa das ações por meio argumentos técnicos) endossam e ampliam a investigação que deve ainda incorporar outros dados e discussões para análise mais profunda e detalhada do tema, que conta ainda com um restrito debate (principalmente se levarmos em conta a importância do assunto).

Referências Bibliográficas:

- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente (2006) *Direito Administrativo*, 12º ed. Rio de Janeiro: Impetus.
- ALÉM, Ana Cláudia; GIAMBIAGI, Fabio (2000), *Finanças públicas: Teoria e Prática no Brasil*, 2. ed. Rio de Janeiro: Campus.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2000), *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 04, n. 34: 55-72.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (1997) *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fevereiro.
- CAMPOS, Adriana Fiorotti (1999), “O II PND e o Processo de Estatização da dívida Externa: A crise das estatais e sua posterior privatização”, *Raízes*, Ano XVIII, Campina Grande, 19: 49-64.
- CAMPOS, Adriana Fiorotti (2005), *A Reestruturação da Indústria de Petróleo Sul Americana no Anos 90*. Tese UFRJ (mimeo).

- CASTRO, Celso Correa Pinto, *et. al.* (2002) *Dossiê Geisel*. 3. ed. Rio de Janeiro: Edição da FGV.
- FERNANDES, Florestan (1981), *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 3ª Edição.
- FERNANDES, Florestan (1995), *Em Busca do Socialismo: últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã.
- IANNI, Octavio (1971), *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MADEIRA, José Maria Pinheiro (2003), *Administração Pública Centralizada e Descentralizada*, Rio de Janeiro: América Jurídica, 2ª Edição.
- MISSE, D. G. (2006), “Agências Reguladoras – muito mais que modismo”, *Prisma Jurídico*, São Paulo, v. 5, 277-290.
- VILLELA, Annibal Villanova (1984), *Empresas do governo como instrumento de política econômica:: os sistemas SIDERBRÁS, ELETROBRÁS, PETROBRÁS E PETROBRÁS*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.

Do esgotamento revolucionário à (neo)dependência capitalista: O movimento sindical face às privatizações em Moçambique

Fernando Bessa Ribeiro

Introdução

Ganha a independência em 1975, o Estado moçambicano procurou implementar um programa político radical, visando a alteração profunda das estruturas sociais, económicas e simbólicas do país. Colocado na “linha da frente” da luta contra o regime do *apartheid*, atrás do qual se camuflavam alguns dos principais interesses do imperialismo norte-americano – mormente os que se relacionavam com a contenção daquilo que ele designava por “ameaça comunista” na África Austral –, Moçambique travou uma longa e dolorosa guerra civil que o deixou exausto e acabaria por liquidar o próprio processo revolucionário, conquanto as suas experiências e aspectos mais positivos tenham produzido efeitos resilientes para a imaginação de novos projectos emancipatórios.

Partindo da discussão das causas deste colapso, o texto reflecte acerca da posição do movimento sindical face às privatizações. Se é certo que o foco da discussão se centra nas décadas de 1980 e 1990, durante as quais se dá a viragem política da Frelimo e do Estado moçambicano e arranca a larga maioria das privatizações, em especial do sector industrial, não se obnubila a dimensão histórica, uma vez que ela é crucial para se compreender as razões fundas das posições assumidas pelo movimento sindical ao longo deste processo. Daí que parte do texto seja ocupado com a apresentação crítica do trajecto do sindicalismo em Moçambique, desde a sua criação ainda antes da Segunda Guerra Mundial e em pleno período de consolidação da presença colonial portuguesa em África.

O fracasso da experiência revolucionária

Em 1983, em vésperas do IV Congresso da Frelimo, era já nítido que “a década do desenvolvimento” não se concretizaria, arrastando consigo o projecto socialista de transformação radical da sociedade moçambicana. O rela-

tório do Comité Central (CC) apresentado ao congresso fazia um diagnóstico que, no essencial, inventariava com rigor os problemas com que o país se defrontava (v. *Relatório do Comité Central ao IV Congresso*, 1983). Nem todos eram consequência da guerra que o país enfrentava: destacavam-se os problemas relacionados com a comercialização agrária e, em particular, o menosprezo do sector familiar, a secundarização da iniciativa local e dos pequenos projectos, a centralização excessiva das decisões, marginalizando os cidadãos e, no domínio das empresas, a escassa participação dos trabalhadores na tomada e controlo das decisões. O relatório denunciava ainda a existência de uma camada social que, avessa à participação dos trabalhadores na gestão da produção, entre outros aspectos, aspirava a transformar-se em burguesia. Para Hanlon (1996: 198) eram numerosos os burocratas e dirigentes do partido interessados em desenvolver novos estilos de vida, de tipo ocidental, que apenas poderiam ser alcançados pela mudança de posição de classe. Durante o congresso, muitos delegados falaram da completa desarticulação da estrutura produtiva, do crescimento explosivo do mercado negro – a “candonga” – e da enorme crise no sector agrícola, do roubo e do desleixo em muitas unidades industriais (v. *Intervenções dos delegados ao IV Congresso*, 1985).

Entre as directivas económicas e sociais apresentadas e aprovadas pelos delegados, a luta contra a fome e o aumento da produção emergiam como objectivos prementes. Para os realizar foi definido um conjunto muito vasto de medidas, no qual sobressaía o papel atribuído à iniciativa privada nos três sectores económicos, colocada praticamente a par das outras formas de organização da produção. Esperava-se, assim, expandir a produção, melhorar a circulação e distribuição de mercadorias, aumentar as exportações e a substituição das importações, recorrendo-se sobretudo à participação do capital estrangeiro. No plano da cooperação internacional é relevante a colocação de todos os países no mesmo patamar, sem qualquer referência às relações com o bloco socialista. Para Wuyts (1990: 105-109), a imperativa necessidade de se incrementar a produção desvalorizou o modo como esta deveria ser conseguida. Sabendo-se que a acumulação privada através dos mercados paralelos – a referida candonga – detinha uma enorme força económica e influência social, o caminho escolhido foi o da liberalização. Deste modo dava-se satisfação às críticas daqueles que viam como principais constrangimentos ao incremento da produção “a concentração dos recursos no sector estatal, combinada com uma confiança excessiva na regulamentação do comércio” (Wuyts 1990: 105). Para muitos dirigentes e, sobretudo, para a população em geral, repetindo uma situação comum a outros países africanos em ajustamento estrutural, tratava-se de perseguir o objectivo por outros meios:

Para a maioria das pessoas, no entanto, a opção pelo “mercado” não implica nenhuma mudança de objectivo. Na década passada, povos de África (e de toda a parte) voltaram-se para o “mercado” buscando exactamente o mesmo que antes buscavam no “Estado”. O que eles esperam conseguir é aquele eldorado fugidio chamado “desenvolvimento” (Wallerstein 2002: 71).

O fim da concordância entre as práticas políticas e o discurso teórico-ideológico terá sido um recuo para, mais à frente, retomar o caminho socialista ou um abandono efectivo deste, como desejavam os países ocidentais? Ou, num registo bem diferente, terá o congresso estabelecido as condições para o aprofundamento do socialismo? Esta é tese de Egerö (1992: 126-128), ao sustentar que dele saíram as medidas necessárias ao que alguns autores definiram como o terceiro estágio da transição socialista na periferia: a reintrodução de mecanismos de mercado e o apoio à participação do sector privado em todos os sectores da economia, de modo a estabelecer o “socialismo de mercado” (cf. Roemer 1994). Para Abrahamsson e Nilsson (1994: 221-223), os defensores desta última posição interpretavam as medidas a favor da pequena agricultura familiar decididas pelo IV Congresso como um restabelecimento da aliança histórica que unia a Frelimo aos camponeses, da qual dependia o projecto socialista moçambicano. Ora, como os autores justamente salientam, nem o campesinato é um grupo homogéneo nem, acrescenta-se, ele tinha um interesse objectivo nas relações de produção socialistas.

Já as organizações de massas, como a Organização da Juventude Moçambicana (OJM), a Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM) e, mais tarde, a Organização dos Trabalhadores Moçambicanos – Central Sindical (OTM-CS), não possuíam autonomia em relação ao Partido-Estado. Em vez de constituírem espaços de expressão do poder popular, eram “correias de transmissão” daquele, desempenhando funções importantes no controlo social. Se é certo que, como salienta Roesch (1992: 31), o país se defrontava com a inexistência de uma classe operária desenvolvida, um enorme analfabetismo, a herança colonial e a guerra de desestabilização, é preciso relevar também o papel desempenhado pelo modelo organizativo adoptado pela Frelimo. Baseado numa concepção do centralismo democrático profundamente deformada, a prática política quotidiana ficou marcada pela concentração do poder na cúpula do aparelho partidário e no chefe de Estado, fazendo-se sentir a “personalização do poder”, presente também em outros Estados de orientação socialista (cf. Tchirkine e Iúdine 1983).

A restauração capitalista foi facilitada pelo facto de a dependência em relação aos países capitalistas nunca ter sido quebrada. Herdando uma estru-

tura económica colonial orientada para o fornecimento de matérias-primas e produtos industriais ao Ocidente, a ruptura nunca foi concretizada, apesar do estabelecimento de relações privilegiadas com o bloco socialista. Na perspectiva controversa de Wallerstein, os Estados revolucionários da periferia, a própria União Soviética e seus aliados do leste europeu, não constituíam “uma estrutura externa ao sistema histórico [capitalista], mas um produto dos seus processos internos” (1998: 79). Não tendo existido um sistema mundial alternativo, estes Estados continuaram subordinados aos países capitalistas centrais e muito vulneráveis, como atempadamente reconheceu o poder frelimista, aos “efeitos de crise económica internacional do capitalismo” (*Relatório do Comité Central ao IV Congresso*: 8). A recusa da entrada de Moçambique no COMECON (Outono de 1982), acompanhada pelas dificuldades crescentes da União Soviética, fez os dirigentes moçambicanos compreender que o bloco socialista não podia fornecer os recursos (e as rendas) de que o país e as elites precisavam (v. Abrahamsson e Nilsson 1994: 64). Os contactos diplomáticos e a cooperação com os países capitalistas acentuaram-se. Em 1984, Moçambique assina a Convenção de Lomé, submetendo-se às condições apresentadas pela hoje designada União Europeia e adere aos acordos de Bretton Woods, cuja adesão é justificada pela promoção da “cooperação bilateral e multilateral com todos os países, independentemente do seu regime económico e social” (Decreto n.º 6/84 de 19 de Setembro).

A liberalização em marcha

Com um endividamento externo imenso e as receitas de exportação a representarem apenas 14,5% do serviço da dívida, “a posição negocial de Moçambique não era muito forte” (Roesch 1992: 10-11). Os planos de ajustamento e recuperação económicos são consequência directa deste cenário. Esta agenda neoliberal iria exigir a liquidação das empresas estatais e do sector público moçambicano. O destaque vai, naturalmente, para a Caju de Moçambique, a maior empresa moçambicana, com um peso enorme na economia e nas exportações do país. O Plano de Reabilitação Económica (PRE) foi o primeiro plano. Negociado pelo governo moçambicano junto do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), começou a ser executado em Abril de 1988. Como sustenta Wuyts (1990: 100), o PRE resultou de necessidades internas, relacionadas com a guerra e o declínio da produção, e das exigências dos credores das instituições internacionais e dos países ocidentais, apresentadas como fundadas em exigências técnicas. Se é certo que o PRE conseguiu obter alguns resultados económicos positivos

imediatos, – aumento do PIB, das exportações e de um muito ligeiro aumento da produção industrial – estes ficaram muito aquém das expectativas enunciadas pelos peritos a ele ligado (v. Roesch 1992 e Hanlon 1997). Em 1991 os sinais do seu fracasso eram já bem evidentes. Como reconheceu o então primeiro-ministro, Mário Machungo, “em 1990 a actividade económica não cresceu ao mesmo ritmo que a dos anos 1987 e 1988”, ficando marcada pela queda na indústria e nas pescas, bem como por uma diminuição efectiva dos rendimentos salariais com a concomitante redução do consumo *per capita* na ordem dos 3% (v. *Tempo*, n.º 1085 de 4/8/1991).

Prosseguindo com a sua estratégia de liberalização da economia moçambicana, o BM avançou em meados da década de 1990 para o sector do caju, o mais importante da economia moçambicana. Daí que a sua privatização fosse essencial para o efectivo restabelecimento de uma economia de mercado. Sujeito desde os anos de 1950 a uma intervenção reguladora do aparelho estatal, este sector encontrava-se excessivamente “protegido” na óptica do pensamento neoliberal. Não bastava privatizar as fábricas, havia que liberalizar a cadeia comercial, desde o produtor até à exportação da castanha em bruto, acabando com todos os mecanismos administrativos de definição de preço, abastecimento da indústria e restrições fiscais à comercialização nos mercados internacionais. Por outras palavras, tratava-se de estabelecer uma nova política para o sector do caju, com a liberalização da exportação da castanha *in natura*, rompendo assim com uma estratégia que se mantinha inalterada desde a segunda metade do século XX.

O processo é bem conhecido, tendo merecido o acompanhamento dos *media* (entre outros, o *Metical*, n.º 111 de 1/12/1997 e *AIM*, de 2/2/1999). O BM impôs ao governo moçambicano, no âmbito do *Country Assistance Strategy* (CAS), a introdução de medidas liberalizadoras para a exportação de castanha de caju, através da redução da sobretaxa aplicada de 26% para 20% em 1995, devendo esta desaparecer completamente em 1999.¹ De contrário, não libertaria os créditos de que o país carecia para a reconstrução no valor de 400 milhões de dólares. Sendo certo que o governo moçambicano foi sujeito a uma forte pressão, sob a ameaça da asfixia financeira, importa salientar também que o BM contou com os seus aliados locais, não raro dele dependentes como consultores. De facto, desde a segunda metade dessa década que a influência dos técnicos moçambicanos licenciados e pós-graduados nos Estados Unidos era bem visível, agindo como “cavalos de tróia” do neoliberalismo, marcando presença em todos os ministérios, onde lhes cabia uma parte substancial do trabalho de organização e preparação

¹ Proibida desde 1975, a exportação de castanha foi autorizada a partir de 1991 (v. J. P. Leite 2000).

de relatórios e outros documentos essenciais à tomada de decisões políticas por parte dos titulares das pastas. Nas inúmeras publicações académicas e de opinião, muitas delas baseadas em investigações financiadas pela *United States Agency for International Development* (USAID), e nas intervenções públicas, mesmo ressalvando que elas não vinculavam o ministério, as teses neoliberais eram defendidas com veemência. Apesar da sua inquestionável força, a ordem neoliberal já não se conseguia impor como se da ordem natural das coisas se tratasse, mesmo nos países periféricos. Assim, também em Moçambique nada foi feito sem que antes as missões e os consultores apresentassem os seus estudos e relatórios, cujas conclusões concordavam sempre com as teses neoliberais defendidas pelos seus empregadores.^[2] Saliente-se que a retórica liberalizadora era disfarçada por uma pretensa neutralidade. Como esclarece Stiglitz (2003), as decisões do BM e das demais organizações do Consenso de Washington eram formuladas com base numa mistura de ideologia e fundamentos económicos medíocres. O desencorajamento ostensivo da discussão aberta não impede somente o questionamento das decisões e opções tomadas, parece também ter actuado como mecanismo de ocultação dos interesses dominantes aos quais as organizações estavam submetidas.

Moçambique abria-se à economia de mercado com uma nova classe burguesa conectada estreitamente com o aparelho de Estado. Os novos capitalistas são antigos membros do governo ou ex-gestores das empresas estatais. Uns e outros serviram-se dos seus contactos privilegiados no aparelho de Estado para adquirirem o controlo das fábricas e outras unidades de produção alienadas (v. Pitcher 2003: 813). Muitos destes detentores de capital continuaram a circular pelo aparelho estatal, não deixando de o condicionar e utilizar como um instrumento de extracção de recursos e, por outro lado, como garante da ordem política e social na qual medram, explorando com habilidade a falta de transparência da administração pública, um dos aspectos mais marcantes do Estado em África (Milando 2003: 51).

A resposta sindical às privatizações

Em 1992 estavam já paralisadas ou em funcionamento intermitente muitas empresas estatais. Do extenso rol pode-se mencionar a Cometal-Mometal (metalomecânica), a Suínos de Maputo, a Indel (electrodomésticos) e, pela sua importância económica e peso social, a Companhia Industrial da Matola

² No caso do caju, o relatório de Hilmarsson (1995) é ilustrativo. Consultor do BM, foi contratado para legitimar, com a manipulação mais ou menos hábil de dados empíricos, os pressupostos do modelo económico hegemónico. Tendo visitado Moçambique, em meados de 1994, integrado numa missão do BM, o seu trabalho foi incluído num relatório geral publicado em 1995 sobre impedimentos para a recuperação do sector industrial moçambicano.

(cereais) e numerosas fábricas da Caju de Moçambique. Em muitas delas os salários deixaram de ser pagos, colocando em causa a sobrevivência dos operários e a reprodução social das suas famílias. A instabilidade laboral rapidamente se fez sentir, assumindo lugar de destaque as “greves” pelo pagamento dos salários em atraso. Esclareça-se que as greves não significavam a paragem do trabalho, pois ocorreram sempre em fábricas paralisadas. Embora designadas e assumidas como tal pelos trabalhadores e suas direcções sindicais, estamos mais perante formas de protesto social assentes em ocupação de fábricas e bloqueio de estradas, cujas principais reivindicações eram o pagamento dos salários em atraso e a retoma da laboração. Mas não só. Os trabalhadores pugnaram também pelo afastamento dos gestores públicos por eles considerados corruptos, pela saída dos dirigentes sindicais coniventes e pela defesa dos benefícios sociais colocados em causa pela liberalização (v. *Tempo*, n.º 1.095 de 13/10/1991, n.º 1.142 de 6/9/1992, n.º 1.191 de 19/09/1993 e n.º 1.235 de 21/08/1994).

As “greves” fizeram-se igualmente sentir na Caju de Moçambique, afectando diversas fábricas ao longo do ano de 1994, dando assim expressão aguda ao desespero de milhares de trabalhadores e suas famílias. Foram desencadeadas sempre localmente, por iniciativa destes, sem qualquer articulação com as outras fábricas da empresa e, em regra, à revelia da estrutura sindical. Esta, quando confrontada com o processo grevista em marcha, não deixou de o apoiar, mobilizando para o efeito os dirigentes locais e os nacionais fixados em Maputo. Os meses de Julho e Agosto de 1994 foram particularmente agitados. Entre os principais focos de descontentamento destacaram-se as greves em Inhambane (província de Inhambane) e em Manjacaze (província de Gaza). Em ambas, a causa principal prendia-se com os salários em atraso, incluindo os dos que estavam em casa, por falta de trabalho, a receber 70% do vencimento a que teriam direito se estivessem em actividade produtiva normal.

Como em quase todos os conflitos laborais ocorridos nos outros sectores, e à semelhança do que fizeram os sindicatos que neles actuavam, a direcção nacional do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Caju (Sintic) foi arrastada pela dinâmica dos processos reivindicativos. Para este quadro concorria, por um lado, a excessiva tramitação burocrática dos mecanismos conducentes ao pré-aviso de greve, que torna “quase impossível a greve” (Boaventura Mondlane, entrevista áudio), e, por outro lado, a acção constrangedora das direcções das empresas, particularmente intensa durante o período das 72 horas do pré-aviso.^[3]

³ V. Lei n.º 6/91 de 9 de Janeiro, Boletim da República – I Série. No art.º 13º pode-se ler que “durante o pré-aviso de greve, o Ministério do Trabalho, por sua iniciativa ou a pedido da

As dificuldades em levar a cabo greves “organizadas” não se esgotavam, porém, nestes embaraços legais. Não menos importante para o desfazamento entre a luta operária no terreno e os sindicatos eram as relações de dependência das suas direcções em relação à Frelimo. Como noutras organizações, também estas possuíam a sua história, cuja origem remontavam aos momentos finais da presença colonial portuguesa. Durante o período de transição os trabalhadores moçambicanos descobriram o “sabor” das reivindicações laborais em liberdade, incluindo a greve. À revelia dos sindicatos corporativos, completamente desacreditados, ocorreram em 1974 e 1975, até à transmissão do poder para a Frelimo, numerosas acções reivindicativas que, em alguns casos, assumiram a forma de greve. Quase sem excepção, todos os sectores foram afectados, com destaque para as empresas industriais de grande dimensão. Neste movimento de reivindicação laboral e social participaram também trabalhadores do Estado, nomeadamente das autarquias, e dos serviços, com destaque para os bancários. Eram, na sua larga maioria, brancos de origem portuguesa (v. *Tempo*, n.º 195 de 16/6/1974). Estava aberto o caminho para a eventual formação de um movimento sindical autónomo face ao Estado e ao patronato. Nesta discussão é necessário notar que a sindicalização não era um direito universal em Moçambique. A ela tinham acesso os trabalhadores de escritório e dos serviços, comércio e indústria, os motoristas, os mecânicos de automóveis e de actividades conexas, os operários da construção civil e os ferroviários. Ou seja, o grosso dos sectores onde se empregavam os assalariados brancos originários da metrópole, que beneficiavam, quando comparados com a maioria dos trabalhadores negros, de condições de trabalho e de remuneração substancialmente superiores.

Este processo colidiu com a arquitectura político-jurídica que estruturava as relações de trabalho desde os anos 30 do século XX (v. figura 1). Descrevendo sucintamente os seus principais elementos, em 1933 foi aprovado o Estatuto do Trabalho Nacional [v. Diploma Legislativo (DL) n.º 23.084 (Diário do Governo de 23 de Setembro de 1933)], um dos pilares do Estado corporativo português, cujos princípios e outros elementos reguladores foram transpostos para as colónias em 1937, pelo DL n.º 27.552 (v. Diário do Governo de 5 de Março de 1937). Em 1943 e 1944 constituíram-se as primeiras organizações sindicais corporativas, respectivamente, o Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e Indústria e o Sindicato Nacional dos Motoristas e Ferroviários de Moçambique. Como salientam Hedges e Rocha, os sindicatos corporativos “actuavam no sentido

entidade empregadora ou do organismo sindical, poderá desenvolver as acções conciliatórias que julgar adequadas”.

do enquadramento dos trabalhadores brancos no sistema [...]. Estreitamente controlados, não representavam grande perigo para a administração colonial” (1999: 101). Mais tarde, nos anos de 1950, o legislador procede a novas alterações, fixando com rigor as classificações das entidades patronais e dos trabalhadores enquadrados nos sindicatos corporativos e respectivas remunerações mínimas [v. Diploma Legislativo 1.595 (DG de 28 de Abril de 1956) e as portarias n.º 11.459 a n.º 11.476].

Na década de 1970, ainda antes da independência, era já perceptível um forte descontentamento das classes trabalhadoras assalariadas em torno de questões como os baixos salários e a deficiente protecção social, em especial na doença e na reforma. As críticas eram expostas abertamente por dirigentes sindicais, merecendo a cobertura dos *media* (v. *Tempo*, n.ºs 46 e 47 de 1971), situação que tornava visível a crescente fraqueza do regime. Caído este em 1974, de imediato desponta, como foi dito, um movimento laboral que leva, por um lado, à radicalização dos sindicatos já existentes, muitas vezes implicando a demissão das direcções em exercício, e à constituição de novos sindicatos em sectores onde eles estavam proibidos, como o do funcionalismo público. Por uma ou outra via, este movimento de trabalhadores deu os primeiros passos para a constituição de sindicatos autónomos face ao Estado.

Com a Frelimo no poder este processo foi bloqueado, levando à asfixia das reivindicações sindicais que provinham das camadas trabalhadoras mais privilegiadas. De certo modo, elas estavam marcadas por um conteúdo *trade-unionista* que, a prazo, poderia conduzir a compromissos no quadro do capitalismo. Neste contexto, existia também um risco sério das direcções dos sindicatos mais influentes ficarem sob o controlo das fracções mais poderosas e engenhosas do patronato. Todavia, ao travar o processo, a elite dirigente liquidou todas as hipóteses de constituição de um movimento operário e de trabalhadores activo, democrático e fiscalizador do próprio poder político. Ou seja, como hoje parece evidente, deitou fora o instrumento que melhor poderia ter contido os desvios burocráticos e a manutenção da influência operária e dos interesses das classes trabalhadoras na Frelimo e no Estado moçambicano. Contaminada pelo modelo político e social dito marxista-leninista, de raiz estalinista, formalmente institucionalizado no III Congresso realizado em 1977, a elite dirigente sufocou, num primeiro momento, estas iniciativas autónomas dos trabalhadores para logo criar um movimento sindical a partir do topo, rigidamente controlado e fortemente subordinado à Frelimo e ao Estado. Guiados pela interpretação estalinista das teses de Lenine, os sindicatos foram transformados numa correia de

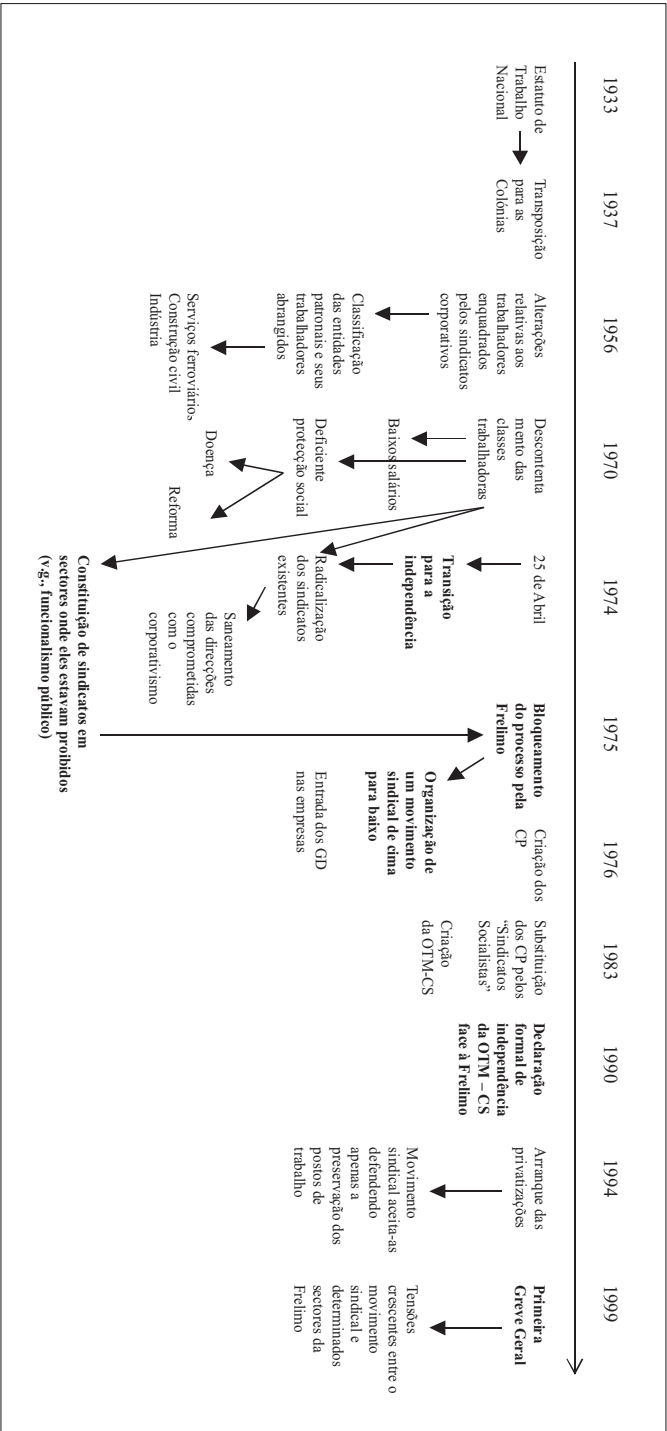


Figura 1. Linha cronológica do sindicalismo em Moçambique

transmissão do partido.^[4] Em termos organizacionais, nomeadamente no domínio dos papéis a desempenhar pelo partido e pelos sindicatos, foi manifesta a influência estalinista. A sua visão foi praticamente decalcada para Moçambique pela Frelimo:

[O partido] serve para *coordenar* o trabalho de todas as organizações de massa do proletariado, sem excepção, e para *orientar* a sua acção para um único fim: a libertação do proletariado [enquanto que] os *sindicatos*, como organização de massa do proletariado, ligam o Partido à classe, principalmente no domínio da produção [Staline 1972 (1926): 37-38].

É certo que a jovem nação se debatia com dificuldades estruturais, designadamente uma pequena classe operária numa sociedade composta por uma maioria esmagadora de camponeses cujos interesses e objectivos estavam longe de coincidir com o programa político da Frelimo, e limites de organização e de consciência política que não eram superáveis a curto prazo e apenas a golpe de lei escrita e de acções voluntaristas. Isto é, as classes trabalhadoras moçambicanas, em termos de interesses e expectativas de luta, pouco tinham a ver com as suas congéneres nos países europeus e latino-americanos. Logo, dificilmente seriam viáveis alternativas democráticas radicais, sobretudo quando pensadas para outros contextos completamente distintos. Assim, é fatal reconhecer o papel inevitável do Partido-Estado, como “locomotiva” de um processo que visava a mudança das estruturas económicas, acompanhada dum melhoria generalizada das condições materiais de existência da população. Face a isto, o problema colocava-se sobretudo na aplicação mecanicista do modelo leninista, sem qualquer criatividade e segundo uma lógica que o validava *ad aeternum*, não dando praticamente folga alguma ao enraizamento de uma participação crítica e democrática por parte dos trabalhadores.

⁴ A questão da subordinação do movimento sindical ao partido é uma velha discussão no campo marxista. A discórdia está ligada ao modelo organizativo e às relações entre sindicatos e partido e não tanto à natureza da luta política e social. Quer dizer, é relativamente pacífico considerar que “existe *uma única* luta de classe, tendo em vista simultaneamente limitar os efeitos da exploração capitalista e suprimir ao mesmo tempo esta exploração e a sociedade burguesa” [Luxemburgo 1970 (1906): 94]. As dificuldades colocam-se na relação entre partido e sindicatos. Enquanto o leninismo amarra os sindicatos a uma férrea sujeição ao partido, a interpretação dada pela corrente revolucionária luxemburguesa aponta para a aceitação de uma certa autonomia organizacional e de interesses, uns mais políticos e de longo prazo, os do partido, outros mais económicos e de curto prazo, os dos sindicatos, que em contextos de acção revolucionária imediatamente se devem dissolverem num só. Nesse sentido, na avisada formulação de Luxemburgo, cujas críticas ao modelo leninista de organização do partido são bem conhecidas, “não se trata, bem entendido, de destruir toda a estrutura sindical no Partido” [1970 (1906): 109] quando se coloca a exigência de articulação da acção do partido com os sindicatos. Para uma crítica severa à perspectiva leninista sobre os sindicatos e o papel do partido num estado operário v. Brinton (1975).

A presença da Frelimo no espaço da produção começou com os Grupos Dinamizadores (GD). São eles que vão levar a cabo as iniciativas de propaganda e debate. Considerando que “eram estruturas políticas e o seu papel tinha carácter mais de divulgação da política da Frelimo do que de organização dos trabalhadores” (*Documento de circulação interna da OTM-CS*, s.d.), foi decidido avançar para uma forma mais institucional de organização: os CP. O momento público de arranque do processo foi a intervenção de Samora Machel em 13 de Outubro de 1976, na Escola Secundária Josina Machel, num encontro com membros dos GD, na qual foi preconizada a constituição dos Conselhos de Produção (CP). Tendo por base o grande desígnio nacional – o aumento da produção e da produtividade –, com eles pretendia-se facilitar “a participação activa dos trabalhadores na planificação, gestão e controlo da actividade produtiva [...] e combater eficazmente a sabotagem do inimigo e a indisciplina, incompetência e ignorância no seu próprio seio” (*Relatório do Comité Central ao IV Congresso*, 1983: 143)^[5]. Visava, aliás, objectivos mais profundos, relacionados com “a gloriosa tarefa de transformar a atitude e o comportamento do homem explorado perante o trabalho, particularmente através da emulação socialista, da libertação da criatividade e do espírito inovador dos trabalhadores”.^[6]

Em 1983, após sete anos de funcionamento, os CP tinham logrado uma larga implantação na esfera produtiva, abrangendo dez ramos de actividade, cerca de 6.000 empresas e quase meio milhão de trabalhadores, apesar de muitos dos seus membros não compreenderem com rigor o papel que deviam desempenhar, devido à falta de formação e experiência política (Davies *et al.* 1980: 17). Na IV Reunião Nacional dos CP, Marcelino dos Santos afirmou: “você cresceram e demonstraram ao longo desses anos um crescimento não só político, mas também na organização dos trabalhadores com vista à vitória segura na luta contra o subdesenvolvimento no nosso país” (*Tempo*, n.º 652 de 10/4/1983). Para o Partido-Estado tinha chegado o momento “para a passagem a um estádio superior de organização”, a concretizar sobre a forma dos “Sindicatos Socialistas na República Popular de Moçambique” (*Relatório do Comité Central ao IV Congresso*, 1983: 145), dando assim prosseguimento efectivo ao apontado pela alocução de Machel em 1979, na qual foi atribuído aos CP a tarefa de liquidarem definitivamente a velha

⁵ Apesar desta clara distinção entre GD e CP, o poder político frelimista considerou sempre que ambas as estruturas eram instrumentos de classe portadores de objectivos e interesses comuns (v. *Tempo*, n.º 341 de 17/4/1977).

⁶ Resolução sobre a criação dos sindicatos aprovada no IV Congresso do partido Frelimo (cf. *Tempo*, n.º 656 de 8/5/1983).

organização sindical corporativa montada pelo colonialismo, através da sua organização por sectores de actividade (v. *Tempo*, n.º 515 de 24/8/1980).

O IV Congresso confirma esta intenção política, aprovando especificamente uma resolução sobre a criação dos sindicatos. Fechando esta fase, realizou-se em Outubro de 1983 a “Conferência Constitutiva dos Sindicatos Moçambicanos”, com a presença de cerca de três centenas de delegados provenientes de todas as províncias do país e, aspecto da maior relevância política, de membros do *Bureau* Político do CC da Frelimo, da Comissão Permanente da Assembleia Popular e do Conselho de Ministros. Obviamente, Samora Machel marcou a sua presença com um discurso onde definiu as linhas políticas e ideológicas que deveriam orientar os sindicatos e a sua organização federadora, a OTM-CS. A contracorrente do processo de desmantelamento da natureza socialista do Estado moçambicano decidida pelo IV Congresso da Frelimo em 1983, Machel encamisou o novel movimento com os textos programáticos e, sobretudo, a retórica marxista-leninista do partido, na qual a luta contra a fome e a nudez assumia, por um lado, um carácter político concreto e, por outro, apresentava uma justificação compreensível para os trabalhadores sobre a existência dos sindicatos:

Os Sindicatos são a forma de organização das classes trabalhadoras moçambicanas na fase em que construímos o socialismo. As tarefas dos Sindicatos, sendo igualmente tarefas patrióticas, têm um conteúdo de classe mais profundo, têm um conteúdo socialista. Sob a direcção do Partido Frelimo, os Sindicatos organizam os trabalhadores moçambicanos para a realização das grandes tarefas definidas pelo 4º Congresso. Os Sindicatos serão, fundamentalmente, o nosso grande exército para a guerra que travámos contra a fome e a nudez. Serão o exército do Partido na guerra contra o subdesenvolvimento. [...] Os Sindicatos Socialistas serão a forja de consciência de classe dos trabalhadores moçambicanos. Serão a fábrica que produzirá a ideologia revolucionária do proletariado, o marxismo-leninismo (Machel 1983: 33-38).

Neste quadro, não poderia ter surgido nada diferente do que efectivamente surgiu: sindicatos e uma central sindical criados de cima para baixo, agrilhoados aos interesses da elite do Partido-Estado, que controlava os dirigentes sindicais, os métodos de funcionamento e os próprios recursos financeiros (v. Moyana 1993: 25). Mais, entre o partido e a OTM-CS e os seus sindicatos estabeleceram-se vias de circulação de dirigentes. Progressivamente, dando expressão concreta à descoincidência de interesses e objectivos, uns e outros afastaram-se dos cidadãos e dos trabalhadores. Nisto entroncam as causas profundas do que se viria a passar, mais tarde, com as privatizações. Completamente dependente do partido, autêntica

“correia de transmissão” segundo a concepção leninista, o movimento sindical rapidamente foi contagiado pelos fenómenos da burocratização e da autocracia que dominavam a vida política moçambicana.¹⁷ Quando a direcção frelimista impôs a liquidação do aparelho produtivo estatal, a elite sindical foi incapaz de reagir e de acompanhar o vivo sentimento de desconfiança dos trabalhadores que representavam e deviam defender. Não raro, os dirigentes sindicais afastaram-se das lutas travadas pelas bases. Se formalmente nada atava a OTM-CS ao Partido-Estado – desde o seu II Congresso que a organização sindical havia declarado a sua independência em relação ao poder político, aos partidos e ao patronato –,¹⁸ na prática assim não sucedia. Com efeito, sabemos bem que as relações de dependência e as lógicas clientelares não se removem por um golpe jurídico ou através de uma qualquer proclamação solene. Enraizadas nas práticas e na cultura das instituições e dos indivíduos, elas detêm, como mostra o caso moçambicano, uma capacidade de reprodução que vai muito para além da vontade daqueles que sobre elas pretendem agir.

Com a liquidação do aparelho produtivo à vista, o governo acaba por garantir o apoio daqueles que deveriam ser os mais firmes opositores das privatizações: os trabalhadores e o movimento sindical. Em boa parte sustentado nas referidas relações de subordinação deste à Frelimo, verificou-se a total rendição dos sindicatos em relação às privatizações, contribuindo assim para o acordo entre o Estado, o capital e o trabalho sobre a destruição do aparelho produtivo nacional, engendrado pela aplicação das propostas neoliberais exigidas pelas instituições do Consenso de Washington. A prostração política e ideológica do movimento sindical servia a Frelimo e o governo, ao assegurar a paz social mínima e a conservação do apoio de importantes segmentos da classe operária, tão necessário num momento em que se aproximavam as primeiras eleições multipartidárias.

No caso do caju, o Sintic concordou com a reestruturação. Conhecedores da estratégia do governo, que, entre outros aspectos, condicionava o pagamento dos salários em atraso à conclusão do processo de privatização, os dirigentes sindicais foram mais longe na claudicação, ao considerarem que a privatização se justificava no “quadro da dinâmica económica actual”, introduzindo somente a ressalva da preservação dos postos de trabalho

⁷ Esclareça-se que estes fenómenos não eram desconhecidos no mundo do trabalho. De facto, manifestou-se nos CP, como lucidamente denunciou Machel, ao exigir a máxima atenção dos sindicatos relativamente “ao perigo de caírem num estilo de trabalho autoritário ou burocrático” (1983: 40).

⁸ Realizado em 1990, esta posição, saída desse magno encontro sindical, é juridicamente sustentada pela lei 23/91 que no seu artigo 7º declara que as organizações sindicais são independentes e autónomas face ao Estado.

(*Notícias*, n.º 22.912 de 13/7/1994). Como precisou o então secretário-geral do Sintic,

a nossa posição era favorável à privatização [das fábricas], uma vez que elas nas mãos do Estado se encontravam obsoletas e praticamente paralisadas há mais de cinco anos. E sabíamos que o Estado não estaria em condições de fazer novos investimentos. Elas nas mãos do Estado não trouxeram qualquer resultado positivo. Nós ficámos lesados com a privatização dos grandes sectores económicos. De certa maneira, este movimento de globalização aparece numa situação em que o país está bastante fragilizado. Mas estamos contra a rapidez com que o processo foi e continua a ser feito, sem protecção dos direitos dos trabalhadores. Moçambique não tem subsídio de desemprego (Boaventura Mondlane, entrevista áudio).

O Sintic foi incapaz de identificar o que efectivamente estava em jogo e, com isso, alterar a posição tomada, nem mesmo quando a Unidade Técnica para a Reestruturação de Empresas (UTRE)⁹ o afastou do processo, num momento em que decorriam as privatizações das fábricas de Manjacaze, Inhambane, Machava e Chamanculo (*Notícias*, n.º 22.765 de 21/1/1994 e n.º 23.025 de 22/11/1994). As consequências são sentidas e reconhecidas:

Quando foi criado [em 1987] reunia 17.000 trabalhadores, a maior parte a trabalhar em empresas do Estado. Em 1995 é privatizado o sector, ano da introdução da liberalização da exportação de castanha, verificando-se actualmente uma situação caótica, com o despedimento maciço de 12.500 trabalhadores. Restam pouco mais de 1.000 no activo. Neste momento o sindicato tem um novo desafio: acompanhar uma situação desastrosa e com poucos membros. Tudo isto é uma história triste (Boaventura Mondlane, entrevista áudio).

As consequências foram devastadoras para o movimento sindical, colocando-o numa situação de fragilidade extrema. Apesar das dificuldades e dos constrangimentos que a história e as instituições lhes impõe, o movimento sindical moçambicano dá alguns sinais sobre o caminho que efectivamente almeja percorrer, quando nos seus textos de reflexão encontramos ideias tão fortes como a da “redistribuição do rendimento entre os grupos sociais nacionais, e entre estes e o capital internacional”, recusando qualquer estratégia de curto prazo, sem prejuízo do engajamento em “lutas tácticas diárias e pontuais [em prol da] luta diária para proteger o emprego

⁹ A UTRE é o órgão autónomo de coordenação do ministério das finanças moçambicano para a privatização das empresas estatais (v. www.tropical.co.mz/~parafirc/4_por.htm).

e o salário real” (*Documento de circulação interna da OTM-CS*, s.d).¹⁰ Como faz o secretário-geral do Sintic, com uma lucidez e sentido de classe quase surpreendentes, ao desejar que

os sindicatos possam ter um papel, com outras organizações, no debate sobre alternativas ao actual sistema. Aqueles que declaram a morte dos sindicatos são aqueles que dizem que uma concertação global é suficiente. Adoptando os princípios da OIT, em muitos países criaram-se as instituições tripartidas para criar um clima em que os interesses de classe não se coloquem com evidência. Mas eu penso que isso não vai ser possível (Boaventura Mondlane, entrevista áudio).

Apesar dos erros, claudicações e fracassos, o movimento sindical prossegue com as suas lutas. Em 1999, a greve geral realizada foi uma prova de afirmação sindical, tendo contado com a solidariedade de parte da sociedade civil. Posteriormente, ao longo da última década, a OTM-CS tem apresentado à Assembleia da República moçambicana inúmeras propostas, muitas delas merecendo a oposição de deputados da Frelimo, posição que exprime a alteração da composição de classes no interior deste partido, com a entrada de membros da burguesia e a transformação de parte da antiga burocracia dirigente em nova burguesia.

Considerações finais

Em meados dos anos de 1980, num momento em que o bloco socialista se mostrava já incapaz de oferecer a Moçambique uma solução alternativa à crescente influência e presença ocidentais, a elite dirigente abandonou definitivamente o projecto de um caminho relativamente autónomo à economia-mundo capitalista. A penetração do capitalismo, ao mesmo tempo que fere de morte as instituições preexistentes, transporta as contradições que se afirmam à medida que as desigualdades económicas e outras se acentuam. Com elas entrevê-se a propagação do conflito insanável que opõe, desde sempre, o capital ao trabalho, dominantes a dominados.

¹⁰ É certo, porém e em contraponto, que a prática está ainda muito longe do texto. Basta considerar, entre outros casos, o processo de constituição do comité sindical na unidade de Maputo da Shoprite, a grande cadeia de distribuição sul-africana, em que os dirigentes sindicais optaram por uma clara e escandalosa estratégia de alinhamento com o capital, apelando à contenção das reivindicações laborais dos trabalhadores, em particular salariais, sempre dependentes da melhoria da produção e da produtividade, segundo o entendimento dado pela entidade gestora (v. *Vertical*, n.º 115 de 22/7/2002). Esta situação não é nova, antes reproduz uma prática vinda dos tempos da Frelimo “marxista-leninista”. Como justamente salienta Moyana (1993: 35), trata-se de um modelo que entende o sindicato como um “instrumento de dinamização da produção e produtividade da empresa”, em que os comités de empresa, nomeados de cima para baixo, “funcionam, na prática, como agentes ou representantes do patronato junto dos trabalhadores”.

Trilhando caminhos bem conhecidos de outros países sujeitos a programas de ajustamento estrutural neoliberal, apresentados como fatalidade prescrita por quem tem força para prescrever, o património industrial foi alienado ao desbarato, sem que o Estado tenha conseguido cobrar as receitas legalmente estabelecidas e relacionadas com a sua venda. Quanto aos trabalhadores, acabaram por, no final deste processo, nem os postos de trabalho garantir. Em suma, o encerramento por atacado das fábricas, muitas delas recém-privatizadas, não compensado pela abertura de novas unidades, como se verificou no sector do processamento de castanha de caju, a destruição da base industrial produtiva e a redução da classe operária a um pequeno pedaço da que existia antes do arranque do processo são expressões concretas dos efeitos dos programas de ajustamento implementados em Moçambique (cf. Ribeiro 2010).

O fracasso do movimento sindical na sua acção contra as privatizações deveu-se, em boa medida, ao facto de a luta ter sido travada sobretudo contra os efeitos provocados pelo neoliberalismo e não contra este. A acção sindical tem também de passar por um posicionamento crítico em relação ao partido Frelimo. Este voltou a ser, de novo, uma frente mas de uma natureza muito diferente. Já não uma frente anti-colonialista, com um objectivo preciso, a derrota do exército colonial português e a independência nacional, mas, em rigor, uma frente com uma enorme multiplicidade de interesses e classes sociais, na qual a burguesia, como classe, e o neoliberalismo, como ideologia, são hegemónicos. Apesar de existir um espaço razoável para a acção sindical, que poderá ser acompanhada por movimentos sociais saídos de determinadas franjas da sociedade civil, colocam-se dois grandes obstáculos que estão longe de serem novos: uma classe operária com poucos efectivos, sujeita a um desemprego brutal que funciona como um travão para o desenvolvimento das lutas no espaço da produção e, por outro lado, uma população maioritariamente rural e escassamente escolarizada que, por tradição e necessidade, vive na dependência e é controlada pelos caciques locais, cuja legitimidade é fundada na autoridade tradicional, em reconstituição, e na autoridade electiva-democrática.

De certo modo, o movimento sindical moçambicano terá de se refundar, forçosamente a partir da invenção de estratégias e práticas de antagonismo político e social radicais em relação à Frelimo e ao capital. O futuro dos trabalhadores em Moçambique dependerá largamente da acção colectiva, introduzindo novas formas de solidariedade e cooperação com os movimentos sindicais de outros países, em especial com aqueles que se situam na zona austral do continente africano, fundamentais para melhor defender os interesses dos que estão em baixo, neste período conturbado do sistema

mundial que, mais do que anunciar o seu fim, é um sinal forte de uma nova reconfiguração que promete mudar a posição nele ocupada por alguns dos seus principais actores, os Estados-nação centrais, sem que quaisquer das suas principais contradições se apaguem.

Referências bibliográficas

- ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders (1994), *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo, Paddrigu/CEEI-ISRI.
- BRINTON, Maurice (1975), *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto, Afrontamento.
- DAVIES, Robert *et al.* (1980), *Syndicalist struggle, class struggle and socialist transition: a case study of the Texlom textile mill*. Maputo, CEA (texto policopiado).
- EGERÖ, Bertil (1992), *Moçambique: os primeiros dez anos de construção da democracia*. Maputo, AHM.
- HANLON, Joseph (1996), *Paz sem benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Maputo, CEA.
- HEDGES, David e Aurélio Rocha (1999), “A reestruturação da sociedade moçambicana (1938-1944)” in David Hedges (coordenação de), *História de Moçambique*. Maputo, UEM, vol. II: 83-127.
- HILMARSSON, Hilmar T. (s.d), *Cashew pricing and marketing in Mozambique (second draft)*. Washington, Banco Mundial (World Bank Working Paper).
- Intervenções dos delegados ao IV Congresso* (1985), Maputo.
- LEITE, Joana Pereira (2000), “A guerra do caju e as relações Moçambique-Índia na época colonial”, *Lusotopie 2000*: 295-332.
- LUXEMBURGO, Rosa, [1970 [1906]], “Questões de organização da social-democracia russa”, in Rosa Luxemburgo *et al.*, *Centralismo democrático*. Coimbra, e.t.: 33-61.
- MACHEL, Samora (1983), *Sindicatos organizarão os trabalhadores para matar a fome e a nudez*. Maputo, Edições do Partido Frelimo.
- MILANDO, João (2003), *O desenvolvimento participativo em contextos institucionais “adversos”: aspectos africanos*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (tese de doutoramento).
- MOYANA, Salomão (1993), “Problemas do sindicalismo em Moçambique”, in *Sindicalismo em Moçambique: experiências e desafios*: 25-37 (relatório e documentos de um seminário organizado em Maputo).
- PITCHER, Anne (2003), “Sobreviver à transição : o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique”, *Análise Social*, vol. XXXVIII (168): 793-820.
- Relatório do Comité Central ao IV Congresso* (1983), Maputo.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2010), *Entre martelos e lâminas: dinâmicas globais, políticas de produção e fábricas de caju em Moçambique*. Porto, Afrontamento.
- ROEMER, John E. (1994), *A future for socialism*. Cambridge, Harvard University Press.
- ROESCH, Otto (1992), “Reforma económica em Moçambique: notas sobre a estabilização, a guerra e a formação das classes”, *Arquivo*: 11, 5-35

Do esgotamento revolucionário à (neo)dependência capitalista

- STALINE, José [1972 (1926)], *Questões do leninismo*. Vila Nova de Famalicão, e.t.
- STIGLITZ, Joseph E. (2003), *Globalization and Its Discontents*. Nova Iorque, W.W. Norton.
- TCHÍRKINE, V. e Iú. Iúline (1983), *O Estado de orientação socialista*. Moscovo, Progresso.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1998), *O capitalismo histórico (seguido de) A civilização capitalista*. Vila Nova de Gaia, Estratégias Criativas.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2002) *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis, Vozes.
- WUYTS, Marc (1990), “Gestão económica e política de ajustamento em Moçambique”, *Estudos Moçambicanos*, 8: 97-124.

Trabalho, profissões e género: Alguma mobilidade em contexto de reprodução social

Manuel Carlos Silva

Introdução: o problema

O trabalho é um conceito nuclear, ainda que contestado e questionado a partir de diversas concepções. Independentemente da diversidade de sentidos, trata-se de um conceito e de uma realidade incontornável em termos de identidade social, pelo que importa evidenciar as suas relações e interconexões sobretudo em torno da velha questão central da reprodução *versus* mobilidade social.

No âmbito de uma pesquisa em torno das desigualdades de género no trabalho e na vida privada, foi aplicado, entre outros instrumentos e técnicas de ordem quantitativa e qualitativa, um inquérito a 802 pessoas em Portugal Continental, distribuídas por sexo, idade, profissão, tipo de residência (rural ou urbano), activo-não activo.^[1] Com base neste inquérito que abrangia diversas vertentes e dimensões, foi possível recolher dados e analisar vários aspectos em torno do trabalho.

Um dos tópicos da referida pesquisa centrou-se na questão da igualdade de oportunidades, incidindo especificamente sobre a igualdade de oportunidades por género. Neste texto resituarei o problema no próprio conceito de (des)igualdade de oportunidades, suas raízes teóricas e ideológicas. Deixando para um outro tratamento posterior e mais aprofundado a (des)igualdade de oportunidades em termos de género, fixar-me-ei aqui no problema da (des)igualdade de oportunidades *tout court*, convocando uma série de teorias que se prendem com as precondições ou pré-requisitos básicos acerca da

¹ Tratou-se de uma investigação coordenada pelo autor do texto no quadro de um projecto aprovado e financiado pela FCT e finalizado em 2011 (PTDC/SDE/72257/2006). No âmbito desta pesquisa foi realizado um inquérito a nível de Portugal continental, cuja amostra por quotas e não representativa teve em conta diversas variáveis, sendo de esclarecer que quanto à variável activo-não activo considerou-se a distinção entre pessoas activas no formal sistema de emprego e as não activas (estudantes, desempregados, reformados, domésticas), mesmo quando estas possam ser activas nomeadamente no âmbito doméstico.

igualdade de oportunidades, cuja ausência ou presença e respectiva medida remete para a problematização dos processos de manutenção/reprodução das desigualdades e/ou sua diminuição/superação, respectivamente seja pelo chamado mecanismo de mobilidade social, seja pela transformação social de estrutura. Especificando, em que medida o actual sistema económico, social e político vigente reproduz as desigualdades pré-existentes ou permite a alteração dessas situações? E, se possibilita, qual o seu significado e alcance? Trata-se duma transformação substancial que abre as avenidas da mobilidade social a todos os cidadãos e cidadãs no gozo das suas liberdades fundamentais e dos seus direitos cívico-políticos e económico-sociais ou restringe-se a um número mais ou menos restrito de grupos e indivíduos?

Após o necessário enquadramento conceptual e teórico em torno da reprodução e mobilidade social, daremos alguns dados indicativos dalguma mobilidade social que constituem casos de excepção face a processos regulares e recorrentes de reprodução social intergeracional.

Trabalho, reprodução e mobilidade social: concepções em confronto

Trabalho é um conceito e uma característica nuclear em todas as sociedades. Se o significado etimológico de castigo (*tripaliare*=trabalhar=torturar) remetia para uma concepção expiatória, foram diversos os significados que o trabalho teve ao longo da história e nos diferentes tipos de sociedades. No entanto, o seu significado dominante emerge na idade moderna e é conceptualizado nas sociedades contemporâneas. Sem menosprezar os contributos dos liberais e dos socialistas utópicos, foi de facto Marx (1974) quem, de modo inovador, veio conceber o trabalho como uma actividade produtora de valores de uso e, no quadro do modo de produção capitalista, também de valores de troca, de mercadorias. O trabalho compreende não só a transformação da natureza como comporta aspectos relacionais entre classes sociais.

Numa perspectiva estruturo-funcional (Parsons 1988), o trabalho constituiria uma base para ordenar estatutos e papéis, um indicador de classificações profissionais. Porém, o trabalho não possui apenas dimensões estruturais e comporta outros aspectos (base de sustento, recompensa, motivo de satisfação, utilidade social) e é socialmente construído através de acções e significados subjectivamente atribuídos pelos actores sociais, quer dizer, não se limita à produção material de bens mas inclui todos os processos de produção de valores de uso e de troca, incluindo serviços.

De modo análogo mas numa perspectiva diferente, foram Marx e Engels (1976) quem, no quadro do esquema infraestrutura e superestrutura, abordaram o

trabalho e correlativas condições técnicas como o factor estruturante para a compreensão e a explicação das dinâmicas sociais, políticas e simbólicas no mundo social. Posteriormente, autores neomarxistas, bem como accionalistas e transaccionalistas (Weber 1978, Simmel 1977, Barth 1966, entre outros) introduziram abordagens multidimensionais sobre o trabalho, problematizando a relação do económico com o político, o cultural e o religioso e possibilitando novos enfoques. Se para os primeiros autores referidos a técnica constituiria o fundamento da sociedade e do mundo político-simbólico, para os segundos ela só é compreensível a partir da acção social e, para outros ainda como Parsons (1988), ela não pode mesmo prescindir das ideias e do pensamento como factor estruturante da própria técnica.

A questão central subjacente à problemática da reprodução e/ou mobilidade sociais reside em saber como é que se distribuem os recursos e as recompensas por cidadãos de diversas classes, etnias e géneros, como é que os portadores destas condições se reproduzem intra e intergeracionalmente no seu próprio seio e/ou conhecem processos de mobilidade vertical ora em sentido descendente ora em sentido ascendente.

Sobre esta questão têm-se perfilado diversas respostas teóricas que importa, sob forma resumida, enunciar e expor. Assim, autores como Parsons (1988), Davies e Moore (1976), Dahrendorf (1959) e Bell (1977), considerando as sociedades modernas democráticas e abertas ao ponto de, pela via educacional e pelo mérito próprio, oferecerem igualdade de oportunidades e seleccionarem os melhores, sustentam que a mobilidade social dos indivíduos é o traço dominante de tais sociedades. Ou seja, contrariamente às sociedades tradicionais, em que o estatuto de um indivíduo é configurado na base das relações de sangue, parentela ou de compadrio, nas sociedades modernas a mobilidade é o facto recorrente, o que implica, em grande medida, a negação do princípio da reprodução social na base da classe ou de critérios adscriptivos.

Nesta óptica, se, por um lado, as sociedades modernas conhecem um maior nivelamento social que nas sociedades anteriores, por outro, tal não implica que se caminhe no sentido da igualdade social, o que é, segundo estes e outros autores, utópico e impossível. De resto, a posição teórica da inevitabilidade das desigualdades sociais, como um dado inerente e universal a todas as sociedades, conhecendo justificações diversas ao longo do tempo, veio a ser legitimada por Durkheim (1977), que, assumindo como positiva a divisão social do trabalho e subsequente diferenciada recompensa em função das aptidões e competências, considera os comportamentos como resultantes da sociedade, da consciência colectiva. Esta ideia será retrabalhada e desenvolvida pela corrente (estrutural)funcionalista designadamente por Davis e

Moore (1976) e, de modo mais sistémico, por Parsons (1988) e Merton (1970). Nesta perspectiva, as desigualdades sociais são justificadas a partir do pressuposto da existência de uma relação directa entre o mérito individual e as recompensas oferecidas pela sociedade em contraste com os critérios adscritivos de nascimento, parentais ou compadrios, legitimadores das desigualdades da velha ordem tradicional. Mais, segundo Dahrendorf (1959, 1990), entre outros, as desigualdades posicionais e processos de mobilidade decorreriam das capacidades e das acções diferenciadas dos indivíduos em aproveitar ou não as oportunidades oferecidas. Tratar-se-ia de tomar em mãos as oportunidades oferecidas pela sociedade aberta e democrática. Se, porém, subsistem desigualdades ou exclusões, tal se deve a que, no quadro da igualdade de oportunidades, as diferentes capacidades de resposta dos indivíduos resultam numa incontornável desigualdade de lugares posicionais. Ou seja, uma vez assegurados os princípios da liberdade e da criação de igualdade de oportunidades, as desigualdades sociais seriam decorrentes do princípio meritocrático, largamente propagado pelos teóricos e ideólogos da área liberal em termos políticos, entre os quais Dahrendorf (1990) e Bell (1977) mas também por autores de orientação social-democrata como Van Heek (1956) e Berting (1956), para quem a tese da mobilidade social é destacada e reassumida como fenómeno frequente, numa perspectiva convergente com outros autores neoinstitucionais e mesmo liberais.

Há nestes autores uma acentuação do papel dinâmico dos actores sociais, enquanto configuradores das próprias estruturas sociais. De resto, esta posição é defendida não tanto por teóricos da estratificação de inspiração (estruturo)funcional – que assumem serem as normas e os valores do sistema social os princípios constituintes dos diversos estatutos e papéis – mas mais por correntes accionistas e, em particular, por neweberianos como Dahrendorf (1959) e Parkin (1979), os quais destacam as relações de poder como factor decisivo dos diversos lugares. Próxima desta corrente accionista é de referir a corrente interaccionista, a qual, afastando-se e contestando as premissas estruturo-funcionais, realça mais os processos de interação, negociação e concertação entre os actores sociais (cf. Goffman 1974).

Num pólo oposto situam-se as teorias marxistas (Althusser 1972, Poulantzas 1975, Wright 1978 e 1985) e marxisantes como Bertaux (1978), Bourdieu e Passeron (1975) e Wacquant (1991), os quais sustentam, uns de modo (quase) absoluto e categórico, outros apenas como regra tendencial, que as desigualdades sociais designadamente as condições de classe reproduzem-se intra e intergeracionalmente. As eventuais mudanças horizontais de sector para sector não infirmariam esta tese, cujos defensores partem do pressuposto que, não se alterando os pressupostos básicos das desigualda-

des sociais inerentes a determinados sistemas, as diversas instituições e mecanismos jurídicos, socio-económicos e políticos (casa, propriedade, herança, migrações e sistema educacional e judicial, partidos) tenderão a reproduzir as referidas desigualdades sociais. Porém, nesta perspectiva, se, por um lado, se afirma o princípio da reprodução social intra e intergeracional, por outro, não se assume a desigualdade social como uma fatalidade da natureza humana nem sequer como efeito do princípio meritocrático mas antes como resultado de um determinado grau de acesso e posse de determinados recursos designadamente dos meios de produção em diversos modos de produção e da correspondente dominação das classes exploradoras sobre as dominadas e exploradas ao longo da história. Segundo Poulantzas (1975), o aspecto fundamental da reprodução das relações sociais não é o dos ‘agentes’, mas o da reprodução das classes sociais. Acentua-se, nesta interpretação marxista, o largo predomínio da estrutura sobre a agência, os actores sociais.

O debate centrado entre a primeira e a segunda posições encontra-se algo enviesado e até viciado pela interferência de justificações de carácter ideológico. Enquanto à posição dos teóricos da reprodução social subjaz a ideia de que as desigualdades sociais designadamente de classe, constituindo uma consequência do funcionamento de modos de produção exploradores e opressivos, só poderão ser banidas através da socialização dos meios de produção e da instauração de uma sociedade socialista, os defensores clássicos da tese da mobilidade social intra e intergeracional partem do pressuposto que cada indivíduo será remunerado na sua função de acordo com o seu talento e/ou mérito e, por isso, a actual sociedade moderna, sem eliminar as desigualdades sociais, permite a todos a igualdade de oportunidades e, portanto, a possibilidade legal e real de ascensão social. No fundo, também esta posição pretende, de modo subliminar e subreptício, veicular a ideologia de que, se os indivíduos o quiserem e investirem nesse sentido, poderão, desde que acedam aos critérios vigentes e se conformem com os padrões dominantes, ascender socialmente. É por esta razão que os marxistas rejeitam a teoria da mobilidade social como regra, acusando os seus defensores de tal constituir uma forma de alienação político-ideológica favorável à burguesia, na medida em que cria expectativas irrealistas e irrealizáveis para a esmagadora maioria dos membros das classes assalariadas ou destituídas de recursos. Ora, mesmo que tal possa constituir parte integrante da ideologia burguesa, trata-se de deslindar o real do ideológico e aferir até que ponto se verifica ou não um determinado grau de mobilidade, sem cair noutra ponta de partida, também ele apriorístico e ideológico.

Outros autores, neo-marxistas e/ou críticos do marxismo tradicional (Bader e Benschop 1988, Benschop 1993), bem como outros pós-marxistas

e/ou neoweberianos como Giddens (1975) e Goldthorpe (1972, 1987), aceitando *grosso modo* a tese da reprodução social, admitem contudo, sobretudo em sociedades modernas ou em transição para a modernidade, um maior ou menor grau de mobilidade social não só no sentido descendente – o que é aliás reafirmado pelos marxistas em relação a processos de proletarianização e, até mais ou menos visível, pelo menos, a longo prazo em diversos contextos históricos – mas também em sentido ascendente. Os processos de mobilidade social dependem e variam certamente de sociedade para sociedade e, eventualmente, de local para local e de período a período histórico.

Aplicando esta tese à questão referida, tal implicaria que determinada estrutura social permite a reprodução e/ou o reforço social da maior parte dos membros de cada grupo social no seu seio mas admite que, em determinadas conjunturas e circunstâncias proporcionadas pela mobilidade espacial e respectivas oportunidades de vida, potenciação e investimento de determinadas capacidades, habilidades e demais recursos, possam ora influenciar ora inflectir as trajectórias biográficas ao ponto de tornar-se possível uma subida social. Do mesmo modo, a ocorrência de determinados ambientes adversos, a falta de oportunidades e a ocorrência de certos contratempus (doença, epidemia, desemprego, perseguição política) podem desembocar numa descida social. Nesta perspectiva, trata-se de, sem perder de vista os constrangimentos estruturais e a lógica da reprodução social, relevar o facto de alguns actores sociais nas suas trajectórias e estratégias em base individual, familiar ou patrocinal poderem mover-se socialmente.

Com base em dados quantitativos obtidos da referida pesquisa empírica, inclino-me para esta terceira posição na medida em que, explicitando uma perspectiva teórica crítica dos posicionamentos meritocráticos e sustentando o quadro teórico da tese da reprodução social aplicável à grande maioria das famílias e indivíduos, não posso deixar de avaliar outros que, em maior ou menor medida, conheceram situações de melhoria social e, inclusive nalguns casos, de mobilidade social ascendente, a par dos casos de mobilidade descendente. Perfilhando um olhar teórico cruzado, incorporando contributos neomarxistas e weberianos e tendo em conta a manutenção ou alteração das posições sociais avaliadas pelos tipos de profissão entre os pais dos inquiridos, dos próprios inquiridos e dos seus filhos, situo-me numa posição de abertura teórica ao conjugar elementos que permitam justamente analisar quer as predominantes situações de reprodução, quer alguns casos de mobilidade social.

Em Portugal, embora tenham sido já produzidos vários trabalhos sobre as classes e desigualdades de classe, são ainda poucos os estudos no panorama português sobre os processos de reprodução, recomposição e mobi-

lidade social.^[2] De resto, os estudos sobre reprodução e mobilidade social têm-se limitado, na maior parte dos casos, a ensaios ou monografias locais (Marques, Silva e Veiga 2006). As representações em torno da possibilidade de melhoria e sobretudo de mobilidade social são propiciadoras de um amortecimento da conflitualidade e reivindicação laborais e mesmo de consentimento com o estado de coisas, seja do prisma das relações de género, seja do das relações de exploração e dominação em termos de classe, tal como o desenhou e desenvolveu Burawoy (1979) e, em Portugal, Silva (1998) em contexto rural minhoto sobre o campesinato e Estanque (1999) em contexto fabril, nomeadamente entre os operários do calçado em S. João da Madeira. Mas voltemos a confrontar estes posicionamentos teóricos com os dados empíricos recolhidos.

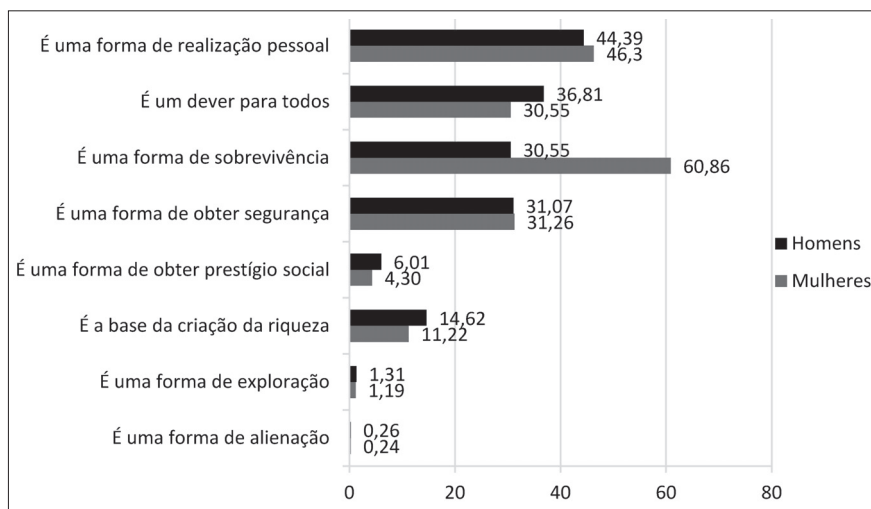
Trabalho e profissões

Feita uma breve introdução teórica sobre o trabalho e seus significados, equacionados os vários posicionamentos sobre os processos de reprodução e mobilidade social, convirá numa primeira abordagem empírica ter em conta os significados mais salientes nas respostas dos inquiridos independentemente do sexo. Com efeito, as respostas mais destacadas são as que vêem o trabalho como simples ‘forma de sobrevivência’ (60,5%) como ‘forma de realização pessoal’ (45,3%), e/ou como ‘forma de segurança’ (31,2%), sendo minoritárias ou residuais outras representações, como podemos ver, quando feita a análise diferenciada por sexo (ver Figura 1).

As respostas diferenciadas por sexo sobre o significado do trabalho dadas pelos inquiridas(as) não se afastam muito das respostas indiferenciadas, sendo, todavia, de relevar um mais acentuado número de respostas de mulheres que vêem o trabalho como uma forma de sobrevivência por comparação com os homens (60,86% *vs.* 30,55%). Está longe das representações das pessoas inquiridas a ideia originária da abordagem clássica marxista do trabalho enquanto ‘forma de alienação’ ou até mais corrente a da ‘forma de exploração’. Sem que estas concepções estejam ausentes, as respostas mais destacadas são, como foi referido, as que vêem o trabalho como simples ‘forma de sobrevivência’ (60,5%) e/ou como ‘forma de obter segurança’ (31,2%), complementadas ou contrastando com outras opiniões como sejam a de ser uma ‘forma de realização pessoal’ (45,3%), a que poderia agregar-se

² Sobre classes sociais, importa ter presente os estudos de Almeida (1986) e Pinto (1985), Silva (1998, 2007 e 2009), Costa (1987), Estanque e Mendes (1997), Estanque (1999), Costa, Mauriti e Martins (2004), Pereira (2006), Queiroz (2007). Sobre recomposição social, cf. Almeida, Costa e Machado (1994), Pereira (2006).

Figura 1. Significado do trabalho por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=802 (383 Homens; 419 Mulheres)

‘uma forma de obter prestígio social’ e, por fim, pela evidência, como ‘base de criação de riqueza’ ou ainda, de modo ritual, como ‘um dever para todos’. Alguns dos entrevistados foram bem claros a respeito da importância do trabalho:

“O trabalho para mim é apenas a sobrevivência; ou, para outros, como base para conseguir comprar uma casa” (E2, homem, 43 anos, divorciado, operário da construção civil)

Outros confirmam a importância básica do trabalho em termos identitários:

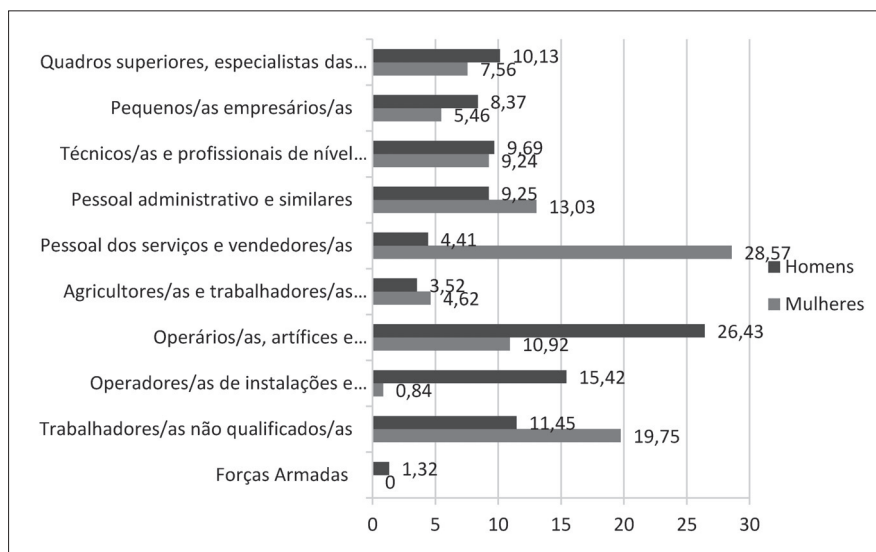
“Para a nossa identidade o trabalho é o mais importante, pois ele dá-me acesso a todos os bens materiais, sem ele não somos nada”. (E11, mulher, 37 anos, divorciada, bancária)

Considerando o *ratio* entre activos e inactivos, ou seja, entre os que exercem actividade profissional e os não activos em termos profissionais, constata-se uma relação de 58% para os primeiros e 42% para os segundos. Se se diferenciar por sexo, 59% dos homens estão entre os activos *versus* 57% das mulheres, contrapostos a 43% de mulheres não activas *versus* 41% de homens não activos, em termos formais. Importa, contudo, referir que o critério de activo como sinónimo de trabalhador e não activo como não trabalhador é inadequado, uma vez que uma parte considerável de cida-

dão dados como não activos tais como idosos e trabalhadores/as na esfera doméstica trabalham e contribuem inclusive directa ou indirectamente para a produção de bens e serviços e inclusive para a realização da mais-valia.

Uma variável nuclear na explicação dos comportamentos sociais são os grupos profissionais, cuja distribuição, segundo o inquérito, atesta que a maior parte dos inquiridos são trabalhadores assalariados (operários, operadores), somando 26,45 %, a que, agregando-se quer o pessoal dos serviços e vendedores, quer os trabalhadores não qualificados (32,47%), perfaz 58,92%. Se incluirmos os trabalhadores assalariados da administração e similares chegamos a uma percentagem de 70,1%. Os restantes distribuem-se por técnicos profissionais de nível intermédio e quadros superiores e especialistas intelectuais e de profissões científicas (18,28%) e, por fim, pequenos empresários, agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura (4,9%). Se destrinçarmos a análise das profissões por género, importa saber até que ponto é significativa a variável género na configuração dos tipos de profissões predominantes entre homens e mulheres, o que nos é dado pelos resultados expressos na figura 2:

Figura 2. Grupos profissionais por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=465 (227 Homens; 238 Mulheres)

Tal como podemos constatar na figura 2, há profissões mais “masculinas” e outras mais “femininas”, mostrando, do ponto de vista estatístico, uma correlação significativa entre o tipo de profissão e o sexo ($\chi^2 = 98,97$, $gl = 9,465$, $p < 0,001$). Assim, salvo os casos de técnicos e profissionais de nível intermédio e de agricultores e trabalhadores qualificados/as com taxas idênticas ou aproximadas, verificam-se profissões mais femininas que masculinas (trabalhadores não qualificados e pessoal administrativo) e outras esmagadoramente femininas (trabalhadoras não qualificadas e pessoal dos serviços e vendedoras). Em contrapartida, são actividades e funções mais masculinas as dos pequenos empresários, quadros superiores e especialistas de profissões intelectuais e científicas e acentuadamente masculinas as profissões de operários e operadores de instalações.

Pretendendo saber como se distribuem as diversas profissões por escalões etários, a tabela 1 apresenta-nos os seguintes resultados:

Quadro 1. Profissões por escalões etários (%)

Profissão	Escalões etários					
	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos	65 ou mais anos
Quadros superiores, Especialistas das profissões intelectuais e científicas	-	10,9%	7,8%	8,6%	7,4%	-
Pequenos empresários	-	6,3%	6,3%	6,4%	7,5%	-
Técnicos e profissionais de nível intermédio	4,0%	10,9%	12,5%	10,6%	3,7%	-
Pessoal administrativo e similares	24,0%	20,3%	4,7%	14,9%	3,7%	9,1%
Pessoal dos serviços e vendedores	44,0%	35,9%	32,8%	25,5%		9,1%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	-	-	-	2,1%	29,6%	18,2%
Operários, artífices e trabalhadores similares	20,0%	6,3%	12,5%	6,4%	14,8%	18,2%
Operadores de instalações e máquinas de montagem	-	1,6%	-	-	3,7%	-
Trabalhadores não qualificados	8,0%	7,8%	23,4%	25,5%	29,6%	45,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IDG, 2011; N=465 (227 Homens; 238 Mulheres)

Na tabela verifica-se que nos escalões etários mais idosos (>50 anos) sobressaem trabalhadores não qualificados, agricultores, operários, artífices e pessoal administrativo (55%). Em contraponto, nos escalões etários intermédios (entre 35 e 54 anos) e mais novos (< 34 anos) registam-se, além de profissionais intermédios, pessoal de serviços e vendedores, conhecendo outros como os pequenos empresários uma maior dispersão.

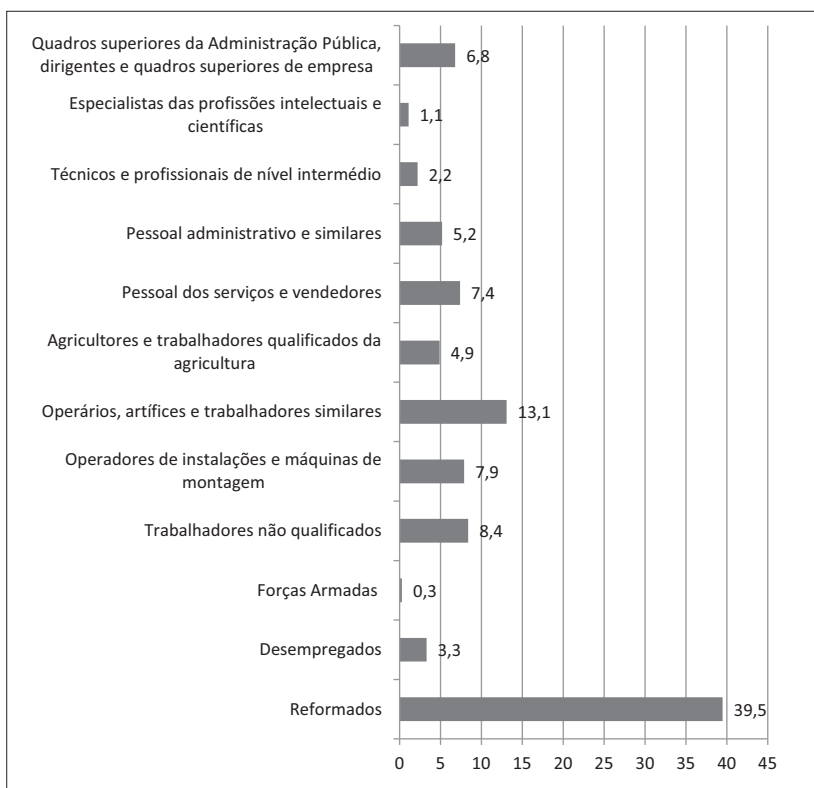
Entre as profissões passadas dos pais e as profissões actuais dos inquiridos e dos filhos

Antes de fornecer um panorama das profissões passadas dos pais até às profissões actuais dos inquiridos, impõe-se fornecer uma breve contextualização histórica da formação social portuguesa das últimas décadas. Com efeito, Portugal conheceu desde os anos 60 e 70 do século XX uma notável transformação na passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade que, embora com traços de modernidade, tornou-se debilmente industrial e basicamente de comércio e serviços. Donde, quando encarada esta transição à luz do problema da reprodução ou mobilidade social, pode haver a tentação de inferir mobilidade social ascendente quando na realidade tratar-se-á de mobilidade social horizontal atendendo ao enquadramento de dois tipos de sociedade: uma de carácter mais agrário que envolveu a grande parte dos pais dos inquiridos ou mesmo parte dos próprios inquiridos e os inquiridos de gerações mais jovens. No xadrez da hierarquia social, por exemplo, um operário não qualificado na indústria, mesmo quando tenha conhecido melhoria social, retém relativamente a mesma posição na estrutura que um assalariado no contexto rural e, por isso, apenas terá conhecido uma mobilidade social horizontal. Mas voltemos à caracterização profissional dos inquiridos e suas famílias.

Relativamente à profissão dos pais-homens dos inquiridos/as, os casos da amostra distribuem-se pelas seguintes profissões (ver Figura 3). Da figura se pode ler que uma parte considerável de pais dos inquiridos são reformados (39,5%), seguindo-se 13,1% de operários e similares, 8,4% de trabalhadores não qualificados, 7,9% de operadores de instalações e máquinas, 7,4% pessoal de serviços e vendedores, 6,8% quadros superiores da administração pública e 5,2% pessoal administrativo e similares, sendo os demais residuais.

Se, porém, diferenciarmos estes resultados por sexo dos inquiridos não se verificam diferenças significativas. Se, na maior parte das profissões, se constatarem percentagens aproximadas por sexo, nalgumas verifica-se contudo

Figura 3. Profissões actuais dos pais-homens dos inquiridos (%)

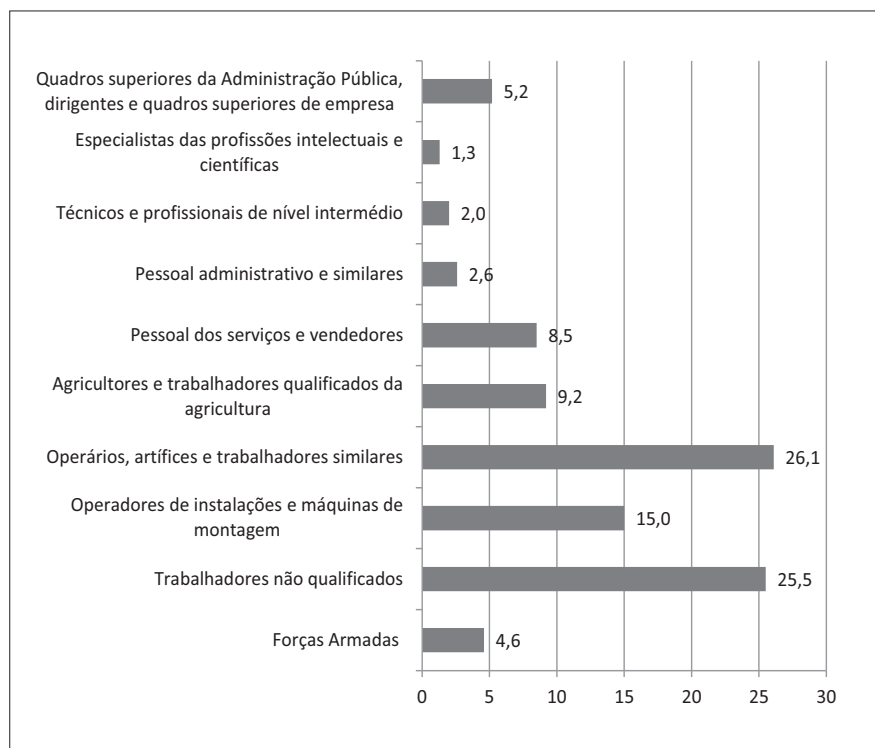


Fonte: IDG, 2011; N=367

uma certa diferença: mais operários e similares que operárias (15,6% *vs.* 10,8%), mais mulheres no grupo do pessoal de serviços e vendedores (9,3% *vs.* 5,2%) e mais operadores que operadoras de instalações (9,8% *vs.* 5,8%).

Por fim, relativamente às profissões passadas dos pais-homens dos inquiridos, obtivemos os seguintes resultados (ver Figura 4). Atendendo aos resultados obtidos acerca da profissão passada e a profissão actual do pai, verificamos, em termos globais, uma recomposição dos lugares profissionais ocupados no passado face ao presente. Assim, verifica-se uma diminuição de operários e similares, operadores de instalações e máquinas e trabalhadores não qualificados, passando de 66,6% no passado para 29,4% no presente, não obstante considerarmos que parte dos 39% de reformados pertencerá a estas categorias. Quanto ao pessoal administrativo e dos serviços, há uma percentagem ligeiramente superior no presente em relação ao passado, embora insignificante (12,6% *vs.* 11,1%).

Figura 4. Profissões passadas dos pais-homens dos inquiridos (%)



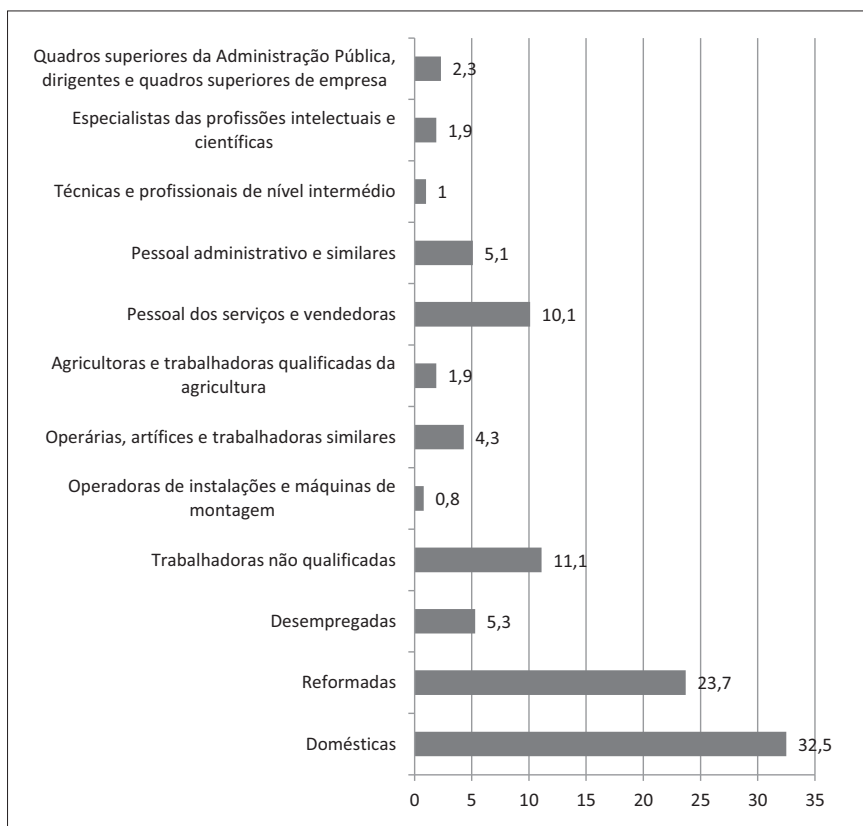
Fonte: IDG, 2011; N=153

Já no que respeita as profissões mais qualificadas desde os técnicos de nível intermédio, passando pelos especialistas das profissões intelectuais e científicas, até aos quadros superiores da Administração Pública, há uma ligeira maior presença actualmente que no passado (8,5% no passado *vs.* 10,1% no presente).

Considerando os 367 casos válidos, entre as profissões mais representativas encontram-se os operários e afins, seguindo-se o pessoal de serviços, vendedores e afins, trabalhadores não qualificados. A moda será constituída não pelos activos mas pelos reformados.

Procurando obter o mapa de distribuição das profissões actuais das mães dos inquiridos, os resultados expressos na figura dão conta dessa distribuição:

Figura 5. Profissões actuais das mães dos inquiridos (%)

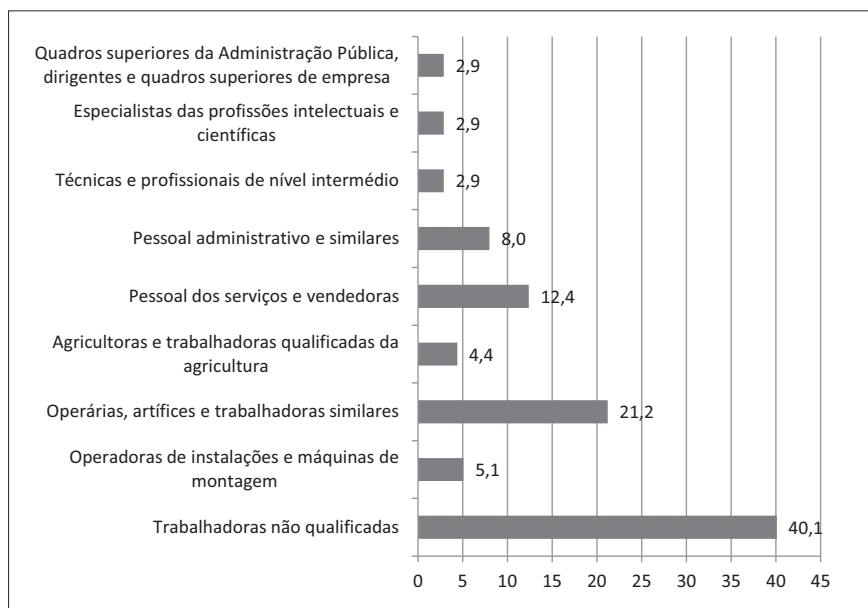


Fonte: IDG, 2011; N=486

Tal como se pode verificar, uma parte considerável das mães são referidas pelos inquiridos como domésticas ou reformadas (56,2%), sendo de mencionar ainda 5,3% de desempregadas. Das restantes, são de relevar as trabalhadoras não qualificadas e as que integram o pessoal dos serviços e vendedoras, somando no total 21,2%. Num segundo patamar podemos juntar as mulheres-mães semi-qualificadas dos sectores técnico e administrativo (6,1%), além da agricultura (1,9%). Por fim, num nível mais qualificado, 4,2% como especialistas de profissões intelectuais e quadros superiores da administração pública.

A fim de poder comparar as profissões actuais ou passadas das mães dos inquiridos, procuramos saber a distribuição das profissões passadas da mãe, o que nos é dado de modo geral na figura 6:

Figura 6. Profissões passadas das mães dos inquiridos (%)

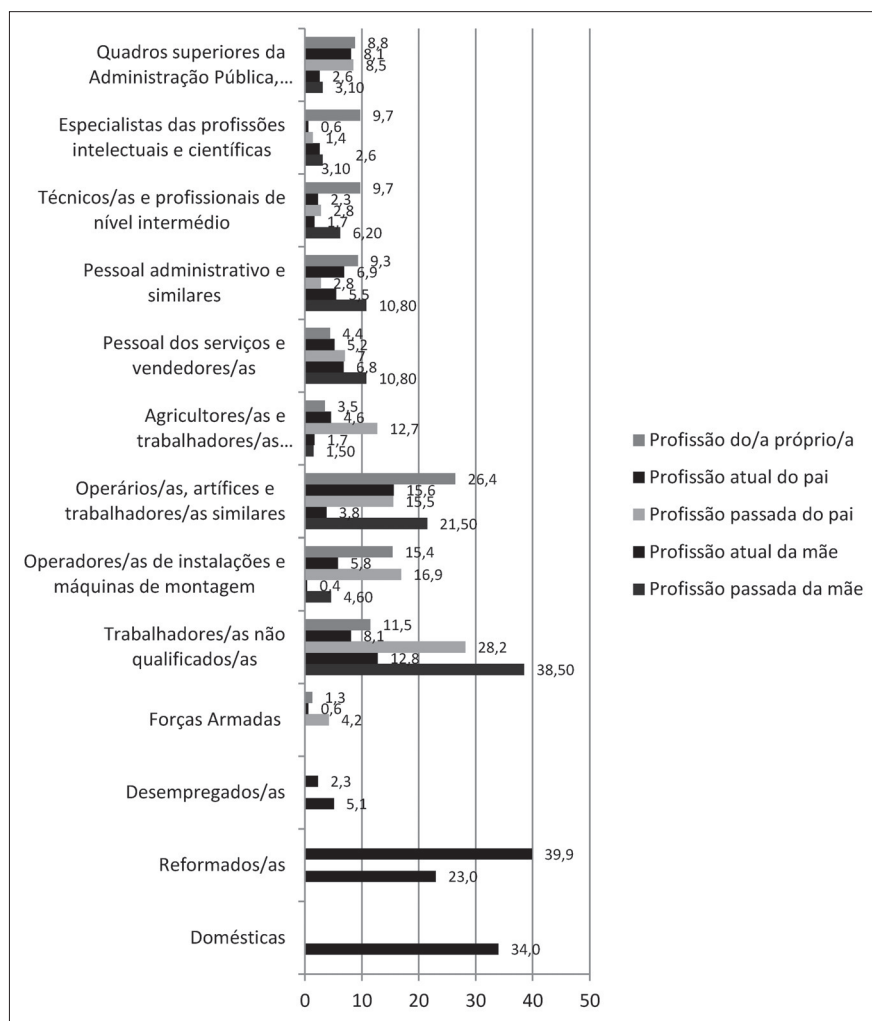


Fonte: IDG, 2011; N=137

Dos dados expostos se infere que a grande parte das mães dos inquiridos era composta por trabalhadoras não qualificadas (40,1%), seguidas de operárias e similares (21,2%), trabalhadoras de serviços e vendedoras (12,4%), o que perfaz 73,7%, evidenciando o baixo nível de trabalhos não qualificados, de resto em consonância com o baixo grau de qualificações. Estes dados tornar-se-ão mais relevantes, se introduzirmos uma perspectiva geracional comparativa das profissões actuais dos inquiridos em relação aos pais dos mesmos, cujos dados nos são dados pela figura 7.

Comparando as profissões actuais dos inquiridos/as em relação às profissões passadas dos respectivos pais-homens e mães, o que ressalta, em primeiro lugar, é, salvo os casos das mães domésticas e pais e mães reformadas presentes entre as gerações dos pais dos inquiridos, o facto de se verificarem algumas variações geracionais com maior presença de profissões menos qualificadas entre os pais e uma maior expressão de profissões mais qualificadas entre os filhos inquiridos. Por outras palavras, há, aliás em consonância com a elevação das habilitações no país, uma melhoria em termos de tipos de profissões mais qualificadas entre as gerações activas e mais jovens em relação às passadas ou mesmo actuais dos seus pais, o que visível nas profissões progressivamente mais qualificadas.

Figura 7. Profissões actuais dos inquiridos



Fonte: IDG, 2011; N=153

No entanto, em segundo lugar, importa ter presente um processo mais marcante que é o da reprodução social entre as profissões dos pais passadas e actuais dos pais e as dos filhos, ou seja, no conjunto dos inquiridos, estes, na sua grande maioria, situam-se, com ligeiras percentagens, em profissões próximas ou similares às dos seus pais. Fixando-nos concretamente e apenas nas profissões actuais de inquiridos homens e as passadas e actuais dos seus pais-homens constatamos 11,5% vs. 8,1% actual e 28,2% passada entre trabalhadores não qualificados; 15,4% vs. 5,8% actual e 16,9% pas-

sada dos pais entre operadores de instalações e máquinas; 26,4% *vs.* 15,6% actual e 15,5% passada dos pais como operários, artífices e similares; 3,5% *vs.* 4,6% actual e 12,7% passada do pais como agricultores e similares, o que é denotativo do abandono da profissão de agricultor pelas gerações mais novas; 4,4% *vs.* 5,2% actual e 7% passada dos pais-homens como pessoal de serviços e vendedores.

Em profissões ditas intermédias e progressivamente mais qualificadas, verifica-se um ligeiro aumento destas profissões entre os filhos inquiridos sobre as actuais e passadas dos pais: 9,3% *vs.* 6,9% actual e 2,8% passada dos pais-homens como funcionários administrativos e similares; 9,7% *vs.* 2,3% actual e 2,8% passada como técnicos e profissões de nível intermédio; 9,7% *vs.* 0,6% actual e 1,4% passada como especialistas de profissões qualificadas. Finalmente, relativamente a quadros superiores da administração pública e directores/empresários, verifica-se uma situação clara de reprodução no topo: 8,8% dos filhos *vs.* 8,1% actual e 8,5% da passada dos pais-homens.

Comparando as profissões actuais das inquiridas em relação às profissões passadas dos respectivos pais, designadamente das mães, o que releva também, em primeiro lugar, é, salvo os casos das mães domésticas e pais e mães reformadas presentes entre as gerações dos pais dos inquiridos, o facto de se verificarem algumas variações geracionais com maior presença de profissões menos qualificadas entre os pais e uma maior expressão de profissões mais qualificadas entre as mulheres-filhas inquiridas. Verifica-se assim uma relativa melhoria geracional em termos de tipos de profissões mais qualificadas entre as novas e actuais gerações em relação às passadas ou mesmo actuais dos seus pais, o que visível nas profissões progressivamente mais qualificadas.

No entanto, importa também destacar, em segundo lugar, um processo mais marcante que é o da reprodução social entre as profissões passadas dos pais e as actuais dos pais e as das filhas, ou seja, no conjunto dos inquiridos a grande maioria destas situa-se, com ligeiras percentagens, em profissões próximas ou similares às das suas mães, mais concretamente e fixando-nos apenas no registo feminino, entre as profissões actuais das mulheres inquiridas e as actuais e passadas das suas mães: 11,5% *vs.* 12,8% actual e 38,5% passada entre trabalhadoras não qualificadas, 15,4% *vs.* 16,9% actual e 4,6% passada da mãe entre operadoras de instalações e máquinas; 26,4% *vs.* 3,8% actual e 21,5% passada das mães como operárias, artífices e similares; 3,5% *vs.* 1,7% actual e 1,5% passada das mães como agricultoras e similares, o que é denotativo do abandono da profissão de agricultora pelas gerações mais novas; 4,4% *vs.* 6,8% actual e 10,8% passada das mães como pessoal de serviços e vendedoras.

Em profissões progressivamente mais qualificadas verifica-se uma proximidade de posições mas com maior expressão entre as filhas: 9,3% *vs.* 5,5% actual e 10,8% passada das mães como funcionárias administrativas e similares; 9,7% *vs* 1,7% actual e 6,2% passada como técnicas e profissões de nível intermédio; 9,7% *vs* 2,6% actual e 3,1% passada como especialistas de profissões qualificadas. Por fim, 8,8% *vs* 2,6% actual e 3,1% passada como quadros superiores da Administração Pública e directoras, sendo nesta última bem clara uma situação de melhoria relativa das mulheres inquiridas em relação às suas respectivas mães.

Finalmente, procurando ter uma ideia do conjunto e peso das profissões actuais por parte dos filhos, verificamos, pelos resultados expressos no Anexo, uma distribuição de profissões em que sobressaem as profissões pouco ou não qualificadas com 23,5% (operários, trabalhadores não qualificados), seguidas de operadores de máquinas, técnicos e pessoal administrativa nos escalões intermédios (22,1%) e, em terceiro lugar, uma não desprezável percentagem de profissões qualificadas (10,8%). Em todo o caso, convém ser prudente na análise pois podem estar subestimadas profissões potencialmente mais qualificadas pelo simples facto de serem ainda jovens ou mesmo estarem em formação.

Se pretendermos uma panorâmica geral sobre a profissão passada dos sucessivos filhos dos/as inquiridas, podemos verificar uma distribuição de profissões em que sobressaem com maior expressão as profissões pouco ou não qualificadas com 53,3% (operários, trabalhadores não qualificados), seguidas de operadores de máquinas, técnicos e pessoal administrativa nos escalões intermédios (23,4%) e, em terceiro lugar, uma não desprezável percentagem de profissões qualificadas (10%).

Comparando as profissões passadas e presentes, designadamente do primeiro filho, verifica-se um conjunto maior de profissões não qualificadas ou menos qualificadas do que as actuais profissões dos filhos, o que pressupõe que os filhos mais novos tiveram mais oportunidades de avançar em habilitações literárias do que os primeiros filhos/as.

Conclusão

Neste texto, começando por sustentar a relevância do trabalho e seus diversos significados, assim como contrastar as diversas concepções teóricas sobre o mesmo no campo sociológico, centramos a reflexão em torno dos processos de reprodução e/ou mobilidade social, para o que convocamos e revisitamos os principais posicionamentos teóricos, não raro perpassados de enviesamentos ideológicos extremados, quer no sentido da tese generalizada

da mobilidade social sustentada por sociais-democratas e sobretudo liberais, quer na sustentação da tese do determinista da reprodução social.

Procurou-se caracterizar e comparar as profissões dos inquiridos por sexo e das profissões destes, primeiro, com as profissões passadas e actuais dos pais e, também, das passadas e actuais dos inquiridos, para, por fim, com alguma prudência, oferecer um breve quadro da distribuição dos filhos, em idade activa, pelos diversos tipos de profissões, atendendo a que só uma parte destes estará em idade activa.

Os dados obtidos vieram confirmar a validade e a pertinência da tese da reprodução social intra e intergeracional como um processo amiúde presente nas actuais sociedades capitalistas, embora se verifiquem algumas deslocamentos e recomposições das posições de classe, as quais representam uma melhoria relativa de posições com profissões intermédias e/ou mais qualificadas, sem que tal signifique, na maior parte dos casos, uma mobilidade social ascendente na medida em que esta implica uma mudança de classe (por exemplo, da classe operária para pequena burguesia). Em regra, verifica-se uma reprodução social em classes ou camadas idênticas ou similares às dos pais ou, quando muito, a transição de uma posição de operário para a de funcionário e, mais frequente, de trabalhador/a de comércio e serviços.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, João Ferreira (1986), *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- ALMEIDA, João Ferreira, *et. al.* (1994), “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos” in A. Reis (coord.) *Portugal – 20 anos de Democracia*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- ALTHUSSER, Louis [1972 (1965)], *Pour Marx*, Paris: Maspero.
- BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1988), *Ongelijkheden*, Groningen: Wolters Noordhoff.
- BARTH, Frederic (1966), *Models of Social Organization*, Londres: Royal Anthropological Institute.
- BELL, Daniel (1977), *O advento da sociedade pós-industrial. Uma tentativa de previsão social*, São Paulo: Editora Cultrix.
- BENSCHOP, Albert (1993), *Klassen. Ontwerp van een transformationele klassenanalyse*, Groningen: Wolters-Noordhoff.
- BERTAUX, Daniel (1977), *Destinos sociais e estrutura de classe*, Lisboa: Moraes Editora.
- BERTING, J. (1965), “Statusincongruentie en sociale mobiliteit” in *Sociologische Gids*: 12,1: 2-18.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris: Minuit
- BOURDIEU, Pierre (1980), *Le sens pratique*, Paris: Minuit.

- BOURDIEU, Pierre e Passeron, Jean Claude [1975(1970)], *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- BURAWOY, Michel (1979), *Manufacturing Consent*. Chicago e Londres: University of Chicago Press.
- COSTA, António Firmino da (1987), “Novos contributos para velhas questões da teoria das classes sociais” in *Análise Social*, vol. XXIII, 98: 635-686.
- COSTA, António Firmino et. al. (2004), “Classes Sociais na perspectiva comparada: estruturas europeias e activas e instrumentos de análise” in *APS, V Congresso Português de Sociologia*, Braga, Universidade do Minho.
- DAHRENDORF, Ralf (1959), *Class and Class Conflict in Industrial Society*, Londres: Routledge & Kegan Paul.
- DAHRENDORF, Ralf (1990), “A New Social Contract” in R. Dahrendorf (org), *The Modern Social Conflict – An Essay in the Politics of Liberty*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- DAVIS, Kingley e MOORE, Wilbert E. [1976 (1945)], “Alguns princípios de estratificação” in O. Velho et al. (orgs.) *Estrutura de classes e estratificação social*, Rio de Janeiro: Zahar Editores: 115-132.
- ESTANQUE (1999), *Entre a fábrica e a comunidade*, Porto: Afrontamento.
- ESTANQUE, Elísio e MENDES, José Manuel (1997), *Classes e desigualdades sociais em Portugal. Um estudo comparativo*, Porto: Afrontamento.
- GIDDENS, Anthony (1975), *A estrutura de classes nas sociedades avançadas*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- GOFFMAN, Erving (1974), *Les rites d'interaction*, Paris: Minuit.
- GOLDTHORPE, John H. [1972 (1953)], “La estratificación Social en la sociedad industrial” in R. Bendix e S. Lipset (orgs.), *Clase, Status y Poder*, Madrid: Euramérica. vol. I: 385-412,
- GOLDTHORPE, John H. (1987), *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*, Oxford: Oxford University Press.
- MARQUES, Ana Paula; SILVA, Manuel Carlos e VEIGA, Carlos (2006), *Assimetrias de Género e Classe. O caso das empresas de Barcelos*, Barcelos: Kerigma.
- MARX, Karl [1974 (1867)], *O Capital*, Lisboa: Delfos.
- MARX, Karl e Engels, Friedrich [1976(1846)], *A ideologia alemã*, Lisboa: Presença.
- MERTON, Robert (1970), *Sociologia: teoria e estrutura*, S. Paulo: Editora Mestre Jou.
- PARKIN, Frank (1979), *Marxisme and Class Theory: a Bourgeois Critique*, Londres: Tavistock Publications.
- PARSONS, Talcott (1967), “Una revisión analítica de la teoría de la estratificación social” in *Ensayos de Teoría Sociológica*. Buenos Aires: Paidós: 333-378.
- PARSONS, Talcott [1988(1951)], *El sistema social*, Madrid: Alianza Editorial.
- PEREIRA, Virgílio Borges (2005), *Classes e culturas de classe das famílias portuguesas*, Porto: Afrontamento.
- POULANTZAS, Nicos (1975), *Classes in Contemporary Capitalism*, Londres: NLB.
- QUEIROZ, Maria Cidália (2007), “A teoria das classes sociais em Bourdieu: primado das relações de concorrência sobre as de subversão. Qual o efeito social desta teoria?” in

- J. M. Pinto e V. B. Pereira (orgs.), *Pierre Bourdieu. A Teoria da prática e a Construção da Sociologia em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto:Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (2007), “Classe social: condição objectiva e acção colectiva” in J.M. Pinto e V.B. Pereira (orgs) *Pierre Bourdieu. A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*. Porto:Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (2009), *Classes Sociais: condição objectiva, identidade e acção colectiva*, Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- SIMMEL, Georg (1977), *Sociologia. Estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Revista de Occidente/Alianza Editorial.
- VAN HEEK, F. (1956), “Some Introductory Remarks on Social Mobility and Class Structure” in *Transactions of the 3.e World Congress of Sociology*, vol 3.
- WACQUANT, Loic (1991), “Making Class: The Middle Cass(es) in Social Theory and Social Structure” in S. G. McNall *et al.* (orgs.) *Bringing Class Back in: Contemporary and Historical Perspectives*. Boulder, San Francisco e Oxford: Westview Press.
- WEBER, Max [1978 (1920)], *Economy and Society*, editado por G. Roth e C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press.
- WRIGHT, Eric Olin (1978), *Class, Crisis and the State*, Londres: NLB.
- WRIGHT, Eric Olin (1985), *Classes*, Londres, Nova Iorque: Verso.

Anexo

Filhos dos casais inquiridos: profissão actual (%)

Profissão actual	Percentagem de casos válidos					
	Filho 1	Filho 2	Filho 3	Filho 4	Filho 5	Filho 6
Quadros superiores da Administração Pública\Directores	4,6	3,4	5,6	4,2	-	-
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	10,8	11,2	12,7	-	-	-
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	5,2	6,2	4,2	12,5	10,0	14,3
Pessoal Administrativo e Similares	12,7	14,6	12,7	8,3	-	-
Pessoal dos Serviços e Vendedores	14,4	17,4	11,3	20,8	10,0	14,3
Agricultores e trabalhadores qualificados da Agricultura	0,7	-	-	-	-	-
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	16,3	14,6	14,1	16,7	30,0	28,6
Operadores de Instalações e Máquinas de Montagem	4,2	9,6	5,6	8,3	20,0	-
Trabalhadores não qualificados	7,2	7,3	9,9	12,5	20,0	42,9
Forças Armadas	2,3	-	-	-	-	-
Desempregado	10,5	9,6	15,5	8,3	10,0	-
Reformado	1,3	0,6	-	-	-	-
Estudante	7,5	3,9	4,2	8,3	-	-
Doméstica	2,3	1,7	4,2	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IDG, 2011 (Filho1 N= 306; Filho 2 N= 178; Filho 3 N= 71; Filho 4 N= 24; Filho 5 N= 10; Filho 6 N=7)

Efeitos do trabalho sobre a saúde e o bem-estar: Compreender as diferenças para intervir nas iniquidades

Maria de Oliveira Carvalho Rito

Introdução

Vários estudos sobre o trabalho têm encontrado diferenciações importantes na existência de vantagens e desvantagem sociais entre os indivíduos com diferentes estatutos profissionais, aparecendo, entre os principais factores de influência negativa, ter profissão não qualificada e mal remunerada, ter um contrato de trabalho precário ou não ter contrato, baixa autonomia no emprego, ambiente físico e ou relacional mau, área de actividade de alto risco de doença e acidentes, ou ainda outros, menos visíveis mas não menos preocupantes, de que destacamos, ter emprego desajustado ao seu diploma profissional ou viver de pequenos trabalhos ocasionais insuficientes para pagar os mínimos da sobrevivência. Em contraponto com estes sujeitos, outros trabalham em condições mais favoráveis, sendo-lhes atribuído melhor estatuto profissional e social que lhes permite manter melhor nível de saúde e bem-estar.

A influência exercida pelas diferentes condições de vida a que cada um se sujeita, ou está sujeito, ao perturbar o estado geral do equilíbrio humano, propicia contudo formas de viver mais ou menos favoráveis que na saúde se refletem não apenas nos indicadores de mortalidade e morbilidade, mas também noutras dimensões menos cartesianas, como as da saúde “positiva” e da qualidade de vida, cujo conhecimento exige um olhar mais ontológico, compreensivo e interpretativo, não só por parte de quem vive esses processos mas também doutros actores que com eles se confrontam, nomeadamente dos investigadores e dos cuidadores.

Assim, reconhecida a forte relação do mundo do trabalho com a saúde e qualidade de vida, vários organismos internacionais e nacionais com missão nesta área (ILO^[1], EU-OSHA^[2], AISS^[3], DGS^[4], IDICT^[5]) vêm referindo a

¹ ILO - International Labour Organization

² EU-OSH - European Agency for Safety and Health at Work

³ AISS - Associação Internacional para a Segurança Social),

⁴ DGS- Direcção Geral de Saúde

⁵ IDICT - Instituto para o Desenvolvimento das Condições do Trabalho)

necessidade de se esclarecerem melhor as relações existentes entre estas duas variáveis⁶. Nesta investigação debruço-me sobre o impacte do trabalho na saúde e bem-estar de uma população de indivíduos de idade igual ou superior a 18 anos e nela participaram 251 (54%) indivíduos do sexo feminino e 214 (46%) do sexo masculino, residentes no concelho de Braga.

O Trabalho e suas facetas

Ao longo da história da Humanidade poucas foram as civilizações que viveram em completo isolamento e que não obtiveram do seu trabalho benefícios pelo reconhecimento de tais serviços. As populações das diferentes sociedades comunicavam entre si e trocavam os excedentes da sua sociedade pois outros, obtendo com isso ganhos que permitiam elevar o nível de vida, proporcionando-lhes não apenas meios de subsistência mas também redimensionando-os face aos resultados conseguidos com o seu trabalho, que ora lhes abria ou fechava novas oportunidades e lhes permitia realizar mais ou menos aspirações.

A natural procura da felicidade levou o homem à descoberta de melhores condições de trabalho e a especializar-se cada vez mais (Durkheim, 1984: 9) para assim obter mais vantagens sociais, traduzíveis normalmente em cadeias de melhores oportunidades de vida, mais lucro, mais poder, melhor estatuto, melhores condições de vida, e mais saúde e bem-estar.

As doenças profissionais e sobretudo a sinistralidade mortal resultante do trabalho têm sido os indicadores comparativos mais usados sobre desenvolvimento entre os países, donde resulta alguma intervenção política que, embora mais retórica do que operativa, se vai reflectindo no quotidiano do trabalho. Contudo, o valor atribuído à saúde é sempre difícil de avaliar, dado que, como é sabido, a saúde não se sente e muito dificilmente a conseguimos medir. Pelo contrário, somos capazes de falar de dor e de doença com muito mais objectividade e medi-la até com alguma precisão. Esta é uma das razões por que é muito menos comum tomarmos iniciativas por vontade própria para prevenir as doenças do que para lhes procurar a cura.

Alguns indicadores de saúde ocupacional apontam-nos diferenças no tipo e na forma como as manifestações de doença e da sinistralidade se distribuem pelos diferentes grupos sociais, registando-se à medida que o esta-

⁶ Neste sentido, a realização deste trabalho de investigação “Efeitos do trabalho sobre a saúde e o bem-estar”, tem lugar no âmbito da minha actividade docente na unidade curricular opcional “Saúde Ocupacional”, do 4º ano do curso de Licenciatura em Enfermagem da Universidade do Minho, representando também um subsídio de interesse para o estudo que realizo como doutoranda sobre desigualdades sociais de saúde, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

tuto social baixa um aumento da probabilidade de se ser acometido por acidentes de trabalho e por certos tipos de doença. Especificamente no que respeita à profissão e à condição perante o trabalho, também os trabalhadores menos qualificados, os desempregados e as mulheres, vivem em condições sociais mais desfavorecidas e sofrem mais os efeitos das desigualdades perante a saúde.

Assim, as atitudes e as acções adoptadas para a manutenção de uma boa saúde estão associadas às condições de existência que condicionam não só a capacidade económica para fazer certas escolhas protectoras, mas também as condições ambientais em que o trabalho decorre, a autonomia para não se expôr a certas adversidades, limitando ainda, frequentemente, o acesso a conhecimentos úteis no âmbito dos riscos profissionais evitáveis e a motivação para viver uma vida familiar e social tão saudável e gratificante quanto possível.

Os indicadores de higiene, saúde e segurança no trabalho oficiais a nível nacional, tal como os internacionais, orientam-se fundamentalmente para a doença e para a morte e só de forma muito ténue refletem a valorização da saúde e do bem-estar. Estimativas da *International Labour Organization* (Uva, 2005) apontam para que em cada dia morram 5.000 trabalhadores como resultado das doenças ligadas ao trabalho e que, em cada ano, ocorram 270 milhões de acidentes de trabalho com mais de três dias de “baixa” e se diagnostiquem 160 milhões de casos de doenças associadas ao trabalho.

Note-se, portanto, que as doenças profissionais, apesar de terem uma ordem de grandeza semelhante à dos acidentes de trabalho, não têm merecido a mesma atenção política nem social (*European Agency for Safety and Health at Work*, 2004). É que os acidentes apresentam-se como factos agressivos perante a opinião pública e deixam mal vistas as empresas e os países onde ocorrem. Por outro lado, há dificuldade de encontrar uma relação indubitável entre as causas da doença e os agentes nocivos a que a profissão diariamente sujeita, o que faz com que os processos se arrastem nos tribunais de trabalho e só raras vezes se consiga provar a relação causal.

Sem dúvida que muitas doenças são concomitantemente causadas por agentes profissionais e não profissionais e nem sempre é fácil “medir” o peso relativo correspondente. No entanto, as estatísticas incluem nos indicadores de doença e acidente de trabalho todas aquelas situações de doença (ou de acidente), cujos agentes profissionais contribuem, de alguma maneira, para a causa ou para o agravamento dessas alterações da saúde, independentemente de estarem na sua origem ou de interferirem com a respectiva evolução (op cit.). Essa agregação de situações de doença e acidente contribui para o aumento da visibilidade das relações existentes entre trabalho

e doença (Uva, 2006), mas continua a ser esquecida a importância que o ambiente e as condições que o trabalho podem ter como meio de promoção da saúde e de bem-estar dos trabalhadores e das suas famílias.

Aspectos Metodológicos

Com este estudo de cariz teórico-empírico. Com base numa amostra de indivíduos do concelho de Braga, pretendo apreender em que medida o estatuto ocupacional influencia a saúde e o bem-estar. Tomo como variáveis em estudo “Estilos de vida”, “Modos de vida”, “Percepções de saúde” e “Estatuto ocupacional”, cuja definição segue:

Estilo de Vida – designa um conjunto de práticas e comportamentos, conscientes ou inconscientes, tomados como escolhas individuais pelas quais o sujeito pode ou não optar, mas que são condicionados. Pressupõe-se que o sujeito possa ter necessidade de contrariar a sua vontade para fazer as escolhas mais acertadas. Para o efeito pretendido incluímos o consumo de álcool, tabaco, problemas com álcool/drogas e consumo de medicamentos.

Modos de Vida – remete para os sinais e manifestações sistemáticas, à semelhança do que Bourdieu chamou de habitus, “resultantes duma história e integração do meio social, que *acabam por sedimentar um sistema de símbolos de distinção dos agentes sociais, que se exprime explicitamente em torno de gostos, valores e julgamentos, inclusive estéticos*”, (Montagner (2006: 125), e que são condicionados pelas condições de existência. Aqui fizemos recair o conforto da casa, os hábitos alimentares, a ocupação dos tempos livres, a participação em actividades de utilidade comunitária, a realização de actividades de grupo e as práticas religiosas.

Percepção de Saúde – assume-se como sentimento subjectivo, simbólico-representativo, face às expectativas criadas acerca da saúde. Aqui observamos o que os sujeitos sentem acerca do seu perfil de saúde nas dimensões: percepção de saúde geral, doença crónica, doença não crónica, incapacidade física ou mental, colesterol, diabetes, HTA, visão, audição, saúde dentária, stress, lesão ou acidente

Estatuto Ocupacional – visto como resultado da estratificação ocupacional face à conjugação do tipo de ocupação profissional com a escolaridade e com o rendimento individual.

A colheita dos dados foi realizada aplicando, com base numa amostra aleatória, um questionário sob forma de entrevista, realizado no domicílio da família, durante o ano de 2007. Responderam ao questionário 476 inquiridos, 257 (54,0%) do sexo feminino e 219 (46,0%) do sexo masculino,

registando-se uma média de idades de $46,05 \pm 16,31$ anos, com intervalo de variação de 18 a 90 anos.

Para a análise dos dados usamos, para a análise descritiva, a Média, Desvio padrão, Máximo/Mínimo e, para a análise inferencial, Correlações para as variáveis ordinais (Ró Spearman) e Qui-quadrado para as variáveis nominais. O programa estatístico utilizado foi o SPSS versão 15,0. Todos os resultados foram considerados estatisticamente significativos para valores de $p < 0,05$

Resultados

Resultados da Análise Descritiva

No sentido de melhor se fazer o enquadramento dos resultados obtidos apresentamos alguns dados de caracterização socio-demográfica da amostra e empresarial do concelho.

Caracterização socio-demográfica

Pese embora o concelho de Braga seja todo ele classificado como urbano, apresenta algumas marcas de ruralidade, que todavia nos parecem insuficientes para se poder classificar alguma zona como predominantemente rural. Por essa razão, optamos por manter a classificação tripartida das freguesias do território nacional de 1998 (INE, 1998), e não a de 2009^[7], tendo observado que da nossa amostra, 69,7% (332) residem em área “Urbana”(AU); 17,9% (85) em área predominantemente urbana (APU) e 12,4% (59) em área medianamente urbana (AMU).

Distribuição da Amostra por Grupo Etário.

A maioria dos indivíduos pertence á classe etária dos 25-34 anos (24,1%), seguida da classe dos 45-54 e dos 35-44 anos (20,0% e 19,8% respectivamente). As classes menos frequentes são as dos 18-24, 75-80 e mais do que 80 anos (4,1%, 3,7% e 2,2 % respectivamente). Porém, ainda podemos concluir que os homens apresentam uma percentagem superior à das mulheres nas classes etárias dos 18-24; dos 25-34; dos 45-54; dos 55- 64; dos 65- 74 e mais do que 80 anos, invertendo-se a relação nas classes etárias dos 35-44 anos e dos 75-80 anos.

⁷ TIPAU, INE, 2009 - consiste numa classificação tripartida das freguesias do território nacional em Áreas predominantemente urbanas – (APU), Áreas medianamente urbanas – (AMU), e Áreas predominantemente rurais – (APR).

Estado Civil

Quanto ao estado civil dizem ser casados ou vivem em união de facto 63,8% (290), solteiros 23,9 % (114), divorciados/separados 6,1% (29) e viúvos 6,1% (29).

Escolaridade

O nível de instrução em termos gerais é baixo, registando 42,5% menos que 9 anos de escolaridade; porém, 19,2% respondeu ter completado curso superior, mestrado ou doutoramento

Quadro 1. Escolaridade

Escolaridade	Nº	%
<4ª classe	20	4,2
4º ano	112	23,7
6º ano	69	14,6
9º ano	79	16,7
11,12,7º ano antigo ou equivalente.	102	21,6
Cur sup/mest/dout	91	19,2

Fonte: INE, 1998, Concelho de Braga

Rendimento Individual

São conhecidas várias razões para que na resposta a um inquérito se omitam os rendimentos tais como receios de eventuais efeitos fiscais, dificuldade de cálculo, quando provém de várias fontes, vergonha. Da mesma forma, no nosso estudo, também 20,5% dos sujeitos não quiseram ou não souberam responder. Dos resultados obtidos observamos que 4,9% dizem viver com menos de 250 € mensais, valor muito abaixo da linha de pobreza, e que uma percentagem bastante elevada (43,2%) localiza o seu rendimento em valor igual ou inferior a 700 €.

Quadro 2. Rendimento Individual

Rendimento Individua (mensal)	Nº	%
Menos de 250	23	4,9
251-500	105	22,2
501-700	76	16,1
701-1000	79	16,7
1001-2000	63	13,3

Efeitos do trabalho sobre a saúde e o bem-estar

Rendimento Individual (mensal)	Nº	%
2001-3000	19	4,0
3001-5000	6	1,3
5001 ou mais	4	0,8
Não sabe	97	20,5

Fonte: INE, 1998, Concelho de Braga

Situação Face ao Trabalho

Nesta rubrica observamos que 5,3% se identificaram como desempregados, 18% como reformados e que apenas 51% responderam estar empregados a tempo inteiro. Sabemos no entanto, que devido ao forte agravamento do desemprego nos últimos tempos em todo o espaço nacional, este último dado se encontra quase duplicado, facto que, dada a centralidade que o trabalho ocupa na vida das pessoas, representa, sem dúvida, motivos de grande preocupação para a saúde (Ramos, 2000)^[8]

Quadro 3. Situação Face ao Trabalho

Situação face ao trabalho	Nº	%
Empregado a tempo inteiro	242	51,2
Empregado a tempo parcial	24	5,1
Doméstica/o	33	7,0
Desempregado	25	5,3
Estudante	15	3,2
Reformado	87	18,4
Outro	2	0,4

Fonte: INE, 1998, Concelho de Braga

Hierarquização do Estatuto Ocupacional

Para construir a hierarquização do estatuto ocupacional, assumida como variável independente, usamos a classificação Marktest (1992), que conjuga a profissão com o rendimento e a escolaridade. Esta classificação, que foi construída com o objectivo de fazer um escalonamento social indicativo do poder de compra dos diversos serviços, inclui em nosso entender caracterís-

⁸ “O trabalho desempenha um papel central nas nossas vidas e dele podemos retirar diferentes tipos de recompensas: materiais, na medida em que recebemos uma remuneração pelos serviços prestados; sociais, pelos contactos com outras pessoas que o trabalho permite; prestígio, pelo estatuto social associado às funções desempenhadas; valorização/pessoal, enquanto fonte de auto-estima, identidade e meio de realização pessoal.” (Ramos, 2000).

ticas comuns para a procura de saúde e dos serviços de saúde, razão pela qual a preferimos em detrimento da Classificação Nacional das Profissões que, embora permita maior leque de comparações com outros estudos, não considera o efeito cumulativo das variáveis supra citadas.

Da nossa observação, e após o reagrupamento das respostas dos sujeitos inquiridos, obtivemos uma hierarquização ocupacional em 10 grupos que a seguir apresentamos:^[9] 1. Quadros superiores; 2. Quadros médios; 3. Técnicos especializados; 4. Pequenos proprietários; 5. Empregados dos serviços/comércio/administrativos; 6. Trabalhadores qualificados/especializados; 7. Trabalhadores não qualificados/ não especializados; 8. Desempregados; 9. Estudantes; 10. Domésticas/os.

Figura 1. Estratificação Ocupacional



Fonte: INE, 1998, Concelho de Braga

⁹ Nota: por opção metodológica, os reformados foram tratados como activos, de acordo com actividade profissional que desenvolveram no passado.

Distribuição dos Grupos Ocupacionais por sexo

Pela observação da distribuição dos grupos Ocupacionais segundo o sexo, verificamos que os homens se fazem representar mais do que as mulheres principalmente nos Quadros Superiores e na ocupação de Trabalhador Qualificado especializado. Por seu turno, as mulheres estão mais representadas nos Empregados dos serviços/comércio/administrativo, Trabalhadores não qualificados/não especializados e Domesticas/os.

Dimensão das Empresas

Dado que a dimensão das empresas, as suas condições de higiene, conforto e as relações no trabalho são importantes factores de influência na saúde, quisemos saber como os sujeitos da amostra percebem estes indicadores e obtivemos os seguintes resultados: Da totalidade das respostas 73% das empresas têm menos do que 10 trabalhadores, inscrevendo-se por isso no conceito de pequena ou micro-empresa. Este dado por si só não se apresenta como factor de preocupação, podendo até funcionar como condição propiciadora de bom espírito grupal e de solidariedades, mas ela pode também ser opressora, quando as relações pessoais, entre colegas de trabalho são más especialmente quando o patrão está permanentemente próximo e é excessivamente exigente, controlador e/ou pouco tolerante.

Condições de Trabalho

Colocada a pergunta “Quanto à higiene, iluminação, segurança, temperatura e relações entre colegas e patrões, como classifica a empresa onde trabalha/trabalhou”, apenas 9% lhe dá uma classificação de Má ou Muito Má, respondendo 61% que a acha Boa ou Muito boa.

Aqui importa lembrar que muitas destas respostas são dadas em situação de auto-emprego, em que o sujeito se sente parte responsável da situação e ainda o facto de este conceito ser muito subjectivo, impregnado de “significações” construídas nos contextos próprios de vida (mais precários ou mais favoráveis) que influenciam as percepções da realidade e limitam o direito a maiores aspirações dos que são pouco escolarizados e oferecem baixos rendimentos, os quais representam uma fatia importante da amostra.

Autonomia no Emprego

Para conhecer a percepção dos nossos sujeitos acerca da sua autonomia no trabalho colocamos três situações (abaixo referidas) e perguntamos: “Quem decide sobre os seguintes aspectos de seu trabalho”. Ao contrário do que esperávamos, as respostas são indicativas de um elevado nível de autonomia: 42% dizem que decidem sozinhos quando deve chegar ou sair do seu

emprego; 58% dizem que decidem sózinhos quando abrandar o ritmo de trabalho e 29,15% dizem poder decidir sozinhos tirar um dia de folga ou férias sem descontar no ordenado ou ter que o compensar.

Esta situação que *a priori* parece evidenciar um elevado nível de bem-estar laboral e social poderá pelo contrário estar relacionada com um grande número de trabalhadores por conta própria forçados, por dificuldade de encontrar emprego, ser um reflexo das novas formas de emprego, como o trabalho em casa, à peça, sem contrato, ou em micro empresas familiares, muitas vezes sem remuneração e onde a definição de direitos e obrigações é muito reduzida, do elevado número de trabalhadores a recibo verde e com prestação de serviços pontuais, do trabalho *on-line* a partir de casa, bem ou mal pago, entre outras situações.

Resultados da Análise Inferencial

Estatuto Ocupacional / Modos de Vida

Do cruzamento do *Estatuto Ocupacional* com um elenco de variáveis de Modos de Vida observamos que os indivíduos com melhor estatuto ocupacional tendem a dizer que a sua casa é mais confortável, que têm mais cuidados com a alimentação, que praticam mais actividades nos seus tempos livres e que comem com mais frequência alimentos ricos em colesterol.

A respeito da forma como ocupam o seu tempo livre colocamos a pergunta “Participa em algum grupo de actividades?”, verificando-se que existe uma associação estatisticamente significativa, embora fraca (0,124) entre os grupos sociais e a participação em grupos de actividades ($p=0,008$), tendendo os indivíduos das classes superiores a participar em grupos de actividades com mais frequência (2,7). Nestas actividades se incluiu ir ao ginásio, fazer croché, jogar cartas, etc.

Quadro 4. Estatuto Ocupacional / Modos de Vida

Grupos Ocupacionais	Ró Spearman	Valor de p
Conforto da sua casa	0,175	0,000**
Alimentos ricos em colesterol	0,114	0,015*
Cuidados com a alimentação	0,183	0,000**
Actividades nos tempos livres	0,237	0,000**

Estatuto Ocupacional/Estilos de Vida

Do cruzamento dos *Estatuto Ocupacional* com as variáveis de Estilos de Vida constatamos existirem diferenças estatisticamente significativa no estatuto de fumador (embora fraca – $p= 0,000$) ($0,277$), ($X^2 = 39,127$). Isto é, tendem a ser menos fumadores as domésticas e os estudantes e a fumar mais os quadros superiores.

Quadro 5. Estatuto Ocupacional /Estilos de Vida

		Grupos sociais										
		Grupo 10	Grupo 9	Grupo 8	Grupo 7	Grupo 6	Grupo 5	Grupo 4	Grupo 3	Grupo 2	Grupo 1	Total
Fuma ou já fumou	% Fuma	4,0	0,6	7,5	15,	17,8	17,2	9,2	8,0	9,8	10,3	100,0
		%	%	%	5%	%	%	%	%	%	%	%
	Sim Resí Ajust	-4,2	-2,5	1,6	0,0	-1,3	0,9	1,6	0,4	1,8	2,9	
Não	% Fuma		17,2	4,7	4,0	15,5	22,9	14,1	5,4	7,1	5,4	3,7
			%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
	Resí Ajust		4,2	2,5	-1,6	0,0	1,3	-0,9	-1,6	-0,4	-1,8	-2,9
Total	% Fuma	12,3	3,2	5,3	15,5	21,0	15,3	6,8	7,4	7,0	6,2	100,0
		%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%

Legenda: Grupo1=Quadros Superiores; Grupo2=; Grupo3= Empregados do serviços/ comércio/ administrativos; Grupo 8= Pequenos Proprietários; Grupo9= Estudantes; Grupo10=Domésticas

Estatuto Ocupacional / Perfil de Saúde

No que concerne à associação entre o Estatuto Ocupacional e o Perfil de Saúde temos evidência estatística suficiente para concluir que existe uma correlação estatisticamente significativa, positiva fraca ($p= 0,000$; $r = 0,296$). Ou seja, à medida que o Grupo Ocupacional é mais elevado aumenta também a o nível da percepção de Saúde geral, Visão, Audição, Saúde dentária e de *Stress*.

Quadro 6. Estatuto Ocupacional / Perfil de Saúde

Grupos Ocupacionais	Ró Spearman	Valor de p
Avaliação da saúde	0,296	0,000**
Avaliação da visão	0,219	0,000**
Avaliação da audição	0,121	0,009*
Avaliação da saúde dentária	0,229	0,000**
Avaliação do stress	0,152	0,001*

p < 0,05 , **P <0,001

Grupos Ocupacionais e a Doença Crónica diagnosticada

Entre os Grupos Ocupacionais e a Doença Crónica diagnosticada existe também uma associação estatisticamente significativa, embora com uma associação fraca, indicando que tendem a ter com mais frequência uma doença crónica diagnosticada as domésticas (Grupo10) e menos os estudantes e os quadros superiores (Grupo1).

Quadro 7. Estatuto Ocupacional /Doença Crónica diagnosticada

		Grupos Sociais										
		Grupo 10	Grupo 9	Grupo 8	Grupo 7	Grupo 6	Grupo 5	Grupo 4	Grupo 3	Grupo 2	Grupo 1	Total
Doença Crónica Degerativa Diagnosticada (DCDD)	%	19,1 %	,7 %	3,9 %	17,8 %	23,0 %	13,2 %	7,9 %	5,9 %	7,2 %	1,3 %	100,0 %
	Sim											
	Resíd Ajusta	3,1	-2,2	-1,0	0,9	0,6	-0,8	0,6	-0,9	0,1	-2,9	
	Não											
	%	8,9 %	4,5 %	6,1 %	14,4 %	20,4 %	16,0 %	6,4 %	8,3 %	7,0 %	8,0 %	100,0 %
	Resíd Ajusta	-3,1	2,2	1,0	-0,9	-0,6	0,8	-0,6	0,9	-0,1	2,9	

.X² =24,620; p= 0,003; cc= 0,224

Legenda: Grupo1=Quadros Superiores; Grupo2=; Grupo3= Empregados do serviços/ comércio/ administrativos; Grupo 8= Pequenos Proprietários; Grupo9= Estudantes; Grupo10=Domésticas

Grupos Ocupacionais e Hipertensão Arterial (HTA)

Entre os Grupos Ocupacionais e Hipertensão Arterial (HTA) ($p= 0,000$), observou-se também, embora com uma associação fraca (0,303), diferenças estatisticamente significativas. Isto é, tendem a ter ou já tiveram HTA mais as domésticas e menos os estudantes, Empregados do serviços/comércio/ administrativos e pequenos proprietários.

Quadro 8. Estatuto Ocupacional /HTA

		Grupos Ocupacionais											
		Grupo 10	Grupo 9	Grupo 8	Grupo 7	Grupo 6	Grupo 5	Grupo 4	Grupo 3	Grupo 2	Grupo 1	Total	
Costuma ter Ou já teve HTA	Sim	% HTA	25,0 %	0,0 %	3,5 %	16,0 %	22,2 %	9,7 %	3,5 %	6,3 %	7,6 %	6,3 %	100,0 %
		Resid Ajusta	5,6	-2,6	-1,1	0,1	0,8	-2,3	-2,0	-0,8	0,3	-0,1	
	Não	%	6,3 %	4,6 %	6,0 %	15,6 %	18,9 %	18,2 %	8,6 %	8,3 %	7,0 %	6,6 %	100,0 %
		Resid Ajusta	-5,6	2,6	1,1	-0,1	-0,8	2,3	2,0	0,8	-0,3	0,1	

$$X^2 = 44,935; p = 0,000; cc = 0,303$$

Legenda: Grupo1=Quadros Superiores; Grupo2=?; Grupo3= Empregados do serviços/ comércio/ administrativos; Grupo4=?; Grupo5=?; Grupo6=?; Grupo7=?; Grupo 8= Pequenos Proprietários; Grupo9= Estudantes; Grupo10=Domésticas

Mortalidade associada aos diferentes Grupos Ocupacionais

Para conhecer o risco de mortalidade associada aos diferentes grupos ocupacionais questionamos acerca das causas de morte por acidente de trabalho das mães/pais e identificamos que nos Homens ocorreu com mais frequência na profissão: manual têxtil (14,3%); Comércio/vendedor (12,9%); manual de construção civil (8,6%) e nas Mulheres com mais frequência na profissão, Comércio/ vendedora (16,7%), manual de agricultura (8,3%) e Doméstica/ empregada de limpeza (6,0%).

Outras diferenças (embora não estatisticamente significativas) foram encontradas, cruzando os diferentes grupos ocupacionais com: ocorrência de acidente limitador, diabetes, tempo de espera por consulta médica, dificuldade de ajuda para resolver problemas de saúde e recurso a cuidados de

saúde alternativos, registando-se em todas estas variáveis valor mais elevado nos grupos mais próximos da base da pirâmide.

Conclusões

Considerando o estatuto ocupacional como variável independente, observamos que à medida que o nível profissional aumenta, aumenta também o sentimento de saúde e de bem-estar: o conforto da habitação, os cuidados a ter com a alimentação, a saúde dentária, a prática de actividades de tempos livres individuais e de grupo, a prática de actividades comunitárias e a percepção da saúde. Por seu turno, é inversamente proporcional ao estatuto ocupacional a probabilidade de ter acidentes, diabetes, hipertensão arterial, dificuldades visuais, auditivas e de desempenhar as suas tarefas de vida diária.

Porém, o estatuto ocupacional elevado não expressa apenas vantagens perante a saúde, dado que se encontra mais associado ao hábito de fumar, ao stress e a pouca prática religiosa.

Relativamente à relação das causas de morte por acidente de trabalho com o tipo de profissão podemos inferir também que o estatuto ocupacional importa muito, pois que não obtivemos qualquer resposta afirmativa que se posicionasse em profissões próximas do topo da hierarquia ocupacional.

Para finalizar, gostaríamos de expressar o seguinte: primeiro, esta matéria precisa de continuar a ser investigada para que a possamos compreender melhor e conseqüentemente, lhe seja atribuída maior visibilidade; segundo, achamos importante incluir nos currículos escolares, desde cedo, disciplinas sobre saúde ocupacional para que a montante se crie uma verdadeira cultura integradora dos condicionantes de saúde individuais, sociais e do próprio trabalho. Concluimos assim que compreender as implicações do trabalho na saúde é importante para todas as profissões mas que, para os profissionais de saúde e em específico para os enfermeiros do trabalho, ajuda-los-á a lançar o “olhar cuidador” num ângulo mais aberto e mais interpretativo das influências sociais, ao mesmo tempo que lhes servirá de estímulo para intervirem mais nas políticas de saúde.

Referências Bibliográficas:

- Durkheim, Émile (1984), “Os Progressos da Divisão do Trabalho e os da felicidade”, in *A divisão do trabalho Social*, Volume II, 2ª edição, Lisboa: Editorial Presença, 9 -33.
- International Labour Organization (2005), *Prevention: a global strategy: promoting safety and health at work: the ILO Report for World Day for Safety and Health at Work*. Geneva.

Efeitos do trabalho sobre a saúde e o bem-estar

- Leigh, J.Paul *et al.* (1997), “Occupational injury and illness in the United States: estimates of costs, morbidity, and mortality”, *Archives of Internal Medicine*, 157, 1557-1568.
- Ramos, Alice (2000), “Centralidade do trabalho” in Manuel Cabral; Jorge Vala e João Freire(org), *Atitudes Sociais dos Portugueses: Trabalho e Cidadania*. Lisboa, CSC ISSP, 47-63.
- Steenland, Kyle, *et al.* (2003), “Dying for work: the magnitude of US mortality from selected causes of death associated with occupation”, *American Journal of Industrial Medicine*, 43, 461-482.
- Uva, António (2005), “Enfermedades Profesionales: nuevos desafíos en su prevención”, *Salud Ocupacional*, 23, 95, 4-11.
- Uva, António; Graça, L. (2004), *Saúde e segurança do trabalho: glossário*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Medicina do Trabalho, (Caderno Avulso 4)
- Uva, António (2006), “Diagnóstico e Gestão do Risco em Saúde Ocupacional”, *Segurança e Saúde no Trabalho. Estudos*; 17, Lisboa: ISHST.

A articulação entre a Escola de Enfermagem e o contexto de trabalho hospitalar: uma análise a partir da supervisão de estágios

Ana Paula Macedo

Introdução

A noção de relação, que está presente em algumas análises produzidas pela sociologia, pela economia e pela gestão, pode ser definida como uma interacção entre o prestador e um beneficiário, satisfazendo certas necessidades do beneficiário em vez de uma *prestação de serviços*¹. Sendo assim, a crítica que emerge à hipótese lançada de comparar a Escola de Enfermagem a um conjunto de serviços é que não é possível diferenciá-los claramente. As evoluções tendenciais (aumento da produtividade, individualização das prestações de cuidados, desenvolvimento da avaliação) não separam na totalidade o universo industrial do universo terciário. Neste caso, é importante distinguirmos uma racionalização industrial própria da produção de bens de uma racionalidade profissional própria dos serviços.

Para os autores Demailly & Dembinski (2002), cujas temáticas de estudo têm incidido nos modos de regulação e transformação dos sistemas de saúde, políticas públicas e grupos profissionais, há interesse em mostrar o carácter profundamente conflitual da noção de racionalidade económica. Os conflitos internos da racionalidade económica como da racionalidade organizacional estão presentes em vários sectores. A racionalização colocada em prática no universo industrial e terciário parece apresentar um fenómeno similar. Como notam ainda Demailly & Dembinski, o neo-taylorismo – a racionalização dos fluxos (de papéis, de decisões, de informações, etc.), a centralização da informação nos poderosos sistemas informatizados, a intensificação do trabalho, a estandardização contínua dos procedimentos, os esforços da avaliação, as *performances* de cada um – faz emergir novos tipos de *experts* e novos tipos de cronómetros para medir o trabalho. Como destacam estes dois autores, a ideia de uma modernização-racionalização, funcionalmente

¹ Ver a definição de *prestação de serviços* na expressão de “organização de serviços” de Peter M. Blau e Richard W. Scott, 1977.

contraditória, que concerne todas as organizações produtivas, industriais ou serviços comerciais e não comerciais, oferece bens ou prestações, materiais ou relacionais, operando sobre bens ou prestações, materiais ou relacionais e sobre os bens da pessoa ou da pessoa a si própria, a partir de uma base empírica verificável. Se, por um lado, há uma aproximação da indústria aos serviços, nomeadamente a importância da figura *cliente* como membro à parte de uma organização produtiva, a importância da gestão e do espírito gestor ou do empreendedorismo, o desenvolvimento da produção sobre a medida, a venda de serviços presos aos produtos e os produtos aos serviços, as relações entre clientes e fornecedores internos, por outro lado, as actividades de serviço aproximam-se da indústria: procura de economias de escala (tradicionalmente “inventadas” na indústria), compressão do “trabalho vivo” ao proveito das máquinas, organização de intensificação do trabalho.

É neste enquadramento que situamos as actuais políticas públicas de modernização e de reforma que integram frequentemente pressupostos, adoptam orientações e consagram soluções híbridas de tipo neo-tayloriano e de tipo “fordista” ou participativo (Messine, 1991; Lima, 1994). Foi tomando como enfoque estas soluções híbridas que procurámos analisar algumas dimensões organizacionais presentes na Escola de Enfermagem e no Hospital, em contexto de supervisão de estágios, procurando as articulações possíveis.

Escola de Enfermagem e Hospital: entre a ética e a economia

Como expusemos anteriormente, na esteira de Demailly & Dembinski (2002), as actividades relacionais de serviço público parecem assumir uma configuração de racionalização idêntica à que existe nas actividades industriais, quer dizer de uma racionalização económica contraditória e mista. São alguns exemplos as preocupações com a qualidade do serviço prestado e com a produtividade e/ou rentabilidade a curto termo, que conduz a economizar os custos, os empregos, o *trabalho vivo*. A sua especificidade é, portanto, na composição ético-política, ou mesmo essencialmente política, o que não deixa de ser interessante, uma vez que nas profissões de prestação de serviço esta especificidade parece ser negada. A prática profissional em matéria de saúde ou de educação pública põe em jogo as orientações sociopolíticas, cujo debate fica aquém e além dos debates processuais e técnicos. Há concepções (de cidadania, de igualdade, de direito universal, etc.) que estão presentes na prática, ao nível colectivo, construindo os *referenciais da acção pública* ou os *registos de legitimidade*. Cada profissional de enfermagem, por exemplo, orienta a sua prática e estabelece uma relação de cuidados a

partir de uma deontologia concreta. O mesmo acontece relativamente à ética pessoal, ela emerge de representações que renovam as concepções socioculturais, políticas da experiência dos cuidados. O trabalho de relação termina quando estão presentes valores e visões do mundo que permitem controlar as situações interaccionais com os doentes, mas também o trabalho com os outros membros do colectivo de trabalho (auxiliares de acção médica, fisioterapeutas, técnicos de análise e radiologistas, médicos internos, etc.).

Demailly & Dembinski (2002) realçam que aquilo que será conjuntamente negado na vinculação de tais profissões à prestação de serviço, é também a “terceira” dimensão, organizacional. Neste caso, a dimensão organizacional resiste à dimensão socio-económica dos serviços, a qual não se deixa absorver num simples contrato (como livre acordo de vontade e de mudança), entre um prestador e um consumidor. Neste ponto de vista, a Escola de Enfermagem e o Hospital são duas organizações que ao transmitirem bens e serviços, são agentes legítimos da satisfação das necessidades humanas legítimas. Ao mesmo tempo, estas duas organizações definem as normas das necessidades que a população está reputada a ter e ditam o bem moral e político para os seres humanos, individualmente e colectivamente. A educação e a saúde são questões inseparáveis da organização da nação. Governar e cuidar relevam então o mesmo princípio e obedecem às mesmas leis, o princípio da “ciência do homem” que deve perceber ou corrigir a natureza humana.

No decurso dos últimos anos, temos assistido, na maior parte dos países industrializados, a uma colecção de múltiplas modificações no seio de um sistema escolar, visando explicitamente uma reaproximação entre as organizações de formação profissional e o campo económico. Um trabalho explícito sobre o conteúdo da actividade educativa é realizado com o fim, diz-se, de assegurar uma grande adequação dos programas com as competências exigidas no trabalho. Esta procura de correspondência revela-se também nas formas de avaliação das actividades educativas, que se opera nas formas de transmissão pedagógica ou nas modalidades de avaliação. O Estado confia a novas instâncias a organização e estas articulações; instaura novos mecanismos de relação dos dois mundos, ou modifica a composição dos organismos existentes (novas fórmulas e arranjos institucionais), criando as condições de mediação dos interesses sociais e dando espaço aos actores económicos. Isto significa que, neste cenário, no caso do ensino da Enfermagem, que é um exemplo da formação em alternância, desde o 1º ano do Curso, a supervisão de estágios seria vista como articuladora dos dois mundos – Escola de Enfermagem e Hospital –, em que todas as intervenções atestam a existência de um processo onde se recompõem as relações entre formação e trabalho, sujeitas às pressões da *eficácia e da eficiência e da produtividade*.

As análises que enfatizam a leitura do tempo actual como uma configuração particular de processos históricos de longo alcance, parecem deter uma menor capacidade explicativa dos fenómenos e mutações com que não cessamos de nos confrontar. No caso das Escolas de Enfermagem, como de outros estabelecimentos do ensino superior, numa fase mais recente, têm sido induzidas a realizar uma avaliação de impacto sobre aquilo que ensinam, isto é, sobre o resultado da actuação da organização.

O ensino de Enfermagem no quadro actual parece-nos intrincado, devido à grande proliferação de Escolas particulares, geradora de alguma mistiguidade nos contextos de trabalho onde ocorrem os estágios e que permitem o acesso à profissão. Também o aumento do número de alunos nas escolas públicas e as mudanças verificadas no regime jurídico da gestão hospitalar têm gerado problemas objectivos e obstaculizantes à normal e tradicional articulação entre as escolas de enfermagem e as várias instituições de saúde.

Quanto ao hospital público, ele tem sido visto como indispensável para a análise do sistema de saúde, de acordo com as orientações políticas dominantes. Os discursos da responsabilidade (*accountability*), da melhoria, da qualidade e da eficiência, que nos parece terem sido iniciados mais cedo no campo da saúde do que na educação, tornam as práticas existentes frágeis e indefensáveis – a mudança torna-se inevitável e irresistível, mais particularmente quando os incentivos estão vinculados às medidas de desempenho. Neste campo, também a *performatividade* desempenha um papel fundamental no conjunto das políticas (Ball, 2004: 1117).

É neste sentido que as orientações sociopolíticas, tanto ao nível macro das organizações e instituições, quanto ao nível micro das interacções quotidianas, incorporam a pertinência da comparação entre a Escola de Enfermagem e o Hospital.

Diferenças na “Obrigação de Resultados”?

No dizer de Demailly & Dembinski, um ponto comum entre a Escola e o Hospital é a emergência de uma certa “obrigação de resultados” como nova prescrição quanto à regulação da acção profissional, sobre um fundo de desenvolvimento recente desta cultura que valoriza a tecnicidade. Por exemplo, o desenvolvimento de uma cultura de avaliação pode promover uma técnica de racionalização da acção organizada, independentemente das especificidades profissionais. Ela contribuiu para a censura no seio das políticas públicas. Mas, a obrigação de resultados não se desenvolve da mesma maneira na Escola e no Hospital (Demailly & Dembinski, 2002: 53).

No caso da Escola, apesar de um certo número de resistências, opera-se uma transformação ou um alargamento do quadro normativo de acção, tendo em conta os efeitos da acção educativa, desde o seu início. Nesta sequência, a problemática da avaliação dos estabelecimentos de ensino e da acção pedagógica não pode ser separada da qualidade, da rentabilidade do serviço e da luta contra o insucesso escolar.

De mais a mais, um professor que admite a legitimidade da avaliação revolta-se a maior parte das vezes contra as formulações demasiado tecnicistas que reduzem a avaliação apenas aos resultados escolares: ele pensa na avaliação também em termos de socialização, desenvolvimento da curiosidade e do julgamento, (...) (Demailly & Dembinski, 2002: 54).

Segundo Demailly & Dembinski (2002), algumas razões podem explicar a resistência do corpo médico à ideia de uma luta contra o insucesso dos cuidados ou à ideia da *qualidade total* do serviço realizado, que visará a elevação do nível de saúde das populações do seu sector. Uma das razões é que os profissionais vêem esta ênfase como um signo de desprofissionalização. O *status* dos profissionais, muito divulgado na cultura norte-americana, está ligado à obrigação de meios: ter feito tudo para salvar da doença. Os hospitais universitários dispõem a este respeito de um arsenal de meios de investigação e de tratamento permanente para evitar o sentimento de culpabilidade face aos insucessos eventuais. Este facto permite-nos esta afirmação, pois no Hospital o domínio da técnica e da tecnologia constitui uma prioridade². A tecnologia assume uma importância considerável e a sua utilização é gratificante quando há o salvamento de uma vida, como é o caso de uma paragem cardio-respiratória. A tecnologia pode permitir ao profissional satisfações imediatas e inadiáveis. Já não é o caso, quando a condição patológica do doente não necessita de tecnologias complexas. Certos insucessos introduzem por vezes a dúvida, mas o pensamento de uma maioria de profissionais da saúde é de que a tecnologia deve permitir-lhe ultrapassar as dificuldades, reforçando ainda mais a sua mestria (ou domínio) das técnicas. Neste contexto, o erro pode-se tornar mais visível, porque a técnica chama à atenção para o problema de adequação, como por exemplo, um erro de laboratório, a imagem dos exames auxiliares de diagnóstico pode ser mais nítida, etc. Ou seja, “(...) ‘tudo a fazer pela doença’ é, sobretudo, ‘não passar ao lado’ (do diagnóstico). Aqui são necessários meios cada vez mais sofis-

² Charles Perrow considera, por exemplo, que a história dos hospitais mentais demonstra que a falta de uma tecnologia viável foi muitas vezes responsável pelo estado precário destas instituições (Perrow, 1965: 913).

ticados e custosos, desenvolvidos e produzidos pela indústria”. A lógica de mercado estimula a oferta de instrumentos médicos, cada vez mais pesados e especializados, de consumo de medicamentos, de actos médicos e de horas de máquinas.

Do nosso ponto de vista, a dominação do discurso técnico-gestor, que privilegia as *performances* intrínsecas e os ganhos de produtividade directos, permite a abstracção de outras dimensões ligadas aos cuidados, (continuidade dos cuidados, observância, conforto e qualidade de vida, etc.), desvalorizando-se a pessoa/família e os profissionais de saúde. Isto, por sua vez, gera impacto social nos serviços de destino. Uma política de modernização dos serviços confinados a uma redução das capacidades de acolhimento, dado o número elevado de cuidados, com uma aceleração de rotação dos pacientes poderá pôr em risco a credibilidade dos serviços prestados.

Se, para a Escola de Enfermagem, a obrigação de resultados tem o significado de uma luta contra o insucesso, para o Hospital ela tem o significado de uma luta contra o desperdício. A procura de uma melhor relação qualidade/preço é imposta às organizações hospitalares como um meio de se afirmarem sobre um mercado de cuidados. Os gestores de cuidados têm então tentado otimizar o par custo/produto: indicadores de cuidados de enfermagem, indicadores de encargo de trabalho e, ainda, de outras funções alternativas à hospitalização, tais como, as redes de cuidados coordenados (que poderão ser um reagrupamento sob uma forma convencional de um Hospital ou uma Clínica, um assegurador e uma empresa). Estas “comunidades de prática” e “redes de inovação” introduzidas pelas actuais reformas, cuja legislação aprovada sobre os hospitais, parcerias público-privado, cuidados continuados e cuidados de saúde primários, convergem todas elas no “(...) sentido da abertura do Serviço Nacional de Saúde aos grupos económicos e, por essa via, no sentido de transformá-lo num mercado de bens como outro qualquer” (Justo, 2005: 94). Esta inequívoca mudança de paradigma no sistema de prestação de cuidados em curso arrasta consigo outras tantas alterações no exercício das profissões e na gestão de cuidados, quer se trate do exercício no Serviço Nacional de Saúde, ou em Empresas de Saúde.

Esta excursão pela história de alguns desenvolvimentos nos quotidianos das organizações em estudo leva-nos a admitir que a Escola de Enfermagem parece estar potencialmente em maior vantagem sobre o Hospital ao manter-se afastada em termos de racionalização de mercado (no seio restrito ou rigoroso e não metafórico do termo mercado).

A questão que se coloca no nosso estudo relaciona-se com a compreensão da forma como esta deslocação é criada entre estas duas organizações, consideradas num contexto de supervisão de estágios.

Metodologia do Estudo

O percurso desta investigação foi o de entrelaçar algumas mudanças na supervisão de estágios com as mudanças sociais e políticas das organizações em estudo – Escola de Enfermagem e Hospital –, estabelecendo-se relações sociologicamente pertinentes entre ambas. O estudo de pendor qualitativo e interpretativo, destaca dois momentos empíricos: um, de triangulação de dados sobre os discursos e as práticas de supervisão de estágios, muito próximo dos actores, estruturando-se ao longo de um percurso investigativo considerável; e o outro, de intersecções entre a Escola de Enfermagem e o Hospital em Contexto de Supervisão de Estágios. Considera como objectivos primordiais: i) a identificação de modelos de análise da supervisão de estágios na articulação interorganizacional entre a Escola de enfermagem e o Hospital; ii) a caracterização da articulação interorganizacional entre a Escola de Enfermagem e o Hospital; e, ainda, iii) a compreensão das lógicas de supervisão de estágios de Enfermagem, implícitas e explícitas, entre as duas organizações.

A abordagem de interesse heurístico, que nos propomos fazer neste artigo, evidencia articulações relativas entre dois contextos organizacionais que se combinam num momento concreto – o estágio. Embora a amostra abranja mais actores convenientes para o estudo da articulação entre Escola e Hospital, para este artigo recorreremos, apenas, aos actores intervenientes no momento do estágio, de um curso de licenciatura em Enfermagem (amostra designada de *oportunidade*³⁾) – oito alunos estagiários, cinco enfermeiros e a supervisora. A leitura dos dados recolhidos, através da análise documental (protocolos de articulação) e do inquérito por entrevista, é realizada a partir de uma grelha de análise que emergiu do quadro teórico-conceitual do estudo.

O período em que mantivemos a nossa presença assídua no contexto de estágio ocorreu nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2007.

O Contexto de Supervisão de Estágios

A supervisão de estágios em Enfermagem realiza-se necessariamente por referência, implícita ou explícita, as concepções ou representações organizacionais da Escola de Enfermagem e do Hospital. As práticas de supervisão em contexto hospitalar ficam assim dependentes de uma hermenêutica

³ De acordo com E. Wragg, a expressão amostra de oportunidade consiste na escolha de uma amostra segundo uma lógica de conveniência do entrevistador (Wragg, 1987: 179). No nosso caso, pressupunha assegurar que os actores convenientes à amostra estivessem implicados no próprio processo de supervisão.

organizacional, perseguindo as marcas teóricas que contextualizam e que, sobretudo, conferem um certo sentido aos próprios processos de supervisão.

No ensaio metodológico realizado, que nos ajudou a direccionar a pesquisa empírica, intencionalmente fizemos cruzar algumas características organizacionais postas em evidência em diversos modelos de análise (cf. Ellström, 1983), e a proposta de Daniel Tanner e Laurel N. Tanner (1987) quanto à diferenciação entre dois modelos de Supervisão (*a supervisão como produção e a supervisão como processo de desenvolvimento*), o que nos permitiu considerar outras formas de equacionar a supervisão de estágios em Enfermagem.

A razão da nossa opção é que estes dois modelos são de alguma forma distintivos quando comparados, já que estes nos permitem completar a perspectiva científica e epistemológica da Supervisão e sua relação e interdependência com os âmbitos didácticos e organizativos, além de contextualizarem a problemática da supervisão de estágios no contexto de trabalho hospitalar.

Modelo de supervisão como produção em contexto de trabalho hospitalar

A denominação deste modelo de supervisão indica claramente quais são os pressupostos conceptuais e imagens com as quais se identifica. A concepção da *organização como empresa* e a adopção de modos de gestão científica e industrial são os alicerces sobre os que se constrói um modelo de escola e de supervisão guiados por critérios de *eficácia* e de *eficiência e rentabilidade*. Estes critérios, ao serem aportados para a supervisão de estágios, passam pela determinação dos objectivos comportamentais específicos, definidos operativamente e do estabelecimento dos mecanismos de controlo capazes de medir o grau de cumprimento dos mesmos – *controlo estabelecido*. A crença na imitação para a estabilidade da prática (Tanner & Tanner, 1980: 636) e na demonstração e imitação como a melhor maneira de aprender (Alarcão & Tavares, 2003: 17-18) são aspectos importantes para a sua definição. Complementarmente, a definição do conhecimento científico como a apreensão do objectivo, observável e mensurável, próprio da orientação científico-racional, também conhecida como positivista e empirista, é de suma importância para se compreender este modelo de supervisão. Se pensarmos no hospital, lugar onde acontece a supervisão de estágios em Enfermagem, dentro desta linha de pensamento, parece haver, também, uma proximidade à organização segundo o *modelo racional-burocrático* de Per-Erik Ellström, (1983), cuja estrutura é constituída em grande parte por órgãos (departamentos, serviços) e respectivas funções (Hall, 1984: 230).

Uma das primeiras apreciações que nos apraz fazer às elocuições dos actores entrevistados⁴, no que diz respeito à dimensão “Hospital como Organização”, é que estas continham elementos que poderíamos remeter para o modelo *racional-burocrático* e, curiosamente, apontava-nos para as dimensões de supervisão dentro do *modelo de supervisão como produção*.

A este propósito, dois dos entrevistados associaram a complexidade do Hospital ao facto de nele poder existir uma hierarquia complexa, caracterizada por funções e poderes muito diferenciados:

É uma instituição bastante complexa, com níveis hierárquicos bastante institucionalizados e que tem como objectivo final a prestação de cuidados de saúde nas diferentes áreas (Est.8).

Já para Etzioni (1974) o termo “organização complexa” tinha o significado de “organização complexa burocrática”, predominantemente normativa, caracterizada por uma hierarquia e por profissionais que desenvolvem funções distintas de grupo para grupo.

O Hospital é uma organização onde se prestam cuidados de saúde e surge muitas vezes referenciado por possuir várias valências de especialidade. Por isso, esta organização também surge associada à imagem de Hospital como organização multidisciplinar e, simultaneamente, como local de ensino:

Nele trabalham muitos profissionais mais ou menos relacionados com a saúde: médicos, enfermeiros, auxiliares de acção médica e técnicos tais como: radiologistas, farmacêuticos, psicólogos, mas também outros profissionais ligados à manutenção de toda a estrutura e gestão hospitalar (...). É também um local de ensino, pois estabelece parcerias com diferentes escolas (Est.3).

Em consonância com o enunciado anteriormente, o Hospital enquanto empresa surge assim representado por alguns entrevistados. Quase sempre esses discursos enfatizam a *eficiência e a produtividade* organizacional (máximo rendimento pelo menor custo, ganhos em saúde), pela importância de se responder às necessidades de saúde através da prestação de serviços que devem satisfazer os (agora) *clientes*:

Pode também dizer-se que o Hospital é uma empresa, pois envolve a gestão de dinheiro para que possa subsistir (Est.3).

⁴ As siglas utilizadas neste ponto para as diferentes categorias de entrevistados são: Enf. (Enfermeiro); Est. (Estagiário); e Sup. (Supervisora).

Penso que estamos a caminhar para o Hospital tipo empresa, temos vindo a assistir a uma focalização economicista, a parte humana tem vindo a ser desvalorizada (Enf.5).

Quanto aos *objectivos e preferências* da organização hospitalar, parece existir uma uniformidade de respostas por parte dos alunos estagiários. Tendo em conta a especificidade da organização hospitalar, muitos entrevistados referem que:

O objectivo é fornecer cuidados de saúde (tratamento, informação e orientação) à população. Mas nem todos os actores têm competência para cumprir tais objectivos (Est.2).

O objectivo máximo do Hospital é prestar cuidados de saúde a quem a ele recorre, tendo como base a promoção da qualidade de vida. Estes objectivos devem ser cumpridos por todos os actores do Hospital. (Est.4).

Já o grupo de enfermeiros entrevistado, na sua maioria, se posicionou de imediato numa perspectiva gerencialista, ao referirem-se aos objectivos do Hospital. Repare-se que há uma certa tendência para naturalizar um certo número de palavras ou mesmo expressões nos discursos dos entrevistados, tais como “cliente” (em vez de doente), “qualidade”, “excelência dos cuidados”:

Os objectivos do Hospital são a prestação de cuidados com qualidade (Enf.2).

A finalidade única é prestar cuidados de qualidade através de profissionais competentes, para satisfazer as necessidades dos clientes. (Enf.3).

Os actores estão inseridos numa filosofia de cuidados – a prestação de cuidados de saúde, atendendo à excelência dos cuidados. Por isso necessitam da acreditação, de aprimorar todos os actos para a excelência (Sup.).

Um aspecto interessante deste último excerto é o facto de nele se dar ênfase aos aspectos que visam a aproximação dos actores à filosofia e à meta organizacional que se pretende atingir “[...] em princípio os objectivos deveriam servir todos os actores”. Esta visão inclina-se para uma aproximação entre os objectivos da organização e os interesses e preferências dos actores organizacionais. Ora, sabemos que há uma tendência actual, principalmente em grandes organizações, em acentuar nas pessoas modos de ser que favoreçam a fácil inserção no meio social das organizações.

Desta forma, favorece-se a aceitação de indivíduos que sejam facilmente adaptáveis à inserção em grupos diversos, fazendo coincidir as suas motivações ou as suas aspirações de sucesso com os perfis de carreira dentro das organizações (Cf. Etzioni, 1984: 146).

Numa grande parte dos discursos, em que o Hospital é visto como uma empresa, encontramos alguns aspectos comuns ao *modelo racional-burocrático*, ou seja, alguns dos actores parecem aceitar que os objectivos são claros e que o consenso é partilhado. Mas também encontramos em alguns discursos contradições ou desconexões, relativamente ao que acabamos de referir e o que seria de esperar numa organização hierárquica.

Numa organização definida como burocrática, as tecnologias são claras e os processos de decisão e de planeamento são estáveis. A existência de normas e regulamentos que fixam cada “área de jurisdição”, além de facilitar os processos de decisão, permite também o controlo da continuidade dos cuidados, a uniformidade e a previsibilidade de comportamentos por parte dos profissionais que trabalham num Hospital.

Os alunos estagiários referem isso mesmo:

Servem para estabelecer prioridades, estabelecer protocolos e para organizar todo um serviço, e penso que elas são na sua maioria cumpridas (Est.1).

As normas servem para ‘impor regras’ que devem ser por todos respeitadas, visam padronizar determinados procedimentos para que todos os utilizadores do Hospital vejam as coisas do mesmo modo (Est.7).

Numa lógica gerencial, em que se institui uma filosofia de gestão para que se alcance a produtividade, os profissionais aparecem como estando mais conscientes do cumprimento das normas. É o que dá a entender a próxima entrevistada:

O papel das normas no Hospital é uniformizar os cuidados para no final existir uma maior produtividade. Claro que muitas vezes há fugas ou por desconhecimento, ou porque dá mais jeito contornar determinada situação, mas com as auditorias o cumprimento das normas tem de ser mais rigoroso. Os profissionais estão mais conscientes de que têm que cumprir as normas e tentam cumprir com medo de serem chamados a atenção por causa das auditorias (Enf.5).

Neste caso, *as tecnologias/processos* são consideradas como qualquer técnica que uma organização utiliza para efectuar o seu trabalho e surgem associadas ao controlo da qualidade, não só da “matéria-prima” como também dos profissionais que lá trabalham, além de orientar para os objectivos

da organização. As “normas e os critérios de qualidade” que todos os serviços do Hospital possuem até podem ter essa função.

Um outro aspecto importante, ligado aos processos decisoriais dentro da organização hospitalar é autonomia dos profissionais. A autonomia no contexto de trabalho hospitalar, em sentido restrito, refere-se à liberdade no exercício das funções e na realização das actividades. No entanto, optamos por considerar um sentido mais abrangente, isto é, entendendo a autonomia neste contexto como um espaço de intervenção nos processos de trabalho, onde é possível o auto-controlo e a auto-avaliação, e ainda, a participação na organização, bem como a oportunidade de influenciar as decisões na organização do trabalho e nas condições em geral. No quadro do *modelo racional-burocrático* do Hospital como organização, a autonomia dos profissionais parece ter algumas especificidades. Por exemplo, numa organização como o Hospital, os profissionais procuram novas formas de poder e as normas muitas vezes são um dos meios que os enfermeiros têm para demonstrar a sua autonomia:

Eu considero que as normas não são inibitórias da autonomia profissional, eu até acho que permitem uma maior autonomia profissional. As estratégias e os princípios descritos nos procedimentos, nas políticas, etc. têm implicitamente e explicitamente representada a voz dos enfermeiros (Enf.3).

Enquanto as novas tecnologias levam à “generalização do trabalho inteligente”, mais complexo, mais flexível, de relações de parceria, exigindo conhecimentos mais amplos e de autonomia, iniciativa, responsabilidade, criatividade, capacidade de aprendizagem contínua e auto-controlo, simultaneamente parece existir o reforço dos princípios tayloristas e do controlo e, por conseguinte, a redução da autonomia no trabalho (Kovács, 2006: 42).

As percepções sobre supervisão, a partir dos intervenientes deste estudo de caso, revelam uma vinculação a algumas dimensões do *modelo de supervisão como produção*. Tal como referi, a definição do conhecimento científico como a apreensão do objectivo, observável e mensurável, é de suma importância para se compreender este modelo de supervisão:

A supervisão para mim é o conhecimento pleno de determinada área ou segmento. Considero que é importante para os alunos serem acompanhados, como ainda não são profissionais têm que ter alguém responsável que responda por eles (Enf.1).

A supervisão para mim... penso que se relaciona com funções de coordenação, de planeamento, de controlo e de avaliação das actividades profissionais, educativas etc. (Enf.2).

No que diz respeito aos testemunhos dos alunos estagiários, cinco das suas concepções de supervisão são reveladoras de uma concepção tradicional de supervisão. Os conceitos, na sua maioria, parecem-nos conotados com origem da supervisão e ao seu primeiro significado na organização do trabalho industrial, nos moldes taylorista-fordista. São alguns exemplos:

Vigiar o progresso de alguém, corrigir, criticar, orientar (Est.1).

É processar otimizar o rendimento através da intervenção e assistência ao executante (Est.2).

Nesta dimensão, a formação em contexto de estágio insiste sobre as regras e os procedimentos, sendo organizada em função dos resultados mensuráveis e avaliáveis, cuja obtenção pretende garantir um nível definido de competências em termos de conhecimentos, de comportamentos, de actuações e habilidades. Assim, a capacidade de iniciativa e de intervenção do aluno estagiário em formação, com vista a melhorar as condições de realização do trabalho, tende a ser desvalorizada.

A formação fica então reduzida à aprendizagem, na sua acepção restrita, excluindo do seu campo novas formas de pensamento, não procurando deliberadamente modificações dos formandos (Ferry, 1991: 70). Se, por um lado, o lugar do saber se situa essencialmente no supervisor (formador/especialista), o que conduz a uma relação assimétrica entre supervisor e alunos estagiários (Lesne, 1984: 47-48); por outro lado, o supervisor é um elemento mais da cadeia de montagem, sem nenhum tipo de competência autónoma no seu trabalho ocupando-se, quando muito, ocupando-se em aplicar testes e grelhas quantificadas para medir os resultados. Por exemplo, a introdução de práticas pedagógicas inovadoras nos estágios é vista como um problema, conforme surge realçado nos discursos de alguns entrevistados supervisores:

Há quase sempre uma subjugação da Escola ao Hospital, eu não sou livre de desviar o aluno do processo de cuidados, tenho que estar sempre sujeita à dinâmica de cuidados, atenta ao que está acontecer. Depois também não há espaços físicos para reflectirmos em conjunto. O aluno está quase sempre em tensão (...) (Sup.).

A maioria dos discursos indicia a existência de uma grande responsabilidade por parte do aluno estagiário na adaptação às actividades em contexto de trabalho, onde o imprevisível acontece e onde o tempo da execução da tarefa “*Time-on-task*” se torna um problema consciencializado por eles:

Hoje o dia foi mais intenso, hoje já tivemos de administrar a terapêutica, e já tive mais acções de enfermagem. A gestão do tempo torna-se mais difícil. É um aspecto que me preocupa – gerir o tempo. Quando for profissional vou cuidar de pelo menos cinco doentes, no mínimo, como é que eu vou conseguir gerir o tempo? Bem sei que, com a experiência, vou adquirindo maior destreza e vou planeando melhor as minhas acções (Est.6).

Relativamente à análise das estratégias de supervisão, alguns depoimentos denunciam formas de pensamento e lógicas que poderão, na nossa opinião, constituir uma ameaça à autonomia dos futuros profissionais de Enfermagem, quando se trata de encorajar os alunos estagiários a aprendizagens solitárias e a aplicação de dispositivos padronizados.

Modelo de supervisão como processo de desenvolvimento em contexto de trabalho hospitalar

O modelo de Supervisão como *processo de desenvolvimento* pretende ser uma proposta superadora das deficiências e limitações que apresentava a *supervisão como produção* de Tanner & Tanner (1987). Aqui a pessoa em formação adquire uma posição diferente do modelo precedente, não é um agente de distribuição da instrução que leva a cabo para fins prefixados de um *curriculum estabelecido* por uma fonte de autoridade externa, mas faz parte, como elemento activo dos processos de resolução. Estamos dentro de uma outra perspectiva prática e emancipatória de inter-relação dos diversos contextos de decisão. Neste caso, a supervisão é em boa medida influenciada pela perspectiva bronfenbrenneriana, em que os profissionais se vão inserindo num conjunto articulado de microssistemas. Estes, para além de interagirem entre si, integram-se em redes estruturais mais complexas, designadas por *meso e macrossistemas*, que indirectamente exercem sobre a pessoa em formação uma enorme influência (Alarcão & Tavares, 2003: 38). Nesta abordagem, não deverão ser descurados outros modelos organizacionais alternativos, como o *modelo político* e o *modelo anárquico*, apresentados por Per-Erik Ellström (1983).

Considerando as dimensões de análise do modelo de *Supervisão como Processo de Desenvolvimento*, é conveniente realçar que a evidência de alguns elementos dentro da dimensão “Hospital como organização”, (tais como: *os objectivos, as tecnologias e os processos*), vai-se tornando escassa à medida que avançamos na análise a partir do *modelo político e do modelo anárquico*. Apenas três dos entrevistados olham para a organização hospitalar como um lugar onde surgem conflitos de interesses e a conseqüente luta

pelo poder, entre os diferentes grupos sócio-profissionais e dentro da mesma profissão, como nos diz o seguinte excerto de entrevista:

Por vezes penso que existe um conflito de interesses. Denota-se um pouco de rivalidade entre elementos de profissões distintas e mesmo dentro de cada profissão (Est.5).

As falas de alguns actores deixam transparecer também que as decisões dentro da organização hospitalar se baseiam no poder e na influência dos diversos indivíduos e grupos, desenrolando-se basicamente a partir de processos que visam atingir os seus interesses. Deste modo, as metas organizacionais tornam-se ambíguas e sujeitas a interpretações políticas nem sempre coincidentes.

Se à partida os objectivos organizacionais são comuns a todos os profissionais – a prestação de cuidados de saúde – na implementação desses objectivos já não parece ser assim, os indivíduos, os grupos de interesse e as coligações têm os seus próprios propósitos e actuam para os alcançar. Dentro desta *arena política*, onde acontecem as decisões importantes que supõem ou implicam a distribuição de recursos escassos, uns são mais beneficiados do que outros. Como refere a supervisora de estágio,

O conflito de interesses, claro que existe, há beneficiados, há prejudicados. Os actores que tentam impor o consenso são aqueles que têm mais a perder, as chefias intermédias tentam quase sempre fazê-lo (Sup.).

No *modelo político*, os actores mobilizam estrategicamente os seus recursos de poder no sentido de reconverter os seus valores e metas em influência efectiva. Neste sentido, as *tecnologias/processos* utilizados tendem a ser transparentes e claros. Apenas uma entrevistada focou um aspecto importante, relativo a este elemento de análise, considerando que são, muitas vezes, as tecnologias e os processos as principais fontes de conflito dentro da organização hospitalar:

Nem sempre as normas são rigorosamente cumpridas. Há sempre discórdia entre os profissionais, pelos quadros de referência que têm (Sup.).

Procuramos também nos discursos dimensões do modelo anárquico. As possibilidades tradicionais de avaliar as consequências de uma decisão e de as relacionar com objectivos, ou de consignar simplesmente um efeito a uma causa, deixam de existir ou quase não existem no *modelo anárquico*.

Recordamos que os modelos ambíguos consideram a estrutura organizativa como problemática por estar sujeita a mudanças. Karl Weick (1995) descreveu seis eixos analíticos básicos que se encontram em novas definições sobre “o que é uma organização?”, e que serviriam para construir uma alternativa ao modelo burocrático analisada por Weber. Esses eixos seriam os seguintes: “i) há menos racionalidade do que se vê; ii) as organizações são segmentadas mais do que monolíticas; iii) os segmentos estáveis nas organizações são bem pequenos; iv) as conexões entre segmentos têm uma força variável e produzem ambiguidade; v) as conexões de força constante reduzem a ambiguidade” (Cf. Borrel Felip, 1989: 123-124).

Algumas passagens dos discursos dos actores sugerem a presença de algumas dimensões do *modelo anárquico*:

Vejo o Hospital como um local de trabalho, no qual se exige uma dedicação e uma actuação constantes a novas situações, nada é um continuum. Há uma mutação permanente dentro do Hospital. Noutras actividades profissionais é possível organizarem-se rotinas, as diferentes profissões que trabalham num Hospital dificilmente conseguem estabelecer rotinas (Enf.3).

Existem normas com dificuldades de serem cumpridas, são normas absurdas perante a nossa realidade (Enf.5).

A aproximação do aluno estagiário ao contexto de trabalho, às políticas e acções não se encontra, nos seus aspectos fundamentais, na dimensão formal, ou nos seus objectivos declarados, mas a partir de “milhares de processos subterrâneos dos grupos informais” (Perrow, 1990: 53).

Na análise aos discursos dos alunos estagiários acerca do trabalho verificamos que estes se baseiam em representações colectivas diferentes, que constroem a partir do sistema social da organização, tais como: formas de identificação com os pares, com os chefes, com outros grupos profissionais, com valores fundamentais de um determinado contexto, etc. Ao contrário da definição de identidade que deriva da perspectiva biográfica, a definição salientada nos discursos situa a identidade na “experiência relacional e social do poder”, onde as relações de trabalho permitem experiências de confronto dos desejos de reconhecimento, num contexto de acessos desiguais e complexos. Trata-se, portanto, de uma *transacção* objectivamente verificável na análise das situações de trabalho e dos sistemas sociais da organização.

Neste contexto, a supervisão centra-se na sensibilização de aspectos importantes para a formação dos futuros enfermeiros e de os tornar mais “autónomos e responsáveis”. Encontramos nos testemunhos de dois entrevistados uma visão de supervisão facilitadora do desenvolvimento de conhe-

cimentos (por recurso à reflexão), de habilidades técnicas e de aprendizagens colectivas (assentes em valores e princípios democráticos), originária do envolvimento e da responsabilidade, promovendo, assim, a autonomia profissional:

A supervisão é para mim: um conjunto de competências que o formador deve adquirir para promover nos alunos aprendizagens. Orienta, gera, treina, permite o pensamento crítico, partilha de informações, aquisição de novas experiências segundo os contextos (Sup.).

Na minha opinião a supervisão consiste na presença de um profissional competente na sua função, bem como portador de determinadas qualidades humanas, durante o processo de aprendizagem. Este deverá acompanhar, participar e interagir com os aprendizes para que haja um bom processo de aprendizagem (Est.6).

Outros discursos marginalmente dão-nos a perceber uma ampliação da formação dos alunos estagiários ocorrida em consequência da experiência de estágio e que vai para além do *currículum estabelecido*, ou que se previa que viesse acontecer em determinada unidade de cuidados.

Razões de clareza da aplicação do nosso quadro teórico levaram-nos a distinguir diferentes estratégias de supervisão interactivas e de diferentes estilos, que vão dando origem a reconfigurações específicas nos diversos espaços de aprendizagem, dentro de um horizonte temporal, onde a dinâmica de construção dos actores sociais *na e pela* socialização está presente. Nesta dimensão de análise destacamos dois depoimentos que valorizam algumas estratégias que se geram no colectivo e no empenhamento auto-formativo. Estas estratégias são capazes de desenvolver a autonomia do aluno estagiário e, por outro lado, do próprio supervisor.

Uma das modalidades que poderá constituir formas de supervisão é, por exemplo, a análise de casos (Sup.).

Uma forma de supervisão com vista à análise da prática de cuidados pode passar pela realização de debates sobre situações ou casos vividos em contexto de estágio (Est.7).

O próximo depoimento da supervisora de estágio, dá-nos conta da dificuldade que existe em se implementarem algumas mudanças na supervisão de estágios, propondo como solução a constituição de grupos de discussão e “de partilha, com dinamizadores com uma visão de fora”, dando a entender que tal iniciativa deveria partir do grupo de professores da Escola de Enfermagem:

Algumas estratégias seriam fabulosas se nos pudéssemos desviar, por alguns momentos, da prestação de cuidados e reflectíssemos em conjunto... (...). A mudança passa pela formação de professores na dimensão pedagógica e crítica, na linha de Paulo Freire. Seria importante fazer-se uma avaliação da avaliação. Uma das estratégias seria proporcionar aos professores a organização de grupos de partilha, com dinamizadores com uma visão de fora. (Sup.).

Conclusões

Podemos, pois, concluir que a análise de práticas que fazem parte do contexto de estágio hospitalar, enquanto estratégias de supervisão para o desenvolvimento, e de acordo com alguns depoimentos, parece, ainda, estar afastada da realidade concreta da supervisão. A análise de práticas, enquanto estratégias de supervisão para o desenvolvimento, remete, pois, para domínios que são fundamentais estar presentes (os percursos pessoais, os contextos sócio-culturais, os grupos de vida, os constrangimentos organizacionais, as expectativas, os projectos, as frustrações) e ser discutidos por todos os actores que se intersectam nos estágios. Como diria José Alberto Correia (1999: 64), a abordagem das práticas profissionais passa pelo “(...) reconhecimento do que se tornou significativo, das condições de significação, das relações interactivas que favorecem a emergência das situações formativas, ou que, pelo contrário, as negam ou limitam”.

Se olharmos para os aspectos organizacionais, atrás referenciados, parece-nos ter alguma capacidade hermenêutica o *modelo de supervisão como desenvolvimento*, dado ser este que considera o nível *meso e macro*, superando dualismos na gestão do ensino (Escola de Enfermagem) e na instituição onde o estágio ocorre (Hospital), aparecendo em ambos como um espaço de confluência de distintas dimensões de outros modelos analisados. A complexidade do exercício metodológico implícito ao estudo parece estar na “arrumação” dessas mesmas dimensões, retirando alguma centralidade explicativa ao *modelo de supervisão como produção*, apesar deste ser hoje grandemente dominante. Embora muitas das tentativas da gestão da crise apontem para uma possível articulação entre os dois modelos, não cremos ser viável a sua compatibilização, sobretudo quando considerados determinados valores e orientações em termos de formação e de actividade profissional. Se, por um lado, as duas organizações (Escola de Enfermagem e Hospital), onde acontece a supervisão de estágios, parecem balançar na defesa de valores humanísticos e de autonomia de signo democrático e participativo, por outro lado, esses mesmos valores deixam de fazer sentido, e até

são difíceis de conciliar, quando se pretende a introdução de outras lógicas emergentes, como sejam, a da *eficiência*, a da *eficácia* e a da *produtividade*.

Tendo como pano de fundo o quadro prospectivo traçado, a Escola de Enfermagem está potencialmente em maior vantagem sobre o Hospital, ao manter-se afastada em termos de racionalização de mercado. Talvez a manutenção de este estado de resistência seja possível, desde que a Escola de Enfermagem adopte uma nova perspectiva de formação e investigação (crítica) que permita uma outra maneira de olhar a realidade dos contextos de trabalho, criando novos “pontos de entrada” investigativa. Não está aqui em causa o aparecimento de mais um objecto de estudo em Enfermagem, numa lógica de mera adição, mas sim a emergência de uma nova perspectiva de investigação que tenha em consideração no seu ensino as vertentes organizacionais. Por exemplo, as questões colocadas no interior de uma área específica, como é, neste caso, a supervisão de estágios em Enfermagem, ao equacionarem os contextos onde ela ocorre, e os actores que dela fazem parte (alunos estagiários, professores e enfermeiros), poderão conduzir à aproximação de uma concepção alargada de supervisão, tornando possível a articulação interorganizacional entre Escola e Hospital.

O que nós retemos finalmente desta comparação é o papel decisivo dos actores colectivos, profissionais (professores e enfermeiros) e agentes beneficiários (alunos e doentes) que necessitam de cuidados, no funcionamento futuro destas grandes organizações.

Referências Bibliográficas

- ALARCÃO, Isabel & TAVARES, José (2003), *Supervisão da Prática Pedagógica – Uma perspectiva de desenvolvimento e de aprendizagem na formação de professores*. Coimbra, Almedina.
- BALL, Stephen (2004), “Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar”, *Educação e Sociedade*. Campinas, vol.25, n°89, Setembro/Dezembro: 1105-1126.
- BLAU, Peter & SCOTT, Richard (1977), *Organizações Formais*. São Paulo, Atlas.
- BORRELL FELIP, Nuria (1989), *Organización Escolar. Teoría sobre las Corrientes Científicas*. Barcelona, Humanitas.
- CORREIA, José (1999), *Formação de Professores: da Racionalidade Instrumental à Acção Comunicacional*. Lisboa, Edições Asa.
- DEMAILLY, Lise & DEMBINSKI, Oliver (2002), “La réorganisation managériale à l'école et à l'hôpital”, *Éducation et Sociétés*, n°6: 43-64.
- ELLSTRÖM, Per-Erik (1983), “Four faces of educational organizations”, *Higher Education*, n° 12: 231-241.
- ETZIONI, Amitai (1984), *Organizações Modernas*. São Paulo, Livraria Pioneira.
- FERRY, Gilles (1991), *El Trayecto de la Formación: los Enseñantes entre la Teoría y la*

- Práctica*. Barcelona, Paidós Educador.
- HALL, Richard (1984), *Organizações, Estruturas e Processos*. Rio de Janeiro, Prentice-Hall.
- JUSTO, Cipriano (2005), *Mudar, para Onde, com Quem e Porquê*. Lisboa, Campo da Comunicação.
- LESNE, Marcel (1984), *Trabalho Pedagógico e Formação de Adultos*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- LIMA, Licínio (1994), “Modernização, Racionalização e Optimização. Perspectivas neo-taylorianas na organização e administração da Educação”, *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 14: 119-139.
- MESSINE, Philippe. (1991), *Os Saturnianos. Quando os Patrões Reinventam a Sociedade*. Lisboa, Edições Sagres – Promontório.
- PERROW, Charles (1965), “Hospitals: technology, structure, and goals”, in J. March, *Handbook of Organizations*. Chicago, Rand McNally & Company Chicago: 910-971.
- PERROW, Charles (1990), *Sociologia de las Organizaciones*. Madrid, McGraw-Hill.
- KOVÁCS, Ilona (2006), “Novas formas de organização do trabalho e autonomia no trabalho”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº52, 41-61.
- TANNER, Daniel & TANNER, Laurel N. (1980), *Curriculum development: theory into practice*. New York, Macmillan.
- TANNER, Daniel & TANNER, Laurel N. (1987), *Supervision in Education. Problems and practices*. Nueva York, Macmillan.
- WEICK, Karl E. (1995), *Sensemaking in Organizations*, Thousand Oaks, Sage Publications Series.
- WRAGG, Edward. C. (1987), “Consulting and analysing interviews”, In J. Bell, *et al.* (eds), *Conducting Small-Scale Investigations in Educational Management*. Londres, Harper & Row, 177-197.
- YIN, Robert (2005), *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Porto Alegre, Bookman.

O tempo da(na) investigação em tempos de crise

Elisa Maria Quartiero, Emilia Araújo e Lucídio Bianchetti

Introdução

Paquot (2002: 32) afirma que “a originalidade da obra que cada um deseja realizar depende grandemente desta capacidade de permanecer dono do seu tempo”. A proximidade entre a ciência e a arte é um dado adquirido na teoria social. Os modelos de interpretação da profissão e das identidades em ciência em muito vinculam-se aos que regem a compreensão da profissão na arte (Borges e Delicado, 2010). Os discursos dos actores protagonistas de ambos os campos traduzem do seu quotidiano esta imbricação e os frutos que ela produz sobre os resultados da arte e da ciência. Todavia, os progressos do capital e das suas modalidades de imaterialização têm forçado cada área a uma quadratura específica através da qual a ciência é classificada como uma actividade necessária e directamente produtiva. Uma actividade sujeita a processos de trabalho de características tayloristas e fordistas e estranhamente assentes no desligamento entre autor (investigador) e obra. De um golpe apenas, o da crise endémica do capitalismo financeiro, a ciência tornou-se uma actividade administrada, cada vez mais encomendada e também ideologicamente conotada. Seguindo os passos de qualquer outro bem, a ciência e a investigação ficam hoje sujeitas a modos institucionalizados de controlo estrito do tempo. Estamos em plena rota do “capitalismo académico” (Slaughter e Leslie, 1997; Paraskeva, 2009), contando com as suas mais diversas modalidades e implicações.

Este texto sintetiza ideias fundamentais sobre a experiência do tempo na academia e nele colocaremos algumas questões acerca dos paradoxos principais notados nos modos de organização do tempo no trabalho académico e na investigação. Temos em conta a intensificação dos ritmos de trabalho que se faz notar na implementação de sistemas de controlo e de qualidade e de avaliação do desempenho. Em jogo está a passagem de um modelo de organização temporal assente na prerrogativa da realização da investigação “com tempo”, para um modelo de trabalho em que a investigação se

realiza “sem tempo”. Uma passagem que é sinónimo de intensificação do trabalho em condições crescentemente precarizadas (Bianchetti e Machado, 2009), assim como paradigmas determinativos da investigação por critérios da sua utilidade política econômica imediata. Tal fazendo lembrar uma crescente valorização da “investigação administrada” (Adorno, 1995) que, ao se apresentar como única, especialmente em momentos de crise, obtém conformismo e desdenha o debate teórico e a investigação fundamental, ou seja, acaba por propor o “recoo da teoria” (Moraes, 2001). Sendo certo que esta inflexão entre temporalidades ocorre em momentos distintos, quando comparamos o Brasil e Portugal, verificamos que o caminho de racionalização do tempo, com implicações para a vida dos investigadores e professores (Robertson, 2009, Bianchetti, 2009) segue trilhos muito idênticos nos dois países, neles assentando um modo de estar (*habitus*) na academia e na investigação que se subsume na impossibilidade de “perder” tempo.

De forma geral, a tese principal acerca das características do tempo académico e de investigação (traduzidos também na temporalidade do conhecimento), segue uma linha argumentativa homóloga à que vigora na explicitação e caracterização das temporalidades individuais, impondo na análise os conceitos de incerteza, risco e ausência de futuro e de intervalo (Nowotny, 1992; 1996). E a abolição do intervalo traz a supressão do tempo de reflexão.

Tal como explica Szollos (2009), a relação dos sujeitos sociais com o tempo foi objecto de análise em inúmeras áreas disciplinares, tendo havido uma forte crença nos estudos quantitativos que tendem a vincular as actividades a um espaço de tempo. Todavia, como afirma o autor, estes estudos são pobres no que se refere ao entendimento da experiência subjectiva do tempo que se estende por várias categorias. É especialmente importante anotá-la no contexto da análise organizacional, tendo em conta o papel desempenhado pelas emoções na experiência quotidiana. Tal como propõem Smollan, Sayers e Matheny (2010), o ritmo das mudanças que ocorrem em contexto organizacional pode ter implicações sobre diversas esferas, incluindo a percepção do controlo e da justiça, da disponibilidade e formas de interacção, assim como o surgimento de reacções negativas.

Organizámos o texto seguindo uma linha de argumentação indutiva, que articula as abordagens teóricas e a reflexão com os dados recolhidos. Assim, dividimos o texto em três pontos principais. Primeiro apresentamos a metodologia utilizada. A seguir, desenvolvemos o enquadramento teórico e, em decorrência, desencadeando uma reflexão mais aprofundada sobre a mudança dos tempos de investigação.

Metodologia

O texto baseia-se em investigações realizadas pelos autores em Portugal e no Brasil versando sobre a população dos investigadores e professores nas universidades públicas. Estas investigações decorreram em contextos temporais distintos e seguiram metodologias específicas. Por isso, não permitem uma comparação estrita das situações.

O que fizemos foi reflectir sobre os dados que recolhemos nos dois contextos, tendo em conta enquadramentos produzidos acerca dos tempos e das temporalidades académicas. Com as pesquisas procurou-se estabelecer discussões e levantar questões que ajudassem na compreensão de como, no processo da atual globalização, foi instituído um padrão para a estruturação e o funcionamento da produção académica, com ênfase no nível de pós-graduação, em um processo que analisamos ser heterônomo à instituição universidade e ao trabalho daqueles que nela atuam como professores e investigadores.

No Brasil, os procedimentos de pesquisa incluíram entrevistas semi-abertas realizadas com investigadores brasileiros da área de educação – 74 entrevistados no período de 2006 a 2008 - e entrevistas com investigadores europeus, 16 entrevistados em 2009. Com relação à categoria administrativa das universidades onde atuam os entrevistados brasileiros, 33 pertencem a universidades federais, 14 a universidades estaduais e 28 atuam em universidades confessionais (católicas ou protestantes). Em sua maioria, os entrevistados europeus atuavam em universidades públicas, 14 deles, um em universidade confessional e outro em Centro Nacional de Pesquisa. O quadro 1, na página seguinte, traz uma breve caracterização dos entrevistados das pesquisas brasileiras.

Em Portugal, os procedimentos de pesquisa incluíram entrevistas semi-abertas realizadas com investigadores portugueses. Cruzam-se resultados obtidos em duas pesquisas. A primeira realizada por nós entre 2003 e 2005, no âmbito de um projecto de pesquisa sobre usos e representações do tempo dos académicos. Incluiu a realização de 14 entrevistas a docentes universitários doutorados, distribuídos tal como indicamos a seguir, no quadro 2, todos da Universidade do Minho.

A segunda incluiu uma pesquisa de âmbito nacional incluindo investigadores de vários centros de investigação, com idades compreendidas entre 25 e 39 anos e na situação de “bolseiros”, tal como indicado no quadro 3.

Incluímos também alguma reflexão sobre as diversas formas de mercantilização do conhecimento que estão em emergência em vários outros países, aproveitando para perceber como os teóricos, sobretudo na área da sociologia do trabalho, sociologia da ciência e sociologia das organizações

Quadro 1. Distribuição dos entrevistados por país/região, área de atuação e faixa etária

Local	Nº de Entrevistados	Região /País	Área de Atuação	Faixa etária			
				30/40	41/50	51/60	61/70
Brasil	74	09 Região Nordeste	74 Educação	02	04	31	53
		43 Região Sudeste					
		22 Região Sul					
União Européia	16	01 Áustria	07 Educação	02	03	05	06
		01 Inglaterra	04 Sociologia				
		04 França	02 Psicologia				
		01 Itália	01 Administração				
		02 Espanha	01 Bioquímica				
		07 Portugal	01 Lingüística				
Total	90	03 Regiões, 07 países					

Quadro 2 . Caracterização da Amostra por Unidade e Departamento

Sexo	Idade	Unidade	Departamento/Área
F	19/09/1965 - 37 anos	EEG	Gestão e Administração Pública
M	21/10/1969 - 33 anos	ICS	Geografia
F	19/02/1955 - 47 anos	IEC	Ciências da Educação da Criança
M	08/07/1964 - 38 anos	EENG	Sistemas de Informação
F	Falta de dados	ECS	Escola de ciências da Saúde
F	14/04/1964 - 38 anos	IEP	Psicologia
M	05/05/1963 - 39 anos	EENG	Electrónica Industrial
M	28/02/1958 - 44 anos	ICS	Instituto de ciências Sociais
F	27/04/1967 - 37 anos	EEG	Gestão e Administração Pública
M	Falta de dados	ECS	Escola Ciências da Saúde
M	8 /01/1972 - 31 anos	ED	Presidência
M	10/02/1968 - 35 anos	EEG	Gestão e Administração Pública
F	03/12/1945 - 57 anos	IEC	Expressão Artística e Educação Física
F	16/04/1972 - 31 anos	EC	Matemática

Fonte: Albergaria (2006)

Quadro 3. Entrevistados, segundo a área científica

Área Científica	Sexo do Inquirido		Total
	Masculino	Feminino	
Ciências Naturais	3	7	10
Ciências da Saúde	5	2	7
Ciências da Engenharia e Tecnologias	6	-	6
Artes e Humanidades	1	13	14
Ciências Sociais	4	13	17
Total	19	35	54

Fonte: Investigação publicada – Araújo e Pimenta (2008)

perspectivam estas mudanças. Desse modo, procuramos manter uma linha ensaística e etnográfica em todo o texto, nele integrando, conforme a pertinência sociológica, excertos de diversas entrevistas realizadas no âmbito das investigações acima mencionadas. Acrescentamos, ainda informação que perpassam os nossos quotidianos de trabalho como investigadores e docentes.

Tempos académicos

Oili-Helena Ylijoki e Hans Mantyla (2003) identificam quatro perspectivas (ou tipos) de tempo prevaletentes no quotidiano académico: o tempo “marcado” (linear e burocrático); o tempo “parado” (o da investigação e da reflexão, não passível de ser cronometrado), o tempo constricto (o tempo cada vez mais dividido entre muitas tarefas) e, finalmente, o tempo pessoal. O tempo marcado condensa todo o tipo de temporalidade rígida, pré-definida e antecipada. Trata-se do tempo definido externamente ao sujeito - o académico - e a ele imposto sob a forma de prazos e horários. Este tempo marcado é denso e, beneficiando das tecnologias de informação e de comunicação, impõe-se em qualquer outro espaço-tempo de forma persistente. O tempo “parado” refere-se ao tempo transcendente, intemporal, aquele tempo inerente à imersão numa tarefa que se tem em mãos. Prende-se com a motivação e o entusiasmo, fascinação com que se faz a imersão no trabalho. Geralmente corresponde ao tempo de leituras e de escrita. Recolhemos um excerto que elucida as características deste tempo. Trata-se de uma investigadora e docente numa universidade em Portugal que fala sobre o facto de o

trabalho acadêmico tornar difícil a separação de fronteiras entre trabalho e não trabalho quando “o trabalho” lhe está entranhado no corpo e na alma:

“Agora o porquê que também não me agrada às 6 da tarde, ir para casa? Porque é incompatível a pessoa ter uma paixão pelo que está a fazer e ter um horário fixo, está a perceber? Porque é incompatível... porque se eu estou toda entusiasmada, por exemplo: a rapariga vai fazer isto e eu quero corrigir, eu sou capaz de às 6, toca o relógio e eu dizer: olha... tchau, agora passo o meu entusiasmo a corrigir para amanhã de manhã (...) ou a pessoa diz: “estou ansiosa que chegue às seis”, ou então diz. ”eh pá, quero lá saber que chegue às seis agora estou a ver isto”. (Portugal)

Este tempo “intemporal” baseia-se na autonomia e na liberdade académica, pelo que implica grande concentração e longos períodos de trabalho. Devido aos constrangimentos do tempo marcado, os académicos (neste caso) pouco podem usufruir do tempo “parado”. Assim, para muitos, esse tempo é tido como um ideal a ser realizado no futuro. O tempo “constrito” refere-se à perspectiva de tempo que inclui, por exemplo, o tempo dos contratos que apela à necessidade de mostrarem produtividade e competência. O tempo pessoal refere-se ao tempo de vida. Inclui o tempo de trabalho, mas envolve o tempo não utilizado em actividades relacionadas com o trabalho académico. Inclui-se nele o tempo familiar e o tempo livre.

Adam (2005) afirma que o tempo social da “modernização” tende a ser naturalizado. A autora acrescenta que o tempo social tende a inscrever-se na realidade não questionada e tomada como garantida.

Marx (1974) escrevia n’o *Capital* que os homens pouco valiam na sociedade industrial emergente, pois o tempo era tudo o que contava, que eles mais não seriam do que a carcaça deste. Durante mais de um século, aquela máxima integrou os repertórios da luta sindical. Em vários países, a presença dos movimentos sociais levou a mudanças profundas na organização dos tempos de trabalho. Muito além de se ter zelado pela divisória inviolável entre tempo livre e tempo ocupado, os Estados Sociais envolveram-se, particularmente, numa busca persistente pelo reconhecimento do valor do tempo e, fundamentalmente, pelo valor do tempo de vida, nas suas diversas esferas. São exemplos as numerosas mudanças legislativas sobre o direito a férias, estipulação da duração dos contratos, salvaguarda das expectativas, entre vários outros. Houve até autores centrados no estudo de realidades ocidentais que acreditaram no fim do trabalho e na emergência de uma sociedade do lazer.

O certo é que falamos de todo um caminho que acabou por ser percorrido, a par e passo, com a progressiva aceleração dos ritmos de trabalho,

controlo do “desperdício” de tempo e dessincronização dos ritmos de vida individuais e familiares. As teses sobre a mudança social vincam, designadamente, a concomitância destes processos com a emergência e consolidação da *sociedade baseada no conhecimento*. Esta, além de tudo mais, é globalizada e transnacional, movida pelos parâmetros da produtividade e da comercialização de bens materiais e, também, crescentemente, imateriais. Uma sociedade, cujo modelo de produção está poderosa e estritamente centrado na eliminação de desperdícios de tempo. Uma sociedade em que a própria transformação do trabalho – de material e directamente produtivo para imaterial, intelectual e informacional – *justifica* a ruptura de fronteiras espaço-temporais entre espaço-tempo livre e espaço-tempo ocupado, assim como a progressiva instalação de ritmos e estilos de vida assíncronos e móveis. Hoje continuamos com uma sociedade, cuja organização social assenta na máxima exploração do tempo. Do tempo físico e do tempo existencial, biográfico e humano.

Musselin (2007: 2) descreve e analisa as mudanças mais notórias na academia e no trabalho académico. A autora argumenta que a introdução de sistemas de avaliação, a semiprivatização das universidades e a criação de unidades de investigação altamente prestigiadas têm trazido mudanças muito significativas nos conteúdos das tarefas a desenvolver pelos investigadores. Conclui, citando Hankel (2009), ter havido uma acelerada e crescente desqualificação dos académicos, manifesta no declínio do prestígio e no abaixamento do vencimento. Tal como enuncia a autora, as actividades académicas são cada vez mais diversas e múltiplas. São também significativamente distintas daquelas que tradicionalmente se assumiram como fundamentais: a investigação e a leccionação. Com efeito, a avaliação do desempenho proposta aos académicos hoje passa muito intensamente pela sua capacidade de *marketing*, pela capacidade de fazer entrar dinheiro na universidade, através de projectos e consultoria. Musselin é clara: as actividades relacionadas com a proposição de projectos, desenvolvimento de contratos, condução de programas *e-learning*, envolvimento em processos de transferência de conhecimento, gestão de ciência e tecnologia, entre outras, são altamente valorizadas. São centrais na avaliação curricular e começam a ser condições e requisitos para a contratação.

O que se passa é que os modelos de produção e disseminação do conhecimento estão hoje assumidamente orientados pelos paradigmas neo-liberais. Entre outras, estes possuem a particularidade de produzirem realidades, processos, culturas isomórficas, quase idênticas e independentes dos contextos culturais e das ideologias políticas caracterizadoras dos modos de governo. Numa palavra, paradigmas que aspiram a ser globais, procedendo

sob o princípio da existência de uma avaliação num espaço de competição global. Tal como dissemos acima, uma das características do neo-liberalismo aplicado ao conhecimento é a consideração deste como um bem comercializável, sujeito às leis da oferta e da procura, cuja dinâmica resulta, também, da sua capacidade de se *fazer notar* como *necessário* e *útil* à sociedade. Esta tendência afecta profundamente os modelos de organização das universidades e centros de investigação. Com efeito, estes incorporam, cada vez mais, sistemas sofisticados de controlo dos processos de trabalho, assim como modelos de avaliação do desempenho que conferem importância elevada à internacionalização de resultados de investigação e ao número de estudantes e/ou investigadores envolvidos. É interessante notar que esta óptica gestora, centrada na avaliação de objectivos e no controlo estrito do tempo, não confere um estatuto privilegiado ao tempo “ocupado”.

Paradoxalmente, mas entendível à luz da imaterialização dos processos de trabalho, assim como às metodologias de avaliação, o controlo do tempo e o aumento da aceleração nas respostas solicitadas aos investigadores e docentes dão-se através de um processo mais insidioso. Isto é, por meio do controlo do tempo “não ocupado”. Trata-se de uma zona de poder do próprio modelo de organização capitalista.

A importância do tempo não quantificável para o capitalismo académico

No contexto do trabalho académico e de investigação, assim como de profissões ligadas directamente à educação, o controlo do tempo “não quantificável” é potenciado pela introdução de meios tecnológicos de informação e comunicação nos próprios processos de trabalho, cuja execução não demanda um horário e um espaço fixos. Resumidamente, acontece que as tecnocracias técnicas, informáticas e contabilísticas penetram os sistemas de organização do tempo, gerando modelos de organização, à partida, tão estandardizados e flexíveis que se “oferecem” a ser operacionalizados em qualquer espaço-tempo. Gradualmente, são os próprios sujeitos deste poder (os alunos, os docentes e outros) que colaboram com o sistema aparentemente eficaz, mas insidiosa e “suavemente” colonizador do tempo “livre” e do tempo “não ocupado”. Deixa-se à mercê da competência e do mérito de cada um a busca de mais tempo para corresponder com qualidade às demandas de carreira. Descendo ao universo quotidiano do trabalho de investigação e de ensino nas universidades, encontramos um número crescente de situações que mostram a importância que tem para a gestão capitalista do conhecimento não quantificar o tempo.

Podíamos mencionar as mudanças na carreira académica e nos estatutos do investigador e do professor, acompanhados de elevada precariedade contratual oferecida ao sistema extremamente competitivo, aberto internacionalmente, assim como da pressão para a atracção de alunos e controlo dos cursos com base na sua empregabilidade. Mas, retenhamos, sobretudo, alguns processos em curso, perfeitamente legais por um lado, mas com equívocos, por outro, provocando aumento da disponibilidade de tempo: as orientações de tutórias de alunos não contabilizadas nos programas formais, a redução drástica das horas de atendimento, não compatíveis com as horas que objectivamente os alunos necessitam, a implementação de sistemas sofisticados de controlo de presenças, sumários e registo de interações alunos-professor, a não contagem objectiva do tempo para a investigação, não obstante a sua avaliação periódica e extremamente orientada por critérios de ordem quantitativa.

Tais exemplos mostram que o olhar sociológico deverá estar hoje voltado, não para o tempo que se quantifica. Antes pelo contrário, deve estar centrado no tempo que não se quantifica, aquele que aparentemente não se submete a controlo. É nesta zona de liberdade que encontrámos surpreendentes elementos caracterizadores dos modelos político-económicos em que nos movemos, particularmente em contextos não usualmente endereçados pela avaliação: depois de tudo, a avaliação do desempenho individual e colectivo conta, não com o tempo objectivo e quantificado, mas com o tempo opaco, deixado ao interesse e à iniciativa, ao zelo do sujeito. É o que nos diz um investigador espanhol que mostra como se materializa a aceleração, através da impressão constante de que alguma coisa escapa. Isso sinaliza a naturalidade com que os investigadores consideram não terem tempo para fazer tudo, que o tempo escapa, que não são, afinal, donos do tempo, que estão *despossuídos*, não só do tempo formalmente considerado “ocupado”, mas de todo o restante.

“O tempo é muito mais denso e intenso e a impressão que se tem é de que o tempo escapa e de não fazermos bem o próprio trabalho por falta de tempo. Esta impressão é cada vez mais forte (...). O computador, em casa, permite teletrabalhar de dia e de noite, fazer mais trabalhos e trabalhar mais e melhor, porém com custos à qualidade de vida pessoal”. (Brasil)

Menzies e Newsen expunham, em 2007, um quadro interpretativo muito elucidativo sobre a progressiva dominação do tempo pelo trabalho. Em muito, ele relaciona-se com a abordagem que fazemos neste artigo, a propósito da entrada gradual do trabalho sobre o tempo livre, embora ainda de

forma camuflada e não quantificável. As autoras afirmam que os académicos estão sem tempo para pensar e para criar realmente. Segundo as autoras, ao analisarem o contexto académico canadiano, lugar onde se tem verificado um dos fenómenos mais expressivos de objectivação da dominação do tempo, os académicos estão confrontados com cada vez mais demandas que entram em conflito de tempo e de prazos. Ao munirem-se de tecnologias cada vez mais avançadas, como forma de escapar a esses conflitos ou evitá-los, acabam por gerar ainda mais escassez de tempo. É importante pensar, sobretudo, no que as autoras dizem quando frisam que esta pressão sobre o tempo é uma parte integrante dos regimes temporais das universidades e das organizações de conhecimento que, deste modo, ficam posicionadas na “economia global” (Menzies e Newson, 2007). É certo que podemos antecipar a fragilidade e o possível colapso deste sistema formado de múltiplas e desencontradas temporalidades, justamente porque não é sustentável, não encontra bases suficientemente sólidas nas temporalidades humanas e ambientais (Hope, 2006). Todavia, é sobre ele que o sistema se desenvolve, acompanhado da convicção da impossibilidade de acção individual.

O intelectual orgânico

De um lado há uma forte indução para que os académicos façam aquilo que apenas pode ser quantificado e contribua com índices (Waters, 2006). De outro, a partir de uma perspectiva gramsciana, esta forma de gerir a investigação, produtividade que exige e competitividade que desencadeia, está a fazer com que cada investigador seja induzido a ser um “intelectual orgânico do seu próprio *curriculum*”. Os espaços de trabalho são marcados por “surtos competitivos” (Bianchetti e Machado, 2009) em que a competição e a vigilância sobre a produção de outros académicos instala-se também por dentro das interações e das relações sociais.

Trata-se de um *habitus* profundamente auto-disciplinador e hetero-vigilante, de resto desejado pelos próprios sistemas de avaliação propostos pelas tecnocracias do tempo marcado. Além das conhecidas ramificações deste *habitus* no comportamento inter-relacional, traduzido no aumento dos fenómenos de assédio laboral e saneamento simbólico, há a frisar, para o contexto desta comunicação, os efeitos sobre as temporalidades biológicas e ritmos fisiológicos que surgem alterados e extenuados da sua função natural. Não há estatísticas que o provem, nem politicamente o assunto ocupa discussão. O certo é que os espaços académicos acabam por produzir *cocktails* explosivos, de alcance individual e colectivo e que importa prever, em especial no que respeita a potenciais implicações neurológicas e fisioló-

gicas. Por tratar-se de assumir que o caminho que se percorre inscreve-se no desapossamento do tempo, pensamos ser relevante citar Fitzpatrick cuja leitura nos permite antecipar que efeitos se podem prever da injunção de regras de controlo do tempo sobre duas componentes do trabalho académico: a investigação e a “educação”:

“The time of capitalism is also commodified (Wilson, 1999). The extent to which modern societies have abstracted themselves from natural or seasonal time is well documented; this does not mean that the natural and the social have become detached, merely that the social reads the natural as an externalized reflection of itself (Elias, 1992). (...) As the quantification and measurement of time has become more precise, so we have become less the agents who embody time and more the subjects that commodified time embodies. Therefore, time becomes configured with commodity values, for example the reified injunction to use time productively so that it is not wasted. And as units of time shrink the pace of their passing seems to accelerate, leading to a premature decrepitude as our consciousness of time becomes senile, speeding beyond our capacity to assimilate the everyday (Fitzpatrick, 2004: 202)”.

Outras colonizações

Os dados recolhidos junto aos investigadores, docentes em universidades, apontam, predominantemente, para prejuízos na produção qualificada do conhecimento advindos das formas de controlo baseadas em critérios quantitativos. No contexto brasileiro, é certo que as manifestações, seja nas entrevistas, seja nas publicações, convergem no sentido de que ninguém é contra este controlo. Porém discordam da forma como é realizado e, principalmente, os critérios utilizados e a invasão dos espaços sociais para atingir estes critérios, tão homogêneos, desconsiderando a heterogeneidade das áreas¹.

Com efeito, a produtividade, a competição, o produtivismo, o *burnout*, as doenças do trabalho, a sobrecarga, a intensificação, a angústia, o barateamento da formação, a mediocrização, as classificações, o *ranking*, a punição, o lattes², a pressão, a publicação, o ISI; a *qualis*, o *impact factor*, o cansaço, desconforto, doença, *stress*, redução de tempo, Tempo Médio de Titulação (TMT) entre outras, são palavras ou expressões que frequentam cada vez

¹ Em termos de bibliografia, exemplar é o texto: “A avaliação *defensiva* no modelo CAPES de avaliação é possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado?” (Sguissardi, 2006).

² Referência à “Plataforma Lattes” (em homenagem ao físico brasileiro Cesare G. Lattes), na qual estão abrigados os currícula dos investigadores brasileiros e outros que desenvolvem projectos conjuntos com estes.

com mais intensidade o universo vocabular de académicos. Constituem o seu reportório de justificação e legitimação as afirmações “não sei para onde me viro”; “tenho tanta coisa para fazer”, “não aguento mais”. Atentemos num excerto de um investigador na área da Engenharia:

“O que eu sinto é que ando saturado, ando cansado porque há sempre coisinhas, então as coisas vão ficando sempre para a última hora. Mas saber dizer não às coisas, saber adiar as coisas ou saber não pegar nas coisas é uma atitude importante. (...) Normalmente, é muito raro o dia de sair às cinco e meia, normalmente saio às sete e meia, oito e meia, nove horas. Ainda levo trabalho para fazer em casa e em casa você ainda está pensando nas coisas que tem de fazer e... anota e...”. (Portugal)

Trata-se de um posicionamento articulado em redor da escassez do tempo elegantemente paralela à acção gestionária que reforça o envio de pedidos por *e-mail*, intensifica a visibilidade do erro no espaço das redes sociais, apela ao zelo e ao bem colectivo e reitera, com recurso recorrente a um projecto colectivo (sempre dito na primeira pessoa do plural – *nós*) uma crença inexorável na imaterialização dos processos e seu controlo electrónico que se crêem “rigorosos”, “relevantes” e “fiáveis” (notas de campo). No fundo, podemos conceptualizar estes processos de “solicitação” do tempo do investigador e do docente como processos de “colonização do mundo da vida” (Habermas, 1988). E, tal como propõe Brand, estes processos implicam assumir que vários elementos da reprodução social, da integração social e da socialização estão ameaçados. Diz o autor que “há uma perda de sentido ao nível da reprodução, anomia ao nível da integração social e patologias, ao nível da socialização” (Brand, 1986: 48). Do ponto de vista individual quando se analisa o ritmo biológico, as características e as peculiaridades dos académicos parece que os saberes tácitos e as sociabilidades são os elementos sacrificados no altar da produtividade.

“Ah, meu Deus, tanta coisa...mal me lembro do meu aniversário (risos) (...) Tratar-me bem, não quer dizer...sei lá...ler um livro, passear... isso é o que eu não faço em absoluto, percebe? (...) praticamente não leio nada que não seja científico (...) ando sempre com os cabelos assim...”.(Portugal)

Este processo está a tornar-se tão generalizado, tão universal que a academia, a universidade está a ser submetida ao mesmo ritmo das empresas, com repercussões tanto na produção do conhecimento, quanto na qualidade de vida daqueles que trabalham nessa instituição. As teorizações e pesquisas de Schwartz (2003) ganham sentido ao tratar do “uso de si para si” e do “uso

de si pelo outro”, através do controlo sobre o tempo. O tempo do quotidiano e o tempo biográfico. As entrevistas que realizamos a investigadores neste momento com bolsas de investigação e com nenhuma ou poucas expectativas de virem a ingressar na carreira académica, a não ser com contratos muito precários, demonstram este estado da experiência de desapossamento do tempo:

“Não próximo ano, não sei. Para já, a minha situação ainda não é muito estável aqui, o instituto está a mudar muito, não sei o que é que vai acontecer, mas também prefiro não me preocupar muito. Quer dizer uma pessoa acaba por aprender a viver com esta inconstância e com esta...E depois acho que também acho outras coisas para fazer, portanto eu tenho quarenta e três anos, não sei se tiver de começar outra carreira diferente... se calhar não sei fazer outra coisa (risos), mas não sei, pode ter de acontecer ainda....” (Portugal)

“Como há muita pressão, que uma pessoa nunca sabe se vai ter bolsa ou não, há sempre tendência para trabalhar demais. Por exemplo, eu agora no final de 2007 vou ficar sem bolsa, tenho por aí 6 a 7 artigos para escrever, se o meu trabalho fosse contínuo ia-os escrevendo e tou a tentar escrever uma data deles até ao fim do doutoramento. Porque depois, quando abrir as bolsas de pós-doutoramento, já em fevereiro, eu já poder concorrer com um currículo muito melhor e nesse sentido a pessoas às vezes salta fins-de-semana. Por exemplo, este ano não fiz férias, vou fazer as férias a partir do momento em que já não adianta mandar os artigos porque eles saem antes dos concursos da FCT”. (Portugal)

Esta é a realidade de quem faz do tempo de estudo tempo de trabalho. Porém, a realidade daqueles que estão com carreiras estabilizadas não é diferente. Em outra investigação, com docentes e orientadores de pós-graduandos, explicitavam assim dois entrevistados:

“Estamos vivendo um tempo em que o sábado ainda é sexta-feira e o domingo já é segunda-feira” (Brasil).

“ (...) acontece mais ao contrário, eu estar por exemplo aqui às oito horas numa sexta-feira e achar que eu devia estar era me divertindo ... muitas vezes eu saio daqui e lembro-me disso e...às vezes saio daqui às nove e meia da noite e a quantidade de carros na rua... as pessoas não estão vindo do trabalho estão se divertindo...e tal... eu acho que quem quer isto aqui é realmente para quem... quem tem um curso superior e ganha mais por isso não pode ter um horário fixo, se tem trabalho faz se não tem não faz...” (Portugal).

Duas ideias são imperativas para percepcionar os tempos académicos hoje, basicamente sustentados pelos tempos da produção de indicadores quantificáveis:

Em primeiro lugar, os tempos da investigação que sustentam a carreira e os percursos de um académico – docente e/ou investigador – são de domínio, quase exclusivo, de tecnocracias especialistas na métrica do “tempo marcado” (Ylijoki e Mantyla, 2003), burocrático e linear assentado aparentemente no tempo-relógio. Para estas, a produção científica é algo externo e manipulável. Waters (2006) é enfático ao afirmar que os gestores tomaram conta da dinâmica universitária. De um lado, responsabiliza-os pela imposição de um ritmo ‘empresarial’ à universidade, de outro, não poupa críticas aos investigadores pela supremacia desse *status quo*, segundo o autor, em função da aceitação, da acomodação que favorece essa subsunção da atividade académica ao ritmo empresarial.

Em segundo lugar, verifica-se um progressivo distanciamento entre investigadores seniores com contrato estável e investigadores juniores, sem contrato ou com situações precárias que os deixam vulneráveis à colonização do tempo não ocupado, tanto o tempo constricto como o tempo pessoal. Com efeito, a pesquisa para a dissertação de mestrado de Mattos (2007) e a continuidade da investigação no doutorado comprovam, conforme a investigação de Beaud e Pialoux (1999) na França, entre operários e com similitudes também no Brasil e de Araújo e Pimenta (2009), em Portugal, o estreitamento das opções de trabalho, que conduz os novos investigadores à procura da sobrevivência em mercados caracterizados pelo signo da precariedade.

Ylijoki (2010) coloca, aliás, um problema fundamental na actualidade: as implicações para as identidades profissionais, assim como para o perfil das áreas de investigação, da crescente contratação de docentes e investigadores a contratos a termo certo e de curta duração. A investigadora, que tem uma longa trajectória na análise das mudanças verificadas nos regimes temporais das universidades, assinala a existência e a revalência de modos de perspectivar o futuro que acentuam a incerteza, o centramento no presente e a necessidade de planear a vida degrau a degrau. Bauman (2007:16), ao discutir o que chama de “vida líquido-moderna”, analisa que o terreno sobre o qual as expectativas de vida se assentam na actualidade é “reconhecidamente instável”. E exemplifica: os empregos, as empresas que os oferecem, os parceiros, as redes de amizade, a posição na sociedade mais ampla e a auto-estima e a autoconfiança que geram. Segundo o autor, é como se tivéssemos saído de um “otimismo radical e uma promessa de felicidade universalmente partilhada e permanente” para o pólo oposto representado pela ameaça de uma mudança “inexorável e inescapável” que traz como presságio “a crise e a tensão e impede que haja um momento de descanso (2007:17)”.

Incapazes de modificar ou reduzir o ritmo da mudança, os académicos organizam os universos das práticas quotidianas orientados para a satisfação

de demandas no presente. E estas estão relacionadas com a concretização de tarefas relacionadas e com a docência (cada vez mais regulada pelos tecnocratas do tempo marcado justificando as suas exigências pela necessidade de gerar e manter a qualidade). O tempo da/para a investigação, tal como tem vindo a ser evidenciado por outros autores noutros contextos (Sguissardi e Silva Jr, 2009) é relegado para espaços-tempo de outras esferas da vida não institucionalmente reguláveis.

Não falamos agora apenas da emergência da tecnocracia do tempo marcado na investigação que tende reivindicar a inércia dos investigadores por não contribuírem directamente com produtos potencialmente objecto de circulação no mercado. Falamos também das carreiras na ciência. Estas estão a tornar-se cada vez mais desinstitucionalizadas e objecto de responsabilização individual. Estão-se a transformar mais em itinerários - usando o conceito de Monchatre (2007: 472) - tanto que são organizadas ao longo de uma sequência do tempo específico determinada institucionalmente e estão mais dependentes do indivíduo. Trata-se de actividades que incorporam a *necessidade* de mobilidade e de deslocação (Harvey, 2002). Tal como Moore explicitava, uma carreira implica um conjunto de pressupostos alicerçados em intervalos e fases que conferem aos indivíduos uma expectativa, uma possibilidade de garantir segurança ontológica e experiencial ao longo do tempo biográfico. Mas não é essa a realidade. Neste plano os indivíduos parecem dar um *chuto* constante ao futuro:

“O futuro depende das condições que entretanto surjam. A posição que eu tenho enquanto investigador para já não é permanente. O futuro depende de haver continuidade. Se não houver continuidade haver oportunidades disponíveis. A gente tem estes contratos de cinco anos e não sabe muito bem o que vai fazer quando isto chegar ao fim, mas na altura a gente pensa nisso”. (Portugal)

Com apoio nos estudos de Charlot e Glasman (1999: 23) poderíamos afirmar que os sujeitos devem construir-se em um mundo que se quer “fluido”, flexível, intersticial, pensável em termos de fluxos e de redes”. Os autores analisam que “a identidade social e profissional não é mais proposta através de figuras identificatórias que ilustram as diferentes fases de uma vida no trabalho”, mas deve ser elaborada ao longo das ‘oportunidades’ que os sujeitos encontram no percurso. No entanto, os autores fazem uma ressalva e um alerta: a aventura é uma viagem sem bússola, no meio de obstáculos. Parafraçando Hobsbawm (1996), estamos vivendo um tempo no qual o mapa e o território não coincidem mais.

Ao ser transformada em itinerário, ainda que regulada estatutariamente, a actividade de investigação assume a classificação de actividade “de risco”

e, portanto, sem contexto para a reivindicação de uma duração. Com a penetração do discurso da crise e da ausência de perspectivas, assiste-se à naturalização desta representação. Os investigadores e docentes interiorizam a necessidade de ultrapassarem os critérios propostos pelos modelos de avaliação, em ordem a apresentar uma situação favorável nos potenciais recrutamentos e /ou concursos. Estamos em presença de um processo em que a naturalização é forçada e reforçada pelo recurso a um discurso poderoso que assinala a necessidade de mudança e a impossibilidade de ser de outra forma, dada a escassez de recursos e dada a inexorável globalização. Mészáros (2007) talvez seja dos neo-marxistas quem explicita com mais clareza esta problemática, ao afirmar que:

“O caráter único do sistema do capital é manifesto no imperativo estrutural de ‘crescer inexoravelmente ou perecer’. Nenhum outro sistema de reprodução sociometabólica em toda a história humana jamais teve qualquer coisa semelhante a essa determinação interna – extremamente problemática – do capital. Essa determinação estrutural também revela a completa falácia socialmente aut vantajosa de deturpar a ordem reprodutiva do capital apresentando-a como *regra universal* intransponível, arbitrariamente projetada para trás, em direção ao longo passado histórico, e para frente, rumo a um futuro capitalista eternizado. Uma regra universal decretada de forma arbitrária e para a qual, conforme o lema bem conhecido dos apologistas do sistema, ‘não pode haver alternativa’, é claro” (Mészáros, 2007: 334).

A pressão para publicar constitui, por um lado, o foco mais manifesto da tecnocracia do tempo marcado e, por outro, da ausência de tempo pessoal, para a reflexão e maturação de ideias inovadoras ou seja do tempo parado. O excerto seguinte demonstra este estado de conflito interno e identitário:

“Eu não sinto tanto, mas, por exemplo, nas publicações já sinto um pouco mais, já sinto que realmente há uma pressão para publicar e que eu acho que é importante publicar o nosso trabalho, não faz sentido fazer de outra maneira, eu sinto isso quando veja se não houver artigos sobre este tema que me interessa, eu não consigo saber se há investigações, se a minha área é original ou não, em que medida há investigações similares, publicações essenciais. O problema é que o tempo também não é como a gente gostaria e às vezes a conjugação da docência com a investigação é complexa, é uma conjugação que a meu ver faz todo sentido, é ótima, é muito importante para melhorar qualquer das actividades, mas em termos de tempo, às vezes é complicado. É muito complicado conseguir fazer isto tudo, conseguir fazer projectos, conseguir dar aulas com Bolonha e acompanhar os alunos, porque Bolonha é ter um sistema mais de tutoria e eu acho que isso faz todo o sentido, turmas de 40 alunos e não é nada comparado com colegas aí que tem 80 ou 90, não funciona. Não dá, é muito difícil de organizar,

fazer isso e depois ao mesmo tempo publicar, que é uma coisa que ainda leva sempre muito tempo, pelo menos a parte da escrita, para mim é que consome muito tempo”. (Portugal)

Outro entrevistado, além da pressão relacionada ao tempo para publicar, agrega outro fator de *stress*, que é a questão da competição por produtividade:

“A gente é prisioneira de uma temporalidade, prisioneira de uma produtividade, prisioneira de um fluxo, e aquilo que é o próprio exercício da construção teórica, da construção do pensamento, que tem totalmente outro tempo, porque é o tempo da criação, hoje em dia isso não existe. Então a gente tem um caráter mais de engenharia, temos que obedecer a um fluxo (...) Estamos submetidos a uma política duríssima. A guerra da produtividade ...”.(Brasil)

Como é possível perceber, além do tempo da produção, da leitura, da pesquisa, da elaboração, da preparação do artigo, do texto, enfim, daquilo que vai ou se pretende ou, melhor dizendo, se necessita publicar, há também o tempo adequado para esta publicação ser veiculada, socializada. Não pode ser antes e nem depois de um certo *timing*. Não é interessante antecipar-se com algo que ainda não se esgotou, em termos de preparação qualificada e nem depois, uma vez que outros em espaços-tempos diferentes podem estar pesquisado na mesma direção e serem mais ágeis na socialização dos seus achados. Ocorre que este fator implica nos recursos para a veiculação, nos meios para a socialização e nem sempre essas temporalidades, disponibilidade e necessidade de veicular, estão sincronizadas. Os acadêmicos estão a desenvolver estratégias para poderem conciliar o tempo marcado e constricto com o tempo pessoal, conforme depoimento de uma investigadora, na procura de separar espaços cada vez mais permeáveis:

“ (...) porque a família também não pode sofrer por causa disso e, muitas vezes, até tendo algumas coisas que até sei que precisava de fazer, chega a sábado de manhã, faço saco para mim e para o meu marido e ala para fora de casa! Nem que seja aqui a dois passos, mas metermo-nos num sítio qualquer fora de casa, porque dentro de casa uma pessoa já sabe que acaba por ir sentar-se ao computador para fazer umas coisas. Muitas vezes, quando é isso e tenho coisas que quero avançar, levo comigo, mas nessa altura não tenho remorsos, porque não tenho o sentimento de ir prejudicar o fim-de-semana por causa disso, sei lá: tenho testes para corrigir, tenho trabalhos dos alunos para ver, meto-os numa pasta e... (Portugal)

Este depoimento, e muitos outros com o mesmo teor, remetem a reflexão sobre formas de controle neste “mundo opaco e instável”, como nos diz

Bauman (2007). O esforço e a concentração parecem voltar-se para o que é possível, às ações que ainda acredita-se poder controlar e assim, como um simulacro, recuperar o tempo pessoal. Para Schwartz (2003), ao analisar as condições em que o trabalho e as atividades são realizadas, a vida no trabalho permite a troca de saberes, as experimentações e os profissionais trazem em si a capacidade para a transgressão assim como para a superação das dificuldades imprevistas, o que o autor denomina “brechas das normas”. O autor acredita que sempre há a possibilidade da transgressão pois o trabalho é um universo de microtransgressões, o espaço para questionar o prescrito.

Conclusão

Até poucas décadas, a questão do tempo acelerado era algo afeto ao mundo do trabalho, no interior das empresas, particularmente relacionado a um ritmo ditado por mecanismos externos, cuja materialização “tipo ideal” era a “esteira rolante”. Com o passar do tempo o taylorismo invade outros espaços-tempos e a universidade não fica imune. Uma das características básicas dos novos tempos é que os mecanismos aceleradores, os mecanismos de controlo “migram” para dentro de cada comunidade académica – para ficar na nossa temática – e para o interior de cada indivíduo. Sennett (2006) ao analisar este movimento fala em um “novo capitalismo” agora mais globalizado e invadindo o espaço da cultura, com manifestações no interior do sistema educativo em aspectos que Slaughter e Rhoades (2004) denominam de *Academic Capitalism*³, que transforma tudo em mercadorias intercambiáveis, desde o trabalho dos académicos, até suas produções em forma de investigações, *papers*, livros, comunicações, entre outros.

Ao iniciar o texto fizemos referência a Paquot e sua crença na necessidade de cada um ser dono do seu tempo, como (pré)condição para a “originalidade da obra”. Ao confrontar com a realidade de trabalho vivenciada pelos académicos que participaram das nossas pesquisas, no Brasil e União Europeia e, dentro dela, mais especificamente, Portugal, esta crença é impactada com relatos de um tempo de trabalho fortemente marcado e constricto. As afirmações “*é preciso fazer cada vez mais e mais depressa*”, “*o tempo escapa e não fazemos bem o nosso trabalho por falta de tempo*”; “*os tempos de trabalho e de lazer se fundem*” perpassam seus depoimentos. Da mesma forma como muitos outros trabalhadores que passaram por mudanças radicais na organização do seu trabalho, os investigadores e docentes que atuam na pós-graduação também vêem seu trabalho modificar-se.

³ Ver a este respeito a coletânea organizada por Paraskeva (2009).

Este texto teve um carácter reflexivo, regulado por um olhar atento sobre a realidade do mundo académico hoje e suas transformações. Procurámos evidenciar os principais argumentos que aliam a vigência do capitalismo académico à emergência de outras formas de controlo e de colonização do tempo ainda muito estranhas aos universos académicos.

Em síntese, sustentamos a ideia de que as universidades e a academia constituem hoje campos concretos de choque de temporalidades e de tempos reflectidos sobre a vida quotidiana.

Referências Bibliográficas

- ADAM, Barbara (1995), *Timewatch, The social analysis of time*. Cambridge, Polity.
- ALBERGARIA, Ana (2006), *Discursos do tempo sentido*. Universidade do Porto, FLUP, Tese de Mestrado (não publicada).
- ADORNO, Theodor (1995), *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ARAÚJO, Emília (2010), “Contributos para pensar indicadores de carreira científica”. [Online], disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11610/4/Carreiras%20na%20investiga%C3%A7%C3%A3oF.pdf> [consultado em: 23, Julho, 2011].
- ARAÚJO, Emília (2010), “Quase diabólico- Elementos para a compreensão das carreiras de investigação hoje”. [Online] disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11650/5/Carreiras%2c%20tempo%20e%20investiga%C3%A7%C3%A3oP.pdf> [consultado em: 23, Julho, 2011].
- ARENDT, Hanna (1993), *A condição humana*. São Paulo e Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- BAUMAN, Z. (2007). *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- BEAUD, Stéphane et PIALOUX, Michel (1999), *Retour sur la condition ouvrière: Enquête aux Usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard*. Paris, Fayard, 1999.
- BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N.(2009), “Trabalho docente no *stricto sensu*. Publicar ou morrer?!” , in F. S. Fidalgo *et al* (Orgs.), *A intensificação do trabalho docente, Tecnologias e produtividade*. Campinas, SP, Papirus.
- BORGES, Vera e DELICADO, Ana (2010), “Discípulos de Apolo e de Minerva: Vocações Artísticas e Científicas”, in Ana Delicado; Vera Borges e Steffen Dix (Eds.), *Profissão e Vocação*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais: 209-245.
- BOURDIEU, Pierre (2005), *O poder simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 8ª Edição.
- BRAND, Arie (1986), “Colonization of the Lifeworld” and the Disappearance of Politics – Arendt and Habermas”, *Thesis Eleven*: 13, 2-4.
- CHARLOT, B.; GLASMAN, D. (Coord.). (1999), *Les jeunes, L'insertion, L'emploi*. 2ª ed. Paris, PUF.
- FITZPATRICK, Tony (2004), “Social Policy and Time”, *Time & Society*, 13, 2/3: 197–219.
- HABERMAS, Jurgen (1988), *Teoria de la acción comunicativa: tomo II, crítica de la razón funcionalista*. Madrid, Taurus.

- HARVEY, David (2002), *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- HENKEL, Mary (2000), *Academic Identities and Policy Change in Higher Education*. Londres e Filadélfia, Jessica Kingsley.
- HOBSBAWM, Eric (1996), *A era dos extremos, O breve século XX. 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras.
- HOPE, Wayne (2006) “Global Capitalism and the Critique of Real Time”, *Time & Society*; 15, 2-3: 275-302.
- MATTOS, V. de B. (2007), *Pós-graduação em tempos de precarização do trabalho. Um estudo sobre o alongamento da escolarização entre os mestrandos da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*. Florianópolis, Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC, Dissertação.
- MENZIES, Heather e NEWSEN, Janice (2007), “No time to think”, *Time & Society*, 16, 1: 83-98
- MÉSZÁROS, István (2007), *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo, Boitempo.
- MONCHATRE, S. (2007), “From careers to itineraries... all the way through the notion of competence”, *Sociologie Du Travail*, 49, 4: 472-488.
- MORAES, M. de Maria Célia (2001), “Recuo da teoria: dilemas da pesquisa em educação”, *Revista Portuguesa de Educação*. Braga, PT, v. 14, n. 1.
- MUSSELIN, Christine (2007), *The transformation of academic work: facts and analysis*. [Online], disponível em: <http://cshe.berkeley.edu/publications/docs/ROP.Musselin.4.07.pdf> [Consultado em: 23 Julho de 2001]
- NOWOTNY, Helga (1992), “Time and Social Theory: Towards a Social Theory of Time”, *Time & Society*, 1: 421-54.
- NOWOTNY, Helga (1996), *Time the modern and postmodern experience*. Cambridge, Polity.
- PAQUOT, T. (1998), *A arte da sesta*. Porto: Campo das Letras.
- PARASKEVA, João M. (Org.) (2009), *Capitalismo acadêmico*. Mangualde: Edições Pedagogo.
- ROBERTSON, Susan (2009), “O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado?”, *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: ANPed e Campinas, SP: Autores Associados, 14, 42: 407-422.
- SCHWARTZ, Y. (2003), “Trabalho e saber”, *Trabalho & Educação*, 12(1): 21-34.
- SENNETT, Richard (2006), *A cultura do novo capitalismo*. São Paulo e Rio de Janeiro: Record.
- SGUISSARDI, Valdemar e Silva Jr., João dos Reis (2009), *Trabalho intensificado nas federais. Pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã.
- SLAUGHTER, Sheila e RHOADES, Gary (2004), *Academic Capitalism and the New Economy: Markets, State and Higher Education*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- SLAUGHTER, Sheila, e LESLIE, Larry (1997), *Academic Capitalism, Politics, Policies, and the Entrepreneurial University*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- SMOLLAN, Roy; SAYERS, Janet e MATHENY, Jonathan (2010), “Emotional Responses to the Speed, Frequency and Timing of Organizational Change”, *Time & Society*, 9, 1: 28-53.

O tempo da(na) investigação em tempos de crise

- SZOLLOS, Alex (2010), "Toward a psychology of chronic time pressure - Conceptual and methodological review", *Time & Society*, 18, 2-3: 332-350.
- WATERS, Lindsay (2006), *Inimigos da esperança. - Publicar, perecer e o eclipse da erudição*. São Paulo: Editora UNESP.
- YLIJOKI, Oili-Helena (2010), "Future orientations in episodic labour: Short-term academics as a case in point", *Time & Society*, 19, 3: 365-386.
- YLIJOKI, Oili-Helena e MANTYLA, Hans (2003), "Conflicting Time Perspectives in Academic Work", *Time & Society*, 12, 1: 55-78.

PARTE 2

Trabalho, técnicas, saberes
e modos de aprendizagem

A revolução das redes e o *homo connexus*

Hermínio Martins

I
A Internet, mais ou menos como funciona hoje, data dos anos 90, e a *World Wide Web*, na sua modalidade ubíqua, de 2002. Mesmo tendo em conta uma certa arbitrariedade na cronologia, trata-se de fenómenos bem recentes, embora tão plenamente incorporados no quotidiano que se “naturalizaram” tanto ou mais como qualquer outro fenómeno da cultura material, qualquer “tecno-facto” da vida pré-digital. De facto, hoje quase todos nós no mundo ocidental precisaríamos de um esforço especial para nos recordarmos de como eram as coisas antes do acesso fácil e múltiplo à Internet de banda larga em praticamente qualquer lugar público ou privado, a qualquer momento (também é verdade que o acesso contínuo à Internet, ou a tecnologias móveis de uma espécie ou outra, tende a diminuir os contrastes de outrora entre privado e público). Hoje temos de ter em conta a difusão não só dos telemóveis, que inundaram o mundo mesmo para além dos países mais ricos em termos de PIB per capita, mas dos *smartphones*, especialmente os que têm acesso à Internet de banda larga. Fala-se mesmo de uma “tripla revolução” da Internet, da Web (hoje a Web 2.0, interactiva), e dos *smartphones*, que fazem concorrência aos PCs, dos portáteis certamente, cujas vendas mundiais têm estado a diminuir recentemente.

Os *smartphones* têm estado a adquirir numerosas e variadíssimas funcionalidades, até se tornarem um paradigma do dispositivo técnico, especialmente do dispositivo digital maxi-funcional, exemplificando uma variante importantíssima hoje do princípio de maximalidade tecnológica enunciado há uns bons anos pelo filósofo americano Robert Mc Ginn: maximalidade de funções, com a miniaturização crescente através dos anos, não só dos componentes invisíveis dentro dos objectos, mas dos próprios objectos técnicos de uso manual tão fácil (hoje a tecnologia móvel virou-se principalmente para os instrumentos portáteis, leves, de uso manual – os *handheld devices*). Além das dezenas e dezenas de milhares senão talvez de centenas de milhares

em breve, de aplicativos (*apps*) já inventados, outras estão a aparecer constantemente, para uso local ou trans-local, para sectores restritos da população ou para um grande universo de usuários, em rápida expansão. Tem-se a sensação que haverá aplicativos para tudo, dependendo só da imaginação de alguém¹. A velocidade de difusão dos telemóveis foi considerável, mas a difusão internacional dos *smartphones* tem sido avaliada por muitos comentadores em revistas futuristas ou de comentários sobre a tecnologia, como a mais rápida das tecnologias de consumidor em toda a história da civilização industrial, certamente da história das telecomunicações desde o telégrafo eléctrico. De qualquer modo, o mundo, e a vida quotidiana, tornaram-se inimagináveis e mesmo impossíveis, sem esta aparelhagem, a sua presença e disponibilização contínua (ninguém quer “ficar sem rede” a qualquer momento), cujos preços por capacidade de processamento se tornam cada vez mais baixos, pelo menos os das variantes básicas. Tal representa uma faceta da “lei de Moore”, embora seja mais conhecida por referir o crescimento exponencial da capacidade de processamento dos computadores, dos *microchips*, duplicando cada dezoito meses.

A chamada “lei de Moore” é, de longe, a mais famosa, a mais citada, e a primeira a ser enunciada (em 1965) entre as numerosas “leis” de crescimento exponencial ou de aceleração das capacidades de processamento pertinentes, com respeito às tecnologias digitais de computação². Aliás todas essas leis foram inspiradas por ela, e, como ela, tornou-se um imperativo tácito denominar assim todas as eponímicas mas sempre baptizadas assim por outros, e não pelo autor): em muitos domínios onde se trabalha com as tecnologias de informação procura-se determinar processos homólogos que se denominam de leis num sentido paralelo³. A “lei de Moore” não é uma lei no sentido científico estrito, tal como se encontram nas ciências físicas pelo menos, e, por isso, naturalmente, o seu estatuto epistemológico não tem sido discutido na filosofia académica (nem, de facto, o seu estatuto epistémico, no sentido lato, tem sido muito discutido nos escritos de filosofia ou sociologia da tecnologia). Trata-se de um enunciado de valências múltiplas e heterogéneas, tal como previsão, expectativa, imperativo, aposta, compromisso, profecia,

¹ O aplicativo mais original que conheço é uma aplicativo de uso hoje restrito à Islândia, para averiguar pelo nome o grau provável de parentesco dos interlocutores de telemóveis: bom para prevenir o incesto, dizem, indispensável para o *dating online*.

² Como leis de aceleração, de crescimento exponencial, elas entram dentro do quadro da discussão de princípios e leis de aceleração nas ciências sociais que apresentei numa extensa discussão no cap. VIII do meu livro *Experimentum Humanum – civilização tecnológica e condição humana*. Lisboa, 2011; Belo Horizonte 2012.

³ O enunciado de Gordon Moore foi chamado “lei de Moore”, bem depois de 1965, por outra figura de Silicon Valley.

que se espera seja auto-realizada, na cultura de Silicon Valley e meios afins. O processo referido continua desde o fim dos anos 50, embora a “morte” da putativa lei tenha sido anunciada várias vezes desde que foi publicada em 1965, por constrangimentos relacionados com leis físicas ou possibilidades tecnológicas, e sem dúvida continuará a ser anunciada nos próximos anos, embora a substituição do silício por outros materiais, ou outras soluções, provavelmente proporcionarão a sua continuação por algumas décadas.

II

Em 2000 tinham acesso à Internet de banda larga uns 50 milhões de pessoas. Em 2012 contavam-se 2 mil milhões de pessoas (pouco menos de um terço da população mundial). Em alguns anos, segundo extrapolações correntes, poderão contar-se 5 mil milhões de pessoas, a maioria da população do mundo (o que tornaria a Internet a mais planetária e planetarizante – na linguagem de Teilhard de Chardin – das tecnologias de informação e comunicação na história). Mesmo assim, as preocupações com o “fosso digital” (*digital divide*), ou melhor, os fossos digitais, têm sido uma constante das últimas décadas. O exemplo mais óbvio de um fosso digital, inicialmente, foi a disparidade entre os países avançados e os outros, especialmente no caso dos países africanos, onde a infraestrutura de telecomunicações estava bem menos articulada. Mas mesmo assim porém, os telemóveis difundiram-se extraordinariamente, por exemplo no Quênia, onde se tornaram o principal meio tecnológico de comunicação entre as pessoas (inclusive a comunicação e mobilização política, como se verificou nas eleições recentes), mesmo faltando ainda o acesso à Internet. De qualquer modo, este fosso está a diminuir constantemente. Alguns países saltaram para além da época dos telefones fixos para a era dos telemóveis (na Índia, o número de assinantes de telemóveis é quase o mesmo que o dos habitantes do país), e agora para a era dos *smartphones* e dos *tablets* sem fios, embora contudo com acesso limitado à Internet de banda larga, sem passar pela fase de expansão de telemóveis que nos países ocidentais precedeu a erupção dos *smartphones*.

III

O fosso digital *dentro* dos países, entre classes, fatias etárias ou gerações, por exemplo, deve ser registado: mesmo nos EUA, vinte milhões de pessoas não estão conectadas à Internet, por razões económicas. A disparidade mais comentada dentro dos países “avançados” tem sido entre as gerações, especialmente entre os “nativos digitais” e os que tiveram de se adaptar às novas

tecnologias com um certo atraso ou capacidades limitadas (mas há também os que se poderiam chamar os “naturalizados digitais”, ou os que queriam ser assim). Mesmo assim, em vários países se tem verificado uma disposição cada vez maior para aceder à Internet (*smartphones*, iPads) da parte dos seniores, não só para informações de todo o tipo, para contactos pessoais, para entretenimento em geral, mas até para tomar parte em videojogos, que têm viciado ou pelo menos consumido as energias psíquicas e o tempo de dezenas e talvez centenas de milhões de adolescentes através do mundo. Dados franceses recentes mostram que o consumo de pornografia electrónica por adolescentes e de adultos de menos de 50 anos é considerável, não só através de sites especiais *online* como *webcams*; de facto, o termo “cibersexualidade” abrange essas actividades e outras afins, inclusive as relações sexuais virtuais (“sexo 2.0”). O consumo de pornografia ou de conteúdos mais ou menos pornificados é certamente um dos traços mais característicos da “galáxia Internet”.

Nos EUA, pelo menos, e talvez pouco a pouco noutros países, nota-se uma tendência para os próprios pais envolverem os filhos nestas tecnologias, com os aplicativos para crianças de três a cinco anos, sem falar de aparelhos electrónicos para serem tocados por bebés de três meses, e assim se habituarem à vida electrónica o mais cedo possível, porque não vão ter outra. Também pode servir de instrumento de controlo pelos pais, especialmente pelo RFID, e assim o telemóvel tem servido para pais zelosos como “a corda umbilical mais longa da história”. Recentemente tem-se falado da geração de *touch screen*, que se relaciona com os dispositivos móveis pelo toque desde a mais tenra idade. Ora, esta precocidade e continuidade ontogenética, no caso dos nativos digitais, deste vinculamento à Internet ou aos telemóveis (jogos de computador ou videojogos, SMS, IMs e e-mails constantes, IMs, redes sociais) através da vida, em especial nos anos cruciais em que o cérebro pode sofrer mais modificações, tem suscitado preocupações entre neurocientistas como Susan Greenfield e entre críticos culturais como Nicholas Carr. Sabe-se que todos os meios de comunicação, a escrita, a leitura de textos impressos, as telecomunicações modificam o cérebro na sua fase de maior plasticidade. Se a literacia canónica modifica o cérebro (há certas diferenças, observadas pelos neurocientistas em Portugal, como noutros países, entre os cérebros dos analfabetos/iletrados e dos alfabetizados), pode esperar-se que a “literacia digital” tenha também um impacto neurológico: as “tecnologias de imagem” (*image technologies*) como a MRI visualizam efeitos e variações em várias partes do cérebro, embora o estatuto epistemológico destas metodologias, e das inferências mais ousadas que se fazem a partir dessa base, seja discutível. A questão da profundidade, nocividade

e permanência dessas modificações, a que se imputam um déficit de atenção e de concentração, uma propensão para o imediatismo, e a prevalência por *soundbites* e pequenos trechos (pela parataxis em vez da hipotaxis, pela sequência de frases sem nexos lógicos aparentes, em vez de sequências de frases com nexos lógicos marcados por termos como “portanto”, “porque”, etc., de raciocínio consecutivo), por imagens visuais ou sonoras, inclusive imagens violentas, pela fluidez de conteúdos, o *morphing* sem fim, tão comuns entre os nativos digitais, continua em aberto. Independentemente do suposto nexo neuro-psicológico ou neuro-sociológico, esses traços podem ser promovidos pelo uso diário intensivo dos dispositivos digitais a longo prazo, pela formação de disposições mentais e mesmo psicofísicas, reforçadas pelos grupos de pares que convivem *on-line* tanto ou mais como *off-line*, em redes sociais digitais de variados tipos, com a solidariedade de nativos digitais das mesmas gerações.

Seja como for, já se diagnosticou uma síndrome de sentir a falta de telemóvel, a sua perda, ou não poder contactar ninguém por telemóvel (doloroso, angustiante), a “nomo-fobia”¹⁴. O investimento emotivo, não só casual, nos objectos técnicos, mesmo os mecânicos, quanto mais os electrónicos¹⁵ e digitais, ou os robóticos, tem naturalmente despertado a atenção dos cientistas sociais nos últimos tempos, e este é um exemplo desse investimento. Seja como for, a observação quotidiana dos nossos compatriotas sugere que o telemóvel parece funcionar para muitos quase como um terceiro ouvido, uma “terceira pele” (expressão inglesa), ou uma espécie de quinto membro, artificial, mas indispensável e praticamente co-natural (estão dispostos a pagar multas e arriscar as suas vidas e as dos outros diariamente quando conduzem e ligam os telemóveis, ou respondem a chamadas, como mostram as estatísticas policiais de vários países, sem falar da nossa observação diária

⁴ Mas em relação a quase todas as tecnologias de transporte, de comunicação e de informação, pelo menos desde a difusão dos combóios em meados do século XIX, se têm diagnosticado patologias, síndromas, anomalias fisiológicas, ergonómicas, psicológicas.

⁵ Já no século XVIII o interesse pelo magnetismo na grande moda e mesmo o movimento intelectual, e moda dos salões da época, associado com o nome de A. Mesmer, mostrou a ambiguidade na categorização desses fenómenos na época, sentindo-se que pelo menos não poderiam ser subsumidos na matéria grosseira do mundo mecânico, Newtoniano. No século XIX, muitos publicistas demonstraram sentir que os dispositivos eléctricos ou eléctico-magnéticos tinham algo de “espiritual” ou, pelo menos, teriam alguma afinidade com os fenómenos do sistema nervoso humano: muitos autores esboçaram analogias entre o sistema nervoso central humano e a teia de comunicações telegráficas e cabos telegráficos oceânicos através da Terra. Há poucos anos um dos maiores profetas do transhumanismo, o inventor e cientista americano Ray Kurzweil, publicou um livro sobre computadores electrónicos com o título “A Idade das máquinas espirituais”, a seguir ao seu livro sobre “máquinas inteligentes” (Kurzweil é hoje director de pesquisas para Google: parece-me ser digno de nota que um grande profeta do transhumanismo tenha sido escolhido para este lugar).

do fenómeno em qualquer cidade da União Europeia). E o mesmo se poderá dizer com respeito a uma porção significativa, e crescente, da Humanidade, para além fronteiras, pois, como referimos, os internautas, navegando cada vez mais através de *smartphones* em vez de PCs, se contam já em milhares de milhões. No entanto, muitos se queixam do “*mal de mail*” (expressão francesa, onde, como é óbvio, “mail” significa simplesmente o correio electrónico, “e-mails”) nas suas profissões, atenuando as fronteiras entre a vida privada e a vida profissional, forçando as pessoas a atendê-los em casa, no escritório e outros lugares, mesmo em “não-lugares” (Marc Augé) ou “terceiros lugares”, nem domésticos nem profissionais, locais de sociabilidade informal, essenciais para uma cultura cívica (Ray Oldenburg)⁶.

As tecnologias digitais propiciam a multiplicação de próteses indispensáveis para um leque cada vez mais amplo de actividades quotidianas, próteses hoje predominantemente electrónicas, e as que ainda não são electrónicas, como os óculos, vão ser, e até propiciar “realidade aumentada”. E não se trata só de próteses exosomáticas, como também implantes endosomáticos com *microchips*, ou microsensores, que se podem multiplicar praticamente sem limites, na nossa pele ou subcutâneos, dentro do nosso corpo e no cérebro⁷. Mas também se pode sentir qualquer coisa como uma adaptação conversa em que nos tornamos próteses das nossas próteses, ou, pelo menos, uma tendência para a co-evolução dos humanos e dos dispositivos digitais com inteligência artificial, que mesmo hoje já nos ultrapassa em muitas actividades específicas, a chamada “inteligência artificial estreita”, embora o sonho da realização da Inteligência Artificial Geral, equiparável à inteligência humana, continue como um sonho. Segundo a Tese da Mente Extensa (TME) da filosofia da mente, enunciada nos últimos anos, o universo de

⁶ Ray Oldenburg, *The great good place*, Nova Iorque, 1991. Até que ponto as comunidades *online* poderão substituir os locais como livrarias, cafés, jardins, espaços públicos agradáveis, etc., onde as conversas entre pares, e não só um a um, face-to-face, se podem realizar facilmente, parece-me discutível.

⁷ Os termos “endosomático” e “exosomático” foram inventados pelo biólogo matemático Alfred Jules Lotka nos anos 20, para contrastar dois tipos de instrumentos, os instrumentos naturais do corpo, os órgãos (instrumentos endosomáticos), e os instrumentos inventados para utilização fora do corpo (instrumentos exosomáticos): os Gregos usavam a mesma palavra, “organon”, num sentido que para nós parece muito generalizado, para ambos. Hoje temos de distinguir entre os instrumentos endosomáticos naturais, os referidos por Lotka, e os instrumentos endosomáticos artificiais, cada vez mais numerosos e sofisticados, implantes no corpo ou cérebro, e próteses como *pacemakers*, microsensores que poderão circular no nosso sangue, e assim por diante, no limite corpos biónicos integrais. Com inventos como o exoesqueleto, desenvolvido para a DARPA tendo em vista o seu uso pelo exército americano em primeira instância, temos agora complementos exosomáticos do nosso corpo.

objectos técnicos com utilidades, ou melhor, *affordances*⁸ cognitivas, hoje predominantemente electrónicos, computadores que combinam as facilidades gráficos, imagens, áudio-vídeos, calculadoras, etc., ou dispositivos móveis, cada vez mais “inteligentes” em termos de capacidade de processamento de informação, devem ser vistos como uma espécie de “cérebro externo” inorgânico; os estudiosos das tecnologias digitais têm falado ainda mais da “externalização da memória”. Numa era de *outsourcing*, e mesmo de *offshoring*, de tudo ou quase tudo em termos de forças produtivas ou de serviços no mundo económico, pelo menos no caso das indústrias civis, faz sentido que as nossas funções cognitivas sejam sujeitas a *outsourcing*, delegadas a instrumentos que, embora estejam à mão, dependem de instalações, servidores e infraestruturas bem longe de nós, e que certamente não estão presentes nas nossas mentes quando os usamos e nos gabamos da “desmaterialização” que conseguimos quando se digitalizam documentos, arquivos, bibliotecas. Até que ponto será simbiótica, simétrica ou de paridade ontológica entre o orgânico analógico e o inorgânico digital, *wetware* e *dryware*, *meatware* e *software*, é outra questão em aberto, mas também se poderá optar pela combinação, interpenetração, “simbiose”, ou mesmo “fusão” do inorgânico digital com o orgânico, ou pela introdução de implantes cerebrais, de nanosensores no nosso sangue, ou de outros modos. Há certamente uma sensibilidade forte no mundo das tecnologias digitais que aspira à união mais perfeita possível entre o orgânico analógico e o inorgânico (electrónico) digital, a obliterar as diferenças concretamente, e não só conceptualmente (por modelos computacionais, informacionais, digitais, da biologia, da neurologia ou da psicologia)⁹. No entanto, alguns computólogos continuam a asseverar a primazia do digital, referindo-se ao cérebro como “computadores de carne”, (ou “computadores electroquímicos”, como lhes chamava o grande homen da Apple, Steve Jobs), lamentavelmente inferiores a programas desincarnados de software, que poderão ser induzidos a evoluir bem

⁸ Não consegui encontrar uma tradução deste termo cunhado pelo psicólogo americano J. J. Gibson, ignorado talvez pelos psicólogos lusófonos. Referia-se originalmente ao conjunto de usos e percepções que um objecto nos pode propiciar. Um objecto técnico pode muito bem propiciar-nos usos e indicações muito para além da finalidade principal para que foi desenhado, possivelmente propiciações inesperadas e imprevistas (os objectos técnicos podem ser *bons à penser*, distributivamente ou colectivamente: aliás deve notar-se que os objectos técnicos antropogénicos pertencem ao mundo definido por Popper, cujos membros gozam precisamente dessa propriedade de usos, corolários ou implicações imprevistas).

⁹ Em vez de sensibilidade seria mais apropriado em certos casos falar de uma vocação fáustica, no sentido da terminologia no capítulo do meu livro *Experimentum Mundi*: civilização tecnológica e condição humana, Lisboa, 2011. A biografia intelectual do computólogo J. R. Licklider talvez o primeiro a introduzir o termo simbiose para as relações entre humanos e computadores, é bem instrutiva a este respeito.

para além das capacidades dos computadores de carne, em domínios específicos certamente e, eventualmente, em termos de Inteligência Geral Artificial.

Dentro ou fora dos computadores, telemóveis, *tablets*, *smartphones* e outros dispositivos afins, o ecrã electrónico goza de uma ubiquidade, de uma universalidade, de uma presença permanente 24/7 nas nossas vidas, desde que acordamos até ao adormecer, em casa (relógios digitais, TV, computadores, telemóveis e outros dispositivos digitais), no local de trabalho e fora, em todas as actividades de lazer e de consumo, na vida cultural, na investigação científica (a ciência *in silico*, o *dry lab* exclusivamente computacional, as “ciências do artificial” ou de pesquisa por simulações de computador), nos automóveis ou outros meios de transporte, nos cafés ou restaurantes, nas lojas (códigos de barra, câmaras de vigilância), em qualquer local, onde quer que estivermos, quer que seja o que estejamos a fazer, a pensar, a sonhar, a qualquer hora. Os interstícios de espaço e de tempo completamente livres de ecrãs electrónicos na vizinhança tornaram-se uma espécie de categoria residual da vida real pré-digital, diminuem constantemente, pelo menos no mundo ocidental urbano^[10]. O ecrã electrónico, com mensagens, informações de todo o tipo, avisos ou imagens digitais tornou-se uma interface não só imprescindível, como mesmo privilegiada, com o mundo, na vida prática, económica, científica, lúdica (e, de facto, podemos facilmente ver dois, três ou mais ecrãs electrónicos ao mesmo tempo, mesmo na vida quotidiana doméstica, num só aparelho ou em vários). E alguns prognosticam com entusiasmo que se tornará a nossa interface, não só privilegiada, mas quase exclusiva ou pelo menos predominante com o mundo (que aliás se virtualiza constantemente, com a introdução de Realidade Aumentada, por exemplo, até nos Google Glass e outros aparelhos semelhantes que poderão tornar-se indispensáveis). E não só com o mundo exterior não-humano, mas com nós próprios, com o nosso próprio cérebro, que aliás se torna mais transparente, literalmente, com os avanços das tecnologias de imagens digitais (até que medida isso implica a transparência radical da nossa mente é outra questão), e com o nosso corpo, até com Humanos Virtuais substituindo com proveito cognitivo os cadáveres clássicos das lições de anatomia para estudantes de medicina, sem dissecação^[11]. O nosso *sensorium* natural seria complementado

¹⁰ Quando o cidadão comum acorda, provavelmente olha para um ecrã digital (pelo menos de um relógio digital), e continuará a olhar para ecrãs digitais todo o dia onde quer que esteja, no carro, no autocarro, nas lojas, no trabalho, no seu gabinete, na cozinha, ao telefone. Possivelmente a última coisa ou pelo menos a penúltima que fará antes de adormecer será olhar para um ecrã digital. E isso provavelmente todos os dias.

¹¹ Mas como variados regimes epistémicos ou modos de produção do conhecimento funcionam ao mesmo tempo nos mesmos países, tem havido queixas da falta de cadáveres humanos para lições de anatomia ou para pesquisa.

não só com instrumentos ópticos ou acústicos mais avançados que quaisquer outros a que recorreremos até um passado muito recente) mas também com variantes de *Google Glass* e os seus eventuais concorrentes ou sucessores para todos os nossos sentidos, especialmente para a visão e o ouvido. Enfim, um *sensorium* electrónico, pelo qual nos será propiciado uma visão microscópica do mundo ou do nosso sangue, por exemplo, e uma visão telescópica sem ter que comprar e montar um telescópio, integralmente.

IV

O acesso à Internet de banda larga, e portanto ao ciberespaço infinito, assegura, em princípio, o acesso de todos a todos os outros internautas e o acesso de todos a tudo na Web, pelo menos a “Web visível”, pois a “Web escura” (também denominada “Web profunda” ou “Net profunda”) não é acessível ao comum dos “cidadãos digitais” (*netizens*), protegida por encriptação ou outros meios de guardar os segredos. Ora como este acesso não depende da localização geográfica, houve um sem-fim de visões de sociedades futuras, em geral optimistas, onde o tele-trabalho se tornaria cada vez mais importante, como a educação à distância (concepção inicialmente promovida nos EUA por radicais anti-capitalistas), a tele-medicina ou tele-saúde, as tele-conferências, as tele-reuniões, o *on-line shopping* ou *on-line banking* (agora *m-shopping* ou *m-banking*, através de aparelhos móveis, telemóveis ou *smartphones*), e outra práticas do género, que tornaria possível a “desintermediação” e a desconcentração de muitas actividades que se tinham fixado em grandes cidades ou centros industriais devido a economias de escala, externalidades económicas positivas ou “efeitos de aglomeração” e mais oportunidades para especialização na divisão técnica e social do trabalho. Em geral, dada a conectividade e interactividade propiciada pela Internet, as tecnologias digitais e as redes digitais tão extensas e multimodais, dizia-se que o espaço físico se tornava fungível ou isotrópico, que se poderia viver e trabalhar, por conta própria ou como assalariado, em qualquer lugar do mundo habitável, como cibernautas. Desde meados do século XIX que se tem proclamado repetidamente, década atrás de década, até hoje, a “abolição do espaço”, “a abolição da distância”, a “morte da distância”, a “conquista do tempo”, a “conquista do espaço”, o advento da instantaneidade das comunicações, do *simultaneum*, o mais poeticamente talvez pelos artistas do movimento Futurista italiano dos últimos anos do “longo século XIX”, que terminou em 1914 (o seu fundador, F. Marinetti, pronunciou-se entusiasticamente sobre este tema). Retrospectivamente, tem-se identificado uma espécie de “Internet Vitoriana” (Tom Stannage) pela combinação

do telégrafo eléctrico, o telefone (que se difundiu principalmente a partir da última década do século XIX), e outros meios de comunicação auxiliares, quando se recebia correio em Londres quatro, cinco ou seis vezes por dia, e telegramas a qualquer hora do dia: a versão Internet desta temática é a mais recente, mas não será talvez a última.

No entanto, a urbanização continua em grande escala, e mesmo a super-urbanização, com tecnologias que permitem a construção rápida de edifícios de 100, 150 ou mais andares *en masse*, com a densidade demográfica em muitas grandes cidades a aumentar: pela primeira vez na história da espécie a Humanidade é predominantemente urbana, e vai ser cada vez mais. Paradoxalmente, o *homo connexus*, o Homem que vive *online*, que se liga aos outros instantaneamente por dispositivos digitais, qualquer que seja a distância, nos antípodas, nos polos, condição resumida na frase “*we are all connected now*”, novidade tão apregoada do século XXI, é também cada vez mais um *homo urbanus*, cada vez mais concentrado em grandes centros urbanos e super-urbanos, megalópoles e cidades-mundo. Parece que, mesmo com a grande “densidade dinâmica” de ligações virtuais extensíssimas e de todos os tipos, cognitivas, afectivas, lúdicas, profissionais, e a alegada “morte da distância” (que, como notámos, já tinha sido anunciada tantas vezes nos séculos XIX e XX com respeito a meios eléctricos e electrónicos das tecnologias de informação e comunicação anteriores à Internet), precisamos ainda, e cada vez mais, de viver em grandes cidades, ou numa série delas, dada a mobilidade profissional horizontal ou vertical exigida pela fase hodierna da globalização, e as crises económicas não-simultâneas em vários países deslocando-nos de grande cidade para grande cidade (sujeitos à condição de estarmos “sós juntos” (“*alone together*”), na expressão de Sherry Turkle, onde as “solidões interactivas”, no conceito de Dominique Wolton, tal como as não-activas, abundam). Em Portugal, um exemplo flagrante, a concentração na costa marítima urbanizada parece uma tendência irresistível: a “costização”, na expressão de L. Schmidt que tem publicado muito sobre este assunto.

Os tele-modos em rede de comunicação (emails, IMs, Web, redes sociais informáticas variadas, gerais ou especializadas), de cooperação, trabalho, negociação, coordenação, discussão, colaboração intelectual, comunicação e pesquisa científica, convívio, sexualidade, evangelização, comércio, mobilização humanitária ou política, etc., virtuais, são de vasta e crescente utilização. A Revolução das Redes foi anunciada já em 1982. Desde então já se proclamaram, por exemplo, o surgimento da “ciência-em-rede” (Michael Nielsen)¹²,

¹² A não confundir com a “ciência das redes” (*network science*), elaborada nas últimas três décadas, estudos interdisciplinares com uma forte componente matemática, que já conta com livros e revistas académicas especializadas.

da “economia-em-rede”, da “sociedade-em-rede” (Manuel Castells), da “sociedade de indivíduos-em-rede” (B. Wellman), da “inteligência colectiva” dos internautas (Pierre Lévy), da “sabedoria das multidões”.^[13] No limite, surge a visão da Internet, com os seus milhares de milhões de internautas, como uma “mente-colmeia” (*hive mind*) planetária emergente, uma espécie de “super-mente” gerada pelas sinergias dos internautas: uma leitura teilhardiana, parafraseando de certo modo o conceito de “noosfera” de Teilhard, uma fase crucial da evolução biológica e humana, de sentido escatológico. No entanto, os contactos pessoais, presenciais, em lugares físicos, como em reuniões, debates, seminários, *workshops*, colóquios, congressos (muitos deles com milhares de pessoas vindo de vários países e continentes), conferências, cimeiras, nacionais, internacionais, regionais, globais, etc., multiplicam-se como nunca, especialmente em grandes centros urbanos (há excepções notórias, como as conferências de Davos, as reuniões dos Jasons, e outras desse tipo, em que se encontram as super-elites económicas, financeiras, políticas, globais em locais afastados das metrópoles, bucólicos, montanhosos). É verdade que mesmo nesses encontros da vida real passa-se uma boa parte do tempo a ler e enviar mensagens electrónicas ou conversar com terceiros pelo telemóvel, quando não estamos a olhar para ecrãs electrónicos com apresentações de *power point* ou outras afins, ou a olhar para ecrãs de computadores, quase apagando a diferença entre seminários e *webinars*, entre conferências e tele-conferências, entre o real e o virtual. Muitos empresários e académicos passam a vida *on-line* e a viajar de avião, um modo de vida de vai vem virtual-real resumida na frase “*net and jet*”^[14].

Uma explicação que relaciona directamente o crescimento das grandes cidades com a sociedade de informação foi esboçada por Edward Glaeser. Por analogia com um famoso paradoxo da ciência económica formulado no terceiro quartel do século XIX pelo economista britânico William Stanley Jevons com respeito à eficiência energética e o consumo de energia que variam concomitantemente quando se poderia esperar ingenuamente que a maior eficiência energética reduziria ou manteria estável o consumo de energia (na altura o carvão era o combustível da indústria *par excellence*), pode-se formular um paradoxo semelhante para a procura de informação.

¹³ Dos internautas, portanto de “multidões” sem agregação física prévia.

¹⁴ Não deixa de ser curioso que a primeira pergunta nas conversas de telemóvel parece ser “onde estás?” e quando não é, a primeira pessoa a falar diz qualquer coisa como “Estou no comboio” (embora às vezes não seja verdade: seria interessante determinar as probabilidades de respostas verídicas a este tipo de pergunta em várias situações). Com a geolocalização que virá com os próximos *smartphones*, a pergunta não precisará de ser colocada, porque quando se responde se verá imediatamente onde a outra pessoa está e vice-versa (a não ser que se inventem dispositivos para bloquear tal reciprocidade de informações).

Parafrazeando o texto de Glaeser, quanto mais eficientes os nossos meios de transmitir informação, em termos de quantidade, rapidez e distâncias, por e-mails ou telefonia digital, mais tempo se gasta em transmitir informação. Passo a citar:

Podia pensar-se que com melhor tecnologia de informação diminuiria a necessidade de aprender de outras fontes, como encontros *face-to-face* nas cidades. Mas o Corolário de Complementaridade de Jevons (...) prevê que melhoramentos nas tecnologias de informação podem conduzir a maior procura de contactos *face-to-face*, porque *face time* complementa o tempo que gastamos comunicando electronicamente. Todas essas interações electrónicas geram um mundo mais intensivo em relações (...) com maiores oportunidades para o comércio e os negócios (E. Glaeser, *Triumph of the city –how urban spaces make us human*, Londres, 2011, 37-38: sublinhados meus)¹⁵.

Ora a factura energética desses encontros (com milhões de pessoas a viajar de avião) é considerável, mas de qualquer modo as mega-cidades poderão crescer ainda muito mais, transformando-se em variantes de “Aerotropolis” preconizada por futuristas como John Kasarda, onde os aeroportos/helipor-tos contam decisivamente para a definição de cidades prósperas e capazes de sobreviver num mundo de concorrência global, embora ecologicamente sejam máquinas térmicas temíveis, a ter em conta na mais sintética discussão da termodinâmica das sociedades contemporâneas (tanto que houve climatologistas que atribuíram as provas apresentadas pelos seus pares sobre o aquecimento global aos efeitos do aquecimento urbano). Mas também o Sistema Internet tem a sua factura energética considerável. A busca da informação na escala contemporânea internética, que vai continuar a aumentar exponencialmente tem custos energéticos bem elevados, mesmo que a eficiência energética tenha aumentado.

V

O Sistema Internet de hoje não foi desenhado, planeado ou instituído por ninguém em particular: constituiu-se gradualmente pelas interações e ajustes mútuos de inúmeros agentes, inventores e organizações, enfim como uma

¹⁵ Um estudo de 2010 mostrou que quando a população de uma cidade duplica, a produtividade económica aumenta por uma média de 130 por cento: a produtividade total aumenta, como a produtividade per capita. Segundo este estudo, publicado nesse ano em *Nature communications*, a explicação para este *superlinear scaling*, como lhe chamam, consiste no facto de que os aumentos da densidade da população urbana providenciam mais oportunidades para interação *face-to-face* para os residentes. Uma perspectiva semelhante já tinha sido apresentada pelo economista Julian Simon há mais de duas décadas.

verdadeira “ordem espontânea” no sentido de Hayek. Mesmo quando este autor Hayek tenha pensado essencialmente em formações sócio-culturais na *longue durée* como as linguagens naturais, o dinheiro como instituição, as tradições e os mercados, a “Common Law” da Inglaterra (um exemplo favorito dele) como emergentes não desenhados e planeados. A Internet hoje representa um excelente exemplo do que este pensador tinha em mente, especialmente se nos lembrarmos que ele salientou que essas formações emergentes complexas não podem ser compreendidas conscientemente na sua totalidade pelos participantes ou por terceiros, dependendo de conhecimento tácito, muito disperso, não codificável ou redutível a algoritmos (o que também é válido para os sistemas computacionais em geral, como foi salientado pelo computólogo Joseph Weizenbaum e, por isso o desenho de programas de software é uma arte e não uma técnica codificável, incorporável em *expert systems*). O mesmo pensador não se cansava de nos prevenir da vulnerabilidade de formações sociais e culturais não desenhadas, com os seus preciosos bens civilizacionais, pois podem ser corroídas ou mesmo rapidamente destruídas por factores políticos ou ideológicos, pelos possuídos pela *hybris* de racionalidade cientificista ou tecnocrática (podemos dizer também dos tecnocratas neoliberais), quando podem ter sido obras de décadas ou mesmo de séculos.

A Internet de hoje constituiu-se espontaneamente, mas hoje representa o sistema tecnológico mais complexo do mundo, pelo menos à escala planetária, numa era de sistemas tecnológicos ou tecnocientíficos altamente complexos (como o Large Hadron Collider do CERN), e de todos os tempos. Ora sabemos que os sistemas tecnológicos altamente complexos, especialmente os de *tight coupling* entre os seus subsistemas, são vulneráveis, não só a impactos exteriores (desastres naturais, ataques bélicos, terrorismo), mas devido a razões endógenas, inerentes, variadas, que explicam que os acidentes ocorrem “normalmente” (como Charles Perrow demonstrou na sua obra-mestre homónima), quaisquer que sejam os cuidados 24/7 e os mecanismos de segurança instalados.

A Internet adquiriu uma grande resiliência, mas falhas e colapsos parciais e episódicos podem ocorrer, possivelmente devido a ciber-ataques intensos como ocorreu recentemente na Holanda. A sua grande segurança, paradoxalmente, permite a ciber-insegurança permanente dentro desse quadro, pois os ataques por piratas informáticos, vírus, vermes e outras formas de *malware*, a organizações económicas e todos os sistemas tecnológicos, tecno-económicos, industriais, militares, governamentais, controlados a algum nível por programas de *software* com alguma ligação à Internet (quer dizer, a vasta maioria nos países ocidentais, e os mais cruciais para a vida

das populações), ocorrem constantemente. Esses ataques informáticos ou ciber-ataques podem partir de agências estatais, militares ou civis, criminosos, conjuntos de pessoas partilhando convicções ideológicas (o caso dos *wikileaks* ou *offshore leaks*)^[16], ou mesmo de pessoas isoladas sem qualquer objectivo definido para além da satisfação pessoal de conseguir aceder ao proibido e vedado por códigos de segurança ultra-sofisticados, como os do Pentágono ou da Marinha dos EUA. Já se diz com respeito às companhias americanas que se podem dividir em duas categorias: as que já foram vítimas de ataques informáticos (*hacking*) e sabem disso (e possivelmente já pagaram para que esses ataques não continuassem), e as que foram vítimas de ataques desse tipo e ainda não se deram conta do que lhes aconteceu^[17].

Todos os sistemas conectados à Internet (uma imensidade) são vulneráveis a este tipo de ataques, e o volume ou importância desses ataques que têm lugar entre certos Estados de ciber-espionagem económica e militar em grande escala mas também de destruição ou de incapacitação de complexos tecnológicos via *malware* (como no caso do verme Stuxnet e o nuclear no Irão, causando avarias sérias nos centrífugos nucleares, adiando assim o programa nuclear do país por meses pelo menos), é tal que se poderia dizer que de certo modo já vivemos na era de guerra fria cibernética. O ciberespaço adicionou-se à terra, ao ar e os mares, e o espaço exterior dos satélites, como um quarto domínio de combate militar, é um quarto teatro de operações, e de luta política, envolvendo Estados e actores não-estatais (cada vez mais importantes), a “*noopolitik*” como foi denominada por cientistas políticos americanos com respeito a Estados ou comunidades de Estados (ou, por outras palavras, pelo *soft power*). Os estudiosos dos riscos catastróficos existenciais globais já acrescentaram à lista normal, tanto a ciber-guerra entre Estados que tem lugar hoje pelo menos intermitentemente entre uma dezena e tal deles, como os ciber-ataques potencialmente devastadores, afectando a ciberinfraestrutura das economias, por parte de grupos, ou será melhor dizer, “redes” de terroristas de variadas espécies^[18].

¹⁶ Podíamos chamar talvez a esses conjuntos de pessoas que na maior parte não se conhecem pessoalmente nem jamais se encontram fisicamente na vida real, apesar de colaborarem em acções convergentes, que na sociologia de outros tempos seriam denominados uma espécie de “colectivos abstractos”, qualquer coisa como “colectivos abstractos *wiki*”, ou simplesmente “colectivos *wiki*”.

¹⁷ Na noite de 24 para 25 de Abril deste ano ocorreram ciber-ataques intensivos a várias empresas portuguesas, assumidos publicamente por anónimos mascarados portugueses que os justificaram por razões ideológicas.

¹⁸ O último a pronunciar-se nestes termos foi o astrofísico Lord Rees, antigo Presidente da *Royal Society of London*, um dos fundadores do novo centro em Cambridge para o estudo dos riscos catastróficos globais.

VI

A Internet pode ser acessível a todos, em princípio, sem discriminação de conteúdos, com excepções que se teriam de justificar caso a caso, segundo a regra da “neutralidade da rede” como *default*, embora o regime autoritário chinês tenha conseguido filtrar os conteúdos da *Web* e de *Facebook* acedidos dentro do seu território, mais eficazmente de que qualquer outro. Mas hoje um pequeno número de mega-plataformas gozam da preferência de centenas de milhões de internautas, como *Google*, *Facebook*, *Twitter*, e os sistemas operativos da *Microsoft* encontram-se na grande maioria dos computadores, apesar da concorrência da *Apple* e do *software* de *Open Source*. Como explicar esta concentração, além do poder económico e de lóbis políticos? Um factor crucial foram os “efeitos de rede” (*network effects*). Segundo a “lei de Metcalfe”, as vantagens de empresas das indústrias digitais crescem exponencialmente com o número de usuários, podendo resultar assim a longo prazo num pequeno número de empresas gigantescas. A história das indústrias digitais recentes recapitula assim o padrão histórico da economia das telecomunicações desde o século XIX, como demonstrou Tom Wu¹⁹. Mas neste caso com a especificidade do “poder de redes” (*network power*) associado com algumas inovações de Silicon Valley nas últimas décadas, de imenso impacto mundial. Sem dúvida que essas empresas podem abusar do seu poder, que querem ampliar com meios por vezes ilegais, e a *Microsoft* em particular tem sido objecto de vários processos nos tribunais de vários países e na União Europeia segundo as leis anti-monopolísticas. O “poder de redes” favorece a concentração neste domínio, como outras leis de potência (das quais a lei de Metcalfe é um exemplo), leis segundo as quais a distribuição de renda, riqueza, fama, prestígio, citações, estatuto das universidades, o tamanho demográfico das cidades, etc., tende a aproximar-se de um padrão de desigualdade nos moldes da clássica “lei de Pareto”, 20/80, segundo a qual existe uma tendência forte para que a longo prazo se efectue uma convergência para um estado de coisas em que, mais ou menos, 20% de uma população nacional possuem 80% da riqueza ou desfrutam de 80% do rendimento nacional (as proporções exactas podem variar consideravelmente, e a lei aplica-se mais à distribuição entre os 20% de cima que à população em geral).

Desde os anos 70 as economias ocidentais sofreram um processo de concentração da renda, contrariando a tendência histórica de quase cem anos para maior igualdade de distribuição da renda, que alguns cientistas sociais caracterizaram como uma lei de evolução das sociedades industriais. As leis

¹⁹ Tom Wu, *The master switch- the rise and fall of information empires*, Nova Iorque, 2010

de potência da “economia das redes”, inclusive do sector das telecomunicações digitais, enfim, de todos os domínios sócio-económicos afectados pela Revolução Digital, seguem esta trajectória: a “economia do imaterial”, a “economia de redes”, em que programas de *software* (inclusive as linguagens de *software*) contam decisivamente em todos os domínios da vida tecno-económica, e da vida social com as redes sociais que têm proliferado enormemente na última década, está sujeita a “efeitos de rede” ou “externalidades de rede” sem fim. Ora sabemos que, por exemplo, o QI nas populações nacionais varia segundo uma distribuição de curva normal, de forma de sino, ou Gaussiana. Portanto as distribuições de renda ou riqueza de tipo Paretiano não correspondem à distribuição da inteligência, ou melhor, das medidas de inteligência segundo os testes psicométricos correntes (e de muitos outros atributos humanos ou de variedades de mérito). Segundo algumas figuras emblemáticas da cultura de Silicon Valley, como Jaron Lanier, seria mais justo contrariarmos as leis de potência do mundo digital e as suas desigualdades extremas e aproximar-nos mais das distribuições de curva normal na vida económica do capitalismo informacional, ou de qualquer modo de distribuições de renda e riqueza mais equitativas, procurando facilitar a desmonopolização das mega-plataformas, quando não ocorrer espontaneamente pelas “forças de mercado”, pela inovação e concorrência de fins lucrativos.

VII

Que modelos de relações sociais, que formas de vida, que modos de sociabilidade e de associação serão particularmente favorecidos a longo prazo pela saturação das nossas economias e sociedades pelos media digitais, e pela Internet, como medium dos media digitais? Uma tese abrangente elaborada por sociólogos recentemente pode ser resumida como a do “individualismo de redes” (*networked individualism*), que alegadamente floresce neste mundo de digitalização e reticularização, com a Revolução Tripla^[20]. No essencial, afirma que nos desligamos cada vez mais de grupos sociais tradicionais, para participarmos, mesmo anonimamente, secretamente, ou com identidades múltiplas, ou falsas, em redes sociais de variados tipos, que se multiplicam em termos de variadíssimos interesses, preocupações, afinidades (por exemplo, de pacientes, de doentes de uma ou outra doença

²⁰ Lee Rainie e Barry Wellman, *Networked – the new social operating system*, Cambridge, Mass, 2012. Barry Wellman tem trabalhado este tema há muitos anos. A leitura desta obra foi um grande estímulo para a escrita deste texto, embora só tenha podido tocar em algumas das formulações apresentadas nos trabalhos de Wellman.

específica, de aficionados de um desporto ou outro, de uma actividade de lazer ou outra, de adolescentes obcecados com o suicídio, etc.). No entanto, deve observar-se que há redes sociais, que conseguem monopolizar os *engagements* dos indivíduos, redes de seitas, redes identitárias. A mera existência de redes não determina necessariamente a vagabundagem ou a mobilidade entre redes, a autonomização dos indivíduos, mas pode mesmo facilitar a sua heteronomia e captura por redes totalistas.

Mesmo os nossos contactos, irregulares, frequentes ou mesmo diários, com a família, a escola, os amigos, grupos de pares, colegas, as comunidades locais, etc., se fazem em parte através de redes sociais ou pelo menos *online* (ainda mais no caso de participarmos em escolas virtuais, universidades virtuais, cursos virtuais, associações virtuais). Muitos adolescentes estão mais tempo *online* com os pares para conversas de todo o tipo, para partilhar música, fotos, vídeos, áudio-vídeos, para comentar os filmes que estão a ver entre si, e talvez para partilhar silêncios ou “comunhões fáticas” do que *offline* em locais de desporto, McDonalds ou Starbucks, ou os seus equivalentes no resto do mundo, etc. Um fenómeno passageiro, dir-se-á, mas nem sempre assim tão passageiro. O fenómeno japonês dos *hukkikimori*, já notado há mais de uma década, de adolescentes e jovens de vinte e tal anos, que praticamente se fecham nos seus quartos quase sem interações sociais presenciais, mesmo com a família, vivendo quase exclusivamente *online* durante meses e meses e mesmo anos consecutivos, representa talvez qualquer coisa como o caso-limite deste modo de vida (provavelmente muitos jovens noutros países praticariam este modo de vida se pudessem). Embora predominantemente um fenómeno japonês, não será assim tão *sui generis*, começou a haver exemplos noutros países, e, de qualquer modo, não parece ser redutível simplesmente a diagnósticos psiquiátricos, mesmo que uma certa proporção seja patológica em quaisquer termos. Poderia ser classificado de parasitismo electrónico, mas no entanto com videojogos, que de todas as actividades *online* pode facilmente consumir a maior parte do tempo disponível, com dinheiro real ou *bitcurrency*, até seria possível tornarem-se autosuficientes economicamente, mesmo que, de facto, seja raramente o caso. Possivelmente, a economia paralela dos “mundos sintéticos” de videojogos de *multiplayers* poderá assumir dimensões bem maiores das que goza hoje.

O mesmo ocorre com a concertação de acções no mundo real, cívicas ou políticas, desde as *flash mobs* ou *flash crowds*, até aos movimentos de massa da Primavera Árabe e outros análogos. Mesmo que a mobilização cívica pelos telemóveis e as redes sociais tenha jogado um papel significativo nas rebeliões de vários países, não se traduziu em formas de associação cívica

duráveis. E o controlo das redes sociais e da Internet em geral pelas autoridades em países como a China demonstra que talvez só a longo prazo se poderão obter transformações políticas significativas. De qualquer modo, a democracia digital participativa ou é impossível ou deixa de ser democrática.

Com as tecnologias digitais, todos podem procurar informação actualizada navegando na Internet, desafiando os *experts* (um exemplo da muito apregoada “desintermediação”, que não será necessariamente um factor positivo em todas as circunstâncias). Mas faltam ainda mecanismos relativamente adequados para assegurar a fiabilidade do que se encontra ou de corrigir erros e falsidades (de informações e de fotos sujeitas ao *Photoshop*). Estamos longe de nos aproximarmos de um espaço público em que a racionalidade comunicativa, dialógica, habermasiana pode avançar com relativa facilidade. O “imperativo de partilha *on-line*”, especialmente potente com respeito a música, fotos e vídeos, e talvez especialmente seguido pelas camadas etárias de menos de 30 anos, parece ser um dos traços de maior importância na sociedade de redes. No entanto, a partilha *on-line* é também de boatos e notícias falsas, de parcialidades, sem falar de ódios, tornando o ciberespaço num *mentidero* de enormes proporções. Muitas vezes o *homo connexus* surge como *homo credulus*, intoxicando-se por via das suas redes sociais com teorias conspirativas ou negacionistas de toda a espécie, que parece tornarem-se “virais” com muita facilidade. Como se diz vezes sem fim, hoje todos podem ser autores, prosadores, editores, *broadcasters*, propagandistas ou agitadores, através das redes sociais ou blogs, mas as leis de potência funcionam neste domínio também. A “electrografia”²¹, a escrita em processador de texto ou em aparelhos móveis (mensagens de texto especialmente), tem certamente alterado ortografia, sintaxe e léxico entre muitos nativos digitais, devido em parte aos imperativos de concisão em mensagens rápidas: degradação cognitiva segundo alguns, criatividade segundo outros (a epistolografia da intimidade *on-line* tem sido comentada dos mesmos modos: a matéria é certamente abundante). Seja como for, a electrografia assim praticada 24/7 por centenas de milhões de comunicadores representa hoje uma força na evolução da linguagem, pelo menos da língua inglesa. As modificações em curso, que tendem a impor-se, lentamente, à fala ou pelo menos à escrita nas escolas, têm sido objecto de alguns estudos, mas mais do género “defesa e ilustração da nova língua” do que análises equilibradas.

²¹ Termo cunhado pelo filósofo Michael Heim, no seu livro *Electric Language*. Claro que também houve muito antes do advento da electrografia de processamento de texto electrónico, avaliações negativas da linguagem e estilo dos telegramas, da escrita em máquinas de escrever mecânicas, e da sua permeação da escrita convencional tal como era ensinada nas melhores escolas da época pré-digital.

Mas se existe um individualismo de redes, também funcionam colectivos em redes digitais por toda a parte: as organizações económicas, os partidos políticos, as organizações estatais, funcionam também em rede cada vez mais, não só os indivíduos. Portanto podemos falar com muita propriedade de uma economia de redes, de sistemas políticos em rede, de Estados em vias de reticularização também, enfim, de “colectivos de redes”, e até de “colectivismo de redes” (Lanier chegou a falar de “Maoismo digital”, ou “totalismo cibernético”). Ou podíamos mesmo falar de um “*transindividualismo de redes*” acompanhando, e até explorando, o “individualismo de redes”.

A caracterização das sociedades contemporâneas, mesmo as da América do Norte, como tendencialmente da nova configuração societal do individualismo de redes representa uma aposta de que as facilidades de florescimento da vida individual num mundo de redes irão prevalecer sobre as outras formas de associação transindividual em redes que poderão redefinir a escolha livre, a criatividade, a mobilidade cultural, etc., em sentidos menos conformes a um individualismo moral e político que possa representar uma autêntica continuação do individualismo ocidental, com o seu legado cristão e kantiano, que prezava a vida privada (a eliminação da privacidade decorre da vida digital), a responsabilidade moral, o sentido crítico, a independência perante a *doxa*, o distanciamento da mundanidade.

Além disso, todos dizem que não há e-mail, mensagem de texto, mensagem instantânea, compra on-line, leitura de um artigo na Web, ou qualquer episódio de *browsing*, que não deixe rasto: todos os cibernautas, quer dizer, quase todos nós, incluindo cada vez mais as crianças, dado que já começam a tocar em ecrãs electrónicos a partir dos três meses, e aos cinco anos já são mestres de *smartphones*, deixam a sua “pegada digital”, ou “pegada electrónica”^[22], ou a sua “sombra digital”, que dizem a terceiros alguma coisa dos nossos hábitos, interesses, gostos, e outros traços biográficos. A vida *on-line* é praticamente toda capturável por Estados, e muita dela transparente para variadas agências ou piratas informáticos. Muita da nossa vida *on-line* é igualmente capturável por corporações e empresas, digamos, pelo Mercado, que procuram satisfazer-nos pelo conhecimento das nossas “preferências”, registadas pelas nossos actos digitais (todos os cliques), desde a mais tenra idade até à morte^[23],

²² Jeffrey Rosen, *The unwanted gaze: the destruction of privacy in America*, Nova Iorque, 2000. Existe uma literatura abundantíssima, especialmente da parte de juristas, sobre as ameaças do mundo computacional à privacidade.

²³ Já podemos preparar um testamento com a ajuda de Google, acompanhado talvez por um arquivo digital, fotos, vídeos, filmes, áudio-vídeos, diários, escritos variados, emails, etc., da totalidade da nossa vida para os nossos herdeiros, amigos, familiares, ou simplesmente para a posteridade indefinida. Já existem dispositivos fotográficos automatizados para tirarem fotos cada 30 segundos, portanto, o registo das nossas vidas desde o nascimento – um dos aconte-

mas que também tornam os internautas em clientes 24/7, pois o e-comércio acompanha tudo. A “aldeia global” de Marshall McLuhan manifesta-se hoje como uma “mall global”, a mercadorização ou mercantilização universaliza-se *pari passu* com a digitalização e reticularização das nossas vidas individuais, profissionais, colectivas, organizacionais. O “individualismo de redes” é acompanhado pela economia de redes, o sistema financeiro de redes, o sistema político de redes, o mercado mundial de redes, pelo que podíamos chamar o *transindividualismo* de redes. O individualismo de redes também se pode caracterizar como “individualismo de redes de mercado” (com os cibernautas observados e solicitados permanentemente por empresas comerciais, muito atentas a todos os nossos *clicks*) ou como um individualismo de redes monitorizadas por Estados. Não vejo como se poderá justificar a asserção da primazia social do individualismo de redes pois, o mundo reticular hodierno abrange entidades potentes transindividuais em rede que poderão ou não facilitar ou cooperar com o individualismo de redes.

Individualismo de redes e o que chamámos transindividualismo de redes. Mas falta acrescentar a chamada “Internet das coisas” (“*Internet of things*”) ou Internet dos objectos. Qualquer “coisa”, utensílio, ferramenta, parede, automóvel, estrada, etc., pode ser imbuída de sensores e transmissores, para ligação à Web, para se conectarem entre si, e mesmo a nós, ou melhor, directamente aos nossos dispositivos móveis. *Chips*, ou melhor *microchips*, em todas as coisas, com todas as coisas, para todos os fins. Em princípio, podíamos cobrir a Terra com eles, providenciando um *sensorium* (digital) para a Terra, para Gaia. Até se fala de “pó inteligente” (*smart dust*), para as coisas mais pequenas assim informatizadas (e qualquer exército digno do nome poderá certamente contar com insectos ciborgues nos seus serviços de informação). Se as faculdades de conexão das pessoas facilitam um individualismo de redes, a multiplicação de coisas informatizadas em rede pela “Internet das coisas” providencia o que podemos chamar um “reísmo de redes”^[24]. Segundo estatísticas provavelmente fiáveis, em 2011 existiam 6 mil milhões de dispositivos móveis conectados, contra 9 mil milhões de dispositivos conectados, essencialmente da Internet das coisas. A previsão para

cimentos da vida mais fotografados em certos meios americanos – poderá ser bem completo, inclusive as nossas mortes (ainda mais fácil com a encenação da “morte medicamente assistida”) e a disposição dos nossos restos mortais. E *post-mortem* teremos, além do depósito de documentos no sentido lato da palavra, biográficos e autobiográficos, um fundo de recordações e comentários sobre as nossas vidas que os nossos familiares, amigos e conhecidos poderão contribuir para o nosso arquivo digital permanente. Alguém se poderá encarregar de controlar a memória colectiva a nosso respeito.

²⁴ Um termo filosófico já existente (por exemplo, para caracterizar a doutrina filosófica de T. Kotarbinski), adaptado aqui para estas novas realidades tecnológicas que nos rodeiam não só de coisas, mas de coisas electrónicas mais ou menos inteligentes: de “res”, Latim para “coisa”.

2020 é para 12 mil milhões de dispositivos móveis conectados, duplicando em dez anos, contra 24 mil milhões de dispositivos conectados, que mais que duplicariam até então (dispositivos que facultam ligações entre todos os nossos dispositivos electrónicos, como TV e DVD player, em princípio, e os nossos automóveis entre si e conosco, e ainda mais coisas). Se já temos ligações com a vastíssima Internet das coisas à nossa volta, em casa e fora de casa, que, como notámos, hoje já contando com vários milhares de milhões de “coisas”, vai duplicar em dez anos, ainda se pode ir mais longe. Com o “*wearable computing*”, nem precisamos de consultar os nossos *smartphones*, as ligações fazem-se tão facilmente e corriqueiramente, que nós próprios emitiríamos dados constantemente, ou melhor trocaríamos dados com outros e com as coisas da respectiva Internet, que de certo modo nós próprios nos tornaríamos *nodes* das redes de redes de coisas e de humanos: pertenceríamos a uma espécie de Super-Internet totalizante e englobante. Como escreveram alguns cientistas franceses recentemente, desse modo não estaríamos simplesmente ligados a redes, nós próprios seríamos a rede. Se antigamente o slogan era “*We are all connected now*”, num futuro não muito distante o novo slogan que o poderia substituir seria: “*We are the network!*”. Mas onde há transmissão de dados digitais, surge a alta probabilidade de *hacking* no sentido negativo da palavra. Se já hoje dizem as eminências do Google que devemos dizer adeus à privacidade, teremos então que dizer adeus à privacidade mais uma vez.

E ainda não se vê como o individualismo de redes poderá superar a força das identidades primordiais, do sentido de pertença, da necessidade de pertença sentida ainda por muitos, a grupos e comunidades como etnias, comunidades linguísticas, nações, comunidades religiosas transnacionais (que se em certos aspectos se apresentam como anti-modernistas, recorrem também às tecnologias digitais com uma certa eficácia, como armas sofisticadas, inclusive potencialmente com respeito às ciber-armas). As redes informáticas podem muito bem facilitar também particularismos, fomentar tensões regionalistas e nacionalistas, apoiar ideologias separatistas e anti-federalistas. Poucos Estados europeus hoje estão completamente livres de tensões xenofóbicas, separatistas ou anti-assimilacionistas. Muitas clivagens territoriais e não territoriais poderão suscitar pulsões identitárias centrífugas e conflitos sociais violentos.

VIII

A Internet, a Web e as tecnologias digitais de informação e comunicação, aliás em mutação constante, afectam praticamente todos os domínios sociais,

económicos, financeiros, políticos, culturais, linguísticos, artísticos, científicos, religiosos da nossa civilização, tal como os nossos cérebros e mentes, a nossa ideação, interioridade ou subjectividade. Representam, ou envolvem, “fenómenos sociais totais”, “fenómenos humanos totais”, na terminologia de Durkheim e Mauss, sem esquecer o que acontece aos impactos energéticos e ambientais da nossa utilização dessas tecnologias. Praticamente todas as disciplinas das ciências sociais e humanas terão muito a dizer sobre estes fenómenos do Novo Mundo Tecno-Humano²⁵.

Referências Bibliográficas

- ACHTERHUIS, Hans (ed.) (2001), *American Philosophy of Technology: The Empirical Turn*. Bloomington IN: Indiana University Press.
- AKRICH, Madeline (1992), “The De-description of Technical Objects” in Wiebe Bijker, John Law (eds.), *Shaping Technology / Building Society: Studies in Sociotechnical Change*. Cambridge: MA, MIT Press: 205-224.
- APPADURAI, Arjun (ed.) (1986), *The Social Life of Things*, Cambridge, Cambridge University Press.
- ANDERSON, Susan e ANDERSON, Michael (eds.) (2011), *Machine Ethics*, New York NY, Cambridge University Press.
- BAUDRILLARD, Jean (2004/1968), *Le système des objets*. Paris: Gallimard.
- BORGMANN, Albert (1987), *Technology and the Character of Contemporary Life: A Philosophical Enquiry*. Chicago IL: University of Chicago Press.
- BRETON, Philippe (1995), *À Imagem do Homem: Do Golem às Criaturas Virtuais*. Lisboa: Instituto Piaget.
- BRUN, Jean (1992), *Le rêve et la machine: Technique et existence*. Paris: Éditions de La Table Ronde.
- BUCCIARELLI, Louis (1994), *Designing Engineers: Inside Technology*. Cambridge: MA, MIT Press.
- BUCHLI, Victor e LUCAS, Gavin, (eds.) (2001), *Archaeologies of the Contemporary Past*. London: Routledge.
- CAILLOIS, Roger (1965), “L’univers de l’animal et celui de l’homme” in AAVV, *Le robot, la bête et l’homme: Textes des conférences et des entretiens organisés par les rencontres internationales de Genève*. Neuchâtel : La Baconnière.
- CHASE, Stuart (1929), *Men And Machines*. New York NY: MacMillan Company.
- CHOPRA, Samir e WHITE, Lawrence F. (2011), *A Legal Theory for Autonomous Artificial Agents*. Michigan MI: University of Michigan Press.
- COUFFIGNAL, Louis (1968/1963), *La cybernétique*, Paris, Presses Universitaires de France.

²⁵ Na escrita deste texto recorri a algumas passagens que escrevi previamente para artigo muito curto assinado por mim e José Luís Garcia sobre a “Web” para um volume a ser publicado pela Imprensa de Ciências Sociais em 2013.

- COWAN, Ruth Schwartz (1983), *More Work for Mother: The Ironies of Household Technology from the Open Hearth to the Microwave*. Nova Iorque: Basic Books.
- DREIFUS, Claudia (2003), “A Conversation With Cynthia Breazeal: A Passion To Build A Better Robot, One With Social Skills And A Smile”, *The New York Times* [Online], disponível em: <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9806E0DE1239F933A25755C0A9659C8B63> [Consultado em Agosto 2011]
- ELLUL, Jacques (2004/1977), *Le Système Technicien*. Paris: Le Cherche Midi.
- GEHLEN, Arnold (1961/1957), *A Alma da Era da Técnica: Problemas de Psicologia Social da Sociedade Industrializada*. Lisboa: Livros do Brasil.
- GELL, Alfred (1998), *Art and Agency: An Anthropological Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- GRAS, Alain; MORICOT, Caroline; POIROT-DELPECH, Sophie e SCARDIGLI, Victor (1994a), *Face à l'automate, le pilote, le contrôleur et l'ingénieur*. Paris: Publications de la Sorbonne.
- GRAS, Alain; MORICOT, Caroline; POIROT-DELPECH, Sophie; SCARDIGLI, Victor (1994b), *Faced With Automation: The Pilot, The Controller And The Engineer (Condensed Version)*. Paris: Publications de la Sorbonne.
- HARBERS, Hans (ed.) (2005), *Inside the Politics of Technology: Agency and Normativity in the Co-Production of Technology and Society*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- IHDE, Don (1990), *Technology and the Lifeworld: From Garden to Earth*. Bloomington IN: Indiana University Press.
- IHDE, Don (2003), “If Phenomenology Is An Albatross, Is Postphenomenology Possible?” [Online] disponível em : <http://www.sunysb.edu/philosophy/faculty/dihde/articles/postphenomenology.html> [Consultado em Agosto 2011].
- ILLICH, Ivan (1973), *Tools For Conviviality*. Londres: Harper & Row.
- JACOMY, Bruno (1990), *Une histoire des techniques*. Paris: Éditions du Seuil.
- JONAS, Hans (2001/1966), *Le phénomène de la vie: Vers une biologie philosophique*. Bruxelles: De Boeck.
- KING, Ross, *et al.* (2004), “Functional Genomic Hypothesis Generation and Experimentation by a Robot Scientist” (online), *Nature*, 15 Janeiro, v.427: <http://www.aber.ac.uk/compsci/Research/bio/robotsci/publications/KingNature2004.pdf>.
- KOEN, Billy (2003), *Discussion of the Method: Conducting the Engineer's Approach to Problem Solving*. Oxford: Oxford University Press.
- KROES, Peter e MEIJERS, Anthonie (2006), “The dual nature of technical artifacts”, *Studies in the History and Philosophy of Science Part A*, v.37, n.1: 1- 4.
- LAFONTAINE, Céline (2004), *L'empire cybernétique: Des machines à penser à la pensée machine*. Paris: Seuil.
- LATOUR, Bruno (1987), *Science in Action: How to Follow Engineers and Scientists Through Society*. Milton Keynes: Open University Press.
- LATOUR, Bruno (1994), “On Technical Mediation: Philosophy, Sociology, Genealogy” (online), *Common Knowledge*, v.3, n.2: <http://www.bruno-latour.fr/articles/article/54-TECHNIQUES-GB.pdf>.
- LAW, John (ed.) (1986), *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge*. Londres: Routledge & Kegan Paul.

- LEROI-GOURHAN, André (1964), *Le geste et la parole: Technique et langage*, Vol. I. Paris: Albin Michel.
- MACKENZIE, Donald e WAJCMAN, Judith (eds.) (1985), *The Social Shaping of Technology*. Londres: Open University Press.
- MACKENZIE, Donald e WAJCMAN, Judith (1999), “Introductory Essay: The Social Shaping of Technology” in Donald Mackenzie, Judith Wajcman (eds.), *The Social Shaping of Technology*. Buckingham: Open University Press: 3-27.
- MARTINS, Hermínio (1996), *Hegel, Texas e outros Ensaios de Teoria Social*. Lisboa: Edições Século XXI.
- MARTINS, Hermínio (1998), “Risco, Incerteza e Escatologia: Reflexões Sobre o Experimentum Mundi em Curso, II”, *Episteme – Revista Multidisciplinar*, ano 1, n.2: 41-75.
- MILLER, Daniel (ed.) (2005), *Materiality*. Durham & Londres: Duke University Press.
- MITCHAM, Carl (1994), *Thinking Through Technology: The Path Between Engineering and Philosophy*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- MITCHAM, Carl (2002), “Do Artifacts Have Dual Natures? Two Points of Commentary on the Delft Project” (online), *Techné: Research in Philosophy and Technology*, v.6, n.2: <http://scholar.lib.vt.edu/ejournals/SPT/v6n2/mitcham.html>.
- MUMFORD, Lewis (1973/1967), *Le mythe de la machine: La technologie et le développement humain*, Vol. I. Paris: Fayard.
- PINCH, Trevor e BIJKER, Wiebe (1987), “The Social Construction Of Facts And Artifacts: Or How The Sociology Of Science And The Sociology of Technology Might Benefit Each Other” in Wiebe Bijker, Thomas Hughes, Trevor Pinch (eds.), *The Social Construction Of Technological Systems: New Directions In The Sociology And History Of Technology*. Cambridge MA, MIT Press: 17-50.
- ROACH, John (2004), “Robot Scientist Said to Equal Humans at Some Tasks” (online), *National Geographic News*, 14 Janeiro 2004: http://news.nationalgeographic.com/news/2004/01/0114_040114_robot.html.
- SANDERS, Jane (2007), “From Science Fiction To Reality: Personal Robots Emerge To Improve Quality Of Life At Work, Home And School” (online), *Research Horizons Magazine*, 8 Junho 2007: http://gtresearchnews.gatech.edu/newsrelease/personal_robotics.htm.
- SCARDIGLI, Victor (2001), *Un anthropologue chez les automates*. Paris: Presses Universitaires de France.
- SEARLE, John (1997/1984), *Mente, Cérebro e Ciência*. Lisboa: Edições 70.
- SIMONDON, Gilbert (2001/1958), *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Éditions Aubier.
- SMITH, Merritt Roe, Marx, Leo (eds.) (1994), *Does Technology Drive History? The Dilemma Of Technological Determinism*. Cambridge MA: MIT Press.
- SPENCE, Edward H. (2007), “Robot Rights: The Moral Life Of Androids” in AAVV, *Proceedings from the ECAP / European Computing and Philosophy Conference*. Enschede: University of Twente.
- SULLINS, John (2006), “When is a Robot a Moral Agent?”, *International Journal of Information Ethics*, v.6, n.12, 22-30.

- VERBEEK, Peter-Paul (2005), *What Things Do: Philosophical Reflections on Technology, Agency, and Design*. Philadelphia, PA: Pennsylvania University Press.
- VERBEEK, Peter-Paul (2008), “Design Ethics And The Morality Of Technological Artifacts” in Pieter Vermaas, Peter Kroes, Andrew Light, Steven A. Moore (eds.), *Philosophy of Design: From Engineering to Architecture*. Berlin: Springer.
- VERUGGIO, Gianmarco (2006), *Euron Roboethics Roadmap: Rel. 1.1*, Scuola de Robotica, EURON Roboethics Atelier Research Project (online): <http://www.roboethics.org/atelier2006/docs/ROBOETHICS%20ROADMAP%20Rel2.1.1.pdf>.
- WAJCMAN, Judy (1991), *Feminism Confronts Technology*. University Park PA: Pennsylvania State University Press.
- WEYEMBERGH, Maurice (2000), “Temps et mémoire dans l’odyssée de l’espace d’A. Clarke” in Gilbert Hottois (ed.), *Philosophie et science-fiction*. Paris: Vrin.
- WINNER, Langdon (1977), *Autonomous Technology: Technics-Out-Of-Control as a Theme in Political Thought*. Cambridge MA: MIT Press.
- WINNER, Langdon (1986), *The Whale and the Reactor: A Search for Limits in an Age of High Technology*. Chicago IL: University of Chicago Press.
- WINNER, Langdon (2001), “Where Technological Determinism Went” in Stephen H. Cutcliffe, Carl Mitcham (eds.), *Visions Of STS: Counterpoints In Science, Technology, And Society Studies*. Nova Iorque: State University of New York Press: 11-17.

Aproximar a mundos concretos: um pensar da técnica e suas existências

Susana Nascimento*

Pensar sobre a técnica

A análise da nossa relação com a técnica, com as suas lógicas e artefactos, têm passado por momentos de definição tão distintos como a exaltação ou a tensão. Um dos grandes debates modernos refere-se precisamente à existência de objectos, máquinas e sistemas, e aos efeitos divergentes das suas actividades nos mundos sociais que têm baralhado demasiadas vezes as nossas conclusões. Mas como se pode definir o existir dos artefactos técnicos nos nossos mundos reais, as suas condições e os seus efeitos? Como podemos analisar as conexões particulares que se estabelecem entre as realidades técnicas, humanas e sociais? A diversidade, expansão e complexidade das existências tecnológicas exigem uma procura de esclarecimentos vindos das ciências sociais e humanas, que sejam simultaneamente capazes de se situar no seio dos mundos concretos que questionam. Um conhecimento social e humano compreensivo neste campo deve conseguir colocar a técnica no centro das suas observações, evitando o predomínio de outros factores explicativos que tendem a apagar a própria técnica, as suas materialidades e as circunstâncias práticas das suas existências.

Num enquadramento concomitante de conhecimentos sobre a técnica que advêm das disciplinas sociológicas, antropológicas e filosóficas, aqui joga-se uma reflexão sobre diversas perspectivas em torno da relação entre sujeitos e artefactos técnicos, centradas sobretudo nas ideias de substituição, controlo, simetria e existência técnica. As argumentações estendem-se desde o conceito de substituição ou como os artefactos realizam tarefas antes executadas por sujeitos, a problemática do controlo ou as ambivalências dos fenómenos de submissão e de perda de controlo, passando pela noção de simetria ou a proposta das co-produções e das equivalências entre sujeitos

* A autora agradece o apoio concedido pela Fundação da Ciência e Tecnologia do Ministério da Educação e Ciência.

e artefactos, até à ideia de existência ou como as presenças dos artefactos se entrelaçam com situações de interacção com os sujeitos. Entre os problemas e as potencialidades destas ideias, tal reflexão deve comportar acima de tudo um entendimento sobre as circunstâncias e as condições concretas da existência de artefactos em mundos sociais. Um entendimento que nunca descure o conhecimento directo do próprio artefacto técnico, das suas configurações básicas e dos pressupostos da sua existência, de modo a possibilitar efectivamente um ponto de vista próximo das realidades tecnológicas.

A substituição da acção técnica

Num número já extenso de formulações, as relações entre sujeitos e artefactos técnicos foram interpretadas por vezes de forma radical, no sentido de serem situadas nos próprios princípios das suas existências. Uma parte dos entendimentos sociais e humanos procuraram estabelecer efectivamente ligações físicas e culturais entre a acção dos sujeitos e a *performance* dos artefactos. Estas ligações encontram-se por exemplo em Arnold Gehlen, quando este identifica a “tendência para a diminuição do esforço” implícita no movimento de objectificação da acção humana, segundo a qual os objectos são capazes de realizar actos que os órgãos humanos não conseguem realizar por si próprios (Gehlen, 1961/1957: 27-28). Aqui entrevemos desde logo uma certa ideia de substituição dos actos técnicos dos sujeitos por outros actos executados por utensílios e máquinas, especialmente num sentido de colmatar as limitações biológicas, ou mesmo de ultrapassar as faculdades próprias dos primeiros.

Uma ideia semelhante transparece de forma explícita em várias noções de artefactos técnicos, como no trabalho do sociólogo e filósofo Roger Caillois, quando este autor sublinha como os humanos fabricaram “dispositivos exteriores capazes de substituir os seus sentidos ou os seus músculos” (Caillois, 1965: 12), muitas vezes desadaptados ou insuficientes para a realização de tarefas. Mas podemos encontrar também no cibernético Louis Couffignal uma definição de máquina como “um mecanismo físico artificial finalizado cujo objectivo é o de substituir o homem na execução de uma acção” (Couffignal, 1968/1963: 78-79), ou mesmo em Jacques Ellul uma noção de máquinas como “sistemas materiais substituídos ao homem nos actos que ele não é capaz de fazer ele próprio, a maior parte das vezes porque exigem uma elevada quantidade de energia” (Ellul, 2004/1977: 36). De um ponto de vista material, para estes e muitos outros autores a relação entre sujeitos e artefactos joga-se na comparação entre as actividades técnicas realizadas por ambos.

Segundo Hans Jonas, talvez exista afinal “no espírito humano uma tendência forte e, aparentemente, quase irresistível em interpretar as funções humanas com recurso aos artefactos que tomam o seu lugar e os artefactos com recurso às funções humanas que eles substituem” (Jonas, 2001/1966: 121). A questão da substituição aparece de forma muito frequente enquanto problemática proeminente nas hipóteses de acção técnica nos mundos, quer esta seja desempenhada por sujeitos, quer por artefactos. Porém, outras perspectivas colocam neste mesmo ponto o início de algumas tensões, como por exemplo a interpretação de André Leroi-Gourhan (1964), em parte similar à de Gehlen, sobre a ligação original entre os objectos e as *performances* e funções dos corpos humanos. Na sua tese de exteriorização técnica, Leroi-Gourhan descreve como a era industrial introduziu uma certa distância, disjunção ou ruptura crescente entre os objectos e os sujeitos, na qual a máquina tende a impôr os seus ritmos e processos de execução.

A problemática da substituição e os seus potenciais efeitos disruptivos na relação entre sujeitos e objectos técnicos foram equacionados em várias circunstâncias técnicas, desde as mais comuns às mais sofisticadas. Vindas dos nossos quotidianos, podemos encontrar por exemplo a maior parte das máquinas em contextos domésticos, e que acabam por “executar um número crescente de funções anteriormente atribuídas ao homem” (Jacomy, 1990: 323). Contudo, por exemplo, a substituição das actividades manuais e a conseqüente redução das horas de trabalho doméstico realizado por mulheres, sobretudo a partir dos anos 50 do século XX, têm sido amplamente discutidas. As expectativas relativas a uma libertação feminina foram afinal contestadas em face de uma redistribuição de tarefas que passaram a ser desempenhadas pelas mulheres, e de uma persistência geral na divisão do trabalho doméstico (Cowan, 1983; Wajcman, 1991).

Neste sentido podemos indicar similarmente exemplos de outras tecnologias como o projecto multidisciplinar *Robot Scientist*, desenvolvido para determinar as funções do gene da levedura, e capaz de “gerar automaticamente hipóteses para explicar observações, conceber experiências para testar estas hipóteses, realizar fisicamente as experiências utilizando um robot de laboratório, interpretar os resultados para falsificar as hipóteses inconsistentes com os dados, e depois repetir o ciclo” (King *et al*, 2004: 247-248). Perante a hipótese de este artefacto substituir os cientistas humanos na realização de certas tarefas rotineiras com os mesmos critérios de rigor (Roach, 2004), podem surgir algumas inquietações como a expressa pela socióloga Céline Lafontaine, citando a constatação de Jacques Testard que “nos laboratórios de engenharia genética, existem hoje mais computadores

que investigadores. Isto é, o destino do vivo encontra-se a partir de agora nas mãos das máquinas” (Lafontaine, 2004:207).

Os cenários de potencial e efectiva substituição despertam algum interesse, num certo sentido, para revelar algumas das ligações nas relações complexas entre sujeitos e artefactos técnicos. Podemos atender por exemplo a Jean Baudrillard quando afirma que existe uma “vocação nos objectos para o papel de substitutos da relação humana. Na sua função concreta o objecto é solução para um problema prático. Nos seus aspectos não essenciais, ele é solução para um conflito social ou psicológico” (Baudrillard, 2004/1968:177). Ou podemos encontrar uma perspectiva mais crítica em Ivan Illich quando este se refere à hipótese de “máquinas substituírem os escravos. Os dados mostram que, usadas para este propósito, as máquinas escravizam os homens” (Illich, 1973: 10). Se tomarmos a noção de substituição em sentidos similares, esta parece mostrar-nos afinal não só os inúmeros modos como os artefactos realizam actividades técnicas, mas também as transformações profundas que estas actividades operam nas condições de vida em geral, como nos exemplos apresentados em cima.

Os maiores problemas com a noção de substituição revelam-se, porém, quando estas realizações dos artefactos e as transformações decorrentes são conotadas com os ditos modelos originais. Numa apreciação global, os diversos conceitos de substituição tendem a estar demasiado ancorados em interpretações comparativas entre sujeitos humanos e artefactos técnicos. Esta é uma das visões mais comuns quando se levanta a possibilidade, por exemplo nas áreas da Inteligência Artificial e da Robótica, de “construir uma máquina que tivesse a mesma estrutura de um ser humano”, a qual supostamente “seria um ser humano de substituição” (Searle, 1997/1984: 44). Entre hipóteses mais extremas e cenários mais concretos, tradicionalmente estas áreas têm sido particularmente sensíveis a discussões sobre as semelhanças e as diferenças entre a condição humana e as máquinas inteligentes ou vivas (Breton, 1995).

Emerge assim a necessidade de evitar a principal dificuldade na noção de substituição que aponta para um entendimento dos artefactos quase sempre em referência aos modelos humanos e orgânicos, e vice-versa (Martins, 1996: 167-171). Este tipo de conceptualizações depara-se afinal com o perigo de perder os sentidos das existências próprias dos objectos técnicos, em benefício de uma concentração excessiva no estatuto dos sujeitos. Mas a relação entre sujeitos e artefactos aponta para outras realidades complexas que não se esgotam nas medidas dos primeiros sejam como expressões primitivas ou últimas. De modo a considerar esta relação de outras formas, começa a delinear-se aqui o sentido de pensar os artefactos sem entrar em

comparações directas com os sujeitos, segundo as suas características singulares, realizações concretas e condições inerentes às suas existências em mundos humanos e sociais.

A procura do controlo

Nas várias formulações sobre a relação entre sujeitos e artefactos técnicos, encontra-se uma outra concepção usualmente comum, segundo a qual os segundos tendem a ser pensados tipicamente como estando sob o controlo dos primeiros. A problemática é resumida por Langdon Winner ao constatar que o “controlo, afinal, faz parte do próprio *design* das criações técnicas. Aparelhos e técnicas são concebidos com propósitos definidos em mente. Através da manipulação consciente destes meios, os homens são capazes de atingir fins previamente estabelecidos” (Winner, 1977: 26). Segundo Winner, esta instrumentalização extrema dos artefactos submetidos à vontade humana corresponde a uma metáfora reducionista de escravo e mestre, a qual remete afinal para a tal concepção comum de controlo. Verifica-se deste ponto uma problemática particular que compreende desde noções de um controlo humano primordial sobre as suas construções, até noções de ausência de controlo sobre o domínio técnico.

Por um lado, este tipo de relação na qual o mestre humano comanda os artefactos ao seu serviço reenvia para uma aspiração antiga de diminuir o esforço físico o máximo possível, algo também analisado na noção anterior da substituição. Remetendo aqui para as palavras de Lewis Mumford face à perseguição excessiva de fins semelhantes, “a ideia de abolir todo o trabalho, de transferir a habilidade da mão (...) para uma máquina – esta ideia não passa de um sonho de escravo, e revela uma esperança de escravo, desesperada mas sem imaginação” (Mumford, 1973/1967: 323). Por outro lado, a relação particular entre sujeito e artefacto em questão expressa-se numa outra inquietação frequentemente visível. Aqui surgem muitas das nossas incertezas em torno da perda de controlo, perante os cenários reais e imaginários onde os artefactos ganham crescente autonomia, se revoltam contra a sua condição submissa, ou se tornam mestres dos seus antigos mestres.

Num plano mais próximo do nosso imaginário, esta inquietação sobre a perda de controlo manifesta-se geralmente nos receios em torno das máquinas, robots e sistemas que acabam por fugir à vontade dos seus criadores ou utilizadores. Entre os inúmeros exemplos possíveis, destaca-se aqui a cena de confrontação entre Bowman e Hal no filme *2001: Space Odyssey* (1968) de Stanley Kubrick, a qual “exprime todos os fantasmas que animaram e animam os homens perante os seus próprios produtos. Ela é uma versão

do mito do aprendiz-feiticeiro. A máquina torna-se pessoa, o meio, toma-se como fim e pretende submeter o seu criador” (Weyembergh, 2000, p. 40). Vários cientistas acabam por contestar estas representações, como o investigador em robótica Henrik Christensen, quando afirma que “um dos nossos maiores inimigos é Hollywood. A visão dos robots que Hollywood projecta é quase sempre negativa” (Sanders, 2007). Outra investigadora em robótica, Cynthia Breazeal, é igualmente muito crítica quando indica que “na cultura ocidental, mais desconfiada da ciência, (...) encontramos muito medo relativamente a criar algo que foge de controlo. E muitos dos livros e filmes ocidentais de ficção científica também são sobre a noção básica de tomar responsabilidade sobre aquilo que se cria” (Dreifus, 2003).

Não obstante muitas das objecções presentes no imaginário, a inquietação sobre a perda de controlo desempenha um papel fundamental, na medida em que “a existência procura colocar-se em questão ao solicitar às ficções científicas para lhe transportar o medo, este *ersatz* psicológico de apreensão e agitação” (Brun, 1992: 295). Podemos dizer que a dimensão simbólica aparece por vezes como uma espécie de sublimação dos cenários mais convulsivos. Contudo, um autor como Jacques Ellul rejeita a função de catarse colectiva dos “livros e filmes anti-técnicos”, ao denunciar a sua produção massiva como “um mecanismo de adaptação, de acomodação à sociedade técnica” (Ellul, 2004/1977: 191). É interessante notar aqui a sua crítica aos mitos e estereótipos que rodeiam tudo aquilo que é técnico. Perante os entendimentos comuns que acabam, a seu ver, por dissimular as características, princípios e consequências da técnica, este apelo cruza-se de certo modo com a análise que aqui se procura efectuar sobre as relações entre sujeitos e artefactos, e sobre a necessidade de considerar os segundos na sua presença concreta nos nossos mundos.

Centrando a nossa atenção neste último nível, a problemática do controlo tem sido interpretada de formas mais directas em análises como aquelas que encontramos, por exemplo, nos estudos socio-antropológicos do Cetcopra / Centre d'Etude des Techniques, des Connaissances et des Pratiques da Université Paris 1- Panthéon-Sorbonne. As ligações que se estabelecem entre sujeitos e artefactos em cenários de transferência de controlo têm sido analisadas nomeadamente no âmbito das implicações dos sistemas automatizados na aeronáutica civil (Gras *et al*, 1994a; Scardigli, 2001). Uma das suas conclusões indica que “o avião adquire uma certa independência na forma de auto-monotorização. Sem dúvida tal autonomia resolve muitos problemas, mas outros aparecem” (Gras *et al*, 1994b: 77). Com efeito, nestes estudos encontramos a ideia de que os pilotos em geral expressam um sentimento de ruptura e de dificuldade de diálogo com os computadores de

bordo, sobretudo quando estes desempenham funções de gestão e controlo dos aparelhos, e também dificuldade em conhecer os sistemas não obstante a melhoria na apresentação dos dados (Gras *et al*, 1994b: 22).

O pensamento sociológico, antropológico e filosófico sobre a técnica tem enquadrado estas e outras inquietações em torno do controlo sobretudo em debates sobre as condições presentes e emergentes de actuação de artefactos que dispensam a intervenção humana. Por exemplo, existe actualmente uma discussão emergente sobre a atribuição de responsabilidade a estes dispositivos, isto é, de uma ética (Anderson e Anderson, 2011), de uma moralidade (Sullins, 2006; Spence, 2007) ou mesmo de uma personalidade jurídica (Chopra e White, 2011). Contudo, face a estas noções mais controversas, podemos encontrar igualmente outras reflexões, como as realizadas pela EURON / *European Robotics Research Network*, que consideram demasiado prematuras as discussões em torno da emergência de funções humanas nas máquinas, como a consciência, o livre arbítrio, a dignidade, as emoções, etc., e dirigem-se sobretudo para a elaboração de guias, não para “o robot e a sua ética artificial, mas a ética humana dos designers, construtores e utilizadores de robots” (Veruggio, 2006: 7), procurando a identificação e a avaliação dos riscos inerentes.

Embora sejam visíveis as tendências de construir artefactos mais dependentes de códigos de conduta, a problemática do controlo parece cair, porém, num paradoxo crucial. Se por um lado, é possível entrever uma crescente procura de delegação de funções em dispositivos técnicos, por outro lado, também são visíveis inquietações em torno da falta de controlo sobre estes mesmos dispositivos. Este paradoxo deve ser destacado e não se dissipa numa confiança renovada nas regulações éticas e morais, e talvez até de forma contrária, parece estender-se a outros campos, devido a estratégias centradas sobretudo em soluções técnicas de desenvolvimento de artefactos para controlar outros artefactos. Ao levar até ao limite este tipo de soluções para as relações complexas entre os sujeitos e os artefactos, confrontamos-nos directamente como nos explica mesmo Hermínio Martins, com um dilema insuperável. Nas suas palavras, quando “se tornam os sistemas tecnológicos cada vez mais auto-controlados, cada vez mais à prova de erros humanos como à prova de variações ambientais de todo o tipo, (...) os sistemas tornam-se perigosamente resistentes, até praticamente imunes à intervenção humana, mesmo em casos extremos” (Martins, 1998: 53-54).

A noção de controlo parece cruzar-se afinal com uma necessidade premente em verificar e ponderar os vários cenários nos quais os artefactos técnicos desempenham inúmeras funções sem acompanhamento directo, modificando assim as condições da relação entre estes e os sujeitos em situa-

ções concretas. Contudo, na problemática do controlo, os termos para descrever esta relação são colocados demasiadas vezes em oposição, como as noções de mestre e escravo que continuam presentes nos discursos comuns e também em análises científicas e tecnológicas. A esta questão junta-se ainda a tendência analisada antes de debater os respectivos estatutos existenciais misturados com mitos persistentes. A necessidade de analisar situações concretas de modificação de controlo e de *performance* deve passar de facto por evitar as comparações com os referenciais humanos, bem como evitar a discussão em torno de superioridades humanas ou técnicas na concretização conceptual e prática de actividades.

A simetria e a mediação

A relação entre sujeitos e artefactos técnicos tem sido pensada de formas mais contínuas em várias perspectivas e quadros disciplinares que se dedicaram ao estudo da ciência e tecnologia. Num quadro de reformulações recentes no seio destas mesmas perspectivas, é predominante a ideia de uma interconexão intrínseca entre o social e a técnica, ou nos termos da perspectiva que se procura desenvolver aqui, entre sujeitos e artefactos. Rejeitando de um modo geral oposições ou dicotomias maiores entre os mundos sociais e técnicos, a maior parte destas reformulações recentes aponta sobretudo para “relações e interdependências socio-técnicas” ou de “co-produção da ciência, tecnologia e sociedade na qual a humanidade e a tecnologia são mutuamente dependentes” (Harber, 2005: 11). Nestas relações mais fluídas, pretende-se perceber frequentemente que papéis desempenham os sujeitos e os artefactos, ou nos termos destas reformulações, coloca-se a questão da agência nos processos de co-produção.

Desde logo, a formação mais recente destas perspectivas estabeleceu-se numa contestação à ideia da técnica como o pólo dominante da relação, procurando uma demarcação das ditas versões positivas e negativas de determinismo tecnológico (Smith e Marx, 1994; Winner, 2001), centradas nos impactos sociais da tecnologia. No sentido de abrir a ‘caixa negra’ da tecnologia, determinadas tendências como a construção social da tecnologia (Pinch e Bijker, 1987), a formação social da tecnologia (MacKenzie e Wajcman, 1985), ou a teoria actor-rede (Law, 1986; Latour, 1987) introduziram várias noções de constituição mútua da tecnologia e da sociedade. Adicionalmente, centrando-se nos processos de origem de artefactos, estas tendências pretendem analisar as manifestações específicas da técnica através de pesquisas empíricas em laboratórios e locais de construção tecnológica. A compreensão das relações entre sujeitos e artefactos técnicos tem

sido assim avançada, em determinados moldes, com uma atenção redobrada às presenças concretas dos artefactos em contextos sociais.

Os moldes escolhidos remetem para um princípio de simetria entre o social e a técnica, que se revelou simultaneamente um dos seus pontos mais inovadores e controversos. Segundo estas perspectivas recentes, a relação entre sujeitos e artefactos deve conter de forma igual explicações sociais, culturais, económicas e técnicas para fundamentar quer os sucessos quer os insucessos tecnológicos. Rejeitando assim o privilegiar unidireccional da dimensão técnica, autores como Trevor Pinch e Wiebe Bijker procuraram demonstrar no seu famoso estudo de caso sobre a bicicleta as diversas variantes e condicionantes socio-técnicas que conduziram as suas opções de desenvolvimento. Nesta análise encontra-se um entrecruzamento constante entre as diferentes interpretações dos grupos sociais relevantes e o conteúdo técnico da própria bicicleta (Pinch e Bijker, 1987: 42), como, por exemplo, na situação de falta de segurança sentida pelas mulheres ou pelos idosos e as consequentes alterações na estrutura deste artefacto.

No entanto, ao proporem noções socio-técnicas de conexão e mesmo de mistura entre os mundos sociais e os mundos técnicos, estas perspectivas parecem perder a especificidade dos próprios artefactos técnicos. Numa revisitação, os próprios autores Mackenzie e Wajcman criticaram não só as deficiências iniciais da sua conceptualização pela “negligência do aspecto válido do determinismo tecnológico: a influência da tecnologia nas relações sociais”, bem como a noção de simetria de Pinch e Bijker que “subvaloriza até que ponto a tecnologia envolve sempre a interacção entre seres humanos e o mundo material” (Mackenzie e Wajcman, 1999: 22-23). As alternativas dos artefactos não são apenas produto de escolhas e negociações por parte de grupos sociais, visto que podem entrar em consideração modelos e conceitos técnicos e os modos como estes condicionam as realidades concretas. Neste sentido, como Langdon Winner opta por responder a este grupo de autores, “olhando para mudanças específicas – a construção de caminhos de ferro, electrificação, taylorismo, comunicação em massa – torna-se claro que existem muitas maneiras nas quais a técnica moldou as formas específicas da vida moderna” (Winner, 1977: 77), remetendo sobretudo para a noção de que os artefactos não devem ser subjugados ou subestimados nas relações concretas com os sujeitos.

Na teoria actor-rede de Bruno Latour, os artefactos técnicos têm, porém, um outro destaque, sendo objecto de formulação mais radical no papel que desempenham na relação com os sujeitos. Na sua concepção, o princípio de simetria deve ser estendido até à eliminação de distinções *a priori* entre o social e a técnica, entre os humanos e os não-humanos. Longe de uma

passividade, segundo Latour, os artefactos não são “meios mas mediadores, meios e fins ao mesmo tempo” (Latour, 1994: 53), ou seja, possuem capacidades de agir, de deslocar fins ou de contribuir para a sua definição. Essas capacidades dos artefactos, enquanto partes de redes heterogêneas de actantes humanos e não-humanos, remetem para “programas de acção” (Latour 1994, p. 32), ou mesmo inscrições de uso já incorporadas nas primeiras fases de construção (Akrich 1992: 208). Ao atribuir uma agência ou poder de intervenção quer aos actantes humanos quer aos não-humanos, Latour e autores próximos desta perspectiva conceptualizam a relação entre sujeitos e artefactos como necessariamente composta e quase inextricável.

Quer em Latour, quer também em trabalhos ainda assim posteriores, como os desenvolvidos pelo filósofo holandês Peter-Paul Verbeek, é de notar a importância dada ao papel mediador dos artefactos, dadas as suas faculdades de diferenciar e de transformar certos aspectos dos mundos humanos e sociais. Cruzando a formulação latouriana com uma perspectiva fenomenológica, Verbeek salienta como “ao cumprir as suas funções, os artefactos fazem mais do que funcionar – eles moldam a relação entre seres humanos e o seu mundo” (Verbeek, 2005: 208). Este autor estende contudo a noção de intencionalidade aos artefactos ao afirmar que estes “podem ter intenções no sentido literal da palavra em latim ‘intendere’, que significa ‘dirigir’ (...). A intencionalidade dos artefactos encontra-se no seu papel director nas acções e nas experiências dos seres humanos” (Verbeek, 2008: 95). A sua reinterpretação da relação entre os mundos sociais e os mundos técnicos leva-o assim a definir uma outra “intencionalidade híbrida” ou “distribuída” (Verbeek, 2005: 96), e no fundo partilhada de maneira mais ou menos equivalente entre sujeitos e artefactos técnicos.

A radicalização do princípio de simetria tende a implicar uma defesa da capacidade alargada de acção aos artefactos, através de uma certa dissipação das diferenças com as possibilidades de acção dos sujeitos. Porém, criticando o célebre exemplo latouriano da lombá de estrada, para um fenomenólogo anterior a Verbeek, como Don Ihde, é “difícil dizer sem reclamar pelo menos uma atribuição altamente metafórica que a lombá de estrada (polícia adormecido) está cheia de designers, administradores e polícias!” (Ihde, 2003). Segundo Ihde e recorrendo aqui a termos latourianos, o actante não-humano no colectivo socio-técnico transforma efectivamente as situações nos nossos mundos, mas não possui um nível de socialização semelhante aos sujeitos, isto é, a seu ver, podem ser vistos como interactantes mas não como actantes. Um dos maiores problemas remete assim para uma sobreposição das existências dos sujeitos e dos artefactos, o que acaba de certo modo por tornar indistintos os termos de interpretação e de análise.

De forma geral, as perspectivas vindas das grandes formulações e reformulações mais recentes no campo dos estudos sociais e humanos da ciência e tecnologia procuraram dar relevo à dimensão técnica e aos artefactos ao colocá-los no centro das suas análises. Neste sentido, deve salientar-se a importância dos seus apelos para uma atenção renovada às relações entre sujeitos e artefactos técnicos e aos inúmeros modos de interdependência em realidades concretas. Por outro lado, perspectivas como a de Verbeek vão mais longe num apelo de retorno às coisas, não apenas através dos condicionantes sociais como em outras linhas de análise, mas sobretudo pela importância da materialidade ou presença física dos artefactos técnicos. E aqui denota-se em particular uma outra consideração pelos objectos técnicos em si mesmos, isto é, sem descurar as suas características em benefício de outros factores. Porém, a necessidade de estabelecer como os artefactos configuram os mundos sociais e humanos, pode não implicar uma dissolução das especificidades quer dos artefactos quer dos sujeitos, como sugere uma simetria extrema. A relação entre sujeitos e artefactos e, em particular, as interferências dos objectos em situações concretas podem ser pensadas em termos contínuos sem desvanecer por completo as diferenças entre ambos.

O foco nas existências técnicas

Os modos de conceptualização das relações entre sujeitos e artefactos técnicos estendem-se por várias noções, problemáticas e perspectivas, das quais se destacaram até agora aquelas mais próximas das ideias de substituição, controlo e simetria, com os seus problemas e também os benefícios significativos da sua análise para esta argumentação. As considerações críticas feitas a estas ideias levam neste ponto a uma reflexão que não se encontra já exposta a algumas das suas dificuldades, como por exemplo, as comparações directas entre as *performances* dos sujeitos e dos artefactos, o predomínio da referência do modelo humano ou vivo, as incertezas e os receios que se colocam em cenários de domínio absoluto ou de falta de controlo sobre os artefactos, as controvérsias em torno dos estatutos existenciais de artefactos, as oposições e subordinações demasiado marcadas entre ambos, ou as continuidades simétricas e as consequentes dispersões das singularidades dos sujeitos e dos artefactos em conjuntos ou redes socio-técnicas.

Recuperando as pistas apresentadas anteriormente, aqui trata-se afinal de uma reflexão que procura um certo equilíbrio entre as realizações dos sujeitos e dos artefactos, sem incorrer em debates de superioridade de um ou outro pólo, mas sem cair igualmente em indistinções que os coloquem nos mesmos campos de acção. O que pretende é sobretudo uma reflexão

que saliente a centralidade da realidade técnica dos nossos mundos, e pugne por um conhecimento mais alargado dessas mesmas realidades e dos seus artefactos. Um conhecimento que reconheça os modos como as características técnicas dos artefactos organizam e estruturam os nossos mundos, que acompanhe este reconhecimento com a observação de realizações concretas em contextos técnicos, e que analise simultaneamente as transformações operadas, condicionadas ou influenciadas pelas actividades técnicas. Neste sentido, mantém-se assim uma especificidade da dimensão técnica que não desaparece, ou que não se submete por completo numa análise sociológica, antropológica e filosófica a outros factores tidos de formas geralmente artificiais e excessivas como preponderantes ao que é técnico, sejam eles económicos, políticos, jurídicos, ambientais, culturais ou similares.

Podemos lembrar, por exemplo, o reconhecimento da questão técnica feito pelo economista e engenheiro norte-americano Stuart Chase, e repetir a sua conclusão que é necessário “saber mais sobre a estrutura básica” (Chase, 1929: 20) das máquinas, ou em geral, sobre os processos técnicos. E neste ponto é imprescindível salientar também a perspectiva concomitantemente técnica e filosófica de Gilbert Simondon, segundo a qual “é necessário que o objecto técnico seja conhecido em si mesmo para que a relação do homem à máquina se torne estável e válida: daí a necessidade de uma cultura técnica” (Simondon, 2001/1958: 82). Uma cultura técnica a partir dos modos de existência dos objectos técnicos, a qual, segundo Simondon, deve conhecer bem a natureza e a essência dos mesmos, as suas componentes e esquemas no seio do seu domínio técnico e científico. Daqui se deve depreender a importância de uma atenção mais directa aos artefactos que pode inspirar as ciências sociais e humanas a aproximarem-se cada vez mais dos mundos técnicos.

O ênfase nos artefactos técnicos aqui subscrito deve remeter em parte para um ‘retorno às coisas’ já explorado por várias perspectivas no pensamento social e humano. Para além das análises empreendidas nos estudos de ciência e tecnologia, a preocupação com as existências materiais dos artefactos encontra-se por exemplo nas novas arqueologias focadas em presentes materialmente situados (Buchli e Lucas, 2001), ou nos estudos da cultura material focados na observação e catalogação do que se convencionou nomear como vidas sociais dos artefactos (Appadurai, 1986; Gell, 1998; Miller, 2005), só para citar também alguns desenvolvimentos mais recentes. Estas perspectivas procuram desde logo um exame à materialidade e à historicidade concreta dos artefactos, dando assim uma outra profundidade conceptual e empírica à relação entre estes e os sujeitos. Porém, será de notar ainda nos estudos da cultura material, por exemplo, uma certa noção dos artefactos na qual estes

não possuem sentidos “para além daqueles que as transacções, atribuições e motivações humanas lhes conferem” (Appadurai, 1986: 5), o que pode por vezes não permitir análises mais directas dos mesmos que não dependam predominantemente de factores sociais, económicos, etc.

Igualmente com uma consciência explícita de ‘retorno às coisas’, podemos encontrar outros esforços de conceptualização sobre as características dos artefactos e as suas articulações com os mundos sociais e humanos. Voltando aos estudos de ciência e tecnologia, o programa de pesquisa *The Dual Nature of Technical Artifacts* (2000-2006), uma colaboração entre diversos departamentos de filosofia de universidades holandesas e norte-americanas, procurou desenvolver um conceito de artefactos enquanto estruturas físicas que realizam determinadas funções (Kroes e Meijers, 2006). A sua conceptualização passa assim por conjugar a dimensão estrutural dos artefactos, vinda de propriedades físicas como posição, espacialidade, etc., com as suas dimensões sociais e humanas, vinda de noções como crenças, fins, vontades, etc. Se, por um lado, é possível questionar se esta conceptualização dual, ainda transparece alguma dicotomia (Mitcham, 2002) entre os mundos técnicos e os mundos sociais e humanos, por outro lado, os seus trabalhos mostram uma forte intenção conceptual e empírica em analisar os artefactos em si mesmos, os modos de design e construção, e os valores que se incorporam e que apresentam nas suas existências concretas.

A atenção simultânea à materialidade dos artefactos técnicos e a uma relação não dicotómica entre sujeitos e artefactos demonstra a complexidade de uma visão que se quer compreensiva. Neste sentido, encontramos no filósofo norte-americano Don Ihde esta atenção simultânea com base numa perspectiva fenomenológica. Segundo este autor, existe uma interligação constitutiva entre os mundos técnicos e os mundos sociais e humanos, na qual os artefactos desempenham papéis mediadores. Na simplicidade de um artefacto técnico como os óculos, “o sentido dos óculos muda de meio para objecto de experiência. Na capacidade de magnificação dos óculos, existe uma certa forma na sua ‘intencionalidade’ tecnológica. A magnificação selecciona o panorama de uma certa maneira, e no processo, ocorre uma mudança do tempo e do espaço (...). Simultaneamente com o novo mundo corrigido, existe uma redução do mesmo” (Ihde, 1990: 48-49). Enquanto entidades materiais, a seu ver, os artefactos têm a capacidade de organizar e estruturar percepções, e de seleccionar, dissimular e transformar as experiências dos sujeitos nos mundos envolventes, sem necessidade de subscrever agências técnicas orientadas por maiores amplitudes ontológicas.

Deve existir uma conexão particular entre artefactos e sujeitos que compreende uma análise atenta aos primeiros em si mesmos, na medida em que

estes configuram as existências dos sujeitos nos mundos sociais e humanos através das suas próprias características. Na formulação de Langdon Winner, as tecnologias apresentam-se como “formas de vida”, visto que “à medida que se enredam na textura da vida quotidiana, os dispositivos, técnicas e sistemas que adoptamos, abandonam as suas qualidades como instrumentos para se tornarem parte da nossa própria humanidade. Num sentido fundamental, nós tornamos-nos nos seres que trabalham em linhas de montagem, que falam ao telefone, que fazem os seus cálculos em calculadoras de bolso, que comem comida processada, que limpam as suas casas com químicos poderosos” (Winner, 1986: 12). Será de destacar aliás a força estruturadora presente na sua noção dos artefactos enquanto portadores de política, no sentido de incorporarem formas específicas de poder e autoridade e de exigirem determinadas condições para o seu funcionamento. E esta noção deve ocupar um espaço epistemológico por direito próprio para além dos fantasmas passados do determinismo tecnológico ou das fatalidades essencialistas.

A ideia de que os artefactos técnicos alteram e criam novos padrões de existência remete de certa maneira para o filósofo norte-americano Albert Borgmann e a sua noção do padrão tecnológico que predomina nas sociedades modernas (Borgmann, 1987: 35). Desde logo, Borgmann realiza uma crítica a este “paradigma do dispositivo” e à consequente perda do contacto directo com o contexto nos actos técnicos, em contraponto com outras épocas técnicas onde a relação homem, natureza e cultura seria mais harmoniosa (Borgmann, 1987: 45-46). Sem sublinhar esta linha crítica ao paradigma moderno, permanece porém a sua visão singular sobre os modos de envolvimento entre sujeitos e artefactos técnicos, enquadrados em contextos sensoriais, sociais e culturais. Por exemplo, este autor analisa como o fogão a lenha agregava a família à sua volta e ligava física e socialmente os seus membros, destacando assim de forma geral como as propriedades dos artefactos, ou os modos técnicos de fazer, dão forma a determinadas situações ou condicionam certas formas de interacção.

O que transparece nas perspectivas destes autores é uma relação complexa entre sujeitos e artefactos técnicos, na qual a tecnicidade é considerada nos seus modos específicos e é articulada com as condições sociais e humanas que a condicionam e que são condicionadas por esses modos. Esta conceptualização cruza-se mesmo em parte com um entendimento teórico e empiricamente fundamentado, apelidado usualmente de “*empirical turn*” (Achterhuis, 2001, xv) nos estudos de ciência e tecnologia e na filosofia da tecnologia. Nesta linha de pensamento, encontra-se em geral um apelo a um contacto concreto com as tecnologias em si mesmas, e também a trocas mais directas com aqueles que as concebem e constroem (Mitcham, 1994;

Koen, 2003; Bucciarelli, 1994). O contacto com as realidades tecnológicas é de facto central no paradigma de reflexão que aqui se procurou indiciar, apontando não só para a necessidade de uma atenção redobrada às presenças materiais dos artefactos em cenários concretos e aos envolvimento entre sujeitos e artefactos nessas situações, mas também para a necessidade de não obliterar o reconhecimento sobre as circunstâncias que desenham e propiciam essas relações.

A conceptualização da relação entre sujeitos e artefactos técnicos deve passar sobretudo pelo pressuposto de que a técnica pode ser tratada na sua especificidade como objecto heurístico cheio de possibilidades para o pensamento social e humano. Relembrando, por exemplo, as formulações de autores como Jacques Ellul, Lewis Mumford, Gilbert Simondon ou Langdon Winner, permanece por fim uma ideia da técnica com uma lógica e força próprias no mundo moderno, longe de cair nas falácias da ausência de significado próprio dos agregados de metal, madeira, plástico, químicos, transístores ou engrenagens, que convencionámos entender como artefactos. Nesse sentido, é crucial desenvolver o reconhecimento dos próprios artefactos técnicos e a necessidade de os conhecer melhor a partir das suas tecnicidades, e assim compreender plenamente os mundos técnicos, sociais e humanos. Os esforços da Sociologia, Antropologia e Filosofia da Técnica podem e devem dirigir-se para uma crescente familiaridade com as realidades tecnológicas, cada vez mais próximas dos cenários concretos de concepção, construção, distribuição e utilização, sem necessidade de incorrer sempre nos mesmos cenários repetidos de substituição, de controlo ou de simetria.

Referências Bibliográficas

- ACHTERHUIS, Hans (ed.) (2001), *American Philosophy of Technology: The Empirical Turn*. Bloomington IN, Indiana University Press.
- AKRICH, Madeline (1992), “The De-scription of Technical Objects” in Wiebe Bijker, John Law (eds.), *Shaping Technology / Building Society: Studies in Sociotechnical Change*. Cambridge, MA, MIT Press, 205-224.
- APPADURAI, Arjun (ed.) (1986), *The Social Life of Things*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ANDERSON, Susan e Anderson, Michael (eds.) (2011), *Machine Ethics*. New York NY, Cambridge University Press.
- BAUDRILLARD, Jean (2004/1968), *Le système des objets*. Paris, Gallimard.
- BORGMANN, Albert (1987), *Technology and the Character of Contemporary Life: A Philosophical Enquiry*. Chicago IL, University of Chicago Press.
- BRETON, Philippe (1995), *À Imagem do Homem: Do Golem às Criaturas Virtuais*. Lisboa, Instituto Piaget.

- BRUN, Jean (1992), *Le rêve et la machine: Technique et existence*. Paris, Éditions de La Table Ronde.
- BUCCIARELLI, Louis (1994), *Designing Engineers: Inside Technology*. Cambridge, MA, MIT Press.
- BUCHLI, Victor e LUCAS, Gavin, (eds.) (2001), *Archaeologies of the Contemporary Past*. London, Routledge.
- CAILLOIS, Roger (1965), “L’univers de l’animal et celui de l’homme” in AAVV, *Le robot, la bête et l’homme: Textes des conférences et des entretiens organisés par les rencontres internationales de Genève*. Neuchâtel, La Baconnière.
- CHASE, Stuart (1929), *Men And Machines*. New York NY, MacMillan Company.
- CHOPRA, Samir e White, Lawrence F. (2011), *A Legal Theory for Autonomous Artificial Agents*. Michigan MI, University of Michigan Press.
- COUFFIGNAL, Louis (1968/1963), *La cybernétique*. Paris, Presses Universitaires de France.
- COWAN, Ruth Schwartz (1983), *More Work for Mother: The Ironies of Household Technology from the Open Hearth to the Microwave*. New York NY, Basic Books.
- DREIFUS, Claudia (2003), “A Conversation With Cynthia Breazeal: A Passion To Build A Better Robot, One With Social Skills And A Smile”, *The New York Times* [Online], disponível em: <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9806E0DE1239F933A25755C0A9659C8B63> [Consultado em Agosto 2011]
- ELLUL, Jacques (2004/1977), *Le Système Technicien*. Paris, Le Cherche Midi.
- GEHLEN, Arnold (1961/1957), *A Alma da Era da Técnica: Problemas de Psicologia Social da Sociedade Industrializada*. Lisboa, Livros do Brasil.
- GELL, Alfred (1998), *Art and Agency: An Anthropological Theory*. Oxford, Oxford University Press.
- GRAS, Alain; MORICOT, Caroline; POIROT-DELPECH, Sophie e SCARDIGLI, Victor (1994a), *Face à l’automate, le pilote, le contrôleur et l’ingénieur*. Paris, Publications de la Sorbonne.
- GRAS, Alain; MORICOT, Caroline; POIROT-DELPECH, Sophie; SCARDIGLI, Victor (1994b), *Faced With Automation: The Pilot, The Controller And The Engineer (Condensed Version)*. Paris, Publications de la Sorbonne.
- HARBERS, Hans (ed.) (2005), *Inside the Politics of Technology: Agency and Normativity in the Co-Production of Technology and Society*. Amsterdam, Amsterdam University Press.
- IHDE, Don (1990), *Technology and the Lifeworld: From Garden to Earth*. Bloomington: Indiana University Press.
- IHDE, Don (2003), “If Phenomenology Is An Albatross, Is Postphenomenology Possible?” [Online] disponível em: <http://www.sunysb.edu/philosophy/faculty/dihde/articles/postphenomenology.html> [Consultado em Agosto 2011].
- ILLICH, Ivan (1973), *Tools For Conviviality*. London, Harper & Row.
- JACOMY, Bruno (1990), *Une histoire des techniques*. Paris, Éditions du Seuil.
- JONAS, Hans (2001/1966), *Le phénomène de la vie: Vers une biologie philosophique*. Bruxelles, De Boeck.
- KING, Ross, *et al.* (2004), “Functional Genomic Hypothesis Generation and Experimentation by a Robot Scientist” [online], *Nature*, 15 Janeiro, v.427:

- [HTTP://WWW.ABER.AC.UK/COMPSCI/RESEARCH/BIO/ROBOTSCI/PUBLICATIONS/KINGNATURE2004.PDF](http://www.aber.ac.uk/compsci/research/bio/robotsci/publications/kingnature2004.pdf)
- KOEN, Billy (2003), *Discussion of the Method: Conducting the Engineer's Approach to Problem Solving*. Oxford, Oxford University Press.
- KROES, Peter e Meijers, Anthonie (2006), "The dual nature of technical artifacts", *Studies in the History and Philosophy of Science Part A*, v.37, n.1, 1- 4.
- LAFONTAINE, Céline (2004), *L'empire cybernétique: Des machines à penser à la pensée machine*. Paris, Seuil.
- LATOURE, Bruno (1987), *Science in Action: How to Follow Engineers and Scientists Through Society*. Milton Keynes, Open University Press.
- LATOURE, Bruno (1994), "On Technical Mediation: Philosophy, Sociology, Genealogy" [online], *Common Knowledge*, v.3, n.2:
- [HTTP://WWW.BRUNO-LATOURE.FR/ARTICLES/ARTICLE/54-TECHNIQUES-GB.PDF](http://www.bruno-lature.fr/articles/article/54-techniques-gb.pdf)
- LAW, John (ed.) (1986), *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge*. London, Routledge & Kegan Paul.
- LEROI-GOURHAN, André (1964), *Le geste et la parole: Technique et langage, Vol. I*. Paris, Albin Michel.
- MACKENZIE, Donald e Wajcman, Judith (eds.) (1985), *The Social Shaping of Technology*. London, Open University Press.
- MACKENZIE, Donald e Wajcman, Judith (1999), "Introductory Essay: The Social Shaping of Technology" in Donald Mackenzie, Judith Wajcman (eds.), *The Social Shaping of Technology*. Buckingham, Open University Press, 3-27.
- MARTINS, Hermínio (1996), *Hegel, Texas e outros Ensaios de Teoria Social*, Lisboa, Edições Século XXI.
- MARTINS, Hermínio (1998), "Risco, Incerteza e Escatologia: Reflexões Sobre o Experimentum Mundi em Curso, II", *Episteme – Revista Multidisciplinar*, ano 1, n.2, 41-75.
- MILLER, Daniel (ed.) (2005), *Materiality*. Durham & London, Duke University Press.
- MITCHAM, Carl (1994), *Thinking Through Technology: The Path Between Engineering and Philosophy*. Chicago, IL, University of Chicago Press.
- MITCHAM, Carl (2002), "Do Artifacts Have Dual Natures? Two Points of Commentary on the Delft Project" (online), *Techné: Research in Philosophy and Technology*, v.6, n.2:
- [HTTP://SCHOLAR.LIB.VT.EDU/EJOURNALS/SPT/V6N2/MITCHAM.HTML](http://scholar.lib.vt.edu/ejournals/spt/v6n2/mitcham.html)
- MUMFORD, Lewis (1973/1967), *Le mythe de la machine: La technologie et le développement humain, Vol. I*, Paris, Fayard.
- PINCH, Trevor e Bijker, Wiebe (1987), "The Social Construction Of Facts And Artifacts: Or How The Sociology Of Science And The Sociology of Technology Might Benefit Each Other" in Wiebe Bijker, Thomas Hughes, Trevor Pinch (eds.), *The Social Construction Of Technological Systems: New Directions In The Sociology And History Of Technology*. Cambridge MA, MIT Press: 17-50.
- ROACH, John (2004), "Robot Scientist Said to Equal Humans at Some Tasks" [online], *National Geographic News*, 14 Janeiro 2004:

- [HTTP://NEWS.NATIONALGEOGRAPHIC.COM/NEWS/2004/01/0114_040114_ROBOT.HTML](http://news.nationalgeographic.com/news/2004/01/0114_040114_robot.html).
- SANDERS, Jane (2007), "From Science Fiction To Reality: Personal Robots Emerge To Improve Quality Of Life At Work, Home And School" [online], *Research Horizons Magazine*, 8 Junho 2007:
- [HTTP://GTRESEARCHNEWS.GATECH.EDU/NEWSRELEASE/PERSONAL_ROBOT-ICS.HTM](http://gtresearchnews.gatech.edu/newsrelease/personal_robot-ics.htm).
- SCARDIGLI, Victor (2001), *Un anthropologue chez les automates*, Paris, Presses Universitaires de France.
- SEARLE, John (1997/1984), *Mente, Cérebro e Ciência*. Lisboa, Edições 70.
- SIMONDON, Gilbert (2001/1958), *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris, Éditions Aubier.
- SMITH, Merritt Roe, Marx, Leo (eds.) (1994), *Does Technology Drive History? The Dilemma Of Technological Determinism*. Cambridge MA, MIT Press.
- SPENCE, Edward H. (2007), "Robot Rights: The Moral Life Of Androids" in AAVV, *Proceedings from the ECAP / European Computing and Philosophy Conference*, Enschede, University of Twente.
- SULLINS, John (2006), "When is a Robot a Moral Agent?", *International Journal of Information Ethics*, v.6, n.12, 22-30.
- VERBEEK, Peter-Paul (2005), *What Things Do: Philosophical Reflections on Technology, Agency, and Design*. Philadelphia, PA, Pennsylvania University Press.
- VERBEEK, Peter-Paul (2008), "Design Ethics And The Morality Of Technological Artifacts" in Pieter Vermaas, Peter Kroes, Andrew Light, Steven A. Moore (eds.), *Philosophy of Design: From Engineering to Architecture*. Berlin, Springer.
- VERUGGIO, Gianmarco (2006), *Euron Roboethics Roadmap: Rel. 1.1*, Scuola de Robotica, EURON Roboethics Atelier Research Project (online):
- [HTTP://WWW.ROBOETHICS.ORG/ATELIER2006/DOCS/ROBOETHICS%20ROADMAP%20REL2.1.1.PDF](http://www.roboethics.org/atelier2006/docs/roboethics%20roadmap%20rel2.1.1.pdf)
- WAJCMAN, Judy (1991), *Feminism Confronts Technology*, University Park PA, Pennsylvania State University Press.
- WEYEMBERGH, Maurice (2000), "Temps et mémoire dans l'odyssée de l'espace d'A. Clarke" in Gilbert Hottois (ed.), *Philosophie et science-fiction*. Paris, Vrin.
- WINNER, Langdon (1977), *Autonomous Technology: Technics-Out-Of-Control as a Theme in Political Thought*. Cambridge MA, MIT Press.
- WINNER, Langdon (1986), *The Whale and the Reactor: A Search for Limits in an Age of High Technology*. Chicago IL, University of Chicago Press.
- WINNER, Langdon (2001), "Where Technological Determinism Went" in Stephen H. Cutcliffe, Carl Mitcham (eds.), *Visions Of STS: Counterpoints In Science, Technology, And Society Studies*. Albany NY, State University of New York Press, 11-17.

Conhecimentos, teorias e epistemologias: Apropriações e reapropriações em todos os sentidos

Bruno Martinelli*

No contexto da proliferação dissonante de discursos sobre o saber, o conhecimento e a compreensão, promovidos ao lugar de questões “estratégicas”, alguns anunciam ou postulam um novo “paradigma”, o da sociedade do conhecimento (Luyckx Ghisi, 2010). Nos terrenos africanos, os projetos de desenvolvimento incluem componentes importantes de conhecimento acumulado ou produzido para este efeito, não só sobre as sociedades em causa (que já era feito de maneira mais ou menos explícita), mas sobretudo sobre o potencial de mobilização ou criação de saberes e de saberes-fazer locais. O lugar cada mais visível do saber local ou autóctone nos quadros de referência dos programas de desenvolvimento em África traduz uma mudança profunda das problemáticas da investigação-ação. Muitos investigadores fundam-se sobre experiências de terreno confrontando práticas e experiências, sem, contudo, fazerem o mesmo em relação aos conceitos de conhecimento, saber e saber-fazer.

Que papel para África?

Qual é exactamente o papel dos contextos africanos de produção de saberes em tal debate? Fora as evidências sobre a pobreza e o desvio das pesquisas para a acção planificada, a questão não parece ter sido colocada até agora, exceptuando alguns programas de antropologia do desenvolvimento e da saúde (Copans 2006, Olivier de Sardan 2008). Por isso, a questão merece ser analisada no contexto africano com investigadores provenientes de diversos países e instituições para um confronto sobre o tema do saber. Esta questão será analisada através de convergências teóricas, reflexivas e temáticas, partindo da constatação que este tema traduz evoluções sensíveis, tanto ao nível das administrações centrais e regionais como ao nível das organizações da

* Tradução de Fernando Bessa Ribeiro.

sociedade civil e de instituições de investigação nos sectores da agricultura, das produções agro-alimentares, do artesanato, das empresas, do património, da saúde e da educação.

Nas pesquisas que reivindicam um lugar importante para o conhecimento e evocam um novo paradigma, observa-se paradoxalmente uma diminuição da exigência conceptual e uma banalização da epistemologia. Esta é transferida para os saberes dos actores como se fosse apenas a expressão estatutária. Tudo parece ser epistemologia sob reserva da reflexividade e da controvérsia. Não se hesita em ideologizar certos aspectos da ciência para promover as “ciências” e as epistemologias dos actores sociais. Não estamos face a meros efeitos retóricos para a internet mas de tendências que se têm enraizado progressivamente nos programas de investigação. Para um programa avançado promovendo as dinâmicas dos saberes, com muitos temas transversais, é útil fazer um balanço. A questão encontra sua total pertinência, uma vez que diversos saberes são mobilizados em torno de objetos-fronteira. Esta noção de Leigh Star e James (1989) tem o mérito de colocar a questão ao nível de instâncias de saberes de diferentes mundos sociais: cientistas, engenheiros, artesãos e produtores criativos, promotores de iniciativas locais, empresários, mediadores de programas, líderes de grupos e redes de associações, agentes da administração pública, entre outros. Cada um deles deve manter a sua identidade e legitimidade através da confrontação. São de facto, muito diferentes, os ajustes são feitos por hibridação e inovação. Essa pluralidade é complexificada pela pluralidade de pertença estatutária dos actores (científica, política, jurídica, económica, entre outras).

A exigência epistemológica está confrontada com a ideologização do discurso e do “saber” científico. Provavelmente jamais foi utilizada a noção de saber considerando-a como uma força de convergência num contexto em que, paradoxalmente, o centro de gravidade dos valores do saber se desloca dos lugares de produção do saber para os lugares de instrumentalização e difusão (valores de uso, por consequência). O resultado é uma separação crescente entre o “conhecimento” (*stock* de património) e “saber” (competência e capacidade de adaptação) associado à entrada em cena de novos actores de saberes (saberes sociais, saberes profanos, entre outros). Estamos a lidar com uma infinidade de vocabulário, de significações que se sobrepõem e se confundem, tomadas umas pelas outras, de incertezas e de migrações de definições.

As ligações de saberes

Nas sociedades contemporâneas, as fontes de produção de saber diversificaram-se muito para além da esfera científica. A África não é excep-

ção. Os confrontos em torno de objectos-fronteira parece ser o quadro em que as ligações entre diferentes categorias de saberes são procuradas, nas quais os actores pertencem a mundos sociais distintos. A pesquisa atual ajusta-se pragmaticamente a esta pluralidade de esferas de conhecimento e de tecnologia, com as modalidades de coexistência e interferência a estarem ainda em grande parte por analisar e definir. Elas organizam-se em função de tensões e de retroacções, cujas modalidades foram discutidas por Kuhn (1977) – tensão entre conservadorismo e inovação – e Bourdieu (2001) – teoria do campo. Com alguns trabalhos da nova sociologia da inovação (Latour 1989, Callon 1989, Akrich 1987), a investigação concentra-se mais sobre estratégias antagonistas de produtores ou detentores de saberes que sobre as suas “formalizações institucionais” e os discursos sobre os produtos finais da investigação. Devido ao seu interesse para as práticas sociais do saber, a antropologia pode participar nesta epistemologia, ao lado das contribuições de outras disciplinas, como a filosofia ou a sociologia. Inserir a reflexão sobre este terreno de um ponto de vista realmente antropológico, quer dizer, etnográfico, implica fixar objectivos mais exploratórios do que categóricos a partir de experiências locais de contextos de saberes e de dinâmicas de ajustamento, de confrontações e de controvérsias.

A reformulação dos saberes científicos

Os saberes científicos são reformulados nos termos dos saberes sociais disponíveis para fornecer respostas a questões colocadas pelos actores sociais ou tornar possível a sua reapropriação pelos mesmos actores. Note-se que apesar da magnitude deste processo de tradução-transformação, esta dimensão particular da epistemologia não é interrogada. Os contextos de interação dão origem a relações específicas mais ou menos formais de questionamento e de resposta, devendo ser etnografados como tal. Tratam-se de contextos determinantes para a produção de saberes estratégicos sobre a mudança e a intervenção sociais. Tal observa-se em alguns programas de agências não-governamentais ou instituições públicas com objetivos marcados e “resultados” bem definidos. Esta questão é, por exemplo, colocada em prática por problemáticas tais como a da precaução, a da prevenção, a do risco ou a da sustentabilidade. Em todos esses contextos de pesquisa, o saber científico é colocado em relação concorrencial com os saberes e os discursos formalizados de outros actores sociais. O tema de reflexão da “sociedade do conhecimento” tem como linha de força, como pretendia Kuhn (1983), não só transcender as oposições clássicas (local-global, tradição-inovação), mas desenvolver o diálogo entre saberes científicos e o que chamamos, por falta

de uma melhor forma e agora de maneira convencional, os “saberes leigos” ou também os saberes práticos.

Os saberes científicos podem (e devem em alguns casos) ser qualificados pelos usos sociais identificáveis e pelas suas potencialidades de apropriação ou de reapropriação. Como se efectua a transferência de conteúdos de saberes científicos para os “saberes sociais”, social, jurídico e politicamente viáveis? Qual o custo de tais reformulações e transformações? Neste contexto, a aprendizagem surge como um quadro cardeal, um dos pontos-chave da estratégia de apropriação social e científica. A esta é adicionada uma dimensão suplementar. Hoje, e mais ainda no futuro, poucos produtos da investigação científica ou tecnológica escapam a estratégias de valorização ou de protecção mercantil. Perante isto, é necessário prepararmo-nos para ver esta economia do saber amplificar-se e desempenhar um papel central na programação da investigação.

A reapropriação dos saberes científicos pelos actores locais

Uma outra dimensão da realidade impõe-se aos investigadores. Os canais de disseminação dos saberes na sociedade multiplicam-se e diversificam-se. Os saberes científicos são apropriados ou reapropriados por actores sociais, sem que os cientistas tenham plena consciência. As iniciativas de produção e de transformação de saberes especializados podem escapar à acção científica, sendo asseguradas por peritos e mediadores locais. Este fenómeno de captura e apropriação também inclui outras categorias de saberes, tais como as dos engenheiros e dos artesãos. Este fenómeno característico da pesquisa no Norte será que ocorre e de que formas na África Subsaariana? Como no Norte, os quadros de reapropriação são formados por redes de empresas, de colectivos de produtores, de serviços públicos, quer dizer, de colectivos que intervêm sobre sociabilidades que se podem descrever como comuns. No que diz respeito ao saber científico, a sua reapropriação é mais activa quando se desenvolvem iniciativas de apropriação e captação naqueles ambientes e mundos sociais. Embora elas possam escapar à estratégia dos produtores científicos, estas iniciativas de apropriação podem aparecer como formas originais de qualificação. Resta identificar as modalidades e as consequências sobre as actividades do saber e da pesquisa. Estas são justamente questões relevantes para a epistemologia.

A reapropriação de saberes locais pelos actores científicos

Por outro lado, a ideia de que os saberes “profanos” podem ser validadas pelos conhecimentos científicos em nome de princípios cognitivos é

agora admitido por muitos investigadores em ciências humanas (Atran e Sperber 1991). Estes saberes caracterizam-se frequentemente pelo seu valor operacional intrínseco (“ciência local”, estatuto de detentores legítimos e de especialistas locais) marcado por valores de reconhecimento e de validação dentro do grupo ou da sociedade. As etnociências têm, desde há muito tempo, colocado em destaque as classificações taxonómicas naturalistas baseadas em experiências terapêuticas. A antropologia das técnicas relevou as regras de expressão e de execução, as normas de eficiência e de resultados, os dispositivos de regulação, de difusão e de circulação dos saberes-fazer em muitas sociedades. Mais especificamente, inúmeros estudos mostram uma antropologia e uma sociologia “próximas” das práticas e das representações dos actores, profissionais e especialistas locais. Estes saberes antropológicos desdobram-se nos seus espaços de articulação em meta-representações dos actores locais e profissionais.

Nossa atenção é actualmente sustentada pelos processos de teorização suscitados pela aprendizagem em contexto de intensificação, dinamização e concorrência da produção dos saberes modernos. Os artesãos do metal nas áreas urbanas de Bangui (República Centro-Africana) são o terreno de estudo. As etnoteorias ou as teorias locais de acção eficaz e da socialização constituem a forma de aprendizagem em contexto privilegiada de esta epistemologia transversal de profissionais e de investigadores. Se se optar por estudar mais perto as suas lógicas de acção e de expressão, é frequente que os saberes de eficácia processual e de aprendizagem superem aqueles que o antropólogo pode mobilizar, colocando-o em situação de “dependência” e, possivelmente, exigindo a adoção de uma postura de aprendizagem própria do inquérito (Martinelli 1996, Chamoux 1996). Através de transposições, traduções e reformulações, quais são os níveis de teorização alcançados pelo saber local, sua apropriação pelo saber científico que pode voltar, eventualmente, a ser objecto de novas reapropriações locais? Qual é o estatuto de cientificidade destes saberes híbridos que integram experiências profissionais, tecnologias da informação e algumas análises científicas? Que cientificidades híbridas circulam entre os diversos actores do saber?

Face a estas diversas relações do saber em jogo nas sociedades africanas contemporâneas, parece que as dificuldades epistemológicas devido à confusão de discursos não são negligenciáveis e não podem ser resolvidas por um interacionismo de princípio ou de fachada. A importância dada aos conhecimentos e aos saberes locais relevam de estratégias que se ajustam a dinâmicas de múltiplas escalas. Trata-se, em muitos casos, de procedimentos de validação em contextos de apropriação ou reapropriação: (i) apropriação de saberes científicos por actores locais para os adequar às suas necessidades e objetivos; (ii)

apropriação de saberes locais pelos actores científicos para os transferir para problemáticas de conhecimento básico ou aplicado. As pesquisas de terreno realizadas pela equipa do Sysav têm permitido estudar diversas situações de confrontação entre saberes com diferentes estatutos em contextos de aprendizagem.¹¹ Elas permitem fazer uma avaliação dos contextos de escolha, de decisão, de informação e de estratégia de informação em que os saberes são promovidos à posição de questão estratégica.

Actores e instituições de saber

Através destas interações, os saberes mudam de estatuto e de escala. Eles movimentam-se através de trajectórias de transformação e suscitam novos espaços-tempo de produção e de circulação. A aprendizagem é, na sociedade contemporânea, um dos lugares estratégicos de tais transformações. Os saberes são “exemplificados” e formalizados para atender as exigências da transmissão. A patrimonialização e as controvérsias que se desenvolvem no quadro da aprendizagem em torno das inovações ocorrem de maneira estruturante no desenvolvimento de saberes cada vez mais híbridos: profissionais, tecnológicos e científicos. Levando-se em conta as condições de aprendizagem justifica-se a introdução do conceito de “conhecimento reflexivo” que Sperber (1996) aplica não apenas aos saberes específicos de reformulação e crítica, mas também para todas as atividades meta-representativas que permitem a transmissão e o desenvolvimento dos saberes.

As modalidades de formalização, selecção e qualificação inventadas no seio de “comunidades de práticas” funcionam em associações ou redes sectoriais em torno da aprendizagem. Elas levam-nos a uma reflexividade comparativa sobre instituições do saber em relação à dos territórios, épocas, sectores de actividade e domínios de acção. O livro organizado por Jacob (2007), *Lugares de saberes – espaços e comunidades*, ilustra esta necessidade de uma reflexão comparativa sobre as “sociedades do conhecimento”, considerando as instituições, os territórios e as épocas. Esta abordagem pode ser estendida a África, tomando em consideração as múltiplas perspectivas desenhadas por Jacob: (i) as iniciativas de saber e de saber-fazer estão associadas a organizações ou instituições inscritas em espaços (territórios) e temporalidades de patrimonialização e circulação; (ii) as iniciativas de saber que são expressão de “mundos sociais” (Strauss 1992

¹ Sysav é o acrónimo de *Systèmes de Savoirs e d'Apprentissage en Afrique*. Como foi já referido no texto de apresentação do livro, trata-se de um projecto de investigação sobre diversos contextos africanos alojado no Centre d'Etudes des Mondes Africains da Universidade de Provença, que teve Bruno Martinelli como proponente e primeiro coordenar [nota do tradutor].

e Escola de Chicago) estruturando a relação de conhecimento nos círculos profissionais e acadêmicos (bem como as suas articulações); *(iii)* a produção e a circulação dos saberes conduz a negociações entre os diversos actores implicados em objectivos estratégicos distintos ou partilhados; *(iv)* os modelos de produção do saber projectam-se nos sistemas de aprendizagem, profissionalização, especialização, levando ao surgimento de instituições; *(v)* as problemáticas de mestiçagem e hibridação de saberes formalizam-se nos contextos de transmissão e de circulação.

Uma conclusão aberta

A sociedade do saber ou do conhecimento é um termo usado para descrever um tipo de sociedade onde é valorizada a produção e disseminação de saberes. Sujeitos a múltiplas reapropriações, os processos de “publicação” de resultados e produtos da pesquisa mudam, hoje, de escala e de paradigma. Por outro lado, interrogamo-nos cada vez mais acerca das modalidades de intervenção da antropologia com os seus saberes e competências sobre as sociedades. A problemática de intervenção demarca-se claramente da “aplicação” clássica. Indo mais longe, o confronto de análises e os debates contraditórios são necessários para uma efectiva inventariação dos contextos, colocando em evidência a diversidade e a riqueza das situações de apropriação dos conhecimentos segundo os sectores, as abordagens, os programas e as necessidades coletivas.

O conhecimento é um aspecto-chave da acção das organizações da sociedade civil instruídas das condições em que podem participar na governação. A sociedade do conhecimento coloca, assim, ênfase no saber, nos seus actores, nas suas instituições, mas também nos seus usos. O tema da aprendizagem é uma entrada privilegiada para a compreensão de tais dispositivos e processos. Ele entende a patrimonialização como quadros de gestão e de apropriação de saberes úteis a uma sociedade como às suas transformações num contexto determinado.

Finalmente, para se dar um contexto mais amplo à presente discussão, deve notar-se que as relações Norte-Sul permanecerão desiguais em matéria de investigação. Quaisquer que sejam os altruísmos fixados, a investigação continua a ser uma das principais formas das relações “hegemónicas”. Isto pode ser bem observado tanto na realização de investigação como na utilização dos resultados da actividade científica. Isto é assim nas investigações por definição globais, não regionalizadas nem territorializadas (genética, biotecnologias, entre outras), como nas investigações em ciências humanas (antropologia incluída), cujos programas são raramente fixados nos e pelos

países do Sul. As experiências locais de investigação são, deste modo, pertinentes campos sociais em que elas entram em acção. Seus ajustamentos devem ser observados nos seus contextos de acção, interação e institucionalização, com a participação dos diferentes actores do conhecimento. É em conexão com os actores africanos da produção de conhecimento que é útil finalizar esta reflexão e tentar discernir, abrindo-se a confrontos exteriores, sobre os termos de referência da investigação presente ou futura. Isto não é surpreendente no final de um programa. Um colóquio em contexto africano confronta os trabalhos e os resultados de uma equipa como a do Sysav com as provas de validação institucionais e profissionais próximas dos terrenos de investigação.

Referências bibliográficas

- AKRICH, M. (1987), “Comment décrire les objets techniques ?”, *Techniques et culture*, 9: 49-64.
- ATRANS. & SPERBER D. (1991), “Learning Without Teaching: Its Place In Culture”, in L. Landsmann (ed.), *Culture, Schooling and Psychological Development*. Norwood: Ablex.
- BOURDIEU, Pierre (2000), *Esquisse d'une théorie de la pratique. Précédé de trois études d'ethnologie Kabyle*. Paris: Editions du Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (2001), *Science de la science et réflexivité*. Paris : Raisons d'agir.
- BOURDIEU, Pierre (2004), “The odysseus of reappropriation”. *Ethnography* n° 5: 617-621.
- CHAMOUX, M.N. (1978), “La transmission des savoir-faire: un objet pour l'ethnologie des techniques”, *Techniques et culture*, n°3.
- CHAMOUX, M.N. (1996), “Les difficultés d'accès au savoir d'autrui”, *Techniques et culture*, n°28.
- CALLON, D. (1989), (ed.) *La Science et ses réseaux. Genèse et circulation des faits scientifiques*. Paris: Série Anthropologie des sciences et des techniques .
- COPANS, P. (2006), *Développement mondial et mutations des sociétés contemporaines*. Paris, Armand Colin (128 Sociologie).
- HAMEL, J. (1997), *Précis d'épistémologie de la sociologie*. Paris.
- JACOB, C. (2007), *Lieux de savoirs – Espaces et communautés*. Paris: Albin Michel.
- KUHN, T.S., (1983), *La structure des révolutions scientifiques*. Paris: Flammarion.
- LATOUR, B. (1989), *La Science en action*. Paris: La Découverte, Série Anthropologie des sciences et des techniques.
- LEIGH STAR, S. et GRIESEMER, J. (1989), “Institutional Ecology, ‘Translations’ and Boundary Objects: Amateurs and Professionals in Berkeley’s Museum of Vertebrate Zoology, 1907-39”, *Social Studies of Science*, Vol. 19, No. 3. (Aug., 1989): 387-420.
- LUYCKX Ghisi, M. (2010), *La société de la connaissance : une nouvelle vision de l'économie et de la politique*.

- MARTINELLI, Bruno (1996), “Sous le regard de l’apprenti – Paliers de savoir et d’insertion chez les forgerons Moose du Yatenga (Burkina Faso) ”, *Techniques et culture*, n°28: 9-47
- OLIVIER DE SARDAN, J.-P. (2008), *La rigueur du qualitatif. Les contraintes empiriques de l’interprétation socioanthropologique*. Louvain-La-Neuve: Bruylant.
- SPERBER, D. (1996), *La contagion des idées. Théorie naturaliste de la culture*. Paris: Odile Jacob.
- STRAUSS, A. (1992), *La trame de la négociation. Sociologie qualitative et interactionnisme*, textes réunis et présentés par Isabelle Baszanger. Paris: L’Harmattan.

Valorização e reconhecimento de saberes em África: Proposições para uma exploração crítica dos processos voluntaristas*

Pascale Moity-Maizi

Introdução^[1]

Na globalização actual, onde o conhecimento é glorificado, tanto como recurso de inovação e de futuro, eu tento aqui ensaiar um outro olhar sobre os processos de valorização dos saberes locais em África, que se traduzem em particular por iniciativas de diferenciação das produções mercantis e a organização de inventários de recursos que fazem destes patrimónios. Estes processos de valorização são atravessados por relações de força, económicas e políticas, onde a categoria “local”, atribuída a um objeto ou associado ao conceito de conhecimento/saber, constitui um recurso político. Trata-se de mostrar aqui, passo a passo, debruçando-me sobre os conceitos que dominam hoje os paradigmas do desenvolvimento, como esta categoria do *local* é mobilizada pelos políticos mas também pelas ciências sociais, em particular pela antropologia. Há que interpelar alguns dos principais aspectos políticos e científicos – dos processos de valorização, de localização e de reconhecimento de saberes antes de se deduzirem certas pistas para a antropologia. O objetivo deste capítulo é contribuir para a construção de uma proposta teórica e metodológica que permita quer um olhar crítico sobre os processos de valorização dos saberes locais em África, quer a renovação das análises das interações através das quais estes processos se realizam, combinando as contribuições da tecnologia cultural, da sociologia da ciência e das técnicas e da antropologia do desenvolvimento.

* Tradução de Fernando Bessa Ribeiro.

¹ As reflexões aqui apresentadas inscrevem-se no projeto de pesquisa Sysav. Financiado pela ANR (sob a temática do programa “Aprendizagem, conhecimento e sociedade” – ANR – 06-abril-02-009; consultável no sítio <http://www.sysav.fr>). Coordenado por Pascale-Moity Maïzi e Bruno Martinelli, este projeto teve dois objetivos: por um lado, valorizar os trabalhos actuais dos antropólogos africanistas em torno dos processos e redes organizadas de produção, transmissão e selecção de saberes e saberes-fazer relacionados com vários campos de prática e, por outro lado, fornecer uma interpretação das interações que os caracterizam em termos de aprendizagem.

A actualidade política e científica parece hoje feita de múltiplas “palavras-caixa”, isto é, de uma abundância de paradigmas que se impõem por avalanchas de evidências. Os antropólogos têm por vocação interrogar as origens destes conceitos *passé-partout*, mas também a sua omnipresença, as diferentes interpretações que são propostas, as diferentes situações discursivas e práticas dos seus usos. Isto é particularmente evidente nos conceitos de *globalização*, de *conhecimento*, de *saber local*. Retornar a esses termos e seus modos de utilização deve permitir-nos colocar na frente da acção os actores neles envolvidos, as situações nas quais eles produzem e mobilizam estas noções, seguidos das questões dessas mobilizações: é para conquistar um lugar no plano das negociações políticas, para se tornar mais conhecido e reconhecido ou, então, para justificar ações políticas, económicas, tecnológicas, que em outros contextos discursivos seriam inaceitáveis, para reproduzir debaixo do véu de palavras-caixa ou rótulos associados a situações de dependência ou a exploração do trabalho? É claro que é impossível responder aqui a todas as questões que se colocam regularmente à leitura de diferentes tipos de textos normativos (políticos, regulamentares ou científicos). Mas podemos começar a sugerir pistas fazendo o equacionamento de algumas destas noções, colocando-as no domínio de práticas particulares, a das produções agroalimentares que são derivadas das técnicas artesanais em África.

Fazer o ponto da situação sobre a globalização

À primeira vista, o termo globalização engloba as transformações que tendem a criar um mercado único, articulando diferentes escalas económicas. A expansão americana, após o colapso da União Soviética nos anos 1990, acelerou a abertura das fronteiras e dos mercados, de acordo com alguns (Berger 2006), abriu um “novo imperialismo” (Assayag 2010) de acordo com outros, cujas dinâmicas se situam nas novas tecnologias da informação, na reestruturação das indústrias locais numa base transnacional, mas também em “instrumentos financeiros que operam em tempo real num mercado de capital cada vez mais volátil e graças a uma gestão do trabalho cada vez mais flexível e na circulação de mercadorias, pessoas e imagens” (Assayag 2010: 21). Esta globalização da economia, resultado do consenso de Washington,^[2] assenta num conjunto de princípios e de propostas dirigidas ao mundo: economia de mercado, circulação livre de bens e de informação, novas formas de governação, inovações como motor do crescimento,

² Conceito inspirada pelos trabalhos do economista Williamson.

deslocalização de empresas... Esta globalização apoiada pelas empresas e mercados é visível, mensurável, feita de fluxos «de bens, de serviços, de tecnologias, de dinheiro, de produtos financeiros» (Laperche 2008: 9). Ela corresponde, de facto, a uma deslocação

from a primarily industry-based economy to one where working on concepts plays a major role and where trade growth is tied in with financial deregulation and the new approaches this implies in terms of the circulation of capital. It is possible, though, that we have given insufficient weight to the fact that globalization is first and foremost a cultural phenomenon (Abélès, 2006 :1).

A esta globalização visível articula-se uma outra, “mais subtil, menos visível, mas *garantia de funcionamento da primeira*, a dos ‘bens culturais’, que as economias dominantes difundem e tentam impor às outras economias...” (Laperche 2008: 10). Fluxos, circulações são as provas dos termos-chave que caracterizam a globalização cultural e económica no século XX e no início do século XXI.^[3] Para Abélès a globalização opera também uma profunda mudança das perceções, mais do que uma nova forma de dominação: o “mundo comprimido” (Robertson 1992, Dufy e Weber 2007) é, de facto, percebido hoje como uma entidade bem definida, com as sociedades interdependentes, permanentemente conectadas umas com as outras por diversos modos, já não sendo possível distinguir centro e periferias, muito menos ainda opor sociedades civilizadas a outras, sem história. Doravante, todas as sociedades compartilham o mesmo espaço-tempo e têm o direito de reivindicar a partilha de todos os elementos que as constituem – recursos materiais e imateriais, espaços, custos, benefícios e riscos.^[4] Quando as fronteiras parecem desaparecer, novas tensões surgem em torno das modalidades e meios desta partilha, daí a diversidade de reivindicações, denúncias, lutas, com expressão no quotidiano.^[5] Desenvolve-se um pouco por todo o lado ambições de ação coletiva, traduzidas em projetos inovadores, onde a negociação como modalidade de interação incontornável tem toda uma construção coletiva, é vista como um teste saudável à diversidade de pontos de vista. E enquanto os atores competem ou negoceiam, os fluxos de produtos

³ Os economistas lembram-nos que há de fato outras globalizações. O século XIX e o início do século XX estão também marcados por uma liberalização dos fluxos de bens e pessoas (Berger, 2006).

⁴ São estes processos de homogeneização e divisão, seu carácter simultâneo e contraditório que receberam o termo globalização, termo anglo-americano derivado do termo global, no qual o sentido abrange o termo “mundial”. De acordo com Assayag (2010), a tradução para francês do termo globalização como mundialização serve perfeitamente.

⁵ Por exemplo, reivindicações de terras cultiváveis, denúncia de exclusões sociais, passando pelo defesa do reconhecimento de identidades.

ou de dinheiro parecem escapar a todos os controlos porque a sua circulação condicionaria ou justificaria mesmo estas construções humanas colectivas. Por exemplo a desregulamentação dos mercados, que reduz o controlo dos Estados, parece condicionar o livre fluxo de ideias.

Traduções da globalização a diferentes escalas

Neste vasto movimento, os programas de desenvolvimento pilotados pelos Estados são, obviamente, relegados para a história em favor de uma lógica dominante de redes de agentes económicos interagindo frequentemente através de grande organizações internacionais (Banco Mundial, OMC, OMPI, OMC, G20) retransmitidas por organizações de nível intermédio (como as ONG).^[6] Para os países da África ocidental, os anos noventa do século XX são os dos programas de ajustamento estrutural impostos pelo FMI, com fortes pressões para reduzir as suas importações (e encontrar, em contrapartida, produtos locais de substituição), dinamizar os sectores da produção agrícola e alimentar, procurando novas oportunidades (menos relacionadas com acordos bilaterais preferenciais) para os produtos tradicionais de exportação (algodão, café, cacau, manteiga de karité, cereais), com a melhoria da qualidade e da origem: a diferenciação mercantil das produções agrícolas constitui assim um objetivo das políticas económicas desde meados dos anos 1990. Estas orientações são acompanhadas por novos acordos internacionais, nos quais a OMC tem um papel central, o que contribui para a transformação das parcerias e dos fluxos comerciais privilegiados entre os países.

A assinatura do Acordo ADPIC,^[7] em 1994, levou a Organização Mundial da Propriedade Intelectual a reativar e a especificar, para uma escala regional limitada, as funções de uma organização ainda mais antiga mas totalmente desconhecida, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual Africana (OAPI).^[8] Cada um dos seus Estados-Membros possui

⁶ Alguns autores, por exemplo, Abélès (2006), falam sobretudo de *organizações transnacionais* que não têm objetivos explícitos de governo mas que, de fato, tomam um lugar político crescente. Elas são anónimas na sua grande maioria, escapam às lógicas da eleição e da representação; elas parecem impenetráveis e omnipresentes; elas escrevem, possivelmente, uma nova ordem mundial da governação. Seu poder pode ser avaliado através da expansão paralela de organizações de resistência, de “contra-poder”. Ver também Bouju (2011).

⁷ O acordo da OMC sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPIC), negociado durante a ronda do Uruguai, que ocorreu entre 1986 e 1994, introduziu regras relativas à propriedade intelectual no sistema de comércio multilateral. Ver o sítio da OMC em <http://www.wto.org>.

⁸ Criado a 13 de setembro de 1962, em Libreville, sob o acrónimo OAMPI (Office Africain et Malgache de la Propriété Intellectuelle), em seguida tornou-se OAPI, a 2 de Março de 1977, pelo Acordo de Bangui. A OAPI inclui agora 16 países: Benin, Burkina-Faso, Camarões, República Centro-Africana, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné

um serviço nacional de propriedade intelectual. Especificamente, a OAPI deve contribuir para a proteção da propriedade intelectual, a atratividade do espaço jurídico para o investimento privado, criando condições favoráveis para a efetiva aplicação dos princípios da propriedade intelectual; deve também incentivar a criatividade, a transferência de tecnologia e os programas de formação suscetíveis de melhorar as competências dos empresários; enfim, ela deve oferecer as condições favoráveis para a valorização dos resultados da pesquisa e a exploração de inovações tecnológicas (Medah 2011). Estas missões impulsionam-na para a frente da cena internacional, enquanto organismo encarregado, na África ocidental e central,⁹ da proteção jurídica das marcas e rótulos, nomeadamente criados para diferenciar as produções relacionadas com uma origem geográfica ou cultural: a manteiga de karité, o fonio,¹⁰ por exemplo, duas produções que são trocadas localmente mas também exportadas com uma marca (que assinala a origem artesanal do seu processamento em geral) ou um rótulo (de biológico, de comércio justo) (Saussey 2009, Moity-Maïzi e Sautier, 2006).

Nessas organizações em rede, a produção e a disseminação de conhecimento permanente (técnicas e regulamentações) são entendidas como pré-requisitos indispensáveis para a inovação tecnológica, organizacional ou social e à produção de referências comuns para defender estas produções originais. A OAPI também deve facilitar o reconhecimento, circulação e transmissão de conhecimentos em todas as formas possíveis, desde a formação à divulgação ou rotulagem dos novos produtos.

De uma forma muito geral, os quadros formais produzidos pelas principais organizações internacionais e suas redes de difusão valorizam oficialmente o indivíduo e sua capacidade criativa, seus saberes, mas também todas as formas de organização social favorecendo as interações que dizemos “produtivas” (mais de objetos do que de sentido).¹¹ Em África, Saussey (2009), Boulay (2011) e muitos outros trabalhos em sociologia ou antropologia do desenvolvimento descrevem e analisam estas lógicas de trocas e de afrontamentos entre atores tão distantes como um quadro do Banco Mundial e um artesão do subúrbio de Dakar.

Equatorial, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal, Chade e Togo. O OAPI cobre uma área de cerca de 100 milhões de habitantes.

⁹ Uma organização “irmã” existe para outros países africanos, com aos mesmos objetivos, a ARIPO (ver Medah 2011).

¹⁰ O fonio, nas suas variedades (*Digitaria exilis* e *Digitaria iburua*), é um cereal cultivado na África ocidental e central, muito nutritivo, podendo assumir em certas zonas um lugar relevante na alimentação humana [nota do tradutor].

¹¹ Uma análise sociolinguística detalhada dos discursos e dos programas oficiais continua por fazer.

A uma escala mais local, estes programas e projetos são traduzidos em estratégias e ações de peritos, muitas vezes expressas com os mesmos princípios e conceitos mobilizadores (todos os projectos operaram segundo uma lógica “participativa”, por exemplo), que se diferenciam contudo pelos objetos que eles visam: alguns vão preferir uma intervenção em toda uma indústria, estimulando a cooperação vertical (entre produtores e compradores internacionais); outros concentram-se sobre um tipo de atores, estimulando as cooperações mais horizontais (são exemplos os produtores de manteiga de karité que diversos projetos federam – ver Saussey 2009); outros ainda privilegiam um território (*terroir*),^[12] incentivando os atores locais (dentro e fora da indústria) a construir quadros de referência comuns para promover os seus negócios e produtos (é o caso das produções de *afiti*^[13] no Benin ou a transformação de produtos haliêuticos no Senegal);^[14] por fim, alguns projetos concentram-se na promoção de produtos junto dos consumidores (projeto de apoio à valorização dos cereais locais no Senegal, por exemplo) ou de mercados de nicho (restauração urbana, mercado de produtos orgânicos).^[15] Neste inventário, certamente incompleto, nenhuma destas estratégias é exclusiva: um bom número de projetos procura valorizar diferentes abordagens simultaneamente.

A ONG ENDA GRAF no Senegal, por exemplo, é de certa maneira uma organização emblemática destes projetos com estratégias combinadas que concorrem, em definitivo, para a diferenciação e a valorização mercantil de produções específicas em certos meios ou grupos profissionais.^[16] As suas ações são, pois, essencialmente orientadas para (i) a formação dos agentes de uma fileira relacionada com a transferência de técnicas consideradas as mais eficazes para a melhoria das qualidades das produções; (ii) a criação de objetos mediadores susceptíveis de garantir e sinalizar as qualidades, bem como a origem dessas produções; (iii) a identificação de mercados de nicho para a exportação. Estas ações apoiam-se todas sobre um mesmo tipo de discurso: trata-se de *valorizar* as produções específicas de um lugar geográfico ou de um artesanato particular e, deste modo, reconhecê-los e de protegê-los no espaço mercantil, por vezes global, a que eles acedem. *Valor* mercantil e

¹² Segundo o sentido que lhe é dado pelos geógrafos franceses – ver a síntese proposta por Bérard (2011) sobre a noção de *terroir* em França e em África.

¹³ O *afitin* é um condimento obtido através dos frutos do *nére* (*Parkia biglobosa*), uma árvore da zona do Sahel [nota do tradutor].

¹⁴ Ver Gutierrez (2000), Moity-Maizi (2006).

¹⁵ Cf. Broutin e Sokona, 1999.

¹⁶ Alguns membros do projecto ANR/SYSAV trabalharam sobre esta entidade, entre 2008 e 2011.

simbólico ou cultural confundem-se aqui no mesmo conceito (Moity-Maïzi 2010), os saberes-fazer são implicitamente reconhecidos na sua diversidade e especificidade através destas produções *valorizadas*.

Economia e sociedade do conhecimento

Várias vezes se elevam neste contexto global retransmitido em diferentes escalas por múltiplos dispositivos institucionais. Notamos aqui a multiplicação dos compromissos e trabalhos científicos que defendem o imperativo de explorar doravante as conexões, as misturas e outras hibridizações entre culturas ou sociedades que operam nestas trocas mundializadas, integrando estes processos de valorização e de reconhecimento; e isto, apesar de posturas anteriores, às vezes radicalmente opostas. Este é o caso, por exemplo, de Geertz, para quem a questão da disciplina etnográfica é “ampliar as oportunidades de discurso inteligível entre as pessoas, cujos interesses, perspectivas, riqueza e poder são diferentes mas partilham um mundo onde, forçados a manter relações cada vez mais numerosas, está a tornar-se mais e mais difícil de não se andar sobre os pés” (1996: 145). Em outro estilo, Appadurai (1996) defende, desde meados dos anos 1990, a ambição de estudar as dimensões culturais da globalização, para entender a modernidade na sua dimensão transnacional (Assayag 2010: 175). Seria aos antropólogos que caberia a tarefa de esclarecer as reconfigurações das identidades no seio de um mundo globalizado (Abeles 2008), de estudar a forma como a localidade emerge num mundo em vias de globalização (Appadurai 1996), onde não podemos finalmente opor claramente o global ao local, ou mesmo atestar uma homogeneização das culturas e das economias, muito pelo contrário (Moity-Maïzi e Muchnik 2005): a globalização parece produzir por todo o lado dispositivos de distinção (sociais ou económicos), espaços descontínuos, fragmentados, onde se afrontam identidades e estatutos emaranhados e mesmo inconciliáveis.

Desviando o nosso olhar dos cientistas para nos debruçarmos sobre os atores públicos e políticos, então notamos a proliferação de incentivos, essencialmente discursivos e menos abundantemente financeiros, provenientes de grandes organizações internacionais, dirigindo-se aos coletivos de pesquisa ou desenvolvimento, aos governos como às organizações sociais para a construção de seus programas de ação (coletivos, participativos, de cidadania) orientados para a valorização e/ou a patrimonialização de recursos locais.¹⁷ É dada especial atenção às dinâmicas de redes, aos sistemas

¹⁷ A noção de recurso, também onipresente, cobre parcialmente a de conhecimento, uma vez que os economistas incluem no conceito de recurso, as competências, os talentos, as faculdades organizacionais e institucionais (Berger 2006: 65).

de produção rurais, enfim, aos saberes ditos locais. É secundarizada uma outra categoria analítica, a do *trabalho*, e com ela todas as questões teóricas e cruciais do seu reconhecimento, da sua remuneração, das suas condições e quadros de exercício. Dá-se preferência a uma categoria abordável, tanto em termos de fluxo e de capital: esta é, justamente, o caso do conhecimento (e do saber), noção que Bourdieu foi o primeiro a propor e integrar na sua concepção de *capital social*; noção na qual a realidade se manifesta de facto através de objetos e trocas de todos os tipos.

Sociedade do conhecimento e o futuro da biodiversidade

Mas de que saber se fala? E a que modelo de sociedade se pode referir para tratar assim o saber como um recurso ou como uma nova dimensão estratégica das interações humanas? Dois argumentos, que se articulam regularmente nas arenas internacionais, podem ser invocados. O primeiro é baseado no paradigma de uma sociedade do conhecimento, interpretado tanto como base e programa mobilizador da mundialização, para um desenvolvimento global; é “a consagração de uma ligação entre conhecimento e desenvolvimento durante muito tempo considerada universalmente como natural, positiva e evidente” (Meyer 2006: 9), que se impõe como uma nova retórica de progresso (Pestre 2008: 12), anulando as fronteiras entre nações, reduzindo o papel dos Estados. A sociedade do conhecimento, diz-nos Pestre (2008), é implicitamente pensada como um universo de prestação de governança, de responsabilidade, de transparência. Ela pode ser interpretada como uma nova forma de legitimação do capitalismo com as suas exigências de informação rápida, útil, trocável (de mercado). Ela faz referência a saberes instrumentais, os de laboratório, otimizados para a ação e feitos apropriáveis; ela valoriza as competências técnicas, de gestão e, mais raramente, os atores associados a culturas dotadas de aptidões para criar novos conhecimentos e envolver-se em diversas atividades e tarefas que em outros termos designamos por trabalho. Por outro lado, Latour também estabelece um paralelo entre capitalismo económico e capitalismo científico, não para denunciar este aumento de potência do paradigma de uma sociedade do conhecimento, mas para enfatizar que uma mesma tendência pode associá-las: é a “recusa da perda de trabalho” (2001: 43).

O segundo argumento invocado aqui apoia-se sobre um evento fundador de um texto normativo: a Convenção sobre a Biodiversidade, saída da Cimeira do Rio, em 1992, provavelmente um dos principais eventos das últimas duas décadas. Esta convenção, saída de uma longa avaliação internacional, generaliza a perspetiva de uma gestão da natureza mais *localizada*,

alargada a novos atores.^[18] Os *leigos* de um determinado lugar, portadores de uma visão e de conhecimentos específicos, porque vinculados a um território, são pensados como agentes determinantes para ativar novas concepções e coordenações nas relações entre sociedade e natureza. No artigo 8j da Convenção, os saberes locais formam uma categoria singular, assimilada pelas políticas a um recurso determinante para a preservação dos ecossistemas e para a economia das sociedades.^[19]

Este texto contém duas hipóteses fundamentais: a primeira é a de considerar que a questão do local é crucial num mundo com as fronteiras dissolvidas pela mobilidade do capital e dos meios de produção, onde a globalização, conceito plural para designar a “compressão do mundo” (Robertson 1992), levaria à erosão das localidades (Dufy e Weber 2007) e, mais largamente, das identidades. A segunda hipótese, estreitamente ligada à anterior mas dotada de uma dimensão mais utilitária, é que a preservação e sustentabilidade de uma sociedade no seu “ambiente” depende de lógicas patrimoniais suscetíveis de estabilizar e fazer largamente reconhecer os saberes locais, específicos e garantes da perenidade dos seus recursos.

A ideia de que vivemos numa sociedade do conhecimento, numa economia do conhecimento ou mesmo num capitalismo “mais cognitivo, mais informativo e que procura fazer-se mestre de informações valiosas que os saberes tradicionais podem ocultar” (Arvanitis *et al.* 2008), parece hoje bem partilhada, fortemente mobilizadora no campo do desenvolvimento, entendido como perspetiva universal e não mais bipolar (Meyer 2006).^[20] Na lógica de tornar o conhecimento um motor do crescimento e do desenvolvimento, os relatórios do Banco Mundial desde 1999, as iniciativas da Unesco ou de muitos outros coletivos políticos e científicos organizados propõem-se

¹⁸ “A Convenção sobre Biodiversidade foi assinada em 5 de Junho de 1992, logo na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cimeira do Rio). Esta permaneceu em funcionamento até 4 de junho de 1993, período durante o qual foram registadas 168 assinaturas. A Convenção entrou em vigor a 29 de dezembro de 1993, 90 dias após a trigésima ratificação. A primeira reunião da Conferência das Partes realizou-se de 28 novembro a 9 dezembro de 1994, nas Bahamas. Esta convenção sobre diversidade biológica foi inspirada pelo crescente compromisso da comunidade internacional para com o desenvolvimento sustentável” (<http://www.cbd.int/history/site>).

¹⁹ Ver Chouvin, Louafi e Roussel (2004) sobre as questões do presente artigo 8j, cuja importância foi subestimada quando ele é criado.

²⁰ A economia do conhecimento como modelo de organização destinado a promover o crescimento económico repousa sobre a produção e a difusão de conhecimentos como ingredientes indispensáveis à inovação tecnológica, organizacional ou social. Anteriormente, a expressão “economia do saber” ganhou notoriedade com o lançamento do relatório, de 1999, *Conhecimento para o Desenvolvimento* do Banco Mundial.

pensar e legitimizar todas as categorias de saberes nas suas articulações e múltiplos efeitos, incluindo os económicos e os ambientais.^[21]

A localização do saber

O termo *local* em etnologia é associado ao imaginário de uma tradição nativa feita de rotina ou de inércia, suscetível de ser descrito, basicamente entalhado nos inventários ou contos; tal justifica, em parte, a vocação narrativa ou ficcional da antropologia (Geertz, 1986). O conhecimento local releva essencialmente de tradições orais mas muitas vezes obnubila-se que o fenómeno colonial, com suas migrações forçadas de trabalho ou suas campanhas de alfabetização influenciaram fortemente as famosas “tradições orais” e locais (Viti 2009: 870). Pouco criticado, o conceito tem sido regularmente mobilizado em textos com vocação descritiva, para significar – sem colocar em causa o posicionamento que a atribuição supunha – a alteridade remota ou mesmo os particularismos culturais ou cognitivos de certas sociedades. Mais recentemente, o local tem sido assimilado ao quotidiano vivido de indivíduos singulares e até mesmo inspirar uma “abordagem local”, entendida como ação de pesquisa privilegiando a experiência dos indivíduos como “lugar de interpretação e construção da realidade” (Galibert 2004: 92).^[22]

Nas organizações e políticas de desenvolvimento, o “local” está associado ao “desenvolvimento” desde os anos 1980, dentro de uma lógica de inserção de todas as formas de organizações económicas com relações de produção capitalistas. Isto justifica novos métodos de apreciação para formar ou sensibilizar os atores ditos locais ou laicos para novas práticas integrando necessariamente novos conhecimentos: a formação de artesãos em higiene nas suas produções agro-alimentares (Moity-Maizi 2006; Saussey *et al.* 2006) constitui um exemplo-chave destas ações privilegiadas para o desenvolvimento local, através da transferência de novos conhecimentos e técnicas tendo em vista melhorar a qualidade final dos produtos, colocados em questão por parte de certos saber-fazer, portanto julgados essenciais no seio de um mesmo grupo profissional, precisamente porque lhes permitem justamente distinguir-se dos outros (ver Saussey 2009, para o caso da produção de manteiga de *karité*). Esta lógica que produz sistemas híbridos tem

²¹ Pensa-se aqui na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (Unesco 2003) ou no relatório IAASTD (2008).

²² Abordagem construtivista e interaccionista que, sem declarar explicitamente, lembra a teoria “ancorada” proposta bem anteriormente por Barney Glaser e Anselm Strauss, teoria cujo sucesso e riqueza heurística justificaram que ela tenha sido finalmente traduzida integralmente em francês, em 2010.

sido largamente documentada em antropologia do desenvolvimento.^[23] Para este campo disciplinar, a questão do local permanece no primeiro plano das políticas e das investigações, permitindo nomeadamente reativar o imperativo antropológico de uma visão relacional e dinâmica dos jogos dos autores nas arenas criadas por projetos de desenvolvimento.

No campo científico africano, é a Hountondji (1994) que devemos uma das primeiras obras consagradas à questão dos saberes em África, definidos segundo ele pelos corpos de conhecimento não científicos, pelo menos se nos referimos às categorias do Ocidente pós-colonial. Ao incorporar as categorias ocidentais, Hountondji insiste sobre as dimensões políticas e relacionais dos saberes e encoraja novas abordagens deixando de lado os minuciosos trabalhos de inventário de saber-fazer em favor de uma reflexão mais empenhada nos estatutos dos conhecimentos que ele qualifica de não-científicos. A dimensão política dos saberes autóctones, sua relação evidente com o poder, é, de facto, na sua obra um eixo central para renovar a abordagem dos *conhecimentos ignorados ou excluídos* do campo científico e do mundo ocidental.

O *saber local* em Hountondji é sinónimo de *saber autóctone*. Esta última categoria tornou-se incontornável desde que os povos interessados, regularmente definidos como futuros beneficiários de políticas protetoras desses saberes (Agrawal 2002) defendem hoje o seu lugar na cena política internacional, bem como as suas próprias visões do conhecimento e do indigenismo. A dimensão internacional e política dos saberes locais ou autóctones coloca uma interrogação recorrente: quem tem a autoridade para aprovar ou, ao contrário, fazer obnubilar a origem de um saber nessas arenas que confrontam tantos atores dotados de um estatuto de especialista? Esta questão traz muitas outras que abordam as condições e os efeitos desta atribuição, bem como as modalidades e autoridades suscetíveis de selecionar, formalizar e disseminar os conhecimentos, cuja origem será afirmada. Este é o ponto de interesse da noção de *localização*: ela permite sublinhar, por um lado, o carácter voluntarista de uma operação relevante de um processo organizado (levando a atribuir a uma dada entidade o qualificativo “local”), e, por outro lado, a importância decisiva de explorar este processo particular e com ele as negociações e as relações de autoridade através das quais certos saberes locais são distribuídos, instituídos e validados (Pestre 2008) para adquirir o estatuto de saber local ou autóctone, quer seja no seio de um grupo profissional, de comunidades científicas ou das fileiras de produção.

²³ Ver, por exemplo, Olivier de Sardan e Paquot (1991), Chauveau (1995) – para não citar outros autores. Podemos também referir a obra coletiva em homenagem a Chauveau dirigida por Jul-Larsen, Laurent, Le Meur e Leonard (2011).

Os projetos de valorização dos saberes locais

Os programas ou projectos de (re)valorização dos recursos locais reativam a questão da origem em relação com um território. A noção de *local food production*, por exemplo, faz referência aos esforços de *re-localização* de recursos (incluindo os saberes-fazer) e de re-articulação entre produção e consumo (Marsden *et al.* 2000) em múltiplas escalas. Em França, numerosos trabalhos científicos estreitamente relacionados com o desenvolvimento em África são dedicados à análise das coordenações suscetíveis de favorecer a valorização mercantil e o reconhecimento público dos chamados recursos locais no quadro de uma economia de qualidades (Arvanitis *et al.* 1998). Alguns estudos mostram a fragilidade de uma visão binária opondo o local ao global e a importância histórica, acelerada pelos fluxos migratórios e outros intercâmbios entre os continentes, os fenómenos de deslocalização dos produtos africanos (Bricas, 2006) ou a diversidade de empréstimos, de mestiçagens ou hibridações que afetam tanto os procedimentos, como as técnicas de processamento e os comportamentos alimentares (Cheyns, 2006).^[24]

No contexto de uma grande e rápida expansão dos seus usos, o *local* permite hoje, além de qualificar certos saberes colocando-os em oposição a outras categorias de conhecimento,^[25] romper a tradicional oposição entre países do Norte e do Sul, pois as políticas de desenvolvimento defendendo a valorização dos saberes locais dirigem-se a todos, para lidar com situações específicas: o saber local é, por exemplo, o saber que resiste ao saber difuso de um mundo globalizado; o saber local é ainda o saber não formalizado pela escrita (Lewandowski, 2007); é, enfim, o saber *ancorado* a um lugar, quase propriedade do grupo que o produziu e o reivindica, em oposição ao *saber global*, cuja fonte nós não conhecemos mas que se difunde tão rapidamente como um produto industrial massificado.

Instrumentos de desenvolvimento bem como recursos patrimoniais garantes das sociedades do futuro, os saberes justificam todos os tipos de operações, desde os inventários às reconstruções de cursos de formação, num movimento geral de reificação que não se preocupa em nada com a interrogação dos modos de produção dos conhecimentos, antes se concentra sobretudo na capitalização e difusão de recursos de ações e de inovações (Stehr, 2000; Laperche, 2008) nas sociedades que até então haviam sido analisadas sob o prisma determinista do paradigma centro-periferia que “oculta a dinâmica própria das relações sociais no seio das sociedades periféricas”

²⁴ Ver também Moity-Maizi, Muchnik 2005.

²⁵ É nestes jogos de oposição entre saber local e “outros saberes”, que se inscrevem sem dúvida as múltiplas declinações e assimilações possíveis do local que se podem encontrar em certos trabalhos: saber local como saber indígena, autóctone, tradicional, profano...

(Chauveau e Richard, 1977: 486). Na verdade, as políticas de desenvolvimento sustentável que dominam a atualidade propõem uma melhor tomada de consideração das entidades – materiais e imateriais – que dão conta das capacidades de autonomia e de gestão próprias das sociedades, especialmente das exteriores ao mundo ocidental e industrial.

As abordagens de valorização e de reconhecimento dos saberes locais, apoiadas por uma grande diversidade de atores (dos organismos internacionais públicos e privados às associações indígenas, passando pelas ONG) multiplicaram-se e mundializaram-se. Não se pode deixar de mencionar aqui o futuro Instituto Internacional dos Saberes Tradicionais (*International Traditional Knowledge Institute*, ITKI)^[26] que verá em breve a luz do dia em Itália.^[27] O seu presidente, Pietro Laureano, quer fazer dele um centro emblemático da transmissão da memória, apoiando-se num banco mundial dos saberes qualificados como tradicionais. Este centro dedica-se essencialmente a um trabalho de inventário, de conservação e de difusão de saberes-fazer no mundo inteiro, apoiado por dezenas de especialistas.^[28] Como muitos outros, no entanto, esta abordagem deixa pouco espaço à pesquisa das modalidades pelas quais os saberes são produzidos e selecionados antes de serem transmitidos ou traduzidos em objetos, técnicas, monumentos ou práticas; a crítica formulada por Agrawal (2002) denunciando a cientificação dos conhecimentos indígenas, sua formalização e seu arquivamento em bases de dados ou em guias de boas práticas, vai nessa direção.

Implicações etnográficas

A atividade cognitiva é conhecida, é uma totalidade complexa organizada (Salembier, 1992) dificilmente acessível. Como, então, considerar e valorizar os saberes locais? O que poderia ser mais abstrato, mais fluido, de facto, que um saber, mesmo se é qualificado de local? Onde e como encontrar esse *local* que delimita e faz fronteira entre um aqui e um outro distante? E como fazer do saber local, se é que o identificamos, um património? Como transformar em adição uma entidade abstrata, invisível, em uma outra, num *património*, termo cuja etimologia primeiro sublinha a dimensão monumental, material e admirável, que se dá a ver ao público?

O antropólogo, frequentemente convidado para projetos de inventariação e de valorização, tenta necessariamente colocar em dia elementos signi-

²⁶ Instituto financiado por governos locais, por diversas fundações e pela Unesco.

²⁷ A sede é num antigo e sumptuoso palácio florentino, considerado na Idade Média como um sítio ativo e reputado do trabalho da lã, ao qual Florença deve em parte a sua prosperidade.

²⁸ Ver o jornal *Le Monde*, 11/12 de julho de 2010 :4

ficativos, observáveis, de saberes locais; face à dificuldade evidente, ele tem que passar pela materialidade dos conhecimentos. Por outras palavras, o etnógrafo privilegia o estudo dos conhecimentos nas suas traduções materiais e na sua *circulação* incessante. Esta noção de circulação, que recobre as de transmissão, de transferência ou de troca, permite sublinhar o facto de que todo o conhecimento “passa por” filtros sociais e cognitivos: ela é necessariamente seleccionada, reformulada por vezes, durante uma interação, numa relação de aprendizagem ou numa relação de trabalho, por exemplo. Os segredos do *métier* (Martinelli, 1996), as normas de acesso a certos saberes-fazer em função da idade ou da situação matrimonial (Maïzi, 1993) são alguns desses filtros sociais, incontornáveis e, portanto, negligenciáveis ou inteiramente obnubilados por procedimentos de inventário como os da formação de artesãos.

Além disso, a *localização* dos saberes, foi precisado, não é um movimento que se opõe ao da *mundialização*. Este é um processo particular para apreender o carácter voluntarista e singular que visa ao mesmo tempo produzir, a ancorar certos saberes indissociáveis de objetos (Moity-Maïzi, 2010) e a fazê-los *circular* em redes em movimento; de tal maneira que estes saberes aparecem como mediadores entre mundos diferentes. Em cada situação empiricamente observada, trata-se de compreender, por um lado, quem são esses atores que se enfrentam e que se envolvem nessas operações de *ancoragem* ou de afetação de certos conhecimentos a um *local*, em que arenas eles negociam, a que redes eles se referem; por outro lado, como os saberes de alguns desses atores são portadores ou porta-vozes, eles são *veiculados* e *instrumentalizados* (Vinck, 2009) para poderem operar dentro de configurações *globais* inéditas e a serem reconhecidos e mobilizados para fins tanto comerciais como profissionais ou políticos.

Trata-se, então, de seguir empiricamente o caminho histórico e socio-cognitivo dos saberes em diversas redes profissionais ou políticas, linhas de peritos ou arenas de especialistas, onde se desenrolam múltiplas interações – que devem ser abordadas empiricamente nos seus conteúdo, modalidades, variações²⁹ – mistura de indivíduos (ou grupos) e de objetos, eles mesmo produtos desses conhecimentos. A importância das operações de seleção, seja na relação de aprendizagem em torno de uma técnica de fabricação ou nas negociações de especialistas em torno de um inventário, revela-nos que nem a transferência nem a transmissão de saberes se inscrevem dentro de

²⁹ A importância aqui evidente dos dados por observação, escuta, convida a repensar os imperativos metodológicos e seu viés em antropologia – como é evidente para qualquer pessoa com acesso às interações, em contexto, e ter a garantia de que elas não são induzidas ou modificadas pela presença do antropólogo...

uma relação simples de tipo «emissor-recetor» que as figuras normativas *mestre-aprendiz* ou *professor-aluno* permitem sintetizar,^[30] elas são produzidas mas também e especialmente selecionadas para serem «colocadas em circulação» segundo normas específicas que, no entanto, não interdita nem os confrontos, nem as mudanças de hábitos ou mesmo de normas para considerar novas (re)configurações: os artesãos que produzem no Senegal cereais locais respondem a novas normas, exógenas, de qualidade, aceitando formar outras mulheres (a pedido da ONG ENDA GRAF), exteriores à sua corporação profissional, dando-lhes conhecimentos que elas tinham adquirido apenas após formação específica, ou seja, que elas realizaram até agora.

Estas novas configurações fazem emergir, por sua vez, novos processos, muitas vezes imprevisíveis pelos quadros políticos que os promoveram: seleção e hibridação de conhecimentos, construção de novas redes, colocação em debate ou deslocamento de estatutos e posições profissionais, reivindicações políticas e procura de reconhecimento. Este é, por exemplo, o que se pode observar atualmente em Dacar, quando os artesãos da transformação agro-alimentar, todas as fileiras incluídas, decidem unir-se numa organização federal e profissional para reivindicar ao Estado um reconhecimento e uma proteção institucionais das suas atividades e produtos indissociáveis de saber-fazer específico.^[31]

A tecnologia cultural é o campo disciplinar privilegiado que, segundo o nosso ponto de vista, permite ao etnólogo apreender os processos de localização de saberes e, mais largamente, as dimensões cognitivas e as (re)configurações sociais que emergem da observação fina destas últimas.^[32] O próprio campo de investigação, iniciado pelos trabalhos de André Leroi-Gourhan, pretende captar as dinâmicas das sociedades através da análise das articulações entre atividades materiais e atividades intelectuais, transformação do mundo material e dimensões socioculturais (Mahias, 2011). Privilegiando as abordagens empíricas e comparativas à escala de operadores que, por seus atos técnicos combinam e transformam as matérias-primas em produtos, a tecnologia cultural consagra-se também à diversidade das modalidades e *nuances* técnicas identificáveis nas ações humanas. Ela permite aceder à complexidade de competências, de analisar os processos de aprendizagem

³⁰ Transferência e transmissão são dois termos frequentemente utilizados em saberes e em “boas práticas” nos textos e projetos de desenvolvimento em África.

³¹ Trata-se de uma plataforma agroalimentar constituída por diversas organizações profissionais de artesãos (AAPAS, ATCL/APROVAL, FENAFILS, TRANSFRULEG); um dos seus principais objetivos é obter a certificação das atividades e a validação de competências dos profissionais do agroalimentar.

³² Termo proposto por Robert Cresswell com o nascimento da revista *Techniques et Cultures* em 1981.

nas sociedades, de atualizar as temporalidades emaranhadas implicadas nelas (o tempo reprodutivo das mulheres, as iniciações e os aspetos técnicos, por exemplo), mas também as normas ou filtros que determinam a seleção, a transmissão e o reconhecimento dos conhecimentos adquiridos, seja para aceder a um estatuto especificamente ligado a uma competência ou para distinguir-se dos outros por meio da inovação. A esta corrente da antropologia dedicada às técnicas e aos saberes que lhes dão sentido e forma, devem associar-se outros quadros teóricos se pretende compreender o sentido e o alcance dos processos de valorização e de localização dos saberes em situações empíricas precisas: é a sociologia da ciência e das técnicas, por exemplo, envolvidas na análise pragmática de processos de produção, de mestiçagem e de hibridização de conhecimentos, como são os objetos ou redes sociotécnicas (Akrich *et al.* 2006); é caso da antropologia do desenvolvimento, quando ela defende uma abordagem interacionista dos processos e dispositivos do desenvolvimento e se consagra à análise detalhada das arenas locais geradas por projetos que colocam na ordem do dia, entre outros fenómenos, as deslocamentos, as cooperações e conflitos entre atores, que afetam todos os tipos de recursos, materiais e imateriais, mercantis e não mercantis.^[33]

Este quadro teórico amplo que apoia abordagens empíricas e localizadas limita a tentação de um uso genérico ou instrumental do *saber local* que se oporia facilmente a um *saber global*.^[34] Ele desencoraja a abordagem do saber pelas suas propriedades improváveis ou características universais, ele impõe a análise através de diversas práticas – discursivas, técnicas, políticas – inscritas em diferentes redes a diferentes escalas. Além disso, qualquer saber ou saber-fazer é construído, concebido, julgado ou avaliado numa relação necessária para dar sentido às coisas – materiais, ferramentas, gestos –, com a transmissão ou a comunicação constituindo-se como dispositivos particulares para circunscrever e modificar estas relações, que devem ser descritas e analisadas como tal. É também através de conflitos de interesses e de sentidos que se pode aceder por esta investigação empírica: trabalhando o mais perto possível das práticas e de seus sentidos, mais próximos dos valores e julgamentos feitos pelos atores nas suas trocas, atualizando a diversidade de trajetórias e subjetividades que confrontam.

³³ Faço aqui referência à antropologia do desenvolvimento, tal como ela foi formalizada e defendida dentro da APAD desde a sua fundação, em 1991, por autores-farol, pelo menos em França, como J.P. Olivier de Sardan e J.P. Chauveau [ver E. Jul-Larsen, .P.J Laurent, P.Y. Le Meur, E. Leonard (org.), 2011].

³⁴ Oposição que há muito tempo tem marcado as ciências sociais para definir a sociedade, através do prisma de duas escalas: o nível micro dos membros de um colectivo identificado e delimitado, por um lado; o nível macro da sociedade entendida como um todo (Geertz 1986, Strum e Latour, 2006).

Nesta perspetiva teórica, o espaço social e do território, pontos de ancoragem ou de partida das observações científicas, apaga-se em favor de redes sociotécnicas com ramificações múltiplas e escalas. Os seus papéis revelam-se decisivos para fazer circular mas também para controlar, estabilizar e, em seguida, traduzir um corpo de conhecimentos em ações inovadoras e/ou de novas relações sociais. Também é possível, nesta circulação através de diversos *media*, que certos saberes – incorporados em objetos da natureza, de técnicas, de produtos alimentares ou médicos – precisamente definidos pelos seus portadores ou pelos seus promotores como recursos cognitivos e políticos, estratégicos para (re)conquistar identidades territoriais ou mercados, para aceder a um reconhecimento político ou estatutário ou, mesmo, para defender uma competência.

Não é, portanto, para substituir um local reconstruído, idealizado, no terreno fechado e emblemático de uma certa antropologia, nem reivindicar através deste conceito um privilégio disciplinar, o do exotismo dentro de uma alteridade radical do objeto (Abeles, 2002). Não se trata apenas de tratar as circulações de saberes em África como simples transferências Norte-Sul, enriquecendo-as de alguns novos imperativos ou *slogans* da mundialização, cujas lógicas têm sido amplamente denunciadas pelos estudos pós-coloniais. As problemáticas da pesquisa antropológica mudaram-se do estudo dos saberes que pensamos como “puros”, fora de todos os contatos, para a análise das ligações, das coordenações e montagens sempre dotadas de sentido, que permitem produzir, traduzir e transmitir conhecimentos. Por outras palavras, o foco mudou dos trabalhos ligados aos lugares de saberes (Jacob 2007) inscritos em micro-culturas, a *priori* homogéneas ou impermeáveis umas às outras, para a análise das arenas e redes no seio das quais diferentes regimes de conhecimento se confrontam e se (re) combinam eventualmente: as formações e os processos de aprendizagem de uma maneira geral constituem configurações de inquirição privilegiadas, as quais justamente formaram o coração do programa de investigação Sysav. Se esta orientação teórica e metodológica não é verdadeiramente nova (podemos dizer, com efeito, que ela emerge da antropologia política do desenvolvimento, desde o início dos anos 1980 e contra as abordagens estruturalistas, marxistas e neo-marxistas que a precederam), pode-se sublinhar, no entanto, que ela é particularmente produtiva no plano heurístico, pelo menos, quando trata dos processos de localização ou de valorização e de reconhecimento dos saberes locais:³⁵

³⁵ Ver a edição especial de Cahiers d'études africaines, 2011/2, n.º 202-203: *Desenvolvimento no cruzamento de caminhos*. Ela oferece uma história reflexiva e estimulante sobre as questões das teorias e métodos das ciências sociais consagrados ao desenvolvimento.

- i possibilita ir além de uma análise estratégica dos interesses em jogo nas interações entre diferentes atores, para aprofundar os instrumentos e dispositivos (jurídicos, sociais, políticos e económicos) que lhes permitam inventariar, formalizar, equipar os conhecimentos, de maneira a poder designá-los como locais, inalienáveis mas ativáveis como instrumentos do desenvolvimento;
- ii permite interrogar os fundamentos cognitivos mas também sociais e políticos que tornam possível a ativação e o reconhecimento destes saberes tanto como recursos estratégicos a conservar, valorizar e proteger; passa-se, com efeito, de uma abordagem onde a aprendizagem e a transmissão de conhecimentos foram concebidos como dinâmicas naturais de toda a sociedade, por assim dizer, para uma conceção da *circulação* como princípio estratégico de uma possível transmissão “sustentável” às gerações futuras de seus próprios recursos.^[36] Esta mudança explica, sem dúvida, a proliferação de investigações em diferentes campos disciplinares,^[37] de uma parte sobre as formas e dispositivos de aprendizagens, de outra parte sobre as modalidades de estabelecimento dos patrimónios materiais e imateriais.

Conclusão

Seguindo esta proposta, é conveniente lembrar que o conceito de *saber*, tanto como os de *localização* ou de *circulação* (de saberes), estão desprovidos de conteúdos – e, portanto, de sentido – na medida em que não são capturáveis empiricamente nas suas configurações sociais sempre particulares. Estes conceitos recobrem, por outro lado, diferentes formas de desenvolver e traduzir em ações o direito à universalidade ao mesmo tempo que à diversidade. O desafio para as ciências sociais não se limita, portanto, a identificar e a posicionar os quadros normativos, políticos ou científicos, mas consiste em desconstruir empiricamente estas categorias sociais e cognitivas e práticas, bem como as práticas e as relações sociais que tornam possíveis estes processos. Para além de uma observação fina dos atos técnicos e das lógicas sociais que sustentam a produção e a utilização de conhecimentos, trata-se de estar atento às situações singulares de enunciação e, em particular, às múltiplas teorias, normas e valores que os atores produzem continuamente para definir os estatutos, reconhecer as competências, organizar, selecionar e transmitir conhecimentos ligados a objetos que fazem sentido. É por este rigor metodológico que talvez seja permitido repensar as trocas entre culturas e as relações entre sociedades, abordando o conhecimento tanto como força produtiva como norma ideológica (Vinck, 2007), mantendo-se em

³⁶ De forma a evitar que ele continue limitado ao quadro teórico da tecnologia cultural, que há muito tem privilegiado abordagens estruturalistas das técnicas, dos saberes e das sociedades.

³⁷ Da etnologia às ciências de gestão, passando pela economia, pelo direito...

mente que no paradigma de uma economia dos saberes, que domina toda a atualidade política ocidental, o conhecimento santificado oculta o valor do trabalho, a variedade de saberes e seus locais de produção (Pestre, 2008); ela oculta, em suma, a distribuição e circulação do conhecimento, mas também as dimensões mais éticas e políticas dos saberes. Ora,

a antropologia não tem absolutamente nada a ganhar em fazer a economia das mediações, das transações e das apropriações, ou seja, uma reflexão sobre os três regimes multiculturais de circulação e de receção, de fabricação pragmática das ações, da produção de historicidades locais – pelo menos se quiser evitar de agitar o ar rarefeito das generalidades (Assayag 2010: 22-23).

Esta perspetiva permite considerar os processos de aprendizagem como modalidades particulares, nestes três regimes mencionados por Assayag, e de considerar, como faz Honneth (2008), que as formas de reconhecimento que emergem destes processos de aprendizagem são o coração do social.

Referências bibliográficas

- ABELES, Marc (2008), *Anthropologie de la globalisation*. Payot: Paris.
- ABELES, Marc (2006), “Globalization, Power and Survival: an Anthropological perspective”, *Anthropological Quarterly*, vol. 79-3, 483-508.
- ABELES, Marc (2002), “Le terrain et le sous terrain”, in C. Ghasarian (org.), *De l’ethnographie à l’anthropologie réflexive*, éd. A. Colin, coll. Anthropologie, Sciences sociales, Paris: 35-43.
- AGRAWAL, Arun (2002), “Classification des savoirs autochtones: la dimension politique”, *Revue internationale des sciences sociales*, 3(173): 325-336.
- AKRICH, Madeleine; CALLON, Michel e LATOUR, Bruno (org.) (2006), *Sociologie de la traduction. Textes fondateurs*. Edité par l’Ecole des Mines de Paris, coll. Sciences Sociales. Paris.
- AMSELLE, Jean Loup (org.), (1976), *Les migrations africaines : réseaux et processus migratoires*. Paris: éd. Maspero.
- APPADURAI, Arjun (1996), *Après le colonialisme. Les conséquences culturelles de la mondialisation*, éd. Payot et Rivages, coll. Petite Bibliothèque Payot, Préface de M. Abélès, Paris.
- ARVANITIS, Rigas; GROSSETTI, Michel; RAJ, Kapil; PASCAL, Renaud e FREDERIC, Thomas (2008), “Sciences, savoirs et mondialisations”, *Science et devenir de l’homme*. Paris, Ed. MURS, 48-69 (<http://hdl.handle.net/2042/25037>).
- ASSAYAG, J. (2010), “Comment devient-on un penseur post-colonial? ”, in *La mondialisation des sciences sociales*, éd. Téraèdre, coll. L’anthropologie au coin de la rue: 201-227.
- BANQUE MONDIALE (1999), *Rapport sur le développement dans le monde 1998/1999. Le savoir au service du développement*. Paris: Eska.

- BERARD, Laurence (2011), “Du terroir au sens des lieux” in Delfosse, Claire (dir.), *La mode du terroir et les produits alimentaires*. Paris: éd. Les Indes savantes: 41-58.
- BERGER, S. (2006), *Made in Monde. Les nouvelles frontières de l'économie mondiale*. Paris: Seuil.
- BOUJU, Jacky (2011), “Une application de l'anthropologie au développement. Le métier de praticien”, *Cahiers d'études africaines*, 2011/2 N° 202-203: 563-589.
- BRICAS, Nicolas (2006), “La pluralité des références identitaires des styles alimentaires urbains en Afrique”, in Chiffolleau, Dreyfus, Touzard (org.) *Les nouvelles figures des marchés agroalimentaires. Apports croisés de l'économie, de la sociologie et de la gestion*, Journée d'études du GDR «Economie et Sociologie», Montpellier, 23 et 24 mars 2006. Montpellier, INRA: 159-168.
- BROUTIN, Cécile e SOKONA, Khanata (1999), *Innovations pour la promotion des céréales locales. Reconquérir les marchés urbains*, éd. ENDA-GRAF/GRET.
- CHAUVEAU, Jean Pierre e RICHARD J., (1977), “Une « périphérie recentrée » : à propos d'un système local d'économie de plantation en Côte d'Ivoire”, *Cahiers d'études africaines* n°68, vol XVII-4 (1): 485-523.
- CHAUVEAU, Jean Pierre (1995), “L'innovation cacaoyère : histoire comparée de la cacao-culture en Afrique de l'ouest”, in P. Bye e J. Muchnik (orgs.), *Innovation et sociétés. I. Dynamismes temporels de l'innovation*. Montpellier, CIRAD: 43-58.
- CHEYNS, E. (2006), “Qualification des aliments dans des villes africaines, entre local et global. Le «soumabala» dans tous ses états”, in Chiffolleau, Dreyfus, Touzard (org.), *Les nouvelles figures des marchés agroalimentaires. Apports croisés de l'économie, de la sociologie et de la gestion*, Journée d'études du GDR «Economie et Sociologie», Montpellier, 23 et 24 mars 2006, éd. Montpellier, INRA: 169-182.
- CHOUVIN, E.; LOUAFI, S.; ROUSSEL, Bertrand (org.) (2004), *Prendre en compte les savoirs et savoir-faire locaux sur la nature. Les expériences françaises*, coll. Idées pour le débat, Les documents de travail de l'Iddri N°01, Paris. ed. IDDRI.
- DUFY, Caroline e WEBER, Florence (2007), *L'ethnographie économique*. Paris: coll. Repères, éd. La découverte.
- GEERTZ, Clifford (1996), *Ici et là bas. L'anthropologue comme auteur*. Paris, éd. Métailié.
- GEERTZ, Clifford (1986), *Savoir local, savoir global. Les lieux du savoir*. Paris, PUF.
- GLASER, Barney G. e STRAUSS, A. Anselm (2010) (trad. française), *La découverte de la théorie ancrée. Stratégies pour la recherche qualitative*. Paris: A. Colin, coll. Individu et société.
- GUTIERREZ, Marie Laure (2000), *Production et consommation de l'afitin Fon dans la région d'Abomey –Bobicon*. Montpellier, France: Edition CIRAD, Projet ALISA.
- HONNETH, Axel (2008) (1ere ed. 2006), *La société du mépris. Vers une nouvelle Théorie critique*. Paris, éd. Seuil, La découverte.
- HOUNTONDJI, Paulin (dir.), (1994), *Les savoirs endogènes. Pistes pour une recherche*. Paris, éd. Karthala, Série des livres CODESRIA.
- JACOB, Christian (dir.) (2007), *Lieux de savoir. Espaces et communautés*. Paris, Vol. I, A. Michel.
- JUL LARSEN, Eyolf; LAURENT, Pierre Joseph; LE MEUR, Pierre Yves e LEONARD, Eric (2011), *Une anthropologie entre pouvoirs et histoire. Conversations autour de l'œuvre de Jean-Pierre Chauveau*. Paris: APAD/IRD/Karthala.

- LAPERCHÉ, Blandine (org.) (2008), *L'innovation pour le développement. Enjeux globaux et opportunités locales*. Paris: Karthala.
- LAPERCHÉ, Blandine (2008), L'innovation comme facteur de développement dans la mondialisation», in Laperché, Blandine (dir.) *L'innovation pour le développement. Enjeux globaux et opportunités locales*. Paris: Karthala: 9-18
- LEWANDOWSKI, Sophie (2007), “Les savoirs locaux au Burkina Faso. Enjeux pédagogiques et sociaux”, *Ethnologie française*, (4) *Anthropologie de l'école*: 605-615.
- MAHIAS, Marie Claude (2011), *Construire les savoirs dans l'action. Apprentissages et enjeux sociaux en Asie du Sud*, éd. de l'EHESS. Paris: coll. Purusartha.
- MAÏZI, Pascale (1993), *Techniques féminines moose dans le Yatenga* (Burkina Faso), Doctorat en Anthropologie sociale et Ethnologie de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), sob orientação de J.P. Olivier de Sardan (CNRS-EHESS).
- MARSDEN, Terry; BANKS, Jo e BRISTOW, Gillian (2000), “Food Supply Chain Approaches: Exploring their Role in Rural Development”, *Sociologia Ruralis*, 40 (4): 424-438.
- MARTINELLI, Bruno (1996), “Sous le regard de l'apprenti – Paliers de savoir et d'insertion chez les forgerons Moose du Yatenga (Burkina Faso)”, *Revue Techniques et culture*, 58: 9-47.
- MEDAH, Ignace (2011), *Les dynamiques sociales de collaboration, de confiance et de reconnaissance au coeur des processus de conception d'agroéquipements en Afrique de l'ouest. Le cas du Burkina Faso*, Doctorat de l'Université de Grenoble en Sociologie Industrielle.
- MEYER, J.B., (2006), “Connaissance et développement : un lien à actualiser”, in M. Carton e J.B., Meyer (dir.), *La société des savoirs ; trompe-l'œil ou perspective ?*. Paris : éd. L'harmattan, coll. Travail et Mondialisation: 9-25.
- MOITY-MAÏZI, Pascale (2011), “Entre tradition et mondialisation, comment se forme le savoir en Afrique? (entretien) ”, in N. Balacheff, M. Fayol (orgs.) *Apprendre et transmettre*. Paris: Autrement, coll. Le Mook: 73-75.
- MOITY-MAÏZI, Pascale (2010), “L'ancrage territorial dans la dérive. Le style et l'efficacité techniques mis en question”, in J. Muchnik, C. Sainte Marie (orgs.), *Le temps des SYAL, Techniques, aliments, territoires*. Paris, Quae.
- MOITY-MAÏZI, Pascale (2006), “Artisanes et artisans dans la transformation du poisson au Sénégal”, in A.M. Granier, e H. Ghétat (org.), *Empreintes et inventivités des femmes dans le développement rural*, Presses universitaires du Mirail, IRD, coll. Nord-Sud: 103-126.
- MOITY-MAÏZI, Pascale e SAUTIER, D. (2006), “Produits d'origine en Afrique de l'Ouest et du Centre : Potentiels et controverses des démarches de certification”, communication au *III Congreso Internacional de la Red SIAL «Sistemas Agroalimentares Locales »*, Alimentación y territorios « ALTER 2006 »: 18-21 de Octubre 2006, Baeza (Jaén), España.
- MOITY-MAÏZI, Pascale e MUCHNIK, J. (2005), “Circulation et construction de savoir faire: questions pour une anthropologie des systèmes agroalimentaires localisés”, *Industries alimentaires et agricoles*: 16-26.
- OLIVIER DE SARDAN, Jean Pierre (1995), *Anthropologie et développement, essai en socio-anthropologie du changement social*. Paris, Karthala-APAD.

- OLIVIER DE SARDAN, Jean Pierre e PAQUOT, Elisabeth (1991), *D'un savoir à l'autre. Les agents de développement comme médiateurs*. Paris: GRET-Minist. de la Coopération.
- PESTRE, Dominique (2008), "Introduction: penser les savoirs, les sciences et les techniques en sociétés. Quelques propositions", *Science et devenir de l'homme*, (57-58). Paris, Murs, 16 (<http://hdl.handle.net/2042/25037>).
- ROBERTSON, Roland (1992), *Globalization. Social theory and Social Culture*. Londres: Sage publication.
- SALEMBIER, P. (1992/3), "Étude empirique et modélisation d'une activité de diagnostic cognitif", *Intellectica* n°15: 55-96.
- SAUSSEY, Magalie (2009), *Les organisations féminines au Burkina Faso : limites et paradoxes des dispositifs de valorisation d'un produit local, le beurre de karité*. Sob a orientação de J. Muchnik. Paris, EHESS, ED « recherches comparatives sur le développement ».
- SAUSSEY, Magalie (2011), "Initiatives féminines et économie sociale et solidaire dans la production du beurre de karité au Burkina Faso", in Guerin, Hersent, Fraisse (orgs.), *Femmes, économie et développement. De la résistance à la justice sociale*. Paris: Erès/IRD: 107-128.
- SAUSSEY, Magalie; Moity-Maïzi, Pascale e Muchnik, J. (2006), "La production de beurre de karité au Burkina Faso : une économie féminine enchâssée", Communication au troisième colloque international du GIS SYAL: *Alimentation et territoires*, «ALTER», Espagne, Octobre 2006, 35.
- STEHR, N. (2000), "Le savoir en tant que pouvoir d'action", *Sociologie et sociétés*, 32(1), 157-170.
- VINCK, Dominique; CARTON, Michel e BAPTISTE, Meyer Jean (orgs.) (2006), "La société des savoirs. Trompe-l'oeil ou perspectives?", *Revue d'anthropologie des connaissances*. Paris, L'Harmattan, coll. « Travail et mondialisation », 2007/1, n° 1: 137-139.
- VINCK, Dominique, (2009) "De l'objet intermédiaire à l'objet-frontière. Vers la prise en compte du travail d'équipement", *Revue d'anthropologie des connaissances*, 3(1): 51-72.
- VITI, Fabio (2009), "Les ruses de l'oral, la force de l'écrit. Le mythe baule d'Aura Poku", *Cahiers d'études africaines*, 2009/4 n° 196: 869-892.

O trabalho dos aprendizes no sector informal urbano em África: Senegal, Costa do Marfim, Togo*

Fabio Viti

Trabalho e sector informal

Nas definições atuais (a partir do proposto por Keith Hart em 1973) da economia informal (ou sector informal),^[1] o trabalho e a sua natureza não parecem ser o centro da atenção dos investigadores. O sector informal ou não estruturado é definido, antes de mais, por via descritiva ou empírica,^[2] em que o modo de exercício do trabalho e das relações sociais que o enquadram e o determinam jogam apenas um papel secundário ou marginal e, não raro, estão simplesmente ausentes.

As características distintivas do sector informal, as que o diferenciam fundamentalmente do sector formal, moderno ou capitalista, estão relacionadas principalmente com as especificidades económicas e técnicas da empresa, a sua base de financiamento, o seu acesso ao mercado de trabalho, com o trabalho humano a ser considerado de forma acessória. O sector informal é definido, essencialmente, como uma esfera separada da economia, marcado por uma série de características que o descreve como uma situação simétrica e oposta à do sector formal: facilidade de acesso às atividades e aos ofícios; utilização dos recursos locais (materiais e mão-de-obra); propriedade individual ou familiar das empresas, escala restrita das operações; técnicas com forte intensidade de mão-de-obra e adaptadas às exigências e recursos locais; qualificações adquiridas fora do sistema de educação formal (aprender fazendo); mercados não regulamentados e de concorrência aberta.^[3]

* Tradução de Fernando Bessa Ribeiro.

¹ Hart (1973: 61 e 68) fala de “atividades económicas informais” e de “oportunidades de renda informais”.

² Marie critica o uso do termo “informal”, referindo-se a um “conceito empírico descritivo, uma espécie de pega-tudo onde são agrupadas todas as atividades que não se enquadram no setor moderno capitalista ou no sector agrícola” (1981 : 359).

³ Estes critérios, provenientes de um documento da OIT de 1972 relativo ao Quênia (OIT, 1972, OIT, 1975), têm sido regularmente citados de forma textual pela maioria dos pesquisadores (ver,

Todos estes critérios de definição possuem – o que certamente é um paradoxo – um carácter bastante *formal*, insistindo todos sobre as dimensões relacionadas com a forma legal (ou ilegal), os aspectos jurídicos, as relações com o Estado, os conteúdos técnicos e a escala das unidades de produção pertencentes ao sector e à economia informais. O trabalho apenas é considerado no que se prende com os seus aspectos legais e não contratuais, como, por exemplo, as bases não permanentes e não regulares da sua remuneração, segundo a oposição corrente entre empregos assalariados e o auto-emprego (Hart 1973: 68, Oyeneye 1984: 58). A qualidade e a natureza do trabalho são, de facto, na maioria das vezes deixados de fora das descrições empíricas e das análises teóricas, sendo tratadas em primeiro lugar, ou exclusivamente, a partir do ponto de vista de mercado de trabalho. Além disso, as fronteiras entre a falta de emprego, sub-emprego e emprego a tempo inteiro são fluídas e contestadas (Hart 1973: 83, Charmes 1987).^[4]

As críticas às abordagens dualistas – responsáveis por apreender o sector informal como um segmento marginal e isolado da economia e, assim, criar um tipo de dicotomia formal/informal (espécie de *formal divide*), em detrimento nomeadamente da coexistência e das numerosas linhas de continuidade entre o sector moderno e o sector informal (Sethuraman 1976 e 1977, Barampama 1984, Oyeneye 1984, Hugon, 1980 e 1990, Charmes 1987 e 1990, Cissé 2007) – também se apoiam em aspectos relacionados com a forma do negócio: tamanho ou escala de actividade, capacidade de criar postos de trabalho, disponibilidade de capital (humano e material) e organização.

Da mesma forma, as discussões sobre as capacidades de expansão de algumas empresas informais e sua evolução em direcção ao sector capitalista das pequenas e médias empresas parecem estar confinadas a critérios puramente quantitativos (possibilidade de acumulação de capital para investir) ou de carácter legal (declaração de actividades, gestão e contabilidade, impostos, acesso ao crédito), dando origem, além disso, a um novo dualismo entre um “sector informal involutivo de subsistência” e um “sector informal evolutivo de transição” (Hugon 1980 e 1990, De Miras 1980), ou a introdução da categoria intermédia de “sector moderno não estruturado” (Nihan, 1980) (ver também Steel 1980, Fapohunda 1980, Gregory 1981, Oyeneye

por exemplo, Sethuraman 1976, Hugon 1980 Fapohunda 1980, Barampama 1984, Oyeneye 1984, Charmes 1987 e 1990, Fields 1990, Martinet 1991, Cissé 2007).

⁴ O desemprego eo sub-emprego urbanos constituem as principais preocupações que estão na origem da formulação do conceito de sector informal ou não estruturado (OIT 1972, cf também Sethuraman 1976 e 1977; Hugon 1980).

1984, Charmes, 1987 e 1990, Campos 1990, Martinet 1991, Lachaud 1994, Cissé 2007).

O trabalho, a sua natureza, a sua remuneração, o quadro social no interior do qual ele é exercido permanecem na sombra, parcialmente obscurecida por outros parâmetros. Apenas os aspectos jurídicos do trabalho (contratual ou não contratual) são eventualmente levados em conta nas controvérsias sobre os sectores informal e capitalista, suas relações recíprocas, possibilidades de passar de um para outro. Assim, são sobretudo as questões ligadas à mão-de-obra que interessam para os debates: diferenças no desemprego, capacidade de absorção do êxodo rural, capacidade para gerar novos empregos ou de absorção dos expulsados do sector capitalista e da função pública (Freedman 1981, Barampama 1984, Oyenyeye 1981, Charmes e Oudin 1994). Ou, então, a atenção concentra-se sobre as diferentes categorias sociológicas dos trabalhadores do sector informal: patrões ou gerentes de empresas; assalariados ou semi-assalariados; ajudas familiares não remuneradas; aprendizes (Fapohunda 1980, Martinet 1991). No entanto, apesar destas distinções puramente descritivas das formas de emprego, o conjunto da mão-de-obra é geralmente tratada como corpo unitário, como se não houvesse, em seu interior, estratificação ou hierarquização possíveis, os aspectos jurídicos formais (ausência de contrato) têm prioridade sobre todos os outros critérios de análise. No entanto, o caso dos aprendizes mostra que existe, até mesmo no interior do “sub-proletariado urbano” envolvido em “atividades económicas informais” (Hart 1973: 61), uma categoria de explorados que não tem oficialmente acesso a qualquer tipo de rendimento e cujo trabalho não existe literalmente (questão a abordar mais abaixo).

O trabalho como categoria analítica autónoma, bem como o seu estatuto teórico enquanto noção, permanece completamente ausente da reflexão, dissimulados atrás de outros questionamentos de natureza económica, jurídica, social e cultural, todas orientadas para a análise de outros aspectos como o do modo como a economia informal *submete* o trabalho vivo, particularmente o dos aprendizes. Por causa da ausência – eu diria por definição – de equipamentos técnicos suficientes, o trabalho humano constitui de longe a principal fonte de todas as actividades de produção, de reparação ou de venda exercidas na economia informal. Da mesma forma, e apesar da baixa taxa de produtividade, a força de trabalho na economia informal continua a ser a principal fonte de lucro. A esta evidência não corresponde um tratamento adequado da categoria analítica do trabalho. Tudo se passa como se os aspectos formais (ou seja, relativos à forma) do sector informal, nomeadamente as suas relações com regras (económicas) e os regulamentos (estatais), tivessem precedência sobre os aspectos substantivos, nos quais

se situam, em primeiro lugar, a actividade humana e suas modalidades de exercício.

A omissão do trabalho ou a sua relegação para um segundo nível não é apenas decorrente das análises e dos observadores exteriores. Este oblívio também envolve igualmente e especialmente os próprios actores, raramente dispostos a reconhecer ou a fazer reconhecer o valor do trabalho, produtivo e reprodutivo, que se realiza no sector informal. Assim, encontramos um trabalho não valorizado e um tempo de trabalho não compatibilizado, tanto por parte dos proprietários das empresas como dos seus empregados de diferentes tipos: aprendizes, jornalheiros, ajudadores familiares, camponeses, mais raramente assalariados.

Trabalho e aprendizagem

O déficite de análise sobre o trabalho é especialmente visível, no interior ou nas margens da literatura consagrada ao setor informal, em estudos relacionados mais especificamente com a aprendizagem das tarefas produtivas. Dentro deste grande domínio da pesquisa, a transmissão do saber e do saber-fazer – estudado melhor no que se prende com os seus aspectos cognitivos do que nos seus conteúdos iniciáticos – ocupam o campo em detrimento, uma vez mais, da análise das relações de trabalho no interior das situações dentro das quais a formação dos aprendizes tem lugar, e isto malgrado a ênfase geralmente dada ao facto de que a aprendizagem no sector informal não se pode desenrolar a não ser “pela tarefa”, por isso dentro da actividade produtiva normal de uma oficina, fábrica, garagem ou laboratório.^[5]

Para que serve, então, enfatizar este aspecto – próprio ao informal – se as análises negligenciam qualquer consideração sobre este trabalho que apoia e dá sentido à formação de um aprendiz por um artesão especialista? A aprendizagem pela tarefa, ou seja, pelo e no trabalho, na minha opinião exige uma melhor compreensão do que é exactamente este trabalho, em que tipo de relações sociais ele se inscreve e quais as condições sociais onde ele se desenrola e sua avaliação (ou falta dela).

A partir de inquéritos etnográficos^[6] realizadas na Costa do Marfim (Abidjan e Toumodi), no Senegal (Dacar e São Luís) e no Togo (Lomé),

⁵ Cf., a título de exemplo, De Saivre (eds.) (1988) e Chevallier (ed.) (1991).

⁶ As minhas investigações foram realizadas na Costa do Marfim, em Toumodi (cidade média do centro do país) e em Abidjan (quarteirões de Yopougon e Abobo) em Julho e Agosto de 2002, Dezembro de 2003 e Janeiro de 2004; no Senegal, em São Luís (quarteirões de Ile e Sor) em Janeiro de 2006 e em Dacar (quarteirões de Liberdade, Rebeuss e Medina) em Janeiro de 2009 e Janeiro de 2010; no Togo, em Lomé (quarteirões de Kodioviakopé e Doumasséssé Soviépe) em Agosto de 2010.

proponho analisar as relações sociais em que a formação tem lugar, tendo em conta esta dupla negação de interesse em que o trabalho, especialmente o trabalho dos aprendizes, é a vítima.

Neste ponto, o primeiro elemento que deve ser considerado é quase completa e geral gratuidade do trabalho *oferecido* pelos aprendizes em todas as diferentes formas de aprendizagem, que podem ser agrupadas em dois tipos fundamentais: pagantes ou não-pagantes, de acordo com uma linha divisória que separa um “sistema saeliano” de um “sistema costeiro” (Charmes e Oudin 1994).

Do ponto de vista das relações sociais, há que distinguir dois sistemas de aprendizagem na África Ocidental: (i) um sistema familiar, de casta, ligado a uma tradição profissional saída de um artesão rural fortemente ancorado nos valores educativos “tradicionais”, isto é, iniciáticos e, portanto, forçosamente *gratuito*, mesmo nos seus prolongamentos urbanos; (ii) um sistema de aprendizagem extra-familiar, essencialmente urbano, já não ligado a um modelo iniciático e fechado de transmissão do saber e do saber-fazer, antes relacionado com a produção para o mercado e, portanto, geralmente *pago*. A linha divisória dos dois sistemas é mais ou menos equivalente à que separa os países do Sahel dos países costeiros, as regiões de savana das regiões de floresta.¹⁷ Tanto num caso como noutro somos confrontados com sistemas de aprendizagem com base na tarefa, não escolares, relacionados com o sector informal, mas com diferenças em relação ao artesanato de tradição familiar.

No primeiro tipo de aprendizagem, a formação dos jovens artesãos aparenta-se, mais ou menos, a uma forma de iniciação; a transmissão dos saberes vai a par com a herança familiar, de pai para filho ou de mãe para filha, num espírito orientado para a reprodução dos papéis e das hierarquias sociais. É-se ferreiro, oleiro, sapateiro ou contador de histórias por nascimento, mesmo que isso não seja evidentemente suficiente para evitar o esforço de uma dura aprendizagem técnica, em que as premissas são de natureza estatutária. Nestes casos, é o espírito de casta, familiar ou de corporação que prevalece, com os seus fechamentos endogâmicos, seus segredos bem guardados, suas dificuldades de acesso (conquanto sejam relativas) colocadas aos indivíduos exteriores. A produção e a transmissão do saber mantêm uma certa sacralidade, que faz da arte e do ofício um património familiar a

¹⁷ A aprendizagem é geralmente paga na Costa do Marfim (Viti 2005), no Gana (Peil 1970, Verdon 1979, Verlet 2005), no Togo (Marie 1981, Charmes, Oudin 1994, Marguerat 1996), no Benin (Bachelard, Odunlami 1997), na Nigéria (Oyeneye 1981, 1984). A aprendizagem urbana é, pelo contrário, gratuita no Senegal (Morice, 1982, 1983, 1987), na Mauritânia (Nihan, Jordânia, 1978), na Guiné e nos países do Sahel: Mali (Boterf, 1984), Níger (Gregory, 1981, Oudin, 1990) e Burkina Faso (Ouedraogo, 2009).

transmitir com cuidado e prudência. O espírito do artesanato como actividade completa permanece intacto, o artesão deve necessariamente dominar todas as tarefas técnicas exigidas pela sua especialidade, não se acantonando a um saber-fazer parcial ou compartimentado. Além disso, o número de aprendizes está sempre em relação com as capacidades de acolhimento do negócio e com as oportunidades reais de formação da parte do patrão.

A natureza familiar de aprendizagem exclui qualquer remuneração ou circulação de dinheiro em ambos os sentidos, apenas a lógica do dom e do contra-dom está presente no interior de uma esfera na qual as relações mercantis estão geralmente banidas, substituídas pelo espírito de serviço, as obrigações recíprocas, as tutelas parentais e os deveres filiais, mas também pela lógica da dívida familiar e comunitária que fornece aos artesãos a submissão e a ajuda gratuita dos jovens aprendizes.

Nos países do Sahel com maior tradição de casta, o artesanato urbano mantém muitas das marcas da tradição dos ofícios, com as suas restrições, os seus aspectos quase iniciáticos e, especialmente, a sua gratuitidade, o aprendiz trabalhando para o seu patrão, que se encarrega da sua formação. O dom do recebimento da aprendizagem pode, contudo, ser concedido ao patrão em jeito de agradecimento, o que não o transforma certamente em numa formação remunerada. No máximo, o trabalhar e, por consequência, a formação dos aprendizes podem fragmentar-se ainda mais, para aumentar a eficiência e a produtividade dos jovens trabalhadores não remunerados.

Nos países costeiros, o artesanato é, pelo contrário, fundamentalmente extra-familiar, urbano, mais focado na produção para o mercado (pequena produção mercantil) e/ou na reparação de bens manufacturados e de importação. Aqui, as coisas passam-se de outro modo, nomeadamente no que diz respeito às relações sociais que ligam os empregadores a seus aprendizes. O sistema de aprendizagem é mais dessacralizado (mas não completamente desencantado); o acesso aos ofícios é mais aberto, não seguindo forçosamente as tradições familiares, de casta ou de corporação. Os aprendizes são geralmente mais numerosos, ultrapassando largamente as capacidades de acolhimento das oficinas; o seu recrutamento depende das ligações ocasionais (vizinhança, conhecimento pessoal) e não estritamente familiares. A taxa de insucesso é também elevada, não parecendo inquietar os artesãos formadores.

As relações dos aprendizes com os empregadores são, por norma, estabelecidas e regulamentadas por meio de um *contrato escrito*, no qual se prescreve a duração e o custo da formação, designando-se sempre o tutor responsável pela aprendizagem. A existência de um contrato de aprendizagem é atestada na Nigéria (Oyeneye 1984) e no Togo (Marguerat 1996).

Nesses países, a aprendizagem é *paga*, como nos outros países costeiros, como o Gana e a Costa do Marfim, onde, por contraponto, o contrato não é de uso comum. É, portanto, a família do aprendiz que remunera o artesão que tem a seu cargo a formação do jovem. Aquele, por sua vez, não é obrigado a pagar aos aprendizes. Porém, ele pode reconhecer o esforço produtivo através do pagamento irregular de gratificações ou a assumpção de certas despesas, como refeições ou, mais raramente, transporte. O pagamento da aprendizagem pode seguir procedimentos diferentes. O mais comum é o pagamento de uma espécie de direito de entrada, seguido pelo pagamento regular das mensalidades e o pagamento de uma dada quantia no final da formação. Noutros casos pode haver um pagamento único, em dinheiro, no final da formação. Estas diferentes formas de pagamento estão associadas a doações em espécie (alimentos e bebidas) e são acompanhadas por cerimónias de celebração que incluem também a entrega de um diploma, todas elas também a cargo da família do aprendiz. O valor destas entregas em espécie é muito variável, dependendo do ofício no qual se realiza a aprendizagem. O seu valor é muito elevado em determinadas especialidades “modernas”, tais como a mecânica de automóveis, a decoração, os cabeleireiros femininos ou a costura; é mais modesto em todos os outros ofícios.

Se a formação às vezes começa com um contrato escrito, ela termina muitas vezes com a atribuição de um *diploma* ou de um certificado de trabalho, elaborado em devida forma, no qual se regista a identidade e as qualidades do aprendiz, a especialidade aprendida, a duração e o grau de formação recebida. Este diploma será necessário para exercer a nova atividade (exemplos documentados na Costa do Marfim e no Togo, mais raramente no Senegal). A presença de um contrato, de um pagamento ou de um diploma não contradiz o carácter informal e a tarefa da formação realizada, que continua a escapar ao controlo do Estado e das suas instituições, incluindo as escolares.

Este segundo tipo de relação social de aprendizagem – pagante – envolve o sector informal urbano, onde as necessidades do mercado se orientam para uma crescente especialização produtiva e, conseqüentemente, uma divisão de tarefas, o que contradiz o espírito do artesanato. Assim, a fragmentação e simplificação da produção repercutem-se na formação dos aprendizes, que se torna incompleta, imperfeita e com lacunas. O interesse do patrão passa por treinar jovens especializados numa única tarefa ou numa única produção, de modo que sejam rentáveis muito antes de terem completado a sua formação. Dentro do mesmo espírito, constata-se igualmente a tendência de contratar aprendizes em excesso, que acabam apenas por aprender certas operações técnicas às quais são destinados pela divisão do trabalho estabelecida no

interior da empresa. Assim, a mão-de-obra excedentária, constituída pelos aprendizes em excesso, permite aos patrões-artesãos realizar uma produção não apenas por encomenda, mas para as necessidades do mercado, isto é, o armazenamento para vender a uma clientela anónima a fornecer no futuro.

A divisão de tarefas é também acompanhada por verdadeira renda financeira constituída pelas taxas de formação pagas pelos aprendizes, que, por vezes, suprem as dificuldades de financiamento das pequenas empresas do sector informal. Raramente, porém, esta renda permite investir em equipamentos técnicos e instalações, sendo mais utilizada para enfrentar as dificuldades de liquidez ou as despesas correntes da família do patrão. Na sua forma pagante, a aprendizagem pode, portanto, tornar-se um pretexto, a atenção do patrão distribuída por um número excessivo de aprendizes, difíceis de acompanhar e de supervisionar, em detrimento das suas qualidades. Assim, o pagamento da aprendizagem e a tendência para a fragmentação das competências técnicas constituem, com o prolongamento abusivo da duração da formação, as modalidades onde tem lugar a exploração da força de trabalho dos aprendizes, nas quais a transmissão de conhecimentos passam muitas vezes a segundo plano. E, portanto, do ponto de vista dos aprendizes e de seus familiares, o facto de pagar a sua aprendizagem alimenta a esperança (ou a ilusão) de sair de uma simples tradição familiar para aceder a um verdadeiro ofício, a uma nova profissão, aberta, não mais vinculada a um determinado estatuto social mas a competências que se podem fazer valorizar no mercado moderno, especialmente no mercado de trabalho.

A aprendizagem paga coloca em evidência, de forma mais directa e imediata, o carácter de *exploração* da mão-de-obra dos jovens aprendizes vinculados à formação baseada na tarefa. Esta situação não é exclusiva da aprendizagem remunerada, a formação tradicional é também fornecedora de mão-de-obra gratuita e, portanto, de lucro para os patrões. No entanto, à obtenção gratuita do trabalho dos aprendizes pode crescer o pagamento de direitos de formação que constituem uma contribuição fundamental para a sobrevivência das empresas insuficientemente capitalizadas. No artesanato urbano do sector informal, os aspectos económicos acabam, portanto, por prevalecer sobre o espírito iniciático e quase sacralizado do artesão familiar, rural e de casta, onde a ênfase é colocada na transmissão e herança.

Desenrascar-se não é trabalhar

Devendo ou não pagar a sua aprendizagem, o facto é que o seu trabalho não é (ou é mal) remunerado, não deixando aos aprendizes outro recurso que não seja o de desenrascar-se da melhor forma que lhes seja possível, a

única maneira de obter um rendimento para sobreviver (ou algo mais). Entre os aprendizes com um mínimo de experiência está estabelecida uma prática clandestina, formalmente reprovada, que consiste na execução de determinados trabalhos sem deles fazer prestação de contas e guardando para si todos os benefícios daí resultantes. No discurso da juventude africana tais práticas – abusivas mas geralmente conhecidas e de uma certa forma toleradas pelos patrões – são designadas por termos como “gombo” na Costa do Marfim,^[8] “harmatt” no Sêneçal,^[9] “biz” (*business*) ou “job” no Togo.^[10] “Faire du gombo”, “faire du harmatt” ou “faire du biz” é, portanto, realizar trabalhos, reparações ou outros consertos, no atelier, na oficina, no domicílio dos aprendizes ou dos clientes, sempre com o desconhecimento por parte do patrão.

Estas práticas “clandestinas” mostram, pelo menos, dois aspectos relacionados com o trabalho dos aprendizes: (i) por um lado, a aquisição realizada, mas não reconhecida, de competências, sem as quais nenhum serviço será solicitado aos aprendizes, excepto, talvez, reparações ou consertos básicos, que a maioria dos clientes poderá fazê-los por si mesma; (ii) por outro lado, o facto de o trabalho dos aprendizes permanecer não reconhecido e valorizado no seio da relação de aprendizagem, a remuneração é deixada ao critério dos clientes ou do patrão, na forma de gratificações ocasionais, ou dependente do desembaraço dos que aprendem, capacidade necessária mas não declarada.

Assim, é necessário ter competências, mesmo que parciais, para receber encomendas ou tarefas a realizar por sua conta e conseguir desviá-las da empresa onde realizam a sua aprendizagem; no plano estritamente técnico, os aprendizes – pelo menos aqueles que não são simples debutantes – têm possibilidades de ver reconhecido o seu saber-fazer por uma clientela pobre e inclusive pouco preocupada com a qualidade da mão-de-obra ou do serviço solicitado. Ao invés, o artesão-patrão, responsável pela formação, não reconhece as suas competências reais, negando-lhes qualquer remuneração, mesmo que irregular.

É dentro das diferenças entre estas duas avaliações divergentes do saber-fazer adquiridas no trabalho que se situam o *gombo*, o *harmatt* e o *biz*, práticas consentidas no plano técnico e material, mas interditas no plano social.

⁸ A expressão “fazer o gombo” deriva do nome de uma planta “quiabo” base de um molho pegajoso, generalizado em todo o país que evoca o gesto de arrastar no bolso o dinheiro ganho.

⁹ “Harmatt” significa literalmente “cortar lenha” em *wolof*, uma prática de acumulação a partir da colheita.

¹⁰ A influência da língua inglesa é constante nas actividades económicas do Togo.

Este desfasamento entre os dois planos – técnico e social – é particularmente significativo e justifica as actividades clandestinas e reprovadas.

O não-reconhecimento social das competências técnicas empurra assim os aprendizes a romperem o pacto de confiança mútua que sela o “contrato” de aprendizagem.^[11] Ao fazê-lo, os aprendizes instalam-se num complexo de culpabilidade, que não os liberta de modo algum da sua dependência e sujeição, com as vantagens que delas resultam para o patrão. Com efeito, este pode punir os aprendizes prevericadores, isto é, expulsá-los da formação, fazendo com que sem este estatuto – e não o nível dos conhecimentos adquiridos – fiquem interditos para o trabalho por conta própria e toda a remuneração lícita.

No trabalho pessoal dos aprendizes (os “extras”), o reconhecimento material (no plano técnico e económico) da parte dos clientes acompanha a desvalorização moral por parte do patrão. É assim que o *gombo*, o *harmatt* e o *biz* adquiriram um estatuto ambíguo de trabalho ilícito e não autorizado, mas também forma silenciosa de reivindicação de competências e de direitos – incluindo o direito a uma indemnização – da parte dos jovens, desprovidos mas capazes, cujas necessidades materiais são apagadas pelo seu estatuto de cadete. No entanto, a prática do *gombo*, do *harmatt* ou do *biz* contribuem, paradoxalmente, para a desvalorização do trabalho dos aprendizes, degradando-o ao nível de actividade fraudulenta e vergonhosa, próxima do roubo, que se deve esconder para não incorrer na punição justa do patrão. Preso entre as necessidades ligadas à formação e o paternalismo das relações sociais que o envolvem, o trabalho dos aprendizes permanece completamente invisível. Por um lado, o aprendiz deve principalmente aprender uma profissão, o que transforma o seu contributo produtivo num exercício para si mesmo, para o enriquecimento de sua experiência e, portanto, em última análise, em seu próprio benefício. Por outro lado, devido à sua posição social como cadete, o aprendiz não é suposto ter as suas necessidades, estando sua reprodução assegurada pelo seu grupo familiar, do qual depende e ao qual pertence.^[12]

O estatuto social do cadete oculta a contribuição produtiva dos aprendizes – embora limitada e imperfeita, mas igualmente necessária para a sobrevivência da empresa – desclassificando-a a pura *atividade* não produtiva de valor, como seria, pelo contrário, um verdadeiro trabalho.^[13] A contribuição

¹¹ Trata-se, o mais frequentemente, de contratos verbais, que comprometem sobretudo a honra ligada à palavra dada.

¹² No duplo sentido do termo, como é bem exprimido em inglês: *belongin in, belonging to*.

¹³ Repito aqui uma distinção fundamental – ainda que difícil de aplicar devido ao uso comum e genérico do termo “trabalho” – entre *atividade* (noção empírica universal, referindo-se a

produtiva dos aprendizes está incorporada no seu estatuto social, o que permite a sua apropriação gratuita por parte da empresa informal, impedindo a sua valorização, de uma forma muito semelhante ao que acontece na economia comunitária, com o trabalho das mulheres e dos jovens (e, anteriormente, dos escravos).

A contrapartida de toda a aprendizagem é o trabalho gratuito do aprendiz durante o período de formação; isto significa que a sua contribuição produtiva – direta ou indireta – é na realidade um serviço devido, uma obrigação, social antes mesmo de económica, e, como tal, não está sujeita a qualquer contabilização, a qualquer avaliação. O trabalho gratuito e não reconhecido é o destino comum a qualquer aprendiz, obrigado à realização de qualquer tarefa, a título de cadete sem direitos e sem necessidades.

A gratuidade do trabalho dos jovens aprendizes é justificada por razões extra-económicas, em primeiro lugar pelo saber-fazer aprendido, susceptível de os preparar para um futuro como artesãos. No entanto, isso não é suficiente para justificar a completa falta de valorização do seu contributo produtivo, especialmente nos casos, numerosos, onde a aprendizagem se paga a si própria. Há muito mais do que essa troca – trabalho gratuito contra a aquisição de saber-fazer – que se poderia ter como globalmente justo. O que sempre é encontrado em todas as formas de aprendizagem – paga ou gratuita – é sobretudo um desconhecimento do trabalho dos aprendizes, que tem, lugar em primeiro lugar, no plano social e estatutário e só depois no plano económico. Assim, o trabalho de aprendizes não é contado, calculado, avaliado; ele permanece sem *expressão*, sem nomeação, ocultado, quer como contribuição para a produção quer como contrapartida para a formação recebida. Na verdade, esta contrapartida é constituída sobretudo pelo pagamento regular da aprendizagem (nos países ribeirinhos do golfo da Guiné) ou através de serviços que são realizados pelos aprendizes durante a sua formação e após o seu término, logo que instalados finalmente por sua conta ou na empresa onde receberam a formação, onde assumem um estatuto ambíguo de semi-assalariados, jornaleiros, trabalhadores à tarefas, vg. (nos países do Sahel). No Senegal, a noção de *taarbiu*, que poderia ser traduzida como serviço, designa uma relação semi-servil estabelecida entre um mestre e o seu aprendiz, perpetuamente em dívida para com o artesão que o formou e a quem deve prestar serviços profissionais e pessoais durante toda a sua vida.

todas as ações humanas orientadas para a produção de bens e recursos, qualquer que seja o quadro social da prática) e *trabalho* (conceito histórico, estritamente limitado para a economia capitalista ao mercado e ao salário); a atividade produz bens de consumo e riqueza, enquanto o trabalho valoriza o capital (Viti 2010).

A posição social do aprendiz é, por definição, subordinada: o seu estatuto é semelhante ao do cadete, constrangido à obediência, à disciplina e à sujeição ao artesão encarregado da sua formação. Nesta posição duplamente subordinada, ao plano técnico e social, corresponde um trabalho também subordinado, incompleto, imperfeito, não reconhecido como produtivo e, portanto, não remunerado, um trabalho educativo no sentido estrito e que implica a *disponibilidade* total do aprendiz, obrigado à realização de qualquer tarefa, mesmo fora das exigências de produção da empresa; à “autoridade legítima” do patrão corresponde “a dignidade da obediência” devida pelo aprendiz (Sennett, 2008), relação assimétrica que estabelece o quadro social no interior do qual o trabalho negado do aprendiz pode tomar a sua forma (Viti, 2012). Assim, o trabalho gratuito revela-se insuficiente como contrapartida para a formação recebida, a tal ponto que este trabalho prestado deve necessariamente ser associado seja à prestação de serviço por muito tempo após a “libertação” (no modelo do Sahel), seja ao pagamento monetário da formação (no modelo costeiro). Além disso, na aprendizagem aquilo que é desconhecido e, portanto, não remunerado não é apenas o trabalho do aprendiz, a sua contribuição produtiva e material, mas também a sua inteligência aplicada na formação activa, além de, possivelmente, a sua capacidade de inovação.

A prestação do trabalho devido pelos aprendizes cumpre uma obrigação de natureza social e moral, fundamentalmente não-económica, fundada, por sua vez, sobre a *dívida* intrínseca à relação de aprendizagem. Isso explica e justifica a ausência de qualquer compatibilidade entre o tempo de trabalho e o esforço despendido, pelo que o trabalho obrigatório não produz qualquer valor mensurável. Assim, o trabalho gratuito resulta da combinação bem sucedida entre uma tradição de dependência pessoal dos cadetes em relação aos seniores e os imperativos “modernos” do mercado, que procuram a contração máxima dos custos do trabalho (Viti, 2010).

A dívida dos aprendizes é apenas parcialmente suprida pelo pagamento de contribuições regulares ou por um estado de sujeição permanente. Em nenhum caso o trabalho realizado por aprendizes é contabilizado, mantendo-se assim completamente invisível, não medido, não calculado, não apreciado, e, por isso, não remunerado. Na aprendizagem toda a noção autónoma, geral e abstrata de trabalho, que pode desenhar uma esfera distinta da vida social, com as suas regras específicas, está ausente. Aqui, toda a actividade realizada é incorporada no estatuto social do aprendiz, que *jamaiz* é a de um trabalhador.

Referências Bibliográficas

- BACHELARD, Paul e ODUNLAMI, A. (1997), *Apprentissage et développement en Afrique noire. Le levier de l'alternance*. Paris: L'Harmattan.
- BARAMPAMA, Angelo (1984), "Secteur non structuré en Afrique: cacophonie de la survie et lueurs d'espoir". *Genève-Afrique*, 22, 1: 37-54.
- BIT (1975), *Emploi, revenus et égalité. Stratégie pour accroître l'emploi productif au Kenya*. Genève, BIT.
- BUREAU, R. e SAIVRE, D. (orgs.) (1998), *Apprentissage et cultures. Les manières d'apprendre*. Paris, Karthala.
- CHARMES, Jacques (1987), "Débat actuel sur le secteur informel", *Revue Tiers-Monde*, 28, 112: 855-875.
- CHARMES, Jacques (1990), "Une revue critique des concepts, définitions et recherches sur le secteur informel", in D. Turnham, B. Salomé, A. Schwarz (éds.), *Nouvelles approches du secteur informel*. Paris OCDE: 11-51.
- CHARMES, J. e OUDIN X. (1994), "Formation sur le tas dans le secteur informel", *Afrique contemporaine*, 4: 230-237.
- CHEVALLIER, Dennis (éd.) (1991), *Savoir faire et pouvoir transmettre*. Paris: Editions de la MSH.
- CISSÉ, Oumar (2007), *L'argent des déchets. L'économie informelle à Dakar*. Paris, Karthala-CREPOS.
- DE MIRAS, Claude (1980), "Le secteur de subsistance dans les branches de production à Abidjan", *Revue Tiers-Monde* (numéro spécial *Secteur informel et petite production marchande dans les villes du Tiers-Monde*), 21, 82: 353-372.
- FAPOHUNDA, O.J. (1980), "Urbanisation et emploi dans les pays en développement", *Travail et société*, 5, 1: 35-53.
- FIELDS, Gary S. (1990), "La modélisation du marché du travail et le secteur informel urbain: la théorique et l'empirique", in D. Turnham, B. Salomé, A. Schwarz (éds.), *Nouvelles approches du secteur informel*. Paris, OCDE: 53-79.
- FREEDMAN, David.H. (1981), "Le travail, base de la satisfaction des besoins au Nigéria", *Revue internationale du Travail*, 120, 6: 801-815.
- GRÉGOIRE, Emmanuel (1981), "Emploi et travail non salarié à Maradi (Niger)", *Cahiers des Sciences Humaines* (numéro spécial *Travail et identités dans les villes du Tiers-Monde*), 23, 1: 35-47.
- HART, Keith (1973), "Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana", *The Journal of Modern African Studies*, 11, 1: 61-89.
- HUGON, Phillipe (1980), "Dualisme sectoriel ou soumission des formes de production au capital. Peut-on dépasser le débat?", *Revue Tiers-Monde* (numéro spécial *Secteur informel et petite production marchande dans les villes du Tiers-Monde*), 21, 82: 235-259.
- HUGON, Phillipe (1990), "Approche pour l'étude du secteur informel dans le contexte africain", in D. Turnham, B. Salomé, A. Schwarz (orgs.), *Nouvelles approches du secteur informel*. Paris, OCDE: 98-99.
- ILO (1972), *Employment, incomes and equality. A strategy for increasing productive employment in Kenya*. Geneva, ILO.

- LACHAUD, Jean-Pierre (org.) (1994), *Pauvreté et marché du travail urbain en Afrique subsaharienne : analyse comparative*. Genève, International Institut for Labour Studies: 54-64.
- LE BOTERF, G. (1984), “Les apprentis dans le projet d’appui au secteur non structuré urbain de Bamako”, *Genève-Afrique*, 22, 1: 71-90.
- MARGUERAT, Yves (1996), “L’exploitation des apprentis au Togo”, in Schlemmer, B. (org.), *L’enfant exploité. Oppression, mise au travail, prolétarianisation*. Paris, Karthala: 357-366.
- MARIE, A. (1981), “Marginalité et conditions sociales du prolétariat urbain en Afrique. Les approches du concept de marginalité et son évaluation critique”, *Cahiers d’Etudes africaines*, 21, 1-3 (81-83): 347-374.
- MARTINET, Ph. (1991), “Secteur informel : débats et discussions autour d’un concept”, in C. Coquery-Vidrovitch, S. Nédelec (éds.), *Tiers-Monde : l’informel en question ?*. Paris, L’Harmattan: 31-54.
- MORICE, Alain (1982), “Underpaid Child Labour and Social Reproduction: Apprenticeship in Kaolack, Senegal”, *Development and Change*, 13: 515-526.
- MORICE, Alain (1983), “Les petites entreprises du travail du métal et la caste des forgerons à Kaolack (Sénégal)”, in Laboratoire ‘Connaissance du Tiers-Monde’, *Entreprises et entrepreneurs en Afrique. XIXe et XXe siècle* (tome II). Paris, L’Harmattan: 479-491.
- MORICE, Alain (1987), “Cheap Labour in the ‘Informal Sector’ in Africa: The Case of Children and Apprentices”, in R.E. Boyd, R. Cohen, P.C.W Gutkind (orgs.), *International Labour and the Third World. The Making of a New Working Class*, Avebury, Aldershot: 160-178.
- NIHAN, Georges (1980), “Le secteur non structuré. Signification, aire d’extension du concept et application expérimentale”, *Revue Tiers-Monde* (numéro spécial *Secteur informel et petite production marchande dans les villes du Tiers Monde*), 21, 82: 261-284.
- NIHAN, Georges, Jourdain, R. (1978), “Le secteur non structuré ‘moderne’ de Nouakchott”, *Revue internationale du Travail*, 117, 6: 765-776.
- ODIN, X. (1990), “La formation dans le secteur informel. Une étude de cas à Niamey (République du Niger)”, *Orstom actualités*, 30: 23-28.
- OUÉDRAOGO, Jean-Bernard (2009), “Système de production et culture ouvrière de métier : les menuisiers-soudeurs de Ouagadougou”, in J.-B. Ouédraogo, H. Fofana (orgs.), *Travail et société au Burkina Faso. Technique, innovation, mobilisation*. Paris, L’Harmattan: 21-47.
- OYENEYE, Olantuji (1981), “Factors influencing entry into the informal sector apprenticeship system: the nigerian Case”, *African Social Research*, 32, 1981: 1-27.
- OYENEYE, Olantuji (1984), “The contribution of the informal sector to industrial skill training in Nigeria”, *Genève-Afrique*, 22, 1: 55-70.
- PEIL, Margaret (1970), “The Apprenticeship System in Accra”, *Africa* (IAI), 40 (2): 137-150.
- SENNETT, Richard (2008), *The Craftsman*. New Haven-London, Yale University Press.
- SETHURAMAN, S.V. (1976), “Le secteur urbain non structuré : concept, mesure et action”, *Revue internationale du Travail*, 114, 1: 79-92.

- SETHURAMAN, S.V. (1977), “Le secteur urbain non structuré en Afrique”, *Revue internationale du Travail*, 116, 3: 355-366.
- STEEL, William F. (1980), “Intensité du capital, dimension de la firme et choix entre emploi et production: l'importance de l'analyse multisectorielle”, *Revue Tiers-Monde* (numéro spécial *Secteur informel et petite production marchande dans les villes du Tiers-Monde*), 21, 82: 285-306.
- VERDON, Michel (1979), “African Apprentice Workshops: A Case of Ethnocentric Reductionism”, *American Ethnologist*, 6 (3), 531-542.
- VERLET, Martin (2005), *Grandir à Nima (Ghana). Les figures du travail dans un faubourg populaire d'Accra*. Paris: IRD-Karthala.
- VITI, Fabio (2005), “Travailler pour rien. L'apprentissage en Côte-d'Ivoire urbaine (Abidjan, Toumodi)”, in *Cahiers d'Etudes africaines*, 45, 3-4 (179-180): 1037-1067.
- VITI, Fabio (2010), “Lavoro e apprendistato in Africa occidentale”, in Vignato, S. (org.), *Soggetti al lavoro. Un'etnografia della vita attiva nel mondo globalizzato*, Utet, Torino: 63-91.
- VITI, Fabio (2012), “Obbedienza, lavoro e apprendistato in Africa”, in Cutolo, A. (org.), *Dell'obbedienza. Forme del potere e rappresentazioni del soggetto*, Franco Angeli, Milano [sous presse].

Progresso técnico, indústria de base e trabalho

Nilson Araújo de Souza

Introdução

O objetivo deste trabalho é examinar as interconexões entre o progresso técnico, a indústria de base e o trabalho na economia capitalista (incluindo aí a economia dependente latino-americana) e na economia socialista. O capitalismo só se consolidou quando criou suas próprias forças produtivas, por meio da Primeira Revolução Industrial, que desenvolveu a maquinaria e a grande indústria; a partir daí passou a preponderar a forma relativa de extração de mais-valor.

No caso da industrialização retardatária das economias latino-americanas, uma das principais manifestações da sua dependência externa é a ausência de um setor interno de meios de produção.

Os economistas neoliberais propagam que a “globalização” teria levado a um avanço inédito das forças produtivas, configurando a revolução científico-técnica. Dizem que está havendo “avanços tecnológicos dramáticos”, capazes de gerar um período de prosperidade semelhante ao do final do século XIX. Demonstramos, ao contrário, que, apesar dos importantes avanços técnicos, ainda não se pode falar da ocorrência da Revolução Científico-Técnica (RCT), por mais que as condições estejam dadas, do ponto de vista do estoque de conhecimento acumulado. O desemprego estrutural que vem caracterizando a economia capitalista mundial não seria, pois, resultante da RCT, mas do baixo ritmo de crescimento da economia mundial nesta fase de declínio prolongado da “onda larga” de pós-guerra. Nessa situação, qualquer avanço técnico redundaria na destruição de empregos.

O papel da indústria básica na economia capitalista

Se entendermos por indústria básica ou indústria pesada o ramo da produção industrial que produz meios de produção, isto é, máquinas, equipamentos, bens intermediários e insumos básicos, é possível afirmar que ela tem

tido um papel fundamental na economia desde o nascimento da economia capitalista.

Karl Marx, em sua monumental obra sobre as leis econômicas do capitalismo (*O capital*), constatou que essa formação histórica só se consolidou quando criou suas próprias forças produtivas. Na sua fase inicial, no período manufatureiro, apropriou-se das forças produtivas desenvolvidas no período anterior; nessa fase, a geração de excedente econômico predominante se dava sob a forma de mais-valia absoluto, que implicava no aumento da jornada de trabalho. No entanto, com a Primeira Revolução Industrial, o capitalismo, ao desenvolver a maquinaria e a grande indústria, criou suas próprias forças produtivas; a partir daí passou a preponderar a forma relativa de extração de mais-valor, baseada no aumento da produtividade do trabalho nos setores que, direta ou indiretamente, produzem as mercadorias consumidas pelo trabalhador (Marx, 1977).

Foi o fato de colocar à disposição do trabalhador dentro da fábrica, não mais uma mera ferramenta de trabalho, mas uma *máquina* – composta de um motor, um mecanismo de transmissão e uma máquina-ferramenta – que permitiu uma verdadeira revolução nas forças produtivas e garantiu a vigência histórica do capitalismo. Segundo Marx (1997), a adoção das máquinas-ferramentas, tornada possível graças ao advento da máquina a vapor, propiciou o aumento de 40 vezes na produtividade do trabalho na Inglaterra durante a Revolução Industrial.

Mas esse facto auspicioso, isto é, a revolução das forças produtivas, que, numa economia planejada e voltada ao bem-estar do ser humano, poderia promover um desenvolvimento ininterrupto e auto-sustentado da economia e uma vida cada vez melhor para a população, transforma-se no capitalismo em motivo de crise, pobreza, desemprego, fome e miséria. Por vários motivos:

Em primeiro lugar, o processo de mecanização, ao aumentar a produtividade do trabalho nos setores que produzem bens consumidos pelo trabalhador, diminui o valor desses bens; em consequência, desvaloriza a força de trabalho, aumentando a mais-valia relativa e acumulando cada vez mais riqueza nas mãos do capitalista.

Segundo, esse mesmo processo, ao aumentar o gasto em meios de produção proporcionalmente mais rápido do que o gasto com força de trabalho, fazendo aumentar o que Marx (1977) chamava de composição orgânica do capital, realiza a substituição crescente do homem pela máquina; em consequência, engendra desemprego e pobreza entre os trabalhadores.

Como dizia Marx (1977), o processo de acumulação capitalista gera riqueza num pólo – o dos capitalistas – e pobreza no outro – o dos traba-

lhadores. O aumento da riqueza nas mãos dos capitalistas enseja o aumento da capacidade produtiva e, portanto, da produção; o aumento da pobreza entre os trabalhadores limita as possibilidades de crescimento do consumo. Dessa contradição entre produção e consumo, nascem as crises periódicas da economia capitalista.

O desenvolvimento desproporcionado do setor de meios de produção em relação ao de meios de consumo também é fator de crise. Tugan-Baranovski, economista russo de fins do século XIX e começo do XX, percebeu que o processo de substituição do homem pela máquina no processo produtivo se faz acompanhar de um crescimento mais rápido do setor de meios de produção do que do de meios de consumo. Seu problema foi acreditar que isso poderia se dar de forma indefinida sem acarretar crises. Disse ele:

a ampliação da produção, ou seja, do consumo produtivo de meios de produção, ocupa o lugar do consumo humano, e tudo transcorre tão sem fricções como se não fosse a economia que serve o homem, senão o homem quem serve à economia (Tugan-Baranovski, 1978: 255-6).

E segue:

Em consequência, a acumulação de capital pode estar acompanhada de um retrocesso absoluto do consumo social. Um descenso relativo do consumo social – em relação com a soma total do produto social – é, em todo caso, inevitável (*Ibidem*, p. 271).

Tugan-Baranovski apreendeu bem a ideia de Marx de que há uma tendência no capitalismo a que a produção de meios de produção cresça mais rapidamente do que a de meios de consumo. No entanto, por desconsiderar que quem produz valor e, por conseguinte, o lucro para o capitalista é o trabalhador e que a produção, em última instância, se destina ao consumo final, isto é, ao consumo humano, acreditava que esse processo de substituição da produção final pela produção intermediária (meios de produção) poderia ocorrer sem crises.

Quem chamou a atenção para esse fato foi um contemporâneo de Tugan, Vladimir I. Lenin, o qual demonstrou:

Seria falso conceber esta “independência” no sentido de uma separação completa entre o consumo produtivo e o consumo individual: o primeiro pode e deve aumentar mais rapidamente que o segundo (a isto se limita, em realidade, a tal “independência”); porém, é evidente que em última instância o consumo produtivo não pode desligar-se nunca do consumo individual (Lenin, 1976: 513).

Portanto, segundo Lenine, esse crescimento acelerado do setor de meios de produção, numa economia capitalista, pode conduzir à desproporção intersetorial, que é um importante fator de crise. E, para agravar, à medida que o gasto com meios de produção cresce na frente do gasto com força de trabalho e, como quem produz mais-valor é o trabalho, a massa de mais-valor por unidade de capital tende a diminuir; isto é, o processo de acumulação de capital fundado no aumento crescente da mecanização, ao mesmo tempo que provoca o aumento do mais-valor por unidade de trabalho, engendra a redução do mais-valor por unidade de capital. E assim cai a taxa média de lucro, fazendo explodir as demais contradições da economia capitalista, detonando a crise e engendrando mais desemprego e miséria (Souza, 1992).

O papel da indústria básica no desenvolvimento endógeno

Vimos que a constituição do setor que produz meios de produção foi o fator decisivo para a consolidação do sistema capitalista. Mas seu crescimento desproporcional é um importante fator de crise. Examinando a problemática das economias de industrialização retardatária, como as da América Latina, o economista João Manuel Cardoso de Mello chegou a conclusões semelhantes:

Com o nascimento das economias capitalistas exportadoras, já o dissemos, o modo de produção capitalista se torna dominante na América Latina. Porém, o fato decisivo é que não se constituem, simultaneamente, forças produtivas capitalistas, o que somente foi possível porque a produção capitalista era exportada. Ou seja, a reprodução ampliada do capital não está assegurada endogenamente, isto é, de dentro das economias latino-americanas, face à ausência das bases materiais de produção de bens de capital e outros meios de produção. Abre-se, portanto, um período de transição para o capitalismo (Mello, 1991: 96).

E segue:

Pensamos em constituição de forças produtivas capitalistas em termos de processo de criação das bases materiais do capitalismo. Quer dizer, em termos da constituição de um departamento de bens de produção capaz de permitir a auto-determinação do capital, vale dizer, de libertar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital (*Ibidem*: 97-8).

Assim, seguindo as pegadas de Marx, Cardoso de Mello (1991) afirma que, antes da constituição interna do departamento de bens de produção, as economias de industrialização retardatária ainda não haviam criado as for-

ças produtivas e, por conseguinte, as bases materiais do capitalismo. Daqui ele retira a conclusão de que não eram ainda economias especificamente capitalistas, mas apenas economias de “transição para o capitalismo”. A constituição desse setor da economia é, na sua visão, o fator decisivo para o desenvolvimento do capitalismo.

Aqui cabe um ligeiro reparo. O que define a natureza do modo de produção são as relações de produção. Assim, a partir do momento em que as relações predominantes são capitalistas, o modo de produção é capitalista. Portanto, em nossas economias de industrialização retardatária, mesmo antes da instalação interna do setor de meios de produção, poderia predominar o capitalismo. No entanto, para seguir a indicação de Marx, esse sistema só se *consolidaria* quando criasse suas próprias forças produtivas, isto é, quando constituísse internamente o setor de meios de produção.

No entanto, e nisso tem razão Cardoso de Mello, à medida que a internalização do setor I permite a “autodeterminação do capital”, ou seja, que, no fundamental, o ciclo do capital se complete internamente, estará garantindo o “desenvolvimento endógeno” da economia.

Ao examinar a industrialização retardatária das economias latino-americanas sob o prisma da teoria da dependência, Theotônio dos Santos considerou que uma das principais manifestações da dependência externa que caracteriza essas economias é a ausência de um setor interno de meios de produção, o qual é monopolizado pelas transnacionais dos países centrais. Diz ele:

Los países subdesarrollados aparecen para estas empresas como un mercado importante de capitales a través de la instalación de nuevas industrias que consumen, en general, maquinaria e materia prima elaborada importadas de los países desarrollados. El progresivo control de estas oportunidades de inversión en los países subdesarrollados permite a los monopolios ganar una gran expansión y constituirse como empresas multinacionales y conglomerados en la búsqueda de constantes fuentes de nuevas inversiones (Santos, 1969: 20).

Pouco antes, em meados dos anos de 1960, em sua célebre apologia da dependência, o então sociólogo Fernando Henrique Cardoso havia pontificado que, entre as vantagens da dependência, incluía-se a “saída de excedentes relativamente reduzida (para garantir os reinvestimentos, especialmente no setor de bens de capital)” (Cardoso e Faletto, 1975: 127). Ou seja, procurava convencer-nos que as transnacionais instaladas nos países dependentes remetiam pouco lucro para suas matrizes, a fim de garantir o reinvestimento na produção de bens de capital desses países. Já na época,

Fernando Henrique não passava de um vendedor de ilusões. Em resposta a ele, escrevemos em nosso livro *A longa agonia da dependência*:

E sobre o reinvestimento no setor de bens de capital dos países dependentes, não passa de mais uma fantasia fernandista. Um dos principais instrumentos de dominação do centro imperialista consiste precisamente em manter na matriz a produção desses bens, não só porque isso permite manter o controle tecnológico, mas também porque sua exportação enseja elevados ganhos, verdadeiros super lucros, no comércio internacional. O Brasil só conseguiu desenvolver a produção desses bens internamente quando, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o governo financiou e subsidiou a empresa nacional voltada para esse setor. E, durante o governo de Fernando Henrique, que abriu as portas para a importação, esse setor foi, em grande parte, sucateado (Souza, 2004: 25-6).

Se a ausência de um setor de meios de produção interno é uma das principais características de uma economia dependente, pode afirmar-se, ao inverso, como o fizemos no nosso livro citado, que “o seu desenvolvimento interno é, pois, um dos principais indicadores de ruptura com a dependência externa” (*Ibidem*: 255). Ou melhor, a constituição de um setor produtor de meios de produção no interior de um país é um elemento decisivo para o desenvolvimento de uma economia independente. Essa é uma condição necessária para a conquista da independência econômica de um país, mas não suficiente. Ou seja, é impossível uma economia independente que dependa, no fundamental, da importação de meios de produção. Mas não basta internalizar essa produção para que a economia se torne independente. Se esse setor for implantado por empresas estrangeiras ou financiado com recursos externos, a dependência reaparece sob novas formas: controle externo sobre o processo produtivo interno ou dependência financeira.

O desenvolvimento da indústria básica no Brasil

O caso brasileiro é bastante ilustrativo a esse respeito. O processo de industrialização brasileiro, deflagrado pela Revolução de 30, liderada por Getúlio Vargas, começou pela indústria leve, formada basicamente pela produção de bens de consumo assalariado, o chamado setor II da economia. Entretanto, conforme analisamos no livro citado,

Getúlio Vargas, consciente da necessidade do desenvolvimento interno do setor de meios de produção dentro de uma estratégia de independência nacional, adotou, em seu segundo governo (1951-54), uma série de medidas visando à sua produção (*Ibidem*: 255).

Sobre isso disseram Francisco de Oliveira e Frederico Mazzuchelli:

É deste ponto de vista que se entende o bloco de atividades produtivas, que se materializaram sob a forma de empreendimentos estatais, consubstanciados na criação da Petrobras, na entrada em operação da Companhia Siderúrgica Nacional, na tentativa de pôr em funcionamento a Companhia Nacional de Álcalis, na já modesta *performance* da Companhia Vale do Rio Doce e no projeto da Eletrobrás, enviado ao Congresso Nacional e apenas aprovado dez anos após (Oliveira e Mazzuchelli, 1977: 76).

Ao que acrescentamos nós:

Vale citar também a Fábrica Nacional de Motores (FNM). Trata-se, como se vê, de iniciativas destinadas basicamente à produção de insumos básicos e bens intermediários, mas, através da Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e da reforma cambial de 1953, buscou encarecer os bens de capital importados a fim de estimular sua produção interna. Para fomentar o desenvolvimento do setor I, Getúlio criou o Fundo de Reaparelhamento Econômico e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) (Souza, 2004: 54-55).

Dez anos depois, o herdeiro político de Vargas, João Goulart, decidiu retomar seu programa econômico. Através da Instrução 242, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que deu origem ao Banco Central, acabou com os privilégios da Instrução 113, que permitia ao capital estrangeiro internar no País máquinas obsoletas sem cobertura cambial, e proibiu o registro de financiamento estrangeiro para a importação de máquinas e equipamentos que a indústria nacional pudesse fabricar. O objetivo era fomentar a indústria nacional de bens de capital. Além disso, instalou a Eletrobrás para incorporar todo o setor elétrico. João Goulart, no entanto, não teve tempo de implementar seu programa econômico, incorporado nas Reformas de Base. Depois de sua queda, a ditadura que se instaurou no País deu asas a um processo que se iniciara na segunda metade dos anos de 1950, com Juscelino Kubitschek, e que estimulava o desenvolvimento da indústria de bens de consumo capitalista (os chamados duráveis, setor IIb) sob controle estrangeiro. Esse setor passou a ser o carro-chefe da indústria brasileira, crescendo de forma desproporcionada em relação aos setores I e IIa e, dessa forma, estrangulando o crescimento destes. Esse novo padrão de reprodução do capital gerou, nas palavras de Oliveira e Mazzuchelli, uma contradição básica:

O padrão de acumulação baseado na predominância do Departamento III [isto é, o setor IIb] [...] entrou em agonia bloqueado pela intensidade dos requerimentos do Departamento I que a própria expansão estimulou. E esse esgotamento se dá principalmente pela industrialização orientada para o mercado interno e o controle externo da propriedade do capital do Departamento III, que requeria o contínuo, e em elevação, retorno da fração dos lucros à circulação internacional do capital (Oliveira e Mazzucheli, 1977: 107).

Quando o General Geisel assumiu o governo em 1974, o país estava mergulhado em profunda crise de suas contas externas e em processo de desaceleração econômica. A economia mundial entrara em crise, originada nos EUA, e as grandes potências, sobretudo a estadunidense, descarregaram seus prejuízos nos ombros dos países que, como o Brasil, vinham desenvolvendo uma economia dependente. Elevaram suas taxas de juros, as remessas de lucros das sucursais para as matrizes das transnacionais e os preços dos bens de capital que exportavam, além de rebaixarem os preços dos produtos primários que importavam dos países subdesenvolvidos.

Com base no diagnóstico de que a origem da crise era a dependência externa gerada pela necessidade de importação de meios de produção, o governo mandou elaborar o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que estabelecia como forma central de combater a crise, nas palavras do então ministro de Planejamento e responsável pelo Plano, João Paulo dos Reis Velloso, a “substituição de importações” nos subsetores de bens de capital (incluindo aviões, navios e computadores), insumos básicos e combustíveis (Velloso, 1977: 124).

Essa retomada do desenvolvimento do setor I na economia brasileira foi, como na época de Getúlio Vargas, alavancada pelo Estado: de um lado, as empresas estatais implantaram e desenvolveram os ramos de bens intermediários e insumos básicos, como siderurgia, petroquímica, energia; de outro, o Estado, através do BNDE, financiou as empresas nacionais para desenvolverem os ramos de máquinas e equipamentos¹. Apesar da desaceleração do II PND ao final dos anos de 1970, em face da pressão realizada por uma campanha movida pela mídia contra o papel do Estado na economia, pode afirmar-se que, no fundamental, esse programa foi bem sucedido. Possibilitou que a economia brasileira seguisse crescendo a um ritmo elevado² quando todo o mundo capitalista estava mergulhado em crise, melhorou a balança comercial (ao substituir importação e aumentar a capacidade exportadora) e

¹ Duas décadas depois, Fernando Henrique converteria o BNDE (já com o “S” de Social) em financiador do capital estrangeiro no processo de apropriação das empresas estatais.

² 7% ao ano no período 1974-1980.

completou, no essencial, o processo brasileiro de industrialização. Passamos a contar, então, com os três setores fundamentais da economia: I, IIa e IIb.

Completavam-se 50 anos de intenso processo de crescimento da economia. Naquele período, a economia brasileira foi a que experimentou um maior ritmo de crescimento no mundo capitalista³. A continuidade desse crescimento exigia, no entanto, modificações importantes ao nível das relações de produção, que possibilitassem a incorporação das amplas massas da população aos resultados do crescimento da economia e, ao nível das forças produtivas, que ensejassem a incorporação das tecnologias de ponta, tais como informática, química fina, novos materiais, biotecnologia.

Mas, em lugar de seguir essa trajetória, o desenvolvimento brasileiro foi interrompido. Viveria, a partir de então, quase duas décadas e meia de estagnação econômica. A origem do problema está na subordinação ao capital financeiro internacional, através sobretudo da dívida externa. Boa parte do financiamento do período em que o setor de bens duráveis de consumo, sob controle estrangeiro, alavancou a economia foi bancada por recursos externos. Era a maneira de enfrentar a contradição diagnosticada por Oliveira e Mazzuchelli: produção voltada para dentro e necessidade de divisas para remeter os lucros para o exterior e adquirir os meios de produção necessários aos investimentos. Para atender a essa “necessidade”, a dívida externa crescia de maneira exponencial. No próprio período em que, através do II PND, o setor I passou a ser prioritário, também recorreu-se a empréstimos internacionais.

A substituição de importações e a capacidade exportadora geradas pelo desenvolvimento do setor I poderiam criar as condições para administrar essa dívida. Isso não foi possível porque, diante da emergência de nova crise mundial entre fins dos anos de 1970 e começo dos de 1980, o capital financeiro estadunidense reagiu tentando descarregar o ônus da crise sobre os países subdesenvolvidos, sobretudo os países endividados da América Latina. Os mecanismos utilizados foram a elevação das taxas de juros para patamares inéditos e a violenta rebaixa dos nossos termos de intercâmbio. Estudo feito pelo Ministério do Planejamento do Brasil, em meados dos anos de 1980, constatou que, se as taxas de juros internacionais e os nossos termos de intercâmbio houvessem permanecido iguais aos de 1978, a nossa dívida externa de 1982 seria a metade do montante alcançado. A explosão da dívida, somada à suspensão de novos empréstimos depois da moratória mexicana de 1982, levou o Brasil a um estado de insolvência externa.

³ 7% ao ano.

Diante desse quadro, o Brasil teria duas alternativas: ou suspender os pagamentos dos “serviços” da dívida externa e prosseguir a trajetória de desenvolvimento mediante a incorporação de novas tecnologias e das amplas massas da população, ou promover o chamado “ajuste externo” patrocinado pelo FMI. Este consistia em cortar investimento público, crédito e salário como forma de conter a demanda e contrair a economia e assim reduzir importação e aumentar a capacidade exportadora. O objetivo seria gerar saldos comerciais para bancar o pagamento dos juros da dívida. O novo governo, do general J. B. Figueiredo, tendo Delfim Netto à frente do Ministério Planejamento, optou pelo segundo caminho. Deflagrava-se ali a era das “décadas perdidas”.

A lógica da subordinação ao capital financeiro internacional, particularmente através da dívida externa, revelou claramente no caso brasileiro que não bastou a internalização do setor I da economia para conquistar um desenvolvimento independente. Diante dessa crise, até os economistas que, em face da implantação do setor I, advogavam que o Brasil passara à etapa do desenvolvimento endógeno, lembraram-se de que o imperialismo não era um mero tigre de papel.

A implantação da indústria básica é imprescindível para o desenvolvimento endógeno e independente. Mas, para que esse desenvolvimento se consolide, é necessária a ruptura com o domínio do capital financeiro através da dívida e com o domínio das transnacionais através do controle interno de setores-chave da economia.

O papel da indústria básica no socialismo

O capitalismo não tem como fim o atendimento das necessidades da população. Seu objetivo supremo é a busca do lucro máximo. Só atende às necessidades da população – e ainda assim de maneira precária – porque a venda do produto, isto é, a realização do valor produzido pelo trabalho, é a única condição de se apropriar do lucro e assim realizar aquele seu objetivo supremo.

A lei econômica fundamental do socialismo é o oposto disso. Sua formulação foi sintetizada nos *Problemas econômicos do socialismo na URSS*, de Stalin, da seguinte forma:

“Assegurar a satisfação máxima das necessidades materiais e culturais, sempre crescentes, de toda a sociedade, mediante o desenvolvimento e o aperfeiçoamento ininterruptos da produção socialista à base da técnica mais elevada” (Stalin, 1985: 36).

Para alcançar esse duplo objetivo – desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas e atendimento das crescentes necessidades da sociedade –, duas condições são necessárias:

1. o desenvolvimento harmônico da economia nacional, o que é garantido através do crescente peso do Estado na economia e da planificação (*Ibidem*: 37); ou seja, em lugar da anarquia da produção, a ação consciente dos seres humanos; em lugar dos seres humanos serem dominados pela economia, os seres humanos dominarem a economia;
2. a primazia da produção dos meios de produção em relação à produção dos meios de consumo (*Ibidem*: 20), como forma de ampliar ininterruptamente as forças produtivas da sociedade e preparar as condições para uma crescente abundância de meios de consumo.

Em síntese, aqui estão as diferenças fundamentais entre o capitalismo e o socialismo:

“em vez de assegurar os lucros máximos, assegurar a satisfação máxima das necessidades materiais e culturais da sociedade; em vez de desenvolver a produção com intermitências do ascenso à crise e da crise ao ascenso, desenvolver ininterruptamente a produção; em vez de intermitências periódicas no desenvolvimento da técnica, acompanhadas da destruição das forças produtivas da sociedade, o aperfeiçoamento ininterrupto da produção à base da técnica mais elevada” (*Ibidem*: 36-7).

E aí pode surgir a questão: se o crescimento acelerado do setor I no capitalismo provoca a desproporção intersetorial e a crise, por que o mesmo não ocorreria no socialismo? Por uma razão simples: enquanto no capitalismo a anarquia da produção engendra o crescimento desordenado da produção, no socialismo a planificação promove o desenvolvimento harmônico da economia. É a diferença entre o ser humano ser dominado pela economia e o ser humano dominar a economia, através da sua ação consciente, da planificação.

Se isso é verdade, por que então o socialismo desabou na União Soviética e no Leste Europeu? Um importante líder político brasileiro, já falecido, o ex-governador Leonel Brizola, matou a charada: os dirigentes soviéticos aderiram à ideologia do inimigo. E como isso se manifestou na esfera da economia? As reformas de 1958 (Kruschev), de 1965 (Breznev), de 1985 e de 1987 (Gorbatchev) mudaram a estrutura e a forma de gestão da economia soviética, mediante a recriação de mecanismos de mercado e a consequente redução do papel do plano, ou seja, da ação consciente dos seres humanos

sobre as forças econômicas. Com isso, cresceu o papel do mercado e dos burocratas na regulação da economia (Souza, 1995: 23-50).

O político e pensador brasileiro Cláudio Campos dedicou os últimos 20 anos de sua vida a desvendar as causas da crise e da queda da União Soviética. Parte de sua pesquisa foi publicada no livro *A história continua* (Campos, 1992). O âmago de suas descobertas se encontra nos seguintes parágrafos:

“Desde el punto de vista económico, el error fundamental de la perestroika, tal como ella es formulada, es la creencia en que la producción socialista pueda ser regulada basicamente por el mercado, relegando a un segundo plan – y, en ver-
dade, praticamente descartando – la regulación consciente, a través de una planificación democrática, de la cual participe crecientemente toda la población. Cuarenta años de persistentes errores económicos e de fuga de la lucha política e ideológica burocrataron la planificación, la apartaron de las masas, la tornaron ineficiente. Entonces, los defensores del ‘socialismo de mercado’ piensan que la solución es acabar con la planificación, o casi eso, es volver a una economía de mercado. La solución verdadera, entretanto, solo puede consistir en trabar la lucha política e ideológica y realizar una planificación efectivamente democrática y socialista. Fuero de eso, no hay socialismo” (Campos, 1992: 13).

Ou seja, a fuga da luta ideológica e a abdicação da ação consciente, isto é, do plano, sobre a economia estão na base da derrubada da primeira experiência socialista da Humanidade.

Sobre as leis econômicas do socialismo, acreditarmos ser da maior importância o estudo dos *Textos Econômicos* de Ernesto Che Guevara. À frente do Ministério da Indústria em Cuba, travou um intenso debate sobre o processo de construção do socialismo. Duas questões importantes, além de outras, ressaltaram de suas contribuições. Primeiro, a relação entre consciência e incentivo material; segundo, a relação entre mercado e plano.

Quanto à primeira questão, estabeleceu ele: “nós afirmamos que, num tempo relativamente curto, o desenvolvimento da consciência faz mais pelo desenvolvimento da produção que o estímulo material” (Guevara, 1982: 190).

E sobre a segunda, afirmou:

“Entendemos que durante certo tempo se mantenham as categorias do capitalismo e que este prazo não pode ser determinado de antemão, mas as características do período de transição são as de uma sociedade que liquida suas velhas amarras para ingressar rapidamente na nova etapa. A tendência deve ser, em nossa opinião, a de liquidar, o mais vigorosamente possível, as categorias antigas, entre as quais se incluem o mercado, o dinheiro e, portanto, a alavanca do

interesse material, ou, melhor dizendo, as condições que provocam a existência das mesmas” (*Ibidem*:194).

Diz Guevara que, por mais que no período de transição se tenha que recorrer às categorias do capitalismo, como a lei do valor e o mercado, a construção do socialismo exige a superação crescente dessas categorias, devendo prevalecer cada vez mais a ação consciente, o plano.

O capitalismo de Estado é a transição da dependência ao socialismo

Vimos que, no caso brasileiro, ainda que tenha se completado nos anos de 1970, no fundamental, a instalação dos setores básicos da economia, com o desenvolvimento da indústria de base, a dependência externa se manteve sob a forma de dependência financeira e subordinação produtiva às transnacionais. Resultado: duas décadas e meia de estagnação econômica, pobreza, desemprego, fome, miséria.

Assim, como dissemos em nosso livro *A longa agonia da dependência*,

“A retomada sustentada do desenvolvimento, isto é, a liberação das forças produtivas nacionais, requer, portanto, o rompimento com a dependência externa, o deslocamento para dentro do país das decisões fundamentais que envolvem a economia nacional, a conquista efetiva da capacidade nacional de controlar a própria economia, o uso dos próprios recursos para a construção de uma moderna e próspera economia, voltada para o bem-estar do nosso povo; enfim, requer que tracemos nosso próprio destino e se suspenda a drenagem do fruto do trabalho nacional para o exterior e para a especulação financeira. Passa, também, pelo rompimento com as caducas estruturas internas que nasceram da dependência externa ou foram reforçadas por ela e que por isso mesmo lhe servem de base de sustentação, tais como a desproporção intersetorial, a superexploração do trabalho, a elevada concentração de renda, as disparidades regionais, a violenta concentração da estrutura fundiária, o esmagamento da produção pela especulação financeira, a exclusão da maioria da população dos frutos de seu próprio trabalho e o estrangulamento do mercado interno” (Souza, 2004: 727-8).

E prosseguimos:

“O que predomina, no entanto, é o domínio dos monopólios estrangeiros sobre a economia nacional, o que, ademais, se constitui no principal obstáculo à construção de uma economia independente, democrática, próspera e justa no país. Evidentemente, é impossível compatibilizar uma economia independente com

o domínio estrangeiro sobre a economia nacional. Só há, portanto, uma forma de construir essa economia independente: retomar o controle nacional sobre a economia nacional. E não dá sequer para pensar em transferir a propriedade desses monopólios estrangeiros para o capital privado nacional, não apenas por sua incapacidade de absorvê-lo, mas também porque tenderiam a usar esse poder monopólico para exercer seu domínio sobre o conjunto da economia e da sociedade brasileira. Isso sem contar com os ânimos expansionistas que seriam despertados em relação aos povos vizinhos. Nesse caso, na atual etapa do desenvolvimento das relações de dependência, torna-se necessário passar para o domínio público os monopólios estrangeiros. Assim, a forma econômica da independência nacional, no atual estágio do domínio imperialista e do desenvolvimento das forças produtivas internas, é o capitalismo de Estado. Essa é a forma econômica da revolução nacional democrática em países dependentes de desenvolvimento intermediário, como o Brasil, em que os monopólios estrangeiros dominam a economia. Além de garantir a independência nacional, seria o caminho da democratização real da economia nacional. Isso significa, na prática, a nação reapropriar-se de seu patrimônio e de seu mercado interno, que, sendo considerados patrimônio nacional pela Constituição de 88, foram majoritariamente alienados ao capital estrangeiro” (Ibid.: 729).

Esse é um capitalismo em que o Estado, isto é, o domínio público, substitui os monopólios privados, basicamente estrangeiros. Essa passagem de comando deve começar justamente pelo setor que deve alavancar a nova economia independente, ou seja, o produtor de meios de produção, a indústria básica. No caso brasileiro, basta recuperar as empresas estatais que foram alienadas. No caso dos países que ainda não contam com uma indústria básica desenvolvida, a sua instalação sob comando do Estado nacional é o caminho para afastar o domínio dos monopólios estrangeiros sobre a economia.

Revolução Científico-Técnica?

Os apologistas da ordem dominante propagavam na década de 1990 que a “globalização” teria levado a um avanço inédito das forças produtivas, emprenhadas pela revolução científico-técnica, e que esta teria provocado um novo “milagre econômico” nos EUA. É mais um mito dos tempos presentes, que os fortes abalos financeiros dos anos de 1990 e a crise iniciada em 2007 se encarregaram de desmentir.

Dizia-se que estariam havendo “avanços tecnológicos dramáticos”, capazes de gerar um período de prosperidade semelhante ao do final do século XIX. Ora, a primeira revolução tecnológica de fins do século XVIII e começos do XIX, com a invenção da máquina a vapor, destruiu os restos

feudais, permitiu a consolidação do capitalismo e converteu a Inglaterra em grande potência; a segunda, entre fins do século XIX e início do XX, com o motor a explosão e a eletricidade, ajudou a levar o capitalismo para uma nova etapa – o imperialismo – e permitiu aos EUA substituírem a Inglaterra no papel de maior potência.

E, no período contemporâneo, o que se passa? A todo-poderosa economia estadunidense só cresceu 29% de 1973 a 1993, isto é, cerca de 1% ao ano; a economia europeia, estagnada desde a década de 1980, tropeça na construção da unidade europeia, sob comando germânico; o “milagre japonês”, campeão da tecnologia mundial, espatifou-se, a partir de 1990, em profunda estagnação e inédita crise de seu falido sistema financeiro.

Só ocorre uma revolução tecnológica quando se dá uma revolução nas forças produtivas, isto é, quando a estrutura produtiva muda no fundamental e a produtividade passa a crescer de forma vertiginosa. Foi o que ocorreu na Inglaterra na primeira Revolução Industrial: de 1770 a 1840, a produtividade do trabalho cresceu 7.700%. Além disso, a adoção das máquinas-ferramentas (máquinas que fabricam máquinas), que, como disse Marx, se tornou possível com a máquina a vapor e se converteu na força propulsora da Revolução Industrial, propiciou o aumento de 40 vezes na produtividade do trabalho na Inglaterra.

Vejamos o que vinha se passando com a principal economia do globo, a dos EUA, no período que teria caracterizado a arrancada da RCT. Quem o demonstra são dois renomados economistas estadunidenses, Stephen Oliner e William Wascher, ambos assessores do Departamento de Governadores da Reserva Federal (Banco Central), em Washington, em trabalho publicado em 1995, sob o título “Is a productivity revolution under way in the United States?”. Segundo eles, os incrementos de produtividade do setor não-agrícola, nos anos de 1990, são tão ridículos quanto os verificados nas décadas de 1970 e de 1980 (já vimos que, nesse período, o PIB estadunidense cresceu, em média, a 1% ao ano; o PIB per capita, expressão da produtividade, teve, portanto, crescimento zero).

O investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) é o fundamento do progresso técnico. Segundo relatório que a OCDE publicou em 1998 sobre indústria, ciência e tecnologia, os gastos em P&D, como percentagem do PIB, declinaram entre 1985 e 1996 nos EUA, no Japão e em todos os países integrantes desse organismo. Além disso, na década de 1990, diminuiu o número de pesquisadores no conjunto da OCDE.

Os apologistas da “revolução científico-técnica” dizem que sua característica fundamental é o avanço dos computadores. Vejamos o que dizem sobre o tema os dois autores anteriormente citados: “Os computadores não

são ainda tão presentes na economia para justificar aumentos significativos na produtividade”. “Parece que o foco de redução de custos concentrou-se mais no emagrecimento das estruturas administrativas do que nas mudanças de produção. Além disso, mesmo quando a reestruturação eleva a produtividade da firma, o efeito para o conjunto da economia é negativo quando, por exemplo, o trabalhador da indústria é deslocado para o balcão do MacDonald’s”.

O argumento de que a economia estadunidense estaria sendo alavancada por uma “nova economia”, movida pela “revolução científico-técnica”, perdeu sustentação com a implosão da bolsa Nasdaq em 2001. Ademais, como essa “nova economia” poderia alavancar o conjunto da economia se os setores de tecnologia de ponta não representavam mais que ridículos 4% do PIB, podendo chegar, no máximo, a 8% se se incluir a internet?^[4]

Estão certos Oliner e Wascher. Avanços da produtividade em algumas empresas existem, mas não por qualquer avanço tecnológico. Os termos *outsourcing* (terceirização) e *reengineering* (reestruturação interna) indicam bem o que está ocorrendo. A combinação de ambos os processos significa “enxugar” os quadros próprios da empresa e recontratar os serviços dos ex-funcionários, agora vinculados a “empresas terceirizadas”, sob condições semi-escravas: salários mais baixos e maior jornada de trabalho^[5]. Resultado da “terceirização” é que, nos EUA, os maiores empregadores já não são a General Motors, AT&T ou IBM, mas a Manpower, fornecedora de mão-de-obra temporária. Na segunda metade da década de 1990, eram 10 milhões de trabalhadores estadunidenses em trabalhos temporários, repetindo na maior economia do planeta o fenômeno típico do meio rural brasileiro, o do “bóia-fria”^[6].

Segundo Martin e Schumann, “a mudança abrangeu praticamente todo o universo do trabalho. A maioria dos 43 milhões de americanos que perderam seu emprego entre 1979 e 1995 logo encontrou emprego. Mas em dois terços dos casos precisaram aceitar salários e condições piores” (Martin e Schumann, 1998: 168). Expressão do aumento da jornada de trabalho é o facto de que, ao final da década de 1990, em média, uma família estadunidense trabalhava por ano 185 horas a mais do que no começo da década, levando a que a jornada de trabalho comum nos EUA subisse para 60 horas por semana, um retorno à situação anterior às heróicas lutas do século XIX que conquistaram a jornada diária de 8 horas.

⁴ Cf. artigo escrito por Hamish Micrae para o jornal “The Independent”, de Janeiro de 2000.

⁵ A gigante Caterpillar, por exemplo, nos EUA vem impondo jornada de trabalho de até 12 horas, inclusive nos fins-de-semana.

⁶ Fenômeno semelhante ocorre no Japão com o *Decassegui*.

Trabalho mais intensivo e, portanto, extenuante e maior jornada de trabalho, acompanhados de salários mais baixos, resultantes da quebra dos direitos trabalhistas: aí estão as causas do aumento da “produtividade” estadunidense.

Por outro lado, ironicamente, os neoliberais usam a teoria marxista de que o exército industrial de reserva é produto dos avanços técnicos para justificar os elevados níveis de desemprego que têm prevalecido na economia capitalista mundial. Para eles, esses níveis de desemprego resultariam de “avanços tecnológicos dramáticos”. Ora, como demonstramos, não têm ocorrido esses “avanços tecnológicos dramáticos”. O desemprego elevado decorre do fato de que os avanços tecnológicos ocorrem num contexto de baixos níveis de crescimento da economia mundial ou mesmo de estagnação econômica.

O computador tem penetrado muito mais nas áreas de serviço do que no processo produtivo, que é onde se gera valor e, portanto, se realizam as revoluções tecnológicas. Na verdade, a informática tem-se combinado com as telecomunicações para desenvolver uma área em que têm havido importantes avanços tecnológicos, que é a de transmissão de informações – a telemática. O processo de integração da informática, microeletrônica, fibra ótica, raio laser, satélites e a tecnologia digital tem permitido a transmissão de informações em quantidade e velocidade nunca dantes imaginadas. A bem da verdade, o conhecimento científico em quase todas essas áreas é mais antigo, mas a sua integração recente num sistema de comunicações tem propiciado conquistas importantes nesse domínio.

No entanto, esse progresso, até agora, não se integrou no conjunto da economia e muito menos no processo produtivo. É um produto típico da crescente financeirização do capital e da integração dos circuitos financeiros em âmbito mundial, isto é, da especulação financeira global. E tem estado ao serviço desse processo. Aliás, este só se tornaria possível graças à possibilidade de transmissão de informações em grande quantidade e velocidade. Do contrário, como movimentar mundialmente, de forma a sempre obter a melhor lucratividade nos distintos mercados, as gigantescas massas de recursos financeiros que hoje circulam pelo mundo? Por isso, o capital financeiro, como necessidade vital, teve que investir pesado na informática e nas comunicações.

Não é à toa que o violento processo de fusão que ocorreu nos Estados Unidos na década de 1990 se deu precisamente nos setores financeiro e de telecomunicações. Nunca houve tantas fusões de grandes conglomerados empresariais: o conjunto das transações para fusões cresceu de US\$ 138 bilhões em 1991 (2% do PIB) para US\$ 957 bilhões em 1997 (12% do PIB),

devendo ter atingido 20% do PIB em 1998. De 1996 até abril de 1998, das nove maiores fusões ocorridas nos EUA, três ocorreram no setor financeiro e cinco no de telecomunicações.

Vêm-se dando progressos tecnológicos na informática e nas telecomunicações; porém, só se consolidarão e darão todos seus frutos na medida em que penetrarem no processo produtivo. Até porque, como a especulação financeira é algo que não se sustenta por muito tempo^[7], a verdadeira revolução nas comunicações e na informática só ocorrerá quando ela ajudar a revolucionar o que é mais permanente e básico na economia: o ato de produzir, o processo produtivo.

Normalmente, uma revolução tecnológica inicia pela mudança nas fontes de energia que movimentam a produção. Na primeira Revolução Industrial, foi o carvão mineral e, na segunda, o petróleo. O que ocorre, hoje, nesse terreno? Segundo a IAEA, em seu estudo “Power Reactors Information System”, 42% da geração de energia elétrica no mundo ainda provêm do carvão, exatamente a matéria-prima fundamental da primeira Revolução Industrial. Nesse domínio, estamos, literalmente, na idade da pedra. Como falar, então, de Revolução Científico-Técnica?

O que bloqueia a emergência da RCT são as estruturas monopolistas vigentes. Na época da livre concorrência, esta pressionava as empresas a que, na busca do lucro máximo, procurassem novas tecnologias. Com a redução dos custos daí decorrentes apropriavam-se de uma parcela maior do lucro global e ocupavam uma maior fatia do mercado. Foi isso que permitiu a realização de duas revoluções industriais. Hoje, depois da concentração e monopolização do capital e da formação de poderosos conglomerados empresariais, não mais premidos pela concorrência, os mesmos recorrem, não tanto a avanços técnicos, mas a outros distintos meios para obter o lucro máximo: drenagem dos recursos públicos, espoliação de países atrasados, destruição dos concorrentes, superexploração da força de trabalho, cobrança de sobrepreço, aviltamento dos preços das matérias-primas, etc.

Os monopólios estadunidenses, na época de seu domínio absoluto sobre o mercado capitalista, acomodaram-se tecnologicamente e pouco avançaram nesse domínio, perdendo terreno para o Japão e a Alemanha. Com o avanço econômico desses dois países, reaparece em cena a disputa mundial intermonopolista e entre as grandes potências^[8], a qual, porém, não se faz, prioritariamente, no terreno do avanço tecnológico (devido ao elevado e arriscado custo dos investimentos), mas, sim, através da tentativa de redi-

⁷ Vide crise deflagrada em 2007 pela implosão da bolha hipoteco-imobiliária dos EUA.

⁸ A entrada em cena da pujante economia chinesa torna ainda mais complexo esse processo.

visão do mundo e do uso mais predatório da força de trabalho, resguardados em fortes medidas protecionistas. Já em seu relatório de 1999 o BIRD afirmava que estaria havendo uma intensificação do protecionismo entre os países mais desenvolvidos.

Há outro limite para a realização da RCT nos marcos de um sistema, cujo objetivo é a busca do lucro. Quem produz valor e, por consequência, excedente, lucro, é o trabalho. É essa a base da valorização do capital. Com a radical substituição do trabalhador pela máquina, que ocorreria com a RCT, se afastaria progressivamente do processo produtivo o real produtor de valor, reduzindo a capacidade de geração de lucro por unidade de capital, redundando na queda estrutural da taxa de lucro, o que agravaria fortemente a tendência que vem desde os anos de 1960. Por outro lado, a substituição do homem pela máquina, ao agravar o desemprego e reduzir a massa salarial, estreitaria mais ainda os mercados. Não passam, portanto, de alucinações os arremedos de ideias acerca do “fim do emprego”. Tal como tenazes, a quebra do emprego, do lucro e dos mercados, que nasceriam no bojo da RCT, acabariam por sufocar todo o sistema e inviabilizá-lo. Antes de chegar a esse ponto, o próprio sistema, através da queda da taxa de lucro e da falta de mercados, imporia uma barreira, que se manifestaria na crise e na destruição de forças produtivas. A RCT é, por conseguinte, incompatível com um sistema baseado no lucro, como o capitalismo.

Pior ainda, as opiniões dominantes nos monopólios, nesta etapa do capitalismo, como bem assinalou o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, são “aquelas que se aferram à defesa do valor real da riqueza já existente, ou da riqueza velha, em detrimento do espírito empreendedor que busca a criação de nova riqueza. Vivemos num mundo em que predomina o ‘ethos’ do rentismo e prevalecem as taxas de juros reais elevadas” (Belluzzo, 1997).

Pode afirmar-se que ainda não ocorreu a RCT, a terceira revolução tecnológica-industrial, por mais que as condições estejam dadas, do ponto de vista do estoque de conhecimento acumulado. Esse estoque de conhecimento resulta, no essencial, de investimento do setor público, que não se move à base da taxa de lucro e, assim, tem critérios distintos para a assunção de riscos. Se considerarmos os países desenvolvidos integrantes da OCDE, entre 25% e 65% dos investimentos em ciência e tecnologia (C&T) são feitos diretamente pelo setor público, conforme relatório de 1998 dessa organização; o restante, formalmente feito pelas empresas, tem como base os incentivos fiscais, pois as empresas descontam do imposto de renda os gastos com C&T.

É natural que isso ocorra. Nas duas primeiras revoluções industriais, as novas tecnologias eram mais simples e podiam não apenas ser pesquisadas e inventadas, como também implementadas pelas próprias empresas privadas.

Hoje, na etapa em que os avanços tecnológicos dependem da fusão entre ciência e tecnologia, esse processo exige maciços investimentos em C&T, investimentos cujos resultados produtivos não são garantidos *a priori*, implicando, portanto, em elevados riscos. Só o Estado, como ente coletivo, tem condições de correr esses riscos e também maior capacidade de perceber as áreas mais estratégicas para concentrar os investimentos.

Só vamos poder afirmar que ocorreu a RCT no momento em que o fundamental das descobertas que estão aí colocadas forem efetivamente implementadas no processo produtivo e, em consequência, a estrutura produtiva tenha experimentado uma mudança radical. Isso implicaria também uma mudança radical das fontes e formas de obtenção de energia, como ocorreu nas duas primeiras revoluções industriais.

E a realidade está demonstrando que isso só ocorrerá quando os monopólios, que bloqueiam o avanço da ciência e da tecnologia, passarem para as mãos de quem, de facto, por não visar lucro, investe nessas áreas, o Estado. O estoque de conhecimento já acumulado permitirá que, com essa “simples” operação, se possa avançar rapidamente para o reino da abundância, que garantirá bem-estar a todos, sem exceção.

Não bastasse isso, o fato de se estarem dando nos marcos de uma economia não planejada e, portanto, anárquica, baseada na ganância monopolista, os poucos avanços tecnológicos existentes poderiam ser foco de uma brutal crise que aprofundaria ainda mais as tendências já existentes nessa direção.

Percebe-se, mais uma vez, que, ali onde se manifesta algo parecido com a decantada globalização, ao invés de se constituir num elemento positivo, como apregoam seus arautos, termina por entranhar sérios riscos para o desenvolvimento econômico. É que a anarquia da produção capitalista limita as possibilidades de disciplinar um dos poucos avanços tecnológicos que ainda podem ocorrer nessa fase do sistema capitalista mundial.

Referências bibliográficas

- BELLUZZO, L.G.M. (1997), “Dinheiro e as Transfigurações da Riqueza”, in M. da C. Tavares, J. L. Fiori (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 2.ed. Petrópolis: Vozes.
- CAMPOS, Cláudio (1992), *La história continúa*. São Paulo: Gráficas Brasileiras.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo (1975), *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- CHE GUEVARA, Ernesto (1982), “Textos Econômicos”, *Obras Completas*, volume 8. São Paulo: Edições Populares.
- LENIN, V. I. (1976), “El desarrollo del capitalismo en Rusia”, in Karl Marx, *El capital*.

- Bogotá: Fondo de Cultura Económica.
- MARTIN, Hans-Peter e SCHUMANN, Harald (1998), *A armadilha da globalização; o assalto à democracia e ao bem-estar social*. 3. ed. São Paulo: Globo.
- MARX, Karl (1977), *El capital; crítica de la economía política*. Tomo I, vol. 2. México: Siglo XXI.
- MELLO, João Manuel Cardoso de (1991), *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense 8ª ed..
- OLIVEIRA, Francisco e MAZZUCHELLI, Frederico (1977), “Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976)”, in Francisco de Oliveira, *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal.
- SANTOS, Theotônio dos (1969), *Socialismo o fascismo: dilema latinoamericano*. Santiago: Prensa Latinoamericana.
- SOUZA, Nilson Araújo de (2001), *Ascensão e queda do império americano*. São Paulo: CPC-UMES\Mandacaru.
- SOUZA, Nilson Araújo de (2004), *A longa agonia da dependência – economia brasileira contemporânea (JK./FH)*. São Paulo: Alfa-Omega.
- SOUZA, Nilson Araújo de (1995), *O colapso do neoliberalismo*. São Paulo: Global.
- SOUZA, Nilson Araújo (1992), *Teoria marxista das crises*. São Paulo: Global.
- STALIN, Joseph (1985), *Problemas econômicos do socialismo na URSS*. São Paulo: Anita Garibaldi.
- TUGAN-BARANOVSKI, Michael Von (1978), “Fundamentos teóricos del marxismo”. In Colletti, Lucio. *El marxismo y el “derrube” del capitalismo*. México: Siglo XXI.

As técnicas do trabalho doméstico: oportunidades e constrangimentos para as atividades de género*

Maria Johanna C. Schouten

Introdução

O tema de discussão deste texto é o trabalho doméstico, amiúde trabalho não mercantil e não remunerado, e as técnicas e tecnologia utilizadas em tarefas domésticas, os primos pobres da grande família da técnica.^[1]

No imaginário mais amplo, tecnologia e trabalho orientado para o mercado estão associados aos homens, enquanto a esfera doméstica e seus empregos pertence às mulheres. No entanto, a tecnologia tem um lugar de destaque no contexto doméstico. As técnicas utilizadas na limpeza e na manutenção das habitações têm sido fundamentais no decorrer da história das culturas, embora muitas vezes ignoradas em favor de invenções mais espetaculares e de artefactos. Pouca atenção tem sido dada às enormes repercussões sociais produzidas pelas recentes modificações tecnológicas na casa. Como afirma Cowan: “a mudança do tanque de lavar roupa para a máquina de lavar não é menos profunda do que a mudança do tear de mão para o tear mecânico” (1976: 8-9). Na análise, curta e fragmentária da história do trabalho doméstico e suas técnicas, é dada especial atenção ao seu carácter genderificado. A discussão sobre as mudanças recentes nas técnicas do agregado familiar em Portugal irá incluir alguns resultados de uma pesquisa ainda em curso, que aborda as inter-relações entre “tecnologia, alocação de tempo e género”.

* Tradução de Fernando Bessa Ribeiro. Este artigo contém alguns fragmentos preliminares de um texto mais extenso sobre o mesmo tema, em preparação. Ele foi concebido no âmbito do projecto “Alocação de tempo e tecnologia: uma abordagem de género no contexto português”, financiado pela Fundação Portuguesa para a Ciência e Tecnologia (FCT PIHM GC/0037/2008). A equipa de investigação é composta por Amélia Augusto (UBI), Emília Araújo (UM), Helena Sousa (UM), Maria João Simões (UBI), Soledad Las Heras (UBI), Lia Lourenço (UBI) e a autora deste texto.

¹ www.tempotecnologiagenero.com (em português e inglês).

O trabalho doméstico

O domínio doméstico não é imediatamente associado com o conceito de trabalho, pelo menos não na perspectiva masculina dominante. Os homens consideram a casa principalmente como um lugar para descansar, comer, lazer e desfrutar da companhia da família. Na realidade, uma grande quantidade – essencial – de trabalho que não é leve nem simples ocorre dentro e ao redor da casa. Este trabalho doméstico inclui uma ampla variedade de atividades, para as quais são aplicadas técnicas e competências de gestão, cujo domínio requer a capacidade de responder adequadamente às necessidades dos outros. Apesar de ser essencial para a reprodução física e social dos membros do agregado familiar e para o funcionamento da sociedade (Torres 2002: 119), o trabalho doméstico é normalmente assumido como de pouco prestígio, não sendo considerado trabalho verdadeiro. Esta baixa valorização reflecte-se e é resultado da ausência de pagamento, quando ele é executado por um membro da família. Este membro da família é quase sempre uma mulher, o elemento feminino do casal. Se o trabalho na casa é remunerado (por exemplo, no caso de empregados/as domésticos), os salários são baixos e os trabalhadores geralmente ocupam uma posição precária no mercado de trabalho ou encontram-se na zona cinzenta da “economia subterrânea”.

Algumas atividades domésticas são instrumentais, umas exigem mais ou menos competências do que outras. Outras tarefas são abrangidas no âmbito do trabalho emocional, incluindo o cuidar e ajudar os membros da família, criando um ambiente agradável, mantendo contatos externos e receber convidados (Bourdieu 1998: 104-105, Lees-Maffei 2007). Como apontado por Hochschild (1983), Folbre (1994, 1995) e outros, o trabalho emocional pode ser difícil e stressante. No setor comercial (*v.g.*, hospedeiras e recepcionistas) tem um valor de troca, mas na esfera privada tem apenas valor de uso e o tempo gasto com ele é muito difícil de determinar. Às vezes até mesmo durante a realização de tarefas de cuidados uma pessoa pode estar ocupada com outras coisas; por outro lado, cuidar pode envolver estar ao serviço numa base de 24 horas sobre 7 dias.

Técnicas

A dimensão instrumental do trabalho doméstico pode ser chamada de “técnico”, considerando que “técnica” consiste em mais do que apenas aparelhos. Também engloba a forma como os aparelhos são usados numa acção intencional. A antiga palavra grega *teknê* significava arte, habilidade e experiência e, portanto, chega muito perto do que Sennett (2008) chama de

artesanato. Neste texto, a técnica implica em ambos os instrumentos e as habilidades práticas.

Técnicas não exigem necessariamente ferramentas materiais, por vezes o uso adequado do corpo é suficiente para atingir o objectivo. Como Marcel Mauss argumenta no seu ensaio sobre *techniques du corps*, «Le corps est le premier et le plus naturel instrument de l'homme.» (Mauss 2003: 372). Mauss sublinha que, através de certas posturas ou movimentos do (ou partes do) corpo, uma pessoa pode alcançar um objetivo: descansar, estando sentado ou deitado; locomover-se, caminhando ou patinando e assim por diante. Técnicas corporais incluem também as maneiras como o ser humano utiliza ferramentas e outros objetos, sejam estes talheres na mesa de jantar (Elias 1939), um tear, um saco de compras, uma bicicleta ou artefactos electrónicos. A forma como o corpo é usado nestas situações é influenciada pela cultura e foi adquirida através de treino informal ou formal. Por isso, também é genderizado. A ideia de *techniques du corps* é fundamental para as teses de Pierre Bourdieu sobre o *habitus* (Bourdieu, 1979), o qual, se bem que não ocupe um lugar de destaque, é um conceito-chave no ensaio de Mauss (Mauss 2003: 368-369).

A história^[2] da humanidade em diversas partes do mundo tem sido caracterizada pela experimentação no desenvolvimento e, por vezes, o abandono de técnicas. Um marcador potente nesta história é o controlo do fogo. Fogo tem usos múltiplos,^[3] em primeiro lugar, na preparação de alimentos. Muitos autores, nomeadamente Darwin (1871) e Lévi-Strauss (1964), viram a capacidade de os seres humanos transformarem as matérias-primas da natureza em alimentos de mais fácil digestão por meio do seu aquecimento como uma das principais características da cultura.^[4] Estes pontos de vista anteriores são muito interessantes quando comparados com o argumento recentemente exposto por Wrangham (2009), a saber: foi precisamente o cozimento dos alimentos que permitiu aos primeiros humanos desenvolver a cultura em fases posteriores. O alimento cozido não só produzia mais energia como também permitia uma redução do tempo e energia dispendidos tanto a comer como no processo metabólico da digestão. Por isso, Wrangham argumenta que as condições biológicas nas quais o cérebro se pode desenvolver foram criadas e, daí, mais tempo ficou disponível para a cultura evoluir no seu sentido mais amplo.

² Aqui significa, em seu sentido mais amplo, a história dos homínidos.

³ Para uma análise extensa ver Goudsblom 2001.

⁴ Para um levantamento de opiniões, ver o artigo de Wrangham *et al* (1999), incluindo a secção “Comentários”. Um motor predominante do desenvolvimento cultural é a simbolização ou a linguagem, sendo esta designada por Pagel (2010) como uma “tecnologia social”.

No decorrer da pré-história, foram criadas técnicas gradualmente avançadas e, aparentemente, pequenas invenções tais como as usadas para a subsistência (as práticas de caça, pesca e coleta) e para proteção (habitação e vestuário). Não eram realmente compatíveis com uma forma de vida nómada bens materiais e apenas tinham razão de ser artefactos mais necessários e facilmente transportáveis. Esta é a explicação usual apresentada para o facto de apenas ter sido nos períodos do Mesolítico e do Neolítico inicial, quando os primeiros assentamentos permanentes surgiram, que a cultura material começou a desenvolver-se em grande escala.^[5]

As principais técnicas inventadas ou pelo menos melhoradas no Neolítico, incluindo a cestaria, a cerâmica, a costura, a fiação e a tecelagem, tinham uma função-chave no contexto doméstico. Potes, tal como Kuper (1996: 93) assinala, permitiram às pessoas “armazenar a sua comida e beber mais facilmente...e cozinhar em novos modos, escapando à monotonia dos seus alimentos grelhados”. Cestas eram um artefacto prático para armazenamento e transporte. Isto tudo favoreceu o desenvolvimento de novos métodos, não apenas para a preparação mas também para a conservação de produtos alimentares, tais como a salga, a cura, a marinação e a fermentação. As ferramentas muito simples utilizadas para fiação e tecelagem fazem a beleza de alguns itens de modo ainda mais surpreendente. Como em cerâmica e metalurgia, a *technè* foi o elemento-chave, o que significa uma estreita convergência entre o artista e o artesão, entre arte e técnica. Supondo-se que as mulheres assumiam a responsabilidade principal na esfera doméstica, a ideia de que no desenvolvimento dessas técnicas de fabricação, e das diversas técnicas no domínio da preparação e conservação dos alimentos, a contribuição das mulheres era fundamental não é exagero.^[6]

A introdução de nova tecnologia

Em tempos mais recentes, o termo “tecnologia” foi aceite e tornou-se parte de nossa linguagem diária. Os séculos XVIII e XIX viram a introdução, em larga escala, de máquinas de grande dimensão que produziram alterações profundas na natureza do trabalho. O desenvolvimento tecnológico foi orientado para as indústrias e suas necessidades e os princípios dessas

⁵ Diamond (2005: 261) escreve que os mais antigos vasos de barro conhecidos fabricados com o uso do fogo foram encontrados no Japão, datando de cerca de 14.000 anos. A cesta mais antiga conhecida foi feita à cerca de 13.000 anos e os mais antigos tecidos conhecidos datam de cerca de 9.000 anos atrás.

⁶ Como já foi assumido por Lewis Morgan na sua teoria da evolução das sociedades, as invenções (inclusive do tipo “não-mecânico”) foram consideradas o gatilho para o progresso (Morgan 1877, Engels 1884, Oldenziel 1999: 26-27).

tecnologias encontraram o seu caminho para o uso doméstico normalmente só muito tempo depois.

As tecnologias domésticas são subestimadas, devido a uma subvalorização da esfera doméstica e das tarefas femininas, bem como de uma subestimação do trabalho doméstico em termos mercantis. Sem dúvida, o desenvolvimento e aplicação de máquinas é priorizada nas áreas em que o tempo economizado é mais lucrativo. Quando é aplicado esse critério, as tarefas domésticas são relegadas para uma posição secundária.

Os aparelhos domésticos modernos começaram eventualmente a ser colocados no mercado a partir da segunda metade do século XIX, com a sua promoção em parte inspirada por interesses comerciais e patriarcais. O surgimento do fenómeno da dona de casa, da mulher que se dedica totalmente ao lar e à educação dos filhos e que geralmente permanece afastada da vida pública, coincidiu com desenvolvimentos adequados na ciência, nas técnicas e na tecnologia.

Novos conhecimentos científicos, especialmente nas ciências biomédicas, foram sublinhando a importância da higiene doméstica. Consequentemente, as classes médias nos países ocidentais foram exortadas a tomar um cuidado especial com a condição das suas roupas, casas e corpos. Esta mudança de atitude significa mais trabalho para a mulher, mas os investigadores industriais foram rápidos a produzir novos e mais eficazes produtos de limpeza. Outras contribuições científicas para o trabalho doméstico incluíram recomendações sobre a gestão do trabalho e tempo, “técnicas corporais” ou ergonomia. Escolas e cursos para a preparação de futuras donas de casa foram fundados e manuais domésticos fizeram a sua aparição como um género de publicações. No século XX, a taylorização, embora introduzida primeiramente no setor industrial, foi também defendida para o trabalho doméstico. Isto é evidente a partir da ênfase colocada no planeamento e na organização de cursos de formação para a economia doméstica e em revistas especializadas, tais como, nos Estados Unidos, a *Ladies' Home Journal* e a *Good Housekeeping*.^[7]

Os cuidados com as crianças e a educação passaram a ser prestados com uma base científica. Novas teorias geraram inúmeras regras de nutrição, horários, medicação e higiene pessoal para as crianças, o que significava que as mães tinham de dedicar uma grande quantidade de tempo e atenção aos seus filhos. Assim, esses processos, que se iniciaram no século XIX e foram adequadamente caracterizados como “a feminização da mulher, a infantilização da criança e a higienização” (Ferreira 1981: 60), exila a mulher de classe média para o “interior”, sobrecarregada com uma infinidade de tarefas para fazer e, portanto, excluída do mercado de trabalho.

⁷ Em Portugal houve várias, incluindo *Modas e Bordados*. Para antecessores, consulte Lopes (2003 e 2005).

Apesar de os eletrodomésticos e das técnicas poderem ter sido introduzidos com a mensagem de que iriam reduzir o tempo e o esforço gasto em tarefas domésticas, eles também eram um meio de motivar as mulheres de classe média para manterem-se comprometidas com o aumento contínuo dos padrões de limpeza e dedicarem-se elas próprias ainda mais ao trabalho doméstico. Este paradoxo de aparelhos de poupa-tempo, que talvez não economizem tempo algum, tem sido discutido por vários autores, tendo sido dada especial atenção no nosso projeto de pesquisa.^[8]

Portugal: alguns dados

Os primeiros a adotar novas técnicas e tecnologias domésticas foram as classes médias urbanas, nos EUA, em particular, logo seguidos pelos seus pares na Europa Ocidental.^[9] As categorias mais pobres da população podem ter cobijado viver numa família representada pelo modelo homem-provedor e com acesso à tecnologia moderna, mas elas não tinham nem os recursos nem as condições para realizar as suas aspirações. Somente no decorrer do século XX os equipamentos tecnológicos se difundiram. Em Portugal esta inovação ocorreu mais tarde do que na maioria dos outros países europeus.

Uma pré-condição para o uso da maioria destes novos aparelhos é a disponibilidade de eletricidade e água corrente em e em torno da casa. Em Portugal foi apenas na segunda metade do século XX que estas instalações ficaram ao alcance da maioria das pessoas, como mostra a tabela a seguir:

Quadro 1. Portugal: Residências habitadas e suas instalações, de acordo com a Inquérito à População (em percentagem)

Ano	Total	Água canalizada	Chuveiro Banheira	Instalações sanitárias	Electri-cidade	Cozinha	Sanea-mento
1970	100	47.4	32.3	58.1	63.8	94.1	60.3
1981	100	71.5	57.4	78	89.5	96.8	67.1
1991	100	86.8	81.8	88.5	97.7	97.3	83.6
2001	100	97.9	93.7	94.2	99.5	98.9	98.3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Inquérito Geral à Habitação
 Fonte do quadro: PORDATA (Fundação Francisco dos Santos).

⁸ Vanek 1974, Cowan 1976 e 1983, Bittman, Rice and Wajcman 2004, Gershuny 2004, Cardia 2009, Lourenço e Las Heras 2010, Schouten *et al.* 2010.

⁹ Ver, por exemplo, Cowan 1976: 6-7 e Ashenburg 2007: 232-239.

Este quadro aplica-se a todo o país, diluindo o elevado desequilíbrio no acesso à infra-estrutura técnica que tem existido entre as zonas urbanas e as zonas rurais durante muitas décadas. Nestas últimas, muitas mulheres mais idosas ainda se lembram da carga física que implicavam tarefas domésticas tais como a recolha e o transporte de água. Até bem recentemente, os fogões a lenha foram usados para aquecer a água. As mulheres tinham que reunir e transportar a lenha, equilibrando-a sobre a cabeça, aplicando uma técnica corporal típica. Ao chegar ao seu destino, a madeira muitas vezes precisava ser cortada. Ribeiro (1997: 300) descreve como há uma geração atrás, na remota região do Barroso, no norte de Portugal, cozinhar era um trabalho complexo, não tanto por causa da preparação dos alimentos mas sobretudo devido à permanente atenção exigida pelo fogo da cozinha. Além de muito inconveniente, a fumaça afetava negativamente a visão e cobria o interior da cozinha com fuligem.

Devido às restrições impostas por dificuldades económicas e também devido à simplicidade dos produtos disponíveis para a preparação de alimentos, os menus dos pobres eram bastante austeros (Ribeiro, 1997). Para o Trás-os-Montes rural durante o século XX, Nunes (1997: 60, 83) lista pão de centeio, batata e carne de porco, às vezes complementados por frutas ou legumes da época como o alimento básico. Nos feriados e durante as festividades, as refeições eram mais abundantes e incluíam pratos especiais.^[10] Nessas famílias, as tarefas domésticas eram executadas dentro dos estreitos limites das possibilidades, às quais eram adaptadas as necessidades fundamentais percebidas. Das mulheres esperava-se que elas trabalhassem duramente na terra e que simplesmente dispendessem pouco tempo nas tarefas domésticas (incluindo o cuidado com os filhos), tal como donas de casa a tempo integral seriam capazes de o fazer. Esta será a razão pela qual uma mulher idosa no Barroso pensou que “antigamente, o trabalho doméstico era mais simples”, enquanto outra afirmou que “para ser mais preciso, antigamente as casas nunca eram limpas”.^[11]

Embora as pessoas costumem dizer que hoje em dia o trabalho doméstico é mais fácil, ainda existem algumas que exprimem um pouco de saudade em relação a esses tempos antigos, quando havia pouco por onde escolher e a vida parecia mais fácil de gerir. Nunes (1997: 91) relata que na sua aldeia de pesquisa numa zona rural de Trás-os-Montes na década de 1990, apesar

¹⁰ Nesse sentido, há um paralelo com as famílias pobres na Holanda, no século XIX e início do XX, onde as refeições diárias consistiam em batatas, feijão e pão, sendo a monotonia quebrada apenas por porções ocasionais de banha (Montijn 2002).

¹¹ Ribeiro (1997: 305). No entanto, ele foi e ainda é um costume geral no meio rural português limpar a casa antes da Páscoa. Ver também Lamas (2002).

da construção de obras hidráulicas públicas, várias casas não tinham abastecimento de água, pois os moradores não sentiam necessidade dele.

O elevado número de casas que em Portugal em 1970 ainda não tinham água e o número ainda maior funcionando sem água canalizada representava uma boa quantidade de trabalho penoso na lavagem de roupa e na preparação de um banho. No entanto, também é verdade que antigamente essas atividades eram menos frequentes do que são hoje. As pessoas mudavam de roupa interior talvez apenas uma vez por semana e os cobertores de lã não eram nunca ou raramente lavados (Nunes, 1997: 89). O banho era raro entre os pobres rurais e urbanos. Neste contexto, as crenças sobre as consequências prejudiciais do contacto do corpo humano com a água desempenhou um papel relevante, juntamente com o trabalho envolvido no aquecimento e transporte de um volume considerável de água no inverno. Foi amiúde assumido que a lavagem das roupas (em particular, roupas íntimas) seria suficiente, uma vez que se acreditava que estas eram capazes de absorver a sujeira do corpo (Nunes, 1997: 86-88; Ashenburg 2007).

Algumas mulheres que foram entrevistadas para esta pesquisa, em 2010, lembraram o enorme trabalho e o longo tempo consumido no processo de lavagem tradicional, quer a partir de sua própria experiência, quer da observação: “[as mulheres] costumavam ir para a corrente ou lavavam no tanque, e tudo era um drama para as mulheres, e não para os homens, mas para as mulheres”^[12]. A lavagem à maneira tradicional obrigava as mulheres a mobilizar uma série de técnicas e conhecimentos: o transporte, o esfregar, o enxaguar ou o tocer – tudo feito com cuidado especial – e a seleção dos melhores lugares para a secagem. Groothuis (2010) descreve com detalhe como era complexo e intenso este processo de lavagem numa área rural da Holanda, na década de 1940, numa casa sem abastecimento de água. O processo implicava cinco dias a cada quinzena; por outro lado, os itens de vestuário para serem lavados eram muito menos numerosos do que se poderia esperar de uma família holandesa de mesmo tamanho (ou menor) de hoje!^[13]

O quadro 1 acima colocado mostra que, em meados do século XX, muitas famílias portuguesas ainda não tinham eletricidade, o que impedia o uso de eletrodomésticos mais modernos. Em 1970, apenas 63,5% dos domicílios tinham acesso à rede de eletricidade, mas esta percentagem aumentou

¹² Depoimentos extraídos de sessões de grupos focais.

¹³ Um método diferente foi descrito para uma família pobre no norte da Holanda, no início do século XX. Cada membro masculino tinha apenas um conjunto de vestuário exterior, que tinha de ser lavado e secado durante a noite de sábado para domingo. Membros femininos da família faziam a lavagem, enquanto os homens descansavam nas suas camas-caixa (bedstedes) e, em seguida, o forno era utilizado para o processo de secagem – e isto numa casa com apenas uma divisão, onde oito a dez pessoas passavam a noite (Van Hichtum 1990: 53-54).

durante os anos 1970, a década de rápida modernização, e atingiu 89,5% em 1981. Hoje em dia, praticamente todas as casas têm energia da rede elétrica. A construção tardia de infra-estruturas, mais a alta incidência de pobreza durante a maior parte do século XX, foram os dois principais fatores que contribuíram para a aceitação geral tardia de aparelhos domésticos pelas famílias portuguesas.

No inquérito por questionário aplicado a 430 famílias nos distritos de Castelo Branco e Braga, executado no âmbito da investigação sobre Alocação de Tempo, Tecnologia e Género”, foram obtidos os seguintes resultados relativos à presença na casa de eletrodomésticos selecionados.

Quadro 2. Presença de electrodomésticos seleccionados em 430 famílias, distritos de Castelo Branco e Braga (2010)

	Quantidade	Porcentagem
Máquina de lavar	421	97.9
Aspirador de pó	396	92.1
Forno micro-ondas	376	87.4
Máquina de lavar loiça	227	52.8

Fonte: Inquérito do projecto de investigação Alocação de Tempo e Tecnologia: Uma Abordagem de Género para o Contexto Português.

As máquinas de lavar e os aspiradores são quase universais. A máquina de lavar loiça foi incluída no Quadro 2, pois o número de famílias que possuem este aparelho tem vindo a aumentar consideravelmente em Portugal. Segundo o Inquérito aos Orçamentos Familiares e o Inquérito às Despesas Familiares,^[14] em 1995 12,5% das unidades domésticas a nível nacional tinha este aparelho, valor que subiu para 34,7% em 2005.^[15] Muitos dos entrevistados tinham uma máquina de lavar loiça no topo da sua lista de desejos. Na

¹⁴ INE – Inquérito aos Orçamentos Familiares (até 2000); Inquérito às Despesas das Famílias (2005/2006), fonte: PORDATA (última actualização: 2010-03-01, 10:58:37)

¹⁵ INE – Inquérito aos Orçamentos Familiares (até 2000); Inquérito às Despesas das Famílias (2005/2006), fonte: PORDATA (última actualização: 2010-03-01, 10:58:37). Deve-se notar que as percentagens que resultaram de nossa pesquisa não coincidem com as das pesquisas acima mencionadas, não só por causa do intervalo de tempo (2005/2006 a 2010) mas também porque todas as famílias da nossa amostra incluem um casal (casado ou em coabitação). Esse fator também é importante para a interpretação do resultado do Inquérito sobre Despesas Familiares 2005/2006, segundo a qual a percentagem de unidades domésticas em Portugal com uma máquina de lavar foi de 92,1 e com um aspirador de pó 79,9.

primeira parte deste texto, foi dada considerável atenção às técnicas de culinária através dos tempos. As questões no inquérito não cobrem a presença do fogão, uma vez que a sua universalidade foi assumida. Contudo, o forno de microondas, que hoje substitui o fogão, em várias ocasiões, tem conseguido um lugar firme em muitos lares, como pode ser visto no Quadro 2.

Nas sessões de grupos focais e durante a aplicação do inquérito, a opinião predominante registada apontou para o facto de os diversos aparelhos usados em casa tornarem a vida muito mais simples. No entanto, apesar das memórias de trabalho árduo, muitas mulheres da geração mais velha ainda preferem lavar a roupa manualmente, em certas situações. Isto é, elas são selectivas na utilização da máquina de lavar. Esta escolha não é por desconfiança ou medo da máquina, mas sim inspirada pelo cuidado especial que dedicam a certas peças de têxtil. Juntamente com os artefactos modernos, muitos pátios e copas de apartamentos ainda estão equipados com um tanque, o tanque retangular típico com placa de lavagem. Nas áreas rurais, o rio e riachos ou os locais de lavagem comunais (lavadouros) ainda estão em uso como um complemento ao equipamento doméstico. Aliás, a manutenção ou a construção de lavadouros são pontos programáticos em algumas juntas de freguesia.

Olhando para os resultados das questões abertas na nossa investigação, o lugar da máquina de lavar é muito importante, relevando nesta articulação a escolha de uma das questões, nomeadamente a importância dos aparelhos domésticos na casa.

Quadro 3. Questão: Qual o aparelho que considera como o mais essencial (“não se pode fazer sem ele”)? Distritos de Castelo Branco e Braga (2010)

Mulher	Nº de Respostas	Percentagem
Máquina de lavar	112	51,1
Forno	34	15
Carro	23	10,5
Homem	Nº de Respostas	Percentagem
Carro	58	27,5
Máquina de lavar roupa	32	15,2
Televisão	31	14,7

Fonte: Inquérito do projecto de investigação Alocação de Tempo e Tecnologia: Uma Abordagem de Género para o Contexto Português.

O quadro 3 mostra que mais de metade das mulheres mencionaram a máquina de lavar, sendo esta seguida a uma distância muito significativa pelo fogão, o equipamento preferido por apenas 15% das mulheres entrevistadas. Por outro lado, alguns homens (15,2%) colocam a máquina de lavar em primeiro lugar. Como matéria de facto, note-se que a secção do inquérito/amostra/ investigação relacionada com a alocação de tempo (não abordada neste texto) revela que 81,5% dos homens declararam que nunca lavavam roupa.

Aparelhos para o cuidado de roupa (incluindo, por exemplo, ferro de engomar) foram considerados como as mais importantes tecnologias por mais da metade das mulheres em todas as faixas etárias, apesar do interesse de algumas das mulheres mais jovens em TIC e carros.^[16] A maioria das mulheres considera o tratamento da roupa (lavar, passar e guardar) como uma tarefa doméstica fundamental; e, para além disso, as mulheres e os homens consideram-na como trabalho feminino, apesar de pequenas mudanças de atitude entre as pessoas mais educadas e jovens.

As máquinas fazem este trabalho muito mais fácil, não só porque economizam tempo e energia, mas também porque elas fazem o *technè* de lavar à mão (o conhecimento necessário e as técnicas corporais e instrumentais) redundante. Mas nem a relativa simplicidade, nem o facto de hoje em dia um aparelho eléctrico (geralmente visto como pertencente ao domínio “masculino”) ser usado para esta tarefa conseguiu exercer uma aura capaz de atrair os homens para o mundo de roupas. Com outros aparelhos para diferentes tarefas domésticas tal tem sido um pouco mais fácil. Não é o aparelho ou a técnica, mas o domínio do trabalho e seu significado no contexto cultural que tem a maior influência sobre se um homem ou uma mulher se vai envolver nisso.

Considerações finais

Este texto incidiu sobre as dimensões instrumentais do trabalho doméstico e concluiu que, principalmente graças aos aparelhos técnicos que foram introduzidos, a lavandaria e a cozinha em especial consomem agora menos tempo e esforço. As técnicas utilizadas no trabalho doméstico mudaram, são mais fáceis e levam menos tempo. Parece que uma parte do tempo “libertado” da dimensão instrumental é agora dedicada à dimensão emocional do trabalho

¹⁶ Nas questões abertas, todos os tipos de tecnologias podem ser mencionados, o que levou a um total de 83 dispositivos, alguns dos quais imaginários como os robots. No tratamento dos dados, foram agrupados nas seguintes categorias: (suporte para) o tratamento de roupas, preparação de alimentos, limpeza, infra-estrutura, lazer, informação e comunicação, informação e lazer, transporte, trabalho profissional; cuidados pessoais.

doméstico. A lavagem da roupa é feita com mais frequência, pois é considerada uma forma implícita de cuidar da saúde dos membros da família e de fazê-los sentir-se bem.^[17] Por outro lado, as refeições podem ser mais elaboradas, agradando a toda a família (Kaufmann 2005; Truninger 2009). A tendência geral para passar mais tempo com e a atenção às crianças é atribuída a vários fatores, mas é certamente facilitada pelo conforto da nova tecnologia (Schouten e Lourenço 2012).

Na primeira página deste capítulo, a grande importância da máquina de lavar foi apontada com uma citação de Ruth Schwarz Cowan. Como já foi demonstrado, esta máquina provavelmente não trouxe uma grande mudança na divisão de papéis entre homens e mulheres, mas aliviou consideravelmente o trabalho doméstico das mulheres. Lembrando o período (uma geração atrás, em Portugal, duas na Holanda), quando era usual fazer a roupa à mão, o que exigia não apenas um conhecimento de um conjunto de técnicas especiais mas também a realização de um trabalho desgastante e pouco reconhecido, deve considerar-se uma bênção o facto de muitas mulheres já não precisarem de se envolver mais nele. Pelo menos, este é o caso no mundo ocidental. Para muitas mulheres em outros países do mundo, a roupa ainda é uma tarefa extenuante, muitas vezes executada em circunstâncias difíceis na vida, que é menos do que boas para elas.

Referências bibliográficas

- ASHENBURG, Katherine (2007), *The dirt on clean: An unsanitized history*. Nova Iorque: North Point Press.
- BITTMAN, M.; J.M. RICE e WAJCMAN, J. (2004), “Appliances and their impact: the ownership of domestic technology and time spent on household work”, *British Journal of Sociology* 55, 3: 401-423.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1998), *La domination masculine*. Paris, Seuil.
- CARDIA, Emanuela (2009), “Household technology: was it the engine of liberation?”. Montreal, Université de Montreal and CIREQ.
- COWAN, Ruth Schwartz (1976), «The «industrial revolution» in the home: Household technology and social change in the 20th century», *Technology and Culture*, 17: 1-23.
- COWAN, Ruth Schwartz (1983), *More work for mother: The ironies of the household technology from the open hearth to the microwave*. Nova Iorque: Basic Books.
- DARWIN, Charles (1871), *The descent of man, and selection in relation to sex*. 2 vols. Londres: Murray.
- DIAMOND, Jared [(2005) 1997], *Guns, germs and steel. The fates of human societies*, Nova Iorque/ Londres: Norton.

¹⁷ See Denèfle 1995.

- ELIAS, Norbert (1939), *Über den Prozess der Zivilisation. Soziogenetische und psychogenetische Untersuchungen*. Basel: Verlag Haus zum Falken.
- ENGELS, Friedrich [(1972), 1884], *The origin of the family, private property and the state, in the light of the researches of Lewis H. Morgan*. Nova Iorque, International Publishers Co.
- FERREIRA, Virgínia (1981), “Mulheres, família e trabalho doméstico no capitalismo”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 6: 47-86.
- FOLBRE, Nancy (1994), *Who pays for the kids? Gender and the structures of constraint*, New York, Routledge.
- FOLBRE, Nancy (1995), “«Holding hands at midnight»: The paradox of caring labor”, *Feminist Economics* 1, 2: 73-92.
- GOUDSBLOM, Johan [(2001) 1992], *Vuur en beschaving*, Amsterdam, Prometheus [English version: *Fire and civilization*. Harmondsworth, Penguin].
- GROOTHUIS, Diet (2010), “Mijn tante over de was, vroeger”, *Trouw*, September 25.
- HOCHSCHILD, Arlie (1983), *The managed heart: Commercialization of human feeling*. Berkeley: University of California Press.
- ILDEFONSO, Isabel (2003), “As mulheres na imprensa periódica do século XIX. O jornal *A Voz Feminina* (1868-1869)”, in T. Joaquim and A. Galhardo (orgs.), *Novos olhares. Passado e presente nos estudos sobre as mulheres em Portugal*. Oeiras: Celta: 15-21.
- KUPER, Adam [(1996) 1994], *The chosen primate. Human nature and cultural diversity*. Cambridge: Harvard University Press.
- LAMAS, Maria [(2002) 1950], *As mulheres do meu país*. Lisboa, Caminho.
- LEES-MAFFEI, Grace (2007), “Accommodating «Mrs Three in One»: Homemaking, home entertaining and domestic advice literature in Post-War Britain”, *Women’s History Review* 16, 5: 723-754.
- LEVI-STRAUS, Claude (1964), *Le Cru et Le Cuit*. Paris: Plon.
- LOPES, Ana Costa (2005), *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos. Percursos de modernidade*. Lisboa: Quimera.
- LOURENÇO, Lia e HERAS, Soledad las (2010), “Mulheres e homens perante as tarefas e as tecnologias domésticas: práticas e prioridades diferentes”, in International Seminar *O uso do tempo e da tecnologia em casa/ The use of time and technology at home*. Covilhã, Universidade da Beira Interior, 28 Maio, 2010.
- MACKENZIE, Douglas e WAJCMAN, Judy (eds) (1999), *The social shaping of technology*, 2nd edition, Maidenhead/ Nova Iorque: Open University Press.
- MAUSS, Marcel [(2003) 1950], *Sociologie et anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- MONTIJN, Ileen (2002), *Naar buiten! Het verlangen naar landelijkheid in de negentiende en twintigste eeuw*. Nijmegen: SUN.
- MORGAN, Lewis (1877), *Ancient society*. Nova Iorque: Holt.
- NUNES, Berta (1997), *O saber médico do povo*. Lisboa: Fim de Século.
- OLDENZIEL, Ruth (1999), *Making technology masculine: Men, women and modern machines in America, 1880-1945*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- PAGEL, Mark (2011), *How language transformed humanity*. http://www.ted.com/talks/mark_pagel_how_language_transformed_humanity.html

- RIBEIRO, Manuela (1997), *Estratégias de reprodução socioeconómica das unidades familiares camponesas, em regiões de montanha (Barroso, 1940-1990)*. Lisbon, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SCHOUTEN, Maria Johanna, *et al.* (2010), “Time and technology: a gender approach for the Portuguese context”, *VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Género*. Curitiba, Brasil, 5-9 Abril de 2010.
- SCHOUTEN, Maria Johanna e LOURENÇO, Lia (2012), “La maternité et l’allocation du temps au Portugal”, in Y. Knibiehler, F. Arena e R. M. Cid Lopez (org.), *La maternité à l’épreuve du genre. Métamorphoses et permanences de la maternité dans l’aire méditerranéenne*. Rennes, EHESP: 205-216.
- SENNETT, Richard (2008), *The craftsman*. New Haven, CT, Yale University Press.
- SIMONTON, D. (1998), *A history of European women’s work, 1700 to the present*. Londres: Routledge.
- TORRES, Anália (2002), “A sociologia da família, a questão feminina e o género”, *ex aequo* 6: 117-145.
- TRUNINGER, Mónica (2009), Cooking with Bimby: food practices, competences and kitchen technologies. *9th Congresso da Associação Europeia de Sociologia – ESA 2009*. Lisboa, ISCTE.
- VAN HICHTUM, Nienke [(1990) 1903], *Afke’s tiental*. Drachten/Leeuwarden, FPB .
- VANEK, Joann (1974), „Time spent in housework“, *Scientific American*, 231, 116-120.
- WRANGHAM, Richard (2009), *Catching fire: How cooking made us human*, London, Profile Books.
- WRANGHAM, Richard W., *et al.* (1999), «The raw and the stolen. Cooking and the ecology of human origins», *Current Anthropology*, 40, 1: 567-594.

As readequações do trabalho, a técnica e suas componentes: exemplos de uma empresa localizada em Portugal

Anna Sophia Piacenza Moraes e Eliza Helena Echternacht

A concepção das máquinas, ferramentas e postos de trabalho como uma concepção das técnicas

Nos actuais contextos produtivos industriais, a definição prévia das técnicas necessárias para lidar com os meios de trabalho acontecem por meio da definição dos métodos de trabalho, geralmente feitos nos Departamentos de Produção ou Departamentos Tempos e Métodos, e repassados aos operadores por meio de Instruções e Procedimentos de Trabalho. Essa forma de definição das técnicas, herdada de uma administração científica do trabalho e proposta por Taylor, preconiza a distinção entre quem prescreve e quem executa o trabalho. Nesse modelo, cabe aos operadores somente cumprir estritamente as rotinas prescritas por outros.

Mas é possível ampliar os limites dessa análise ao pensar que as técnicas também são determinadas através do *design* dos postos de trabalho, das máquinas e ferramentas, executados pelos Departamentos de Engenharia ou externamente às empresas, por quem projecta os instrumentos de trabalho. Pois ao se conceber as máquinas, ferramentas, interfaces e postos de trabalho, não somente se prescreve um aparato técnico ou tecnológico. De forma subjacente também se está prescrevendo o trabalho que será necessário para operar e, portanto, as técnicas necessárias para utilizar tais aparatos.

O que se defende aqui é o facto de que mesmo que o conceber técnicas não seja um critério explícito na vontade dos projectistas no momento da concepção, ela estará implícita nas definições das dimensões e das especificações das máquinas e ferramentas, na possibilidade de dividir e articular as tarefas entre as pessoas, na possibilidade de o sujeito desenvolver novas técnicas para lidar com as exigências e objectivos do trabalho: a presença ou não de uma ferramenta determina o modo como o operador interage com o artefacto técnico e cumpre os objectivos da tarefa; a necessidade de accionar um ou mais botões de controlo ao mesmo tempo determina a possibilidade

do sujeito ter suas mãos ou corpo livres para actuar simultaneamente em outro dispositivo ou a necessidade de dividir a tarefa com outro operador; a distância entre as interfaces de visualização determina a facilidade ou dificuldade do sujeito poder controlar diversos parâmetros da produção; a capacidade que o operador tem de entender e actuar sobre os sistemas informatizados determina quais estratégias podem ser desenvolvidas para corrigir os erros e desvios do processo. As técnicas podem ser consideradas, mesmo que indirecta ou implicitamente, como um dos produtos da concepção dos meios de trabalho.

As técnicas e suas componentes na abordagem ergológica

Referimos até agora às duas circunstâncias de prescrição das técnicas. Entretanto, de acordo com a abordagem ergológica, o emprego das técnicas não pode nunca ser pensado somente como algo somente subjacente ao trabalho prescrito, pensado previamente e descrito por meio de instruções e/ou materializado pelos/nos meios do trabalho. De acordo com a Ergologia, as técnicas do trabalho são também fruto de uma apropriação humana, de uma relação construída entre o sujeito e o meio no qual se insere e que se dá num momento específico. Segundo Schwartz (2007: 86), “pensar nas técnicas simplesmente como aplicações de princípios técnicos e esses como aplicações de princípios científicos é negligenciar diversas coisas que acontecem na extremidade dessa cadeia de dedução, e seria portanto desvalorizar o trabalho”, entendendo este somente a aplicação de princípios que foram pensados por outros e outro lugar.

Não é possível ignorar que trabalhar nos actuais contextos industriais exige seguir prescrições que foram predefinidas. Isso é evidente pelo facto de que hoje grande parte dos esforços nas empresas se dê relativamente à formação dos operadores. Entretanto, dominar as prescrições, mesmo sendo condição necessária, não é condição suficiente para agir. Seguir um modo de emprego, uma nota de utilização, por mais precisa que seja nunca é suficiente para fazer funcionar as técnicas. Caso fosse, bastaria memorizar uma sequência de passos para realizar qualquer tarefa, ou ainda seria possível traduzi-las numa linguagem específica para que algum automatismo tecnológico se encarregasse de executá-las repetidamente.

Schwartz (2007: 87) fala de uma “reinvenção local das técnicas, derivada de um encontro de uma realidade singular, nunca experimentado anteriormente nas mesmas condições”. Isso porque em todo contexto produtivo há sempre variabilidade: as matérias-primas são diferentes em função dos fornecedores, as ferramentas sofrem avarias e desgastes com o tempo de

uso, os sistemas sofrem panes particulares, os operadores possuem formas de agir diferentes, e as passagens de turno exigem um entendimento do que foi alterado nas máquinas pelo antigo operador.

O segundo motivo da reinvenção local das técnicas, segundo Schwartz (2007: 95), consiste no facto de que toda actividade é vida, e esta não é possível de acontecer a partir de um assujeitamento ao meio, da estrita heterodeterminação, pois isso seria invisível. Ou seja, para que o sujeito possa viver e, portanto, agir, é preciso que mobilize seus valores e a partir da sua própria história de vida.

Todo acto técnico possuiria portanto, de acordo com a abordagem ergológica (Schwartz, 2007), duas componentes: uma componente neutralizada, generalizável, oriunda de um meio neutro, homogéneo e contínuo; e uma componente desneutralizada, fruto de um ato singular, no qual foi resingularizado para gerir as variabilidades do meio, a partir das arbitragens e julgamentos feitas pelos próprios sujeitos.

A primeira componente é aquela que descrevemos anteriormente, expressa nos métodos de trabalho ou por meio dos critérios da concepção. Conhecer a segunda componente, exige estar inserido nos momentos da produção, dialogar com os operadores e analisar o trabalho real, com todas as suas complexidades. É esta lógica que foi utilizada como percurso metodológico para a construção dos exemplos que são relatados a seguir.

Exemplos das readequações do trabalho

Os exemplos que serão apresentados a seguir são parte de um estudo de caso realizado em uma fábrica localizada em Portugal e pertencente a uma grande empresa multinacional. Trata-se de uma indústria de base, com uma população trabalhadora total de cerca de 1500 pessoas, que se organizam em turnos fixos^[1], turnos rotativos^[2] ou turnos de final de semana^[3]. Os trabalhadores da produção são remunerados de acordo com o volume pro-

¹ O turno fixo realiza-se de segundas às sextas-feiras das 08:00 às 16:30 horas. Trabalha nesse turno o maior contingente de pessoal, o que inclui pessoal dos departamentos Administrativo, Recursos Humanos, Direção, Engenharia.

² Os turnos rotativos (3 grupos de trabalhadores) são realizados de segunda às sextas-feiras, das 08:00 às 16:00 horas, das 16:00 às 00:00 horas e das 00:00 às 08:00 horas. Trabalham em turnos rotativos os trabalhadores da produção, além de técnicos pertencentes ao Departamento de Engenharia

³ Os turnos de final de semana (2 grupos de trabalhadores) são realizados de forma intercalada, de 08:00 às 19:00 horas dos sábados e de 06:00 às 14:00 horas dos domingos e de 00:00 às 08:00 horas das segundas-feiras, e de 19:00 horas dos sábados às 06:00 horas dos domingos, e de 14:00 às 00:00 dos domingos. Os trabalhadores dos turnos de finais de semana completam as 40 horas trabalhadas/semana com 2 dias complementares durante a semana.

duzido, e trabalham em turnos rotativos e turnos de final de semana. Os exemplos relatados referem-se aos grupos de trabalho pertencentes a uma máquina específica do processo produtivo, responsável por calandrar tecidos. Cada grupo de trabalho é formado por 6 operadores, que se dividem em função das tarefas a realizar e das zonas específicas da máquina. Os exemplos foram organizados a partir da confrontação entre os procedimentos de trabalho (Métodos de Trabalho), que são documentos organizados pela empresa (Departamento de Qualidade e Departamento de Produção), e as observações da actividade e colheita de verbalizações dos operadores. Observou-se inicialmente o que era conflitante entre os procedimentos e o que era realizado na prática. Outros exemplos foram relatados pelos operadores, a partir do questionamento directo sobre alterações feitas no trabalho e na máquina. Optou-se por relatar aqui somente os exemplos nos quais existe uma alteração nas máquinas e equipamentos ou o desenvolvimento de novos instrumentos para apoio ao processo. A razão dessa escolha será esclarecida no item nas conclusões.

O principal objectivo é demonstrar como os operadores, através da adaptação das máquinas e postos de trabalho, da concepção de novos instrumentos de apoio à produção, modificaram antigas e construíram novas técnicas, de acordo com as suas necessidades pessoais e do processo e com os objectivos previstos para o trabalho.

Exemplo 1:

Tarefa: Desenrolamento das cordas das bobinas de fio.

Descrição da tarefa: Após terem colocado as bobinas nos suportes de desenrolamento, os operadores devem soltar os fios das bobinas, puxando-os até o sistema alinhamento e distribuidor, onde são presos.

Componentes do trabalho real: Para realizar essa tarefa os operadores puxam os fios das bobinas, geralmente quatro fios de cada vez. Isso porque existe uma ordem certa para colocação dos fios no sistema de alinhamento. Puxando de quatro em quatro fios, é possível prender os fios ordenadamente entre os dedos da mão. Alguns operadores – principalmente os mais experientes – conseguem puxar até seis fios de cada vez.

Readequação: Desenvolvimento de uma ferramenta para puxar fios.

Descrição da readequação: Foi desenvolvido por um operador uma ferramenta para puxar até 20 fios de cada vez. Com essa ferramenta seria possível reduzir o tempo da tarefa. Segundo o operador, ele não mostrou a ferramenta à empresa, e nem a utiliza para que assim não exista o risco de haver redução no quadro de pessoal. Segundo o operador, caso a ferramenta fosse do conhecimento da gerência, a redução do tempo de execução da tarefa poderia acarretar a perda do posto de trabalho de algum dos operadores que realizam a tarefa.

Exemplo 2:

Tarefa: Posicionar a tira de material no local apropriado na entrada dos cilindros de calandragem. É importante ressaltar que essa tarefa não é descrita no Diagrama de Fluxo e nem nos Métodos de Trabalho.

Descrição da tarefa: Após a colocação do material na entrada das passadeiras transportadoras (4 passadeiras), esse é levado até os cilindros da calandra, 2 tiras na parte superior dos cilindros e 2 tiras na parte inferior. As tiras de material caem da passadeira até aos cilindros.

Componentes do trabalho real: O local no cilindro onde cai a tira de material saído da passadeira é importante, pois garante uma boa distribuição do material ao longo do cilindro através da rotação deste. Essa distribuição irá garantir a qualidade do produto, pois assegura uma completa aderência do material no tecido, evitando falhas de material e perda de produto final.

Readequação: Desenvolvimento de ferramenta para deslocar o material na entrada dos cilindros da calandra

Descrição da readequação: Com a ferramenta desenvolvida – uma peça de madeira ou metal em formato de haste – os operadores ajustam a entrada do material nos cilindros. O comprimento da haste – cerca de 1 metro – é importante devido à dificuldade de aceder ao local onde cai o material nos cilindros e deve ser feito o ajuste. Cada operador possui a sua própria haste. Para realizar o ajuste, os operadores sobem nas escadas laterais dos cilindros, para poderem visualizar a saída das tiras do material e realizar o ajuste.

Exemplo 3:

Tarefa: Abertura do rolo pressor, responsável pela travagem do tecido. Essa tarefa não é descrita no Diagrama de Fluxo e nem nos Métodos de Trabalho.

Descrição da tarefa: Após o término da calandragem do rolo de tecido, é feita a travagem do tecido^[4], automaticamente^[5], para que se proceda a emenda dos rolos (entre o rolo já calandrado e próximo rolo a ser calandrado) na zona de desenrolamento de tecido. A emenda, após ser realizada, passa pelo rolo pressor, para seguir até o local onde o tecido será calandrado.

Componentes do trabalho real: Ao passar a emenda pelo rolo pressor, este deve estar aberto, pois caso contrário seria danificado. O que está descrito no Método de Trabalho é “continuar o funcionamento a velocidade reduzida até emenda do tecido têxtil passar os cilindros da calandra”. O rolo pressor, apesar de ser fechado automaticamente, deve ser aberto através de um acionamento feito pelos operadores. Entretanto, o único local onde havia o botão de abertura do rolo se situava perto dos cilindros da calandra, afastado cerca de 20 metros do local onde está localizado o rolo pressor, e sem qualquer visualização a partir desse local. O operador alocado na zona de desenrolamento de tecido precisava comu-

⁴ A travagem do tecido é importante para que o tecido, após estar sem tensão, pois já se soltou da caneleira onde vem enrolado, não afrouxe e saia do enfiamento correcto ao longo da calandra, o que acarretaria uma série de actividades correctivas.

⁵ Por um sistema de sensores que detecta o final do rolo e fecha o rolo pressor.

nicar, via interfone ou chamando directamente, com o operador dos cilindros, para que este procedesse à abertura antes de a emenda passar pelo rolo. Segundo verbalizado, o que acontecia é que o operador da zona de desenrolamento ficava dependente do outro operador e, muitas vezes, esse estava ocupado, ou se esquecia de abrir o rolo pressor.

Readequação: Colocação de botão de controlo para abrir o rolo pressor no painel da zona de desenrolamento de tecido.

Descrição da readequação: Com a colocação do botão de controlo na área do desenrolamento, o operador pode controlar a passagem da emenda, evitando ter que solicitar ao operador do cilindro para realizar a abertura e evitando danificar o equipamento caso não consiga comunicar-se com o outro operador.

Exemplo 4:

Tarefa: Reposição de cordas partidas, que arrebentam durante a calandragem de tecido. Essa tarefa não é descrita no Diagrama de Fluxo e nem nos Métodos de Trabalho.

Descrição da tarefa: Caso muitas cordas arrebentem durante a calandragem do tecido, gera uma não-conformidade de produto, em função do número de cordas por área de tecido. Nesse caso seria necessário interromper a calandragem e accionar o Departamento de Produção. Com a máquina parada é feita a emenda das cordas arrebentadas.

Componentes do trabalho real: A paralisação da máquina gera atraso na programação da produção e nem sempre a resposta do Departamento de Produção é rápida.

Readequação: Alocação de bobinas extras na sala de preparação

Descrição da readequação: Com a colocação de uma estrutura com suportes de desenrolamento de cordas na lateral da saída da sala de bobinas, semelhante aos suportes utilizados em situação normal, é possível realizar a substituição das cordas arrebentadas durante a calandragem sem necessidade de parar a máquina.

Exemplo 5:

Tarefa: Centragem do tecido. Operação referenciada no Diagrama de Fluxo.

Descrição da tarefa: A centragem do tecido é feita na zona de desenrolamento através de sensores ali localizados. Quando os sensores identificam a descenragem do tecido, automaticamente realizam a correcção através de ajustes nos rolos da calandra.

Componentes do trabalho real: É importante que o tecido esteja centralizado para que a calandragem seja feita em toda sua largura, e não haja perda de material ou retrabalho para retirar as partes de tecido não-conformes.

Readequação: Desenvolvimento de um calço para colocação na base de apoio do rolo de tecido têxtil, na lateral do suporte.

Descrição da readequação: O sistema da máquina responsável pela centragem do tecido está avariado. Foi feita a solicitação para reparação do sistema de centragem ao departamento responsável, mas esta ainda não foi executada. Segundo uma verbalização de um operador: “isso não era para ter...tem por-

que a máquina está avariada”. O calço desenvolvido é uma peça metálica que impede que o tecido se desloque durante o desenrolamento, e perca a centralidade. O calço é colocado na haste onde o tecido é enrolado, no momento que o rolo é apoiado nos suportes da zona de desenrolamento. O calço foi solicitado pelos operadores e desenvolvido pelo Departamento de Engenharia.

Conclusões

Os exemplos relatados demonstram readequações do trabalho, realizadas por meio de alterações nas máquinas e nos equipamentos ou no desenvolvimento de ferramentas de apoio à produção. Algumas dessas modificações, como a do exemplo 01, não são utilizadas; outras são essenciais para o processo. Todas essas readequações foram sugeridas e/ou construídas pelos operadores, a partir das necessidades reais vivenciadas, ao lidar com as condições de trabalho – como no caso, os meios do trabalho disponíveis – incompatíveis para cumprir os objectivos do trabalho.

Os dois primeiros exemplos relatam algumas estratégias desenvolvidas pelos operadores de forma autónoma. O primeiro exemplo traz ainda uma componente central: o debate de valores que sofre o operador entre otimizar o seu trabalho, podendo inclusive receber um prémio da empresa pela melhoria⁶, e a manutenção do posto de trabalho, seu próprio posto ou o de um colega. O exemplo 2 trata de uma readequação que, apesar de não estar formalizada, é aceite pela gestão, que compreende a necessidade do uso da ferramenta para a produção. Ela revela também como um saber foi construído pelos operadores na realização de seu trabalho e que não está previsto nos procedimentos do trabalho: o local onde o material cai na máquina influencia a qualidade do processo.

O exemplo 3 e o exemplo 4 tratam de duas readequações que surgiram a partir dos operadores e foram aceites pela gestão vertical e realizadas as modificações. Trata-se de mudanças mais estruturais, que alteraram o funcionamento das máquinas, e que exigiram o envolvimento dos Departamentos de Engenharia e das chefias, para sua instalação e funcionamento.

O exemplo 5 relata uma readequação alternativa, frente à dificuldade de ter o sistema original reparado. Conforme uma verbalização de um operador, constata-se que muitas vezes, as modificações ou mesmo as avarias nos sistemas podem demorar a serem implementadas: “se estiver à espera do Departamento de Produção para resolver isso....”

⁶ As sugestões dadas pelos operadores que são implementadas são remuneradas na forma de prémios em dinheiro ao operador, em função do ganho ou da redução de custo obtida com a melhoria.

Outras readequações estão presentes nesse contexto produtivo: aumenta-se a velocidade da máquina para produzir mais em menos tempo; realizam tarefas de controlo da qualidade somente nos momentos nos quais o processo de encontra estabilizado e não quando estão prescritas; realiza-se em manual uma tarefa que foi prescrita para ser feita em posição automática pois sabe-se que o risco de ocorrer um problema é alto. Entretanto, optou-se por trazer, nesse artigo, os casos onde houve uma modificação física, e não somente uma mudança ou “descumprimento de normas”, pois a questão que se deseja tratar relaciona-se essencialmente com a participação dos operadores no projecto e a concepção dos meios de trabalho.

A partir dos exemplos apresentados, observa-se o importante papel em valorizar os saberes dos operadores e compreender suas dificuldades em lidar com as técnicas prescritas durante a produção. Apesar da empresa possuir um canal de comunicação entre os operadores dentro da estrutura organizacional, a autonomia que os trabalhadores possuem para realizar alterações é pequena, cabendo a esses repassar suas sugestões para a gestão vertical da empresa, que deve avaliar e implementar as melhorias. O que se observa é que mesmo quando as melhorias são implementadas, a capacidade de alteração das técnicas necessárias para lidar com os artefactos é pequena. Quando questionado sobre as melhorias que foram feitas ao longo dos anos na máquina, o operador relata: “São pequenas coisas, mas cada melhoria num ponto é sempre significativa. Um problema engata o outro, nós também fomos melhorando os métodos de trabalho, quando acontece algo já sabemos o que fazer...”

O que se propõe a partir do relato desses exemplos é promover o diálogo entre as diversas realidades, para entender de que formas o trabalho real – e não aquele neutralizado nos procedimentos – pode contribuir durante a fase de concepção dos meios de trabalho, para que sejam projectados ambientes laborais mais humanos. É essencial que, durante a concepção dos meios de trabalho, o sujeito em actividade seja um elemento a ser considerado no projecto, mas além disso, que possa contribuir com seu ponto de vista, tornando-se um actor fundamental na transformação dos espaços da produção.

Referências Bibliográficas

SCHWARTZ, Yves; Durrive, Louis (2007), *Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: EdUFF.

Notas biográficas dos autores

Ana Paula Macedo

Ana Paula Macedo, Licenciada em Enfermagem e Especialista em Enfermagem Médico-Ciúrgica (1993), é também Mestre em Educação, área de conhecimento em Organizações Educativas e Administração Educacional, e doutorada em Educação, área de conhecimento de Organização e Administração Escolar (2009), pela Universidade do Minho. Professora Adjunta da Escola Superior de Enfermagem nesta mesma universidade, tem coordenado várias pós-graduações. Tem trabalhos publicados no domínio das Ciências Sociais e Ciências da Saúde, nomeadamente sobre fenómenos de *articulação interorganizacional* Escola de Enfermagem e Hospital (vg. Estágios).

Ana Paula Marques

É socióloga, Professora Associada com Agregação do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais e investigadora do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho. Entre os seus principais interesses de investigação destacam-se as áreas do trabalho do emprego e das profissões, sobre as quais incidem as suas publicações mais recentes, resultantes de diversos projectos de investigação por si coordenados.

Anna Sophia Piacenza Moraes

Estudante de doutoramento no Programa Doutoral em Engenharia Industrial e de Sistemas, na Universidade do Minho. Graduou-se em Engenharia de Produção na Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Seus interesses em investigação perpassam os assuntos relacionados ao trabalho e as suas possíveis compreensões a partir de lógicas diversas, como as da Engenharia, da Psicologia, da Sociologia e da Filosofia.

Bruno Martinelli

Antropólogo, Professor na Universidade de Aix-Marseille. É especialista em temas africanos, tendo realizado investigação em Burkina Faso e na República Centro-Africana no domínio da Antropologia das Técnicas, dos saberes profissionais, dos sistemas de aprendizagem e dos riscos, sendo de relevar os livros sobre Estilos, técnicas e estéticas (2005), a metalurgia do ferro em África (2012) e a bruxaria e a violência em África (2012).

Camila Philippi

Bacharel em ciências Sociais, bolsista da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pesquisadora do Núcleo de Transformações do Mundo do Trabalho (TMT) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Carlos Prieto

Catedrático emérito de Sociologia na Universidad Complutense de Madrid (UCM). Director do Grupo de Investigación da UCM “Empleo, Género y Cohesión Social” (EGECO). Director da revista *Cuadernos de Relaciones Laborales*. Membro do Consejo de Orientación da revista *Sociologie du Travail*. Doutor em Sociologia pela Universidad de la Sorbonne. Membro do Comité de Dirección da Rede de Investigación Internacional “Marché et Genre” (MAGE). Trabalhos recentes publicados: *La calidad del empleo en España: un aproximación teórica y empírica*, Madrid, Ministerio de Trabajo e Inmigración, 2009; “Teoría social del trabajo”, in Giner S., edit., 2011, *Teoría sociológica moderna*, Barcelona, Ariel (CL).

Elisa Maria Quartiero

Formada em Pedagogia (1988), Mestre em Educação (1994), Doutora em Mídia e Conhecimento (2002), Pós-doutorada na Universidade de Aveiro (2009). Professora Associada na Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil. Desenvolve pesquisas na área de Tecnologias digitais e educação, formação de professores e políticas públicas para a educação.

Eliza Helena Echernacht

Possui graduação em Medicina pela Universidade Federal de Juiz de Fora(1983), especialização em Medicina Preventiva e Social pela Universidade Federal de Minas Gerais(1986). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro(1991), doutorada em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro(1998) e pós-doutorada pela Université de Provence (2007). Atualmente é Professora adjunta

da Universidade Federal de Minas Gerais e Membro de corpo editorial do *Ação Ergonômica*. Tem experiência na área de Engenharia de Produção, em especial sobre: Lesões por Esforços Repetitivos, Reestruturação Produtiva, Carga de Trabalho, Tecnologia da Informação e Saúde.

Emilia Araújo

Doutorada em Sociologia. Atualmente é Professora Auxiliar no Departamento de Sociologia da Universidade do Minho. Desenvolve investigação na área da Sociologia do Tempo, Cultura e Poder. Tem trabalhos publicados sobre a mobilidade de cientistas e internacionalização da investigação.

Fabio Viti

Antropólogo, Professor do Departamento de Estudos Linguísticos e Culturais na Universidade de Modena e Reggio Emilia. Doutorado pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (França), trabalhou sobre antropologia e história política dos Baoulé (Costa do Marfim), com um enfoque particular sobre a guerra, a escravatura e as relações de dependência pessoal. Mais recentemente, as suas investigações estão relacionadas com o trabalho e a aprendizagem na África ocidental.

Fernando Bessa Ribeiro

É professor Auxiliar na Escola de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e investigador no Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, onde coordena a linha Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas. Capitalismo e mudança social em Moçambique e na Guiné-Bissau, género e sexualidade constituem os seus principais interesses de investigação. É autor de diversos artigos, livros, capítulos de livros, resenhas e comunicações em actas.

Ilona Kovács

Professora Catedrática do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG_UTL) e investigadora do Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIOUS). As suas temáticas de investigação e publicações, essencialmente no âmbito da Sociologia do Trabalho, das Organizações e do Emprego, têm incidido sobre a inovação organizacional; as mudanças técnico-organizacionais, qualificações e necessidades de formação; os novos modelos de produção; a transformação do trabalho e do emprego na sociedade da informação, a flexibilidade e precariedade do emprego. Tem várias publicações sobre *Novos Modelos de Produção: Trabalho e Pessoas*, (Celta Editora, 1998); *Pescas e*

Pescadores: Futuros para o Emprego e Recursos (com A. Brandão Moniz e M. Mira Godinho), Oeiras, (Celta Editora, 2000); Sociedade da Informação e Emprego (com A. Brandão Moniz), Lisboa Ministério da Qualificação e do Emprego, 2002; As Metamorfoses do Emprego, Oeiras, Celta Editora, Oeiras, 2002, O Mosaico do Trabalho na Sociedade Contemporânea, Persistências e Inovações (com Valmíria Piccinini, Lorena Holzman e Valeska N. Guimarães), Porto Alegre, Editora UFRGS, 2006; Flexibilidade de Emprego, Oeiras, Celta Editora, 2006.

Lucídio Bianchetti

Pedagogo pela Universidade de Passo Fundo, RS, Brasil e Mestre em Educação pela PUC-Rio, Brasil, com doutoramento em História e Filosofia da Educação pela PUC-São Paulo, Brasil. É atualmente professor Associado IV na Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil e Pesquisador Produtividade 1C, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil (CNPq-Brasil)

Luísa de Moura e Silva

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP. Foi professora visitante e Pro-Reitora de Extensão da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. Atualmente é Professora/Pesquisadora na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, – UFMS. Publicou livros, artigos e ensaios sobre Integração Regional e Classe Operária. É Coordenadora do Grupo de Estudos da Teoria da Dependência – GETD.

Manuel Carlos Silva

Professor Catedrático no Departamento de Sociologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Doutorado pela Universidade de Amesterdão em Ciências Sociais. Director do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS). Distinguido com o Prémio Sedas Nunes pela obra *Resistir e Adaptar-se* (1998, Afrontamento) sobre o campesinato nortenho, tem realizado estudos principalmente nas áreas da Sociologia Rural, Política, do Desenvolvimento e das Desigualdades Sociais (género, classe e etnias) e tem editado dezenas de publicações sobre o rural-urbano. (Co)organizou vários congressos científicos nacionais e internacionais, foi Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) entre 2010 e 2012.

Maria Johanna C. Schouten

Doutorada em Ciências Sociais e Culturais pela Vrije Universiteit em Amesterdão. Vive em Portugal desde 1987, e é atualmente Professora

Associada do Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior e Diretora-Adjunta do Centro de Investigação em Ciências Sociais. As suas áreas de interesse científico incluem a Sociologia e a Antropologia do género, a Sociologia da saúde, e a História e a Antropologia do Sudeste Asiático.

Maria de Oliveira Carvalho Rito

Professora coordenadora da Escola de Enfermagem da Universidade do Minho. É coordenadora de unidades curriculares no âmbito da Saúde Comunitária. Tem formação especializada em Enfermagem de Saúde Pública e Mestrado em Saúde Pública. Actualmente doutoranda no ramo da Sociologia – área de conhecimento de Sociologia e Metodologias Fundamentais, com o projeto de tese “Desigualdades Sociais Perante a Saúde no Concelho de Braga”; Investigação no âmbito da saúde do idoso, riscos de saúde ocupacional e desigualdades sociais de saúde.

Nilson Araújo de Souza

Doutor em Economia pela Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM, com pós-Doutoramento em Economia pela Universidade de São Paulo – USP, professor visitante sênior da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, com vários livros e dezenas de artigos, ensaios e capítulos de livros publicados sobre Economia Brasileira, Economia Latino-Americana e Economia Mundial, Coordenador do Grupo de Estudos América Latina: Integração e Desenvolvimento”.

Pascale Moity-Maizi

Professor de Antropologia em Montpellier Supagro (França), membro da unidade de pesquisa “Inovação”. Participa em diversos programas de pesquisa, sendo especialista em processos de conhecimento e inovação, particularmente em sistemas alimentares locais das sociedades rurais da África Ocidental (Senegal e Burkina Faso) e da África do Sul. Os seus trabalhos recentes abordam as questões relacionadas com a transmissão, a transferência e o património de conhecimento e de recursos materiais e efeitos locais desses processos em práticas, organização, identidades e formas institucionais de reconhecimento.

Ricardo G. Müller

Professor Associado do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP), Coordenador

Núcleo de Transformações do Mundo do Trabalho (TMT) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Susana Nascimento

Investigadora Pós-Doutoramento no CIES-IUL / Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE-IUL / Instituto Universitário de Lisboa. Investigadora Associada no CETCOPRA / Centre d'Étude des Techniques, des Connaissances et des Pratiques da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, e no Vitruvius FabLab do ISCTE-IUL. Doutorada em Filosofia na Université Paris 1 e em Sociologia no ISCTE-IUL. Domínios de pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Transdisciplinaridade Prática, Participação Pública, Sustentabilidade Ambiental e Cultural, Energias Renováveis, Robótica e TIC.

/ Este livro, resultante do colóquio “O trabalho, as técnicas e o mundo” organizado em Outubro de 2010 pelo Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, com o apoio do Centre d’Etudes des Mondes Africains da Universidade de Provença (França), remete-nos para dois tópicos da maior relevância nas ciências sociais: o trabalho e as técnicas. Ele aborda diversos contextos sociais de trabalho, do artesanal ao industrial, e procura compreender as técnicas envolvidas nos modos de aprendizagem observados e os impactos produzidos pelos processos de modernização e de circulação de saberes, alguns de amplitude global. A discussão dos tópicos é feita tomando em consideração diversas escalas de análise, desde os estudos focados em investigações de âmbito micro até outros de âmbito global relacionados com as mudanças nestes campos, algumas de recorte marcadamente sistémico.

Fernando Bessa Ribeiro é Professor na Escola de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e investigador no Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, onde coordena a linha de investigação “Trabalho, desigualdades e políticas públicas”. Capitalismo, trabalho e mudança social em Moçambique, género e sexualidade constituem os seus principais interesses de investigação. É autor de numerosos artigos, livros, capítulos de livros, resenhas e comunicações em actas de congressos.

Manuel Carlos Silva, doutorado pela Universidade de Amesterdão em Ciências Sociais e Políticas, é Professor catedrático e Director do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) na Universidade do Minho. Distinguido com o Prémio Sedas Nunes pela obra “Resistir e Adaptar-se” (1998, Afrontamento) sobre o campesinato, tem publicado sobre o rural-urbano, o desenvolvimento e desigualdades sociais (de classe, étnicas e de género). Foi Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia (2010-2012).

Ana Paula Marques, doutorada em Sociologia pela Universidade do Minho, é Professora Associada com Agregação na mesma universidade. Tem publicado vários livros e artigos sobre trabalho, organizações, políticas públicas. É membro do Conselho Geral da Universidade do Minho, investigadora integrada do Centro de Investigação em Ciências Sociais e coordenadora da Secção de Trabalho, Organizações e Profissões da Associação Portuguesa de Sociologia.



Universidade do Minho
 Centro de Investigação
 em Ciências Sociais



Fundação para a Ciência e a Tecnologia
INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIAS
 Financiado por Projeto Estratégico
 PEnsAR/SADG/140710/2011



CENTRE D'ÉTUDES
 DES MONDES AFRICAINS



ANR Apprentissage 2006

ISBN: 978-989-8549-45-7



9 789898 549457